



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria de Planejamento
e Gestão*

Relatório do Projeto

Desempenho Semestral



BANCO MUNDIAL

IPECE

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueiredo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP PforR

Ana Cristina Medeiros – Coordenadora UGP PforR

André Morel Gonzaga - Analista em Licitações

Fabiana Silva de Castro – Técnica de Suporte Operacional e Logístico ao Projeto

Giuseppe Furtado Nogueira - Especialista em Licitações

Laura Carolina Gonçalves - Técnica de Monitoramento e Controle

Lívia Maria Oliveira de Castro - Analista em Licitações

Rodrigo José Almeida Rufino - Analista em Licitações

Thâmara Aragão Teixeira Fernandes - Técnica de Gerenciamento Financeiro

Viviane Ramos da Costa - Especialista em Licitações

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAG

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496 - Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br – ouvidoria@ipece.ce.gov.br



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

**RELATÓRIO DO PROJETO
DESEMPENHO DE JANEIRO À JUNHO DE 2016**

Fortaleza, Ceará - Brasil
30 de Junho de 2016

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVO DO PROJETO PforR.....	6
2.1. Áreas Foco do PforR	6
2.2. Estrutura do Empréstimo	7
3. SETORIAIS ENVOLVIDAS.....	7
4. PROGRAMAS	8
5. INDICADORES	8
6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA	9
7. DESEMBOLSOS.....	9
8. COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO	9
8.1 UGP.....	9
8.2 Comitê PforR	9
8.2.1 Reuniões Mensais do Comitê PforR	11
9. SUMÁRIO DO DESEMPENHO DO PROJETO PforR NO 1º SEMESTRE DE 2016	12
10. DETALHAMENTO DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO POR ÁREA	18
10.1 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.....	18
10.1.1 Indicadores	18
10.1.2 Programas Eleitos	22
10.1.3 Projetos de Assistência Técnica	23
10.2 ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA	26
10.2.1 Indicadores	26
10.2.2 Programas Eleitos	30
10.2.3 Projetos de Assistência Técnica	31
10.3 QUALIDADE DA ÁGUA.....	34
10.3.1 Indicadores	34
10.3.2 Programas Eleitos	41
10.3.3 Projetos de Assistência Técnica	43
10.4 GESTÃO POR RESULTADOS.....	47
10.4.1 Indicadores	47
10.4.2 Projetos de Assistência Técnica	49
10.5 SISTEMA FIDUCIÁRIO.....	53
10.5.1 Projetos de Assistência Técnica	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Quadros

Quadro 1: Setoriais envolvidas no PforR por Componente.....	8
Quadro 2: Informações da Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP PforR	9
Quadro 3: Informações dos Membros do Comitê PforR.....	10
Quadro 4: Calendário das Reuniões do Comitê PforR 1º semestre de 2016.....	11
Quadro 5: Indicadores Primários 2016 - Metas 2016.1	12
Quadro 6: Metas e Valores para o 1º Semestre de 2016.....	14
Quadro 7: Indicadores Secundários de 2016 - Metas 2016.2.....	14
Quadro 8: Execução dos Programas incluídos no Escopo do PforR Ceará no primeiro semestre de 2016 (Em R\$ Milhões)	16
Quadro 9: Projetos em Andamento	17
Quadro 10: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 1 – SDE	19
Quadro 11: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 2 – SEDUC	20
Quadro 12: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 3 – SEDUC	21
Quadro 13: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – IPECE.....	22
Quadro 14: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 5 – STDS	27
Quadro 15: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 6 – SEPLAG	28
Quadro 16: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – SEPLAG	29
Quadro 17: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – STDS.....	30
Quadro 18: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 7 – SRH	35
Quadro 19: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 8 – CAGECE	36
Quadro 20: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA.....	37
Quadro 21: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH	38
Quadro 22: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH	39
Quadro 23: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH	40
Quadro 24: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – SEMA.....	41
Quadro 25: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 11 – SEPLAG	48
Quadro 26: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 12 – SEPLAG	48

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Participação das Setoriais no Comitê PforR.....	11
Gráfico 2: % Execução dos Subprojetos de Assistência Técnica por Etapa	17
Gráfico 3: Número de Projetos em Andamento	17
Gráfico 4: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 8 – CAGECE	36
Gráfico 5: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA	37
Gráfico 6: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH	40
Gráfico 7: Monitoramento do IQARce até junho de 2016 - Dado complementar do Indicador Secundário da COGERH	40

Lista de Figuras

Figura 1: Áreas de atuação do PforR.....	7
--	---

1. INTRODUÇÃO

Esse relatório tem como objetivo fazer uma prestação de contas do desempenho do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - Programa para Resultados (PforR)* no primeiro semestre de 2016.

O relatório é composto por dez capítulos. Sendo o primeiro essa Introdução. Os capítulos 2 a 8 descrevem, sucintamente, as características do Projeto e os capítulos 9 e 10 fazem, respectivamente, um detalhamento do desempenho dos indicadores primários, dos Programas Eleitos e dos Projetos de Assistência Técnica no primeiro semestre de 2016.

2. OBJETIVO DO PROJETO PforR

O Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - (PforR¹) tem como objetivo o apoio aos investimentos do PPA em áreas estratégicas do Estado, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Vale salientar que esses aspectos foram contemplados e financiados inicialmente pelo BIRD nos Projetos SWAp² I (2005 – 2007) e SWAp II (2009 – 2012), cujo foco era o apoio à Inclusão Social e o Crescimento Econômico.

A proposta do Projeto PforR Ceará é continuar avançando nos principais indicadores sociais acordados no SWAp I e II para consolidar conquistas já alcançadas pelo Estado, incorporando, ao mesmo tempo, a preocupação do Governo do Estado do Ceará com o meio ambiente e com a redução das desigualdades socioeconômicas.

Em suma, o Objetivo de Desenvolvimento do Programa (PDO³) PforR é apoiar o Governo na melhoria da eficiência e da qualidade da prestação de serviços públicos nas áreas foco de atuação do *Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará*.

2.1. Áreas Foco do PforR

O PforR continuará a ampla abordagem de setores, realizada como pioneira nos SWAps, combinando o apoio nas ações de áreas selecionadas e o fortalecimento institucional do Estado. Como áreas de atuação do PforR nos temas de *Crescimento Econômico, Redução das Desigualdades, Sustentabilidade Ambiental e Gestão Pública* estão respectivamente os focos na Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão por Resultados, conforme ilustrado na Figura 1.

1 Program for Results - Programa para Resultados

2 Sector Wide Approach (SWAp)

3 Project Development Objective – vide página 12 do Program Appraisal Document (PAD) - Documento de Avaliação do Projeto

Figura 1: Áreas de atuação do PforR



2.2. Estrutura do Empréstimo

Com a finalidade de apoiar o Projeto PforR foi realizada uma operação de crédito entre o estado do Ceará e o Banco Mundial, no valor de US\$ 350 milhões que estão distribuídos em dois componentes descritos a seguir:

- Componente I – PforR no valor de US\$315.000.000,00: relacionado com as atividades do Projeto nas quatro áreas foco a saber: (i) Capacitação Profissional; (ii) Assistência à Família (iii) Qualidade da Água e (iv) Gestão por Resultados. Esse componente apoia sete Programas do PPA (Apêndice I) relacionados com os objetivos do Projeto e acompanha dezenove indicadores (Apêndice II) que mensuram os resultados esperados do PforR, sendo que desses, doze são condicionantes dos desembolsos (Apêndice III).
- Componente II - Assistência Técnica no valor de US\$35.000.000,00⁴: composto de serviços de Consultoria de Empresa ou Individual e Serviços de não Consultoria que apoiam projetos de Assistência Técnica (Apêndice IV) relacionados a atividades distribuídos em cinco subcomponentes: (i) Gestão do Setor Público; (ii) Capacitação Profissional; (iii) Assistência à Família; (iv) Qualidade da Água; e (v) Sistema Fiduciário.

3. SETORIAIS ENVOLVIDAS

O PforR é um Projeto multisetorial que envolve atividades em 19 órgãos do Estado (Setoriais):

1	ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A
2	ARCE	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Ceará
3	CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
4	CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
5	CIDADES	Secretaria das Cidades
6	COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
7	FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
8	IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
9	PGE	Procuradoria Geral do Estado
10	SECITECE	Secretaria de Ciência e Tecnologia
11	SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico
12	SEDUC	Secretaria de Educação
13	SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
14	SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
15	SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
16	SESA	Secretaria de Saúde
17	SRH	Secretaria de Gestão dos Recursos Hídricos
18	STDS	Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social
19	TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará

Portanto, o PforR abrange 19 Setoriais cujo tipo de envolvimento encontra-se no Quadro 1.

⁴ Uma parte desse valor será transferida para o Componente I, conforme Documento de Reestruturação submetido a SEAIN dia 21/06/16.

Quadro 1: Setoriais envolvidas no PforR por Componente.

SETORIAIS		Componente I			Componente II	
		Indicadores (Qtd)	PPA		Projetos de Assistência Técnica	Subprojetos
			Programa (Qtd)	Iniciativas (Qtd)		
1	ADECE					
2	ARCE				1	1
3	CAGECE	1				
4	CGE				7	11
5	CIDADES		1	1		
6	COGERH	3			3	3
7	FUNCEME	1	1	2	1	1
8	IPECE	1			4	9
9	PGE				1	1
10	SECITECE				3	3
11	SDE	1			1	2
12	SEDUC	2	1	5	5	17
13	SEMA	2	4	3	6	7
14	SEMACE			6	1	2
15	SEPLAG	4			7	9
16	SESA*					
17	SRH	1			1	3
18	STDS	3	1	1	1	3
19	TCE				1	3
Total		19	8	18	43	75

Fonte: UGP PforR

(*) A SESA participa dos Comitês: Comitê de Segurança Hídrica, Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará e o Comitê PforR.

4. PROGRAMAS

O Estado e Banco Mundial escolheram seis programas de investimentos do Plano Plurianual (PPA) de 2012-2015 e desses, quinze Iniciativas, que totalizavam R\$ 853,09 milhões, que ao dólar do fechamento do Documento do Projeto⁵ equivaleriam a US\$ 380,84 milhões. A escolha levou em consideração a relação com os objetivos do Projeto. Uma regra ou meta do Projeto é que os Programas Eleitos precisam executar o valor total equivalente a US\$ 315 milhões no prazo de quatro anos do Projeto, ou seja, até 31/12/2017.

Em 2016, o Estado implementou o Plano Plurianual (PPA) de 2016-2019. Houve reuniões com as setoriais envolvidas no Projeto PforR no intuito de alinhar os Programas e Iniciativas aos antigos e manter a estrutura escolhida no PPA 2012-2015.

Em virtude das mudanças trazidas pela implementação do novo PPA, o Projeto PforR contempla agora oito programas de investimentos do Plano Plurianual (PPA) de 2016-2019 e desses, dezoito Iniciativas, que totalizam o valor previsto de R\$ 878,52 milhões que, ao dólar do fechamento do Documento do Projeto, equivaleriam a US\$ 392,20 milhões.

5. INDICADORES

No Componente I do PforR são acompanhados 19 indicadores (Apêndice II) sendo 12 Indicadores Primários (DLIs)⁶ que condicionam o desembolso (Apêndice III) e 7⁷ Indicadores Secundários que

⁵ Taxa de câmbio utilizada no PAD foi de 2,24 (pagina ii do PAD).

⁶ Disbursement Linked Indicator (DLI) ou Indicador Vinculado ao Desembolso

⁷ Na Missão de Supervisão de Abril de 6 a 10 de 2015 um indicador secundário da SEPLAG "Análise e melhoria dos mecanismos de governança da política de desenvolvimento do setor produtivo (incluindo Capacitação Profissional)" foi cancelado por não fazer mais sentido dentro do Projeto.

não afetam os desembolsos, mas ampliam e consolidam o alcance dos programas dos setores e fortalecem a Gestão por Resultados no Estado.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No Componente II encontram-se os Projetos de Assistência Técnica que têm como objetivo facilitar a implementação do PforR, bem como fortalecer a capacidade institucional do Estado. Até a data de 30/06/16 foram previstas 43 projetos, conforme Apêndice IV.

7. DESEMBOLSOS

Os desembolsos do Componente I do PforR são feitos de forma direta para o Tesouro Estadual e não para um programa orçamentário individual ou Secretaria. A frequência dos desembolsos é semestral e o valor de cada desembolso é sujeito ao cumprimento das metas, que tem um valor correspondente, conforme Apêndice III. A validação do cumprimento das metas desses Indicadores será realizada através da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE conforme acordado com o Banco Mundial. Quanto aos desembolsos do Componente II, são previstos segundo as necessidades dos Contratos nos prazos informados no Plano de Licitação dos Projetos de Assistência Técnica.

8. COORDENAÇÃO E MONITORAMENTO

8.1 UGP

A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) é a área responsável por realizar a coordenação geral, a gestão financeira, o monitoramento e controle, o suporte técnico às aquisições e o suporte operacional e logístico do Projeto, conforme Decreto nº 31.293 de 24/09/2013 e conta em 30/06/16 com os seguintes membros do Quadro 2.

Quadro 2: Informações da Unidade de Gerenciamento do Projeto UGP PforR

Função	nº	Nome	Telefone	Email
Coordenadora do Projeto	1	Ana Cristina Cavalcante Medeiros	3101 3502	cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br
Consultor Individual Analista em Licitações	2	André Morel Gonzaga	3101 3508	andre.morel@ipece.ce.gov.br
Técnica Suporte Operacional e Logístico	3	Fabiana Silva de Castro	3101 3510	fabiana.castro@ipece.ce.gov.br
Técnica de Monitoramento e Controle	4	Laura Carolina Gonçalves	3101 3499	laura.goncalves@ipece.ce.gov.br
Técnica em Gestão Financeira	5	Thâmara A. Teixeira Fernandes	3101 3510	thamara.teixeira@ipece.ce.gov.br
Consultor Individual Especialista em Licitação Pleno	6	Giuseppe Furtado Nogueira	3101 3504	giuseppe.nogueira@ipece.ce.gov.br
Consultora Individual Especialista em Licitação Pleno	7	Viviane Ramos da Costa	3101 3504	viviane.costa@ipece.ce.gov.br
Consultora Individual Analista em Licitações	8	Lívia Maria Oliveira de Castro	3101 3504	livia.castro@ipece.ce.gov.br
Consultor Individual Analista em Licitações	9	Rodrigo José Almeida Rufino	3101 3504	rodrigo.almeida@ipece.ce.gov.br

Fonte: UGP PforR

8.2 Comitê PforR

O Comitê PforR foi criado pelo Decreto nº. 31.493 em 16/06/14 com objetivo de acompanhar e monitorar mensalmente a execução dos Programas, Indicadores e Projetos de Assistência Técnica nas áreas de Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão do Setor Público e atuar ao longo da duração do Projeto de modo a assegurar que as metas

acordadas com o Banco Mundial sejam cumpridas, os desembolsos sejam efetivados e os resultados alcançados. Informações dos membros do Comitê em 30/06/16 estão descritos no Quadro 3.

Quadro 3: Informações dos Membros do Comitê PforR

REPRESENTANTES COMITÊ PforR						
Nº	ÓRGÃO	NOME			TELEFONE	E-MAIL
1	ADECE	TITULAR	1	Carlo Ferrentini Sampaio	3457 3324	carlo.ferrentini@adece.ce.gov.br
		SUPLENTE	2	Cecy de Castro	3457 3323	cecy@adece.ce.gov.br
2	ARCE	TITULAR	3	Alexandre Caetano da Silva	3101 1012	alexandre.caetano@arce.ce.gov.br
		SUPLENTE	4	Marcelo Silva de Almeida	3101 1013	marcelo.almeida@arce.ce.gov.br
3	CAGECE	TITULAR	5	Carlos Rossas Mota Filho	3101 4771	carlos.rossas@cagece.com.br
		SUPLENTE	6	Tércia Maria Pinheiro Martins	3101 1839	tercia.pinheiro@cagece.com.br
4	CGE	TITULAR	7	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	3101 3478	prnunes@cge.ce.gov.br;
		SUPLENTE	8	Antônio Marconi Lemos da Silva	31013473	marconi.lemos@cge.ce.gov.br
5	CIDADES	TITULAR	9	Mariana Oliveira do Rêgo	3101 4463	mariana.rego@idades.ce.gov.br
		SUPLENTE	10	Marcella Facó Soares	3101 4473	marcella.faco@idades.ce.gov.br
6	COGERH	TITULAR	11	Denilson Marcelino Fidelis	3218 7646	denilson.fidelis@cogerh.com.br
		SUPLENTE	12	Sarah Furtado	3218 7646	sarah.freire@cogerh.com.br
7	FUNCEME	TITULAR	13	Francisco Hoilton Araripe Rios	3101 1113	hoilton@funceme.br
		SUPLENTE	14	Meiry Sayuri Sakamoto	3101 1090	meiry@funceme.br
8	IPECE	TITULAR	15	Victor Hugo de Oliveira Silva	3101 3507	victor.hugo@ipece.ce.gov.br
		SUPLENTE	16	Nicolino Trompieri	3101 3511	nicolino.trompieri@ipece.ce.gov.br
		SUPLENTE	17	Jimmy Oliveira	3101 3507	jimmy.oliveira@ipece.ce.gov.br
9	PGE	TITULAR	18	Antônia Tânia Trajano Bezerra	3459 6379	tania.trajano@pge.ce.gov.br
		SUPLENTE	19	Mary Ane Vale Ferreira	3459 6373	mary.vale@pge.ce.gov.br
10	SDE	TITULAR	20	Maria Inês C. Studart Menezes	3444 2915	ines.studart@sde.ce.gov.br
		SUPLENTE	21	Filipe Rabelo Távora Furtado	3444 2907	filipe.rabelo@sde.ce.gov.br
11	SECITECE	TITULAR	22	Sandra Maria Nunes Monteiro	3101 6465	sandra.monteiro@sct.ce.gov.br
		SUPLENTE	23	Ana Íris Tomás Vasconcelos	3101 6465	ana.iris@sct.ce.gov.br
12	SEDUC	TITULAR	24	Lucas Fernandes Hoogerbrugge	3101 3942	lucas.fernandes@educ.ce.gov.br
		SUPLENTE	25	Anna Margarida Vicente Santiago	3218 2906	anna.vicente@educ.ce.gov.br
		SUPLENTE	26	Jussara de Luna Batista	3218 2910	jussara.batista@educ.ce.gov.br
13	SEMA	TITULAR	27	Maria Dias Cavalcante	3101 1233	maria.dias@sema.ce.gov.br
		SUPLENTE	28	Magda Marinho Braga	3101 1251	magda.marinho@sema.ce.gov.br
14	SEMACE	TITULAR	29	Tiago Bessa Aragão	3254 3083	tiago.bessa@semace.ce.gov.br
		SUPLENTE	30	Elisabete Maria Cruz Romão	3101 5567	elisabete.romao@semace.ce.gov.br
15	SEPLAG	TITULAR	31	Francisco Aduino de Oliveira	3101 4536	adauto.oliveira@seplag.ce.gov.br
		SUPLENTE	32	Raimundo Avilton Menezes Júnior	3101 4536	avilton.junior@seplag.ce.gov.br
		SUPLENTE	33	Naiana Corrêa Lima	3101 4525	naiana.lima@seplag.ce.gov.br
16	SESA	TITULAR	34	Danielle Montenegro Melo Freitas	3101 5117	danielle.melo@saude.ce.gov.br
		SUPLENTE	35	Emanuela Machado A. Rebouças	3101 5117	emanuela.reboucas@saude.ce.gov.br
17	SRH	TITULAR	36	Karine Machado C. Fontenele	3101 3996	karine.machado@srh.ce.gov.br
		SUPLENTE	37	Sérgio Moreira Câmara	3101 4025	sergio.camara@srh.ce.gov.br
18	STDS	TITULAR	38	Sebastião Lopes	3101 2092	sebastiao.lopes@stds.ce.gov.br
		SUPLENTE	39	Mary Anne Libório P. Ribeiro	3101 4589	maryanne.liborio@stds.ce.gov.br
		SUPLENTE	40	Rosilene Ribeiro	3101 4589	assistencia.social@stds.ce.gov.br
19	TCE	TITULAR	41	Glinton José B. de Carvalho Ferreira	3254 8250	glinton@tce.ce.gov.br
		SUPLENTE	42	Delinda Maria A. de Oliveira	3488 5764	delinda@tce.ce.gov.br

Fonte: UGP

8.2.1 Reuniões Mensais do Comitê PforR

As reuniões mensais do Comitê PforR são organizadas pela Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP PforR, cumprindo o exposto no item III, Seção A, 41. (ii) do Documento de Avaliação do Projeto. Durante o primeiro semestre de 2016 foram realizadas 6 reuniões, conforme demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4: Calendário das Reuniões do Comitê PforR 1º semestre de 2016

MÊS	DIA
JANEIRO	28
FEVEREIRO	25
MARÇO	31
ABRIL	28
MAIO	25
JUNHO	30

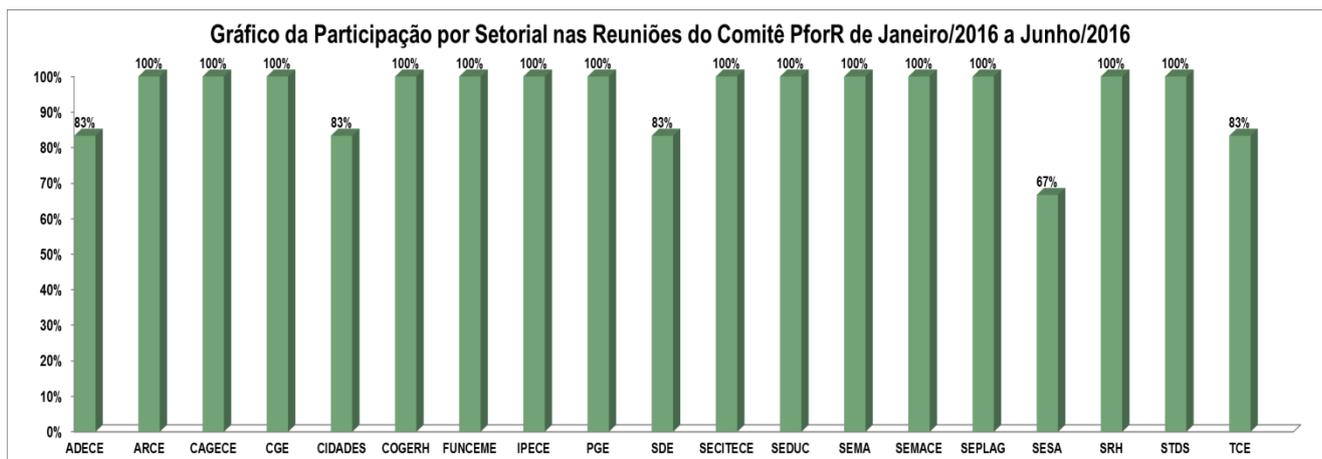
Fonte: UGP PforR

As reuniões são realizadas na Sala de Reuniões do IPECE. A pauta para cada reunião é informada antecipadamente aos membros do Comitê e após a realização da reunião a ata elaborada pela UGP é revisada pelos participantes e publicada no site do IPECE no endereço: <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/index.htm>.

Como no primeiro semestre do ano de 2016 foram realizadas seis reuniões do Comitê PforR, seis atas foram elaboradas. As mesmas encontram-se disponibilizadas no site do IPECE: <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/index.htm>.

O Gráfico 1 apresenta o percentual de participação das dezenove Setoriais nas reuniões do Comitê PforR no período de janeiro a junho de 2016. Observa-se que a maioria obteve 100% de frequência.

Gráfico 1: Participação das Setoriais no Comitê PforR



Fonte: UGP PforR

9. SUMÁRIO DO DESEMPENHO DO PROJETO PforR NO 1º SEMESTRE DE 2016

A seguir será apresentado o resumo do desempenho dos Indicadores, Programas e Projetos de Assistência Técnica do Projeto PforR, para o 1º semestre de 2016⁸.

INDICADORES

O PforR tem o total de 19 Indicadores, sendo 12 primários e 7 secundários. No primeiro semestre de 2016 somente 10 dos 12 Indicadores Primários tiveram metas, por essa razão serão apresentados o acompanhamento e o *status* de 10 indicadores.

Para o monitoramento do *status* das metas dos Indicadores utilizou-se seguinte sinalização:

-  verde = Meta cumprida;
-  amarelo = Probabilidade intermediária de cumprir a meta;
-  vermelho = Meta não cumprida.

Dos 10 Indicadores Primários, 07 deles tiveram suas metas cumpridas até 30/06/16, conforme apresentado no Quadro 5 e as evidências estão anexadas ao Relatório. Ressalta-se que os Indicadores Primários DLI 5 "Porcentagem de equipes técnicas nos CRAS capacitadas em apoio familiar" da STDS e DLI 8 "Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto" da CAGECE foram cumpridos no 2º semestre de 2015, conforme confirmado por meio da "Letter of Confirmation of Results" do Banco Mundial de 25/02/2016 e demonstrado no Anexo I.

Quadro 5: Indicadores Primários 2016 - Metas 2016.1

Nº	Nome do Indicador	Setorial Responsável	Unidade de Medida	Baseline	1º Semestre		Status
					Meta	Realizado	
Área 1: Capacitação Profissional							
1	DLI 1: Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do Plano de Ação e implementação de ações implementadas sob o plano de ação.	SDE	Sim/Não	Não	Uma ação do plano de ação implementado	A Ação nº06 (Diversificar a oferta do ensino médio, articulando-o com a educação profissional, com o mundo do trabalho para melhor aproveitamento da rede de educação profissional) do Plano de Ação foi implementada.	VERDE
2	DLI 2: Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP	SEDUC	Sim/Não	Não	Primeiro relatório de acompanhamento publicado	O Primeiro Relatório de Acompanhamento foi publicado.	VERDE
3	DLI 3: Número total de Acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores dos cursos.	SEDUC	Número (Cumulativo)	8	13 acordos firmados	13 acordos firmados	VERDE

⁸ As informações dos Programas, Indicadores e Projetos de Assistência Técnica são da posição de 30/06/2016 e todas foram apresentadas na 29ª Reunião do Comitê PforR realizada no dia 30/06/2016.

Área 2: Assistência à Família							
Nº	Nome do Indicador	Setorial Responsável	Unidade de Medida	Basiline	1º Semestre		Status
					Meta	Realizado	
4	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas nos CRAS capacitadas em apoio familiar.	STDS	Porcentagem	0	42,5%	Esta meta foi alcançada no 2º semestre de 2015 (65,45% das Equipes de CRAS já foram capacitadas)	VERDE
5	DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência a Família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	SEPLAG	Porcentagem	0	55%	55%	VERDE
Área 3: Qualidade da Água							
Nº	Nome do Indicador	Setorial Responsável	Unidade de Medida	Basiline	1º Semestre		Status
					Meta	Realizado	
6	DLI 7: Estabelecimento de Comitê interagências de Segurança Hídrica	SRH	Sim/Não	0	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	Duas Atas de Reuniões realizadas	VERDE
7	DLI 8: Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	CAGECE	Porcentagem	83,30%	85,2%	Esta meta foi alcançada no 2º semestre de 2015. 86,05% (86,48%) dos domicílios estão com conexão adequada.	VERDE
8	DLI 9: Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	SEMA	Índice	17%	65%	65,74% (Medição referente a maio)	VERDE
Área 4: Gestão do Setor Público							
Nº	Nome do Indicador	Setorial Responsável	Unidade de Medida	Basiline	1º Semestre		Status
					Meta	Realizado	
9	DLI 11: Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	SEPLAG	Número (acumulativo)	-	Aprovação de modelo de alinhamento de Incentivos (2014.2)	Ainda não foi possível cumprir as metas deste indicador, pois o mesmo depende da realização das atividades da Empresa contratada. De acordo com o cronograma, a previsão é que o modelo seja aprovado no mês de julho ou no início de agosto.	VERMELHO
					1 (2015.1)		
					2 (2015.2)		
10	DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.	SEPLAG	Porcentagem	-	Aprovação da metodologia (2014.2)	Metodologia Aprovada	VERDE
					5% (2016.1)	A Setorial enviou em 22/07/16 a CI 037/2016 com a Evidência do cumprimento das metas de 2016.1 (5%) e 2016.2 (10%).	VERDE

Fonte: UGP PforR

Portanto, para o 1º semestre de 2016 dos 10 Indicadores primários, 7 cumpriram as metas e seus respectivos valores⁹ deverão ser desembolsados provavelmente até o final de setembro de 2016, conforme mostrado no Quadro 6.

⁹ Ressalta-se que a verificação do seu cumprimento será realizada pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).

Quadro 6: Indicadores com Metas e Valores para o 1º Semestre de 2016.

Nº	Setorial	Nome do Indicador	Valor Desembolso US\$
1	SEPLAG	DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.	3.438.000,00
Total Meta 2º semestre 2016 com sinalização cumprimento da meta (A)			3.438.000,00
2	SDE	DLI 1: Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do Plano de Ação e implementação de ações implementadas sob o plano de ação.	3.444.000,00
3	SEDUC	DLI 2: Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP	3.444.000,00
4	SEDUC	DLI 3: Número total de Acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores dos cursos.	3.444.000,00
5	SEPLAG	DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência a Família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	3.444.000,00
6	SRH	DLI 7: Estabelecimento de Comitê interagências de Segurança Hídrica	3.444.000,00
7	SEMA	DLI 9: Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	3.444.000,00
8	SEPLAG	DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.	3.444.000,00
Total Metas 1º semestre 2016 com sinalização cumprimento da meta (B)			24.108.000,00
9	SEPLAG	DLI 11: Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	6.198.000,00
10	SEPLAG	DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.	6.198.000,00
Indicadores do 2º semestre de 2014 com sinalização de cumprimento da meta (C)			6.198.000,00
11	STDS	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar	3.444.000,00
12	CAGECE	DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	3.444.000,00
Total Metas do 1º semestre 2016 já cumpridas e desembolsadas			6.888.000,00
Total Geral a ser desembolsado pelas metas alcançadas no período de 2016.1 (A+B+C)			33.744.000,00

Fonte: UGP PforR

Os Indicadores secundários somam o total de 07, no entanto as metas dos mesmos são anuais e o monitoramento está demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7: Indicadores Secundários de 2016 - Metas 2016.2

Nº	Nome	Setorial Responsável	Unidade de Medida	Linha de Base	Metas 2016		
					2º Semestre	Realizado / Status	
Área 1: Capacitação Profissional							
1	Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Numero (acumulativo)	24.543	30.300	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015. Este Indicador será discutido no Comitê de Estratégia.	VERMELHO
Área 2: Assistência à Família							
2	Criação e funcionamento do Comitê Consultivo multifsetorial ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SUJUS, SESPORTE e SECULTJ)	SEPLAG	Sim/Não	0	Mais duas Resoluções publicadas	A oficina de construção dos indicadores da Matriz Interinstitucional de Desenvolvimento Infantil será realizada nos dias 01/07 e 04/07. Após a construção dessa matriz deverá ser providenciada a resolução para sua publicação.	VERDE
3	Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios - alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada.	STDS	Porcentagem	0	15%	A STDS enviou uma proposta de Protocolo no dia 29/06/16 que foi submetido ao Banco Mundial para análise e não objeção.	AMARELO

Área 3: Qualidade da Água							
4	Apresentação de planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas.	COGERH	Sim/Não	0	_10	O Banco Mundial enviou a não objeção ao Protocolo em 06/06/16. Sobre o Processo Licitatório: Aguarda-se o aviso do resultado final da empresa vencedora até o dia 01/07/2016.	VERDE
5	Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas.		Sim/Não	0	Proposta e consultas completas aos Comitês das Bacias Hidrográficas (CBH) ¹¹	No último dia 22/06, foi apresentada no CBH Metropolitanas a Minuta do Projeto de Lei de Conservação e Recuperação dos Mananciais de interesse do Estado do Ceará, totalizando a apresentação nas 12 Bacias Hidrográficas.	VERDE
6	Qualidade da água bruta na região metropolitana de Fortaleza.		Índice	61.2	65,9	72.7 (IQARce: 4,23 - Criticamente degradada a poluído)	VERDE
7	Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista.	SEMA	Sim/Não	0	Implementação e monitoramento	A Lei nº 16.032 de 20 de junho de 2016 que Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Âmbito do Estado do Ceará foi aprovada e publicada no Diário Oficial do Estado em 29/06/2016.	VERDE

Fonte: UGP PforR

Quanto ao indicador secundário “Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) ajustado para o ciclo econômico” sob a responsabilidade do IPECE, esclarece-se que não se tem governabilidade sobre este Indicador e que desde o recebimento dos dados da RAIS, em setembro 2014, verificou-se que dificilmente as metas do estabelecidas seriam alcançadas. Diante disso, foi proposta uma avaliação nas metas, no entanto o Banco Mundial decidiu manter o protocolo do indicador como está.

Em relação ao Indicador “Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas”, a COGERH, ao verificar o prazo do Processo Licitatório para a contratação da empresa que irá elaborar o Plano de Segurança Hídrica constatou que não haveria tempo hábil para o atingimento das metas programas para o Indicador. Por essa razão, a setorial elaborou a Nota Técnica solicitando ao Banco a revisão das metas deste Indicador. O Banco concordou com as alterações e emitiu não objeção ao protocolo proposto em 06/06/2016.

Em reunião com a Equipe da COGERH, verificou-se que as metas do Indicador “Apresentação de nova Lei de Bacias Hidrográficas”, não seriam cumpridas até o final do Projeto. Portanto, a Setorial elaborou uma Nota Técnica contextualizando os desafios e propondo a modificação das metas. O Banco Mundial concordou com a proposta e concedeu a não objeção ao protocolo em 26/02/2016.

PROGRAMAS ELEITOS

No primeiro semestre de 2016 foram executados R\$ 78,07 milhões, com execução acumulada desde 2014 em torno de R\$ 554,70 milhões, cumprindo 63,14% da meta prevista para o projeto (2014 à 2017), conforme Quadro 8.

¹⁰ De acordo com o novo protocolo aprovado pelo Banco Mundial em 06/06/2016, o Indicador Secundário “Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas” não tem meta para o ano de 2016.

¹¹ De acordo com o novo protocolo aprovado pelo Banco Mundial em 26/02/2016, o Indicador Secundário “Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas” passou a ter meta no primeiro semestre de 2016.

PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No Componente II temos os Projetos de Assistência Técnica que somavam até o dia 30/06/2016¹² 43 projetos, os quais deram origem a 75 subprojetos, conforme lista de Projetos no Apêndice IV.

No acompanhamento da execução dos subprojetos de Assistência Técnica por etapa percebe-se que dos 75 subprojetos de Assistência Técnica, 08 estão em atividades preparatórias, 36 estão no processo de licitação, 18 estão com contratos assinados e em execução e 13 foram concluídos, conforme Gráficos 2 e 3 e Quadro 9.

Gráfico 2: % Execução dos Subprojetos de Assistência Técnica por Etapa

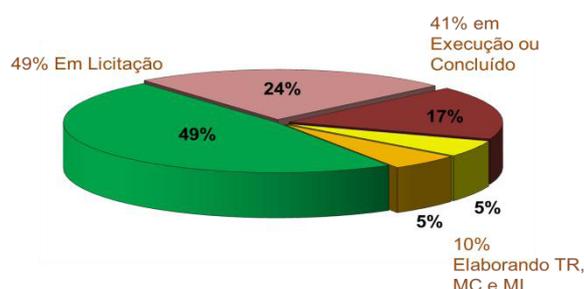
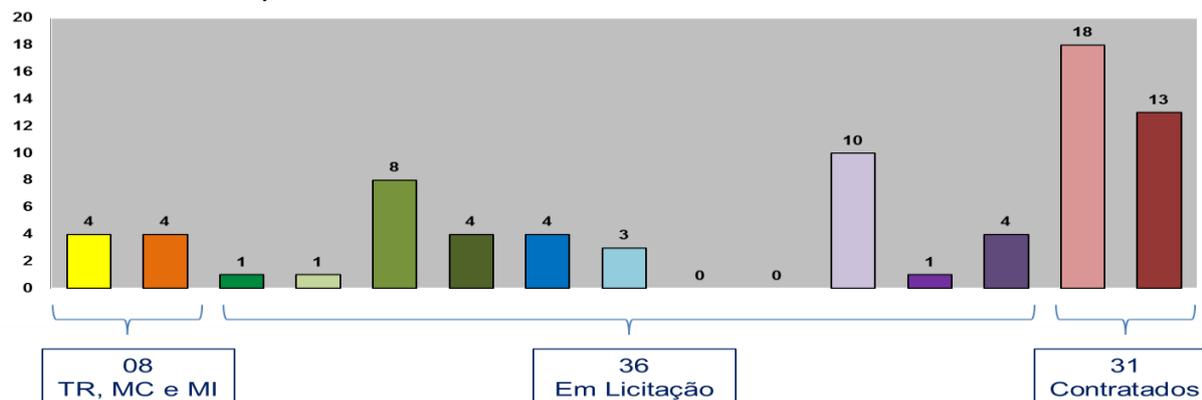


Gráfico 3: Número de Projetos em Andamento



Fonte: UGP PforR

Quadro 9: Projetos em Andamento

Etapas		Nº	Setoriais com Subprojetos	Valor US\$
1	TDR e MC ¹³ sendo elaborados para NO ¹⁴ BM	4	CGE(11); SEDUC(31,37); SEPLAG(58);	\$ 1.288.028,33
2	TDR e MC aprovado pelo BM e elaborando MI ¹⁵	4	CGE(07); SEDUC(32,35,43);	\$ 850.348,83
3	Manifestação de Interesse Publicada	1	SEPLAG(55);	\$ 70.825,78
4	Elaborando o Relatório Final da Lista Curta	1	SEDUC(30);	\$ 61.635,53
5	Elaborando a Solicitação de Proposta	8	CGE(08,10); IPECE(21,22); SECITECE(26); SEDUC(36); SEPLAG(61,62);	\$ 3.140.594,41
6	Solicitação de Proposta Lançada	4	SECITECE(27); SEDUC(29); SEMA(50); SEMACE(53);	\$ 1.102.951,24
7	Elaborando o Relatório Técnico ou Curricular	4	CGE(05, 09); SEDUC(45); SRH(64);	\$ 1.945.188,06
8	Elaborando o Relatório Financeiro e o Combinado	3	CGE(06); SEMA(52); TCE(73);	\$ 1.388.696,21
9	Não Objeção do BM à Avaliação Combinado / Avaliação Curricular	0	-	\$ -

¹² As informações dos Projetos de Assistência Técnica foram atualizadas no dia 30/06/2016.

¹³ MC=Memória de cálculo

¹⁴ NO=Não Objeção

¹⁵ MI=Manifestação de Interesse

Etapas		Nº	Setoriais com Subprojetos	Valor US\$
10	Divulgação da Avaliação Combinada / Ofício para Negociação	0		\$ -
11	Negociação do Contrato	10	PGE(23); SDE(24); SEDUC(42,44); SEMA(51); SEMACE(54); SEPLAG(63, 59, 60); SRH (65);	\$ 4.866.242,86
12	Divulgação PGE Resultado Final	1	COGERH(68);	\$ 866.937,02
13	Assinando o Contrato / Publicação	4	ARCE(01); SECITECE(28); SEMA(46,49);	\$ 1.030.615,84
14	Projetos com Contratos em Execução	18	CGE(04); FUNCEME(13); IPECE(14,15,17,18,19,20); SEDUC(41); SEMA(47,48); SEPLAG(56,57); SRH(66); COGERH(67); STDS(71,72); TCE(74);	\$ 5.672.719,08
15	Projetos com Contratos Finalizados	13	CGE(02,03,12); IPECE(16); SDE(25); SEDUC(33,34,38,39,40); COGERH(69); STDS(70); TCE(75).	\$ 386.917,46
Total		75		\$ 22.671.700,66

Fonte: UGP PforR

Dos 75 subprojetos, tem-se que nas atividades preparatórias: 04 estão elaborando o termo de referência, 04 estão com o termo de referência e memória de cálculo aprovados pelo Banco Mundial e estão elaborando a manifestação de interesse. Na fase de Licitação, 1 está com a manifestação de interesse publicada, 1 está elaborando o relatório final da lista curta, 8 estão elaborando a solicitação de propostas, 4 estão com a solicitação de proposta lançada, 4 estão elaborando o relatório técnico ou curricular, 3 estão elaborando o relatório financeiro e o combinado, 10 estão negociando contrato, 1 está aguardando a divulgação da PGE do resultado final e 4 estão assinando o contrato. Na fase de Execução são 18 o número de contratos assinados. Por fim, tem-se 13 subprojetos que encerraram as atividades.

10. DETALHAMENTO DO ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO POR ÁREA

A seguir será apresentado o acompanhamento detalhado do desempenho dos Indicadores Primários, Secundários, dos Projetos de Assistência Técnica e dos Programas para o 1º semestre de 2016¹⁶, por área de foco, ou seja, Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão por Resultados.

10.1 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Apresenta-se aqui o desempenho em 30/06/2016 do eixo Crescimento Econômico com foco na Capacitação Profissional que inclui: 04 Indicadores, 01 Programa e 07 Projetos de Assistência Técnica.

10.1.1 Indicadores

No primeiro semestre de 2016 foram acompanhados 04 indicadores nesta área, sendo 03 Indicadores Primários e 01 Indicador Secundário, conforme descritos no detalhamento a seguir:

¹⁶ As informações dos Programas, Indicadores e Projetos de Assistência Técnica são da posição de 30/06/2016.

10.1.1.1 Indicador Primário: DLI 1: Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação.

a) Setorial Responsável: SDE – Filipe Rabelo

b) Descrição do Indicador: A construção de uma Estratégia Inicial de Desenvolvimento Econômico para o Ceará irá mensurar o esforço do Estado nesta direção, atestando a elaboração da estratégia e o compromisso formal assumido por representantes do setor Produtivo e Acadêmico cearense.

c) Meta para 2016.1: Uma ação do plano de ação implementado.

d) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 10.

Quadro 10: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 1 – SDE

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	Uma ação do plano de ação implementada	Ação Implementada
Janeiro	O Comitê da Estratégia iniciou as atividades de 2016 com a reunião no dia 26/01 que tratou da Ação que deverá ser implementada neste semestre.	
Fevereiro	O Comitê se reuniu dia 04/02 para revisar as Estratégias e fazer o link entre as Ações do Plano de Ação. Esta atividade será realizada pelo IPECE e SEDUC.	
Março	A Ação a ser implementada é a de número 06 - Diversificar oferta do Ensino Médio, articulando-o com Educação Profissional, com mundo do trabalho para melhor aproveitamento da Rede de Educação Profissional (E-Jovem da SEDUC com Corredores Digitais da SECITECE).	
Abril	Após incorporar as sugestões do Especialista do Banco Mundial a Ação foi aprovada pelo mesmo, no entanto solicitou-se que fossem registradas as atribuições de cada Secretária (SEDUC e SECITECE).	
Maio	A SECITECE está elaborando um Termo de Cooperação com a SEDUC a fim de formalizar a interação dessas ações.	
Junho	A SECITECE e a SEDUC assinaram o Termo de Cooperação Técnica para a melhor articulação e atribuição de responsabilidades. O Termo foi publicado via Diário Oficial do Estado em 29/06/16.	

Fonte: UGP PforR

e) Evidências do Cumprimento da Meta

A meta para o primeiro semestre de 2016 (Uma ação do plano de ação implementado) foi cumprida conforme evidência no Anexo II.

10.1.1.2 Indicador Primário: DLI 2: Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP.

a) Setorial Responsável: SEDUC – Rivanir Bezerra

b) Descrição do Indicador: O objetivo dessa iniciativa é disponibilizar informações específicas sobre egressos da Educação Profissional (exemplo, *curriculum vitae*), mercado de trabalho (empresas e oportunidades de emprego), acesso ao ensino superior. O acesso a tal conjunto de informações permitirá que os estudantes e egressos da Educação Profissional sejam mais assertivos nas tomadas de decisões, facilitando a transição para o mercado de trabalho.

Para que o indicador possa ser considerado cumprido, o Governo do Estado, através da SEDUC, deverá enviar dois relatórios de acompanhamento referentes aos anos de 2016 e 2017. O primeiro

Quadro 8: Execução dos Programas incluídos no Escopo do PforR Ceará no primeiro semestre de 2016 (Em R\$ Milhões)

Setorial	Programa 2014 - 2015	Iniciativas 2014 - 2015	Execução 2014 - 2015		Programa 2016 - 2017	Iniciativas 2016 - 2017	Previsão 2016 - 2017			Previsão (Valor Acumulado 2014 - 2017 (F))	Execução 2016 (G)	Execução/Previsão (A)+(B)+(G)/(F)	
			2014 (A)	2015 (B)			2016 (C)	Até Junho 2016 (D)	2017 (E)				
SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	00771	R\$ 77,26	R\$ 55,88	020 - Ensino Integrado à Educação Profissional	020.1.01	R\$ 43,10	R\$ 19,59	R\$ 31,49	R\$ 141,16	R\$ 10,88	55%	
		00328	R\$ 121,58	R\$ 134,30		020.1.02	R\$ 15,44	R\$ 7,02	R\$ 8,06	R\$ 90,07	R\$ 5,38	80%	
			R\$ -	R\$ -		020.1.03	R\$ 87,52	R\$ 39,78	R\$ 98,93	R\$ 442,33	R\$ 53,14	70%	
			R\$ -	R\$ -		020.1.04	R\$ 2,47	R\$ 1,12	R\$ 2,30	R\$ 4,77	R\$ 0,19	4%	
			00834	R\$ 30,06		R\$ 29,95	020.1.06	R\$ 29,00	R\$ 13,18	R\$ 30,00	R\$ 119,01	R\$ 3,48	53%
TOTAL SEDUC			R\$ 228,90	R\$ 220,13	TOTAL SEDUC	R\$ 177,53	R\$ 80,69	R\$ 170,78	R\$ 797,34	R\$ 73,07	65%		
STDS	050 - Assistência Social	03180	R\$ 7,21	R\$ 7,24	080 - Proteção Social Básica	080.1.01	R\$ 8,10	R\$ 3,68	R\$ 10,51	R\$ 33,06	R\$ 3,75	55%	
TOTAL STDS			R\$ 7,21	R\$ 7,24	TOTAL STDS	R\$ 8,10	R\$ 3,68	R\$ 10,51	R\$ 33,06	R\$ 3,75	55%		
SRH/COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos	05273	R\$ 0,46	R\$ -	-	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46	R\$ -	100%	
TOTAL SRH/COGERH			R\$ 0,46	R\$ -	TOTAL SRH/COGERH	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46	R\$ -	100%		
CIDADES	032 - Saneamento Ambiental	05384	R\$ -	R\$ -	025 - Abastecimento de Água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	025.1.12	R\$ 4,99	R\$ 2,27	R\$ 7,01	R\$ 12,00	R\$ -	0%	
TOTAL CIDADES			R\$ -	R\$ -	TOTAL CIDADES	R\$ 4,99	R\$ 2,27	R\$ 7,01	R\$ 12,00	R\$ -	0%		
SEMA	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	03104	R\$ 0,39	R\$ 1,11	064 - Resíduos Sólidos	064.1.04	R\$ 2,00	R\$ 0,91	R\$ 3,00	R\$ 6,50	R\$ 0,10	25%	
SEMACE		-	R\$ -	R\$ -	066 - Ceará Mais Verde	066.1.02	R\$ 2,00	R\$ 0,91	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ -	0%	
		02840	R\$ 0,62	R\$ -		066.1.08	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,62	R\$ -	100%	
		05170	R\$ 1,97	R\$ 1,34		066.1.12	R\$ 1,62	R\$ 0,74	R\$ 1,00	R\$ 5,93	R\$ -	56%	
		04815	R\$ 0,50	R\$ 0,02		066.1.13	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,52	R\$ 0,13	125%	
SEMA		-	R\$ -	R\$ -	067 - Ceará no Clima	067.1.05	R\$ 1,50	R\$ 0,68	R\$ 2,00	R\$ 3,50	R\$ -	0%	
SEMACE		-	R\$ -	R\$ -		067.1.09	R\$ 2,00	R\$ 0,91	R\$ 0,18	R\$ 2,18	R\$ -	0%	
		02466	R\$ -	R\$ 0,02		067.1.11	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,02	R\$ -	100%	
SEMACE		500 - Gestão e Manutenção do CONPAM e vinculada	00001	R\$ 1,51	R\$ 1,05	500 - Gestão e Manutenção da SEMA	500.1.02	R\$ 0,25	R\$ 0,11	R\$ 0,60	R\$ 3,41	R\$ -	75%
TOTAL SEMA			R\$ 0,39	R\$ 1,11	TOTAL SEMA	R\$ 5,50	R\$ 2,50	R\$ 8,00	R\$ 15,00	R\$ 0,10	11%		
TOTAL SEMACE			R\$ 4,60	R\$ 2,43	TOTAL SEMACE	R\$ 3,87	R\$ 1,76	R\$ 1,78	R\$ 12,67	R\$ 0,13	56%		
FUNCEME	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	02846	R\$ 1,79	R\$ 2,27	018 - Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis	018.1.01	R\$ 1,81	R\$ 0,82	R\$ 1,91	R\$ 3,72	R\$ 1,02	137%	
		-	R\$ -	R\$ -		018.1.03	R\$ 0,05	R\$ 0,02	R\$ 0,07	R\$ 4,17	R\$ -	0%	
		02847	R\$ -	R\$ 0,09	-	-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,09	R\$ -	100%	
TOTAL FUNCEME			R\$ 1,79	R\$ 2,37	TOTAL FUNCEME	R\$ 1,86	R\$ 0,84	R\$ 1,97	R\$ 7,99	R\$ 1,02	65%		
TOTAL	7 Program.	14 Iniciat.	R\$ 243,35	R\$ 233,28	8 Program.	18 Iniciat.	R\$ 201,84	R\$ 91,75	R\$ 200,06	R\$ 878,52	R\$ 78,07	63,14%	

Fonte: UGP PforR

relatório deverá apresentar detalhes do sistema, expondo suas funcionalidades e como se dará o acesso por parte dos usuários, bem como potenciais desenvolvimentos futuros da plataforma. O segundo relatório deverá apresentar um resumo das estatísticas de acesso ao sistema, e estatísticas relacionadas à indicadores de mercado de trabalho e educacionais disponibilizados na plataforma para consulta dos usuários.

c) Meta para 2016.1: Primeiro relatório de acompanhamento publicado.

d) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 11.

Quadro 11: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 2 – SEDUC

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	Primeiro relatório de acompanhamento publicado	Primeiro Relatório Publicado
Janeiro	O sistema está em fase de desenvolvimento, estando prontas as telas de cadastro de currículo dos alunos egressos, módulos administrativos para cadastro, alterações e exclusões de usuários do sistema. O sistema alimenta-se com as informações fornecidas pela ADECE.	
Fevereiro	O sistema está em fase de desenvolvimento. O Banco Mundial solicitou que a Setorial fizesse uma apresentação do Sistema durante a Missão de Supervisão em abril.	
Março	A SEDUC está trabalhando na melhoria da visualização e interatividade dos relatórios que serão gerados pelo Sistema, bem como na definição do layout da tela principal para disponibilização de conteúdos.	
Abril	A SEDUC realizou a apresentação prévia do Sistema para a equipe do Banco Mundial que elogiou o trabalho da equipe, mas realizou alguns comentários e sugestões que serão incorporados ao Sistema.	
Maio	O Sistema encontra-se em fase de manualização e apresentação para as equipes internas. O Relatório já está sendo elaborado pela equipe.	
Junho	A equipe da SEDUC enviou o primeiro Relatório que após ser considerado adequado pelo Especialista, depois de fazer sugestões de melhorias, foi enviado à UGP e posteriormente enviado ao Banco Mundial.	

Fonte: UGP PforR

e) Evidências do Cumprimento da Meta.

A meta para o primeiro semestre de 2016 (Primeiro relatório de acompanhamento publicado) foi cumprida conforme evidência no Anexo III.

10.1.1.3 Indicador Primário: DLI 3: Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir com equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.

a) Setorial Responsável: SEDUC – Rivanir Bezerra

b) Descrição do Indicador: Termos de cooperação firmados entre o Governo do Estado, por meio da SEDUC, e instituições públicas e/ou privadas do setor produtivo das áreas da indústria, agronegócio, TIC e turismo que apoiam o Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, para fins de contribuição na formação dos jovens, através de treinamentos e/ou equipamentos e/ou instrutores e /ou currículo técnico. As metas foram definidas a partir do ano base (2012) acrescentando-se 20% para o Ano de 1,5 = 10 contratos e com base nesse número acrescentou 20% para final do Ano 2 =12 contratos. Em cima desse número acrescentaram-se 20% para final do ano 3 =15 contratos. Novamente, em cima dos 15 contratos acrescentaram-se 20% para final do

ano 4 =18 contratos. A partir daí acrescentou-se 1 contrato para os semestres dos Anos 2,5 = 13 contratos e 3,5 =16 contratos. Sendo o valor das metas acumulativo.

c) Meta para 2016.1: 13 acordos firmados e publicados

d) Fórmula de Cálculo: Número de acordos de Cooperação entre SEDUC e Empresas Públicas e Privadas para contribuir com equipamentos, formação dos alunos e instrutores e elaboração dos currículos dos cursos técnicos, assinados e publicados no Diário Oficial do Estado.

e) Linha de Base: 8

f) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 12.

Quadro 12: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 3 – SEDUC

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	13 acordos	13 acordos
Janeiro	A SEDUC concluiu o ano de 2015 com 12 acordos firmados, restando para o cumprimento da meta de 2016.1 mais um contrato que já está em fase de negociação.	
Fevereiro	O 13º Acordo já está em fase de negociação.	
Março	O acordo foi assinado e enviado ao Banco Mundial para análise o qual informou não ter nenhuma objeção em aceitar o Termo.	
Abril	O 13º Acordo foi assinado e a meta portanto foi atingida.	
Mai	O Banco enviou um e-mail dia 27/06/16 confirmando o alcance da meta de 13 Acordos firmados.	
Junho	Esta meta foi alcançada e a evidência foi enviada para o Banco Mundial novamente em 30/06/16.	

Fonte: UGP PforR

g) Evidências do Cumprimento da Meta

A meta para o primeiro semestre de 2016 (13 Acordos publicados) foi cumprida conforme evidência no Anexo IV.

10.1.1.4 Indicador Secundário: Número de técnicos com nível médio, absorvidos pelo setor produtivo (público e privado e ajustado para o ciclo econômico).

a) Setorial Responsável: IPECE – Victor Hugo

b) Descrição do Indicador: O indicador é o número de trabalhadores técnicos de nível médio que possuem vínculo empregatício em empresas públicas ou privadas que atuam nos seguintes subsetores da economia: extrativa mineral, produção mineral não metálico, indústria metalúrgica, indústria mecânica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria calçados, construção civil, alojamento e comunicação, agricultura. Esses subsetores compõem uma lista de 25 subsetores definidos pelo IBGE e disponíveis na RAIS. O cálculo das metas levou em consideração a taxa de crescimento geométrica entre 2003 e 2011 para realizar as projeções para os anos subsequentes. Vale ressaltar que a análise do cumprimento das metas anuais deste indicador deve ser realizada com cautela dado que o mesmo pode sofrer grande influência das flutuações do mercado de trabalho em função de

choques macroeconômicos. Portanto, este indicador não é de total domínio das políticas públicas do Governo do Estado do Ceará. A fonte das informações que indicará o realizado das metas serão os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). O número de técnicos de nível médio será restrito aos seguintes subsetores da economia (segundo o IBGE): extrativa mineral, produção de mineral não-metálico, indústria metalúrgica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria de caçados, construção civil, alojamento e comunicação, e agricultura.

c) Meta para 2016.2: 30.300

d) Fórmula de Cálculo: Soma do número de trabalhadores formais ao final de cada ano base dos seguintes setores: extrativa mineral, produção de mineral não-metálico, indústria metalúrgica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, indústria química, indústria têxtil, indústria de caçados, construção civil, alojamento e comunicação, e agricultura.

e) Linha de Base: 24.543

f) Monitoramento mensal da meta anual de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 13.

Quadro 13: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – IPECE

Posição	Meta 2016.2	Realizado 2016.2
	30.300	-
Janeiro	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015.	
Fevereiro	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015.	
Março	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015.	
Abril	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015.	
Maió	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015. Este Indicador será discutido no Comitê de Estratégia.	
Junho	Em 2014 : 26.141 técnicos foram absorvidos. As informações da RAIS ainda não foram disponibilizadas para 2015. Este Indicador será discutido no Comitê de Estratégia.	

Fonte: UGP PforR

10.1.2 Programas Eleitos

Na área de Capacitação Profissional existe 01 Programa Eleito no PPA 2016-2019 com 05 iniciativas e foram acompanhados conforme descrito a seguir:

10.1.2.1 Programa: 020 – ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PPA Iniciativa: 020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 18802 - Execução de obras e Aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Ação II: 18803 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 141,16 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 19,59 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 10,88 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 56%

PPA Iniciativa: 020.1.02 - Readequação dos Espaços de Aprendizagem aos padrões básicos de funcionamento das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 18804 - Execução de obras e aquisição de material permanente das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação
- Ação II: 18805 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Readequação
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 90,07 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 7,02 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 5,38 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 77%

PPA Iniciativa: 020.1.03 - Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 22668 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional – Aporte
- Ação II: 22669 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Ação III: 22670 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 442,33 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 39,78 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 53,14 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 134%

PPA Iniciativa: 020.1.04 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional.

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 18806 – Adequação da oferta e dos currículos de Educação Profissional
- Ação II: 18807 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 4,77 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 1,12 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,19 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 17%

PPA Iniciativa: 020.1.06 - Apoio às atividades de formação profissional dos alunos.

- Setorial envolvida: **SEDUC**
- Ação I: 18815 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 119,01 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 13,18 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 3,48 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 26%

10.1.3 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Capacitação Profissional foram acompanhados 07 Projetos de Assistência Técnica com 03 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

10.1.3.1 Projeto: Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas

Subprojeto: Contratação de consultoria de empresa para Desenvolver um sistema informatizado para monitoramento e avaliação do perfil das empresas beneficiadas pelo Governo do Estado.

- Responsável: **SDE** - Fernando Costa / Cláudio Ferreira Lima
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 340.209,03
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Janeiro 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução
- Estágio Atual: Em Licitação - Realizada 2ª reunião de negociação em 29/06/16. Atas e Minuta do Contrato remetidas à CEL04 em 30/06/16.

Subprojeto: *Impact Evaluation Workshop Instambul*

- Responsável: **SDE** - Inês Studart
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor do Subprojeto: US\$ 2.894,02
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Maio 2015.
- Estágio Previsto: Concluído
- Estágio Atual: Concluído.

10.1.3.2 Projeto: Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará.

- Responsável: **SECITECE** - Sandra Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 118.460,74
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Novembro 2015 – Janeiro 2017
- Estágio Previsto: Notificação e Adjudicação.
- Estágio Atual: Em Licitação – Setorial está ajustando o Relatório Final da Lista Curta após análise da UGP em 22/06/2016.

10.1.3.3 Projeto: Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.

- Responsável: **SECITECE** - Sandra Monteiro / Tarcísio Hilter Vasconcelos Filho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 190.858,35
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Processo de SDP lançada em 09/06/2016. Reunião prévia realizada no dia 30/06/2016. Recebimento das Propostas Técnicas e Financeiras até o dia 11/07/2016.

10.1.3.4 Projeto: Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.

- Responsável: **SECITECE** - Sandra Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 87.362,46
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.

- Estágio Atual: Em Licitação – Setorial recebeu o resultado final da licitação em 08/06/2016. Contrato remetido a Casa Civil para publicação.

10.1.3.5 Projeto: Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.

- Responsável: **SEDUC** - Jussara Batista
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 330.000,00
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015 – Setembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Em licitação – Solicitação de propostas lançada, data final para recebimento das propostas é 04/07/2016.

10.1.3.6 Projeto: Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.

- Responsável: **SEDUC** – Jussara Batista
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 61.635,53
- Método de Aquisição: SQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Abril 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em licitação – Relatório de Formação da Lista Curta em análise na UGP desde 27/06/2016, com previsão de retorno para 04/07/2016.

10.1.3.7 Projeto: Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.

Subprojeto: Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - Coleta de Dados.

- Responsável: **SEDUC** – Luciano Nery
- Categoria de Licitação: Serviço de não Consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 314.613,18
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Aguardando retorno da SEDUC em relação ao cancelamento do projeto.

Subprojeto: Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - Consultor Individual Estatístico.

- Responsável: **SEDUC** – Luciano Nery
- Categoria de Licitação: CI
- Valor do Subprojeto: US\$ 19.975,94
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Outubro 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Aguardando o Termo de Referência ajustado de acordo com novo escopo do projeto.

Subprojeto: *Impact Evaluation Workshop Istanbul*

- Responsável: **SEDUC** - Marta Emília
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor do Subprojeto: US\$ 3.154,13
- Método de Aquisição: CD

- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Maio 2015
- Estágio Previsto: Concluído.
- Estágio Atual: Concluído.

10.2 ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA

Apresenta-se aqui o desempenho em 30/06/2016 do eixo Redução da Pobreza com foco na Assistência à Família que inclui: 05 Indicadores, dos quais 04 indicadores têm metas para 2016.1, 01 Programa e 04 Projetos de Assistência Técnica.

10.2.1 Indicadores

No primeiro semestre de 2016 foram acompanhados 04 indicadores nesta área, sendo 02 Indicadores Primários e 02 Indicador Secundário, conforme descritos no detalhe abaixo.

10.2.1.1 Indicador Primário: DLI 5 - Porcentagem de equipes técnicas em CRAS que recebem treinamento em apoio à família.

a) Setorial Responsável: STDS – Sebastião Lopes

b) Descrição do Indicador: Número de equipes técnicas de nível superior e médio de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família com crianças de até 5 anos, e na operacionalização dos serviços em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O número de equipes capacitadas será igual ao número de CRAS existentes na área de abrangência do projeto. Atualmente são 55 CRAS.

A meta tem como base o treinamento das equipes desses CRAS para acompanhamento nos 36 municípios mais pobres do Estado. As medidas de acompanhamento à família terão como foco o acesso aos serviços de assistência social em intersetorialidade com educação, saúde e segurança alimentar e nutricional. O acompanhamento será feito por meio de pelo menos 01 visita semestral pelas equipes técnicas municipais dos CRAS. Esses serviços incluirão reuniões, desenvolvimento de atividades e campanhas socioeducativas. Essa ação envolve o desenvolvimento infantil, e ainda o combate à violência doméstica, a atenção à Pessoas com Deficiência, e à mulheres chefes de família, como subsídio a formulação de políticas públicas. As equipes técnicas dos CRAS serão monitoradas pela STDS.

c) Meta para 2016.1: 42,5%

d) Formula de Cálculo: Somatório do número de equipes técnicas de nível superior e médio de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família com crianças de até 5 anos, e na

operacionalização dos serviços em conformidade a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais dividido pelo total de equipes de CRAS dos 36 municípios.

e) Linha de Base: 0 (zero)

f) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 14.

Quadro 14: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 5 – STDS

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2015.2
	42,5%	65,45%
Janeiro	Esta meta foi alcançada em dezembro de 2015, com a capacitação de 65,45% das Equipes dos CRAS. As capacitações foram realizadas pela STDS com recursos do Tesouro. As próximas capacitações serão feitas por Empresa contratada com recurso de Assistência Técnica. O Pregão Eletrônico encontra-se em análise na PGE, desde 21/12/2015.	
Fevereiro	Sobre o Processo Licitatório: O início do recebimento das propostas será a partir de 26/02/2016 e a data de abertura das mesmas, bem como, o início de disputa de preços ocorrerá no dia 09/03/2016.	
Março	Sobre o Processo Licitatório: a STDS concluiu o relatório de recomendação e adjudicação e encaminhou para a ciência e assinatura do Secretário a fim de prosseguir com o processo licitatório que irá contratar a empresa de consultoria para a realização do restante das capacitações.	
Abril	Sobre o Processo Licitatório: Foram publicadas em 18/04/2016 a homologação e adjudicação do pregão eletrônico. Aguardando os tramites internos da setorial para publicação e emissão da ordem de serviço.	
Mai	Para o cumprimento do Indicador, a Equipe Técnica da STDS - PforR elaborou proposta de Capacitação para as equipes técnicas com previsão para Junho / 2016.	
Junho	Esta meta foi alcançada em dezembro de 2015, com a capacitação de 65,45% das Equipes dos CRAS. Será realizada, no período de 18 a 22 de julho de 2016, Capacitação Geral/ Módulo I, para os Técnicos de Nível Médio, dos 36 Municípios do PforR. Os Gestores e profissionais estão sendo mobilizados pela STDS, para garantir a participação dos profissionais no eventos de Capacitação e o cumprimento do Indicador.	

Fonte: UGP PforR

g) Evidências do Cumprimento da Meta: A meta para o primeiro semestre de 2016 (42,5%) foi cumprida no segundo semestre de 2015, conforme Carta de Confirmação do Banco Mundial no Anexo I.

10.2.1.2 Indicador Primário: DLI 6 - Porcentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.

a) Setorial Responsável: SEPLAG – José Freitas Júnior

b) Descrição do Indicador: O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto. As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um

Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&A). Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência. Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.

c) Meta para 2016.1: 55%

d) Fórmula de Cálculo: Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiadas pelo Fundo.

e) Linha de Base: 0 (zero)

f) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 15.

Quadro 15: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 6 – SEPLAG

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	55%	55%
Janeiro	A equipe está elaborando um Cronograma de Atividades para a realização das tarefas relativas ao Indicador.	
Fevereiro	De acordo com o cronograma das atividades, em março serão levantados os Projetos na área de Assistência à Família e em seguida será realizado o agendamento das primeiras Oficinas.	
Março	As atividades propostas para o mês de março deverão ocorrer em abril e junho, devido o tempo demandado para a análise dos Projetos e articulação com as Setoriais responsáveis.	
Abril	Realização das primeiras Oficinas com as Setoriais que são responsáveis por Projetos na área de Assistência à Família.	
Maió	No mês de maio e junho ocorrerão as Oficinas para adequação dos Projetos financiados pelo FECOP na área de Assistência à Família. A previsão da entrega do Relatório com os Projetos inseridos em Marco Lógico é a segunda quinzena de junho.	
Junho	No primeiro semestre, o total de mais 07 Projetos do FECOP foram incluídos em Marcos Lógicos.	

Fonte: UGP PforR

g) Evidências do cumprimento da meta:

A meta para o primeiro semestre de 2016 (55%) foi cumprida conforme evidência no Anexo V.

10.2.1.3 Indicador Secundário: Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).

a) Setorial Responsável: SEPLAG – Lara Costa

b) Descrição do Indicador: O Comitê intersetorial será criado mediante Decreto publicado no Diário Oficial do Governo do Estado do Ceará (DOE), sendo constituído por representantes da Secretaria da Educação - SEDUC, Secretaria da Saúde - SESA, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O

objetivo do Comitê é o acompanhamento das políticas voltadas para o Desenvolvimento Infantil no Ceará.

As principais atribuições do comitê são: i) Definir objetivos estratégicos da política de ECD do Estado; ii) Fortalecer o regime de colaboração entre o Estado e os Municípios; iii) Promover e manter a intersetorialidade das políticas.

As ações realizadas no âmbito do desenvolvimento infantil por cada secretaria membro serão consolidadas em um relatório a ser publicado em site oficial do Governo. Serão relacionados seus principais objetivos, produtos, metas e resultados propostos / alcançados, destacando, quando houver, sua articulação com outras ações desenvolvidas em nível federal e municipal.

c) Meta para 2016.2: Mais duas resoluções publicadas

d) Monitoramento mensal da meta anual de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 16.

Quadro 16: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – SEPLAG

Posição	Meta 2016.2	Realizado 2016.1
	Outras duas Resoluções Publicadas	-
Janeiro	As atividades serão retomadas em fevereiro, quando deverá ser estabelecida uma agenda de trabalho para 2016.	
Fevereiro	O reinício das atividades do Comitê ocorrerá apenas na segunda semana de março, conforme agenda definida com a Primeira-dama do Estado, Presidente do CPDI.	
Março	Realizada reunião técnica com a Primeira-dama no dia 07/03, na qual foi definida a estratégia de monitoramento das ações voltadas à primeira infância. Essa proposta será apresentada na reunião ordinária do Comitê, marcada para o dia 30/03, para consolidação das ações e definição dos indicadores a serem acompanhados/monitorados, os quais serão posteriormente publicados em resolução.	
Abril	Realizada primeira reunião ordinária do Comitê no dia 30/03 para desenvolvimento da estrutura da Matriz Intersetorial de Desenvolvimento Infantil do Estado. Será dada continuidade à construção dessa matriz na próxima reunião ordinária, a se realizar no dia 02/05/16.	
Maio	Será realizada uma oficina no dia 06/06 para definição dos indicadores de resultado que comporão a Matriz Interinstitucional de Desenvolvimento Infantil, e que também serão conteúdo de resolução.	
Junho	A oficina de construção dos indicadores da Matriz Interinstitucional de Desenvolvimento Infantil será realizada nos dias 01/07 e 04/07. Após a construção dessa matriz deverá ser providenciada a resolução para sua publicação.	

Fonte: UGP PforR

10.2.1.4 Indicador Secundário: Percentual de famílias acompanhadas pelos CRAS com acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e de outras políticas públicas.

a) Setorial Responsável: STDS – Sebastião Lopes

b) Descrição do Indicador: Número de famílias cadastradas no CadÚnico em situação de extrema pobreza com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS, tendo como foco o acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social (em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) e de outras políticas públicas. O universo de famílias acompanhadas nos 36 municípios mais pobres do Estado é de aproximadamente 4.500 (quatro mil e quinhentas famílias).

A meta tem como base o levantamento do número de famílias acompanhadas pelas equipes treinadas do CRAS com acesso as ações das políticas públicas, fortalecendo o exercício da

intersetorialidade junto às famílias de cada município da área de referência do PforR, com prioridade para assistência social, saúde, educação e segurança alimentar e nutricional e geração de ocupação e renda.

O levantamento será feito semestralmente tendo como base as informações registradas no sistema de monitoramento parte integrante do projeto de assistência técnica da STDS no âmbito do PforR.

Essa ação envolve o desenvolvimento infantil, e ainda o combate a violência doméstica, a atenção à PcD e a mulheres chefes de família, como subsídio a formulação de políticas públicas.

As equipes técnicas do CRAS serão monitoradas pela STDS.

c) Meta para 2016.2: 7%

d) Fórmula de Cálculo: Somatório do número de famílias visitadas com acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e de outras políticas públicas, dividido pelo número total de famílias acompanhadas pelos CRAS nos 36 municípios mais pobres do Estado.

e) Monitoramento mensal da meta anual de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 17.

Quadro 17: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – STDS

Posição	Meta 2016.2	Realizado 2016.1
	7%	-
Janeiro	Este Indicador será substituído.	
Fevereiro	Este Indicador será substituído.	
Março	Este Indicador será modificado. A STDS deverá dar um retorno ao Banco Mundial sobre uma proposta de novo Indicador que substituirá este.	
Abril	Este Indicador será substituído. Aguardando a STDS enviar retorno sobre a proposta do Banco.	
Maio	Este Indicador será substituído. Aguardando a STDS enviar retorno sobre a proposta do Banco.	
Junho	A STDS enviou ao Banco Mundial uma proposta de Protocolo modificando este Indicador. O Banco retornou email aceitando a nova Proposta da Setorial já foi incorporada neste Relatório.	

Fonte: UGP PforR

10.2.2 Programas Eleitos

Na área de Assistência à Família existe 01 Programa Eleito, conforme descrito a seguir.

10.2.2.1 Programa: 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

PPA Iniciativa: 080.1.01 - Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.

- Setorial envolvida: **STDS**
- Ação I: 22874 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 33,06 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 3,68 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 3,75 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 102%

10.2.3 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Assistência à Família foram acompanhados 04 Projetos de Assistência Técnica com 03 Setoriais Responsáveis conforme descrito a seguir.

10.2.3.1 Projeto: Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE - Desenvolvimentos de Sistemas - IPECEDATA e Monitoramento FECOP.

- Responsável: **IPECE** - Mário Aragão
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 769.636,60
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Junho 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação - Encaminhado o Relatório Final da Lista Curta para encerramento da 1ª fase e o processo de solicitação de proposta para lançamento à PGE/Cel04 em 30/06/2016.

10.2.3.2 Projeto: Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches.

Subprojeto: CURSO sobre Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância para 01 técnico da SEDUC.

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor do Subprojeto: US\$ 4.466,03
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Abril 2015
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual para Treinamento em instrumento WMS (World Management Survey)

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 21.255,20
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Início/Término: Novembro 2015 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Atividades Preparatórias – Termo de referência ajustado em análise na UGP desde 13/06/2016. Previsão de retorno (elaboração da minuta do contrato e estimativa dos custos pela UGP) em 07/07/2016.

Subprojeto: Consultoria de Empresa para o desenvolvimento das ações de formação para gestores das creches e pré-escolas dos municípios cearenses beneficiados através do Programa de Fortalecimento Institucional da Educação Infantil.

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 473.254,91
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Setembro 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Termo de referência ajustado em análise na UGP desde 21/06/16, com previsão de retorno para o dia 05/07/2016.

Subprojeto: Contratação de Empresa Especializada para serviço de Impressão Gráfica dos materiais de divulgação e dos materiais pedagógicos de apoio a formação para gestores da educação infantil dos 36 Municípios Cearenses beneficiados.

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Serviços de não Consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 22.801,43
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2016 - Setembro 2016
- Estágio Previsto: Atividades Preparatórias
- Estágio Atual: Em Atividades Preparatórias – Edital de shopping em análise na UGP desde 21/06/16, com previsão de retorno para o dia 05/07/2016.

10.2.3.3 Projeto: PADIN - Desenho, implementação, monitoramento e avaliação do piloto de apoio domiciliário.

Subprojeto: Contratação de Consultor Individual Especialista em Avaliação de Programas para Identificar o Impacto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, sobre o Desenvolvimento Cognitivo e Não Cognitivo das Crianças Participantes do Programa
Responsável: **SEDUC** – Lucas Fernandes / **IPECE** - Jimmy Oliveira

- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor Subprojeto: US\$ 16.557,58
- Método de Aquisição: Consultoria Individual
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco na Educação, para o Aprofundamento do Referencial Teórico e Operacional do Programa de Apoio Ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)

- Responsável: **SEDUC** – Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 25.207,85
- Método de Aquisição: Consultoria Individual
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Agosto 2015
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco na Saúde, para o Aprofundamento do Referencial Teórico e Operacional do Programa de Apoio Ao Desenvolvimento Infantil (PADIN)

- Responsável: **SEDUC** – Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 29.188,04
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Agosto 2015
- Estágio Previsto: Contrato Concluído
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Arte Gráfica/Design, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais e Cartilhas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN

- Responsável: **SEDUC** – Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Serviços de não consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 61.838,85
- Método de Aquisição: Shopping

- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Fevereiro 2016 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução

Subprojeto: Contratação de Serviços Técnicos de Empresa de Consultoria Especializada em Visitas Domiciliares e para Formação dos Agentes de Desenvolvimento Infantil e dos Supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 169.793,60
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015 – Setembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – SEDUC elaborando Minuta do Contrato. Aguardando ajustes do parecer de substituição, com previsão de envio à UGP no dia 01/07/2016.

Subprojeto: Contratação de serviço de empresa para apoio logístico das formações do PADIN, incluindo Kits de Brinquedos - 08 Municípios.

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes
- Categoria de Licitação: Serviços de não consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 557.643,38
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Fevereiro 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução
- Estágio Atual: Em Licitação - Edital Pregão Eletrônico encontra-se na PGE. Aguardando ajustes no Mapa Comparativo para envio à PGE.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria para realizar Aplicação e Avaliação dos resultados de impacto do PADIN (Coleta de Dados).

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes / **IPECE** - Jimmy Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 1.069.268,38
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior (acertada em VC realizada em 18/08/15)
- Início/Término: Abril 2015 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Negociando contrato, SEDUC/UGP estão aguardando proposta revisada, em virtude da solicitação de adequação do prazo de 22 para 16 meses. Prazo estipulado para envio à UGP até 30/06/2016.

Subprojeto: Contratação de consultoria individual para Coordenar o trabalho de Campo para Avaliação do Programa do PADIN

- Responsável: **SEDUC** - Lucas Fernandes / **IPECE** - Jimmy Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 34.415,38
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Março 2016
- Estágio Previsto: Contrato Concluído
- Estágio Atual: Em Licitação – Relatório de Avaliação Curricular em análise na CEL04 desde 15/06/2016, com previsão de publicação do aviso resultado final até 01/07/2016.

10.2.3.4 Projeto: Monitoramento e capacitação dos CRAS.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social para Crianças de 0 A 6 anos e suas famílias visando o aprofundamento desse Referencial Teórico Operacional junto às equipes de referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 64.213,69
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Aquisição de Serviços de Empresa Especializada na Elaboração de Arte Gráfica/Design, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais para Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social.

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Serviços de não consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 63.174,42
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Julho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução.

Subprojeto: Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS de 36 municípios do Estado do Ceará

- Responsável: **STDS** - Sebastião Lopes
- Categoria de Licitação: Serviço de não consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 892.888,73
- Método de Aquisição: Pregão Eletrônico (NCB)
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2016 – Novembro 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução.

10.3 QUALIDADE DA ÁGUA

Apresenta-se aqui o desempenho em 30/06/2016 do eixo Sustentabilidade Ambiental com foco na Qualidade da Água que inclui: 08 Indicadores, sendo que 07 indicadores têm metas para 2016.1, 06 Programas e 13 Projetos de Assistência Técnica.

10.3.1 Indicadores

No primeiro semestre de 2016 foram acompanhados 07 indicadores nesta área, sendo 03 Indicadores Primários e 04 Indicadores Secundários, conforme descritos no detalhe abaixo.

10.3.1.1 Indicador Primário: DLI 7 - Estabelecimento de comitê multisetorial de segurança de água.

a) Setorial Responsável: SRH – Carlos Campelo

b) Descrição do Indicador: O Comitê Estadual de Segurança Hídrica foi instituído via Decreto nº 31.165 de 14 de março de 2013 com o objetivo de integrar as Políticas de Segurança Hídrica com

foco na Qualidade da Água. Inicialmente o Comitê estava sob a responsabilidade Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

No entanto, foi considerado o fato de que a agenda do tema "segurança hídrica", discutido no âmbito do Comitê Estadual de Segurança Hídrica, encontra-se contemplada na agenda do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (CONERH), causando duplicidade de atividades nessas duas instâncias. Sendo assim, o Banco Mundial concedeu a Não Objeção à transferência de Responsabilidade do Indicador Estabelecimento de um Comitê de Segurança Hídrica da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA para a Secretaria de Recursos Hídricos - SRH.

c) Meta para 2016.1: Atas de pelo menos duas reuniões realizadas

d) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 18.

Quadro 18: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 7 – SRH

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	Atas de pelo menos duas reuniões realizadas	Atas de duas reuniões realizadas
Janeiro	O cronograma de reuniões do CONERH para 2016 foi estabelecido. A primeira reunião ocorreu no dia 26/01 e a Ata será encaminhada à UGP.	
Fevereiro	A SRH realizou uma reunião esse ano (26/01) e está com a Ata para ser aprovada na próxima (01/03), estando a terceira reunião proposta para 07 de junho, quando espera-se aprovar a Ata da segunda reunião.	
Março	Foram realizadas duas reuniões do CONERH, estando proposta a realização de uma terceira (extraordinária) na data de 19 de abril, por ocasião da visita do Gunars Platais do Banco Mundial. Nesta reunião deverá ocorrer a aprovação da 2ª Ata da Reunião.	
Abril	Ocorreram três reuniões do CONERH até o momento. As duas Atas já aprovadas serão encaminhadas para a UGP provavelmente, ainda em abril.	
Mai	A SRH enviou em 26/06/16 cópias das duas primeiras Atas aprovadas da Reunião do CONERH em meio físico.	
Junho	A meta foi alcançada e a evidência foi encaminhada para o Banco Mundial em 30/06/2016.	

Fonte: UGP PforR

e) Evidências do Cumprimento da Meta.

A meta para o primeiro semestre de 2016 (Atas de pelo menos duas reuniões realizadas) foi cumprida conforme evidência no Anexo VI.

10.3.1.2 Indicador Primário: DLI 8 - Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.

a) Setorial Responsável: CAGECE – Carlos Rossas

b) Descrição do Indicador: Este indicador mede a capacidade utilizada da rede instalada. Para o cálculo do Indicador são considerados como ligados os códigos de ligações ativas, ativas condominiais, faturadas por outro imóvel e suspensas em relação ao universo de imóveis na rede existente. Foram excluídas da base de não ligados às ligações factíveis, tamponadas e ligadas sem interligação na situação vago, uma vez que não existem imóveis nesses terrenos, bem como as ligações inativas.

c) Meta para 2016.1: 85,2%

d) Fórmula de Cálculo: As metas foram calculadas da seguinte forma: $\frac{A+B+C}{D+E+F+G+H+I+J} * 100$

Sendo:

A= N° de Ligações ativas de esgoto; **B=** N° de Ligações _COND_ESGOTO; **C=** N°_LIG_ESGOTO_FATUR_OUT_IMOVEL;
D= N°_LIG_ATIVAS_ESGOTO; **E=** N°_LIG_COND_ESGOTO; **F=** N°_LIG_SUSP_ESGOTO; **G=** N°_LIG_TAMP_ESGOTO ;
H=N°_LIG_FACT_ESGOTO; **I=** N°_LIG_ESGOTO_FATUR_OUT_IMOVEL ; **J=**N°_LIG_LIG_SEM_INTERLIG_ESGOTO.

e) Linha de Base: 83,3%

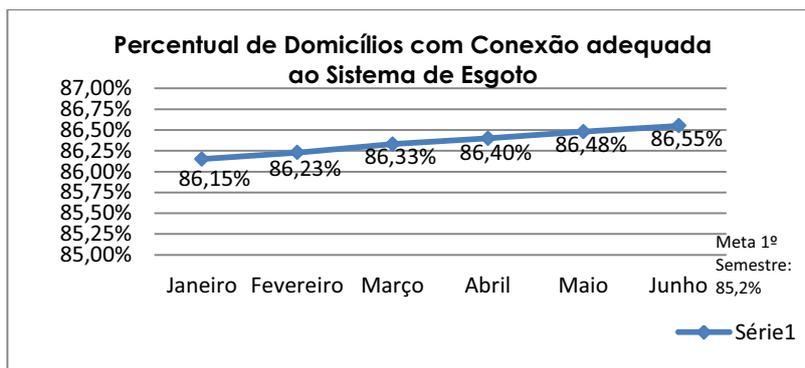
f) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 19 e Gráfico 4.¹⁷

Quadro 19: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 8 – CAGECE

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	85,20%	86,55%
Janeiro	86,15%	
Fevereiro	86,23%	
Março	86,33%	
Abril	86,40%	
Maió	86,48%	
Junho	No mês de Junho a CAGECE informou a porcentagem referente ao mês de Junho: 86,55%.	

Fonte: UGP PforR

Gráfico 4: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 8 – CAGECE



Fonte: UGP PforR

g) Evidências do Cumprimento da Meta.

A meta para o primeiro semestre de 2016 (86,20%) foi cumprida no segundo semestre de 2015, conforme demonstrado na Carta de Desembolso do Banco Mundial no Anexo I.

10.3.1.3 Indicador Primário: DLI 9 - Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental.

a) Setorial Responsável: SEMA – Maria Dias

b) Descrição do Indicador: O objeto desta proposição consiste em acompanhar as ações conjuntas entre SEMACE, SEMA, COGERH e SRH para integrar ações de fiscalização,

¹⁷ Os resultados do DLI 8 informados à UGP no mês de referência dizem respeito às medições do mês anterior, por exemplo, os resultados apresentados no mês de junho dizem respeito à medição ocorrida no mês de maio. Logo os resultados do Indicador referentes ao mês de junho foram divulgados pela CAGECE em julho.

monitoramento quantitativo e qualitativo de água e educação ambiental. A definição das metas está condicionada na junção de três ações: fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

c) Meta para 2016.1: 65%

d) Fórmula de Cálculo: $\frac{3*x+y+z}{10}$

Onde: **X**= Percentual de fiscalização; **Y**= Percentual de monitoramento; **Z**= percentual ambiental;

e) Linha e Base: 17%

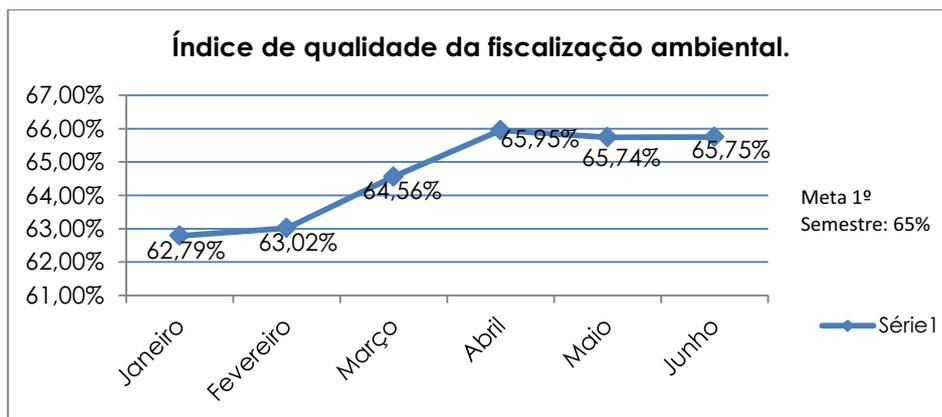
f) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 20 e Gráfico 5¹⁸.

Quadro 20: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA

Posição	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	65,00%	65,75%
Janeiro	62,79%	
Fevereiro	63,02%	
Março	64,56%	
Abril	65,95%	
Maió	65,74%	
Junho	65,75% (medição informada em julho referente ao mês de junho)	

Fonte: UGP PforR

Gráfico 5: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 9 – SEMA



Fonte: UGP PforR

g) Evidências do Cumprimento da Meta.

A meta para o primeiro semestre de 2016 (65%) foi cumprida conforme evidência no Anexo VII (Neste anexo estão as informações referentes ao apresentado pela setorial em junho (dados referentes às medições realizadas em maio e julho, dados referentes à medições realizadas em junho).

10.3.1.4 Indicador Secundário: Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas.

a) Setorial Responsável: COGERH – Zulene Almada

¹⁸ Os resultados do DLI 9 informados à UGP no mês de referência dizem respeito às medições do mês anterior, por exemplo, os resultados apresentados no mês de junho dizem respeito à medição ocorrida no mês de maio. Logo os resultados do Indicador referentes ao mês de junho foram divulgados pela SEMA julho.

b) Descrição do Indicador: Plano de Segurança Hídrica das Bacias Metropolitana, Acaraú e Salgado, com objetivo de propor ações para a melhoria da qualidade da água. Tanto o Plano de Segurança quanto a parte inicial deste Plano que seria o Diagnóstico das Bacias estão diretamente ligados à contratação de um serviço de consultoria que será financiado pelo Componente II - Assistência Técnica do PforR.

A COGERH ao verificar o prazo do Processo Licitatório para a contratação da empresa que irá elaborar o Plano de Segurança Hídrica constatou que não haveria tempo hábil para o atingimento das metas programadas para o Indicador. Por essa razão, a setorial elaborou a Nota Técnica solicitando ao Banco a revisão das metas deste Indicador. O Banco concordou com as alterações e emitiu não objeção ao protocolo proposto pela COGERH (Anexo VIII).

c) Meta para 2016.2: Conforme o novo Protocolo não há metas para este período

d) Monitoramento mensal da meta anual de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 21.

Quadro 21: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH

Posição	Meta 2016.2 ¹⁹	Realizado 2016.1
	-	-
Janeiro	Este Indicador é vinculado à Contratação de Consultoria. O processo licitatório está na fase de recebimento de Propostas das empresas. A Setorial enviou uma Nota Técnica informando ao Banco o não cumprimento da meta de 2015.2 e solicitando a revisão das metas posteriores.	
Fevereiro	A Setorial aguarda retorno do Banco sobre a Nota Técnica e no Processo Licitatório o prazo para recebimento de Propostas foi prorrogado.	
Março	O Banco Mundial retornou a Nota Técnica com revisões e a COGERH está elaborando uma resposta aos questionamentos do Especialista Gunars. Sobre o Processo Licitatório: As propostas técnicas das empresas estão sendo analisadas com conclusão prevista para 31/03/16.	
Abril	Na Missão do Banco Mundial, em abril, a proposta de revisão das metas foram discutidas e as solicitações foram aceitas, ficando a última meta como sendo a apresentação do Plano já elaborado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH.	
Maio	No dia 16/05/16 a Setorial enviou o Protocolo revisado e assinado que foi encaminhado ao Banco Mundial para não objeção. Sobre o Processo Licitatório: Em 20/05/2016 as propostas financeiras chegaram a COGERH para análise.	
Junho	O Banco Mundial enviou a não objeção ao Protocolo em 06/06/16. Sobre o Processo Licitatório: Aguarda-se o aviso de resultado final da empresa vencedora até dia 01/07/2016.	

Fonte: UGP PforR

10.3.1.5 Indicador Secundário: Apresentação de nova Lei de Bacias Hidrográficas.

a) Setorial Responsável: COGERH – Ana Araújo

b) Descrição do Indicador: A proposta da nova Lei será subsidiada pelo diagnóstico realizado nas 3 bacias estratégicas, bem como a realização de reuniões e audiência com os comitês gestores das bacias e açudes onde serão discutidas e homologadas as propostas para a Lei.

Em reunião com a Equipe da COGERH, verificou-se que as metas deste Indicador não seriam cumpridas até o final do Projeto. A Setorial elaborou uma Nota Técnica contextualizando os

¹⁹ De acordo com o novo protocolo aprovado pelo Banco Mundial em 06/06/2016, o Indicador Secundário "Apresentação de Planos de Segurança de Água para três Bacias Hidrográficas estratégicas" não tem meta para o ano de 2016.

desafios e propondo a modificação das metas. O Banco Mundial concordou com a proposta e concedeu a Não Objeção ao Protocolo em fevereiro de 2016 (Anexo IX).

c) Meta para 2016.2: Conforme o novo Protocolo a meta para este período é: Proposta e consultas completas aos Comitês das Bacias Hidrográficas.

d) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 22.

Quadro 22: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH

Posição	Meta 2016.1 ²⁰	Realizado 2016.1
	Proposta e consultas completas aos Comitês das Bacias Hidrográficas (CBH).	As Proposta e consultas foram realizadas em todos os Comitês de Bacias Hidrográficas (12 Comitês)
Janeiro	Está sendo agendado apresentação do projeto de lei nas primeiras reuniões ordinárias dos CBH's que ocorrerão em meados do ano de 2016. A COGERH enviou uma Nota Técnica solicitando a revisão das metas deste Indicador.	
Fevereiro	A COGERH aguarda retorno do Banco Mundial sobre a Nota Técnica apresentada, bem como está realizando agendamento de reuniões com os Comitês das Bacias para apresentação do Projeto de Lei.	
Março	Recebido do Banco Mundial a não objeção sobre a Nota Técnica. Agendado inclusão na pauta de CBH's para apresentação do projeto com previsão de conclusão para final de junho/2016.	
Abril	A COGERH está realizando as consultas aos Comitês de Bacias. Foi enviado ao Banco Mundial algumas informações de reuniões já realizadas (até o momento foram realizadas com 5 dos 12 Comitês).	
Maio	A COGERH informou que a minuta do Projeto de Lei de Conservação e Recuperação dos Mananciais foi apresentada em 11 Comitês de Bacias Hidrográficas.	
Junho	No último dia 22/06, foi apresentada no CBH Metropolitanas a Minuta do Projeto de Lei de Conservação e Recuperação dos Mananciais de interesse do Estado do Ceará, totalizando a apresentação nas 12 Bacias Hidrográficas.	

Fonte: UGP PforR

e) Evidências do Cumprimento da Meta: A meta para o primeiro semestre de 2016 (Proposta e consultas completas aos Comitês das Bacias Hidrográficas (CBH) foi cumprida conforme evidência no Anexo X.

10.3.1.6 Indicador Secundário: Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.

a) Setorial Responsável: COGERH – Denilson Fidelis

b) Descrição do Indicador: Este índice avalia a qualidade da água bruta contemplando os seguintes parâmetros de qualidade de água: pH, Demanda Bioquímica de Oxigênio, turbidez, oxigênio dissolvido, sólidos totais, fósforo total, nitrogênio total, alteração de temperatura e coliformes fecais. Esses parâmetros são considerados relevantes para a avaliação da qualidade das águas, tendo como determinante principal a utilização das mesmas para abastecimento público.

c) Meta para 2016.2: 65,9

d) Linha de Base: 61,2

e) Monitoramento mensal da meta anual de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 23 e Gráficos 6 e 7.

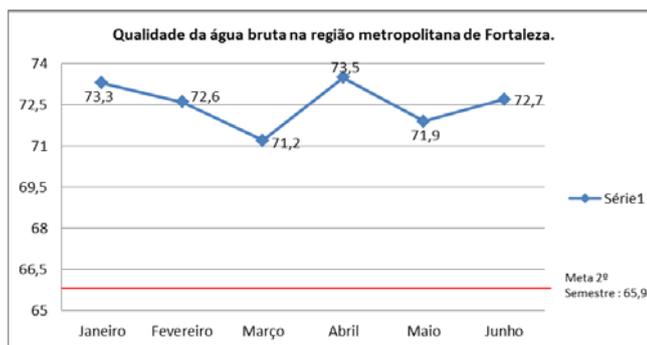
²⁰ De acordo com o novo protocolo aprovado pelo Banco Mundial em 26/02/2016, o Indicador Secundário "Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas" passou a ter meta no primeiro semestre de 2016.

Quadro 23: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH

Posição	Meta 2016.2	Realizado 2016.1
	65,9	72,7
Janeiro	73,3 - (IQARce: 4,46 – Criticamente degradado a poluído)	
Fevereiro	72,6 - (IQARce: 4,50 – Criticamente degradado a poluído)	
Março	71,2 - (IQARce: 4,50 – Criticamente degradado a poluído)	
Abril	73,5 - (IQARce: 4,48 – Criticamente degradada a poluído)	
Maió	71,9 - (IQARce: 4,39 – Criticamente degradada a poluído)	
Junho	72,7 - (IQARce: 4,23 – Criticamente degradada a poluído)	

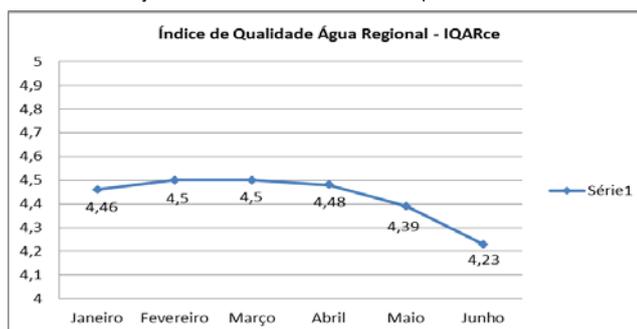
Fonte: UGP PforR

Gráfico 6: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – COGERH



Fonte: UGP PforR

Gráfico 7: Monitoramento do IQARce até junho de 2016 - Dado complementar do Indicador Secundário da COGERH



Fonte: UGP PforR

10.3.1.7 Indicador Secundário: Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revisada.

a) Setorial Responsável: SEMA – Maria Dias

b) Descrição do Indicador: Instrumento jurídico com diretrizes gerais a serem obedecidas pelo respectivo Plano Estadual e pelos Planos Municipais de Resíduos Sólidos no Estado do Ceará. Propõe alternativas viáveis para o perseguimento de um desenvolvimento sustentável, utilizando-se de instrumentos como a Coleta Seletiva de resíduos sólidos, Controle e Participação Social, Responsabilidade Compartilhada, Regionalização da Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, Logística Reversa, Acordos Setoriais.

c) Meta para 2016.2: Implementação e monitoramento.

d) Monitoramento mensal da meta anual de janeiro até junho de 2016: Os resultados do monitoramento encontram-se no Quadro 24.

Quadro 24: Monitoramento mensal da meta anual até junho de 2016 – Indicador Secundário – SEMA

Posição	Meta 2015.2	Realizado 2016.1	Meta 2016.2	Realizado 2016.1
	Divulgação e implementação	A Lei foi divulgada e aprovada na Assembleia Legislativa do Ceará	Implementação e monitoramento	-
Janeiro	O Projeto de Lei está na PGE no Gabinete do Procurador Geral para encaminhamentos.			
Fevereiro	O Projeto de Lei foi encaminhado dia 16/02/16 para a SEMA para ajustes. Dia 18/02/16 o mesmo retornou para PGE e em seguida ser encaminhado ao Governador e depois seguirá para a Assembleia.			
Março	A coletânea nº 7966 de Leis que dizem respeito a Saneamento e nela está o Projeto de Lei nº 21/16, referente a Política Estadual de Resíduos Sólidos, foi enviada a Assembleia Legislativa dia 15/03/2016 e atualmente está na comissão de Constituição e Justiça - CCJ.			
Abril	O Projeto ainda passará pelas Comissões de Meio Ambiente, Serviço Público e Orçamento. A Lei está prevista para ser votada na Assembleia Legislativa em 07/05/16.			
Mai	As Comissões de Meio Ambiente, Serviço Público e Orçamento fizeram alguns questionamentos a respeito de aspectos técnicos do Projeto e na segunda (23/05/16) foi realizada reunião na Assembleia para o esclarecimento desses aspectos. Após isso a Coletânea de Leis foi votada na comissão e aprovada.			
Junho	A Lei nº 16.032 de 20 de junho de 2016 que Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Âmbito do Estado do Ceará foi aprovada e publicada no Diário Oficial do Estado em 22/06/2016.			

Fonte: UGP PforR

e) Evidências do Cumprimento da Meta: A meta referente ao segundo semestre de 2015 (Divulgação e implementação) cumprida conforme evidência no Anexo XI.

10.3.2 Programas Eleitos

Na área de Qualidade da Água existe 06 Programas Eleitos 6 com 12 iniciativas, conforme descrito abaixo.

10.3.2.1 Programa: 025 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

PPA Iniciativa: 025.1.12 - Otimização de Sistemas de Esgotamento Sanitário.

- Setorial envolvida: **CIDADES**
- Ação I: 18946 - Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário – P4R.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 12,00 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 2,27 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

10.3.2.2 Programa: 064 – RESÍDUOS SÓLIDOS

PPA Iniciativa: 064.1.04 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos.

- Setorial envolvida: **SEMA**
- Ação I: 18911 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 6,50 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,91 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,10 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 25%

10.3.2.3 Programa: 066 – CEARÁ MAIS VERDE

PPA Iniciativa: 066.1.02 – Implementação de ações de Florestamento e Reflorestamento de Áreas Degradadas.

- Setorial envolvida: **SEMA**
- Ação I: 17569 - Implementação de ações de Florestamento e Reflorestamento de Áreas Degradadas.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 5,00 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,91 milhões

- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

PPA Iniciativa: 066.1.08 – Publicação de Inventário Florestal do Estado do Ceará Elaborado.

- Setorial envolvida: **SEMACE**
- Ação I: Não tem Ação Vinculada
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 0,62 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,00
- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%
- Realizado/Previsto Acumulado (2014-2016): 100%
- Farol: VERDE (*)

(*) Corresponde à iniciativa 02840 (Elaboração de planos, estudos e projetos ambientais) do Programa 082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais no PPA 2012–2015 que executou em 2014 R\$ 0,62.

PPA Iniciativa: 066.1.12 – Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará.

- Setorial envolvida: **SEMACE**
- Ação I: 18663 - Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 5,93 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,74 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

PPA Iniciativa: 066.1.13 – Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará.

- Setorial envolvida: **SEMACE**
- Ação I: 18663 - Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 0,52 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,00
- Realizado em 2016: R\$ 0,13 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%
- Realizado/Previsto Acumulado (2014 a 2016): 129%
- Farol: VERDE (*)

(*) Corresponde à iniciativa 04815 (Monitoramento, controle e fiscalização das áreas protegidas do Estado do Ceará) do Programa 082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais no PPA 2012 – 2015 que teve pagamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 0,13.

10.3.2.4 Programa: 067 – CEARÁ NO CLIMA

PPA Iniciativa: 067.1.05 – Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro.

- Setorial envolvida: **SEMA**
- Ação I: 18878 – Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 3,50 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,68 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

PPA Iniciativa: 067.1.09 – Implementação do monitoramento da qualidade do ar.

- Setorial envolvida: **SEMACE**
- Ação I: 18670 – Implantação de Estações de Monitoramento da Qualidade do ar.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 2,18 milhões

- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,91 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

PPA Iniciativa: 067.1.11 – Realização de análise da qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

- Setorial envolvida: **SEMACE**
- Ação I: 18677 - Análise das Amostras coletadas nas Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 0,02 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,00
- Realizado em 2016: R\$ 0,00
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

10.3.2.5 Programa: 500 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEMA

PPA Iniciativa: 500.1.02 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional da SEMA e vinculadas.

- Setorial envolvida: **SEMACE**
- Ação I: 17973 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - SEMACE.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 3,41 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,11 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,00 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

10.3.2.6 Programa: 018 – CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

PPA Iniciativa: 018.1.01 - Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.

- Setorial envolvida: **FUNCEME**
- Ação I: 22611 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de informações Hidroagrometeorológicas.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 3,72 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,82 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 1,02 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 125%

PPA Iniciativa: 018.1.03 - Ampliação e modernização do sistema de monitoramento e previsão

- Setorial envolvida: **FUNCEME**
- Ação I: 18416 – Ampliação e Modernização do Sistema de Monitoramento e Previsão.
- Previsão Acumulada (2014-2017): R\$ 4,17 milhões
- Previsão até Junho de 2016: R\$ 0,02 milhões
- Realizado em 2016: R\$ 0,00 milhões
- Realizado/Previsto para o ano de 2016: 0%

10.3.3 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Qualidade da Água foram acompanhados 13 Projetos de Assistência Técnica com 06 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

10.3.3.1 Projeto: Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.

- Responsável: **ARCE** - Alexandre Caetano
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa

- Valor Total do Subprojeto: US\$ 370.112,85
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2014 – Dezembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Aguardando contrato assinado, remetido a empresa em 02/07/2016.

10.3.3.2 Projeto: Fortalecimento do manejo estadual de recursos hídricos

- Responsável: **COGERH** - Zulene Almada
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 884.094,13
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Novembro 2015 – Novembro 2017
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

10.3.3.3 Projeto: Plano de Segurança Hídrica

- Responsável: **COGERH** - Zulene Almada
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 866.094,02
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Publicado aviso de resultado final em 29/06/2016, aguardando prazo recursal de 5 dias úteis, que encerra-se em 06/07/2016.

10.3.3.4 Projeto: Consolidação dos Diagnósticos do Plano de Segurança Hídrica

- Responsável: **COGERH** - Zulene Almada
- Categoria de Licitação: Contratação Direta
- Valor Subprojeto: US\$ 27.326,38
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Junho 2015 – Outubro 2015
- Estágio Previsto: Concluído
- Estágio Atual: Concluído.

10.3.3.5 Projeto: Metodologia de modelagem de qualidade da água.

- Responsável: **FUNCEME** - Francisco Hóilton
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 660.935,56
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: setembro 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em execução
- Estágio Atual: Contrato em execução.

10.3.3.6 Projeto: Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Magda Marinho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Subprojeto: US\$ 391.476,75
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior

- Início/Término: Julho 2014 – Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Aguardando divulgação do resultado final. Processo na PGE na auditoria com previsão de envio à SEMA até 01/07/2016.

10.3.3.7 Projeto: Capacitação para o pessoal técnico municipal.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para Desenvolvimento e Execução de Projeto em Educação Ambiental para a Qualidade da Água nas Três Bacias Hidrográficas Estratégicas

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Ulisses Rolim
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Subprojeto: US\$ 314.274,86
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Fevereiro 2016 – Novembro 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução.

Subprojeto: Contratação de Serviços para apoio logístico para o projeto de educação ambiental para qualidade de água nas três bacias hidrográficas estratégicas.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Ulisses Rolim
- Categoria de Licitação: Serviço de não consultoria
- Valor Subprojeto: US\$ 107.269,38
- Método de Aquisição: Shopping
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Dezembro 2015 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

10.3.3.8 Projeto: Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Francisco Leorne
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Subprojeto: US\$ 181.663,78
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2014 – Junho 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – CEL04 publicou a Corrigenda do Aviso de Resultado Final, encaminhado a SEMA para providências.

10.3.3.9 Projeto: Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Monica Freitas
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Subprojeto: US\$ 224.000,00
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Solicitação de Propostas lançada, prazo para recebimento das propostas até o dia 11/07/2016.

10.3.3.10 Projeto: Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor Subprojeto: US\$ 1.153.752,25
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior

- Início/Término: Abril 2015 – Abril 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Aguardando receber atas e minuta do contrato assinadas por parte da empresa vencedora, prazo estimado ate 04/07/2016.

10.3.3.11 Projeto: Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.

- Responsável: **SEMA** - Maria Dias / Fabiola Martins
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 472.119,04
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Abril 2015 – Novembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Abertura das propostas financeiras em 29/06/2016, aguardando envio de ofício para SEMA.

10.3.3.12 Projeto: Fortalecimento da gestão ambiental estadual

Subprojeto: Contratação de Consultoria especializada em elaborar o planejamento estratégico do meio ambiente e realizar cursos para os técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE

- Responsável: **SEMACE** - Elizabeth Romão / Tiago Bessa
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 358.092,90
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Relançamento da solicitação de Propostas em 30/06/2016, com data para recebimento das propostas estipulada até 01/08/2016.

Subprojeto: Contratação de Consultoria de Empresa Especializada que irá desenvolver a Manualização dos Procedimentos Técnicos dos Setores Finalísticos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente.

- Responsável: **SEMACE** - Elizabeth Romão / Tiago Bessa
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 213.174,78
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2014 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Ata e Minuta do Contrato encontram-se com Procurador para assinatura do ofício e posterior divulgação de resultado final.

10.3.3.13 Projeto: Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

Subprojeto: Contratação de Consultoria de Empresa Especializada em Estudos de Análise e Integração dos Instrumentos de Gestão com Foco na Outorga, Cobrança e Fiscalização.

- Responsável: **SRH** - Karine Machado
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 446.328,65
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Relatório de Avaliação Técnica analisado pela UGP em 29/06/2016, com ajustes a serem realizados pela comissão.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria para Implementação e Implantação do Sistema Integrado de Informações de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH).

- Responsável: **SRH** - Karine Machado

- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor Subprojeto: US\$ 418.975,09
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Agendada reunião de negociação contratual para 01/07/2016.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Pessoa Física Especializada para Elaboração do Planejamento Inicial dos Sistemas de Adução e Planejamento e Elaboração do Mapa do Estado do Ceará com a Disposição Preliminar das Aduoras - Malha D'agua.

- Responsável: **SRH** - Karine Machado
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor Subprojeto: US\$ 152.839,20
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Maio 2016 – Agosto 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução.

10.4 GESTÃO POR RESULTADOS

Apresenta-se aqui o desempenho em 30/06/2016 do eixo Gestão Público com foco na Gestão por Resultados que inclui: 02 Indicadores e 11 Projetos de Assistência Técnica.

10.4.1 Indicadores

No segundo semestre de 2015 foram acompanhados 02 Indicadores, sendo eles primários, conforme descritos no detalhe abaixo:

10.4.1.1 Indicador Primário: DLI 11 - Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados²¹.

a) Setorial Responsável: SEPLAG – Avilton Júnior

b) Descrição do Indicador: Esse projeto de Assistência Técnica também deve propor e desenvolver ferramentas e procedimentos que permitam comprovar o envolvimento formal de órgãos e secretarias do governo com uma sistemática de gestão por resultados adotada pelo Governo do Estado do Ceará. É importante destacar que o cumprimento deste Indicador está condicionado à contratação de Consultoria que será contratada com recursos da Assistência Técnica.

c) Meta para 2016.1: 3 Secretarias utilizando o modelo.

d) Linha de Base: 0 (zero)

e) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 25.

²¹ O Título inicial deste indicador era: Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos, no entanto foi solicitada a modificação no pedido de reestruturação do PforR, o qual foi aceita por meio da não objeção do Banco Mundial no Anexo XII.

Quadro 25: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 11 – SEPLAG

Posição	Meta 2014.2	Realizado 2016.1	Meta 2015.1	Realizado 2016.1	Meta 2015.2	Realizado 2016.1	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	Aprovação do modelo de Gestão para Resultados do Ceará.	-	1 Secretaria	-	2 Secretarias	-	3 Secretarias	-
Janeiro	Este Indicador é vinculado à Consultoria e conforme o cronograma de execução das atividades, a primeira meta, relativa à aprovação do modelo de GPR, deverá ser atingida na segunda quinzena de maio. E a segunda meta, uma secretaria utilizando o modelo de GPR, tem a previsão de ser alcançada em julho.							
Fevereiro	Conforme o cronograma de execução das atividades do projeto, a primeira meta deste indicador deverá ser alcançada na segunda quinzena de maio. E a segunda meta, deverá ser alcançada em julho.							
Março	A primeira meta do indicador tem previsão de ser alcançada apenas em junho de 2016. A empresa contratada já efetuou a entrega do primeiro produto (Análise de benchmarking das metodologias de GPR) e está finalizando o segundo produto (Diagnóstico do atual modelo de GPR adotado pelo Estado). O Modelo é o 4º produto.							
Abril	A Aprovação do Modelo está previsto para junho. Nos dias 04 e 05 de maio ocorrerá oficina de discussão sobre o modelo de Gestão para Resultados adotado pelo Governo do Estado do Ceará.							
Maio	A meta inicial deste indicador "Aprovação do modelo de GPR" ainda não foi alcançada. A previsão de entrega deste produto é a segunda quinzena do mês de junho.							
Junho	Ainda não foi possível cumprir as metas deste indicador, pois o mesmo depende da realização das atividades da Empresa contratada. De acordo com o cronograma, a previsão é que o modelo seja aprovado no mês de julho ou no início de agosto.							

Fonte: UGP PforR

f) Evidências do Cumprimento da Meta: A meta não será cumprida. A justificativa do não cumprimento da meta de 2016.1 e a previsão encontram-se no Anexo XIII.

10.4.1.2 Indicador Primário: DLI 12 - Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.

a) Setorial Responsável: SEPLAG – Adauto Oliveira

b) Descrição do Indicador: Trata-se da definição e aplicação de metodologia de projetos de investimento que o governo classifica como estratégico, elaborados seguindo o padrão metodológico que compreende: base no planejamento; estudo de possíveis alternativas; análise dos custos e benefícios (incluindo retornos sociais e econômicos); análise de potenciais problemas para execução (como necessidade de estudo de impacto ambiental); Possíveis custos futuros (manutenção, operação); e grau de prioridade do projeto.

c) Meta para 2016.1: 5%

d) Monitoramento mensal da meta semestral de janeiro até junho de 2016: O resultado do monitoramento encontra-se no Quadro 26.

Quadro 26: Monitoramento mensal da meta semestral até junho de 2016 – Indicador Primário DLI 12 – SEPLAG

Posição	Meta 2014.2	Realizado 2016.1	Meta 2016.1	Realizado 2016.1
	Aprovação da Metodologia	Metodologia Aprovada	5% dos Projetos	20%
Janeiro	A previsão é que a meta de 5% seja alcançada até o final de Maio/16.			
Fevereiro	O Consórcio entregou no dia 25/02/16 o Produto 2 do contrato - Diagnóstico e análise da Sistemática de Planejamento. O 3º produto é a Metodologia de Investimentos a qual após aprovada possibilitará o cumprimento da 1ª meta do indicador.			
Março	O Consórcio contratado está desenvolvendo o 3º produto do Contrato que é a Metodologia de Investimentos a qual, após aprovada possibilitará o cumprimento da 1ª meta do indicador.			
Abril	Este Indicador está diretamente vinculado à Consultoria de Empresa. O Produto 3 da Consultoria é a meta referente a 2014.2 e tem previsão de ser atingida em junho de 2016. A SEPLAG solicitou ajustes das metas deste Indicador ao Banco Mundial, sinalizando que concorda com a sugestão de ajuste em reunião ocorrida na Missão de Supervisão em 18/04/16.			
Maio	A Empresa entregou o 3º produto do Contrato - Metodologia de Investimentos a qual encontra-se em análise e após aprovada possibilitará o cumprimento da 1ª meta do indicador.			
Junho	A meta 2014.2 foi alcançada neste semestre e a Seplag apresentou no dia 22/07/16 a CI nº 037/2016 evidenciando o cumprimento da meta de 2016.1 (5%) e 2016.2 (10%) do Indicador. ²²			

Fonte: UGP PforR

²² A Evidência do cumprimento das metas de 2016.1 e 2016.2 foram enviadas após o fechamento deste Relatório, no entanto, atualizamos a última versão do mesmo e já inserimos as informações mais atualizadas.

e) Evidências do Cumprimento da Meta: A meta para o segundo semestre de 2014 (Aprovação da Metodologia) foi cumprida, bem como as metas de 2016.1 e 2016.2, conforme evidências no Anexo XIV e XV, respectivamente.

10.4.2 Projetos de Assistência Técnica

Na área de Gestão por Resultados foram acompanhados 11 Projetos de Assistência Técnica com 03 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

10.4.2.1 Auditoria Técnica dos Indicadores

Subprojeto: Auditoria Técnica dos Indicadores

- Responsável: **CGE** - Paulo Roberto
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 49.011,49
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Janeiro 2015 - Novembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Auditoria Técnica dos Indicadores

- Responsável: **CGE** - Paulo Roberto
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 18.343,14
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Fevereiro 2016
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

10.4.2.2 Projeto: Ouvidoria Ativa

Subprojeto: Consultoria para desenvolver estrutura de gestão organizacional e operacional de um sistema estadual de ouvidoria ativa, através de definição de metodologias, processos e ferramentas necessárias para implantação do sistema. (MODELO).

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 64.572,29
- Método de Aquisição: SQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Janeiro 2016 – Janeiro 2017
- Estágio Previsto: Avaliação Técnica das Propostas.
- Estágio Atual: Em Licitação – CGE remeteu a solicitação de Propostas, Relatório de Formação a Lista Curta e Memória de Cálculo para análise da UGP em 17/06/2016.

Subprojeto: Aplicação de pesquisas de ouvidoria ativa, através de Unidade de Resposta Audível - URA, a partir do modelo preestabelecido pela CGE, bem como a disponibilização de uma ferramenta tecnológica que realize o gerenciamento e a visualização das informações coletadas (APLICAÇÃO).

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação: Serviço de não Consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 650.613,72
- Método de Aquisição: LPN
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Fevereiro 2016 – Abril 2017
- Estágio Previsto: Elaborando Contrato.
- Estágio Atual: Em Atividades Preparatórias - CGE remeteu o Termo de Referência e as cotações para análise da UGP em 17/06/2016.

10.4.2.3 Projeto: Gestão Documental.

- Responsável: **CGE** - Aglaio Soares
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 24.411,82
- Método de Aquisição: CD
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Setembro 2015 – Março 2016
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

10.4.2.4 Projeto: Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE.

Subprojeto: Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Ceará – PforR Ceará. CONSULTORES PLENOS

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 188.184,77
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2014 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

Subprojeto: Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Ceará – PforR Ceará. CONSULTORES PLENOS

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 134.008,05
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2014 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

Subprojeto: Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no Ceará – PforR Ceará. CONSULTOR JÚNIOR

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 21.227,67
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Julho 2014 – Maio 2015
- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

Subprojeto: Contratação de 01 (um) Analista em Licitação para apoiar a UGP nas aquisições do componente II do PforR pelas Diretrizes do Banco Mundial.

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 78.819,57
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Julho 2015 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

Subprojeto: Contratação de 01 (um) Analista em Licitação para apoiar a UGP nas aquisições do componente II do PforR pelas Diretrizes do Banco Mundial.

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 78.819,57
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Julho 2015 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

Subprojeto: Contratação de 01 (um) Analista em Licitação para apoiar a UGP nas aquisições do componente II do PforR pelas Diretrizes do Banco Mundial.

- Responsável: **IPECE** - Cristina Medeiros
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 65.921,17
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Julho 2015 – Janeiro 2018
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

10.4.2.5 Projeto: Consultor Individual especializado em Políticas Públicas para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do PforR.

- Responsável: **IPECE** - Nicolino Trompieri
- Categoria de Licitação: Serviços
- Valor do Subprojeto: US\$ 109.139,93
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévio
- Início/Término: Setembro 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

10.4.2.6 Projeto: Metodologia para análise de impacto econômico.

- Responsável: **IPECE** - Nicolino Trompieri
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 364.824,94
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Setembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Relatório Final da Lista Curta validado pela UGP. Setorial finalizando a Solicitação de Proposta, com previsão de envio a UGP em 30/06/2016.

10.4.2.7 Projeto: Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.

- Responsável: **SEPLAG** - Naiana Corrêa Lima
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 70.825,78
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Julho 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Apresentado apenas 01 (um) currículo para a Manifestação de Interesse, setorial encaminhou ofício solicitando a prorrogação por igual período, em 30/06/2016.

10.4.2.8 Projeto: Concepção e implementação de metodologia de planejamento de investimentos.

- Responsável: **SEPLAG** - Aduino Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 481.856,65
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Novembro 2015 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

10.4.2.9 Projeto: Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação intersetorial.

Subprojeto: Termo de referência para contratação de empresa de consultoria para o apoio ao fortalecimento do modelo de gestão pública para resultados do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** - Avilton Júnior
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 1.128.001,21
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Dezembro 2015 – Dezembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em execução.

Subprojeto: Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação intersetorial (2a. Etapa)

- Responsável: **SEPLAG** - Avilton Júnior
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 300.000,00
- Método de Aquisição:
- Revisão Prévia/Posterior:
- Início/Término: Junho 2016 – Julho 2017
- Estágio Previsto: Elaborando o Termo de Referência
- Estágio Atual: Elaborando o Termo de Referência

10.4.2.10 Projeto: Fortalecimento da participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas.

- Responsável: **SEPLAG** - Dominique Gomes
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 446.073,87
- Método de Aquisição: SBQ
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Outubro 2014 – Novembro 2015
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Banco Mundial encaminhou e-mail com os comentários acerca da ata da reunião de negociação e minuta do contrato em 30/06/2016.

10.4.2.11 Projeto: Auditoria da folha de pagamento e fortalecimento do controle e da gestão de da folha de pagamentos.

Subprojeto: Termo de referência para contratação de Empresa de Consultoria especializada, para Auditar a Folha de Pagamento do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** - Fábio Miranda
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 529.102,21
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Setembro 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.

- Estágio Atual: Em Licitação – Banco Mundial encaminhou e-mail com os comentários acerca da ata da reunião de negociação e minuta do contrato em 29/06/2016.

Subprojeto: Contratação de Empresa de Consultoria para Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **SEPLAG** – Silvana Dourado
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 694.559,97
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Maio 2015 – Abril 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação - Setorial está elaborando finalizando a Solicitação de Proposta, após revisão da UGP em 22/06/2016.

10.5 SISTEMA FIDUCIÁRIO

No Componente II – Assistência Técnica existem cinco subcomponentes, como explicado no item 2.2, a saber: Gestão Pública, Capacitação Profissional, Assistência a Família, Qualidade da Água e o 5º subcomponente é para o Fortalecimento do Sistema Fiduciário, realizado por meio de 09 Projetos de Assistência Técnica cujo desempenho apresenta-se a seguir.

10.5.1 Projetos de Assistência Técnica

No subcomponente de Sistema Fiduciário foram acompanhados 08 Projetos de Assistência Técnica com 04 Setoriais Responsáveis, conforme descrito a seguir.

10.5.1.1 Projeto: Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais

Subprojeto: Serviços de consultoria para análise de requisitos, definição de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliem o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC NEGÓCIOS) do Poder Executivo do Estado do Ceará.

- Responsável: **CGE** - Marcelo Monteiro
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 226.642,79
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Junho 2016 – Abril 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução.

Subprojeto: Consultoria para Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC).

- Responsável: **CGE** - Carlos Jorge Freitas
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 436.863,53
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Agosto 2015 – Março 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – UGP remeteu o Relatório de Avaliação Técnica para ajustes finais da CGE, após a revisão da UGP em 29/06/2016.

10.5.1.2 Projeto: Campanha de divulgação pública de dados - Educação Social

Subprojeto: Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão.

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 1.027.580,50

- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Setorial está elaborando o Relatório de Avaliação Técnica após o recebimento das propostas em 22/06/2016.

Subprojeto: Capacitação da população para o Controle Social.

- Responsável: **CGE** - Ítalo José Brígido Coelho
- Categoria de Licitação: Serviço de não Consultoria
- Valor do Subprojeto: US\$ 251.474,31
- Método de Aquisição: LPN
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Novembro 2015 – Abril 2017
- Estágio Previsto: Assinatura Contrato.
- Estágio Atual: Em Atividades Preparatórias – Minuta do edital da concorrência pública nacional, especificações técnicas e orçamento em análise na UGP após comentários do Banco Mundial em 13/06/2016.

10.5.1.3 Projeto: Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos.

- Responsável: **CGE** - Denise Andrade Araújo
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 131.654,65
- Método de Aquisição: SMC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Setorial aguardando a suplementação para atualização da intenção de gasto, e posterior envio do processo da Solicitação de Proposta à CEL04/PGE para o relançamento, após contato em 28/06/2016.

10.5.1.4 Projeto: Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- Responsável: **CGE** - Paulo Roberto
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresas
- Valor do Subprojeto: US\$ 110.302,49
- Método de Aquisição: SMC
- Revisão Prévia/Posterior: Posterior
- Início/Término: Março 2015 – Maio 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – CEL04/PGE divulgou o resultado da avaliação da proposta técnica das empresas em 29/06/2016 e a abertura pública das propostas financeiras, marcada o dia 04/07/2016.

10.5.1.5 Projeto: Remodelação de sistema de informação licitar e Preparação de Proposta para Melhoria e Padronização dos Documentos de Licitação do Estado.

- Responsável: **PGE** - Valéria Rodrigues
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 319.520,21
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Novembro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Reunião de negociação realizada em 28/06/2016. Setorial está providenciando as assinaturas de minuta de contrato, para posterior envio à CEL04 para divulgação do resultado final.

10.5.1.6 Projeto: Desenvolvimento do Sistema (GCOMPRAS).

- Responsável: **SEPLAG** - Valdir Silva
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 523.590,31
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Abril 2015 – Abril 2017
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – Setorial está encaminhado o Relatório Final da Lista Curta para encerramento da 1ª fase e instruindo o processo de Solicitação de Propostas para posterior envio à PGE/CEL04 para lançamento, após contato em 28/06/2016.

10.5.1.7 Projeto: Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.

- Responsável: **SEPLAG** - Valdir Silva
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 206.373,44
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Dezembro 2014 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Em Licitação – CEL04/PGE encaminhará a SEPLAG o ofício de autorização / convocação com empresa melhor qualificada para reunião de negociação.

10.5.1.8 Projeto: Fortalecimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE).

Subprojeto: Contratação dos serviços de Consultoria Técnica (Pessoa Jurídica) para desenvolver e aplicar, estratégias e instrumentos tecnológicos de informação e comunicação para automatizar os procedimentos de análise dos processos de prestação de contas do TCE-CE.

- Responsável: **TCE** - Glinton Ferreira / Delinda Almeida
- Categoria de Licitação: Consultoria de Empresa
- Valor do Subprojeto: US\$ 806.712,10
- Método de Aquisição: SBQC
- Revisão Prévia/ Posterior: Posterior
- Início/Término: Setembro 2014 – Outubro 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Aviso de resultado final a ser publicado.

Subprojeto: Contratação de Consultor para Implantar as normas de Auditoria Governamental (NAGS) no Tribunal de Contas do Estado do Ceará

- Responsável: **TCE** - Auriço Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 84.010,26
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Maio 2015 – Agosto 2016
- Estágio Previsto: Contrato em Execução.
- Estágio Atual: Contrato em Execução.

Subprojeto: Contratação de Consultoria Individual Especializada para Implantar uma Área/Unidade de Informações Estratégicas, no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

- Responsável: **TCE** - Auriço Oliveira
- Categoria de Licitação: Consultoria Individual
- Valor do Subprojeto: US\$ 100.915,62
- Método de Aquisição: CI
- Revisão Prévia/Posterior: Prévia
- Início/Término: Março 2015 – Junho 2015

- Estágio Previsto: Contrato Concluído.
- Estágio Atual: Contrato Concluído.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Programas PPA Incluídos no Escopo do PforR Ceará

Tabela de Programas – PPA 2012-2015 e PPA 2016-2019 – (Em R\$ Milhões)

Eixo	Setorial	Programas PPA 2013-2015	Programa PPA 2016-2019	Iniciativa PPA 2012-2015	Iniciativa PPA 2016-2019	Ação PPA 2013-2015	Ação PPA 2016-2019	EXECUÇÃO		PROJEÇÃO (R\$ milhões)		TOTAL								
								2014	2015	2016	2017									
								LOA*	2016	2017										
Capacitação Profissional	SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	020 - Ensino Integrado à Educação Profissional	00771 - Construção, ampliação, adequação dos espaços escolares e aquisição de equipamentos, mobiliários, veículos, laboratórios tecnológicos e acervos para as Escolas Estaduais de Educação Profissional	020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	19475 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18802 - Execução de obras e aquisição de material permanente e das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	R\$ 77,26	R\$ 55,88	R\$ 42,30	R\$ 31,19	R\$ 106,77								
						16422 - Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18803 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.			R\$ 0,80	R\$ 0,30	R\$ 34,38								
						19482 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18804 - Execução de obras e aquisição de material permanente e das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação.			R\$ 15,38	R\$ 8,00	R\$ 56,67								
						16423 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional	18805 - Expansão e Melhoria do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Readequação.			R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 33,40								
						00328 - Manutenção e funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional (PforR)	020.1.03 - Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.			28686 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas Estaduais de Educação Profissional	22648 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Aporte.	R\$ 60,52	R\$ 68,33	R\$ 214,15						
										21748 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	22669 - Manutenção e Funcionamento das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	R\$ 121,58	R\$ 134,30	R\$ 26,90						
										28685 - Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares de Educação Profissional	22670 - Garantia do Funcionamento do Parque Tecnológico das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 85,49						
						020.1.04 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional.					18806 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional.	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,77	R\$ 0,50	R\$ 3,50				
											18807 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos.	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,70	R\$ 1,80	R\$ 3,50				
											00834 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos, apoio a projetos de estudo e pesquisa e concessão de bolsas de estágio	020.1.06 - Apoio a atividades de formação profissional dos alunos.	19483 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	14624 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	18815 - Desenvolvimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.	R\$ 30,06	R\$ 29,95	R\$ 29,00	R\$ 30,00	R\$ 119,01
						TOTAL SEDUC								R\$ 228,90	R\$ 220,13	R\$ 177,53	R\$ 170,78	R\$ 797,34		
						Assistência Familiar	STDS			050 - Assistência Social	080 - Proteção Social Básica	03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, através dos CRAS	080.1.01 - Apoio ao atendimento às crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	14330 - Cofinanciamento dos serviços de proteção e atendimento integral às famílias - PAIF.	22874 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.	R\$ 7,21	R\$ 7,24	R\$ 8,10	R\$ 10,51	R\$ 33,06
														TOTAL STDS						
SRH/COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos	017 - Gestão dos Recursos Hídricos	05273 - Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.	017.1.03 - Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.		14926 - Aquisição, instalação e Montagem de Equipamentos de Monitoramento (Telemetria e Medição de Qualidade e de Vazão).	18643 - Aquisição, instalação e Montagem de Equipamentos de Monitoramento (Telemetria e Medição de Qualidade e de Vazão).	R\$ 0,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46								
						TOTAL SRH/COGERH								R\$ 0,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46		
CIDADES	032 - Saneamento Ambiental	025 - Abastecimento de Água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	5384 - Implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário - CIDADES - PforR	025.1.12 - Otimização de Sistemas de Esgotamento Sanitário.		21751 - Otimização de Sistemas de Esgotamento Sanitário - CIDADES - PforR	18946 - Ampliação do Serviço de Atendimento do Sistema de Esgotamento Sanitário - P4R.	R\$ -	R\$ -	R\$ 4,99	R\$ 7,01	R\$ 12,00								
						TOTAL CIDADES								R\$ -	R\$ -	R\$ 4,99	R\$ 7,01	R\$ 12,00		
SEMA			064 - Resíduos Sólidos	03104 - Elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Ambiental.	064.1.04 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos.	18911 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos.	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,00	R\$ 3,00	R\$ 5,00									
						082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	14190 - Elaboração dos Planos de Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos.	14190 - Elaboração dos Planos de Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos.	R\$ 0,39	R\$ 1,11	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,50							
						082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	066 - Ceará Mais Verde	066.1.02 - Implementação de ações de Florestamento e Reflorestamento de Áreas Degradadas.	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,00	R\$ 3,00	R\$ 5,00							
						067 - Ceará no Clima	067.1.05 - Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro.	18878 - Implementação da Política de Gerenciamento Costeiro.	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,50	R\$ 2,00	R\$ 3,50							
						TOTAL SEMA								R\$ 0,39	R\$ 1,11	R\$ 5,50	R\$ 8,00	R\$ 15,00		
SEMACE			066 - Ceará Mais Verde	04815 - Monitoramento, controle e fiscalização das áreas protegidas do Estado do Ceará.	066.1.13 - Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará.	19861 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Áreas Protegidas do Estado do Ceará.	18667 - Monitoramento e Fiscalização das Áreas protegidas do Estado do Ceará.	R\$ 0,50	R\$ 0,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,52								
						02840 - Elaboração de planos, estudos e projetos ambientais.	066.1.08 - Publicação de Inventário Florestal do Estado do Ceará Elaborado.	19877 - Elaboração de Planos, Estudos e Projetos Ambientais.	NÃO TEM AÇÃO VINCULADA	R\$ 0,62	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,62						
						05170 - Monitoramento, controle e fiscalização das unidades de conservação do Estado do Ceará.	066.1.12 - Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará.	21317 - Monitoramento, Controle e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	18663 - Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	R\$ 1,97	R\$ 1,34	R\$ 1,62	R\$ 1,00	R\$ 5,93						
						02466 - Realização do monitoramento da poluição/contaminação dos recursos hídricos do Estado do Ceará.	067.1.11 - Realização de análise da qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	21570 - Monitoramento da Poluição/Contaminação dos Recursos Hídricos do Estados.	18677 - Análise das Amostras coletadas nas Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.	R\$ -	R\$ 0,02	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,02						
							067.1.09 - Implementação do monitoramento da qualidade do ar.	18670 - Implantação de Estações de Monitoramento da Qualidade do ar.	R\$ -	R\$ -	R\$ 2,00	R\$ 0,18	R\$ 2,18							
SEMACE			500 - Gestão e Manutenção da SEMA	00001 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional da CONPAM e vinculada.	500.1.02 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional da SEMA e vinculadas.	19287 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - SEMACE.	17973 - Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - SEMACE.	R\$ 1,52	R\$ 1,05	R\$ 0,25	R\$ 0,60	R\$ 3,41								
						TOTAL SEMACE								R\$ 4,60	R\$ 2,43	R\$ 3,87	R\$ 1,78	R\$ 12,67		
FUNCEME	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	018 - Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis	02846 - Ampliação e operacionalização da rede de monitoramento hidrogeometeorológico do Estado do Ceará.	018.1.01 - Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.	018.1.03 - Ampliação e modernização do sistema de monitoramento e previsão.	21421 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de Informações Hidrogeometeorológicas.	22611 - Promoção e Suporte ao Monitoramento de Informações Hidrogeometeorológicas.	R\$ -	R\$ -	R\$ 1,81	R\$ 1,91	R\$ 3,72								
						13973 - Modernização e Operacionalização da Rede e Monitoramento Hidrogeometeorológico do Estado do Ceará.	18416 - Ampliação e Modernização do Sistema de Monitoramento e Previsão.	R\$ 1,79	R\$ 2,27	R\$ 0,05	R\$ 0,07	R\$ 4,17								
						14037 - Mapeamento Hidroambiental do Ceará.		R\$ -	R\$ 0,09	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,09								
TOTAL FUNCEME								R\$ 1,79	R\$ 2,37	R\$ 1,86	R\$ 1,97	R\$ 7,99								
TOTAL								R\$ 243,35	R\$ 233,28	R\$ 201,84	R\$ 200,06	R\$ 878,52								

APÊNDICE II - Indicadores Primários e Secundários por Setorial

Painel dos Indicadores PforR por Setorial																		
nº	SETORIAL RESPONSÁVEL	ÁREA	Indicadores						Metas									
			Nº	Nº DLI	Nome	Unidade de Medida	Linha de Base	2013		2014		2015		2016		2017		
								Ano Zero	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre		
1	SDE	Área 1 Capacitação Profissional	1	1	DU1	Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação de ações implementadas sob o plano de ação.	Primário (Produto)	-	-	Projeto de documento de estratégia preparado e 4 acordos com setor privado e 4 acordos com universidades assinados	Comitê instituído pelo decreto	Documento de estratégia finalizado	Plano de ação publicado	-	Uma ação do plano de ação implementado	-	Uma ação adicional implementado a partir do plano de ação	Uma ação adicional implementado a partir do plano de ação
2	SEDUC	Área 1 Capacitação Profissional	2	1	DU2	Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FIP	Primário (Produto)	Sim/Não	-	-	-	-	-	Primeiro relatório de acompanhamento publicado	-	Segundo relatório de acompanhamento publicado	-	
		Área 1 Capacitação Profissional	3	2	DU3	Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso	Primário (Intermediário)	Numero (acumulativo)	8	-	-	-	10	12	13	15	16	18
3	STDS	Área 2: Assistência a Família	4	1	DU4	Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS	Primário (Intermediário)	Porcentagem	0	-	-	-	5,0%	-	7,0%	-	10,0%	
		Área 2: Assistência a Família	5	2	DU5	Percentagem de equipes técnicas em CRAS recebem treinamento em apoio à família.	Primário (Intermediário)	Porcentagem	0	-	-	15%	30%	42,5%	55%	75%	95%	
		Área 2: Assistência a Família	6	3		Percentual de famílias acompanhadas pelos CRAS com acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e de outras políticas públicas	Secundário (Resultado)	Porcentagem	0	-	-	-	-	7,0%	-	10,0%		
4	SEPLAG	Área 2: Assistência a Família	7	1	DU6	Percentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	Primário (Produto)	Porcentagem	0	-	-	22,5%	45%	55%	70%	82,5%	95%	
		Área 4: Gestão do setor público	8	2	DU11	Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados	Primário (Intermediário)	Numero (acumulativo)	0	-	-	Aprovação do modelo de Gestão para Resultados do Ceará	1	2	3	4	5	6
		Área 4: Gestão do setor público	9	3	DU12	Percentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada	Primário (Intermediário)	Porcentagem	0	-	-	Aprovação da metodologia	-	-	5%	10%	15%	20%
		Área 2: Assistência a Família	10	4		Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multisetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).	Secundário (Produto)	Sim/Não	-	-	-	Duas resoluções publicadas	-	Outras duas resoluções publicadas	-	Outras duas resoluções publicadas	-	Outras duas resoluções publicadas e relatório sobre as atividades do Comitê publicado
5	SRH	Área 3: Qualidade da Água	11	1	DU7	Estabelecimento de comitê multisetorial de Segurança Hídrica.	Primário (Produto)	-	-	Comitê instituído pelo decreto	-	-	Diagnóstico de Bacias completos	-	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	Minutas de pelo menos duas reuniões realizadas	
6	CAGECE	Área 3: Qualidade da Água	12	1	DU8	Percentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	Primário (Intermediário)	Porcentagem	83,3%	-	83,8%	84,3%	84,6%	84,9%	85,2%	85,5%	85,7%	85,9%
7	SEMA	Área 3: Qualidade da Água	13	1		Apresentação da Lei de Resíduos Sólidos revista.	Secundário (Produto)	Sim/Não	0	-	-	-	-	Divulgação e implementação	-	Implementação e monitoramento	-	Implementação e monitoramento
		Área 3: Qualidade da Água	14	2	DU9	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	Primário (Intermediário)	Índice	17%	-	28%	40%	50%	60%	65%	70%	75%	80%
8	COGERH	Área 3: Qualidade da Água	15	1		Apresentação dos planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas	Secundário (Produto)	Sim/Não	0	-	-	Termos de referência completos	-	-	-	-	-	Plano de Segurança Hídrica elaborados e apresentados em Reunião do CONERH. Resolução do CONERH criando Grupo de Trabalho para acompanhamento da execução dos Planos
		Área 3: Qualidade da Água	16	2		Apresentação da nova lei de proteção das bacias hidrográficas.	Secundário (Produto)	Sim/Não	0	-	-	-	-	Apresentar Minuta (reto) projeto Lei	Propostas e consultas completas aos CBH's	Encaminhamento de Projeto ao CONERH	Encaminhamento por meio da PGE do Projeto de Lei e Mensagem Governamental para a Assembleia Legislativa	
		Área 3: Qualidade da Água	17	3		Qualidade da água bruta na Região Metropolitana de Fortaleza.	Secundário Resultado	Índice	612	-	-	627	-	643	-	659	-	675
9	FUNCEME	Área 3: Qualidade da Água	18	1	DU10	Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	Primário (Intermediário)	Numero	0%	-	-	-	Metodologia de monitoramento definida e adotada	Protocolo de coleta de dados definida e adotada	-	Metodologia implementada em um reservatório estratégico	-	Metodologia implementada em dois reservatórios adicionais
10	IPECE	Área 1 Capacitação Profissional	19	1		Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	Secundário (Resultado)	Numero (acumulativo)	24.543	-	-	27.800	-	29.000	-	30.300	-	31.600
Total: 10 Setoriais			Total: 19 Indicadores				Total: 91 metas											

(*) Alteradas as metas DLI, DLI 11 e DLI 12, conforme solicitação de mudanças na reestruturação do Projeto.

Apêndice III - Valores de Desembolso para cada Meta

Anexo 3 DO PAD: Indicadores vinculados ao desembolso, arranjos de desembolso e protocolos de verificação. (PAD página 40-41)													
Matriz de Indicadores Vinculados ao Desembolso PforR													
Indicadores	Financiamento total alocado ao DLI	% do valor total financiado	DLI Baseline	Cronologia indicativa para alcances de DLI – desembolsos planejados (US\$ milhões)									
				Ano 0	Ano 0.5	Ano 1	Ano 1.5	Ano 2	Ano 2.5	Ano 3	Ano 3.5	Ano 4	Total
DLI 1: aprovação das estratégias de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação das ações selecionadas sob o plano de ação	62,8	20,0	0	39.375.000	4.462.500,00	6.198.000,00	2.744.448,00	-	3.444.000,00	-	3.444.000,00	3.120.000,00	62.787.948,00
DLI 2: estabelecimento do sistema de monitoramento para programas TVET	6,9	2,2	0	-	-	-	-	-	3.444.000,00	-	3.444.000,00	-	6.888.000,00
DLI 3: número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaboração da grade curricular ou instrutores de cursos.	19,6	6,2	8	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.594.194,00
DLI 4: Porcentagem de famílias de 0 a 5 anos inscritas no Cadastro Único localizadas nos municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através do CRAS	10	3,2	38,2	-	-	-	-	3.403.750,00	-	3.438.000,00	-	3.120.000,00	9.961.750,00
DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar	19,6	6,2	0	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.594.194,00
DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP que tenham matrizes lógicas	19,6	6,2	0	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.594.194,00
DLI 7: Estabelecimento de um comitê interagência de segurança hídrica	55,6	17,7	0	39.375.000	-	-	2.744.444,00	-	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	55.565.444,00
DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	31	9,9	83,3	-	5.250.000,00	6.198.000,00	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	31.042.194,00
DLI 9: Índice da qualidade da fiscalização ambiental	31	9,9	17	-	5.250.000,00	6.198.000,00	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	31.042.194,00
DLI 10: Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	12,7	4,0	0	-	-	-	2.744.444,00	3.403.750,00	-	3.438.000,00	-	3.120.000,00	12.706.194,00
DLI 11: Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	25,8	8,2	0	-	-	6.198.000,00	2.744.444,00	3.403.750,00	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	25.792.194,00
DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos sob o Programa usando metodologia aprovada	19,6	6,3	0	-	-	6.198.000,00	-	-	3.444.000,00	3.438.000,00	3.444.000,00	3.120.000,00	19.644.000,00
Taxa de abertura relativa ao Programa	0,7875				787.500,00								787.500,00
Total do Financiamento Alocado:	315	100	-	78.750.000	15.750.000	30.990.000	24.700.000	27.230.000	34.440.000	34.380.000	34.440.000	34.320.000	315.000.000
	315,0			78,75	15,75	30,99	24,70	27,23	34,44	34,38	34,44	34,32	315,0
Previsão desembolso						mar/15	set/15	mar/16	set/16	mar/17	set/17	mar/18	

APÊNDICE IV – Lista de Projetos de Assistência Técnica por Setorial

Lista dos Projetos de Assistência Técnica PforR por Setoriais

Nº	Órgão	Responsável	Projetos	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Subprojetos	Programado (US\$)		
1	ARCE	Alexandre Caetano	1	Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.	370.112,85	370.112,85	1	Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.	370.112,85
2	CGE	Paulo Roberto	2	Auditoria Técnica dos Indicadores	49.011,49	2.991.470,73	1	Auditoria Técnica dos Indicadores.	49.011,49
3		Paulo Roberto			18.343,14		2	Auditoria Técnica dos Indicadores.	18.343,14
4		Marcelo Monteiro	3	Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais.	663.506,32		3	Serviços de consultoria para análise de requisitos, definição de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliem o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (NEGÓCIO SIEC).	226.642,79
5		Carlos Jorge Freitas					4	Consultoria para Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SISTEMA SIEC).	436.863,53
6		Ítalo Brígido Coelho e Tiago Peixoto	4	Campanha de divulgação pública de dados - Educação Social	1.279.054,81		5	Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão.	1.027.580,50
7		Ítalo Brígido Coelho e Tiago Peixoto					6	Capacitação da população para o Controle Social.	251.474,31
8		Denise Andrade Araújo	5	Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos.	131.654,65		131.654,65		
9		Paulo Roberto	6	Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	110.302,49		110.302,49		
10		Ítalo Brígido Coelho e Tiago Peixoto	7	Ouvidoria Ativa.	715.186,01		9	consultoria para desenvolver estrutura de gestão organizacional e operacional de um sistema estadual de ouvidoria ativa, através de definição de metodologias, processos e ferramentas necessárias para implantação do sistema. (MODELO)	64.572,29
11		Ítalo Brígido Coelho e Tiago Peixoto					10	Aplicação de pesquisas de ouvidoria ativa, através de Unidade de Resposta Audível - URA, a partir do modelo preestabelecido pela CGE, bem como a disponibilização de uma ferramenta tecnológica que realize o gerenciamento e a visualização das informações coletadas. (APLICAÇÃO)	650.613,72
12		Aglaio Soares	8	Gestão Documental.	24.411,82		24.411,82		
13		FUNCEME	Francisco Hailton	9	Metodologia de Modelagem de Qualidade da Água.		660.935,56	660.935,56	1
14	IPECE	Cristina Medeiros	10	Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UGP) IPECE - Consultores durante quatro anos.	566.980,79	1.810.582,26	1	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - CONSULTORES PLENOS.	188.184,77
15		Cristina Medeiros					2	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - CONSULTORES PLENOS.	134.008,05
16		Cristina Medeiros					3	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. CONSULTOR JÚNIOR.	21.227,67
17		Cristina Medeiros					4	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES.	78.819,57
18		Cristina Medeiros					5	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES.	78.819,57
19		Cristina Medeiros					6	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES.	65.921,17
20		Nicolino Trompieri	11	Consultor Individual especializado em Políticas Públicas para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do PforR.	109.139,93		109.139,93		
21		Mario Aragão	12	Desenvolvimentos de Sistemas - IPECE/ATA e Monitoramento FECOP.	769.636,60		769.636,60		
22		Nicolino Trompieri e Witalo Paiva	13	Metodologias para Análise de Impacto Econômico.	364.824,94		364.824,94		
23		PGE	Valéria Rodrigues	14	Remodelação de sistema de informação Licitat e Preparação de Proposta para Melhorar e Padronização dos Documentos de Licitação do Estado.		319.520,21	319.520,21	1
24	SDE	Fernando Costa e Inês Studart	15	Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas	343.103,05	343.103,05	1	Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas.	340.209,03
25		Inês Studart					2	Impact Evaluation Workshop em Istambul.	2.894,02
26	SECITECE	Sandra Monteiro e Ana Iris	16	Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará.	118.460,74	396.681,54	1	Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará.	118.460,74
27		Sandra Monteiro e Tarcísio Hilter Vasconcelos Filho	17	Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.	190.858,35		2	Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.	190.858,35
28		Sandra Monteiro e Ana Iris	18	Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.	87.362,46		3	Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.	87.362,46

Nº	Órgão	Responsável	Projetos	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Subprojetos	Programado (US\$)
29	SEDUC	Jussara batista	19 Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.	330.000,00	3.215.069,40	1 Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.	330.000,00
30		Jussara batista	20 Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	61.635,53		2 Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado. Incluindo a Avaliação de Desempenho Institucional.	61.635,53
31		Luciano Nery e Victor Hugo	21 Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.	337.743,25		3 Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - Coleta de Dados.	314.613,18
32		Luciano Nery e Victor Hugo				4 Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional - Consultor Individual Estatístico.	19.975,94
33		Luciano Nery				5 Impact Evaluation Workshop em Istanbul.	3.154,13
34		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				6 CURSO sobre Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância para 01 técnico da SEDUC.	4.466,03
35		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				7 Contratação de Consultoria Individual para Treinamento em instrumento WMS (World Management Survey).	21.255,20
36		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff	22 Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches.	521.777,56		8 Consultoria de Empresa para o desenvolvimento das ações de formação para gestores das creches e pré-escolas dos municípios cearenses beneficiados através do Programa de Fortalecimento Institucional da Educação infantil.	473.254,91
37		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff	23 PADIN - Desenho, implementação, monitoramento e avaliação do piloto de apoio domiciliário.	1.963.913,06		9 Contratação de Empresa Especializada para serviço de Impressão Gráfica dos materiais de divulgação e dos materiais pedagógicos de apoio a formação para gestores da educação infantil dos 36 Municípios Cearenses beneficiados.	22.801,43
38		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				10 Contratação de Consultor Individual Especialista em Avaliação de Programas para identificar o impacto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN sobre o desenvolvimento cognitivo e não cognitivo das crianças participantes do programa.	16.557,58
39		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				11 Contratação de Consultoria Individual especializada em Desenvolvimento Infantil, com foco na educação, para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	25.207,85
40		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				12 Contratação de Consultoria Individual especializada em Desenvolvimento Infantil, com foco na saúde, para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	29.188,04
41		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				13 Contratação de empresa especializada para elaboração de arte gráfica/design, revisão ortográfica, editoração, diagramação, revisão de conteúdo, expedição de arquivo digital e impressão gráfica dos manuais e cartilhas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, da Secretaria da Educação.	61.838,85
42		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				14 Contratação de serviços técnicos de Empresa de Consultoria especializada em visitas domiciliares e para formação dos Agentes de Desenvolvimento Infantil e dos supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	169.793,60
43		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				15 Contratação de serviço de empresa para apoio logístico das formações do PADIN, incluindo Kits de Brinquedos - 08 Municípios.	557.643,38
44		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				16 Contratação de Empresa de Consultoria para realizar Aplicação e Avaliar os resultados de Impacto do PADIN. (Coleta de Dados).	1.069.268,38
45		Lucas Fernandes Hoogerbrugge e Celana Skeff				17 Contratação de Consultoria Individual para Coordenar o Trabalho de Campo para Avaliação de Programa PADIN.	34.415,38
46	SEMA	Maria Dias e Magda Marinho			24 Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	391.476,75	2.844.556,07
47		Maria Dias e Ulisses Rolim	25 Capacitação para o pessoal técnico municipal.	421.544,24	2 Desenvolvimento e execução de projeto em educação ambiental para a qualidade da água nas três bacias estratégicas.	314.274,86	
48		Maria Dias e Ulisses Rolim			3 Apoio logístico para projeto de educação ambiental para qualidade da água nas três bacias estratégicas.	107.269,38	
49		Maria Dias e Francisco Leorne	26 Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.	181.663,78	4 Avaliação Ambiental Estratégica de Políticas e Programas do Estado.	181.663,78	
50		Maria Dias e Monica Freitas	27 Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais	224.000,00	5 Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais.	224.000,00	
51		Maria Dias e Carla Freitas	28 Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.	1.153.752,25	6 Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lixões a céu aberto.	1.153.752,25	
52		Maria Dias e Fabiola Martins	29 Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	472.119,04	7 Contratação de empresa de Serviços de Consultoria para desenvolver implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	472.119,04	
53	SEMACE	Elizabeth Romão e Tiago Bessa	30 Fortalecimento da gestão ambiental estadual	358.092,90	571.267,68	1 Contratação de consultoria especializada em elaborar o planejamento estratégico do meio ambiente e realizar cursos de Capacitação para os técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace.	358.092,90
54		Elizabeth Romão e Tiago Bessa				2 Contratação de Consultoria de Empresa Especializada que irá Desenvolver a Manualização dos Procedimentos Técnicos dos Setores Finalísticos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE	213.174,78

Nº	Órgão	Responsável	Projetos	Por Projeto (US\$)	Por setorial (US\$)	Subprojetos	Programado (US\$)
55	SEPLAG	Naiana Correia	31 Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.	70.825,78	4.380.423,43	1 Desenvolvimento de metodologia para o custeio de programas e projetos.	70.825,78
56		Adauto Oliveira	32 Concepção e implementação de metodologia de planejamento de investimentos.	481.856,65		2 Concepção de Metodologia de Planejamento de Investimentos.	481.856,65
57		Avilton Júnior	33 Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-setorial.	1.128.001,21		3 Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-setorial.	1.128.001,21
58				300.000,00		4 Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-setorial (2a. Etapa)	300.000,00
59		Dominique Gomes	34 Fortalecimento da participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas	446.073,87		5 Contratação de empresa especializada para prestar serviços de consultoria com o objetivo de fortalecer a participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos, projetos e serviços públicos no Governo do Estado do Ceará.	446.073,87
60		Fábio Miranda	35 Auditoria da folha de pagamento e fortalecimento do controle e da gestão de da folha de pagamentos.	1.223.702,18		6 Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do modelo de auditoria e melhoria dos processos de Gestão de Pessoas que impactam na Folha de Pagamento dos servidores públicos civis e militares ativos, inativos e pensionistas, bem como exclusivos comissionados e temporários do Poder Executivo do Estado do Ceará.	529.102,21
61		Katia Burgos				7 Contratação de Empresa de Consultoria para Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará.	694.599,97
62		Valdir Silva	36 Desenvolvimento do Sistema Planejamento de Compras (GCOMPRAS).	523.590,31		8 Desenvolvimento do Sistema Planejamento de Compras (GCOMPRAS).	523.590,31
63		Valdir Silva	37 Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.	206.373,44		9 Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.	206.373,44
64	SRH	Karine Machado e Sergio Camara	38 Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	1.018.142,94	1 Análise e Integração dos Instrumentos de Gestão com Foco na Outorga e Cobrança.	446.328,65	
65		Karine Machado e Sergio Camara			2 Sistema de Informação de Gestão dos Recursos Hídricos (cadastro, fiscalização, outorga, monitoramento qualitativo, segurança de barragens e medição) com Integração com o Sistema Administrativo Financeiro PROTHEUS.	418.975,09	
66		Karine Machado e Sergio Camara			3 Consultor Individual - Malha D'agua.	152.839,20	
67	COGERH	Zulene Almada	39 Fortalecimento do Manejo Estadual de Recursos Hídricos. (COGERH).	844.094,13	1 Fortalecimento do Manejo Estadual de Recursos Hídricos.	844.094,13	
68		Zulene Almada e Davi Pereira	40 Plano de Segurança Hídrica.	866.937,02	2 Plano de Segurança Hídrica.	866.937,02	
69		Zulene Almada	41 Consolidação dos Diagnósticos das Bacias Hidrográficas (Metropolitana, Acaraú e Salgado)	27.326,38	3 Consolidação dos Diagnósticos das Bacias Hidrográficas (Metropolitana, Acaraú e Salgado).	27.326,38	
70	STDS	Sebastião Araújo e Eileen Holanda	42 Monitoramento e capacitação dos CRAS.	1.020.276,84	1 Contratação de Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social para Crianças de 0 a 6 Anos e suas Famílias visando o Aprofundamento desse Referencial teórico operacional junto às Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.	64.213,69	
71		Sebastião Araújo e Eileen Holanda			2 Aquisição de Serviços de Empresa Especializada na Elaboração de Arte Gráfica/Design, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais para Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social.	63.174,42	
72		Sebastião Araújo e Eileen Holanda			3 Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS de 36 municípios do Estado do Ceará.	892.888,73	
73	TCE	Glinton Ferreira e Delinda Almeida	43 Fortalecimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE)	991.200,56	1 Contratação dos serviços de Consultoria Técnica (Pessoa Jurídica) para desenvolver e aplicar, estratégias e instrumentos tecnológicos de informação e comunicação para automatizar os procedimentos de análise dos processos de prestação de contas do TCE-CE.	806.274,68	
74		Auriço Oliveira			2 Contratação de Consultor para implantar as Normas de Auditoria Governamental (Nags) no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.	84.010,26	
75		Auriço Oliveira			3 Contratação de Consultoria Individual Especializada para Implantar uma Área/Unidade de Informações Estratégicas, no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (Tce-Ce).	100.915,62	
TOTAL PROJETOS				22.671.700,66	22.671.700,66	\$ 22.671.700,66	

Anexos

ANEXO I – Letter of Confirmation of Results – Carta de Confirmação dos Resultados dos Indicadores Primários DLI 5 “Porcentagem de equipes técnicas em CRAS recebem treinamento em apoio à família” e DLI 8 “Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto”;

ANEXO II - Evidência do atendimento do Indicador DLI 1 (SDE) - Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação.

ANEXO III - Evidência do atendimento do Indicador DLI 2 (SEDUC) - Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP.

ANEXO IV - Evidência do atendimento do Indicador DLI 3 (SEDUC) - Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.

ANEXO V - Evidência do atendimento do Indicador DLI 6 (SEPLAG) - Porcentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.

ANEXO VI - Evidência do atendimento do Indicador DLI 7 (SRH) - Estabelecimento de comitê multisetorial de segurança de água.

ANEXO VII - Evidência do atendimento do Indicador DLI 9 (SEMA) - Índice de qualidade da fiscalização ambiental.

ANEXO VIII – Nota Técnica e não objeção do protocolo do Indicador Secundário (COGERH) - Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas.

ANEXO IX – Nota Técnica e não objeção do protocolo do Indicador Secundário (COGERH) - Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.

ANEXO X – Evidência do atendimento do Indicador Secundário (COGERH) - Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.

ANEXO XI – Evidência do atendimento do Indicador Secundário (SEMA) - Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista.

ANEXO XII – Não Objeção do Banco Mundial para a mudança do Indicador DLI 11 (SEPLAG) - Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.

ANEXO XIII – Justificativa de não cumprimento do DLI 11 (SEPLAG) - Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.

ANEXO XIV - Evidência do atendimento do Indicador DLI 12 (SEPLAG) 2014.2 - Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.

ANEXO XV - Evidência do atendimento do Indicador DLI 12 (SEPLAG) 2016.1 e 2016.2 - Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.

ANEXO I

Letter of Confirmation of Results – Carta de Confirmação dos Resultados dos Indicadores Primários DLI 5 “Porcentagem de equipes técnicas em CRAS recebem treinamento em apoio à família” e DLI 8 “Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto”.

MARTIN RAISER
Country Director – Brazil
Latin America and the Caribbean Region

February 25, 2016

Mr. Hugo Santana de Figueirêdo Junior
State Secretary
State Secretariat of Planning and Management – CE
Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora
Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n
Ed. SEPLAG, 3º Andar – Cambéba
60830-900, Fortaleza, CE
Brazil
hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br

Dear Mr. Figueirêdo,

*Brazil: Loan 8302-BR
Operation to Strengthen Service Delivery for Growth, Poverty Reduction, and
Environmental Sustainability in the State of Ceará*

We refer to the Loan Agreement (“Loan Agreement”) between the State of Ceará (“Borrower”) and the International Bank for Reconstruction and Development (“World Bank”) dated December 19, 2013 for the above-noted Program. We also refer to your communication and attachments dated February 17, 2016, providing evidence of results achieved under the Program.

We are pleased to inform you that the World Bank accepts the evidence furnished in fulfillment of the withdrawal conditions set out in Schedule 2, Section IV, A.2 of the Loan Agreement, and confirms the achievement of the results associated with the Disbursement Linked Indicators (DLIs) 3(b) (total number of agreements in effect with private companies), 4(a) (percentage of families with children aged 0-5 located in Selected Municipalities and enrolled in *Cadastro Único* that receive family support through CRAS), 5(b), 5(c) & 5(d) (percentage of technical teams in CRAS trained in family support), 6(b) (percentage of FECOP-financed family assistance projects with log frames), 8(d), 8(e), 8(f), 8(g) & 8(h) (percentage of households with adequate connection to sewage system), 9(d) (index of environmental enforcement quality) and 10(a) & 10(b) (implementation of participatory water quality monitoring).

Amounts of the loan are now available for withdrawal as set out below.

DLI	DLR	Result Achieved Under this Confirmation		DLR Loan Proceeds Available to be Disbursed (USD)
		As per Notification	As Confirmed by Task Team	
DLI No. 3: Total number of agreements in effect with private companies to contribute with equipment, <i>in situ</i> training, and input to curriculum design or course instructors	DLR 3(b): Total of twelve in the second semester of CY15	Twelve agreements in effect	Twelve agreements in effect	3,403,750
DLI no. 4: percentage of families with children aged 0-5 located in Selected Municipalities and enrolled in <i>Cadastral Único</i> that receive family support through CRAS	DLR 4 (a): 10% in the second semester of CY15	5%	5.11%	1,739,316
DLI no. 5: Percentage of technical teams in CRAS trained in family support	DLR 5(b): 30% in the second semester of CY15	30.9%	65.45%	3,403,750
	DLR 5(c): 42.5% in the first semester of CY16		65.45%	3,444,000
	DLR 5(d): 55% in the second semester of CY16		65.45%	3,438,000
DLI no. 6: Percentage of FECOP-financed family assistance projects with log frames	DLR 6(b): 45% in the second semester of CY15	45%	45.36%	3,403,750
DLI No. 8: Percentage of households with adequate connection to sewage system	DLR 8(d): 84.9% in the second semester of CY15	85.83%	86.05%	3,403,750

	DLR 8(e): 85.2% in the first semester of CY16		86.05%	3,444,000
	DLR 8(f): 85.5% in the second semester of CY17		86.05%	3,438,000
	DLR 8(g): 85.7% in the first semester of CY18		86.05%	3,444,000
	DLR 8(h): 85.9% in the second semester of CY18		86.05%	3,120,000
DLI No. 9: Index of Environmental Enforcement Quality	DLR 9(d): 60% in the second semester of CY15	62.14%	62.54%	3,403,750
DLI No. 10: Implementation of participatory water quality monitoring	DLR 10(a): Monitoring methodology defined and adopted	Methodology defined and adopted	Methodology defined and adopted	2,744,444
	DLR 10(b): Data collection protocol defined and adopted in second semester of CY15	Protocol defined and adopted	Protocol defined and adopted	3,403,750

The combined amount of the disbursement will be US\$ 45,234,260.

At your convenience, please provide a signed Withdrawal Application (Form 2380), together with this Confirmation, through Client Connection or by mail to the World Bank address:

Banco Mundial
SCN Quadra 02, Lote A
Edificio Corporate Finance Center, 7º Andar
70712-00 Brasilia, DF
Attention: Loan Department

We also wish to inform you that the amount disbursed will be charged to the Loan Account in the currency of the loan at the exchange rate in effect at the time of disbursement, subject to the limits, in the currency of the Loan, of (a) the remaining undisbursed amount of the World Bank Loan, and (b) the amount allocated to the specific DLI.

Sincerely,



Martin Raiser

cc: Mr. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Executive Director for Brazil, The World Bank
Ms. Rosalia V. de Leon, Alternate Executive Director for Brazil, The World Bank
Mr. Rodrigo Estrela de Carvalho, Secretary of International Affairs, SEAIN/MP, seain@planejamento.gov.br
Mr. Dyogo Henrique de Oliveira, Executive Secretary, Ministry of Finance, gabinete.se.df@fazenda.gov.br
Mr. Miguel Ragone de Mattos, Chief of Staff, MF, sec.chgabin.gmf@fazenda.gov.br
Mr. Fabrício da Soller, Attorney General, PGFN/MF, apoiocof.df.pgfn@pgfn.gov.br
Mr. Otávio Ladeira de Medeiros, Secretary, National Treasury, STN/MF, gab.df.stn@fazenda.gov.br
Mr. Luis Antonio Balduino Carneiro, Secretary, SAIN/MF, gabinete.df.sain@fazenda.gov.br
Mr. Francisco Gaetani, Executive Secretary, MP, se@planejamento.gov.br,
Ms. Cristina Medeiros, IPECE/CE, cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br
Mr. Flavio Ataliba, IPECE/CE, flavio.ataliba@ipece.ce.gov.br

ANEXO II

Evidência do atendimento do Indicador DLI 1 (SDE) -

Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação.

OFÍCIO Nº 140/2016– SDE

Fortaleza, 29 de junho de 2016.

Prezado Diretor,

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE, na condição de Coordenadora Executiva do Comitê Técnico Intersetorial da Estratégia Econômica do Estado do Ceará, evidencia o cumprimento da meta do DL1: aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação de ações implementadas sobre o Plano de Ação. A meta 2016.1 refere-se à implementação de uma Ação do Plano de Ação.

Em anexo, encaminhamos os seguintes documentos:

- Cópia Termo de Cooperação firmado entre SECITECE e SEDUC;
- Cópia da publicação do termo em diário oficial;
- Documento elaborado pelo Comitê com a descrição da ação de integração entre os programas Corredores Digitais (SECITECE) e E-jovem (SEDUC)
- E-mail de validação do Cristian Quijada;

Atenciosamente,



Nicolle Barbosa

Secretária da SDE

Ilmo. Sr.

Flávio Ataliba Barreto

Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Secretaria da Educação - SEDUC

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE

PROGRAMA PARA RESULTADOS

(PforR)

**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O
ESTADO DO CEARÁ A PARTIR DO FORTALECIMENTO DO
SETOR PRODUTIVO, APOIADA EM INOVAÇÃO E COM
FOCO NA FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO**

PLANO DE AÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Secretaria da Educação - SEDUC

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE

AÇÃO INICIAL

**DIVERSIFICAR A OFERTA DO ENSINO MÉDIO, ARTICULANDO-O
COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COM O MUNDO DO
TRABALHO PARA MELHOR APROVEITAMENTO DA REDE DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Ceará | Brasil
Abril de 2016**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SDE)

Nicole Barbosa Alcântara – Secretária

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueiredo - Secretário

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)

Inácio Arruda – Secretário

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)

Josbertini Virgínio Clementino - Secretário

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

Maurício Holanda Maia - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Barreto – Diretor Geral

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. (ADECE)

Ferruccio Feitosa- Presidente

COORDENAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL

COMITÊ TÉCNICO INTERSETORIAL DA ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO ESTADO DO CEARÁ

Equipe Técnica

Claúdio Ferreira Lima (SDE)

Filipe Rabelo Távora (SDE)

Witalo Paiva (IPECE)

Victor Hugo (IPECE)

Avilton Júnior (SEPLAG)

Sandra de Sousa (SEPLAG)

Andréa Rocha (SEDUC)

Sara Maria (SEDUC)

Cecy de Castro (ADECE)

Robson Veras (STDS)

Sandra Monteiro (SECITECE)

1. ANTECEDENTES

O Programa para Resultado (*PforR*) é a materialização de um acordo de empréstimo firmado entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial. Entre os anos de 2012 e 2013, o programa foi desenhado sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e do Banco Mundial, e contou com a participação de diversas secretarias e instituições estaduais ao longo dos meses de preparação. A formalização do empréstimo e, por conseguinte, do programa ocorreu nos meses finais do ano de 2013 e suas iniciativas estão previstas até o ano de 2018.

O *PforR* se fundamenta na definição de áreas estratégicas cujas iniciativas estaduais devem ser apoiadas pelo programa, considerando que os resultados deverão ser alcançados com base em uma ação articulada e integrada das instituições que compõem o Governo do Estado. Cada área estratégica representa um componente do programa e um deles é o *Crescimento Econômico*, no qual a Estratégia de Desenvolvimento está inserida.

A Estratégia desenvolvida surge como uma tentativa de se construir um documento capaz de funcionar como um guia para atuação do Estado, integrando suas ações e fazendo-as seguir uma mesma direção, formalmente apresentada, considerando o médio e o longo prazos.

Nesta perspectiva, o documento vem sendo construído desde 2013 e tem, em sua versão na íntegra, o fechamento de uma primeira etapa de um projeto maior. De fato, tomado desde o início como um “elemento vivo”, em constante construção e aperfeiçoamento, o documento deve representar parte de uma estratégia de desenvolvimento, mais ampla e completa, a ser construída pelo Estado e que deverá englobar outras questões não tratadas nesta, como saúde e segurança, por exemplo. Neste primeiro momento, o desenvolvimento da economia cearense é pensado a partir do fortalecimento do seu setor produtivo, fundamentando-o em dois pilares: inovação e capital humano.

O documento completo está dividido em duas partes. A primeira, traz um diagnóstico da realidade atual da economia cearense, contemplando questões ligadas ao setor produtivo da economia, ao desenvolvimento da inovação e à formação de capital humano. Tal análise está apoiada em um conjunto expressivo de dados e na percepção de técnicos e especialistas integrantes das instituições estaduais e do setor privado, que foram convidados a refletir sobre questões-chaves da economia cearense¹. Além do diagnóstico, o documento traz a Visão de Futuro para a economia cearense a partir do seu setor produtivo².

A partir do diagnóstico e da Visão de Futuro, definiu-se alguns objetivos estratégicos que devem guiar a atuação do Estado na direção aqui proposta, bem como as estratégias focadas

¹ Tais percepções e experiências foram captadas nas Oficinas de Trabalho realizadas ao longo do mês de setembro de 2014, com o objetivo de aprofundar o diagnóstico quanto aos entraves existentes ao desenvolvimento da economia cearense.

² Esta Visão é o resultado de um evento técnico organizado pelo Governo do Estado e que, nos moldes das oficinas anteriores, contou com a participação de diversos técnicos e especialistas do setor produtivo, da academia e do poder público. O evento em questão denominou-se *Workshop Bases Estratégicas para o Desenvolvimento Econômico do Ceará* e foi realizado no início do mês de dezembro de 2014.

na qualificação do capital humano. De fato, a formação do capital humano foi definida como objeto imediato da atuação estatal para promover o crescimento da economia cearense conforme posto nesta estratégia.

A opção pelo capital humano se justifica por algumas razões principais: (i) é percebido como um dos elementos chaves a permitir o processo de desenvolvimento sustentado da economia cearense; (ii) o capital humano atualmente existente no Estado não conduz a este processo; e (iii) a maior qualificação da força de trabalho leva a uma melhor distribuição dos ganhos decorrentes do desenvolvimento econômico que se deseja.

Com base neste entendimento e no diagnóstico quantitativo e qualitativo realizado, definiu-se o objetivo estratégico que deve nortear as ações do poder público quanto ao capital humano existente no Estado. Tal objetivo, já apresentado na parte inicial do documento, é expresso da seguinte forma:

Promover uma oferta de capital humano com a qualificação e na quantidade necessária para sustentar um processo de crescimento apoiado em ganhos de produtividade e inovação tecnológica.

O objetivo acima define de modo sintético a necessidade imediata de se garantir uma oferta adequada de capital humano tanto em termos quantitativos, como nas qualificações necessárias para o processo de crescimento sustentado que se almeja. A fim de tornar esse quadro uma realidade, o Estado elaborou um conjunto de ações a ser desenvolvido, definido a partir de estratégias voltadas para formação de capital humano e cuja construção se baseou em subsídios coletados em eventos técnicos realizados com tal objetivo³. Com efeito, a partir das discussões realizadas, consolidou-se um conjunto de estratégias que guiaram a construção das ações iniciais necessárias⁴.

Em linhas gerais, as estratégias construídas orientam para o fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas e dos instrumentos já desenvolvidos no Estado, favorecendo, desta forma, o melhor aproveitamento dos avanços já alcançados e potencializando os resultados futuros. Em particular, abordam as estruturas físicas e institucionais existentes, o alinhamento das diversas políticas estaduais, a integração dos diversos atores institucionais relacionados com o tema capital humano, entre outros pontos.

Adicionalmente, tais estratégias chamam a atenção para questões importantes que merecem uma nova abordagem e que possuem elevado potencial para favorecer o processo de formação de capital humano. Dentre estas, destacam-se o alinhamento entre as ações de formação e o fomento às pesquisas aplicadas, o desenvolvimento do empreendedorismo, e o aproveitamento dos jovens talentos cearenses.

³ No evento realizado no início de dezembro de 2014, denominado *Workshop Bases Estratégicas para o Desenvolvimento Econômico do Ceará*, construíram-se preliminarmente as estratégias que deveriam guiar a atuação do Estado. Com o objetivo de aperfeiçoar tais estratégias, realizou-se no mês de março de 2015 um novo evento voltado exclusivamente para discutir a formação de capital humano no Ceará, aprofundando as discussões até então realizadas. Novamente, contou-se com a participação de integrantes do setor público, da academia e do setor produtivo.

⁴ As estratégias e o conjunto de ações iniciais são apresentadas na parte II do documento final.

O documento, neste momento, apresenta a ação inicial para promover a oferta de capital humano nos moldes definidos em tais estratégias.

2. AÇÃO INICIAL

É importante destacar que as ações que compõem o presente plano são percebidas como ações iniciais a serem executadas pelo governo no curto prazo, e que, de modo algum, exaurem ou encerram as iniciativas que podem e devem ser realizadas pelo Estado ao longo dos próximos anos. Assim sendo, neste primeiro momento, as iniciativas definidas no plano de ação consideram ações de base necessárias para que se instale um processo de formação de capital humano nos moldes desejados. Estas têm por objetivo, em especial, contribuir para uma maior integração da atuação do governo e aprimorar a qualidade na formação (nível médio e de nível técnico), consolidando os avanços já alcançados. Além destas, o plano contempla ações “inovadoras”, cujo objetivo é potencializar a formação a partir de inter-relações com a inovação tecnológica e com o empreendedorismo.

Igualmente importante é perceber que, pelo fato da inter-relação presente entre as estratégias postas, uma única ação pode atender a mais de uma delas. Na verdade, algumas das ações apresentadas no plano possuem tal característica.

Sobre a ação definida como sendo a de execução inicial, tem-se que ela integra o grupo das ações de base e, como previsto, atende a mais de uma das estratégias postas. A justificativa para sua escolha, bem como sua relação com as estratégias para formação de capital humano serão explicitadas na seção seguinte. A seção dois busca apenas apresentar a ação, descrevendo-a em maiores detalhes a fim de que se tenha um maior entendimento a seu respeito.

AÇÃO 06 - DIVERSIFICAR A OFERTA DO ENSINO MÉDIO, ARTICULANDO-O COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, COM O MUNDO DO TRABALHO PARA MELHOR APROVEITAMENTO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO E-JOVEM E CORREDORES DIGITAIS

Responsável: Secretaria da Educação (SEDUC)

Co-responsável: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)

Período: 2015 -2018

O Projeto e-Jovem visa oferecer formação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tendo como princípios básicos a formação continuada, o protagonismo e empreendedorismo juvenil e a qualificação profissional dos estudantes. Com a atual proposta de organização curricular das escolas regulares de tempo integral, esse projeto está estruturado na parte diversificada do currículo e ofertado aos alunos nos turnos eletivos, possibilitando a certificação nessa formação profissional.

Princípios:

- Formação continuada;
- Protagonismo e empreendedorismo juvenil;

- Atitude empresarial com responsabilidade social.

Objetivos:

- Oferecer uma formação tecnológica e profissional que possibilite inserir o jovem no mercado de trabalho em áreas da informática como *Web designer*, redes, *hardware* e programação, observando as políticas de *softwares* livres, através da universalização da "cultura digital";
- Desenvolver projetos de empreendedorismo social juvenil, nas comunidades e escolas inseridas no projeto, criando uma cultura de responsabilidade social;
- Qualificar mão de obra para atender a demanda da Indústria de *software* no Ceará, podendo estar distribuída nos municípios, em articulação com empresas cearenses de TIC;
- Colaborar com o desenvolvimento sustentável dos Municípios.

O itinerário formativo do Projeto e-Jovem é constituído de modo a permitir ao estudante fazer escolhas sobre a ordem dos componentes a serem cursados, isso quer dizer que o aluno escolhe os caminhos que deseja percorrer durante o período do Tempo Integral. Assim, conquista novos desafios, cada vez mais complexos, em cada degrau alcançado em sua formação. Caso o aluno conclua todas as eletivas durante os três anos de ensino médio, ele receberá uma certificação de qualificação profissional de 400h.

Dessa forma, o itinerário formativo está estruturado em 6 (seis) eletivas conforme descrito a seguir:

o Informática Básica

- Introdução à Informática e Ferramentas de Escritório (80h/a)
- Design Visual e Desenvolvimento Web (80h/a)
- Ferramentas Google, Introdução à Programação e Noções de Hardware (80h/a)

o Preparação para o Trabalho e Prática Social

- Mercado de Trabalho e Empregabilidade (80h/a)
- Relações Cidadãs (40h/a)
- Empreendedorismo Social – (80h/a).

Os alunos também poderão receber certificação modular, à medida que forem concluindo os componentes.

Desde sua criação, o e-jovem vem sendo financiado com recursos do tesouro estadual, por meio do FECOP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza), fortalecendo a dimensão política de enfrentamento das desigualdades e iniquidades sociais enraizadas na sociedade cearense.

De modo a afirmar o compromisso do estado do Ceará em formar o capital humano necessário para o provimento de profissionais e o desenvolvimento dos negócios na área de TIC, surge, adicionalmente ao e-jovem, o Projeto Corredores Digitais - (SECITECE). Embora possuíssem finalidades e públicos-alvo similares e convergentes, os dois projetos não atuavam de maneira integrada.

O Projeto Corredores Digitais é um projeto de apoio e desenvolvimento de jovens empreendedores visando ampliar as ações estratégicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em diversas regiões do Estado, por meio da implementação de cursos de capacitação para formação de mão de obra qualificada em gestão de negócios e a criação de uma rede de incubadoras de TIC. Possui como público-alvo jovens egressos do ensino médio regular entre 16 a 29 anos. A ideia básica é, então, desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores em Tecnologia da Informação e Comunicação, e como consequência contribuir para geração de novos negócios digitais.

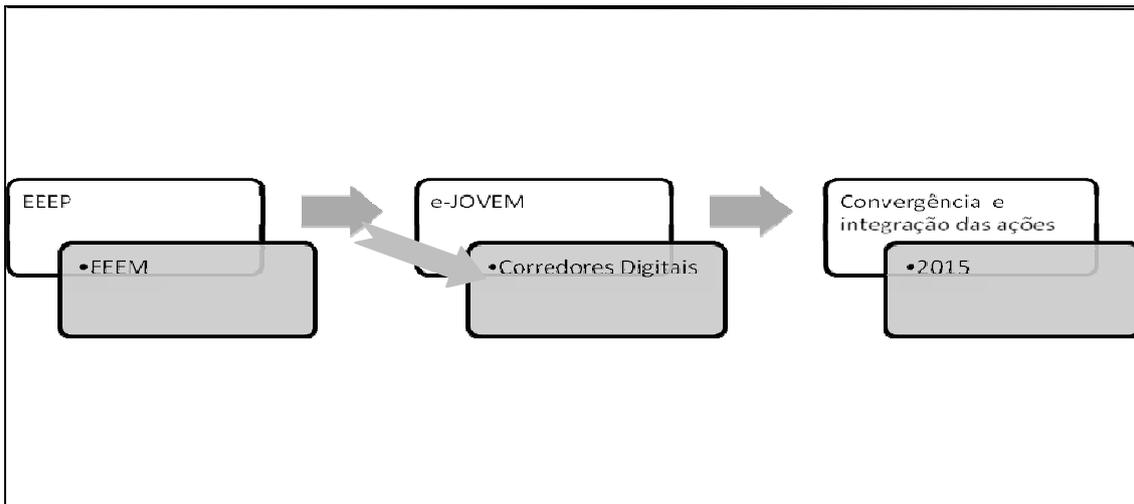
Com a proposta de integrar as políticas de formação na área de TIC, ampliando a cobertura dos programas estaduais e municipais, induzindo o desenvolvimento do setor de tecnologia do Estado, viu-se a necessidade de parceria entre os programas já existentes.

O Estado oferece atualmente dois programas de formação técnica: Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) e Projeto e-jovem. As EEEP têm como característica a oferta de curso técnico por três anos. O Projeto e-jovem, por sua vez, oferta formação complementar especial em tecnologia da informação para jovens egressos e alunos concluintes do Ensino Médio regular das escolas públicas. Ao final dessas formações, os jovens têm a possibilidade de desenvolverem seu próprio negócio, por meio do Projeto Corredores Digitais.

2.1. INTEGRAÇÃO DE AÇÕES ENTRE SETORIAIS (SEDUC e SECITECE)

A partir das características dos projetos e do diagnóstico realizado e apresentado no final do ano de 2014, percebeu-se a necessidade de integração das ações de educação e capacitação das escolas profissionais de tempo integral com as oportunidades oferecidas pelo setor de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. A partir disso, a SECITECE, por meio do Programa Corredores digitais, que oferece capacitação empreendedora e um processo de incubação para *start-ups* e negócios digitais, passou a adotar como estratégia, também, a utilização dos egressos das escolas profissionais e do e-jovem para o seu processo de desenvolvimento de negócios.

Figura 01 - Diagrama de Integração das Ações



Fonte: Elaboração própria

Como resultado dos esforços convergentes, a partir do segundo semestre de 2015 foram capacitados 465 jovens, dos quais 373 foram egressos do programa e-jovem ou das escolas profissionais, demonstrando melhor aproveitamento dos estudantes e maiores oportunidades aos jovens. O Projeto está tem como resultado a criação de 34 empresas e 13 formalizações.

Um importante benefício adicional da integração dos projetos diz respeito à sustentabilidade dos novos negócios. De fato, a maior e melhor formação oferecida pelo Projeto e-jovem e pelas EEPs, dá ao jovem empreendedor assistido pelo projeto Corredores Digitais maior capacidade para criar e desenvolver uma *start-ups*, que por natureza são negócios de maiores riscos.

3. JUSTIFICATIVA E RELAÇÃO COM AS ESTRATÉGIAS

As ações anteriormente apresentadas, de forma isolada, não constituem atividades inéditas, entretanto o programa e-jovem e o projeto corredores digitais, desenvolvidos para a rede pública de ensino, constituem-se como uma experiência única no Brasil. E sua forma de desenvolvê-la, definida aqui, se constitui em uma abordagem inovadora. Essa ação se reveste em uma “ação de base”, como a defendida no plano de trabalho, na medida em que:

- Fortalece, aperfeiçoa e integra ações estaduais em desenvolvimento, ampliando sua efetividade;
- Alinha diferentes ações do Estado;
- Integra diferentes entidades, otimizando recursos, esforços e resultados;
- Oferta qualificação profissional e desperta o potencial empreendedor dos jovens;
- Cria possibilidades de trabalho e renda.

Neste contexto, como mencionado antes, é possível associar, diretamente, a ação escolhida com algumas das estratégias definidas para guiar a formação de capital humano no Estado, algo já esperado quando se desenvolve uma ação de base.

A ação definida como a primeira a ser implementada está, então, relacionada com as seguintes estratégias:

iv) Aprimorar e fortalecer a integração das políticas e instituições estaduais voltadas para a formação de capital humano

Esta estratégia tem como objetivo fundamentar ações que permitam fortalecer as políticas estaduais de formação de capital humano já desenvolvidas, aproveitando os avanços e os resultados alcançados até então. O fortalecimento proposto deve, necessariamente, passar pela integração das ações.

Com o intuito de otimizar os esforços e potencializar os retornos para a economia estadual, a estratégia em destaque joga luz sobre alguns pontos importantes. São estes, (i) identificar e corrigir eventuais sobreposições na execução das ações de cada instituição estadual envolvida, (ii) aperfeiçoar a construção dos planos de ação e suas execuções, utilizando mecanismos que permitam uma coordenação central e compartilhada entre as instituições com atuação na formação de capital humano, (iii) aperfeiçoar a articulação intragoverno na elaboração e na condução da política de formação de capital humano.

Adicionalmente, o fortalecimento pretendido pode passar pelo melhor aproveitamento das oportunidades para parcerias com instituições privadas nacionais e internacionais de fomento à formação de capital humano, seja por meio do repasse de recursos financeiros, seja pela

transferência de tecnologias e experiências. Da mesma forma, alinhar as estratégias locais aos planos nacionais, como o Plano Nacional de Educação, também fortalece a política estadual.

vi) Fomentar as ações de formação de capital humano de modo conjunto com ações voltadas a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&DI).

A presente estratégia propõe uma abordagem conjunta para favorecer e potencializar tanto a formação de capital humano, quanto o processo de inovação. A ideia é que o desenvolvimento em ações inovadoras possa estimular o interesse por maiores níveis de qualificação de pelo menos parte da força de trabalho. Tal estratégia contribui para que se alcance uma formação de mais alto nível, favorecendo a alocação destes indivíduos em atividades do setor produtivo. Por outro lado, o foco também no desenvolvimento de inovações, e não apenas na formação técnica, deve estimular a participação e atrair o setor produtivo, fazendo-o mais presente em todo processo.

Para tanto, é preciso um conjunto de ações que tornem essa integração possível. Essas, dentre outros pontos, devem aproximar governos, universidades, instituições de pesquisas, escolas técnicas e empresas, facilitando e estimulando o desenvolvimento de atividades conjuntas.

vii) Disseminar e fomentar o empreendedorismo de maneira conjunta e alinhada com as ações de formação de capital humano

A estratégia em tela indica para uma ação conjunta que permita se utilizar do empreendedorismo para favorecer o processo de formação de capital humano e, ao mesmo tempo, aproveitar este processo para desenvolver o empreendedorismo pelo menos em parte da força de trabalho.

O cearense, assim como o brasileiro, tem uma vocação natural para empreender, seja por necessidade, seja por opção. A ideia é aproveitar essa vocação, apontando para oportunidades que podem derivar de uma maior qualificação técnica, o que deve estimular o processo de formação tornando-o mais atrativo. Ao mesmo tempo, uma maior qualificação amplia os horizontes individuais e com ele as oportunidades possíveis para se iniciar novos negócios, inovadores e competitivos. Assim, a ação integrada com as Setoriais SEDUC e SECITECE, além da mitigação da situação econômica do público-alvo (estudantes da Rede Pública de Ensino Médio e Profissional) desperta para o empreendedorismo, influenciando positivamente o modo de vida, a cultura empreendedora, a visão de mundo e o ambiente de negócio, especialmente aos mais jovens, o que pode resultar em indivíduos mais proativos e socialmente integrados.

* * *



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior



TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2016.

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO
ESTADO DO CEARÁ – SECITECE E A
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. -
SEDUC.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE**, com sede nesta Capital, localizada na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz - CEP: 60811-520, inscrita no CNPJ sob o nº 73.642.415/0001-32, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA**, portador do RG de nº 99002277424 e Inscrito no CPF sob o n.º 090.507.523-49, doravante denominada **SECITECE**, e a **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – SEDUC**, com sede nesta Capital, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora na Av. General Afonso Lima, S/N – Bairro: Cambéba, inscrita no CNPJ nº 07.954.514/0001-25 - neste ato representado por seu Secretário, sr. Antonio Idilvan de Lima Alencar, portador do CPF nº 381.675.653-00, RG nº 95002506730 SSP-CE, doravante denominada **SEDUC**, resolvem celebrar entre si o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, que será regido pelos princípios de Direito Público, bem como no que dispõe o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como no Processo nº 3970700/2016, respeitadas as cláusulas e condições seguintes:



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior*

14
2

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo estabelecer parceria entre as Secretarias de Estado com a finalidade de viabilizar o Projeto Agentes Digitais, através da inserção dos egressos do Programa e-Jovem de iniciativa da SEDUC/CE nas incubadoras do Projeto Agentes Digitais.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Essa ação tem como objetivo geral capilarizar o desenvolvimento através da indução do "Projeto Corredores Digitais", gerando oportunidades de criação de negócios em TIC por jovens estudantes provenientes, preferencialmente, do ensino médio das escolas públicas, contribuindo para o empreendedorismo, a geração de renda, e a criação de postos de trabalho via mecanismo de incubadoras, partindo para uma formalização da utilização dos egressos do programa e-Jovem como público alvo do Projeto Agentes Digitais.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Tem como objetivos específicos:

- a) Integração dos Projetos Agentes Digitais e e-Jovem com o intuito de otimizar as ações complementares, contribuindo assim para a formação dos jovens.
- b) Desenvolver a cultura empreendedora nos jovens;
- c) Garantir o processo de pré-aceleração para promover sustentabilidade dos negócios;
- d) Propiciar o desenvolvimento e promover ambiente para criação de negócios com base na TIC, nas Regiões atendidas, através dos agentes impulsionadores do Projeto, os "Agentes Digitais", que funcionarão como articuladores entre os jovens, nos municípios, nas empresas, nos entes públicos e na comunidade em geral, catalisando o empreendedorismo da região potencializando o desenvolvimento tecnológico e inovador, através de atividade de extensão tecnológica;
- e) Oferecer suporte técnico aos jovens selecionados para o processo de incubação, através de "Agentes Digitais", no caso o "Agente Monitor", com formação específica em TIC, que atuará junto à Incubadora em Fortaleza, com atividades de extensão tecnológica.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior*

15

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPES.

I) DA SECITECE:

- a) Propor, acompanhar e avaliar a execução dos Projetos;
- b) Participar da seleção dos municípios onde serão implantados os Projetos;
- c) Participar da Seleção dos Agentes Digitais e dos Jovens Empreendedores;
- d) Fornecer bolsa de apoio para os agentes impulsionadores dos Projetos (Agentes de Coordenação, Agente de Articulação e Negócio, Agente Monitor e Jovens Empreendedores);
- e) Utilizar, formalmente, os egressos do Programa e-Jovem, de iniciativa da SEDUC, como público alvo do referido projeto.
- f) Disponibilizar, em regime de cessão de uso, 15 computadores para cada Incubadora;
- g) Normatizar os Projetos, o que permitirá o acompanhamento da execução, bem como a avaliação dos resultados favorecendo o aperfeiçoamento da Ação ao longo de sua existência.

II) DA SEDUC:

- a) Contribuir e apoiar o projeto em sua fase de pré-incubação com a divulgação do Projeto Agentes Digitais nas Escolas Estaduais de Ensino Profissionalizantes e Projeto e-Jovem a participarem da seleção dos jovens empreendedores;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS.

Este acordo não gerará obrigações de natureza financeira para quaisquer dos Participes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA.

Este acordo terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO.

Os participes poderão rescindir, a qualquer momento, o presente Termo mediante notificação expressa à outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Educação Superior



CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos, relativos à execução deste Termo, serão resolvidos sempre de comum acordo entre os partícipes, consignando-se as decisões, se necessário, em aditamento a este instrumento.

CLÁUSULA SETIMA - DA PUBLICAÇÃO.

A SECITECE providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado do extrato deste acordo, no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666, de 1993.

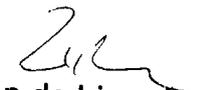
CLÁUSULA NONA - DO FORO.

Fica eleito o **Foro da cidade de Fortaleza**, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas a este Instrumento, não resolvidas no âmbito administrativo.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Fortaleza, 17 de Junho de 2016


Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretário da Ciência, Tecnologia e
Educação Superior - SECITECE


Antonio Idilvan de Lima Alencar
Secretário da Educação – SEDUC

Testemunhas:

1.Nome:
CPF nº

2.Nome:
CPF nº

e DIRETOR DE OBRAS SUBTERRÂNEAS, MAURILIO BANHOS DIAS, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº454648, SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº053.423.173-04, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Bruno nº887, Apto 901, Bairro Aldeota, CEP 60.115-191, Fortaleza – CE. O Senhor Presidente do Conselho facultou a palavra aos presentes e como nenhum deles quisesse fazer uso, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, sendo lavrada esta ata que após lida e aprovada foi assinada pelos Conselheiros presentes. Ass) Francisco Quintino Vieira Neto, Eduardo Fontes Hotz, Alexandre Lacerda Landim, David Machado Bastos e Hugo Santana Figueiredo. Fortaleza 13 de março de 2015. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR, em Fortaleza, 13 de março de 2015.

Francisco Jório Bezerra Martins
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Nº05/2015**

JUCEC NIRE 23 3 0002016 2

LOCAL, DATA e HORA: Sede da Empresa, em Fortaleza – Ce, na Rua Senador Jaguaribe nº501, bairro Moura Brasil, nesta capital, no dia 30 de março do ano de 2015, às 09:30 hs. PRESENTES: Estavam presentes os seguintes membros do Conselho: Francisco Quintino Vieira Neto, Eduardo Fontes Hotz, Alexandre Lacerda Landim, David Machado Bastos e Hugo Santana Figueiredo. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Francisco Quintino Vieira Neto; Secretário, Marcos Aurélio Fontenele Mendes dos Santos. CONVOCAÇÃO: Procedida pelo Presidente do Colegiado, conforme estabelece o Art.14 §1º do Estatuto Social da Companhia. QUORUM: Presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração, adiante assinados. ORDEM DO DIA: 1) Exoneração da DIRETORA DE GESTÃO EMPRESARIAL, Sra. Francisca Maria Maia e do DIRETOR DE IMPLANTAÇÃO Sr. Diogo Vital de Siqueira Cruz. 2) Eleição dos novos membros da Diretoria de Gestão Empresarial e da Diretoria de Implantação do METROFOR. DELIBERAÇÕES: O Presidente do Conselho Engenheiro Francisco Quintino Vieira Neto iniciou a reunião saudando a todos os presentes, e em seguida abriu os trabalhos, colocando para apreciação e decisão dos membros do Conselho o assunto da pauta na seguinte ordem: 1) Exoneração da Diretora de Gestão Empresarial e do Diretor de Implantação. Foi aprovada, por unanimidade dos conselheiros presentes, a exoneração da Diretoria de Gestão Empresarial, Sra. Francisca Maria Maia e do Diretor de Implantação, Sr. Diogo Vital de Siqueira Cruz. 2) Eleição dos novos Diretores de Gestão Empresarial e de Implantação. Foi aprovada, por unanimidade dos conselheiros presentes, conforme o estabelecido no art.17 do Estatuto Social, para completar o mandato dos substituídos de 01 de abril de 2015 a 15 de março de 2017, sendo eleitos e empossados os seguintes Diretores para as respectivas Diretorias: DIRETOR DE IMPLANTAÇÃO, JOÃO FERNANDO DE ABREU MENESCAL, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº8908002045563, inscrito no CPF (MF) sob o nº478.738.683-20, residente e domiciliado a Rua Carolina Sucupira, 770, Apto. nº101, bairro Aldeota, CEP 60.140-120, Fortaleza-Ceará; DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL, JOSÉ TUPINAMBÁ CAVALCANTE DE ALMEIDA, brasileiro, casado, advogado, RG nº91015023692-SSP/CE, CPF nº169.057.413-53, residente na Rua São João Del Rey nº300, Edson Queiroz, cep 60834-452, Fortaleza, Ceará. O Senhor Presidente do Conselho facultou a palavra aos presentes e como nenhum deles quisesse fazer uso, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos, sendo lavrada esta ata que após lida e aprovada foi assinada pelos Conselheiros presentes. Ass) Francisco Quintino Vieira Neto, Eduardo Fontes Hotz, Alexandre Lacerda Landim, David Machado Bastos e Hugo Santana Figueiredo. Fortaleza 30 de março de 2015. COMPANHIA CEARENSE DE TRANSPORTES METROPOLITANOS – METROFOR, em Fortaleza, 30 de março de 2015.

Francisco Jório Bezerra Martins
ASSESSOR JURÍDICO

*** **

**SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR**

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº01/2016 - SECITECE/SEDUC
PARTÍCIPES: SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE, com sede nesta Capital, localizada na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº150, Bairro Edson Queiroz - CEP: 60811-520, inscrita no CNPJ sob o nº73.642.415/0001-32 e a

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ – SEDUC, com sede nesta Capital, localizada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora na Av. General Afonso Lima, S/N – Bairro: Cambéba, inscrita no CNPJ nº07.954.514/0001-25 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Princípios de Direito Público, o Art.116 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como no Processo nº3970700/2016 OBJETO: O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo **estabelecer parceria entre as Secretarias de Estado** com a finalidade de viabilizar o Projeto Agentes Digitais, através da inserção dos egressos do Programa e-Jovem de iniciativa da SEDUC/CE nas incubadoras do Projeto Agentes Digitais. RECURSOS: Este acordo não gerará obrigações de natureza financeira para quaisquer dos Partícipes, que se comprometem a arcar, respectivamente, com eventuais custos que advierem de sua execução. VIGÊNCIA: Este acordo terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo ou instrumento equivalente. FORO: Fica eleito o Foro da cidade de Fortaleza DATA DA ASSINATURA: 17 de Junho de 2016 SIGNATÁRIOS: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, e Antonio Idilvan de Lima Alencar, Secretário da Educação – SEDUC. SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, em Fortaleza, 24 de junho de 2016.

Juliana Moraes Souza
COORDENADORA - ASJUR

*** **

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº1002/2016 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE, mantenedora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, face a adesão da FUNECE ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, RESOLVE, **DESIGNAR ALANE DE ASSIS FERREIRA**, Coordenadora do CRAS na Secretaria de Ação Social e Cidadania de Jaguarêta, devidamente cadastrada sob a Portaria nº224/2014, inscrita no CPF/MF sob o nº024.645.493-80, residente e domiciliada no Município de Jaguarêta, para exercer as funções de COORDENADORA LOCAL DO PRONATEC/FUNECE no Município de Jaguarêta vinculada à Coordenação Regional de Limoeiro do Norte no âmbito do PRONATEC/FUNECE, integrante da Unidade Central, cujas atribuições são aquelas constantes do Regulamento Interno do PRONATEC/FUNECE. A presente designação é concedida sem o afastamento do exercício funcional e sem prejuízo dos vencimentos de acordo com a autorização exarada pela Prefeitura Municipal, nos termos da Lei nº841/2013, do Município de Jaguarêta, iniciando-se a partir de 20 de maio de 2016 pelo período de duração do Programa ou deliberação posterior. Registre-se, comunique-se e cumpra-se. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de maio de 2016.

José Jackson Coelho Sampaio
PRESIDENTE

*** **

PORTARIA Nº1003/2016 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - FUNECE, mantenedora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, face a adesão da FUNECE ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, RESOLVE, **DESIGNAR EVA MARIA CARLOS PARENTE**, Auxiliar Administrativo/Secretária Executiva na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo Aqüicultura e Pesca devidamente cadastrada sob a matrícula institucional nº0001573, inscrita no CPF/MF sob o nº904.267.973-53, residente e domiciliada no Município de Jaguaribara para exercer as funções de COORDENADORA LOCAL DO PRONATEC/FUNECE no Município de Jaguaribara vinculada à Coordenação Regional de Limoeiro do Norte no âmbito do PRONATEC/FUNECE, integrante da Unidade Central, cujas atribuições são aquelas constantes do Regulamento Interno do PRONATEC/FUNECE. A presente designação é concedida sem o afastamento do exercício funcional e sem prejuízo dos vencimentos de acordo com a autorização exarada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei nº001/2007, do Município de Jaguaribara, iniciando-se a partir de 20 de maio de 2016 pelo período de duração do Programa ou deliberação posterior. Registre-se, comunique-se e cumpra-se. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de maio de 2016.

José Jackson Coelho Sampaio
PRESIDENTE

*** **



ANEXO III

Evidência do atendimento do Indicador DLI 2 (SEDUC) -
Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação

Coordenadoria de Educação Profissional - COEDP

Ofício Nº 257/2016 – CEEST/SEDUC

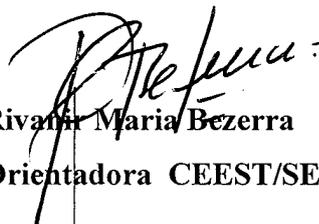
Fortaleza, 30 de Junho de 2016

**À.Sra.
Cristina Medeiros
Coordenadora da UGP PforR**

Prezada Coordenadora,

Ao cumprimentá-la cordialmente enviamos em anexo as evidências do cumprimento da meta do indicador DLI 2: "Estabelecimento de Sistema de Monitoramento de Programas de FTP" meta para 2016.1: Primeiro Relatório de acompanhamento publicado.

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração


**Rivanir Maria Bezerra
Orientadora CEEST/SEDUC**

**Rivanir Maria Bezerra
Orientadora da Célula de Estágios
CEESE / COEDP / SEDUC
Matricula Nº 115672-1-5**

**COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - COEDP
CÉLULA DE ESTÁGIOS – CEEST**

Relatório de apresentação do sistema “Aluno Egresso”

O Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC), implantou em 2008, a escola de educação profissional com oferta em diversos cursos nas áreas de tecnologia da informação, comércio, indústria, recursos naturais, saúde, construção civil, dentre outros. Todavia, as estratégias e ações para facilitar a transição dos egressos da educação profissional para o mercado de trabalho configura-se um grande desafio no estado do Ceará. Proporcionar informações específicas e fidedignas para que profissionais e empregadores possam aprimorar suas escolhas poderá facilitar a inserção dos egressos da educação pública no mercado de trabalho, além de servir como instrumento de planejamento de políticas públicas.

Na perspectiva de apoiar a inserção dos alunos egressos no mundo do trabalho, foi criado o Portal “Aluno Egresso”. É um espaço informatizado que utiliza informações de sistemas interno da SEDUC: SIGE – Sistema Integrado de Gestão Educacional, SICE – Sistema Informatizado de Capacitação e Estágio e de bancos de dados de outros setoriais do estado, como exemplo, a ADECE. Nesse portal, é possível encontrar algumas respostas, além disso, saber como se comporta alguns indicadores chaves de operacionalidade e desempenho dos programas de formação profissional no Estado.

Com a finalidade de apresentar e orientar a utilização do sistema, segue uma apresentação detalhada da página inicial que foi desenvolvida para o aluno, nesse espaço, ele encontrará dicas que subsidiarão sua inserção no mercado de trabalho. E nas áreas específicas, têm as seguintes opções: Área do Aluno, Seduc e Escolas, Transparência e Mercado de Trabalho.

Ao acessar o sistema visualizamos a tela inicial que está organizada da seguinte forma:

- ◆ Recursos do sistema
- ◆ Dicas em vídeos
- ◆ Dicas e orientações para inserção no mercado de trabalho

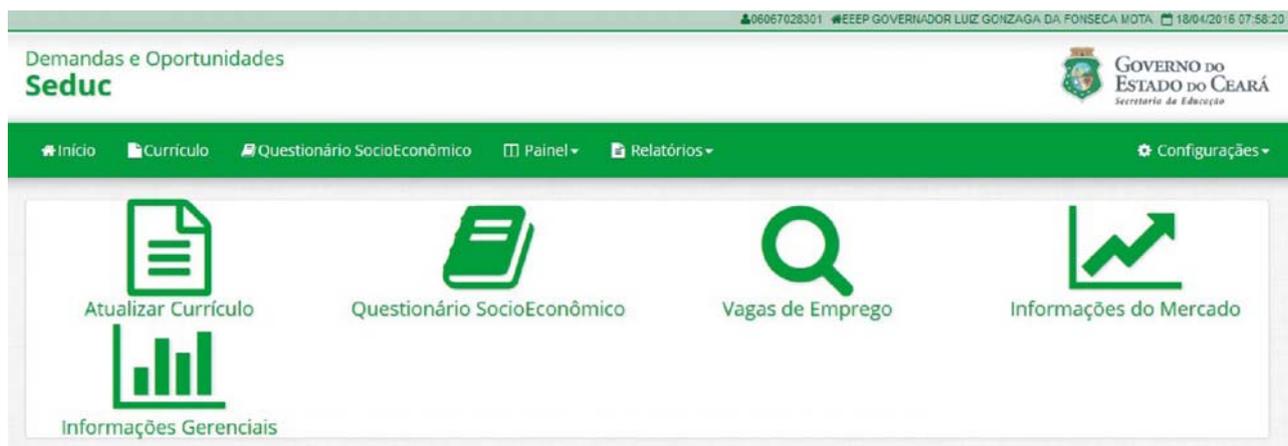
The screenshot shows a dashboard with a header "Confira os recursos oferecidos." Below it are four main resource cards: "Área do Aluno" (personalized content), "Seduc e Escolas" (reports), "Transparência" (public access), and "Mercado de Trabalho" (job offers). Below these are two video thumbnails: "Dicas para entrevistas de emprego" and "Como apresentar sua ideia de negócio". At the bottom, there are three smaller cards: "Dicas de leituras", "Seu Currículo", and "Participar do Quiz", each with a brief description and a small image.

Na seção 1 encontramos as seguintes opções:

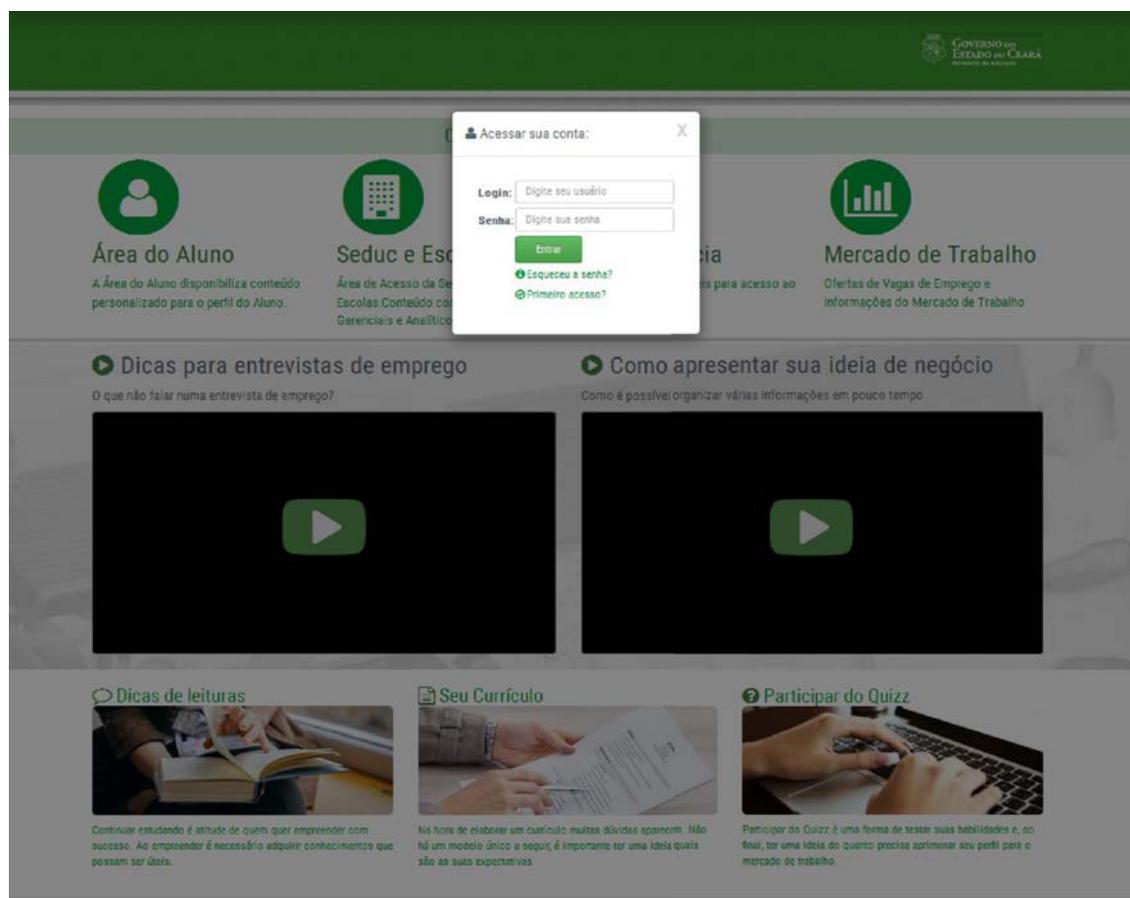
- ◆ Área do Aluno
- ◆ Seduc e Escolas
- ◆ Transparência
- ◆ Mercado de Trabalho

Na **Área do Aluno**, constas as informações pré-cadastradas oriundas dos sistemas SIGE Acadêmico e SICE. Esse espaço é restrito ao aluno e garante a identidade dos egressos da educação profissional. Para acessar, o aluno deverá informar seu CPF como *login* e utilizar a senha criada, automaticamente, pelo sistema. Caso o aluno deseje, poderá modificar sua senha após o primeiro acesso.

Ao acessar a “Área do Aluno,” o aluno visualizará os ícones e as funcionalidades específicas.



Ao clicar na função Atualizar Currículo surgirá a seguinte tela:



Os campos com * são obrigatórios

Dados Pessoais

Nome *	MICHELLY LUANA SA DE ABREU LIMA	Data de Nascimento *	17/09/96	Sexo *	<input type="radio"/> Masculino <input checked="" type="radio"/> Feminino
CPF *	06067028301	RG *	20077281556	Número de Identificação Social(NIS)	
Nacionalidade *	Brasileira	Naturalidade *	FORTALEZA		
CEP *	60426050	Município	MARACANAU - CE	Bairro	JEREISSATI I
Logradouro *	RUA 28	Número *	236	Complemento	
E-mail *	MICHELLY_LUANAGM@YAHOO.COM.BR	Telefone fixo *	85-31053052	Celular *	85-87547345
Usuário do facebook		Usuário do Twitter		Usuário do Linked In	

Formação

Instituição	Curso	Carga horária	Conclusão
NENHUMA FORMAÇÃO ENCONTRADA			

Página 1 de 1 (0 registros)

+ Adicionar

Dados Profissionais

Empresa	Cargo	Início do vínculo	Fim do vínculo
NENHUMA INFORMAÇÃO PROFISSIONAL ENCONTRADA			

Página 1 de 1 (0 registros)

+ Adicionar

Idiomas

Idioma	Compreende	Lê	Fala	Escreve
NENHUM IDIOMA ENCONTRADO				

Página 1 de 1 (0 registros)

+ Adicionar

Empresas de Preferência

Empresa	CNPJ
NENHUMA EMPRESA FOI ADICIONADA	

Página 1 de 1 (0 registros)

+ Adicionar

Permite a publicação desde currículo para as empresas que ofertarem vagas? *

Sim Não

Salvar

A tela **Atualizar Currículo** apresenta as seguintes opções: Dados Pessoais, Formação, Dados Profissionais, Idiomas, Empresas de Preferência e Publicação de Currículo. Nesse espaço, é permitido ao aluno fazer correções e inclusão de novos dados pessoais. Ao final da tela, em **Empresas de Preferência**, constará um banco de empresas cadastradas. O aluno selecionará as empresas que ofertarem vagas de emprego conforme sua preferência, e ao final da seção, terá a opção de disponibilizar, ou não, seu currículo para consulta pública.

Na opção **Questionário Socioeconômico** tem como objetivo responder e acompanhar a evolução e a caracterização da constituição familiar e econômica dos alunos egressos, assim como, responder algumas questões sobre as áreas de atuação e a utilização da formação obtida nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP.

Os campos com * são obrigatórios

Escolaridade dos Pais ou Responsável

Até que série/ano sua mãe ou responsável por você estudou?: *

Selecione

Até que série/ano seu pai ou responsável por você estudou?: *

Selecione

Considerando o local onde você mora, responda as seguintes questões:

Sua rua é asfaltada ou tem calçamento?: *

Selecione

Sua residência tem energia elétrica?: *

Selecione

Sua residência tem água na torneira?: *

Selecione

Sua rua tem coleta de lixo?: *

Selecione

Você ou alguém que mora na sua casa recebe Bolsa Família?: *

Selecione

Quantos dos seguintes itens existem no local onde você mora?

Banheiro: *

Selecione

Geladeira: *

Selecione

TV: *

Selecione

Máquina de lavar roupas: *

Selecione

Aparelho de DVD: *

Selecione

Automóvel(Carro): *

Selecione

Automóvel(Moto): *

Selecione

Aparelho celular: *

Selecione

Computador: *

Selecione

Acesso a internet

Você costuma acessar a Internet?: *

Selecione

Atividade profissional

Você exerce algum atividade profissional remunerada?: *

Selecione

Salvar

Complementação do questionário Socioeconômico.

Informações familiares

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? (Considere a renda de todos que moram na sua casa). *

Selecione

Quem mora com você?(Selecione uma resposta para cada item.)

a) Moro Sozinho(a): *

Selecione

b) Pai e/ou mãe: *

Selecione

c) Esposo(o) / companheiro(a): *

Selecione

d) Filhos(as): *

Selecione

e) Irmãos(irmãs): *

Selecione

f) Outros parentes, amigos(as) ou colegas: *

Selecione

g) Outra situação: *

Selecione

Quantas pessoas moram em sua casa? (Contando com seus pais, irmãos ou outras): *

Selecione

Informações sobre estudos

Você continuou seus estudos depois de ter concluído o Ensino Médio?: *

Selecione

Quais dos cursos abaixo você frequentou ou frequenta?

Curso profissionalizante: *

Selecione

Curso preparatório para vestibular: *

Selecione

Curso superior: *

Selecione

Curso de língua estrangeira: *

Selecione

Curso de computação ou informática: *

Selecione

Curso preparatório para outros concursos públicos: *

Selecione

Outro curso: *

Selecione

Você já ingressou no ensino superior? Em que tipo de instituição você fez ou faz o ensino superior?: *

Selecione

Salvar

A **Área Seduc e Escolas** será acessada pela equipe da COEDP, diretores e secretários de escolas que possuem acesso a informações estratégicas e gerenciais. Nesse espaço é possível gerar relatórios com indicação de cursos das EEEP sem ofertas de vagas de emprego, cursos com maior, ou menor demanda de mão de obra por município, mobilidade dos alunos no mercado de trabalho, qualidade dos cursos ofertados na visão do aluno e a satisfação das empresas com a mão de obra qualificada. Essa última, será administrada pela ADECE com envio de dados para o relatório trimestral. Embora a escola tenha acesso aos mesmos relatórios da SEDUC, a visão dos dados será focada nas informações de propriedade dela de acordo com interesse e necessidade.

Os relatórios permitirão duas visões. A primeira visão será apresentada em forma de gráficos em barras com o número correspondente em cada ano letivo. A segunda visão mostra de forma analítica os dados que foram compilados para gerar os gráficos, ou seja, apresenta uma visão detalhada da informação, indicando informações que discriminam detalhes dos alunos.

A **Área Seduc e Escolas** está em desenvolvimento no sistema, dessa forma, não será possível demonstrar com imagens representativas.

As **Áreas de Transparência e Mercado de Trabalho** estão disponíveis ao público. Dessa forma, não será necessário usuário e senha para acessar as informações. Nessas áreas, as informações são demonstradas através de gráficos e os visitantes poderão aprofundar suas pesquisas utilizando os filtros com informações da evolução das matrículas dos alunos, do quantitativo de alunos já formados, dos alunos que tiveram acesso ao ensino superior, dos alunos formados por curso e região e das vagas de emprego ofertadas para cada curso.

Para garantir conforto e praticidade, o sistema foi desenvolvido para ser acessado utilizando os dispositivos móveis como está demonstrado na imagem abaixo:



A funcionalidade da opção **Vagas de Emprego** disponibilizará as vagas de emprego ofertadas segundo as preferências indicadas na tela de Currículo na seção de **Empresas de Preferência** e do curso de formação do aluno na escola de Ensino Profissional.

Abaixo, temos a visão da tela:

Curso
TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Descrição da Vaga: Técnico de Enfermagem Vagas Ofertadas:5241 Município:FORTALEZA

Empresa: YPIÓCA INDUSTRIAL DE BEBIDAS CNPJ: 15.209.990/0001-04
Vaga temporária para atuar no Setor médico realizando o recebimento de atestados médicos e fazendo os agendamentos de exames. Prestação de assistência para os funcionários que necessitam. Necessário ter disponibilidade para trabalhar no segundo turno, das 13:40 as 22:00, de segunda a sábado.

Atividades:

Remuneração:1600,00

Contato: Suyanne Lima

Telefone(s): 32168888
32168717

Email: recrutamento@ypioca.com.br

Descrição da Vaga: Auxiliar de enfermagem Vagas Ofertadas 5241 Município FORTALEZA

Como pode ser visto acima, existe a descrição da vaga ofertada indicando o título da vaga, a quantidade, município, empresa, atividades a serem exercidas, remuneração ofertada, telefones de contato e e-mail para envio de currículo.

A função de **Informações do Mercado de Trabalho** disponibilizará uma série de indicadores e de dados que podem auxiliar a tomada de decisão.

O painel de **Oferta de Vagas de Emprego por Cursos** indicará a quantidade de vagas disponibilizadas para cada curso ofertado nas EEEP. Esse indicador demonstrará quais cursos proporcionarão maior número de vagas, conseqüentemente, possibilitará realizar a consulta de informações mais detalhadas.

O gráfico acima apresenta em formato de barra vertical as vagas de emprego que foram ofertadas e encaminhadas por e-mail aos alunos egressos da rede estadual no ano de 2015. No quadro abaixo, estão especificadas o número de vagas por curso no referido ano.

CURSO	QUANTITATIVO DE VAGAS
Técnico em Administração	518
Técnico em Eletromecânica	212
Técnico em Enfermagem	10482
Técnico em Logística	406
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	41
Técnico em Química	308



Os filtros de vagas de emprego permitirão visualizar as informações agrupadas por ano, município e curso. No exemplo da consulta acima demonstra que existem muitas vagas ofertadas para o curso de enfermagem, em especial, no município de Fortaleza. Realizando uma consulta sem utilizar o filtro do curso, o sistema disponibilizará a lista de todas as ofertas de vagas, podemos analisar quais municípios ofertam mais vagas e quais cursos são requisitados, como podemos conferir na imagem abaixo:

Vagas de Emprego Voltar

Os campos com * são obrigatórios

Ano

Município

Curso

Ano	Município	Curso	Quantidade
2015	FORTALEZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	5241
2015	FORTALEZA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	5241

Página 1 de 1 (2 registros)

Painel de Transparência



O gráfico acima demonstra a evolução das vagas ofertadas, como também, das matrículas agrupadas por ano letivo de todas as Escolas Estaduais de Ensino Profissional. Os dados agrupam o quantitativo de alunos registrados em todas as turmas das EEEP como está representado no quadro abaixo:

ANO LETIVO	QUANTIDADE DE MATRÍCULAS
2012	151
2013	422
2014	680

Os dados com o número de alunos matriculados no ano de 2015 ainda está sendo calculado.

Para realizar uma pesquisa mais detalhada, é possível utilizar filtros clicando no botão “aqui.” Ao fazer essa opção, aparecerá a seguinte tela:

Alunos Concluintes ← Voltar

Os campos com * são obrigatórios

Ano

CREDE

Município

Escola

Curso

Ano	CREDE	Município	Escola	Curso	Quantidade
2013	CREDE 13	TAMBORIL	EEEP ANTONIO MOTA FILHO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	37
2013	CREDE 19	JUAZEIRO DO NORTE	EEEP RAIMUNDO SARAIVA COELHO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	32
2014	CREDE 12	QUIXERAMOBIM	EEEP DR. JOSÉ ALVES DA SILVEIRA	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	41
2014	CREDE 13	TAMBORIL	EEEP ANTONIO MOTA FILHO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	41
2014	CREDE 17	ICO	EEEP DEPUTADO JOSÉ WALFRIDO MONTEIRO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	45
2014	CREDE 19	JUAZEIRO DO NORTE	EEEP RAIMUNDO SARAIVA COELHO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	38
2014	CREDE 20	AURORA	EEEP LEOPOLDINA GONÇALVES QUEZADO	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	28

Página 1 de 1 (7 registros) ← 1 →

Espera-se que as informações produzidas pelo painel de indicadores de desempenho dos programas de formação profissional possam ser relevantes sobre o mercado de trabalho e busca por emprego, auxiliando o egresso nas tomadas de decisões quanto a formação acadêmica e a vida profissional.

Para que o sistema alcance seus objetivos e disponibilize informações fidedignas, é importante que as escolas se apropriem da funcionalidade e da importância do portal para o aluno que concluiu o ensino médio profissional. E para colaborar com essas informações é essencial fazer a divulgação junto aos estudantes a partir das 1ª séries do ensino médio, mantendo seus dados atualizados, sobretudo, os e-mails, principal meio de comunicação entre o portal e os alunos egressos.

Link da publicação do Relatório de Egressos no SITE da SEDUC:

<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/200-noticias-2016/10752-seduc-divulga-relatorio-sobre-egressos-das-escolas-profissionais>

ANEXO IV

Evidência do atendimento do Indicador DLI 3 (SEDUC) -
Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.

Coordenação da Educação Profissional - COEDP
Célula de Estágios - CEEST

Ofício Nº 218/ 2016 – CEEST/COEDP

Fortaleza, 16 de maio de 2016.

À.Sra.
Cristina Medeiros
Coordenadora da UGP PforR

Prezada Coordenadora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, informamos que segue abaixo planilha especificando os Termos de Acordo e as Publicações no DOE CE e em anexo o último Termo firmado com a Marisol Vestuário S.A, em cumprimento ao indicador primário do PforR, meta junho/2016.

EMPRESA	VIGÊNCIA	PUBLICAÇÃO D.O.E
Sindicato de Comércio de Peças e Serviços para Veículos Automotores, Ciclomotores, e Refrigeração do Estado do Ceará – SINCOPEÇAS	31/12/2018	19/06/2015, PÁG 36
Stand Sign (brilhante eventos)	30/12/2018	03/09/2015, PÁG 57
Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE	31/12/2018	19/06/2015, PÁG.35/36
Fundação Demócrito Rocha	22/12/2018	14/01/2015,PÁG.12
Associação dos Jovens Empresários - AJE	30/12/2018	19/06/2015,PÁG.34/35

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico – SIMEC	30/12/2018	19/06/2015,PÁG.35
SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO – SINDIMÓVEIS	31/12/2018	12/02/2015, PÁG.83
ACQUACRUSTA MARINHA LTDA	31/12/2018	04/02/2015,PÁG.23
Ecap Treinamentos (ADCOS)	31/12/2018	02/09/2015, PÁG 52/53
FCDL, CDL Fortaleza e a Faculdade Fortaleza	31/12/2018	30/06/2015, PÁG 42/43
Companhia DOCAS	31/12/2018	18/11/2015, PÁG 160
SINDIQUÍMICA	30/12/2018	31/07/2015,PÁG 37
Marisol Vestuário S.A	31/12/2018	24/02/2016, PÁG 114

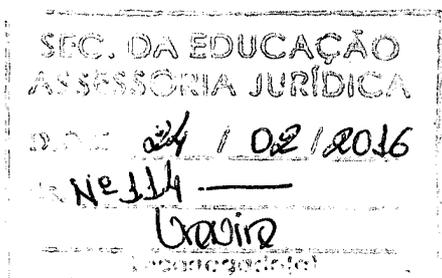
Sem mais para o momento, antecipamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


 Jussara de Luna Batista
 Coordenadora da Educação Profissional



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 42/2015



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE CONCESSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A MARISOL VESTUÁRIO S.A, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA – SOLICITAÇÃO Nº 1060/2015.

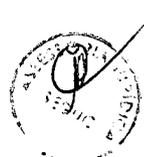
O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, localizada nesta capital no Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora, localizado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambéba, Fortaleza/Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.954.514/0001.25, neste ato representada pelo Excelentíssimo. Senhor. **MAURICIO HOLANDA MAIA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 284126993-00, e RG nº 9300205510 SSP/CE, Secretário da Educação, doravante simplesmente denominada **SEDUC** e a **MARISOL VESTUÁRIO S.A**, inscrita no CNPJ nº 02.045.487/0009-01, localizada na Rodovia CE 060, KM 11, S/N, Pavuna – Pacatuba/CE, CEP 61.800-000, neste ato representado por seu Diretor Financeiro, **IVANILDO PAULO KRAUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado(a) em Jaraguá do Sul/SC, inscrito(a) no RG sob o nº 1.580.314–SSP-SC e no CPF sob o nº 548.709.509-44 e seu Diretor Presidente **GIULIANO DONINI**, brasileiro, casado, arquiteto e administrador de empresas, residente e domiciliado(a) em Jaraguá do Sul/SC, inscrito(a) no RG sob o nº 1.584.802-7 –SSP-SC e no CPF sob o nº 017.316.199-52, doravante simplesmente designada **MARISOL**.

CONSIDERANDO o entendimento da Secretaria da Educação do Estado, quanto a necessidade e importância em realizar parcerias com instituições/empresas que possam oferecer uma prática de qualidade através de estágio, visitas técnicas, palestras voltadas para o setor produtivo, para estudantes regularmente matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional.

CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional;

CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do Diploma;

RESOLVEM celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamentado na Lei Federal Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art. 88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições:





CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este instrumento tem por objeto a cooperação técnica entre a SEDUC e a MARISOL visando à preparação para o trabalho produtivo, integrando o aluno à um ambiente profissional, proporcionando assim diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, através do estágio de alunos **regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional.**

Subcláusula Primeira – O estágio assume a forma curricular obrigatória, **não criando vínculo empregatício de qualquer natureza** com a **MARISOL**, realizando-se nos termos da Lei Nº 9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Básica, na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto Estadual Nº 30.933, de 29 de junho de 2012.

Subcláusula Segunda – A formação da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante **Termo de Compromisso de Estágio e aditivo constando a data de término do estágio**, elaborado pela **SEDUC**, a ser firmado entre a **MARISOL**, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a interveniência da **SEDUC**, a qual encaminhará o Estágio, ficando as partes compromissadas às regras estabelecidas no referido termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência de recursos entre as partes, sendo as despesas referentes a pagamento de bolsa ao estagiário, auxílio transporte e à contratação do seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da **SEDUC**, por meio de dotação orçamentária própria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE ESTÁGIO

O estágio dar-se-á nos órgãos e/ou instituições da **MARISOL**, nas áreas de seu interesse, ofertando instalações em condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem profissional compatível com a área de sua formação técnica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

I – Atribuições da SEDUC

Caberá à Secretaria da Educação – SEDUC/UNIDADE DE ENSINO, na consecução dos objetivos deste instrumento:

- a) Preparar o estagiário, em instância preliminar, para inseri-lo na hierarquia laboral e corporativa;
- b) Selecionar e encaminhar o estagiário à concedente;
- c) Indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades práticas do estagiário;
- d) Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, devendo constar do termo de compromisso o respectivo número da apólice e o nome da Seguradora;





- e) Custear bolsas de estágio, auxílio transporte e equipamentos de proteção individual, para os estagiários por meio de dotação orçamentária própria;
- f) Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições, o cumprimento das cláusulas estabelecidas.

II - Atribuições da MARISOL

Caberá à **MARISOL**, na consecução dos objetivos deste instrumento:

- a. Responsabilizar-se, juntamente com a Secretaria da Educação - SEDUC, através da Coordenadoria de Educação Profissional, e com a Instituição de Ensino pela orientação, supervisão e avaliação do estágio, através dos instrumentos de avaliação e das visitas técnicas do Orientador de estágio às empresas;
- b. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social e profissional;
- c. Firmar Termo de Compromisso de Estágio e aditivo constando a data de término do estágio, a ser elaborado pela **SEDUC**, com o estagiário, se esse for menor, com seu responsável legal e a Unidade de Ensino;
- d. Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o estagiário durante o processo de aquisição de conhecimento prático;
- e. Garantir que o processo de transmissão de conhecimento se faça por etapas organizadas, do mais simples ao mais complexo de acordo com o plano de atividades;
- f. Designar empregado de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvido no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- g. Facilitar as visitas do Orientador de estágio da Escola para acompanhar o estagiário, sem necessidade de prévio agendamento;
- h. Fazer anotações na Carteira de trabalho – CTPS do estagiário como forma de incentivá-los a ingressar no mercado do trabalho, trazendo informações, tais como, curso frequentado, nome da instituição de ensino, da parte concedente e a carga horária de estágio.
- i. Monitorar a execução do termo cooperativo, zelando pelo cumprimento de todas as suas cláusulas e condições, o cumprimento das cláusulas estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura, podendo ser alterado através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado, observada a conveniência das partes.





Parágrafo Único – O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo pelas partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações assumidas ao tempo em que participaram voluntariamente do acordo, sem prejuízo de multa e/ou indenizações a qualquer das partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

O descumprimento das obrigações previstas na legislação do estágio caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a Concedente, para todos os fins trabalhistas e previdenciários, desde que devidamente comprovado pelas partes, exceto para a administração pública, conforme estabelece o Art. 37, inciso II da Constituição Federal.

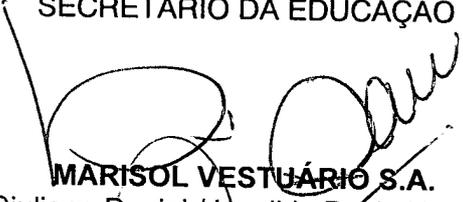
CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

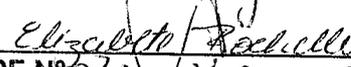
Fica eleito o foro da Cidade de Fortaleza/CE, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas deste termo de cooperação técnica, que não possam ser resolvidas administrativamente.

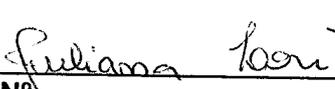
E, por estarem assim ajustados, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Fortaleza/CE, 01 de fevereiro de 2016.


MAURÍCIO HOLANDA MAIA
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO


MARISOL VESTUÁRIO S.A.
Giuliano Donini / Ivanildo Paulo Krause

TESTEMUNHAS: 1. 
CPF Nº 032.349.829-96

2. 
CPF Nº 063.272.929-50



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº42/2015 - PROCESSO Nº0857864/2016

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, neste ato representada pelo Excelentíssimo. Senhor. MAURICIO HOLANDA MAIA, Secretário da Educação, e a MARISOL VESTUÁRIO S.A, neste ato representado por seu Diretor Financeiro, IVANILDO PAULO KRAUSE, e seu Diretor Executivo GIULIANO DONINI, CONSIDERANDO o entendimento da Secretaria da Educação do Estado, quanto a necessidade e importância em realizar parcerias com instituições/empresas que possam oferecer uma prática de qualidade através de estágio, visitas técnicas, palestras voltadas para o setor produtivo, para estudantes regularmente matriculados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. CONSIDERANDO que o estágio curricular obrigatório é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados em Escola Estadual de Educação Profissional, pelo desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional; CONSIDERANDO que o estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do Diploma; RESOLVE celebrar o presente termo de cooperação técnica, fundamentado na Lei Federal Nº11.788, de 25 de setembro de 2008, na legislação estadual, por meio do Decreto 30.933, de 29 de junho de 2012 e no uso das atribuições que confere o Art.88, Inciso VI, da Constituição do Estado do Ceará, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA DO OBJETO Este instrumento tem por objeto a **cooperação técnica** entre a SEDUC e a MARISOL visando à preparação para o trabalho produtivo, integrando o aluno à um ambiente profissional, proporcionando assim diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, através do estágio de alunos regularmente matriculados no 3º ano do Curso Técnico da Escola Estadual de Educação Profissional. Subcláusula Primeira – O estágio assume a forma curricular obrigatória, não criando vínculo empregatício de qualquer natureza com a Marisol, realizando-se nos termos da Lei Nº9.394, de 20/12/1996, regulamentada pela Resolução Nº01/2004 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Básica, na Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, e no que couber, o Decreto Estadual Nº30.933, de 29 de junho de 2012. Subcláusula Segunda – A formação da concessão de Estágio efetivar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio e aditivo constando a data de término do estágio, elaborado pela SEDUC, a ser firmado entre a Concedente, a Instituição de Ensino e o Estagiário, com a intervenção da SEDUC, a qual encaminhará o Estágio, ficando as partes comprometidas às regras estabelecidas no referido termo. CLÁUSULA DA VIGÊNCIA O presente convênio vigorará até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura, podendo ser alterado através de termo aditivo, bem como ser prorrogado ou antecipado, observada a conveniência das partes. Parágrafo Único – O presente convênio poderá ser denunciado e rescindido a qualquer tempo pelas partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações assumidas ao tempo em que participaram voluntariamente do acordo.. FORO Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA 01 de fevereiro de 2016. SIGNATÁRIOS: MAURÍCIO HOLANDA MAIA - SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, MARISOL VESTUÁRIO S.A - Giuliano Donini/Ivanildo Paulo Krause., TESTEMUNHAS: 1- Elizabete Rochelle, 2- Juliana Dias. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 23 de fevereiro de 2016.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto
 COORDENADOR ASJUR

*** **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
Nº075/2016 - PROCESSO Nº15563833-5

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC, inscrita no CNPJ sob o nº07.954.514/0001-25, com sede nesta Capital, no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéba, Fortaleza/CE, nos termos do processo supra, resolve reconhecer a dívida assumida em face da empresa K.R. MARTINS DE CARVALHO – ME, inscrita no CNPJ nº08.798.584/0001-02, referente ao Contrato, oriundo da Carta Convite nº2014/0006, firmado com a EEFM ANANIAS DO AMARAL VIEIRA, no valor de R\$570,55 (quinhentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), em razão da entrega de gêneros alimentícios para o programa de merenda escolar na escola acima mencionada. Compromete-se, portanto, o Estado do Ceará – através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO a pagar a dívida acima reconhecida, assim que se concluírem os procedimentos administrativos para a sua consecução. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 17 de fevereiro de 2016. ARMANDO AMORIM SIMÕES - SECRETÁRIO(A) DA EDUCAÇÃO, em exercício. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 19 de fevereiro de 2016.

Miguel Gonçalves Pinheiro Brasil Neto
 COORDENADOR ASJUR

*** **

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
PROCESSO Nº1043400/2015

Firmam este termo de rescisão amigável a CONTRATADA e a CONTRATANTE, abaixo identificadas, alvo do Contrato referente a Carta Convite nº01/2015, cujo objeto aquisição de Alimentos, destinados ao Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEA/EFAE/CE, para alunos do Ensino Médio, no prazo de 365 dias, firmado entre o GOVERNO DO ESTADO, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ/ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ROTARY CLUB SÃO MIGUEL, Rua São Lucas - N°s/n°, Bairro Conjunto São Miguel, CEP: 61.650-050 Município de Caucaia/Ce inscrita no CNPJ nº07.954.514/0127-27, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor(a) Francisca Silvana Mendes Leitão, brasileiro(a), inscrita no CPF nº262.863.863-00, RG nº2007444748-8 SSP-CE, residente e domiciliada em Cassinã Monteiro Blobo D Apartamento 01, Nº135 Município de Fortaleza CEP 60.352-720 e a D.S. COMÉRCIO DE PAPELARIA LTDA - EPP (BARROSO COMÉRCIO), inscrita no CNPJ sob nº18.837.300/0001-95, estabelecida na Rua C RES MIRANTE DO ARATURI, Nº64, BAIRRO ARATURI, CEP 61.654/120 MUNICIPIO DE CAUCAIA/CE, aqui denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) DHYEGO STEPHESON FRANKLIN SOUSA SERPA BARROSO, CNH nº03086367254 Detran-Ce, CPF Nº914.296.923-91, residente e domiciliado à Rua C (Res Mirante do Araturi), Nº64 - Araturi, Município de Caucaia, CEP 61.645-120, conforme a seguir estipulado. O(A) Diretor(a) Escolar, Francisca Silvana Mendes Leitão, no uso de suas atribuições legais: Considerando que a CONTRATADA solicitou rescisão do contrato referente a Carta Convite nº01/2015. RESOLVE: CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido, a partir desta data, o contrato referente a carta convite nº01/2015, firmado entre a SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ/EEFM ROTARY CLUB SÃO MIGUEL e a Empresa D.S. COMÉRCIO DE PAPELARIA LTDA - EPP (BARROSO COMERCIO). CLÁUSULA SEGUNDA - A presente rescisão se dá por ato bilateral das partes, nos termos do art.79, II, da Lei nº8666/93. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA não fará jus ao recebimento de nenhum crédito uma vez que a prestação dos serviços contratados, juntos a citada, não se concretizou, visto que a dita CONTRATADA renunciou espontaneamente ao contrato firmado outrora entre as partes, alegando não estar, o que é factível ajustada às novas regras exigidas pela SEFAZ (Secretaria da Fazenda) no que tange a emissão de Nota Fiscal Eletrônica. SUBCLÁUSULA ÚNICA - A CONTRATANTE deverá devolver a CONTRATADA a garantia contratual. O presente Termo vai lavrado em duas vias de igual teor e forma. DATA DA ASSINATURA: 06 de Novembro de 2015. CONTRATANTE: Francisca Silvana Mendes Leitão, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, em Fortaleza, 17 de fevereiro de 2016.

Margarida Maria Mota
 ASSESSOR ESPECIAL/ASJUR

*** **

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
PROCESSO Nº1815038/2015

Firmam este termo de rescisão amigável a CONTRATADA e a CONTRATANTE, abaixo identificados, alvo do Contrato referente a Carta Convite nº0002/2015, cujo objeto é Aquisição de Gêneros Alimentícios, firmado entre o GOVERNO DO ESTADO, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/COLÉGIO ESTADUAL LICEU DO CEARÁ, situada na Praça Gustavo Barroso, S/N. Bairro: Jacarecanga, Fortaleza/Ce, inscrita no CNPJ nº07.954.514/0691-68, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor(a) CATARINA INÊS DE ALMEIDA, brasileiro(a), inscrita no CPF nº433.751.030-34, RG nº203.182.314-5 SJS-RS, residente e domiciliada à Rua Antônio Augusto, Nº483, apto: 801, CEP 60.110-371. Fortaleza/ Ce e a Empresa D.S. COMÉRCIO DE PAPELARIA LTDA - EPP, estabelecida à RUA C-Nº64, Bairro: Araturi. Município: Caucaia, inscrito no CNPJ sob nº18.837.300/0001-95, aqui denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr(a) DHYEGO STEPHESON FRANKLIN SOUSA SERPA BARROSO, RG Nº2008879405-3, CPF nº914.296.923-91, residente e domiciliado à Av. RUA C - Nº64, Bairro: Araturi. CEP: 61650-120. Fortaleza/Ce, conforme a seguir estipulado. O(A) Diretor(a) Escolar CATARINA INÊS DE ALMEIDA, no uso de suas atribuições legais: Considerando que a CONTRATADA não solicitou rescisão, do contrato referente a Carta Convite nº0002/2015, através do TERMO DE DESISTÊNCIA, apensado a este, expondo razões plausíveis a rescisão contratual. RESOLVE: CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica rescindido, a partir desta data, o contrato referente a Carta Convite nº0002/2015, firmado entre a SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ/COLÉGIO ESTADUAL LICEU DO CEARÁ e a Empresa D.S.



ANEXO V

Evidência do atendimento do Indicador DLI 6 (SEPLAG) -

Porcentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão



OFÍCIO GS Nº 1247/2016

Fortaleza, 30 de junho de 2016.

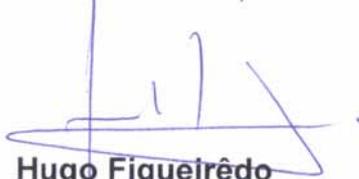
**Ilma. Sra.
Ana Cristina Cavalcante Medeiros
Coordenadora da Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP (PforR)
NESTA**

Senhora Coordenadora,

Ao cumprimentá-la, sirvo-me para encaminhar o Relatório, que adiante se segue, constituído de informações demonstrativas quanto ao cumprimento da meta, do indicador primário, do Programa para Resultado – PforR, do Banco Mundial, intitulado “Percentual de Projetos de Assistência à Família Financiados pelo FECOP com Marco Lógico”, prevista para o primeiro semestre do corrente ano, conforme fixado no protocolo do referido indicador.

No ensejo, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,



Hugo Figueirêdo
Secretário



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

RELATÓRIO

**Informações Relativas ao
Cumprimento do Indicador PforR:
Percentual de projetos de assistência
à família financiados pelo FECOP com
marco lógico.**

Junho/2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 3

1. Relação dos Projetos com Marco Lógico, 5

1.1 Projetos da Secretaria da Cultura – SECULT

1.1.1 Agentes de leitura, 6

1.2 Projetos do Gabinete do Governador – GABGOV

1.2.1 Pro-Jovem urbano 5, 22

1.2.2 Pró-Jovem campo 3, 36

1.3 Projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

1.3.1 Projetos produtivos para superação da pobreza em assentamentos no Estado do Ceará, 50

1.3.2 Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 2, 63

1.3.3 Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 4, 97

1.4 Projetos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

1.4.1 Projeto idoso sujeito pleno, 126

1.4.2 Projeto sociedade justa e segura, 139

1.4.3 Primeiro passo – Estagiário TRE - Biometria, 164

1.4.4 Fortalecendo o atendimento ao trabalhador em situação de vulnerabilidade, 186

ANEXOS, 204

Anexo 1 - Protocolo do Indicador PforR

Anexo 2 - Resoluções nº 01 a nº 12, de 2016, do CCPIS, com a relação dos projetos aprovados

Anexo 3 - Relação dos projetos de assistência à família (geral)

Anexo 4 - Relação dos projetos de assistência à família (selecionados)

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata acerca da construção do Indicador “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, relativo ao primeiro semestre de 2016, compreendido no âmbito do Programa para Resultados – PforR, de responsabilidade da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

O Protocolo do Indicador aludido prevê como Meta, para o período citado, a realização do Marco Lógico correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tomando como base o número de Projetos de assistência à família, existentes no ano de referência, aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Nesta terceira edição do cumprimento da Meta, para se chegar ao número de Projetos, a serem apresentados com Marco Lógico, adotou-se, como parâmetros, a relação de Projetos aprovados, no decorrer do período de 12 de janeiro a 11 de maio de 2016, submetidos que foram à apreciação e deliberação do Augusto Conselho, instância máxima de decisão, no âmbito da gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Com efeito, do universo de Projetos aprovados, à luz das Resoluções de nº 01 até a de nº 12, de 2016, decorrem um total de 179 (cento e setenta e nove) Projetos. Ato contínuo, foram classificados 60 (sessenta) Projetos, sobre os quais, calculando 55% (cinquenta e cinco por cento) da meta, para o primeiro semestre de 2016, incidindo este percentual sobre o montante apontado, resulta-se numa parcial de 33 (trinta e três) Projetos. Considerando que já foram trabalhados 26, com marcos lógicos construídos em 2015, fica uma base quantitativa de 07 (sete) Projetos. Porém, a Coordenadoria entendeu por trabalhar com uma margem de 10 (dez) Projetos, na construção dos respectivos Marcos Lógicos.

Assim, destes 10 (dez) Projetos quantificados, foram selecionados: 01 (um), da Secretaria da Cultura – SECULT; 02 (dois), do Gabinete do Governador; 03 (três), da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA; e, 04 (quatro), da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, cuja construção dos Marcos Lógicos foi desencadeada mediante um cronograma de atividades, contando com a realização de oficinas, orientações e revisões, tendo como público alvo os Técnicos dos respectivos órgãos setoriais, responsáveis pelos Projetos selecionados, conduzidas pela Coordenadoria, com a assessoria do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Durante este processo, constatou-se que a construção de determinado marco lógico, em dado Projeto, termina por aplicar-se, também, de forma válida, a outro Projeto, a exemplo do que foi

construído para o Projeto Pro-Jovem Urbano 5 (Mapp 102), e, que, por sua vez, replica-se, por correlação, ao Projeto Pro-Jovem Campo 3 (Mapp 103), ambos egressos do Gabinete do Governador. Da mesma forma, ocorreu em relação ao que foi construído para o Projeto Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 2 (Mapp 452), replicado, por correlação, ao Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 4 (Mapp 454), sendo estes oriundos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA.

Oportuno registrar que, quando da primeira edição do cumprimento da Meta, ocorrida no primeiro semestre de 2015, alcançou-se o correspondente a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), tendo como base a relação de 113 (cento e treze) Projetos aprovados pelo Conselho, por ocasião da primeira reunião ocorrida em 27 de fevereiro daquele ano, consubstanciada na Resolução nº 01, de 2015, a partir da qual restaram classificados 68 Projetos, tendo sido incidido o aludido percentual neste quantitativo, chegando-se ao resultado inicial de 15 (quinze) Projetos, para fins de construção do Marco Lógico. Foram consolidados um total 17 (dezesete) Projetos com matrizes lógicas devidamente constituídas.

Ademais, quando da segunda edição do cumprimento da Meta, realizada no segundo semestre de 2015, foram alcançados 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos, com base nas Resoluções de nº 02 até a de nº 08, de 2015, compreendidas no período de 28 de fevereiro a 06 de julho do referido ano, diante das quais ficaram aprovados um total de 174 (cento e setenta e quatro) Projetos, sendo ali classificados 97 (noventa e sete) de assistência à família, inferindo-se, com a incidência daquele percentual, 44 (quarenta e quatro) Projetos a serem trabalhados. Deste universo, pelo menos, 17 (dezesete) já contaram com as suas matrizes lógicas construídas. Ficaram, assim, 27 (vinte e sete) Projetos, com Marcos Lógicos prontamente construídos.

Neste sentido, portanto, observadas as considerações acima esposadas, aliadas às informações consubstanciadas no presente Relatório, apresenta-se, por meio do presente instrumento, o demonstrativo do pronto cumprimento da Meta do Indicador Primário, do Programa para Resultado – PforR: “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico” (55%), prevista para o primeiro semestre de 2016.

RELAÇÃO DOS PROJETOS COM MARCO LÓGICO



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Cultura do Estado do Ceará**

PROJETO: AGENTE DE LEITURA DO CEARÁ

MAPP 68

“SECULT”

Março - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
Programa (PPA)	044 - Promoção de acesso e fomento à produção e difusão da cultura.
Mapp (Nº e Denominação)	068 – Agentes de Leitura
Período de Execução	Fevereiro a dezembro
Categoria	Estruturante - Cultura

1. Descrição do Projeto

O projeto Agentes de Leitura está inserido na categoria de Projetos Estruturantes na área da Cultura. Desenvolve atividades de dinamização de acervo literário junto a famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e inscritas no Cadastro Único do Governo Federal. Essa dinamização é realizada por jovens selecionados por edital e acompanhados por um Agente Articulador, também selecionado por Edital, que após formados são designados, respectivamente de Agente de Leitura e Agente de Leitura Articulador. A metodologia utilizada para a dinamização do acervo é: rodas de leitura, contação de histórias, empréstimos de livros, gincanas literárias etc. O Agente de Leitura pode usar ferramentas inspiradas em outras linguagens como: dança, teatro, vídeos etc. Os Agentes de Leitura percorrem os municípios em seus distritos, vilas, sítios, bairros e ruas, para atendimentos domiciliares às famílias beneficiadas pelo projeto. Nas visitas, os Agentes leem em voz alta, dramatizam, emprestam livros, movimentam o acervo bibliográfico com o objetivo de despertar o interesse pela leitura de forma prazerosa, crítica, dinâmica e reflexiva

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, o projeto inscreve-se na área temática Cultura, no âmbito do Programa, 044 - Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense; Iniciativa 18233 – Ampliação da difusão do livro, leitura e literatura; Ação – Promoção dos Agentes de Leitura, que tem como finalidade conceder 232 bolsas para Agentes de Leitura, sendo 195 Agentes de Leitura e 37 agente de leitura articuladores, em 36 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL. Aquisição de acervo literário, equipamentos, materiais diversos e realização de seleção, formação e concessão de bolsas. Na Matriz de Gestão por Resultados do Estado do Ceará – GPR, contribui para o resultado setorial “ Índice de acesso a bens e serviços culturais ” e tem suas realizações registradas através do indicador “Número de Livros Trabalhados junto às pessoas, cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, com pelo menos um dos membros cursando o segundo ou quinto e/ou nono anos do Ensino Fundamental, ou terceiro ano do Enino Médio e/ou um dos seus membros maiores de 15 anos analfabetos. No PPA 2016-2019, o Projeto Agentes de Leitura insere-se no Eixo Governamental 5 – Ceará do Conhecimento, Tema Estratégico 5.05 – Cultura, com Resultado Temático - Cultura cearense valorizada em sua transversalidade e diversidade. O Indicador de Resultado está descrito em Índice de acesso a bens e serviços culturais, utilizando-se da unidade Percentual com o valor de 1,28% tendo 2014 como o ano de Referência. O Projeto Agentes de Leitura do Ceará está incluído: Programa 044 – Promoção do Acesso e Fomento à produção e difusão da cultura cearense. Assim descritos: Iniciativa: 044.1.19 - Ampliação da

difusão do livro, leitura e literatura. Ações: 18232 - Promoção e Difusão do Livro e da Leitura SECULT e 18233 - Promoção dos Agentes de Leitura. Produtos: SECULT 468 – Projeto cultural apoiado e 84 – Bolsa concedida; Objetivo 044.1 - Democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado.

3. Diagnóstico

O livro é um instrumento universal de educação e, portanto, se faz necessário que todos tenham acesso a ele. Assim, livro é cultura, educação, ferramenta imprescindível para a formação cidadã de uma população. Mas, a função social do livro só acontece quando ele é aberto e lido. Desta forma adquirimos conhecimentos, ampliamos nossos horizontes e desenvolvemos nosso senso crítico nos possibilitando crescermos como cidadão e como profissional competente. Para ser esse leitor é necessário a presença de um mediador que atue diretamente no ambiente familiar, transformando pessoas em cidadãos e cidadãs por meio da leitura. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, 2012, Instituto Pró-Livro, coloca o ambiente familiar leitor como um dos três ambientes que mais se correlacionam com a formação de leitores. Borges, Assagra e Alda, 2010, comenta em seu livro Leitura: o mundo além das palavras o seguinte: “Em um século onde saber expressar-se – fazer-se entender e ser entendido nos mais diferentes contextos e situações – é sinônimo de sobrevivência e inclusão social”. Com essa afirmativa e associada aos dados revelados pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de que o brasileiro leu 9,1% a menos em 2012 em relação à pesquisa anterior, 2008. O projeto Agentes de Leitura nascido em 2006, interfere diretamente no ambiente onde se propicia e se promove o gosto da leitura em todas as suas dimensões. O Estado do Ceará possui 15,8% da sua população acima de 15 anos que não sabe ler e escrever, segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios) 2014. Esta mesma pesquisa revela que a taxa de escolarização entre crianças de 4 e 5 anos é de 81,2%, um crescimento de 3,1% em relação à pesquisa de 2012, uma boa notícia. O Estado possui bibliotecas públicas nos 184 municípios, com todas elas localizadas nas sedes dos municípios. O acesso ao livro, fora da sede do município se dá exclusivamente por meio das escolas, mas nem todas possuem bibliotecas escolares e quando existem, atendem prioritariamente a comunidade estudantil. O IFAL criado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará (ver Nota Técnica 48 www.ipece.ce.gov.br) revela que há 60 municípios que apresentam cenário onde a leitura deve ser focada enquanto política de estado. O projeto Agentes de Leitura vem ao encontro dessa necessidade, quando se propõe incentivar a fruição desse bem cultural, incitando o consumo literário entre as camadas de baixo poder aquisitivo, no âmbito familiar, em 36 municípios, abrangendo 10 das 14 macrorregiões do estado com 195 Agentes de Leitura e 37 Agentes de Leitura Articulador.

4. Justificativa

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza tem como principal critério de elegibilidade para seleção de seu público alvo a renda per capita familiar, porém, considera

também o conceito multidimensional da pobreza. Para Crespo, Antônio Pedro Albernaz e Gurovitz, Elaine a definição de pobreza é algo complexo por considerar “um juízo de valor, em termos absolutos e relativos”. Para Crespo e Gurovitz, “a pobreza deve ser entendida como a privação de vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm”. Isso significa que para reduzir a pobreza é preciso aumentar suas capacidades humanas. Dentre essas capacidades, além das básicas como erradicar a fome e ter um mínimo de escolaridade, incluem saber se expressar e ter participação política, caso em que a leitura se revela um dos instrumentos mais eficazes para expansão das capacidades humanas. À medida que o sujeito se apropria de conhecimentos literatos, seu mundo se amplia e se antes vivia à margem dele, passa a nele inserir-se e participar. A pobreza na sua multidimensionalidade também é tida enquanto privação de acesso ao conhecimento de bens simbólicos, como o entretenimento e a alegria. Já a leitura é considerada o meio lúdico mais acessível de entretenimento, que tem a magia de transformar uma consciência ingênua em consciência crítica, e não se limita a apenas a decodificar signos, mas apreendê-los, abstraí-los e transformá-los em instrumentos de contribuição e luta para uma qualidade de vida mais dignificante. É sabido, ainda, que a pobreza tem múltiplas causas, sendo uma delas a falta de informação, que é suprida não apenas pela comunicação de massa, mas também por políticas unificadas de estímulo à leitura, principalmente a literária. A leitura deve ser agregada a fatores afetivos, cognitivos, sociais, econômicos e legais. Tal concepção coloca-se em consonância com a Constituição Brasileira e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que defende que todo indivíduo, desde criança, deve ter, dentre outros, direito ao lazer, à cultura e à educação. Por isso, garantir o acesso ao livro, ou contar com a atuação de alguém (no caso, os Agentes de Leitura) que o apresente de forma prazerosa, não supre todos os direitos assegurados por lei, mas representa um bom começo, visto que a leitura nos torna cidadãos críticos capazes de questionar, conhecer o diferente, fortalecer nossa identidade, acompanhar e transformar a história da humanidade. Garantir acesso ao livro e desenvolver o gosto pela leitura, desde criança, é uma importante forma de contribuição para a formação de cidadãos capazes de conhecer e lutar por seus direitos e, conseqüentemente, contribuir para minimização dessa situação social. Nesse contexto a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT reapresenta o projeto Agentes de Leitura do Ceará com 195 Agentes de Leitura e 37 Agentes de Leitura Articuladores em 36 municípios assim distribuídos: a) Região 1 Cariri - Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Farias Brito, Mauriti, Porteiras, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas. b) Região 2 Centro Sul – Acopiara, Cariús, Quixelô e Saboeiro. c) Região 3 Grande Fortaleza – Fortaleza. d) Região 5 Litoral Norte – Barroquinha, Chaval, Granja e Uruóca. e) Região 7 Maciço de Baturité – Itapiúna. f) Região 8 Serra da Ibiapaba – Croatá e Viçosa do Ceará. g) Região 9 Sertão Central – Deputado Irapuã Pinheiro, Milhã e Pedra Branca. h) Região 11 Sertão de Sobral – Cariré, Coreaú, Reriutaba e Santana do Acaraú. i) Região 12 Sertão de Crateús – Ararendá, Ipaporanga, Novo Oriente e Poranga. j) Região 13 Sertão dos Inhamuns – Aiuaba, Parambu e Quiterianópolis. Os municípios selecionados foram por indicação do IPECE segundo o IFAL, não obedecendo categoricamente o *ranking* devido alguns municípios não terem demonstrado interesse em participar do projeto em edições anteriores.

5. Histórico

O projeto Agentes de Leitura do Ceará, pioneiro no Brasil, é uma ação desenvolvida pela Secretaria da Cultura do Estado (SECULT) com o apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) que desde 2006 vem promovendo a democratização do acesso ao livro e à leitura, por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos bibliográficos que, posteriormente, são integrados ao acervo das bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias. De 2012 a 2014 o projeto funcionou no seguinte formato: pagamento de bolsas no valor de R\$ 400,00 para jovens que cursaram o ensino médio, e no valor de R\$ 1.140,00 para os articuladores, pessoas graduadas em Letras e/ou Pedagogia. O projeto lhes fornecia todo o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicleta) e disponibilizava acervo bibliográfico. Incluía-se nos custos, ainda, a realização de encontros periódicos dos Agentes, com o objetivo de troca de experiências exitosas e discussão de problemas e entraves. O projeto teve início em 2006, contando com o apoio financeiro do FECOP e, nesse ano, atendeu a 15 municípios cearenses - usando como critério o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o baixo Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) e em 5 bairros de Fortaleza utilizando do Índice de Desenvolvimento de Bairros (IDB). Desde sua criação, utiliza o sistema de Edital Público para seleção dos Agentes de Leitura e realiza capacitação para os agentes selecionados, visando instrumentalizá-los para o desempenho de suas funções, em duas fases: Habilitação e Avaliação Técnica. Em 2007, foram disponibilizadas bolsas para 131 agentes, que atuaram em 14 municípios. Em 2008, foram oferecidas bolsas para 313 agentes e o projeto abrangeu 31 municípios. Em 2009, foram bolsas para 356 agentes, enquanto o projeto atuou em 30 municípios. Já em 2010, 369 agentes obtiveram bolsas, tendo o projeto 31 municípios e 9 bairros da capital como área de abrangência, totalizando 32 municípios. Em 2011, foi feito um estudo pelo IPECE sobre o projeto Agentes de Leitura que resultou em mudanças estruturais, desde a elegibilidade dos municípios à atuação dos Agentes de Leitura junto às famílias assistidas. Como resultado deste estudo foi criado o Índice de Focalização dos Agentes de Leitura (IFAL), apresentando à Secretaria da Cultura 60 municípios com necessidade de um trabalho focalizado na leitura. Nesse ano, foram disponibilizadas 290 bolsas, sendo 280 para Agentes de Leitura e 10 para Agentes de Leitura Articuladores. Em 2012, o projeto apresentava como indicadores a nota do SPAECE-ALFA e a nota escolar de membros das famílias leitoras, o que se revelou um equívoco na fase de execução. Afinal, o acompanhamento de desempenho escolar requer conhecimentos didáticos pedagógicos para intervenções no processo de ensino/aprendizagem. Para o exercício dessa competência é necessária formação pedagógica específica, já que os Agentes de Leitura, pessoas com escolarização em nível de ensino médio, não possuem. Além disso, não é competência da SECULT, nem do Projeto, se inserir na tarefa e na missão das Secretarias de Educação (Estadual e Municipais).

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários (**)
2007	334.610,72		334.610,72	17.679
2008	1.978.920,18		1.978.920,18	22.720
2009	1.771.602,29		1.771.602,29	18.595
2010	2.094.787,16		2.094.787,16	41.375
2011	570.438,40		570.438,40	0,00
2012	1.500.000,00		1.500.000,00	33.375

2013	1.137.019,09		1.137.019,09	32.000
2014	900.261,64		900.261,64	20.250
2015	492.638,36		492.638,36	13.625
TOTAL	10.780.277,84		10.780.277,84	199.619

(**) Considera-se o indicador 5 pessoas por família beneficiada

6. Público Alvo

- Famílias em situação de pobreza

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

- Famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal;
- Renda per capita familiar até meio salário mínimo;
- Nas áreas atendidas no município de Fortaleza (áreas do Ceará Pacífico), a família deve ter pelo menos um membro fora da escola;
- Nas áreas atendidas no interior do Estado as Famílias devem ter pelo menos um de seus membros cursando 2º, 5º e/ou 9º ano do ensino fundamental, ou 3º ano do ensino médio.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

- Número do NIS.

7. Objetivos (Geral e Específico)

7.1 Geral:

- Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas

7.2. Específicos:

- Democratizar para seus beneficiários o acesso ao livro e à leitura;
- Fortalecer as bibliotecas públicas e comunitárias;
- Dotar os Agentes de Leitura de formação cultural;
- Contribuir para o Programa Ceará Pacífico, por meio da incorporação dos Agentes de Leitura nas áreas de vulnerabilidade.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

- Realização de chamada pública referente ao edital de Seleção para Agentes de Leitura de 2014 dos municípios do interior atendidos;
- Formação continuada dos Agentes de Leitura;
- Seleção e formação dos Agentes de Leitura do bairro Vicente Pizon no município de Fortaleza.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Seleção e Formação dos Agentes de Leitura por meio do edital de 2016

Lançamento do Edital de seleção dos Agentes de Leitura em 36 (trinta e seis) municípios cearenses

b) Aquisição do Material de Apoio

- Livros - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico. Serão utilizados livros das publicações da Secretaria da Cultura que por meio de Edital de incentivo as artes, edital Mecenas do Ceará (Os beneficiados desses editais doam a título de contrapartida 20% das suas publicações) e Livros do Programa Alfabetização na Idade Certa;
- Mochilas - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico;
- Bonés - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico;
- Protetores solar - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

c) Concessão de bolsas – pagamento das bolsas aos Agentes de Leitura

Todos os Agentes de Leitura recebem uma bolsa mensal no valor de R\$440,00. Os bolsistas abrem uma conta bancária e os valores são depositados mensalmente.

d) Realizar o VII encontro Agentes de Leitura.

Evento de Formação Literária e Cultural realizado em Fortaleza com a participação de todos os Agentes de Leitura, do interior. O evento acontece durante três dias e os Agentes de Leitura do interior ficam hospedados em Fortaleza durante o evento. O deslocamento e a alimentação também são custeados pela SECULT. Este evento acontecerá em novembro de 2016.

e) Apresentar o projeto Agentes de Leitura à comunidade beneficiada

Após o evento de formação os Agentes de Leitura apresentam a proposta do Projeto nas localidades (escolas e/ou associações, entre outras) para divulgar e agregar novas famílias.

f) Apresentar projeto às famílias

Os Agentes de Leitura realizam visitas domiciliares às famílias que atendam aos critérios de participação estabelecidos pelo projeto. Para as famílias que já participaram do projeto em anos anteriores, as visitas servem para retomar as atividades leitoras, caso ainda seja do interesse dos membros. Serão selecionadas 25 famílias por cada agente de leitura para continuidade das atividades leitoras. Deste modo a previsão é que sejam atendidas famílias em 2016.

g) Realizar a leitura e empréstimos dos livros para os beneficiários

As famílias participantes do projeto recebem as visitas dos Agentes de Leitura e os livros são disponibilizados para empréstimos por um período de 15 dias, sendo possível a renovação por mais 15 dias. Os agente de leitura também fazem a contação de histórias e roda de leitura para as famílias. Reunindo várias famílias da comunidade, os agentes promovem eventos literários e culturais.

i) Disponibilização de Livros para as Bibliotecas Públicas e Comunitárias

Após a conclusão do Ciclo de dois anos os livros utilizados nas atividades do projeto serão disponibilizados para as bibliotecas públicas e comunitária. Iniciado um novo

ciclo livros com novas histórias são adquiridos.

j) Aplicação do Teste de Proficiência Leitora

Os Agentes de Leitura aplicarão o Teste de Proficiência Leitora com dois ou mais membros das famílias beneficiadas. Os testes são aplicados no início das atividades e no final de cada ano. A Nota de Proficiência Leitora e o Consumo Literário é um indicador utilizado pela SECULT para aferir os resultados do projeto. O primeiro trata-se de um instrumental, conhecido na literatura pedagógica como Cloze, em que é apresentado um texto lacunado para que o leitor preencha os espaços com as palavras que faltam. O segundo trata-se de entrevista com perguntas abertas sobre o acesso ao livro e os livros lidos.

k) Os Agentes de leitura apresentam relatórios quantitativos

Afinal de cada ano, os Agentes de Leitura enviam para a Secretaria da Cultura instrumental contendo número de membros existentes nas famílias atendidas, número de pessoas atendidas diretamente pelo projeto Agentes de Leitura, números de livros trabalhados, número de pessoas que não leem em cada família atendida, gerando um relatório quantitativo do projeto Agentes de Leitura.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

De acordo com o Plano Estadual de Cultura, Capítulo IX, art 16, inciso 2, meta 9: universalizar o projeto Agentes de Leitura para os 184 municípios cearenses até o ano de 2025 e para garantir o atendimento a essa Meta é necessário que o Projeto Agentes de Leitura do Ceará mantenha o crescimento de acordo com a tabela abaixo explicitada (Tabela 1) que trata da Proporcionalidade de crescimento do Projeto até o ano de 2025. Até a conclusão do PPA 2016-2019 projeta-se o crescimento de 51,63% de ocupação do território cearense.

Tabela 1

Proporcionalidade de crescimento do Projeto Agentes de Leitura até 2025

ANO	Universo de 184 Municípios atendidos	% de crescimento com base na ocupação territorial	% de crescimento anual
2015	27	14,67	14,67
2016	36	21,74	4,891
2017	51	29,89	8,152
2018	70	38,04	10,326
2019	88	51,63	9,783
2020	106	59,78	9,783
2021	124	64,13	9,783
2022	138	70,65	7,609
2023	155	80,43	9,239

2024	170	90,22	8,152
2025	184	100	7,609

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Seleção de Agentes de Leitura	232	Lista de publicação no D.O.E
Agentes Formados	232	Lista de frequência do Evento de Formação
Famílias beneficiadas com acesso ao livro	4.875	Lista de frequência das visitas domiciliares e dos eventos na comunidade
Bibliotecas Públicas e Comunitárias beneficiadas	36	Termo de Entrega de Acervo

10. Metas

- Beneficiar 4.875 famílias com acesso ao livro;
- Selecionar 195 Agentes de Leitura;
- Selecionar 37 Agentes de Leitura Articulador;
- Capacitar 232 Agentes de Leitura;
- Beneficiar 232 Agentes de Leitura com bolsa no valor de 440,00;
- Realizar 1 Evento de Formação Básica dos Agentes de Leitura em 9 macrorregiões;
- Realizar 1 encontro de Formação Continuada denominado VII Encontro Agentes de Leitura do Ceará;
- Beneficiar 36 bibliotecas com acervo literário;
- Beneficiar 36 municípios.

11. Resultados Esperados

- Ampliar a formação Leitora das famílias beneficiadas;
- Melhorar o nível de compreensão de Leitura das famílias leitoras.

12. Integração de Ações

O projeto é desenvolvido de forma integrada com as administrações municipais dos municípios de sua área de abrangência com Secretarias estratégicas de governo que desenvolvam ações de Inclusão Social, tais: Secretaria da Educação, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Agrário Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

13. Monitoramento

O Monitoramento consiste em visitas técnicas aos Municípios de áreas de abrangência do projeto para verificação do desenvolvimento das atividades dos Agentes de Leitura junto ao público-alvo, beneficiado pelo Projeto Agentes de Leitura do Ceará, considerando aspectos qualitativos e quantitativos do Projeto. O Monitoramento será realizado mensalmente pelo bolsista Agente de Leitura Articulador do Município e, de forma aleatória por técnicos da Coordenadoria de Políticas de Livro, Leitura e Acervo (SECULT/COPLA), pelo menos duas vezes durante a execução do Projeto. Os produtos gerados pelo Projeto são os Relatórios Quantitativo e Qualitativo, estes apresentados ao FECOP como Relatório de Desempenho Semestral. O Relatório de Proficiência Leitora é um outro produto resultante de instrumentais aplicado junto às famílias leitoras.

13.1 Dados Utilizados

- a) Avaliação do Projeto pelos Agentes em Encontro de Formação;
- b) Aplicação de Teste de Proficiência Leitora duas vezes durante a execução do Projeto;
- c) Compilação de atividades desenvolvidas pelos Agentes de Leitura a partir de relatórios enviados;
- d) Sistematização e tabulação em planilhas do excel;
- e) Elaboração de relatório final sistematizado;
- f) Visitas técnicas aos municípios.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados pelos Agentes de Leitura e o Cadastro da Família ficam sob a guarda da SECULT em formato de planilha eletrônica.

14. Pressupostos de Risco

- não cumprimento dos termos de Cooperação Técnica e do contrato, por parte dos municípios e dos Agentes de Leitura, respectivamente;
- A resistência das famílias em responder aos instrumentais de monitoramento do projeto.
- A localização geográfica das famílias selecionadas pelo município, com dificuldade de acesso dos Agentes de Leitura.
- A desistência espontânea do Agente de Leitura.

15. Orçamento - 2016

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Material de Consumo			

Elemento de Despesa (339030)	374.912,00		374.912,00
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	289.840,00		289.840,00
1.3. Serviços de Terceiros - Pessoa Física (bolsa)			
Elemento de Despesa (339036)	918.720,00		918.720,00
TOTAL	1.583.472,00		1.583.472,00

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Despesas Correntes: 339036/3390 39/3359030	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00
	Outubro	Novembro	Dezembro				
	102.080,00	102.080,00	187.146,66				
	Total Geral R\$						1.583.472,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Benefícios
1	1	ABAIARA	R\$ 40.951,86		626
2	1	ALTANEIRA	R\$ 40.951,86		626
3	1	ANTONINA DO NORTE	R\$ 40.951,86		626
4	1	ASSARE	R\$ 40.951,86		626
5	1	FARIAS BRITO	R\$ 40.951,86		626
6	1	MAURITI	R\$ 40.951,86		626
7	1	PORTEIRAS	R\$ 40.951,86		626
8	1	SALITRE	R\$ 40.951,86		626
9	1	SANTANA DO CARIRI	R\$ 40.951,86		626
10	1	TARRAFAS	R\$ 40.951,86		626
11	2	ACOPIARA	R\$ 40.951,86		626
12	2	CARIÚS	R\$ 40.951,86		626
13	2	QUIXELÔ	R\$ 40.951,86		626
14	2	SABOEIRO	R\$ 40.951,86		626
15	3	FORTALEZA	R\$ 150.156,90		1.2540
16	5	BARROQUINHA	R\$ 40.951,86		626
17	5	CHAVAL	R\$ 40.951,86		626
18	5	GRANJA	R\$ 40.951,86		626
19	5	URUOCA	R\$ 40.951,86		626
20	7	ITAPIUNA	R\$ 40.951,86		626
21	8	CROATÁ	R\$ 40.951,86		626

22	8	VIÇOSA DO CEARÁ	R\$ 40.951,86	626
23	9	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	R\$ 40.951,86	626
24	9	MILHÁ	R\$ 40.951,86	626
25	9	PEDRA BRANCA	R\$ 40.951,86	626
26	11	CARIRÉ	R\$ 40.951,86	626
27	11	COREAÚ	R\$ 40.951,86	626
28	11	RERIUTABA	R\$ 40.951,86	626
29	11	SANTANA DO ACARAU	R\$ 40.951,86	626
30	12	ARARENDÁ	R\$ 40.951,86	626
31	12	IPAPORANGA	R\$ 40.951,86	626
32	12	NOVO ORIENTE	R\$ 40.951,86	626
33	12	PORANGA	R\$ 40.951,86	626
34	13	AIUABA	R\$ 40.951,86	626
35	13	PARAMBU	R\$ 40.951,86	626
36	13	QUITERIANÓPOLI S	R\$ 40.951,86	626
			1.583.472,00	23.164

O cálculo de beneficiários é feito pelo nº de Agentes de Leitura + o nº de famílias atendidas (considerando um número médio de 5 membros por família) + o nº de articulador de cada município)

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria de Políticas de Livros e Acervos (COPLA)	Maria do Socorro Sampaio Flores (Mileide Flores)
Técnico Responsável	Antonia Norma Cascia Costa Santana
E-mail	socorro.flores@secult.ce.gov.br / mileide.secult@gmail.com normasantana@secult.ce.gov.br
Telefone	(85) 3101 6794

ANEXO I
Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Elevar o número de Pessoas com acesso a bens culturais	Nº de pessoas com acesso a bens culturais	Pesquisa qualitativa	Metodologia aplicada à pesquisa
Resultados	Elevar a proficiência leitora das famílias beneficiadas, com base em testes realizados pela Secretaria da Cultura a) 232 bolsas concedidas b) 13.920 mil livros doados c) Cursos de formação com carga horária de 40 horas c) Bibliotecas Públicas e Comunitárias beneficiadas	Nota do Teste de Proficiência Leitora a) Nº de Agentes com bolsas b) Nº de livros lidos pelos agentes nas famílias beneficiadas. c) Nº de agentes beneficiados d) Nº Bibliotecas Públicas e Comunitárias beneficiadas	Teste de Proficiência Leitora a) Relatórios enviados, lidos por família b) Relatório de desempenho do agente de leitura c) Relatórios de leitura d) Termos de doação	Família não aceitar a realização do teste. a) Não envio do relatório de frequência b) Não envio de livros lidos por família c) Não Relatório de desempenho do agente de leitura d) Não envio dos termos de doação.
Produtos				
Atividades	a) Realizar seleção de 232 Agentes b) Renovar bolsas de 2 Agentes de Leitura c) Conceder 232 bolsas sendo: 197 de Agentes de Leitura e 35 de Agentes de Leitura Articuladores c) Realizar as formações dos Agentes de Leitura e Agentes de Leitura Articulador (básica e continuada - VII Encontro Agentes de Leitura do Ceará d) Disponibilizar livros para as famílias; e) Realizar teste de proficiência leitora	a) Nº de pessoas selecionadas b) Número de renovação de bolsas c) Nº de bolsas concedidas Número de formações realizadas	a) Publicação D.O.E. b) Publicação D.O.E. c) Contratos assinados Lista de presença	Desistência de Agentes de Leitura; Licitações não realizadas
Insumos	Recurso FECOP Recursos da SECULT (livros contrapartidas de editais) Recursos SEDUC (livros da coleção PAIC Prosa e Poesia)	Números e Livros disponibilizados	Termos de recebimentos	



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV**

PROJETO: Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)

MAPP - 102

“GABGOV”

Fevereiro/2016

SECRETARIA (Proponente)	Gabinete do Governador
PROGRAMA (PPA)	021 – Promoção da Juventude
MAPP (Nº e Denominação)	102 – ProJovem Urbano 05
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Fevereiro a Março de 2016
CATEGORIA	Estruturante – Educação de Jovens e Adultos Qualificação Profissional Inicial

1. Descrição do Projeto

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano é um Programa do Governo Federal em Parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso, qualificação profissional inicial e participação cidadã. A Resolução CD/FNDE nº 08 de 16 de abril de 2014, estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, para o ingresso de estudantes a partir de 2014. Os documentos também reforçam a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; atender aos jovens catadores de resíduos sólidos; ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011). O ProJovem Urbano 05, atenderá 5.050 jovens em 26 municípios do Estado. Com duração de 18 meses de curso, os jovens atendidos recebem uma bolsa-auxílio mensal do valor de R\$ 100,00, mediante o cumprimento de 75% de frequência e entrega de trabalhos escolares. Sendo assim, as ações do Programa, em nível Estadual, elevarão os índices: Educacionais, com a conclusão do Ensino Fundamental, comprovada por certificado emitido pelo Ministério da Educação (MEC) de 1.080 h/a; Trabalho e Renda, através de atividades de Qualificação Profissional Inicial, comprovada por certificado emitido pelo MEC de 360h/a; Socioassistenciais, com a dimensão de Participação Cidadã, que promoverá o resgate social do jovem, possibilitando o estímulo à consciência crítica e à práticas de intervenção social, trazendo o debate sobre a questão social e suas múltiplas refrações, proporcionando a identificação dos principais desafios enfrentados pelas comunidades atendidas, permitindo a construção de um Plano de Ação Comunitária – PLA. No Estado do Ceará, o ProJovem Urbano será gerenciado pelo Gabinete do Governador (GABGOV),

através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (COJUV), que firmará Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), e celebrará Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), objetivando garantir as metas definidas.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No âmbito do Plano Plurianual – PPA 2016/2019, está vinculado ao Programa de Governo 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Objetivo: 054.1 - Contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis; Iniciativa: 054.1.04 – Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis; Ação: 18401 – Capacitação de jovens pelo ProJovem Urbano Executado por meio do Contrato de Gestão; Meta: Ofertar 5.050 vagas, em 26 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens de 18 a 29 anos, residentes no meio urbano, que não concluíram o ensino fundamental. O projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial 11000000 (Gabinete do Governador), indicador 11100008 (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude) inscrito no eixo de governo Ceará Acolhedor.

3. Diagnóstico

A recuperação econômica e o investimento em políticas públicas alteraram significativamente indicadores que relatam a situação vivida pelos jovens no país, sobretudo no que diz respeito ao acentuado processo de elevação do acesso à educação. No entanto, a dívida social com as jovens gerações ainda está longe de ser sanada e persistem situações graves de exclusão e precariedade que precisam ser enfrentadas. Propor políticas públicas para integrar as novas gerações é condição necessária para o sucesso de projeto de desenvolvimento que amplie a democracia, a participação social, o potencial científico e tecnológico do país e prossiga com o compromisso de erradicar a pobreza extrema e promover a igualdade. A juventude, como uma etapa do ciclo de vida, caracteriza-se por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. As condições em que é vivido esse processo e a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis para a composição dessa equação definem, em grande medida, a qualidade da inclusão e da participação social que o jovem pode realizar nesse processo de transição para a vida adulta. Em função das inúmeras diferenças e desigualdades na situação dos jovens, coexistem diferenciadas maneiras de processar a transição; no contexto histórico atual, no qual as trajetórias juvenis se fazem em sequências múltiplas e não lineares de eventos demarcadores de passagens para a vida adulta, novas dificuldades se apresentam para o processo de emancipação, e aumenta o número de jovens que têm suas biografias marcadas por várias entradas e saídas no sistema escolar e no mundo do trabalho, sendo muitos os que vivenciam inéditas situações de exclusão e violência. Com respeito ao perfil demográfico da juventude brasileira, dados preliminares do Censo 2010 apontam para uma população jovem em torno de 50 milhões de pessoas, o que caracteriza o Brasil ainda como um país essencialmente jovem, não obstante a mesma pesquisa também indique uma redução sistemática, em termos relativos, dos segmentos etários mais jovens. Considerando dados sobre juventude levantado na PNAD/IBGE 2009, relativos à raça /cor, constata-se, por exemplo, que

a taxa de analfabetismo entre os negros é duas vezes maior do que entre brancos: 3,4% contra 1,4%. A situação repete-se com relação ao ensino médio, onde a quantidade de negros com idade entre 15 e 17 anos é bastante inferior à de alunos brancos: 43,5% contra 60,3%. Com relação ao ensino superior, observa-se ainda que a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Com respeito à renda, 70% dos jovens pobres são negros e os brancos são cerca de 78% dos não-pobres. Em relação à educação para os jovens com deficiência, levantamento feito em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), relatou que 70,64% da população brasileira fora da escola são de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Segundo o Banco Mundial, grande parte das pessoas com deficiência, cerca de 80%, vive na pobreza. Quando é feito um recorte regional nos dados da mesma pesquisa referente à juventude, verifica-se que 54% dos jovens da região Nordeste estão na pobreza, percentual maior que das outras regiões. Constata-se, ainda, que as regiões Norte e Nordeste têm os mais baixos índices de jovens de 15 a 17 anos estudando na série adequada: apenas 39,1% e 39,2% da população nessa faixa etária, respectivamente, cursam o ensino médio. No Sudeste, o número sobe para 60,5%. Situação semelhante repete-se com relação ao analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos. Enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxas em torno de 1,1%; Norte e Nordeste atingem percentuais de 2,8% e 5,3% respectivamente. Outro aspecto importante e recorrente nas pesquisas é a preocupação dos jovens com o desemprego. Se por um lado 69,6% do grupo entre 15 e 29 anos participa do mercado de trabalho, o mesmo não se verifica quanto à qualidade da ocupação: no grupo de 25 a 29 anos apenas 42,6% trabalham com carteira assinada; no grupo de 18 a 24 anos a taxa cai para 34,0%; já no grupo de 15 a 17 anos a taxa é de apenas 2,56%, sendo que, destes, 6,38% realizam trabalhos não remunerados. A PNAD 2009 mostra ainda que o desemprego juvenil é quase três vezes maior que a taxa de desemprego adulto, o que coloca a juventude como segmento vulnerável no mundo do trabalho. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos do Cenário Brasileiro Contemporâneo* (Carla Coelho de Andrade, 2008), enfatiza que as oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando aos jovens adequado desenvolvimento profissional. Nesse sentido, pensar a ação do governo para a juventude implica, necessariamente, pensar ações transversais, intersetoriais, que envolvam distintas abordagens como territorialidade, federalismo, regionalidade e que considerem a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais. Em todos os campos apresenta-se o grande desafio de efetivar os direitos já garantidos em lei e ampliar as conquistas, sobretudo no que diz respeito às especificidades dos jovens no conjunto das políticas universais. Também se impõe o desafio de contemplar nos desenhos dos programas as especificidades locais e regionais, levando em consideração as variáveis necessárias ao entendimento de cada formação, suas conexões com fatores vinculados à cultura, ao mundo do trabalho, às condições de clima e sazonalidade, à inserção social, à expectativa dos jovens, dentre outras. Coloca-se como desafio importante para os governos buscar estender aos diferentes segmentos juvenis, assim como aos diferentes territórios de que é composto o país, os avanços alcançados no campo das políticas de juventude, ampliando o acesso dos jovens aos programas existentes, estimulando a formulação de novas ações e programas que respondam às demandas existentes, tornando assim mais efetiva a

garantia dos direitos da juventude.

4. Justificativa

De acordo com a Resolução CD/FNDE, a implementação do Programa surge da necessidade de promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; da necessidade de aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; da necessidade de criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; da necessidade de atendimento aos jovens catadores de resíduos sólidos; da necessidade de ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011). O ProJovem Urbano, através do seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), proporciona ao jovem o atendimento integral das suas demandas sociais, por meio da Educação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. O Programa, executado pelo Governo do Estado do Ceará desde 2009, permite ser um agente transformador do jovem em situação de vulnerabilidade social, pois promove o resgate educacional, qualifica profissionalmente, além de incentivar práticas de caráter social nas comunidades que este jovem vive. Nas experiências anteriores de execução do ProJovem Urbano, existem diversos relatos de transformação do jovem atendido pelo Programa, como: melhor acesso ao mercado formal de trabalho evitando a precarização do trabalho juvenil conforme orientações da OIT, reinclusão no processo educacional com acesso ao ensino médio, técnico e profissionalizante, garantia de segurança alimentar, considerando que o Programa paga uma bolsa mensal oriunda do recurso Federal. Além de todas as transformações subjetivas que fortalecem o sentimento de cidadania.

5. Histórico

O Estado do Ceará executa o ProJovem Urbano desde o ano de 2009, atendendo 31.450 jovens, fortalecendo o resgate socioeducacional e possibilitando ao Estado a melhoria direta dos índices sociais. As edições anteriores do ProJovem Urbano foram financiadas pela Fonte 00 (Tesouro), Fonte 10 (Fecop) e Fonte 82 (Governo Federal).

Ano	Valor FECOP(R\$)	Valor outras Fontes (*) (R\$)		Valor Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiados
		Fonte 82 Federal (R\$)	Fonte 00 Tesouro (R\$)		
2009	-	9.171.073,26	2.522.501,68	11.693.574,94	3.000
2010	-	28.200.445,72	9.908.264,71	38.108.710,43	9.400

2012	-	16.518.600,00	6.220.686,51	22.739.286,51	5.400
2013	11.933.185,63	27.392.400,00	-	39.325.585,63	8.600
2015	5.612.368,00	16.490.700,00	-	22.103.068,00	5.050
Total	17.545.553,63	97.773.218,98	18.651.452,90	133.970.225,51	31.450

(*) Fonte 82 – Federal, e Fonte 00 – Tesouro

6. Público Alvo

O Público Alvo do ProJovem Urbano são jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler escrever.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Jovens na faixa etária de 18 a 29 anos;
- Saber ler e escrever;
- Não ter concluído o Ensino Fundamental.

São jovens em situação de vulnerabilidade social:

- egressos do sistema penitenciário; envolvidos com drogas ilícitas;
- sem acesso às políticas públicas básicas;
- com deficiência no acesso ao planejamento familiar, resultando na gravidez precoce;
- jovens negros que historicamente foram vítimas de exclusões sociais, tendo permanecido à margem das políticas públicas.

7. Objetivos

Geral:

- Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.

Específicos:

- Promover o resgate social do jovem através das práticas de cidadania consciente;
- proporcionar prática profissional que permita a capacitação e o melhor acesso ao mercado formal de trabalho;
- reinserir o jovem no processo educacional;
- resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento do jovem dentro da sua comunidade;
- incentivar às práticas que disseminam as estratégias de planejamento familiar entre as jovens mães.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

a) Celebrar Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. O Contrato de Gestão será celebrado com o IDT, Organização Social qualificada conforme Decreto nº 25.019 de 03 de julho de 1998, através de Dispensa de Licitação fundamentada na expertise obtida pela execução de Contratos de Gestão nº 18/2008, 09/2009, 01/2010, 10/2012, 15/2012 e 26/2013; capilaridade e

viabilidade de soluções para o desenvolvimento do trabalho e empreendedorismo visando à inclusão social. O Gabinete do Governador será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a celebração do Contrato.

b) Capacitar os Educadores do ProJovem Urbano

Por tratar-se de um Programa para um público específico, o ProJovem Urbano possui uma metodologia peculiar. Assim, os Educadores passarão trimestralmente por formações pedagógicas para que possam absorver a proposta do Programa, totalizando 6 formações, em que cada uma abordará as temáticas propostas pelo Ministério da Educação:

- I – Juventude e Cultura
- II – Juventude e Cidade
- III – Juventude e Trabalho
- IV – Juventude e Comunicação
- V – Juventude e Tecnologia
- VI – Juventude e Cidadania

Ao final de todas as formações, os Educadores serão certificados pela Universidade Regional do Cariri (entidade credenciada nacionalmente para ministrar as formações do ProJovem Urbano). O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação desses Educadores.

c) Capacitar os jovens

Capacitar 5.050 jovens, em 26 municípios, por meio da elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e participação cidadã.

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação dos jovens.

8.1 – Atividades Realizadas em Anos Anteriores

a) Foi celebrado entre o GABGOV e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o Contrato de Gestão nº 07/2015, publicado no Diário Oficial do dia 21 de maio de 2015;

b) Foi celebrado o Aditivo do Contrato de Gestão nº 07/2015, que ampliou a meta de jovens atendidos de 4.800 para 5.050 jovens; sendo que esses 250 são jovens que encontram-se em situação de privação de liberdade em unidades prisionais;

c) Foi realizada a Formação Continuada dos Educadores do Programa ProJovem Urbano 5. Os 342 (trezentos e quarenta e dois) profissionais (educadores e técnicos) da edição foram formados nas Unidades: I – Juventude e Cultura; e II – Juventude e Cidade;

8.2 – Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Serão realizadas as Formações Continuadas dos Educadores do ProJovem Urbano abordando os Eixos: III – Juventude e Trabalho; IV – Juventude e Comunicação; V – Juventude e Tecnologia; VI – Juventude e Cidadania

8.3 – Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Conclusão do curso, que permitirá a elevação de escolaridade dos 5.050 jovens,

em nível fundamental e qualificação profissional inicial;

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Capacitação de Educadores	6	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas e Listas de Frequência
Educadores com Formação Pedagógica	110	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas e Listas de Frequência
Jovens Capacitados	5.050	Relatórios trimestrais emitidos pelo IDT, com registros fotográficos; e Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas

Obs: Ressalta-se que como o Programa tem a duração de 24 meses, o número de jovens capacitados só poderão ser mensurados com o término do Programa;

10. Metas

- Capacitar 5.050 jovens por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional inicial e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã, em 26 (vinte e seis) municípios Estado do Ceará;
- Capacitar 110 Educadores nas Formações Continuidas ministradas pela URCA.

11. Resultados Esperados

- 90% dos jovens concludentes com grau de escolaridade elevados;
- Implementar o Plano de Ação Comunitária (PLA) nos municípios, através do levantamento das principais fragilidades sociais da comunidade;
- Realizar atividades práticas de Qualificação Profissional, de acordo com o Arco Ocupacional do município;
- Certificar 90% dos jovens concludentes em Qualificação Profissional Inicial.

12. Integração de Ações

A proposta pedagógica do ProJovem Urbano de integrar as ações de elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e participação cidadã, oportuniza um grande leque de possibilidades de integrar o Programa a outros que tenham como foco Educação, Mundo do Trabalho e Assistência Social. É importante ressaltar que o ProJovem Urbano dos Estados, atua em municípios com população inferior a 100.000 habitantes. Quando da definição dos municípios contemplados, são feitas

visitas a todas as Secretarias Municipais, em especial Educação, Assistência Social e Juventude, para que os gestores municipais possam conhecer o Programa e promover ações de integração com outros projetos municipais. Outra integração bastante concreta nos municípios, é a parceria com fábricas, lojas e serviço público, para que os alunos possam realizar visitas e ampliar o olhar sobre o mundo do trabalho, fortalecendo as ações de Qualificação Profissional.

13. Monitoramento

O monitoramento será realizado trimestralmente pela Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria e publicada em Diário Oficial, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do Programa, por meio de Reunião. Serão realizadas visitas mensais aos municípios, para reafirmar as parcerias com os entes municipais, acompanhar a metodologia utilizada em sala de aula pelos Educadores, verificar todos os aspectos que envolvem o Programa, desde o abastecimento da merenda escolar, até os índices de evasão dos alunos. Estas visitas mensais serão de responsabilidade da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, OS contratada para operacionalizar as ações do Programa, ficará responsável pelas visitas quinzenais, com o objetivo de monitorar as ações do Programa e acompanhar os planejamentos pedagógicos dos Educadores. Todos os acompanhamentos serão verificados por meio de Relatórios e Registro fotográfico.

13.1 Dados Utilizados

Informações coletadas	Fontes de verificação	Periodicidade
Realização das Formações de Educadores	Visitas as formações, Listas de Frequência e Relatórios Trimestrais emitidos pelo IDT	Trimestral
Entrega dos Kits Escolares dos alunos	Visitas aos municípios	Mensal
Abastecimento da merenda escolar	Visitas aos municípios	Mensal
Índice de Evasão dos alunos	Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Infraestrutura das Escolas	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Regularidade do transporte dos alunos	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Currículo Integrado	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral

13.2 Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários do Programa serão cadastrados no ato da matrícula, no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano – SIMEC.

14. Pressupostos de Riscos

- atrasos nos repasses de recursos;
- não comprometimento das Prefeituras dos municípios no fornecimento do transporte aos educandos;
- não engajamento do núcleo gestor da escola no programa;
- vulnerabilidade do público do programa.

15. Orçamento - 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DAS DESPESAS			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(335039)	1.900.710,40	12.872.870,24	14.773.580,64

(*) Fonte 82 Governo Federal

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Set	Out	Nov	Dez	Total
1.1 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	X	217.000,00	1.683.710,40	X	X	X	X	X	X	X	X	1.900.710,40

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1		ASSARÉ	509.816,64	75.275,66	200
2		BARBALHA	509.816,64	75.275,66	200
3		BARRO	509.816,64	75.275,66	200
4	1 – CARIRI	JUAZEIRO DO NORTE (unidade prisional)	203.926,66	30.110,26	80
5	2 – CENTRO SUL	MISSÃO VELHA	509.816,64	75.275,66	200
6		CEDRO	509.816,64	75.275,66	200
7		ICÓ	509.816,64	75.275,66	200
8	3 – GRANDE FORTALEZA	AQUIRAZ (unidade prisional)	216.672,07	31.992,16	85
9		PACATUBA (unidade prisional)	216.672,07	31.992,16	85
		PACATUBA	509.816,64	75.275,66	200

10		TRAIRI				
11	6 – LITORAL OESTE/VALE DO CURU	PENTECOSTE	509.816,64	75.275,66	200	
12		UMIRIM	509.816,64	75.275,66	200	
13	7 – MACIÇO DO BATURITÉ	CAPISTRANO	509.816,64	75.275,66	200	
14		ITAPIUNA	509.816,64	75.275,66	200	
15	8 – SERRA DA IBIAPABA	GUARACIABA DO NORTE	509.816,64	75.275,66	200	
16	10 – SERTÃO DE CANINDÉ	BOA VIAGEM	509.816,64	75.275,66	200	
17		ITATIRA	509.816,64	75.275,66	200	
18		CARIRÉ	509.816,64	75.275,66	200	
19	11 – SERTÃO DE SOBRAL	COREAÚ	509.816,64	75.275,66	200	
20		FORQUILHA	509.816,64	75.275,66	200	
21		FRECHEIRINHA	509.816,64	75.275,66	200	
22		GRAÇA	509.816,64	75.275,66	200	
23	12 – SERTÃO DE CRATEÚS	HIDROLÂNDIA	509.816,64	75.275,66	200	
24		SANTA QUITÉRIA	509.816,64	75.275,66	200	
25	14 – VALE DO JAGUARIBE	ALTO SANTO	509.816,64	75.275,66	200	
26		TABULEIRO DO NORTE	509.816,64	75.275,66	200	
Total			12.872.870,24	1.900.710,40	5.050	

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria/Gerência	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
Técnico Responsável	David Barros
E-mail	david.barros@gabgov.ce.gov.br
Fone	(85) 3133.3737 / 3701 / 3703

ANEXO I
Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Reinserção dos jovens na educação básica e com acesso à qualificação profissional</p> <p>Redução dos riscos sociais como: gravidez não planejada; reincidência de jovens em conflito com a lei; jovens em situação de violência doméstica e drogadição; e desemprego</p> <p>Ampliar a cultura do empreendedorismo e economia criativa</p> <p>Aumento da ocupação e renda dos jovens;</p> <p>Jovens concluintes com grau de escolaridade elevados e certificação de Qualificação Profissional Inicial</p> <p>Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados nos municípios</p> <p>Atividades práticas de Qualificação Profissional, realizadas de acordo com o Arco Ocupacional do município</p>	<p>Nº de pessoas inseridas no mercado de trabalho</p> <p>Nº de jovens que participaram de ações do Plano de Ação Comunitária (PLA)</p> <p>Nº de empreendimentos criados</p> <p>% de aumento do nível educacional municipal</p> <p>Nº de jovens concluintes</p> <p>Nº Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados</p> <p>Nº de atividades realizadas</p>	<p>Pesquisa qualitativa</p> <p>Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência</p> <p>Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência</p> <p>Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência</p> <p>Certificados emitidos</p> <p>a) Relatório de Visitas Técnicas aos municípios</p> <p>b) Sistema de Gestão do ProJovem</p> <p>c) Frequência das Formações de Educadores</p> <p>d) Diários de classe e atas</p>	<p>Metodologia aplicada à pesquisa</p> <p>Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa)</p> <p>Rescisão de contratos de professores</p> <p>Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa)</p> <p>Rescisão de contratos de professores</p> <p>a) Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais</p> <p>b) realidade sazonal (festividades/eleições/trabalh os temporários/transporte escolar/entre outros)</p> <p>c) dificuldade dos</p>
Resultados				
Produtos	<p>a) Formação dos 110 Educadores</p> <p>b) Capacitação de 5.050 Jovens;</p> <p>a) Avaliação e definição dos municípios a serem contemplados</p> <p>b) Seleção, contratação e capacitação de educadores</p> <p>c) Matricular alunos nos municípios</p> <p>d) Realizar Formações Continuadas dos Educadores</p> <p>e) Certificar os alunos que atingirem os pontos</p>	<p>a) Nº de educadores formados</p> <p>b) Nº de jovens certificados</p> <p>a) Municípios aptos a receberem o programa;</p> <p>b) Nº de jovens matriculados</p> <p>c) Nº de educadores capacitados</p> <p>d) Nº de formações realizadas</p> <p>e) Nº de jovens aptos a serem</p>		
Atividades				

	necessários, 75% de frequência e/ou aprovados pelo Conselho de Classe	certificados	do Conselho de Classe	educadores em compreender e aplicar a metodologia de integração curricular
Insumos	<p>Recurso Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP</p> <p>Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE</p> <p>Recursos Humanos do GABGOV e do IDT Coordenação Estadual, Coord. Executiva, Assistentes Administrativos, Analistas Administrativos, Educadores, Monitores Infantis, Aux. de Serv. de Alimentação, Interprete Educacional, Menor Aprendiz, Motorista, recepcionista e equipe de apoio</p> <p>Instalações utilizadas: escolas municipais; Sede da Coordenação Executiva no IDT; e Sede da Coordenação Estadual no GABGOV</p>	% de execução financeira	<p>Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP</p> <p>Relatório de Visitas Técnicas aos municípios</p>	<p>Atraso no repasse do recurso Federal</p> <p>Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais</p>



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV**

PROJETO: ProJovem Campo 3 - “Saberes da Terra”

MAPP 103

“GABGOV”

Fevereiro - 2016

SECRETARIA (Poponente)	GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV
PROGRAMA (PPA)	021 – PROMOÇÃO DA JUVENTUDE
MAPP Nº	103 – ProJovem Campo 03 - 1.200 jovens
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Fevereiro a Março de 2016
CATEGORIA	Estruturante – Educação de Jovens e Adultos / Qualificação Social e Profissional

1. Descrição do Projeto

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Campo “Saberes da Terra” é um Programa do Governo Federal em Parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso e qualificação social e profissional. A Resolução CD/FNDE/MEC Nº 11 de 16 de abril de 2014, estabelece os critérios e as normas para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo “Saberes da Terra”. O documento também reforça a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar novas oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; assegurar formação continuada específica para os profissionais envolvidos no Projovem Campo - Saberes da Terra. O Projovem Campo, atenderá 1.200 jovens em 20 municípios do Estado. Com duração de 24 meses de curso, os jovens atendidos recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 a cada 2 meses, mediante o cumprimento de 75% de frequência e entrega de trabalhos escolares. Sendo assim, as ações do Programa, em nível Estadual, elevarão os índices: Educacionais, com a conclusão do Ensino Fundamental, comprovada por certificado emitido pelo Ministério da Educação (MEC); Trabalho e Renda, através de atividades de Qualificação Social e Profissional Inicial, comprovada por certificado emitido pelo MEC; Socioassistenciais, promovendo o resgate social do jovem, possibilitando o estímulo à consciência crítica e à práticas de intervenção social, trazendo o debate sobre a questão social e suas múltiplas refrações, proporcionando a identificação dos principais desafios enfrentados pelas comunidades atendidas. No Estado do Ceará, o Projovem Campo “Saberes da Terra” será gerenciado pelo Gabinete do Governador (GABGOV), através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (COJUV), que firmará Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), e celebrará Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), objetivando garantir as metas definidas.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No âmbito do Plano Plurianual – PPA 2016/2019, está vinculado ao Programa de Governo 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Objetivo: 054.1 - Contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis; Iniciativa: 054.1.04 – Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis; Ação: 18402 – Capacitação de jovens pelo ProJovem Campo executado por meio do Contrato de Gestão; Meta: Ofertar 1.200 vagas, em 17 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens de 18 a 29 anos, residentes na zona rural, que não concluíram o ensino fundamental. O projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial 11000000 (Gabinete do Governador), indicador 11100008 (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude) inscrito no eixo de governo Ceará Acolhedor.

3. Diagnóstico

A recuperação econômica e o investimento em políticas públicas alteraram significativamente indicadores que relatam a situação vivida pelos jovens no país, sobretudo no que diz respeito ao acentuado processo de elevação do acesso à educação. No entanto, a dívida social com as jovens gerações ainda está longe de ser sanada e persistem situações graves de exclusão e precariedade que precisam ser enfrentadas. Propor políticas públicas para integrar as novas gerações é condição necessária para o sucesso de projeto de desenvolvimento que amplie a democracia, a participação social, o potencial científico e tecnológico do país e prossiga com o compromisso de erradicar a pobreza extrema e promover a igualdade. A juventude, como uma etapa do ciclo de vida, caracteriza-se por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. As condições em que é vivido esse processo e a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis para a composição dessa equação definem, em grande medida, a qualidade da inclusão e da participação social que o jovem pode realizar nesse processo de transição para a vida adulta. Em função das inúmeras diferenças e desigualdades na situação dos jovens, coexistem diferenciadas maneiras de processar a transição; no contexto histórico atual, no qual as trajetórias juvenis se fazem em sequências múltiplas e não lineares de eventos demarcadores de passagens para a vida adulta, novas dificuldades se apresentam para o processo de emancipação, e aumenta o número de jovens que têm suas biografias marcadas por várias entradas e saídas no sistema escolar e no mundo do trabalho, sendo muitos os que vivenciam inéditas situações de exclusão e violência. Com respeito ao perfil demográfico da juventude brasileira, dados preliminares do Censo 2010 apontam para uma população jovem em torno de 50 milhões de pessoas, o que caracteriza o Brasil ainda como um país essencialmente jovem, não obstante a mesma pesquisa também indique uma redução sistemática, em termos relativos, dos segmentos etários mais jovens. Considerando dados sobre juventudes levantadas na PNAD/IBGE 2009, relativos à raça /cor, constata-se, por exemplo, que a taxa de analfabetismo entre os negros é duas vezes maior do que entre brancos: 3,4% contra 1,4%. A situação repete-se com relação ao ensino médio, onde a quantidade de negros com idade entre 15 e 17 anos é bastante inferior à de alunos brancos: 43,5% contra 60,3%. Com relação ao ensino superior, observa-se ainda que a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Com respeito à renda, 70% dos jovens pobres são negros e os brancos são cerca de 78% dos não-pobres. Em relação à educação para os jovens com deficiência, levantamento

feito em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), relatou que 70,64% da população brasileira fora da escola são de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Segundo o Banco Mundial, grande parte das pessoas com deficiência, cerca de 80%, vive na pobreza. Quando é feito um recorte regional nos dados da mesma pesquisa referente à juventude, verifica-se que 54% dos jovens da região Nordeste estão na pobreza, percentual maior que das outras regiões. Consta-se, ainda, que as regiões Norte e Nordeste têm os mais baixos índices de jovens de 15 a 17 anos estudando na série adequada: apenas 39,1% e 39,2% da população nessa faixa etária, respectivamente, cursam o ensino médio. No Sudeste, o número sobe para 60,5%. Situação semelhante repete-se com relação ao analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos. Enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxas em torno de 1,1%; Norte e Nordeste atingem percentuais de 2,8% e 5,3% respectivamente. Outro aspecto importante e recorrente nas pesquisas é a preocupação dos jovens com o desemprego. Se por um lado 69,6% do grupo entre 15 e 29 anos participa do mercado de trabalho, o mesmo não se verifica quanto à qualidade da ocupação: no grupo de 25 a 29 anos apenas 42,6% trabalham com carteira assinada; no grupo de 18 a 24 anos a taxa cai para 34,0%; já no grupo de 15 a 17 anos a taxa é de apenas 2,56%, sendo que, destes, 6,38% realizam trabalhos não remunerados. A PNAD 2009 mostra ainda que o desemprego juvenil é quase três vezes maior que a taxa de desemprego adulto, o que coloca a juventude como segmento vulnerável no mundo do trabalho. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos do Cenário Brasileiro Contemporâneo* (Carla Coelho de Andrade, 2008), enfatiza que as oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando aos jovens adequado desenvolvimento profissional. Nesse sentido, pensar a ação do governo para a juventude implica, necessariamente, pensar ações transversais, intersetoriais, que envolvam distintas abordagens como territorialidade, federalismo, regionalidade e que considerem a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais. Em todos os campos apresenta-se o grande desafio de efetivar os direitos já garantidos em lei e ampliar as conquistas, sobretudo no que diz respeito às especificidades dos jovens no conjunto das políticas universais. Também se impõe o desafio de contemplar nos desenhos dos programas as especificidades locais e regionais, levando em consideração as variáveis necessárias ao entendimento de cada formação, suas conexões com fatores vinculados à cultura, ao mundo do trabalho, às condições de clima e sazonalidade, à inserção social, à expectativa dos jovens, dentre outras. Coloca-se como desafio importante para os governos buscar estender aos diferentes segmentos juvenis, assim como aos diferentes territórios de que é composto o país, os avanços alcançados no campo das políticas de juventude, ampliando o acesso dos jovens aos programas existentes, estimulando a formulação de novas ações e programas que respondam às demandas existentes, tornando assim mais efetiva a garantia dos direitos da juventude.

4. Justificativa

De acordo com a Resolução CD/FNDE/MEC Nº11 de 16 de abril de 2014, a implementação do Programa surge da necessidade de promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo

educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; da necessidade de aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; da necessidade de criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; da necessidade de assegurar formação continuada específica para os profissionais envolvidos no Projovem Campo - Saberes da Terra. O Projovem Campo, através do seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), proporciona ao jovem o atendimento integral das suas demandas sociais, por meio da Educação Básica e a Qualificação Social e Profissional. O Programa, executado pelo Governo do Estado do Ceará desde 2009, permite ser um agente transformador do jovem em situação de vulnerabilidade social, pois promove o resgate educacional, qualifica profissionalmente, além de incentivar práticas de caráter social nas comunidades que este jovem vive. Nas experiências anteriores de execução do Projovem Campo, existem diversos relatos de transformação do jovem atendido pelo Programa, como: melhor acesso ao mercado formal de trabalho evitando a precarização do trabalho juvenil conforme orientações da OIT, reinclusão no processo educacional com acesso ao ensino médio, técnico e profissionalizante, garantia de segurança alimentar, considerando que o Programa paga uma bolsa mensal oriunda do recurso Federal. Além de todas as transformações subjetivas que fortalecem o sentimento de cidadania.

5. Histórico

O Estado do Ceará executa o Projovem Campo “Saberes da Terra” desde o ano de 2009, atendendo 9.500 jovens em 103 municípios, fortalecendo o resgate socioeducacional e possibilitando ao Estado a melhoria direta dos índices sociais. As edições anteriores do Programa foram financiadas pela Fonte 00 (Tesouro) e Fonte 82 (Governo Federal).

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor outras Fontes (R\$)		Valor Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiados
		Fonte 82 Federal (R\$)	Fonte 00 Tesouro (R\$)		
2009	-	2.664.061,09	5.520.000,00	7.790.396,75	2.300
2012	-	6.900.909,30	14.400.000,00	21.300.909,30	6.000
2015	2.079.360,00	9.856.800,00	-	11.936.160,00	1.200
Total	2.079.360,00	19.421.770,39	19.920.000,00	41.027.466,05	9.500

6. Público Alvo

O Público Alvo do Projovem Campo “Saberes da Terra” são jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler escrever.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos;
Saber ler e escrever;
Não ter concluído o Ensino Fundamental

São jovens em situação de vulnerabilidade social:

- egressos do sistema penitenciário;
- envolvidos com drogas ilícitas;
- sem acesso às políticas públicas básicas;
- com deficiência no acesso ao planejamento familiar, resultando na gravidez precoce;
- negros que historicamente foram vítimas de exclusões sociais, tendo permanecido à margem das políticas públicas.

7. Objetivos

Geral:

- Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.

Específicos:

- promover o resgate social do jovem através das práticas de cidadania consciente;
- proporcionar prática profissional que permita a capacitação e o melhor acesso ao mercado formal de trabalho;
- reinserir o jovem no processo educacional;
- resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento do jovem dentro da sua comunidade;
- promover ações que permitam reafirmar a importância da cultura do Campo, debatendo suas especificidades;
- incentivar às práticas que disseminam as estratégias de Planejamento Familiar entre as jovens mães.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

a) Celebrar Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.

O Contrato de Gestão será celebrado com o IDT, Organização Social qualificada conforme Decreto nº 25.019 de 03 de julho de 1998, através de Dispensa de Licitação fundamentada na expertise obtida pela execução de Contratos de Gestão nº 18/2008, 09/2009, 01/2010, 10/2012, 15/2012 e 26/2013; capilaridade e viabilidade de soluções para o desenvolvimento do trabalho e empreendedorismo visando à inclusão social. O Gabinete do Governador será o responsável por viabilizar todos os tramites para a celebração do Contrato.

b) Capacitar os Educadores do Projovem Campo “Saberes da Terra”

Por tratar-se de um Programa para um público específico, o Projovem Campo possui uma metodologia peculiar. Assim, os Educadores passarão por formações

pedagógicas para que possam absorver a proposta do Programa, abordando as temáticas propostas pelo Ministério da Educação, por meio dos eixos temáticos:

- I – Agricultura Familiar: cultura, identidades, etnia e gênero;
- II – Economia Solidária;
- III – Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo;
- IV – Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial;
- V – Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas;
- VI – Juventude e Cidade.

Ao final de todas as formações, os Educadores serão certificados pela Universidade Regional do Cariri (entidade credenciada nacionalmente para ministrar as formações do ProJovem Campo). O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação desses Educadores.

c) Capacitar os Jovens

Capacitar 1.200 jovens, em 17 municípios, por meio da elevação de escolaridade e qualificação social e profissional.

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação dos jovens.

8.1 – Atividades Realizadas em Anos Anteriores

a) Foi celebrado entre o GABGOV e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o Contrato de Gestão nº 04/2015, publicado no Diário Oficial do dia 21 de maio de 2015;

b) Foi realizada a Formação Continuada dos Educadores do Programa ProJovem Campo 3. Os 120 (cento e vinte) profissionais (educadores e técnicos) da edição foram formados nas Unidades: I – Agricultura Familiar: cultura, identidades, etnia e gênero; e II – Economia Solidária;

8.2 – Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Serão realizadas as Formações Continuadas dos Educadores do ProJovem Campo abordando os Eixos: III – Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; IV – Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; V – Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas;

8.3 – Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Conclusão do curso, que permitirá a elevação de escolaridade dos 1.200 jovens, em nível fundamental e qualificação profissional inicial;

b) Será realizada a última etapa das Formações Continuadas dos Educadores do ProJovem Campo abordando os Eixos: VI – Juventude e Cidadania

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Capacitação dos Educadores	6	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas

Educadores com Formação Pedagógica	83	Físicas e Listas de Frequência Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas e Listas de Frequência
Jovens Capacitados	1.200	Relatórios trimestrais emitidos pelo IDT, com registros fotográficos; e Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas

Obs: Ressalta-se que como o Programa tem a duração de 24 meses, o número de jovens capacitados só poderão ser mensurados com o término do Programa, assim como a Formação dos Educadores.

10. Metas

- Capacitar 83 educadores no Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Campo;
- Elevar o grau de escolaridade de 1.200 jovens agricultores.

11. Resultados Esperados

- 80% dos jovens certificados com elevação de escolaridade;
- 80% dos jovens certificados com Qualificação Social e Profissional;
- 100% dos Educadores certificados pela Universidade Regional do Cariri (URCA) por terem participado das Formações de Educadores.

12. Integração de Ações

A proposta pedagógica do ProJovem Campo “Saberes da Terra” de integrar as ações de elevação de escolaridade e qualificação social e profissional, oportuniza um grande leque de possibilidades de integrar o Programa a outros que tenham como foco Educação, Mundo do Trabalho e Assistência Social. É importante ressaltar que a Resolução do Programa prevê a adesão direta dos Estados e dos municípios que possuam Territórios da Cidadania e maior número de Escolas do Campo. Quando da definição dos municípios contemplados, são feitas visitas a todas as Secretarias Municipais, em especial Educação, Assistência Social, Juventude e Agricultura, para que os gestores municipais possam conhecer o Programa e promover ações de integração com outros projetos municipais. Outra integração bastante concreta nos municípios é a parceria com fábricas, lojas e serviço público, para que os alunos possam realizar visitas e ampliar o olhar sobre o mundo do trabalho, fortalecendo as ações de Qualificação Social e Profissional.

13. Monitoramento

O monitoramento será realizado trimestralmente pela Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria e publicada em Diário Oficial, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do Programa, por meio de Reunião. Serão realizadas visitas mensais aos municípios, para reafirmar as parcerias com os entes municipais, acompanhar a metodologia utilizada em sala de aula pelos Educadores, verificar

todos os aspectos que envolvem o Programa, desde o abastecimento da merenda escolar, até os índices de evasão dos alunos. Estas visitas mensais serão de responsabilidade da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, OS contratada para operacionalizar as ações do Programa, ficará responsável pelas visitas quinzenais, com o objetivo de monitorar as ações do Programa e acompanhar os planejamentos pedagógicos dos Educadores. Todos os acompanhamentos serão verificados por meio de Relatórios e Registro fotográfico.

13.1 Dados Utilizados

Informações coletadas	Fontes de verificação	Periodicidade
Realização das Formações de Educadores	Visitas as formações, Listas de Frequência e Relatórios Trimestrais emitidos pelo IDT	Trimestral
Entrega dos Kits Escolares dos alunos	Visitas aos municípios	Mensal
Abastecimento da merenda escolar	Visitas aos municípios	Mensal
Índice de Evasão dos alunos	Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Infraestrutura das Escolas	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Regularidade do transporte dos Educadores	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Currículo Integrado	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral

13.2 Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários do Programa serão cadastrados no ato da matrícula, no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Campo “Saberes da Terra” – SIMEC.

14. Pressupostos de Riscos

- Atrasos nos repasses de recursos;
- não comprometimento das Prefeituras dos municípios no fornecimento do transporte aos educadores;
- não engajamento do núcleo gestor da escola no Programa e vulnerabilidade do público do Programa.

15. Orçamento - 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DAS DESPESAS			
1. DESPESAS CORRENTES			

1.1. Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos Jurídica (335039)	623.808,00	4.750.389,03	5.374.197,03
Total (R\$)	623.808,00	4.750.389,03	5.374.197,03

(*) Outras Fontes: Governo Federal (82)

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Set	Out	Nov	Dez	Total (R\$)
Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos Jurídica (335039)	X	X	623.808,00	X	X	X	X	X	X	X	X	623.808,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	1 – CARIPI	ARARIPE	475.038,03	62.380,80	120
2		MAURITI	237.519,45	31.190,40	60
3	3 – GRANDE FORTALEZA	CAUCAIA	475.038,03	62.380,80	120
4		GUAIÚBA	237.519,45	31.190,40	60
5		CASCVEL	237.519,45	31.190,40	60
6		PINDORETAMA	237.519,45	31.190,40	60
7	8 – SERRA DA IBIAPABA	SÃO LUÍS DO CURU	237.519,45	31.190,40	60
8		ARACATI	237.519,45	31.190,40	60
9	4 – LITORAL LESTE	FORTIM	237.519,45	31.190,40	60
10		ICAPUI	237.519,45	31.190,40	60
11		JAGUARUANA	237.519,45	31.190,40	60
12	8 – SERRA DA IBIAPABA	TIANGUÁ	237.519,45	31.190,40	60
13		QUIXERAMOBIM	237.519,45	31.190,40	60

14	CENTRAL					
15	11 – SERTÃO DE SOBRAL	PIRES FERREIRA	237.519,45	31.190,40	60	
16	12 – SERTÃO DE CRATEÚS	ARARENDÁ	237.519,45	31.190,40	60	
17		CRATEÚS	237.519,45	31.190,40	60	
		IPUEIRAS	475.038,03	62.380,80	120	
Total			4.750.389,03	623.808,00	1.200	

(*) Outras Fontes: Governo Federal(82)

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria/Gerência	Gabinete do Governador – Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
Técnico Responsável	David Barros Araújo
E-mail	david.barros@gabgov.ce.gov.br
Fone	(85) 3133.3737 / 31333701

ANEXO I
Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Reinserção dos jovens na educação básica e com acesso à qualificação profissional</p> <p>Redução dos riscos sociais como: gravidez não planejada; reincidência de jovens em conflito com a lei; jovens em situação de violência doméstica e drogadição; e desemprego</p> <p>Ampliar a cultura do empreendedorismo e economia criativa</p> <p>Aumento da ocupação e renda dos jovens;</p> <p>Jovens concluintes com grau de escolaridade elevados e certificação de Qualificação Profissional Inicial</p> <p>Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados nos municípios</p> <p>Atividades práticas de Qualificação Profissional, realizadas de acordo com o Arco Ocupacional do município</p>	<p>Nº de pessoas inseridas no mercado de trabalho</p> <p>Nº de jovens que participaram de ações do Plano de Ação Comunitária (PLA)</p> <p>Nº de empreendimentos criados</p> <p>% de aumento do nível educacional municipal</p> <p>Nº de jovens concluintes</p> <p>Nº Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados</p> <p>Nº de atividades realizadas</p>	<p>Pesquisa qualitativa</p> <p>Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência</p> <p>Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência</p> <p>Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência</p> <p>Certificados emitidos</p> <p>a) Relatório de Visitas Técnicas aos municípios</p> <p>b) Sistema de Gestão do ProJovem</p> <p>c) Frequência das Formações de Educadores</p> <p>d) Diários de classe e atas</p>	<p>Metodologia aplicada à pesquisa</p> <p>Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa)</p> <p>Rescisão de contratos de professores</p> <p>Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa)</p> <p>Rescisão de contratos de professores</p> <p>a) Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais</p> <p>b) realidade sazonal (festividades/eleições/trabalh os temporários/transporte escolar/entre outros)</p> <p>c) dificuldade dos</p>
Resultados				
Produtos	<p>a) Formação dos 110 Educadores</p> <p>b) Capacitação de 5.050 Jovens;</p> <p>a) Avaliação e definição dos municípios a serem contemplados</p> <p>b) Seleção, contratação e capacitação de educadores</p> <p>c) Matricular alunos nos municípios</p> <p>d) Realizar Formações Continuadas dos Educadores</p> <p>e) Certificar os alunos que atingirem os pontos</p>	<p>a) Nº de educadores formados</p> <p>b) Nº de jovens certificados</p> <p>a) Municípios aptos a receberem o programa;</p> <p>b) Nº de jovens matriculados</p> <p>c) Nº de educadores capacitados</p> <p>d) Nº de formações realizadas</p> <p>e) Nº de jovens aptos a serem</p>		
Atividades				

	necessários, 75% de frequência e/ou aprovados pelo Conselho de Classe	certificados	do Conselho de Classe	educadores em compreender e aplicar a metodologia de integração curricular
Insumos	<p>Recurso Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP</p> <p>Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE</p> <p>Recursos Humanos do GABGOV e do IDT Coordenação Estadual, Coord. Executiva, Assistentes Administrativos, Analistas Administrativos, Educadores, Monitores Infantis, Aux. de Serv. de Alimentação, Interprete Educacional, Menor Aprendiz, Motorista, recepcionista e equipe de apoio</p> <p>Instalações utilizadas: escolas municipais; Sede da Coordenação Executiva no IDT; e Sede da Coordenação Estadual no GABGOV</p>	% de execução financeira	<p>Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP</p> <p>Relatório de Visitas Técnicas aos municípios</p>	<p>Atraso no repasse do recurso Federal</p> <p>Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA**

PROJETO: Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará

MAPP 434

"SDA"

Fevereiro/2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA
Programa (PPA)	029 – Desenvolvimento Agropecuário Familiar
Mapp (Nº e Denominação)	434 – Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará.
Período de Execução	Janeiro a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O Projeto Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará – MAPP 434 constitui-se na implantação de projetos produtivos (Apicultura, Caprinocultura leiteira, Fruticultura irrigada, Galinha caipira, Quintais produtivos e Forragicultura irrigada), cursos de capacitação e acompanhamento técnico em assentamentos rurais do Estado do Ceará. Por meio de convênio firmado de nº 781425/2012 assinado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA serão adquiridos, via processo licitatório, equipamentos e animais para projetos produtivos adequados à convivência com o semiárido e integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental, beneficiando 1.911 famílias assentadas no Estado do Ceará. Os recursos destinados a este fim virão do Governo Federal e, concomitantemente à implantação destes projetos, será prestada assistência técnica continuada e ministrado cursos às famílias beneficiadas, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. A execução do Projeto é realizada em parceria com o IDACE, INCRA, FETRAECE e MST.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto colabora para a política governamental de fortalecimento da agricultura familiar. No Plano Plurianual 2016 / 2019, o projeto inscreve-se no Eixo Ceará de Oportunidades, no Tema Estratégico: Agricultura Familiar e Agronegócio, Resultado Temático: Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, registrando-se suas realizações por meio do indicador valor bruto da produção da agricultura. Situa-se no âmbito do Programa de Governo 029 – Desenvolvimento da Agropecuária Familiar. Atende neste Programa ao Objetivo 029.1 – Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo; 029.1.07 – Iniciativa Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação para famílias assentadas.

3. Diagnóstico

O Estado do Ceará é formado por 184 municípios, tendo como capital Fortaleza. Seu território é dividido em 14 (quatorze) Macrorregiões de Planejamento. De acordo com o Censo 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população total é de 8.448.051 habitantes, sua taxa de urbanização é de 75,09%. A distribuição populacional do Estado não é homogênea, havendo uma maior concentração no município de Fortaleza, o qual deteve 28,97% da população do

Estado no ano de 2010. Os municípios com maior contingente populacional no ano de 2010 foram Fortaleza (2.447.409 hab.), Caucaia (324.738 hab.), Juazeiro do Norte (249.936 hab.), Maracanaú (209.748 hab.) e Sobral (188.271 hab.). Conforme Censo, 6.343.990 de pessoas residem em áreas urbanas e 2.104.065 em áreas rurais no Estado do Ceará, em termos quantitativos. O Ceará possui 341.510 estabelecimentos da agricultura familiar englobando uma área total de 3.492.848 ha. Esta área inclui 838 assentamentos de programas de reforma agrária estaduais ou federais onde residem 31.399 famílias. A área por eles ocupada é de 1.156.183 ha correspondendo a 33,10% da área dos estabelecimentos familiares do Estado e representando 9,19% do total de estabelecimentos da agricultura familiar. O Estado do Ceará apresenta o seguinte quadro na estrutura de assentamentos:

TIPO	NÚMERO	FAMÍLIAS (N°)	AREA (ha)
Assistidos pelo IDACE	40	698	29.226
Cédula da Terra	114	2.000	72.484
São José	44	694	23.622
FETRAECE	50	870	102.750
INCRA/ MST	436	25.238	896.231
Crédito Fundiário	129	1.145	27.480
Perímetros Públicos e Agrovilas	25	754	4.390
TOTAL	838	31.399	1.156.183

Observa-se, entretanto, que apenas a posse da terra não tem sido suficiente para que as famílias assentadas tenham efetivamente melhorado suas condições de vida e este fato se comprova sempre que o Estado passa por condições climáticas adversas. Os assentados, talvez pelo seu processo de organização em função da luta pela terra, são os primeiros a se manifestarem na busca de soluções de apoio. No entanto, apesar dos esforços da ação governamental, não se tem conseguido tornar os assentamentos sustentáveis diante das intempéries climáticas. Os recursos aportados não tem se refletido na estruturação produtiva das áreas assentadas, talvez por serem alocados na visão de projetos pontuais, e até o momento não tem apresentado o impacto necessário e desejado para que os assentamentos consigam sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Outro fator relevante é a falta de assistência e acompanhamento técnico de qualidade que desenvolva com as comunidades envolvidas um processo participativo de elaboração e desenvolvimento de atividades de produção e gestão adequadas à realidade local. Esta deficiência acaba por contribuir para que os projetos implantados não se sustentem por não expressar as potencialidades locais e dos indivíduos, fortalecendo assim a forma cartesiana de pensar. Na última década, o Governo do Ceará vem trabalhando nas potencialidades regionais do Estado, desenvolvendo ações para fortalecer as cadeias produtivas locais, aumentar a escala de produção, induzir a industrialização e ampliar a infraestrutura das cidades, formatando um modelo de gestão pública alçado na sustentabilidade, que propiciou avanços significativos no combate a extrema pobreza e na inclusão social das comunidades isoladas do Estado. Mesmo assim, muitos desafios ainda precisam ser superados. É necessário o desenvolvimento de planos e ações que gerem segurança alimentar e renda para os agricultores familiares no período de estiagem para evitar que nestas ocasiões as pessoas e os animais não sejam tão prejudicados como estão sendo nesse momento. Desta forma, o governo Estadual por meio da SDA

vem desenvolvendo projetos para convivência com o semiárido com a necessidade de ampliar as atividades conhecidas dos agricultores cearenses, principalmente nos assentamentos, de maneira otimizada, adaptadas às intempéries climáticas e sustentável.

4. Justificativa

Este projeto apresenta uma visão diferente e busca alicerçar os assentamentos de forma produtiva, com tecnologias adequadas às condições locais e que propiciem aumento da escala de produção, melhoria dos processos de produção e de gestão, inserção no mercado convencional e institucional, com o intuito de que as famílias assentadas mudem efetivamente seus padrões de ocupação e renda. Os projetos produtivos a serem implantados e desenvolvidos contribuirão para que as comunidades beneficiárias alcance o maior grau de autonomia possível acumulando o capital que está sendo inicialmente investido e criando condições para que, ao final do horizonte temporal do projeto, elas possam ter possibilidades de, pelo menos, efetuar as reposições de investimentos. No entanto, para que esse quadro se efetive a capacitação dos agricultores e uma ATER continuada, refletindo socialmente sobre a realidade e contribuindo na solução de problemas concretos, faz avançar o projeto, pois orienta, difunde e consolida inovações tecnológicas necessárias à organização do trabalho, ao melhoramento dos processos produtivos e à boa gestão dos assentamentos. Diante do quadro apresentado, o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário vem elaborando alguns Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará e capacitação dos beneficiários através da assistência técnica e extensão rural – ATER. Serão beneficiários nesta ação, assentados da reforma agrária de programas estaduais ou federais no Estado do Ceará e que estão ligados ao Movimento dos Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

5. Histórico

O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS de 2014 com um valor de R\$ 4.140.235,91 da Fonte 10 (FECOP). Este recurso tinha como destino Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER às famílias assentadas beneficiadas pelo convênio entre Governo do Estado e o INCRA. Entretanto, como o Pregão Presencial relativo à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assessoria técnica não foi concluído ao final do ano, não houve a correspondente execução financeira em 2014. Vale frisar que o Governo do Estado do Ceará, através da Fonte 10 (FECOP), disponibilizou para realização dos trabalhos de Acompanhamento Técnico dos beneficiários no ano de 2015, R\$ 298.020,02, para 2016, R\$ 1.342.215,89 e para 2017 R\$ 2.500.000,00, totalizando R\$ 4.140.235,91. As aquisições e implantações dos projetos serão efetivadas via processo licitatório através da Fonte 82 (Governo Federal), de um grande número de materiais e animais com abrangência em várias regiões do Estado do Ceará, na qual a Secretaria tomou o cuidado de verificar, junto às 1.911 famílias beneficiárias, a realidade local e as condições técnicas de implantação dos projetos produtivos. O recrudescimento do período seco em nosso Estado exigiu dos elaboradores do Plano de Trabalho e dos assentados seguidas mudanças de

projetos na tentativa de adequá-los as reais condições de cada assentamento no atual momento; para isso foram realizadas visitas aos 73 assentamentos beneficiados com apoio do MST, FETRAECE, IDACE e INCRA. O recurso utilizado para este fim foi de R\$ 298.020,02 da fonte FECOP. Por esse e outros motivos referentes ao processo licitatório, a execução dos demais trabalhos de que tratam este projeto e o objeto do convênio não foram realizados em 2015, sendo remanejado os saldos das fontes 82 e 10 para 2016.

Ficava então assim distribuído:

				(R\$)
Ano	Valor FECOP	Valor (Governo Federal)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários *
2015	298.020,02	0,00	298.020,02	617
TOTAL	298.020,02	0,00	298.020,02	617

- *Acompanhamento e Orientação Técnica em dois anos.

6. Público Alvo

Agricultores de base familiar

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

O critério considerado para seleção dos beneficiários exige que os mesmos sejam agricultores familiares beneficiários do II Plano Nacional de Reforma Agrária, beneficiários de projetos de assentamentos no Estado do Ceará com perfil do Bolsa-Família. A coordenação do Projeto será da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o INCRA.

- Assentados da Reforma Agrária;
- Renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

6.2 Documentos comprobatórios da Situação de Pobreza

Para adequações futuras, o comprovante de inscrição dos benefícios assistenciais e o comprovante de rendimentos deverão ser apresentados caso haja necessidade. A quantidade de famílias beneficiadas por assentamento rural e os tipos de projetos por ela almejados foram selecionados pelas instituições parceiras (INCRA, IDACE, FETRAECE, MST), totalizando 1.911 famílias em 73 assentamentos no Estado.

7. Objetivos

7.1 Geral

Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do

Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

7.2. Específicos

- Garantir assistência técnica continuada aos assentamentos selecionados e respectivas famílias assentadas, sob a supervisão da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e o acompanhamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Gerar, com sustentabilidade, ocupação e renda nos assentamentos e assentados envolvidos, com a consequente melhoria das condições de produção e dos processos produtivos;
- Ampliar a escala de produção das cadeias produtivas selecionadas por meio do apoio a implantação dos projetos produtivos;
- Estimular a inserção da produção das famílias assentadas atendidas pelo projeto nos mercados convencional e institucional (PAA E PNAE).

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

8.1.1 Reunião de mobilização

Reunião de mobilização com as associações beneficiadas para promover um diagnóstico juntamente com as famílias sobre condições favoráveis para a implantação dos projetos produtivos do convênio nº 781425/2012.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

8.2.1 Reunião de Sensibilização

A Reunião de Sensibilização consiste em uma atividade planejada, em grupo, dos agentes de ATER com os/as Assentados/as. E tem como propósito promover a sensibilização dos beneficiários/as dos serviços de ATER, além de formular subsídios para o planejamento das atividades de implantação dos projetos produtivos referentes ao convênio nº 781452/2012 firmado entre o INCRA e o Governo do Estado do Ceará.

8.2.2 Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF)

A atualização do Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF) consiste na realização de um conjunto de procedimentos metodológicos participativos (entrevistas, levantamento de dados, diagnósticos, entre outros) que tem por objetivo identificar a situação atual da unidade produtiva familiar, considerando aspectos sobre o trabalho familiar, o patrimônio, as atividades produtivas, a renda, os elementos ambientais, a infraestrutura disponível, o acesso ao mercado e aos programas públicos, carências e potencialidades. Na elaboração do Diagnóstico são consideradas as especificidades sociais e culturais, de gênero e geração. Estes procedimentos podem ser executados

por meio de visitas técnicas e eventos de sensibilização. O Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar permitirá identificar, num período de tempo determinado, o avanço nas condições econômicas e sociais das famílias atendidas pelos serviços de ATER. Será possível também indicar a implementação de políticas públicas complementares necessárias para as famílias atendidas.

8.2.3. Acompanhamento e Orientação Técnica.

A atividade contemplará as famílias beneficiárias conforme convênio nº 781452/2012 onde serão realizadas orientações técnicas acerca das atividades desenvolvidas no Projeto de Estruturação Produtiva da Unidade de Produção Familiar – UPF junto com a implementação dos Projetos Produtivos de Estruturação.

8.2.4. Avaliação Final das Atividades

Serão realizadas reuniões de avaliações da qualidade dos serviços de assessoria técnica abrangendo todos os territórios contemplados na proposta, com a participação de, pelo menos, um membro de cada família beneficiária. A contratada deverá apresentar relatório dos resultados alcançados pelas famílias no primeiro ano de atividades. Cada reunião deverá ter a participação de aproximadamente 20 famílias não ultrapassando o limite máximo de 30 famílias, ao final da atividade todas as famílias beneficiadas deverão ter participado desta atividade.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

8.3.1 Relatórios Periódicos de Andamento

Este relatório terá seu formato e conteúdo acordado com a **SDA** e deverá ser elaborado a cada 30 (trinta) dias, com a finalidade de manter a administração informada a respeito do andamento da execução dos serviços, destacando os fatos relevantes, a fim de que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias. Descreverá, portanto, as atividades da contratada no período, indicando eventuais dificuldades surgidas. Os relatórios mensais de andamento deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após o final do período de referência.

8.3.2. Relatório de Encerramento do Projeto

O Relatório de Encerramento do Projeto compreenderá uma consolidação dos relatórios de andamento elaborados anteriormente, abrangendo todos os serviços executados até o final da implementação do Projeto. Conterá, considerações gerais sobre as atividades desenvolvidas, focalizando os problemas surgidos durante a execução, a análise física e financeira da implementação do projeto, observações e conclusões sobre diferenças entre o projetado e o efetivamente executado, além de considerações finais a respeito de assuntos considerados oportunos e relevantes.

9. Produtos

Produtos	2016	Fontes de Verificação
Famílias atendidas pelo projeto	1.350	Visitas e Relatórios de Supervisão

		da empresa contratada e dos técnicos da SDA.
--	--	--

10. Metas

- Prestar serviços de ATER nos 73 assentamentos beneficiados pelo projeto beneficiando 1.350 famílias/5.400 pessoas beneficiadas;
- Implantar 1.350 projetos produtivos (apicultura, caprinocultura, galinha caipira, quintal produtivo, kit irrigação e pastagem).

11. Resultados Esperados

- Reestruturação Produtiva nos assentamentos atendidos;
- Melhoria do padrão alimentar e nutricional das famílias beneficiadas;
- Ampliação da renda advinda da comercialização do excedente produzido.

12. Integração de Ações

O projeto será realizado em conjunto pelas coordenadorias da SDA: Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF e Coordenadoria de Apoio as Cadeias Produtivas da Pecuária – COAPE e contará também com o apoio das instituições de responsáveis pelo assentamento e/ou assistência das famílias, tais como INCRA, FETRAECE, IDACE e MST.

Ações deste projeto complementarão as atividades relacionadas ao Convênio SICONV Nº 781425/2012 firmado entre o INCRA/Governo do Estado através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA. Os parceiros visam estimular a inserção da produção das famílias assentadas atendidas pelo projeto nos mercados convencional e institucional (PAA E PNAE).

13. Monitoramento

O monitoramento desta ação terá como foco principal a sustentabilidade dos projetos implantados e a independência financeira e organizacional dos beneficiários. Assim, objetiva-se que cada beneficiário ao término da execução do projeto possa caminhar sem a tutela do Estado, podendo entre outras coisas, ampliar seu negócio por iniciativa própria. O monitoramento será realizado pelas equipes responsáveis da SDA através de visitas, reuniões e avaliações dos relatórios mensais emitidos pelas equipes de ATER.

13.1. Dados Utilizados

Os técnicos que prestarão a assistência técnica das famílias deverão enviar à SDA relatórios semestrais com dados como: pessoas capacitadas, cursos executados e projetos implantados. Os técnicos da SDA também acompanharão a execução do projeto.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF. Estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

A mobilização, seleção, implantação e capacitação para os projetos Produtivos têm, entre outras, as seguintes restrições abaixo relacionadas:

- A pouca organização e articulação dos agricultores (as), dificultando o planejamento de suas demandas;
- A rotatividade de técnicos na prestação da assistência técnica.

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP – 2016 (R\$)	Valor Outras Fontes 2016 (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039)			
Acompanhamento Técnico.	1.190.215,89	0,00	1.190.215,89
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)			
Capacitação, mobilização e cadastramento	152.000,00	215.840,00	367.840,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Equipamentos e Material Permanente (449052)			
Kit de irrigação, Equipamentos e insumos (mudas, sementes, animais e adubo)	0,00	10.780.790,00	10.780.790,00
TOTAL	1.342.215,89	10.996.630,00	12.338.845,89

*INCRA – Governo Federal – Administração direta

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP 2016

Item de Despesa	Março	Julho	Total
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039)	800.000,00	390.215,89	1.190.215,89
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)	0,00	152.000,00	152.000,00
2.1. Equipamentos e Material Permanente (449052)	0,00	0,00	0,00

TOTAL	800.000,00	542.215,89	1.342.215,89
--------------	-------------------	-------------------	---------------------

*Valores expressos em Real.

Vimos, por meio deste, solicitar a mudança de elemento de despesa, tendo em vista que o valor alocado, na rubrica Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039), para Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039), no projeto aprovado de R\$ 1.342.215,89, sendo este composto de acompanhamento técnico e capacitação, mobilização e cadastramento das famílias beneficiadas. No projeto será realizado o acompanhamento técnico dos projetos através de Contrato de Gestão com o Instituto Agropolos do Ceará no elemento de despesa 335039 no valor R\$ 1.190.215,89. Já o valor de R\$ 152.000,00 é referente a contratação de empresa para realizar as capacitações, mobilizações e cadastramento das famílias beneficiadas com a política pública. Salientamos que não houve mudança na meta programada e aprovada por este Conselho.

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas beneficiadas
01 – Cariri	Antonina do Norte	43.297,30	45.833,56	27
	Jati	43.297,30	763.743,60	300
02 – Centro Sul	Icó	43.297,30	346.362,28	191
03 – Grande Fortaleza	Cascavel	43.297,30	763.135,00	43
	Chorozinho	43.297,30	89.174,08	35
04 – Litoral Leste	Guaiúba	43.297,30	84.168,08	171
	Beberibe	43.297,30	210.116,64	320
	Jaguaruana	43.297,30	301.989,70	211
05 – Litoral Norte	Acaraú	43.297,30	68.245,56	39
	Granja	43.297,30	510.844,48	300
	Itarema	43.297,30	185.078,08	119
06 – Litoral Oeste/Vale do Curú	Irauçuba	43.297,30	384.899,32	99
	Miraíma	43.297,30	190.114,16	71
	Umirim	43.297,30	174.632,60	207
07 – Maciço do Baturité	Aratuba	43.297,30	66.880,56	31
	Baturité	43.297,30	72.646,04	27
	Ocara	43.297,30	163.936,16	91
	Redenção	43.297,30	106.663,08	47
08 – Serra da Ibiapaba	Tianguá	43.297,30	298.916,98	207
	Viçosa do Ceará	43.296,89	139.020,56	91
09 – Sertão Central	Quixeramobim	43.297,30	823.851,96	300
10 – Sertão de Canindé	Boa Viagem	43.297,30	183.575,72	103
	Canindé	43.297,30	805.858,00	331
	Madalena	43.297,30	638.082,24	300

11 – Sertão de Sobral	Massapê	43.297,30	94.164,08	39
	Sobral	43.297,30	434.990,32	307
12 – Sertão de Crateús	Crateús	43.297,30	629.016,72	391
	Independência	43.297,30	308.592,74	143
	Monsenhor Tabosa	43.297,30	735.421,44	300
	Santa Quitéria	43.297,30	930.470,50	259
	Tamboril	43.297,30	446.205,76	300
TOTAL	31	1.342.215,89	10.996.630,00	5.400

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenador de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária - COAPE
Técnico	Márcio José Alves Peixoto
E-mail	marcio.peixoto@sda.ce.gov.br
Fone	3101.8085 / 3101.8084

Anexo I Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
<p>Impactos</p>	<p>Melhoria da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento produtivo sustentável e ambiental</p> <p>Fortalecimento das Cadeias Produtivas prioritárias para o Estado a nível local.</p>	<p>Percentual de agricultores com renda familiar per capita acima da linha de pobreza.</p>	<p>Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE.</p> <p>Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas.</p>	<p>Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias.</p> <p>Dificuldade de acesso a crédito de custeio.</p>
<p>Resultados</p>	<p>Aumento da renda da população beneficiária por meio do desenvolvimento produtivo sustentável por meio de práticas agroecológicas</p> <p>Agricultores familiares e outros pequenos produtores inseridos de forma sustentável por meio de práticas agroecológicas e rentável nas cadeias produtivas e mercados.</p> <p>Acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar.</p>	<p>Percentual de aumento na renda média das famílias beneficiadas por assessoria técnica e investimentos produtivos.</p> <p>Percentual de aumento na venda dos produtos excedentes dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos.</p> <p>Percentual das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos que acessam os mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc).</p>	<p>Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE.</p> <p>Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas.</p> <p>Parecer Técnico de Implantação de Projetos.</p> <p>Relatórios mensais das atividades.</p>	<p>Descontinuidade das políticas públicas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar.</p> <p>Recessão econômica do país e do estado.</p> <p>Desprovimento pelo governo de infraestruturas básicas e sociais.</p> <p>Secas ou mudanças climáticas sem medidas de adaptação adequadas.</p> <p>Preços agrícolas desfavoráveis para os agricultores familiares.</p>
<p>Produtos</p>	<p>Acompanhamento e orientação técnica especializada.</p> <p>Implantação de Projetos Produtivos das cadeias produtivas prioritárias.</p>	<p>Número de famílias beneficiadas com acompanhamento técnico.</p> <p>Número de projetos produtivos implantados</p>	<p>Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas.</p> <p>Parecer Técnico de Implantação de Projetos.</p> <p>Relatórios mensais das atividades.</p>	<p>Baixo interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas nos processos inerentes ao projeto.</p> <p>Descontinuidade nas atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão.</p> <p>Instabilidades climáticas severas e consecutivas.</p>

Atividades	<p>Sensibilização e mobilização das famílias beneficiadas</p> <p>Implantação e supervisão dos Projetos Produtivos.</p> <p>Acompanhamento (visitas técnicas), monitoramento e avaliação (diagnósticos aplicados junto às famílias)</p>	<p>Número de Reuniões de Sensibilização.</p> <p>Número de famílias beneficiadas diretamente pelo Projeto.</p> <p>Percentual de Projetos Produtivos implantados</p> <p>Número de Diagnósticos aplicados.</p>	<p>Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas.</p> <p>Parecer Técnico de Implantação de Projetos.</p> <p>Relatórios mensais das atividades.</p>	<p>Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações produtivas.</p> <p>Descontinuidade nas atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão.</p>
Insumos	<p>Recursos do FECOP</p> <p>Recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA</p> <p>Recursos Humanos</p>	<p>Percentual de recursos liberados para o projeto.</p>	<p>Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado (WebMapp).</p>	<p>Escassez de recursos financeiros e operacionais.</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

**PROJETO: Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades
(Projeto Paulo Freire)**

MAPP 453

“SDA”

Mai - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural
MAPP (Nº e Denominação)	MAPP 451 - Projeto Paulo Freire / FIDA - Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades
	MAPP 452 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental
	MAPP 453 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 3 - Gestão do Projeto
	MAPP 454 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 4 - Gerência de Monitoramento e Avaliação
Período de Execução	Janeiro a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante / Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



O projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades, também denominado Projeto Paulo Freire, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem como finalidade reduzir de 43% para 28% o índice de extrema pobreza do conjunto dos municípios de sua área de abrangência, elevando até 2019 o padrão de vida de 60 mil famílias rurais. O projeto tem por área de atuação os seguintes municípios:

- Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (Cariri);
- Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá (Sertão dos Inhamuns);
- Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Senador Sá, Sobral e Varjota (Sertão de Sobral);
- Iruçuca (Litoral Oeste / Vale do Curu);
- Ipú (Serra da Ibiapaba); e
- Hidrolândia e Ipueiras (Sertão de Crateús).

Em sua concepção global o Projeto Paulo Freire tem como objetivo melhorar o padrão de vida dos agricultores(as) familiares beneficiados, com foco prioritário nos jovens e mulheres, através do aumento da renda obtida por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. É estruturado em quatro componentes que se complementam.

Componente 1 - Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar, priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.

Componente 2 - Apoiar atividades que permitam incrementar e intensificar a produção das unidades familiares beneficiadas numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. Financiar investimentos para aumentar o capital produtivo dos agricultores familiares e melhorar ou implantar infraestruturas associativas de beneficiamento.

Componente 3 - Gestão do Projeto: Este componente financiará o funcionamento da UGP e consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal da UGP e dos Escritórios Regionais do Projeto-ERP's, e custo operacional. Os custos de equipamentos e veículos serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará; os custos de pessoal e de operação serão financiados 80% pelo Governo e 20% pelo FIDA.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação do Projeto: O monitoramento tem a função de acompanhar permanentemente as atividades do Projeto no contexto do Marco Lógico e seus indicadores, como também orientará a execução do mesmo, na direção, na avaliação e na gestão dos objetivos propostos, promovendo ações de correção, quando necessário, orientando à alocação eficiente dos recursos e fornecendo elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016 / 2019, o projeto encontra-se ligado ao Eixo - Ceará , Tema Estratégico - Trabalho e Renda.

O projeto relativos aos MAPP's 451, 453 e 454 incluem-se no âmbito do Programa 031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural. As ações previstas no Componentes 3 e 4 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, Iniciativa 031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.

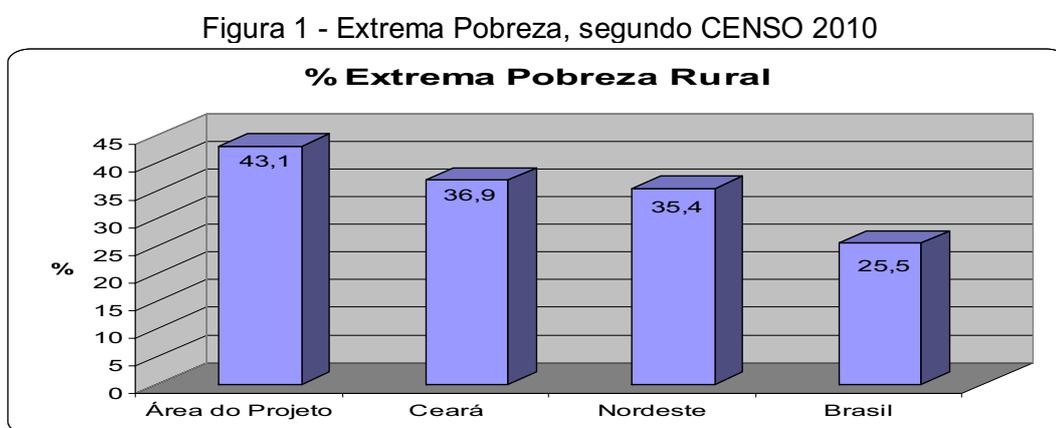
O projeto no MAPP 452 inclui-se no PPA 2016 / 2019 no âmbito do mesmo Programa 031 - Desenvolvimento Agropecuário. As ações previstas no Componente 2 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, mudando apenas a referência à Iniciativa: 031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.

O projeto, em seu conjunto, vincula-se ao Eixo 3 - Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico 3.06 - Trabalho e Renda, contribuindo para o alcance do Resultado Temático "População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas" e suas realizações podem ser aferidas por meio do

indicador “Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural”.

3. Diagnóstico

Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado significativamente nos últimos 15 (quinze) anos, o Brasil ainda é um país de fortes contrastes, existindo ainda uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais, e nas regiões do Norte e do Nordeste. Os índices de pobreza e extrema pobreza evidenciam estas desigualdades. Com base no CENSO 2010, a Figura 1 ilustra os índices de extrema pobreza na área de atuação do Projeto Paulo Freire, no Ceará, Nordeste e Brasil.



A população total da área de atuação do projeto era, em 2010 (Censo Demográfico/IBGE), de 755.839 habitantes, dos quais 271.374 (36%) é considerada rural. Ainda segundo o último Censo, os dados revelam que 85% da população (rural e urbana) da área do projeto é considerada pobre, ou seja, possuem rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Considerando somente a população rural, 43% encontra-se em estado de pobreza extrema, quer dizer com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70. Em 7 municípios da área do projeto esse percentual é acima de 49%, sendo o município de Senador Sá (56,4%) com maior percentual de pobreza extrema.

4. Justificativa

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em colaboração com o Governo Federal, o compromisso de promover a inclusão social e produtiva de 776 mil habitantes rurais que vivem na extrema pobreza no Ceará. Nesse sentido, o projeto Paulo Freire propõe colaborar para este esforço através de três linhas de ação:

- Apoio às atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas;

- Incentivo às iniciativas e práticas inovadoras; e
- Promoção de atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais.

Representa mais um esforço do Governo do Estado no sentido de diminuir a incidência da pobreza no meio rural. Alia-se às políticas de transferência de renda e foi desenhado para ser um instrumento que potencialize este esforço num conjunto de municípios que têm uma situação de especial necessidade.

5. Histórico

O Projeto iniciou suas atividades de campo em abril de 2014 com a identificação das comunidades e organizações produtivas nos 31 municípios da sua área de atuação. Esse processo foi concluído com posterior seleção das primeiras 62 comunidades. Em 2014 para a realização das Oficinas de Elaboração dos DRP's não foram utilizados recursos do FECOP, mesmo assim foram beneficiadas 783 famílias, correspondendo a 3.226 pessoas. O processo de contratação da Assessoria Técnica Contínua (ATC) fora concluído em outubro de 2015 em que as empresas estão em campo atuando junto às 62 comunidades. Em 2015 foram realizados e concluídos nos municípios atendidos pelo Projeto Paulo Freire: 37 DRP's, 33 Planos de Desenvolvimento e 07 Planos de Negócios.

MAPP 451 - Componente 1

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386
TOTAL	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386

* FIDA

MAPP 452 - Componente 2

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386
TOTAL	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386

* FIDA

Em relação aos componentes de Gestão e Monitoramento, o Projeto teve sua execução no início de 2014 com utilização de recursos da fonte Tesouro Estadual e no final de 2015 tivemos aporte de recursos FECOP.

MAPP 453 - Componente 3

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	0,00	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	478.443,70	1.573.855,72	2.052.299,42	6.386
TOTAL	478.443,70	2.151.437,00	2.629.880,70	10.483

* Tesouro e FIDA

MAPP 454 - Componente 4

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386
TOTAL	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386

* FIDA

Quadro Geral do Histórico Financeiro

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	-	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	3.202.633,79	3.884.522,14	7.087.155,93	6.386
TOTAL	3.202.633,79	4.462.103,42	7.664.737,21	10.483

* Tesouro e FIDA

6. Público Alvo

Agricultores(as) familiares em condições de pobreza, elegíveis ao PRONAF e que residam na zona rural dos municípios beneficiados pelo Projeto.

6.1 Critérios adotados para seleção dos beneficiários:

- Famílias consideradas pobres e extremamente pobres;
- Famílias chefiadas por mulheres;
- Famílias com potencial produtivo;
- Famílias que participem de processos de organização já existentes;
- Famílias com acesso ou possibilidades de acesso às políticas públicas e iniciativas em vigor;
- Famílias com jovens na faixa etária entre 16 e 29 anos; e
- Famílias participantes de comunidades quilombolas e indígenas.

7. Objetivos

7.1 Geral

- Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.

7.2 Específicos

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Planejar e executar as ações necessárias para enfrentar os desafios na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer as capacidades dos comitês locais, das equipes de assessoria técnica, mobilizadores sociais e entidades parceiras, para que possam atuar com qualidade junto às famílias beneficiárias;
- Fortalecer e desenvolver as capacidades das famílias rurais para gestão sustentável dos recursos naturais, baseada nos princípios da agroecologia.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Financiar investimentos produtivos e ações de recuperação ambiental dos agricultores familiares beneficiados;
- Financiar infraestruturas associativas de beneficiamento com o objetivo de agregar valor, gerar renda e novos empregos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Compor as equipes regionais do Projeto, que serão sediadas nos municípios de Tauá, Campos Sales e Sobral;
- Reforçar a equipe de gestão da UGP em Fortaleza;
- Dotar a estrutura operacional para execução do Projeto;

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Definir e implantar o sistema de monitoramento e avaliação do projeto; e
- Realizar Estudo de Linha de Base do Projeto.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 trabalhadas, sendo comunidades por município, com uma média de 25 famílias por comunidade.

Identificação das organizações econômicas: Serão feitas visitas de campo para coleta de informações junto a prefeituras, sindicatos, EMATERCE, colegiados territoriais.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas de elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento. Tendo por base os Planos de Desenvolvimento, serão preparados os Planos de Negócios, que serão os instrumentos orientadores dos financiamentos a ser efetuado pelo Projeto Paulo Freire. Para implantação de Unidades de Aprendizagem e Ações de Recuperação Ambiental serão elaborados Planos de Trabalhos Simplificados.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa

comunitária: As comunidades e organizações econômicas que ao longo da execução do Projeto tenham seus Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados aprovados pela SDA e FIDA, serão contempladas com recursos financeiros mediante celebração de convênio, com base na legislação aplicável.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais: Serão recrutados nas comunidades, referendados pelas famílias (das comunidades selecionadas), sob a coordenação e supervisão da UGP e com apoio de organizações representativas dos beneficiários, dentro dos seguintes critérios: ter concluído o Ensino Fundamental; ter disponibilidade de tempo para realizar o trabalho; residir nos territórios, preferencialmente, nos municípios e comunidades de atuação do Projeto; conhecer a realidade do semiárido, principalmente a do Ceará; ter experiência com trabalhos de cunho produtivo e sociais com famílias rurais. Será promovida uma seleção, com base nas normas do FIDA, de entidade que detenha expertise na temática (Mobilização Social).

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para definição dos conteúdos a serem trabalhados nas comunidades e preparação de material didático para qualificação e fortalecimento das equipes de assessoria técnica e mobilizadores sociais, se e quando necessário.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: As equipes e os mobilizadores receberão as qualificações complementares necessárias para que tenham uma visão compartilhada da estratégia e da metodologia para implementação das atividades previstas, de modo a prestar um serviço de qualidade, coerente com a concepção do Projeto Paulo Freire, trabalhando tanto os aspectos produtivos, quanto os econômicos, organizativos e sociais de forma participativa. Para a realização destas sessões de formação serão contratados consultores especializados ou entidades (Universidades, ONGs) que tenham as qualificações necessárias. No caso específico das políticas públicas, as equipes do Projeto que tratarão este tema terão a tarefa de atualizar os conhecimentos das equipes de Assessoria Técnica Contínua.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas: Realização de oficinas de informação e capacitação sobre o tema do acesso às Políticas Públicas, e que estejam associadas a um trabalho de apoio às equipes técnicas locais (ATC, Mobilizadores Sociais e equipe da UGP) que têm responsabilidades de incentivar e orientar o acesso destas políticas. Nesta etapa, a equipe do Projeto fará uma ampla divulgação das políticas públicas de desenvolvimento rural e de seus principais programas e projetos. A divulgação terá como objetivo orientar os (as) agricultores (as) quanto aos requisitos e procedimentos de acesso, facilitando o contato com as agências responsáveis e apoiando na preparação da documentação necessária. Ao participarem dos processos de aprendizagem, capacitação e formação, espera-se que os (as) agricultores (as) familiares tenham suas capacidades fortalecidas para

acessar as Políticas Públicas Vigentes (PRONAF, PAA, PNAE, PAA Leite, Garantia Safra, etc.), buscando e criando as soluções possíveis para os problemas existentes em suas comunidades.

Definição e implantação do sistema de monitoramento e avaliação do projeto: Conceber e implantar um sistema para acompanhamento das atividades, ações e produtos da Unidade de Gerenciamento do Projeto e Equipes Locais, em que será verificado experiência "*in locum*" de outros projetos na avaliação e monitoramento de suas atividades. Para a atividade, a contratação de Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para levantamento de requisitos e dimensionamento do conteúdo da consultoria para esta finalidade;

Contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE) para realização de estudo de Linha de Base do Projeto: A Assessoria Técnica Especializada será contratada através de licitação para a contratação de um sistema de avaliação de impacto através do estabelecimento da linha de base do projeto, desenho do questionário para coleta de informação e sistema de TI&C para processamento dos dados.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Seleção das Comunidades: No ano de 2014 foram selecionadas 62 comunidades sendo 2 comunidades para cada município, já em 2015 não foram selecionadas nenhuma comunidade;

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados:

No ano de 2014 foram realizados 21 DRP's.

Em 2015: foram realizados 41 DRP's, 36 PD's e 11 PN's;

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua

Em 2015 foram contratadas 03 entidades de Assessoria Técnica Contínua - ATC para atuarem nas 62 comunidades selecionadas em 2014;

As equipes técnicas das ATC's contratadas em 2015 foram capacitadas através de uma oficina de Balizamento Técnico Metodológico, juntamente com as equipes da UGP e ERP's. Também foram realizadas oficinas de capacitação sobre elaboração de PD, PN e MIP - Manual de Implementação do Projeto.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano de 2016

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 comunidades.

Identificação das organizações econômicas: No ano de 2016 a UGP conjuntamente com os ERP's e as ATC's farão visitas de campo para identificação e seleção das organizações econômicas existentes.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos

de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas para elaboração de 238 Diagnósticos e 238 Planos de Desenvolvimento nas comunidades selecionadas. Baseados nos Planos de Desenvolvimento, serão preparados em torno de 100 Planos de Negócios.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa comunitária: Para o ano de 2016 estão previstos a celebração de pelo menos 04 convênios com organizações econômicas.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais:
Para o ano de 2016 serão recrutados 31 mobilizadores sociais em 62 comunidades.

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será contratada de acordo com as demandas identificadas nos Planos de Negócios.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: Em 2016 realizadas 02 oficinas de capacitação para as ATC's contratadas no ano de 2016 que atenderão as 238 comunidades selecionadas em 2016.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas:

Para 2016 em torno de 7.500 produtores em acesso a políticas públicas

8.3. Atividades Previstas para os Anos Posteriores

Para os anos subsequentes, serão selecionadas mais 300 comunidades, serão contratadas novas ATC's as quais serão capacitadas. Nas 300 comunidades serão realizadas oficinas para elaboração de DRP's, PD's e PN's. Todas as demais atividades previstas no projeto tais como: Identificação de Organizações Econômicas, Celebração dos Convênios com as Organizações Econômicas, e de iniciativa comunitárias, bem como implementação e supervisão dos Planos de Negócios, Contratação de ATE. Quanto a capacitação de produtores para acesso a Políticas Públicas, Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças, Desenvolvimento de capacidades para a produção, Desenvolvimento Organizacional e capacitação para gestão e comercialização, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra bem como serão realizadas até o ano de 2019, período de execução do projeto. Vale destacar que todas as comunidades selecionadas no decorrer do projeto terão acompanhamento e assessoria técnica no período de 03 anos.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Famílias beneficiadas com Assessoria Técnica Contínua*	7.500	Relatório de execução do projeto

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Comunidades atendidas por Mobilizadores Sociais	300	Relatório de execução do projeto.
Famílias capacitadas em acesso às Políticas Públicas*	7.500	Relatórios das Oficinas, certificados e folha de frequência dos participantes.
Técnicos da assessoria técnica contínua e mobilizadores sociais capacitados	300	Relatórios dos cursos, certificados e folha de frequência dos participantes.
Planos de Negócios e Planos de Trabalhos Simplificados elaborados	92	Planos elaborados
Projetos produtivos implantados	92	Projetos implantados
Gerenciamento do Projeto	01	Projeto Gerenciado
Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto	01	Sistema implantado
Estudo de Linha de base do projeto	01	Linha de Base elaborada

(*) Em 2016 serão beneficiadas, em média, 241 famílias por município, correspondendo aproximadamente 7.500 famílias nos 31 municípios que integram a área de atuação do Projeto. Adicionalmente, serão capacitadas equipes de Assessoria Técnica Contínua e os Mobilizadores Sociais, criteriosamente selecionados para a implementação do Projeto, bem como os técnicos das Instituições Parceiras.

10. Metas

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Atender, em média, 241 famílias/município com atividades de Assessoria Técnica Contínua, correspondendo a 30.900 pessoas;
- Capacitar em média 241 famílias, por município, na temática relacionada ao acesso às políticas públicas, correspondendo a 30.900 pessoas beneficiadas;
- Capacitar 150 técnicos para melhorar a qualidade da prestação de Assessoria Técnica Contínua junto às comunidades selecionadas pelo Projeto; e
- Capacitar 150 mobilizadores sociais para no campo da organização e mobilização das comunidades envolvidas.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Elaborar 92 Planos de Negócios / Planos de Trabalhos Simplificados; e
- Instalar 92 projetos produtivos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Gerenciar 01 Projeto.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Elaborar 01 Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto; e
- Elaborar 01 Estudo da Linha de Base para Avaliação do Projeto.

11. Resultados Esperados

- Redução no índice de extrema pobreza na área de abrangência do projeto (de 43% para 28% em 06 anos).

12. Integração de Ações

O Projeto Paulo Freire conta com dois componentes principais, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades (Componente 1) e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2). Os objetivos do Projeto serão alcançados por meio da ação coordenada e complementar destes dois componentes. A ação terá como base três ferramentas principais: a assessoria técnica, a facilitação do acesso a políticas públicas e o financiamento de investimentos produtivos e ambientais. O Projeto buscará criar sinergia com as diversas instituições, através das parcerias que podem contribuir neste sentido, incluindo diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Assim, a procura de parcerias com entidades públicas e com organizações da sociedade civil será uma marca do Projeto. A estratégia de implementação do Projeto pressupõe a parceria com organizações públicas e privadas, com capacidade técnica e operacional para fornecer serviços de assessoria técnica contínua e especializada às famílias, comunidades e organizações econômicas participantes do Projeto Paulo Freire. O Projeto conta com a participação efetiva das Coordenadorias da SDA, e suas vinculadas (EMATERCE, IDACE e CEASA), bem como a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, Projeto São José III, IPECE, ADAGRI, Bancos Públicos, Sindicatos, Prefeituras Municipais e suas Secretarias de Agricultura e Ação Social, dentre outras instituições e programas afins.

13. Monitoramento

As informações para o monitoramento são fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), em fase de concepção, que deverá conter indicadores que servirão como instrumentos de monitoramento das ações planejadas. O acompanhamento desses indicadores permitirá observar a execução do planejado de modo a identificar possíveis desvios para posterior tomada de decisões. Assim sendo, o Projeto contará com indicadores de impacto que determinarão o seu grau de alcance, a partir da linha de base (a ser estabelecida a partir da seleção das comunidades), com indicadores de desempenho quantitativos que medirão os resultados alcançados e indicadores qualitativos que expressarão grandezas que não podem ser traduzidas em números, mas que serão registradas através de descrições ou interpretações. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e replanejamento que acontecerá anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do Projeto, através de entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.

13.1 Dados Utilizados

Os dados utilizados serão através de relatórios emitidos pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A). As informações do Componente de Desenvolvimento de Capacidades serão registrados, através de relatórios de resultados das ações de capacitação realizadas, pelas equipes técnicas de ATC, dados tais como: pessoas capacitadas, cursos, oficinas, intercâmbios, reuniões, dia de campo, seminários realizados, grau de satisfação dos(as) envolvidos(as), lições aprendidas, observando também o percentual estabelecido pelo Projeto referente a participação dos beneficiários mulheres, jovens, quilombolas e indígenas (50%). Referente ao Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental serão registradas através de relatórios de resultados das ações de assessoria técnica realizadas pelas equipes técnicas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

As atividades poderão ter as seguintes restrições, abaixo relacionadas:

- As especificidades estabelecidas pelo calendário eleitoral, podendo interferir no calendário de realização das atividades do Projeto;
- Equipes técnicas de assessoria contínua não correspondem às necessidades do Projeto (formação e experiência em abordagem de ATER)
- As previsões da quadra chuvosa para 2016, segundo a FUNCEME, que podem interferir negativamente em ações que podem demandar esforços não previstos pelo Projeto.
- A pouca organização e articulação dos agricultores (as) dificultando o planejamento de suas demandas;
- Limitação na documentação dos beneficiários, inclusive no acesso à terra e quanto a adimplência no acesso ao crédito.
- A rotatividade de técnicos na prestação da assistência técnica.
- A não efetivação do Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), comprometerá consideravelmente toda a estrutura pensada para acompanhamento e correções de percurso do projeto.

15. Orçamento – 2016

MAPP 451

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			

2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	2.118.375,26	5.052.940,82	7.171.316,09
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	4.147.566,85	5.170.438,39	9.318.005,21
TOTAL	6.265.942,11	10.223.379,21	16.489.321,30

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 452

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	221.104,39	235.429,53	456.533,92
2.2. Contribuições-Transferências			
Elemento de despesa - 44504200	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	8.090.466,00	8.420.689,10	16.511.155,10

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 453

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - 33503900	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			
Elemento de despesa - 44903000	24.000,00	6.000,00	30.000,00
2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - 44913900	8.000,00	2.000,00	10.000,00

2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - 44903900	582.261,50	4.946.645,66	5.528.907,16
TOTAL	1.414.261,50	5.154.645,66	6.568.907,16

(*) Tesouro e FIDA

A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 21/03/2016.

MAPP 454

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	200.919,36	50.229,84	251.149,19
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	778.210,06	236.924,92	1.015.134,98
TOTAL	979.129,42	287,154,76	1.266.284,18

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

Obs.: O prazo previsto para implementação do Projeto Paulo Freire é de 6 anos, com um custo total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões de empréstimos do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida.

Consolidado

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - (335039)	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			

Elemento de despesa - (449030)	24.000,00	6.000,00	30.000,00
2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - (449139)	8.000,00	2.000,00	10.000,00
2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - (449039)	3.122.660,51	10.285.245,85	13.407.906,36
2.4 Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - (449035)	4.925.776,91	5.407.363,31	10.333.140,22
2.5 Contribuições - Transferências			
Elemento de despesa - (445042)	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	16.749.799,03	24.085.868,73	40.835.667,76

* Tesouro (MAPP 453) e FIDA

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

MAPP 451

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.059.187,63	1.059.187,63	2.118.375,26
2.2. Serviços de Consultoria	2.073.783,43	2.073.783,42	4.147.566,85
Total (R\$)	3.132.971,06	3.132.971,05	6.265.942,11

MAPP 452

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	221.104,39		221.104,39
2.2. Contribuições-Transferências	3.934.680,80	3.934.680,81	7.869.361,61
Total (R\$)	4.155.785,19	3.934.680,81	8.090.466,00

MAPP 453

Item de Despesa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (R\$)
1. DESPESA CORRENTE	-	-	-	-	-	200.000,00	200.000,00
2. DESPESA DE CAPITAL	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	698.605,35	1.214.261,50
Total (R\$)	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	898.605,35	1.414.261,50

Justificativa: A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada, pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPS, ocorrida em 21/03/2016. A redução do valor financeiro não provocará redução na meta por se tratar de despesas de custeio operacional do Projeto Paulo Freire.

MAPP 454

Item de Despesa	ABR	JUL	SET	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.919,36	-	-	200.919,36
2.2. Serviços de Consultoria	259.403,35	259.403,35	259.403,36	778.210,06
Total (R\$)	460.322,71	259.403,35	259.403,36	979.129,42

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

MAPP 451

N°	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas	
1		Coreaú	202.127,16	329.786,43	997	
2		Frecheirinha	202.127,16	329.786,43	997	
3		Graça	202.127,16	329.786,43	997	
4		Massapé	202.127,16	329.786,43	997	
5		Moraújo	202.127,16	329.786,43	997	
6		Mucambo	202.127,16	329.786,43	997	
7		Pacujá	202.127,16	329.786,43	996	
8		Pires Ferreira	202.127,16	329.786,43	997	
9	03 - Sertão de Sobral	Reriutaba	202.127,16	329.786,43	996	
10		Senador Sá	202.127,16	329.786,43	996	
11		Sobral	202.127,16	329.786,43	997	
12		Varjota	202.127,16	329.786,43	997	
13		06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	202.127,16	329.786,43	996
14		08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	202.127,16	329.786,43	997
15		13 - Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	202.127,16	329.786,43	996
16			Arneiroz	202.127,16	329.786,43	997
17	Parambu		202.127,16	329.786,43	997	
18	Quiterianópolis		202.127,16	329.786,43	997	

19		Tauá	202.127,16	329.786,43	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	202.127,16	329.786,43	997
21		Ipueiras	202.127,16	329.786,43	997
22		Altaneira	202.127,16	329.786,43	997
23		Antonina do Norte	202.127,16	329.786,43	997
24		Araripe	202.127,16	329.786,43	997
25		Assaré	202.127,16	329.786,43	997
26	01 - Cariri	Campos Sales	202.127,16	329.786,43	997
27		Nova Olinda	202.127,16	329.786,43	997
28		Potengi	202.127,16	329.786,43	996
29		Salitre	202.127,16	329.786,43	997
30		Santana do Cariri	202.127,16	329.786,43	997
31		Tarrafas	202.127,16	329.786,43	996
		Total		6.265.942,11	10.223.379,21

MAPP 452

N°	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Benef.
01		Coreaú	260.982,77	271.635,13	997
02		Frecheirinha	260.982,77	271.635,13	997
03	03 - Sertão de Sobral	Graça	260.982,77	271.635,13	997
04		Massapé	260.982,77	271.635,13	997
05		Moraújo	260.982,77	271.635,13	997
06		Mucambo	260.982,77	271.635,13	997

07		Pacujá	260.982,77	271.635,13	996
08		Pires Ferreira	260.982,77	271.635,13	997
09		Reritaba	260.982,77	271.635,13	996
10		Senador Sá	260.982,77	271.635,13	996
11		Sobral	260.982,77	271.635,13	997
12		Varjota	260.982,77	271.635,13	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	260.982,77	271.635,13	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	260.982,77	271.635,13	997
15		Aiuaba	260.982,77	271.635,13	996
16		Arneiroz	260.982,77	271.635,13	997
17	13 - Sertão dos Inhamuns	Parambu	260.982,77	271.635,13	997
18		Quiterianópolis	260.982,77	271.635,13	997
19		Tauá	260.982,78	271.635,13	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	260.982,78	271.635,13	997
21		Ipueiras	260.982,78	271.635,13	997
22		Altaneira	260.982,78	271.635,13	997
23		Antonina do Norte	260.982,78	271.635,13	997
24		Araripe	260.982,78	271.635,13	997
25	01 - Cariri	Assaré	260.982,78	271.635,14	997
26		Campos Sales	260.982,78	271.635,14	997
27		Nova Olinda	260.982,78	271.635,14	997
28		Potengi	260.982,78	271.635,14	996
29		Salitre	260.982,78	271.635,14	997

30	Santana do Cariri	260.982,78	271.635,14	997
31	Tarrafas	260.982,78	271.635,14	996
Total		8.090.466,00	8.420.689,10	30.900

MAPPI'S 453 e 454

N°	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande Fortaleza*	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-
02		Coreaú	31.584,82	9.263,06	997
03		Frecheirinha	31.584,82	9.263,06	997
04		Graça	31.584,82	9.263,06	997
05		Massapê	31.584,82	9.263,06	997
06		Moraújo	31.584,82	9.263,06	997
07		Mucambo	31.584,82	9.263,06	997
08		Pacujá	31.584,82	9.263,06	996
09		Pires Ferreira	31.584,82	9.263,06	997
10		Reriutaba	31.584,82	9.263,06	996
11		Senador Sá	31.584,82	9.263,06	996
12		Sobral	31.584,82	9.263,06	997
13		Varjota	31.584,82	9.263,06	997
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	31.584,82	9.263,06	996
15	08 - Serra da	Ipú	31.584,82	9.263,06	997

	Ibiapaba					
16	Aiuaba	31.584,82	9.263,06	996		
17	Arneiroz	31.584,82	9.263,06	997		
18	Parambu	31.584,82	9.263,06	997		
19	Quiterianópolis	31.584,82	9.263,06	997		
20	Tauá	31.584,82	21.263,06	997		
21	Hidrolândia	31.584,82	9.263,06	997		
22	Ipueiras	31.584,82	9.263,06	997		
23	Altaneira	31.584,82	9.263,06	997		
24	Antonina do Norte	31.584,82	9.263,06	997		
25	Araripe	31.584,82	9.263,06	997		
26	Assaré	31.584,82	9.263,06	997		
27	Campos Sales	31.584,82	21.263,06	997		
28	Nova Olinda	31.584,82	9.263,06	997		
29	Potengi	31.584,82	9.263,06	996		
30	Salitre	31.584,82	9.263,06	997		
31	Santana do Cariri	31.584,82	9.263,06	997		
32	Tarrafas	31.584,82	9.263,06	996		
	Total	2.393.390,92	5.441.800,36	30.900		

(*) OBS: Na região Grande Fortaleza não terá família beneficiada.

CONSOLIDADA

N°	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-

	Fortaleza*						
02		Coreaú	494.694,75	611.044,62		997	
03		Frecheirinha	494.694,75	611.044,62		997	
04		Graça	494.694,75	611.044,62		997	
05		Massapé	494.694,75	611.044,62		997	
06		Moraújo	494.694,75	611.044,62		997	
07		Mucambo	494.694,75	611.044,62		997	
08	11 - Sertão de Sobral	Pacujá	494.694,75	611.044,62		996	
09		Pires Ferreira	494.694,75	611.044,62		997	
10		Reriutaba	494.694,75	611.044,62		996	
11		Senador Sá	494.694,75	611.044,62		996	
12		Sobral	494.694,75	611.044,62		997	
13		Varjota	494.694,75	611.044,62		997	
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	494.694,75	611.044,62		996	
15	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	494.694,75	611.044,62		997	
16		Aiuaba	494.694,75	611.044,62		996	
17		Arneiroz	494.694,75	611.044,62		997	
18	13 - Sertão dos Inhamuns	Parambu	494.694,75	611.044,62		997	
19		Quiterianópolis	494.694,75	611.044,62		997	
20		Tauá	494.694,75	622.684,62		997	
21	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	494.694,75	611.044,62		997	
22		Ipueiras	494.694,75	611.044,62		997	
23	01 - Cariri	Altaneira	494.694,75	611.044,62		997	

24	Antonina do Norte	494.694,75	611.044,62	997
25	Araripe	494.694,75	611.044,62	997
26	Assaré	494.694,75	611.044,62	997
27	Campos Sales	494.694,75	622.684,62	997
28	Nova Olinda	494.694,75	611.044,62	997
29	Potengi	494.694,75	611.044,62	996
30	Salitre	494.694,75	611.044,62	997
31	Santana do Cariri	494.694,75	611.044,62	997
32	Tarrafas	494.694,75	611.044,62	996
Total		16.749.799,03	24.085.868,73	30.900

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	UGP PAULO FREIRE / FIDA
Técnico	Maria Íris Tavares Farias (Coordenadora); Eveline Nogueira Augusto (Assessora do Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades); Regina Regia (Supervisora do Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental) Sílvia Roberto Andrade Siqueira (Gerente Administrativo-Financeiro); e Francisca Lúcia Ferreira de Sousa (Gerente de Monitoramento e Controle)
E-mail	iris.tavares@sda.ce.gov.br eveline.augusto@sda.ce.gov.br regina.regia@sda.ce.gov.br silvio.siqueira@sda.ce.gov.br lucia.ferreira@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101-8076 / 8048/ 8054

Anexo I
Marco Lógico (ML)

Cadeia Lógica dos Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Risco
IMPACTO	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE).	<ul style="list-style-type: none"> % de redução na pobreza extrema ao final do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE <ul style="list-style-type: none"> Linha de base Avaliação final. Avaliação final. 	<ul style="list-style-type: none"> Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias;
RESULTADOS	Aumento da renda e da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres;	<ul style="list-style-type: none"> % de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por capacitações, assessoria técnica e investimentos produtivos. Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação em acesso a políticas públicas. Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos. % de famílias atendidas por capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos que aumentaram sua renda média. % de mulheres e/ou jovens beneficiários diretos do projeto; % das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis; % dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base Avaliação final Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE Relatórios do Sistema de M&A (Monitoramento e Avaliação) Relatórios RIMS (Relatório de Impacto-FIDA) Pesquisas entre os beneficiários do Projeto; Informações estatutárias das organizações e associações; Registros das organizações beneficiárias; Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Descontinuidade na execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; Redução no crescimento econômico do país e do estado; Mercados não absorvem a produção incremental; Infraestruturas básicas e sociais não continuam a ser proporcionadas pelo governo; O Projeto não aplica um bom sistema de focalização e implementação com sucesso suas atividades; Secas ou mudanças climáticas não são geridas com medidas de adaptação adequadas; Dificuldade de acesso a crédito de custeio; Os preços agrícolas não se mantêm favoráveis para os agricultores familiares; Interferência na execução das atividades durante o período eleitoral. Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade;

	<p>Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e produtivas têm suas capacidades fortalecidas;</p> <p>Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nº de famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto; Nº de famílias que acessam financiamento para investimentos produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto); Nº de famílias que recebem investimentos para pequenos sistemas de irrigação; % dos empreendimentos associativos liderados por mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base; Avaliação final; Relatórios do Sistema de M&A; <ul style="list-style-type: none"> Relatórios RIMS; Informações estatutárias das organizações e associações; Registros das organizações beneficiárias; Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas. 	<p>PRODUTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada; Nº de famílias que recebem capacitação em acesso às políticas públicas; Nº de famílias beneficiárias de assessoria técnica (contínua e/ou especializada); Nº de famílias rurais que recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados; Nº de famílias rurais que recebem <ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade; A assessoria técnica não responde às necessidades do mercado; Pouco interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas; Descontinuidade das atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria
--	--	---	---	--	--

	<p>Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados</p> <p>Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tornarem-se empreendedores e acessarem a terra;</p> <p>Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade;</p> <p>Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • assessoria técnica especializada • Nº de famílias jovens que recebem assessoria técnica; • Nº de líderes comunitários capacitados; • % de mulheres e/ou jovens líderes comunitários capacitados; • Nº de organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão; • Nº de Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa; • Nº de Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; • Nº de jovens rurais que recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; • Nº de jovens capacitados para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra; • Nº de profissionais provedores de assessoria técnica que recebem capacitação para melhoria dos serviços que fornecem; • % de profissionais provedores de assessoria técnica são mulheres; • % de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo; <ul style="list-style-type: none"> • % dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de agregação de valor; 	<ul style="list-style-type: none"> • Registros de produção e de vendas dos beneficiários; • Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais. 	<p>técnica e extensão rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercados não absorvem a produção incremental; • Deficiência na infraestrutura básica para chegar aos mercados; • Pouco interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas.
--	--	---	--	---

	<p>Os beneficiários do Projeto melhoraram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar</p> <p>Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos; • % das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc); • % dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gerenciamento Financeiro; <ul style="list-style-type: none"> • WEB MAPP; <p>Relatórios Internos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos de outras fontes; <ul style="list-style-type: none"> • Baixa Execução; • Inadimplência.
<p>INSUMOS</p>	<p>Recurso FECOP; Recurso Tesouro; Recurso FIDA;</p> <p>Recurso de outras fontes; Compra de equipamentos (carros, computadores e mobiliário); Contratação de pessoal (UGP e Escritórios Regionais).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de recurso investido por fonte; <p>Nº de veículos adquiridos; Nº de computadores adquiridos; Mobiliário adquirido; Nº de técnicos contratados.</p>		

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	UGP PAULO FREIRE / FIDA
Técnico	Maria Íris Tavares Farias (Coordenadora); Eveline Nogueira Augusto (Assessora do Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades); Regina Regia (Supervisora do Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental) Silvio Roberto Andrade Siqueira (Gerente Administrativo-Financeiro); e Francisca Lúcia Ferreira de Sousa (Gerente de Monitoramento e Controle)
E-mail	iris.tavares@sda.ce.gov.br eveline.augusto@sda.ce.gov.br regina.regia@sda.ce.gov.br silvio.siqueira@sda.ce.gov.br lucia.ferreira@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101-8076 / 8048/ 8054

Anexo I
Marco Lógico (ML)

Cadeia Lógica dos Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Risco
IMPACTO	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE).	<ul style="list-style-type: none"> % de redução na pobreza extrema ao final do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE <ul style="list-style-type: none"> Linha de base Avaliação final. 	<ul style="list-style-type: none"> Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias;
RESULTADOS	Aumento da renda e da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres;	<ul style="list-style-type: none"> % de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por capacitações, assessoria técnica e investimentos produtivos. Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação em acesso a políticas públicas. Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos. % de famílias atendidas por capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos que aumentaram sua renda média. % de mulheres e/ou jovens beneficiários diretos do projeto; % das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis; % dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base Avaliação final Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE Relatórios do Sistema de M&A (Monitoramento e Avaliação) Relatórios RIMS (Relatório de Impacto-FIDA) Pesquisas entre os beneficiários do Projeto; Informações estatutárias das organizações e associações; Registros das organizações beneficiárias; Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Descontinuidade na execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; Redução no crescimento econômico do país e do estado; Mercados não absorvem a produção incremental; Infraestruturas básicas e sociais não continuam a ser proporcionadas pelo governo; O Projeto não aplica um bom sistema de focalização e implementação com sucesso suas atividades; Secas ou mudanças climáticas não são geridas com medidas de adaptação adequadas; Dificuldade de acesso a crédito de custeio; Os preços agrícolas não se mantêm favoráveis para os agricultores familiares; Interferência na execução das atividades durante o período eleitoral. Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade;

	<p>Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e produtivas têm suas capacidades fortalecidas;</p> <p>Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nº de famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto; Nº de famílias que acessam financiamento para investimentos produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto); Nº de famílias que recebem investimentos para pequenos sistemas de irrigação; % dos empreendimentos associativos liderados por mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base; Avaliação final; Relatórios do Sistema de M&A; <ul style="list-style-type: none"> Relatórios RIMS; Informações estatutárias das organizações e associações; Registros das organizações beneficiárias; Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas. 	<p>PRODUTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada; Nº de famílias que recebem capacitação em acesso às políticas públicas; Nº de famílias beneficiárias de assessoria técnica (contínua e/ou especializada); Nº de famílias rurais que recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados; Nº de famílias rurais que recebem <ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade; A assessoria técnica não responde às necessidades do mercado; Pouco interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas; Descontinuidade das atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria
--	--	---	---	--	--

	<p>Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados</p> <p>Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tornarem-se empreendedores e acessarem a terra;</p> <p>Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade;</p> <p>Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • assessoria técnica especializada • Nº de famílias jovens que recebem assessoria técnica; • Nº de líderes comunitários capacitados; • % de mulheres e/ou jovens líderes comunitários capacitados; • Nº de organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão; • Nº de Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa; • Nº de Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; • Nº de jovens rurais que recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; • Nº de jovens capacitados para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra; • Nº de profissionais provedores de assessoria técnica que recebem capacitação para melhoria dos serviços que fornecem; • % de profissionais provedores de assessoria técnica são mulheres; • % de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo; <ul style="list-style-type: none"> • % dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de agregação de valor; 	<ul style="list-style-type: none"> • Registros de produção e de vendas dos beneficiários; • Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais. 	<p>técnica e extensão rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercados não absorvem a produção incremental; • Deficiência na infraestrutura básica para chegar aos mercados; • Pouco interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas.
--	--	---	--	---

	<p>Os beneficiários do Projeto melhoraram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar</p> <p>Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos; • % das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc); • % dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gerenciamento Financeiro; <ul style="list-style-type: none"> • WEB MAPP; <p>Relatórios Internos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos de outras fontes; <ul style="list-style-type: none"> • Baixa Execução; • Inadimplência.
INSUMOS	<p>Recurso FECOP; Recurso Tesouro; Recurso FIDA;</p> <p>Recurso de outras fontes; Compra de equipamentos (carros, computadores e mobiliário); Contratação de pessoal (UGP e Escritórios Regionais).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de recurso investido por fonte; <p>Nº de veículos adquiridos; Nº de computadores adquiridos; Mobiliário adquirido; Nº de técnicos contratados.</p>		



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

**PROJETO: Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades
(Projeto Paulo Freire)**

MAPP 454

“SDA”

Mai - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural
MAPP (Nº e Denominação)	MAPP 451 - Projeto Paulo Freire / FIDA - Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades
	MAPP 452 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental
	MAPP 453 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 3 - Gestão do Projeto
	MAPP 454 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 4 - Gerência de Monitoramento e Avaliação
Período de Execução	Janeiro a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante / Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



O projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades, também denominado Projeto Paulo Freire, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem como finalidade reduzir de 43% para 28% o índice de extrema pobreza do conjunto dos municípios de sua área de abrangência, elevando até 2019 o padrão de vida de 60 mil famílias rurais. O projeto tem por área de atuação os seguintes municípios:

- Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (Cariri);
- Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá (Sertão dos Inhamuns);
- Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Senador Sá, Sobral e Varjota (Sertão de Sobral);
- Iruçuba (Litoral Oeste / Vale do Curu);
- Ipú (Serra da Ibiapaba); e
- Hidrolândia e Ipueiras (Sertão de Crateús).

Em sua concepção global o Projeto Paulo Freire tem como objetivo melhorar o padrão de vida dos agricultores(as) familiares beneficiados, com foco prioritário nos jovens e mulheres, através do aumento da renda obtida por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. É estruturado em quatro componentes que se complementam.

Componente 1 - Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.

Componente 2 - Apoiar atividades que permitam incrementar e intensificar a produção das unidades familiares beneficiadas numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. Financiar investimentos para aumentar o capital produtivo dos agricultores familiares e melhorar ou implantar infraestruturas associativas de beneficiamento.

Componente 3 - Gestão do Projeto: Este componente financiará o funcionamento da UGP e consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal da UGP e dos Escritórios Regionais do Projeto-ERP's, e custo operacional. Os custos de equipamentos e veículos serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará; os custos de pessoal e de operação serão financiados 80% pelo Governo e 20% pelo FIDA.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação do Projeto: O monitoramento tem a função de acompanhar permanentemente as atividades do Projeto no contexto do Marco Lógico e seus indicadores, como também orientará a execução do mesmo, na direção, na avaliação e na gestão dos objetivos propostos, promovendo ações de correção, quando necessário, orientando à alocação eficiente dos recursos e fornecendo elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016 / 2019, o projeto encontra-se ligado ao Eixo - Ceará , Tema Estratégico - Trabalho e Renda.

O projeto relativos aos MAPP's 451, 453 e 454 incluem-se no âmbito do Programa 031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural. As ações previstas no Componentes 3 e 4 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, Iniciativa 031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.

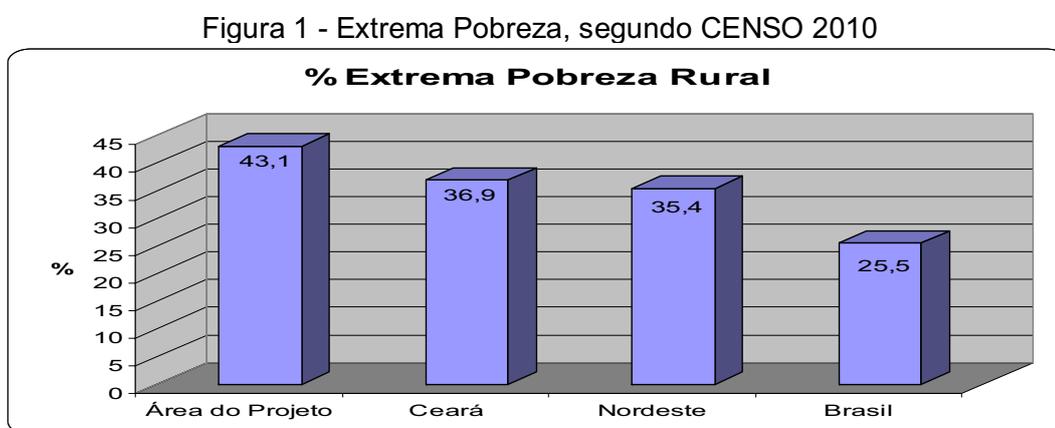
O projeto no MAPP 452 inclui-se no PPA 2016 / 2019 no âmbito do mesmo Programa 031 - Desenvolvimento Agropecuário. As ações previstas no Componente 2 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, mudando apenas a referência à Iniciativa: 031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.

O projeto, em seu conjunto, vincula-se ao Eixo 3 - Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico 3.06 - Trabalho e Renda, contribuindo para o alcance do Resultado Temático "População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas" e suas realizações podem ser aferidas por meio do

indicador “Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural”.

3. Diagnóstico

Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado significativamente nos últimos 15 (quinze) anos, o Brasil ainda é um país de fortes contrastes, existindo ainda uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais, e nas regiões do Norte e do Nordeste. Os índices de pobreza e extrema pobreza evidenciam estas desigualdades. Com base no CENSO 2010, a Figura 1 ilustra os índices de extrema pobreza na área de atuação do Projeto Paulo Freire, no Ceará, Nordeste e Brasil.



A população total da área de atuação do projeto era, em 2010 (Censo Demográfico/IBGE), de 755.839 habitantes, dos quais 271.374 (36%) é considerada rural. Ainda segundo o último Censo, os dados revelam que 85% da população (rural e urbana) da área do projeto é considerada pobre, ou seja, possuem rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Considerando somente a população rural, 43% encontra-se em estado de pobreza extrema, quer dizer com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70. Em 7 municípios da área do projeto esse percentual é acima de 49%, sendo o município de Senador Sá (56,4%) com maior percentual de pobreza extrema.

4. Justificativa

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em colaboração com o Governo Federal, o compromisso de promover a inclusão social e produtiva de 776 mil habitantes rurais que vivem na extrema pobreza no Ceará. Nesse sentido, o projeto Paulo Freire propõe colaborar para este esforço através de três linhas de ação:

- Apoio às atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas;

- Incentivo às iniciativas e práticas inovadoras; e
- Promoção de atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais.

Representa mais um esforço do Governo do Estado no sentido de diminuir a incidência da pobreza no meio rural. Alia-se às políticas de transferência de renda e foi desenhado para ser um instrumento que potencialize este esforço num conjunto de municípios que têm uma situação de especial necessidade.

5. Histórico

O Projeto iniciou suas atividades de campo em abril de 2014 com a identificação das comunidades e organizações produtivas nos 31 municípios da sua área de atuação. Esse processo foi concluído com posterior seleção das primeiras 62 comunidades. Em 2014 para a realização das Oficinas de Elaboração dos DRP's não foram utilizados recursos do FECOP, mesmo assim foram beneficiadas 783 famílias, correspondendo a 3.226 pessoas. O processo de contratação da Assessoria Técnica Contínua (ATC) fora concluído em outubro de 2015 em que as empresas estão em campo atuando junto às 62 comunidades. Em 2015 foram realizados e concluídos nos municípios atendidos pelo Projeto Paulo Freire: 37 DRP's, 33 Planos de Desenvolvimento e 07 Planos de Negócios.

MAPP 451 - Componente 1

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386
TOTAL	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386

* FIDA

MAPP 452 - Componente 2

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386
TOTAL	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386

* FIDA

Em relação aos componentes de Gestão e Monitoramento, o Projeto teve sua execução no início de 2014 com utilização de recursos da fonte Tesouro Estadual e no final de 2015 tivemos aporte de recursos FECOP.

MAPP 453 - Componente 3

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	0,00	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	478.443,70	1.573.855,72	2.052.299,42	6.386
TOTAL	478.443,70	2.151.437,00	2.629.880,70	10.483

* Tesouro e FIDA

MAPP 454 - Componente 4

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386
TOTAL	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386

* FIDA

Quadro Geral do Histórico Financeiro

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	-	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	3.202.633,79	3.884.522,14	7.087.155,93	6.386
TOTAL	3.202.633,79	4.462.103,42	7.664.737,21	10.483

* Tesouro e FIDA

6. Público Alvo

Agricultores(as) familiares em condições de pobreza, elegíveis ao PRONAF e que residam na zona rural dos municípios beneficiados pelo Projeto.

6.2 Critérios adotados para seleção dos beneficiários:

- Famílias consideradas pobres e extremamente pobres;
- Famílias chefiadas por mulheres;
- Famílias com potencial produtivo;
- Famílias que participem de processos de organização já existentes;
- Famílias com acesso ou possibilidades de acesso às políticas públicas e iniciativas em vigor;
- Famílias com jovens na faixa etária entre 16 e 29 anos; e
- Famílias participantes de comunidades quilombolas e indígenas.

7. Objetivos

7.1 Geral

- Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.

7.2 Específicos

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Planejar e executar as ações necessárias para enfrentar os desafios na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer as capacidades dos comitês locais, das equipes de assessoria técnica, mobilizadores sociais e entidades parceiras, para que possam atuar com qualidade junto às famílias beneficiárias;
- Fortalecer e desenvolver as capacidades das famílias rurais para gestão sustentável dos recursos naturais, baseada nos princípios da agroecologia.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Financiar investimentos produtivos e ações de recuperação ambiental dos agricultores familiares beneficiados;
- Financiar infraestruturas associativas de beneficiamento com o objetivo de agregar valor, gerar renda e novos empregos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Compor as equipes regionais do Projeto, que serão sediadas nos municípios de Tauá, Campos Sales e Sobral;
- Reforçar a equipe de gestão da UGP em Fortaleza;
- Dotar a estrutura operacional para execução do Projeto;

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Definir e implantar o sistema de monitoramento e avaliação do projeto; e
- Realizar Estudo de Linha de Base do Projeto.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 trabalhadas, sendo comunidades por município, com uma média de 25 famílias por comunidade.

Identificação das organizações econômicas: Serão feitas visitas de campo para coleta de informações junto a prefeituras, sindicatos, EMATERCE, colegiados territoriais.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas de elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento. Tendo por base os Planos de Desenvolvimento, serão preparados os Planos de Negócios, que serão os instrumentos orientadores dos financiamentos a ser efetuado pelo Projeto Paulo Freire. Para implantação de Unidades de Aprendizagem e Ações de Recuperação Ambiental serão elaborados Planos de Trabalhos Simplificados.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa comunitária: As comunidades e organizações econômicas que ao longo da execução do Projeto tenham seus Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados aprovados pela SDA e FIDA, serão contempladas com recursos financeiros mediante celebração de convênio, com base na legislação aplicável.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais: Serão recrutados nas comunidades, referendados pelas famílias (das comunidades selecionadas), sob a coordenação e supervisão da UGP e com apoio de organizações representativas dos beneficiários, dentro dos seguintes critérios: ter concluído o Ensino Fundamental; ter disponibilidade de tempo para realizar o trabalho; residir nos territórios, preferencialmente, nos municípios e comunidades de atuação do Projeto; conhecer a realidade do semiárido, principalmente a do Ceará; ter experiência com trabalhos de cunho produtivo e sociais com famílias rurais. Será promovida uma seleção, com base nas normas do FIDA, de entidade que detenha expertise na temática (Mobilização Social).

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para definição dos conteúdos a serem trabalhados nas comunidades e preparação de material didático para qualificação e fortalecimento das equipes de assessoria técnica e mobilizadores sociais, se e quando necessário.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: As equipes e os mobilizadores receberão as qualificações complementares necessárias para que tenham uma visão compartilhada da estratégia e da metodologia para implementação das atividades previstas, de modo a prestar um serviço de qualidade, coerente com a concepção do Projeto Paulo Freire, trabalhando tanto os aspectos produtivos, quanto os econômicos, organizativos e sociais de forma participativa. Para a realização destas sessões de formação serão contratados consultores especializados ou entidades (Universidades, ONGs) que tenham as qualificações necessárias. No caso específico das políticas públicas, as equipes do Projeto que tratarão este tema terão a tarefa de atualizar os conhecimentos das equipes de Assessoria Técnica Contínua.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas: Realização de oficinas de informação e capacitação sobre o tema do acesso às Políticas Públicas, e que estejam associadas a um trabalho de apoio às equipes técnicas locais (ATC, Mobilizadores Sociais e equipe da UGP) que têm responsabilidades de incentivar e orientar o acesso destas políticas. Nesta etapa, a equipe do Projeto fará uma ampla divulgação das políticas públicas de desenvolvimento rural e de seus principais programas e projetos. A divulgação terá como objetivo orientar os (as) agricultores (as) quanto aos requisitos e procedimentos de acesso, facilitando o contato com as agências responsáveis e apoiando na preparação da documentação necessária. Ao participarem dos processos de aprendizagem, capacitação e formação, espera-se

que os (as) agricultores (as) familiares tenham suas capacidades fortalecidas para acessar as Políticas Públicas Vigentes (PRONAF, PAA, PNAE, PAA Leite, Garantia Safra, etc.), buscando e criando as soluções possíveis para os problemas existentes em suas comunidades.

Definição e implantação do sistema de monitoramento e avaliação do projeto:

Conceber e implantar um sistema para acompanhamento das atividades, ações e produtos da Unidade de Gerenciamento do Projeto e Equipes Locais, em que será verificado experiência "*in locum*" de outros projetos na avaliação e monitoramento de suas atividades. Para a atividade, a contratação de Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para levantamento de requisitos e dimensionamento do conteúdo da consultoria para esta finalidade;

Contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE) para realização de estudo de Linha de Base do Projeto:

A Assessoria Técnica Especializada será contratada através de licitação para a contratação de um sistema de avaliação de impacto através do estabelecimento da linha de base do projeto, desenho do questionário para coleta de informação e sistema de TI&C para processamento dos dados.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Seleção das Comunidades: No ano de 2014 foram selecionadas 62 comunidades sendo 2 comunidades para cada município, já em 2015 não foram selecionadas nenhuma comunidade;

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados:

No ano de 2014 foram realizados 21 DRP's.

Em 2015: foram realizados 41 DRP's, 36 PD's e 11 PN's;

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua

Em 2015 foram contratadas 03 entidades de Assessoria Técnica Contínua - ATC para atuarem nas 62 comunidades selecionadas em 2014;

As equipes técnicas das ATC's contratadas em 2015 foram capacitadas através de uma oficina de Balizamento Técnico Metodológico, juntamente com as equipes da UGP e ERP's. Também foram realizadas oficinas de capacitação sobre elaboração de PD, PN e MIP - Manual de Implementação do Projeto.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano de 2016

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 comunidades.

Identificação das organizações econômicas: No ano de 2016 a UGP conjuntamente com os ERP's e as ATC's farão visitas de campo para identificação e seleção das organizações econômicas existentes.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas para elaboração de 238 Diagnósticos e 238 Planos de Desenvolvimento nas comunidades selecionadas. Baseados nos Planos de Desenvolvimento, serão preparados em torno de 100 Planos de Negócios.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa comunitária: Para o ano de 2016 estão previstos a celebração de pelo menos 04 convênios com organizações econômicas.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais:
Para o ano de 2016 serão recrutados 31 mobilizadores sociais em 62 comunidades.

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será contratada de acordo com as demandas identificadas nos Planos de Negócios.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: Em 2016 realizadas 02 oficinas de capacitação para as ATC's contratadas no ano de 2016 que atenderão as 238 comunidades selecionadas em 2016.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas:

Para 2016 em torno de 7.500 produtores em acesso a políticas públicas

8.3. Atividades Previstas para os Anos Posteriores

Para os anos subsequentes, serão selecionadas mais 300 comunidades, serão contratadas novas ATC's as quais serão capacitadas. Nas 300 comunidades serão realizadas oficinas para elaboração de DRP's, PD's e PN's. Todas as demais atividades previstas no projeto tais como: Identificação de Organizações Econômicas, Celebração dos Convênios com as Organizações Econômicas, e de iniciativa comunitárias, bem como implementação e supervisão dos Planos de Negócios, Contratação de ATE. Quanto a capacitação de produtores para acesso a Políticas Públicas, Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças, Desenvolvimento de capacidades para a produção, Desenvolvimento Organizacional e capacitação para gestão e comercialização, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra bem como serão realizadas até o ano de 2019, período de execução do projeto. Vale destacar que todas as comunidades selecionadas no decorrer do projeto terão acompanhamento e assessoria técnica no período de 03 anos.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Famílias beneficiadas com Assessoria Técnica Contínua*	7.500	Relatório de execução do projeto
Comunidades atendidas por Mobilizadores Sociais	300	Relatório de execução do projeto.
Famílias capacitadas em acesso às Políticas Públicas*	7.500	Relatórios das Oficinas, certificados e folha de frequência dos participantes.
Técnicos da assessoria técnica contínua e mobilizadores sociais capacitados	300	Relatórios dos cursos, certificados e folha de frequência dos participantes.
Planos de Negócios e Planos de Trabalhos Simplificados elaborados	92	Planos elaborados
Projetos produtivos implantados	92	Projetos implantados
Gerenciamento do Projeto	01	Projeto Gerenciado
Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto	01	Sistema implantado
Estudo de Linha de base do projeto	01	Linha de Base elaborada

(*) Em 2016 serão beneficiadas, em média, 241 famílias por município, correspondendo aproximadamente 7.500 famílias nos 31 municípios que integram a área de atuação do Projeto. Adicionalmente, serão capacitadas equipes de Assessoria Técnica Contínua e os Mobilizadores Sociais, criteriosamente selecionados para a implementação do Projeto, bem como os técnicos das Instituições Parceiras.

10. Metas

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Atender, em média, 241 famílias/município com atividades de Assessoria Técnica Contínua, correspondendo a 30.900 pessoas;
- Capacitar em média 241 famílias, por município, na temática relacionada ao acesso às políticas públicas, correspondendo a 30.900 pessoas beneficiadas;
- Capacitar 150 técnicos para melhorar a qualidade da prestação de Assessoria Técnica Contínua junto às comunidades selecionadas pelo Projeto; e
- Capacitar 150 mobilizadores sociais para no campo da organização e mobilização das comunidades envolvidas.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Elaborar 92 Planos de Negócios / Planos de Trabalhos Simplificados; e
- Instalar 92 projetos produtivos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Gerenciar 01 Projeto.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Elaborar 01 Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto; e
- Elaborar 01 Estudo da Linha de Base para Avaliação do Projeto.

11. Resultados Esperados

- Redução no índice de extrema pobreza na área de abrangência do projeto (de 43% para 28% em 06 anos).

12. Integração de Ações

O Projeto Paulo Freire conta com dois componentes principais, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades (Componente 1) e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2). Os objetivos do Projeto serão alcançados por meio da ação coordenada e complementar destes dois componentes. A ação terá como base três ferramentas principais: a assessoria técnica, a facilitação do acesso a políticas públicas e o financiamento de investimentos produtivos e ambientais. O Projeto buscará criar sinergia com as diversas instituições, através das parcerias que podem contribuir neste sentido, incluindo diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Assim, a procura de parcerias com entidades públicas e com organizações da sociedade civil será uma marca do Projeto. A estratégia de implementação do Projeto pressupõe a parceria com organizações públicas e privadas, com capacidade técnica e operacional para fornecer serviços de assessoria técnica contínua e especializada às famílias, comunidades e organizações econômicas participantes do Projeto Paulo Freire. O Projeto conta com a participação efetiva das Coordenadorias da SDA, e suas vinculadas (EMATERCE, IDACE e CEASA), bem como a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, Projeto São José III, IPECE, ADAGRI, Bancos Públicos, Sindicatos, Prefeituras Municipais e suas Secretarias de Agricultura e Ação Social, dentre outras instituições e programas afins.

13. Monitoramento

As informações para o monitoramento são fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), em fase de concepção, que deverá conter indicadores que servirão como instrumentos de monitoramento das ações planejadas. O acompanhamento desses indicadores permitirá observar a execução do planejado de modo a identificar possíveis desvios para posterior tomada de decisões. Assim sendo, o Projeto contará com indicadores de impacto que determinarão o seu grau de alcance, a partir da linha de base (a ser estabelecida a partir da seleção das comunidades), com indicadores de desempenho quantitativos que medirão os resultados alcançados e indicadores qualitativos que expressarão grandezas que não podem ser traduzidas em números, mas que serão registradas através de descrições ou interpretações. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e replanejamento que acontecerá anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do Projeto, através de

entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.

13.1 Dados Utilizados

Os dados utilizados serão através de relatórios emitidos pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A). As informações do Componente de Desenvolvimento de Capacidades serão registrados, através de relatórios de resultados das ações de capacitação realizadas, pelas equipes técnicas de ATC, dados tais como: pessoas capacitadas, cursos, oficinas, intercâmbios, reuniões, dia de campo, seminários realizados, grau de satisfação dos(as) envolvidos(as), lições aprendidas, observando também o percentual estabelecido pelo Projeto referente a participação dos beneficiários mulheres, jovens, quilombolas e indígenas (50%). Referente ao Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental serão registradas através de relatórios de resultados das ações de assessoria técnica realizadas pelas equipes técnicas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

As atividades poderão ter as seguintes restrições, abaixo relacionadas:

- As especificidades estabelecidas pelo calendário eleitoral, podendo interferir no calendário de realização das atividades do Projeto;
- Equipes técnicas de assessoria contínua não correspondem às necessidades do Projeto (formação e experiência em abordagem de ATER)
- As previsões da quadra chuvosa para 2016, segundo a FUNCEME, que podem interferir negativamente em ações que podem demandar esforços não previstos pelo Projeto.
- A pouca organização e articulação dos agricultores (as) dificultando o planejamento de suas demandas;
- Limitação na documentação dos beneficiários, inclusive no acesso à terra e quanto a adimplência no acesso ao crédito.
- A rotatividade de técnicos na prestação da assistência técnica.
- A não efetivação do Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), comprometerá consideravelmente toda a estrutura pensada para acompanhamento e correções de percurso do projeto.

15. Orçamento – 2016

MAPP 451

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
---------------------	----------------------------------	--	----------------------------------

NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	2.118.375,26	5.052.940,82	7.171.316,09
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	4.147.566,85	5.170.438,39	9.318.005,21
TOTAL	6.265.942,11	10.223.379,21	16.489.321,30

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 452

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	221.104,39	235.429,53	456.533,92
2.2. Contribuições-Transferências			
Elemento de despesa - 44504200	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	8.090.466,00	8.420.689,10	16.511.155,10

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 453

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - 33503900	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			
Elemento de despesa - 44903000	24.000,00	6.000,00	30.000,00

2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - 44913900	8.000,00	2.000,00	10.000,00
2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - 44903900	582.261,50	4.946.645,66	5.528.907,16
TOTAL	1.414.261,50	5.154.645,66	6.568.907,16

(*) Tesouro e FIDA

A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 21/03/2016.

MAPP 454

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	200.919,36	50.229,84	251.149,19
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	778.210,06	236.924,92	1.015.134,98
TOTAL	979.129,42	287.154,76	1.266.284,18

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

Obs.: O prazo previsto para implementação do Projeto Paulo Freire é de 6 anos, com um custo total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões de empréstimos do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida.

Consolidado

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - (335039)	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00

2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			
Elemento de despesa - (449030)	24.000,00	6.000,00	30.000,00
2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - (449139)	8.000,00	2.000,00	10.000,00
2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - (449039)	3.122.660,51	10.285.245,85	13.407.906,36
2.4 Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - (449035)	4.925.776,91	5.407.363,31	10.333.140,22
2.5 Contribuições - Transferências			
Elemento de despesa - (445042)	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	16.749.799,03	24.085.868,73	40.835.667,76

* Tesouro (MAPP 453) e FIDA

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

MAPP 451

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.059.187,63	1.059.187,63	2.118.375,26
2.2. Serviços de Consultoria	2.073.783,43	2.073.783,42	4.147.566,85
Total (R\$)	3.132.971,06	3.132.971,05	6.265.942,11

MAPP 452

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	221.104,39		221.104,39
2.2. Contribuições-Transferências	3.934.680,80	3.934.680,81	7.869.361,61
Total (R\$)	4.155.785,19	3.934.680,81	8.090.466,00

MAPP 453

Item de Despesa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (R\$)
1. DESPESA CORRENTE	-	-	-	-	-	200.000,00	200.000,00
2. DESPESA DE CAPITAL	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	698.605,35	1.214.261,50
Total (R\$)	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	898.605,35	1.414.261,50

Justificativa: A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada, pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPS, ocorrida em 21/03/2016. A redução do valor financeiro não provocará redução na meta por se tratar de despesas de custeio operacional do Projeto Paulo Freire.

MAPP 454

Item de Despesa	ABR	JUL	SET	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.919,36	-	-	200.919,36
2.2. Serviços de Consultoria	259.403,35	259.403,35	259.403,36	778.210,06
Total (R\$)	460.322,71	259.403,35	259.403,36	979.129,42

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

MAPP 451

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1		Coreaú	202.127,16	329.786,43	997
2		Frecheirinha	202.127,16	329.786,43	997
3		Graça	202.127,16	329.786,43	997
4		Massapé	202.127,16	329.786,43	997
5		Moraújo	202.127,16	329.786,43	997
6		Mucambo	202.127,16	329.786,43	997
7		Pacujá	202.127,16	329.786,43	996
8		Pires Ferreira	202.127,16	329.786,43	997
9		Reriutaba	202.127,16	329.786,43	996
10		Senador Sá	202.127,16	329.786,43	996
11		Sobral	202.127,16	329.786,43	997
12		Varjota	202.127,16	329.786,43	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	202.127,16	329.786,43	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	202.127,16	329.786,43	997
15	13 - Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	202.127,16	329.786,43	996
16		Arneiroz	202.127,16	329.786,43	997
17		Parambu	202.127,16	329.786,43	997
18		Quiterianópolis	202.127,16	329.786,43	997

19		Tauá	202.127,16	329.786,43	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	202.127,16	329.786,43	997
21		Ipueiras	202.127,16	329.786,43	997
22		Altaneira	202.127,16	329.786,43	997
23		Antonina do Norte	202.127,16	329.786,43	997
24		Araripe	202.127,16	329.786,43	997
25		Assaré	202.127,16	329.786,43	997
26	01 - Cariri	Campos Sales	202.127,16	329.786,43	997
27		Nova Olinda	202.127,16	329.786,43	997
28		Potengi	202.127,16	329.786,43	996
29		Salitre	202.127,16	329.786,43	997
30		Santana do Cariri	202.127,16	329.786,43	997
31		Tarrafas	202.127,16	329.786,43	996
		Total		6.265.942,11	10.223.379,21

MAPP 452

N°	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Benef.
01		Coreaú	260.982,77	271.635,13	997
02		Frecheirinha	260.982,77	271.635,13	997
03	03 - Sertão de Sobral	Graça	260.982,77	271.635,13	997
04		Massapé	260.982,77	271.635,13	997
05		Moraújo	260.982,77	271.635,13	997
06		Mucambo	260.982,77	271.635,13	997

07		Pacujá	260.982,77	271.635,13	996
08		Pires Ferreira	260.982,77	271.635,13	997
09		Reritaba	260.982,77	271.635,13	996
10		Senador Sá	260.982,77	271.635,13	996
11		Sobral	260.982,77	271.635,13	997
12		Varjota	260.982,77	271.635,13	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	260.982,77	271.635,13	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	260.982,77	271.635,13	997
15		Aiuaba	260.982,77	271.635,13	996
16		Arneiroz	260.982,77	271.635,13	997
17	13 - Sertão dos Inhamuns	Parambu	260.982,77	271.635,13	997
18		Quiterianópolis	260.982,77	271.635,13	997
19		Tauá	260.982,78	271.635,13	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	260.982,78	271.635,13	997
21		Ipueiras	260.982,78	271.635,13	997
22		Altaneira	260.982,78	271.635,13	997
23		Antonina do Norte	260.982,78	271.635,13	997
24		Araripe	260.982,78	271.635,13	997
25		Assaré	260.982,78	271.635,14	997
26	01 - Cariri	Campos Sales	260.982,78	271.635,14	997
27		Nova Olinda	260.982,78	271.635,14	997
28		Potengi	260.982,78	271.635,14	996
29		Salitre	260.982,78	271.635,14	997

30	Santana do Cariri	260.982,78	271.635,14	997
31	Tarrafas	260.982,78	271.635,14	996
Total		8.090.466,00	8.420.689,10	30.900

MAPPI'S 453 e 454

N°	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande Fortaleza*	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-
02		Coreaú	31.584,82	9.263,06	997
03		Frecheirinha	31.584,82	9.263,06	997
04		Graça	31.584,82	9.263,06	997
05		Massapê	31.584,82	9.263,06	997
06		Moraújo	31.584,82	9.263,06	997
07		Mucambo	31.584,82	9.263,06	997
08		Pacujá	31.584,82	9.263,06	996
09		Pires Ferreira	31.584,82	9.263,06	997
10		Reriutaba	31.584,82	9.263,06	996
11		Senador Sá	31.584,82	9.263,06	996
12		Sobral	31.584,82	9.263,06	997
13		Varjota	31.584,82	9.263,06	997
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	31.584,82	9.263,06	996
15	08 - Serra da	Ipú	31.584,82	9.263,06	997

	Ibiapaba					
16	Aiuaba	31.584,82	9.263,06	996		
17	Arneiroz	31.584,82	9.263,06	997		
18	Parambu	31.584,82	9.263,06	997		
19	Quiterianópolis	31.584,82	9.263,06	997		
20	Tauá	31.584,82	21.263,06	997		
21	Hidrolândia	31.584,82	9.263,06	997		
22	Ipueiras	31.584,82	9.263,06	997		
23	Altaneira	31.584,82	9.263,06	997		
24	Antonina do Norte	31.584,82	9.263,06	997		
25	Araripe	31.584,82	9.263,06	997		
26	Assaré	31.584,82	9.263,06	997		
27	Campos Sales	31.584,82	21.263,06	997		
28	Nova Olinda	31.584,82	9.263,06	997		
29	Potengi	31.584,82	9.263,06	996		
30	Salitre	31.584,82	9.263,06	997		
31	Santana do Cariri	31.584,82	9.263,06	997		
32	Tarrafas	31.584,82	9.263,06	996		
	Total	2.393.390,92	5.441.800,36	30.900		

(*) OBS: Na região Grande Fortaleza não terá família beneficiada.

CONSOLIDADA

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-

	Fortaleza*						
02		Coreaú	494.694,75	611.044,62		997	
03		Frecheirinha	494.694,75	611.044,62		997	
04		Graça	494.694,75	611.044,62		997	
05		Massapé	494.694,75	611.044,62		997	
06		Moraújo	494.694,75	611.044,62		997	
07		Mucambo	494.694,75	611.044,62		997	
08	11 - Sertão de Sobral	Pacujá	494.694,75	611.044,62		996	
09		Pires Ferreira	494.694,75	611.044,62		997	
10		Reriutaba	494.694,75	611.044,62		996	
11		Senador Sá	494.694,75	611.044,62		996	
12		Sobral	494.694,75	611.044,62		997	
13		Varjota	494.694,75	611.044,62		997	
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	494.694,75	611.044,62		996	
15	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	494.694,75	611.044,62		997	
16		Aiuaba	494.694,75	611.044,62		996	
17		Arneiroz	494.694,75	611.044,62		997	
18	13 - Sertão dos Inhamuns	Parambu	494.694,75	611.044,62		997	
19		Quiterianópolis	494.694,75	611.044,62		997	
20		Tauá	494.694,75	622.684,62		997	
21	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	494.694,75	611.044,62		997	
22		Ipueiras	494.694,75	611.044,62		997	
23	01 - Cariri	Altaneira	494.694,75	611.044,62		997	

24	Antonina do Norte	494.694,75	611.044,62	997
25	Araripe	494.694,75	611.044,62	997
26	Assaré	494.694,75	611.044,62	997
27	Campos Sales	494.694,75	622.684,62	997
28	Nova Olinda	494.694,75	611.044,62	997
29	Potengi	494.694,75	611.044,62	996
30	Salitre	494.694,75	611.044,62	997
31	Santana do Cariri	494.694,75	611.044,62	997
32	Tarrafas	494.694,75	611.044,62	996
Total		16.749.799,03	24.085.868,73	30.900

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	UGP PAULO FREIRE / FIDA
Técnico	Maria Íris Tavares Farias (Coordenadora); Eveline Nogueira Augusto (Assessora do Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades); Regina Regia (Supervisora do Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental) Sílvio Roberto Andrade Siqueira (Gerente Administrativo-Financeiro); e Francisca Lúcia Ferreira de Sousa (Gerente de Monitoramento e Controle)
E-mail	iris.tavares@sda.ce.gov.br eveline.augusto@sda.ce.gov.br regina.regia@sda.ce.gov.br silvio.siqueira@sda.ce.gov.br lucia.ferreira@sda.ce.gov.br
Fone	(85) 3101-8076 / 8048/ 8054

Anexo I
Marco Lógico (ML)

Cadeia Lógica dos Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Risco
IMPACTO	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE).	<ul style="list-style-type: none"> % de redução na pobreza extrema ao final do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE <ul style="list-style-type: none"> Linha de base Avaliação final. 	<ul style="list-style-type: none"> Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias;
RESULTADOS	Aumento da renda e da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres;	<ul style="list-style-type: none"> % de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por capacitações, assessoria técnica e investimentos produtivos. Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação em acesso a políticas públicas. Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos. % de famílias atendidas por capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos que aumentaram sua renda média. % de mulheres e/ou jovens beneficiários diretos do projeto; % das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis; % dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base Avaliação final Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE Relatórios do Sistema de M&A (Monitoramento e Avaliação) Relatórios RIMS (Relatório de Impacto-FIDA) Pesquisas entre os beneficiários do Projeto; Informações estatutárias das organizações e associações; Registros das organizações beneficiárias; Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Descontinuidade na execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; Redução no crescimento econômico do país e do estado; Mercados não absorvem a produção incremental; Infraestruturas básicas e sociais não continuam a ser proporcionadas pelo governo; O Projeto não aplica um bom sistema de focalização e implementação com sucesso suas atividades; Secas ou mudanças climáticas não são geridas com medidas de adaptação adequadas; Dificuldade de acesso a crédito de custeio; Os preços agrícolas não se mantêm favoráveis para os agricultores familiares; Interferência na execução das atividades durante o período eleitoral. Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade;

	<p>Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e produtivas têm suas capacidades fortalecidas;</p> <p>Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nº de famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto; Nº de famílias que acessam financiamento para investimentos produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto); Nº de famílias que recebem investimentos para pequenos sistemas de irrigação; % dos empreendimentos associativos liderados por mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> Linha de base; Avaliação final; Relatórios do Sistema de M&A; <ul style="list-style-type: none"> Relatórios RIMS; Informações estatutárias das organizações e associações; Registros das organizações beneficiárias; Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas. 	<p>PRODUTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade; A assessoria técnica não responde às necessidades do mercado; Pouco interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas; Descontinuidade das atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria
--	--	---	---	--	---

	<p>Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados</p> <p>Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tornarem-se empreendedores e acessarem a terra;</p> <p>Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade;</p> <p>Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação</p>	<p>assessoria técnica especializada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nº de famílias jovens que recebem assessoria técnica; • Nº de líderes comunitários capacitados; • % de mulheres e/ou jovens líderes comunitários capacitados; • Nº de organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão; • Nº de Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa; • Nº de Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; • Nº de jovens rurais que recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; • Nº de jovens capacitados para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra; • Nº de profissionais provedores de assessoria técnica que recebem capacitação para melhoria dos serviços que fornecem; • % de profissionais provedores de assessoria técnica são mulheres; • % de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo; <ul style="list-style-type: none"> • % dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de agregação de valor; 	<ul style="list-style-type: none"> • Registros de produção e de vendas dos beneficiários; • Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais. 	<p>técnica e extensão rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mercados não absorvem a produção incremental; • Deficiência na infraestrutura básica para chegar aos mercados; • Pouco interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas.
--	--	---	--	---

	<p>Os beneficiários do Projeto melhoraram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar</p> <p>Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos; • % das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc); • % dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Gerenciamento Financeiro; <ul style="list-style-type: none"> • WEB MAPP; <p>Relatórios Internos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos de outras fontes; <ul style="list-style-type: none"> • Baixa Execução; • Inadimplência.
<p>INSUMOS</p>	<p>Recurso FECOP; Recurso Tesouro; Recurso FIDA;</p> <p>Recurso de outras fontes; Compra de equipamentos (carros, computadores e mobiliário); Contratação de pessoal (UGP e Escritórios Regionais).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • % de recurso investido por fonte; <p>Nº de veículos adquiridos; Nº de computadores adquiridos; Mobiliário adquirido; Nº de técnicos contratados.</p>		



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

PROJETO: Idoso Sujeito Pleno

MAPP 43

“STDS”

Março – 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	072 – Proteção Social Especial
Mapp (Nº e Denominação)	043 – Idoso Sujeito Pleno
Período de Execução (em 2016)	Março a Novembro
Categoria	Assistencial (Proteção Social Especial)

1. Descrição do Projeto

O presente projeto destina-se ao acolhimento de idosos em situação de abandono, vítimas de violência patrimonial, doméstica ou aqueles em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. O serviço integra a rede de Unidades da alta complexidade, da proteção social especial que oferta atendimento especializado às famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados; e/ou em situação de rompimento dos laços familiares e comunitários, em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. A proteção social especial funciona de modo hierarquizado, estando dividida em média e alta complexidade. A média complexidade tem como público-alvo os indivíduos e famílias com direitos violados, mas com os vínculos familiares e comunitários preservados. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. A alta complexidade destina-se ao atendimento de famílias e de indivíduos em situação de violação de direitos cujos vínculos familiares e/ou comunitários foram rompidos ou pessoas que se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

Os Projetos financiados pelo Fundo de Combate à Pobreza – FECOP – objetivam a proteção social especial de crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência que se encontram com seus direitos ameaçados ou violados, oferecendo-lhes proteção integral nas Unidades de Acolhimento Institucional vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, através da Coordenadoria da Proteção Social Especial e executados pela Célula de Atenção à Alta Complexidade. Conforme o Plano Plurianual – PPA de 2016/2019 do Governo do Estado do Ceará, o Projeto se insere no Eixo Ceará Acolhedor; Programa 072 – Proteção Social Especial; Tema Estratégico- Assistência Social Objetivo: Garantir a oferta de serviços de proteção social especial no âmbito do SUAS, para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e / ou rompimento de vínculos familiares e comunitários. Resultado Temático: Famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com acesso aos direitos socioassistenciais garantidos. Indicador de Resultado temático: Percentual de Municípios com Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Especial Cofinanciados. Iniciativa: 072.1.08 Manutenção da oferta de serviços especializados de Alta Complexidade.

3. Diagnóstico

Com base nos dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a pirâmide etária brasileira se alterou sobremaneira nas últimas décadas. Em 1960, a porcentagem de idosos equivalia a 4,7% da população. Já no ano 2000, os idosos representavam 8,5% da população total e em 2010 esta porcentagem subiu para 10,8% (www.fundep.com.br-Censo 2010- Aponta envelhecimento da população), tendendo a se ampliar cada vez mais. Em 50 anos, o percentual de idosos mais que dobrou no Brasil. No estado do Ceará não tem sido diferente, a tendência de envelhecimento de sua população vem evoluindo. De acordo com o IBGE, do total de 8.452.381 de habitantes, 10,79% são representados por idosos - pessoas com mais de 60 anos - o que em números absolutos corresponde a um total de 909.475 pessoas 4,81% de homens e 5,95% de mulheres (IBGE 2010). A esse aumento são atribuídos dois fatores: o aumento da expectativa de vida, intimamente relacionado com a qualidade de vida; e a redução da taxa de natalidade no país. A expectativa de vida dos brasileiros, que é de 75 anos em 2013, saltará para 81 anos em 2060, sendo a média para mulheres de 84,4 anos e para homens 78,03 anos. As mulheres brasileiras têm menos filhos hoje do que há 10 anos. É o que indica levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A taxa de fecundidade brasileira passou de 2,14 filhos por mulher, em 2004, para 1,74, em 2014, queda de 18,6%, aponta a Síntese de Indicadores Sociais 2015. O aceleração deste processo de envelhecimento populacional traz uma série de questões cruciais, que exigem investimentos em políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável a este segmento, ou seja, viver mais e melhor. O Estatuto do Idoso, de 2003, vem na esteira dessas políticas que visam a garantia de condições dignas de vida e respeito à pessoa idosa. No pacto pela vida, de 2006, foi discutido o ciclo de envelhecimento populacional. Em Fortaleza, são 161.387 idosos, o que corresponde à 6,58% da população da capital, pelo censo de 2010. De acordo com dados do Ministério Público do Estado do Ceará, foram registrados 4.287 atendimentos de casos de idosos vitimizados por diversos tipos de violências, no período de 2006 a 2012, número que vem aumentando ano a ano (Fonte: Ministério Público do Estado do Ceará – Promotoria Geral de Justiça). Apesar dos indicadores, os direitos deste grupo etário emergente, como saúde, habitação, saneamento básico, trabalho e alimentação não vêm sendo assegurados como deveriam. Aliadas a estes fatores existem questões relacionadas à convivência familiar, locus privilegiado de proteção e acolhida que nem sempre conta com pessoas preparadas e disponíveis para esta função, considerando que a composição familiar e doméstica foi marcada por mudanças significativas que interferem nas questões psicossociais e relacionais dos seus membros. Referidas mudanças no país e no sistema familiar, inevitavelmente, diminuirão o número de familiares disponíveis para cuidar dos idosos, devido a redução das taxas de fertilidade, o número crescente de mulheres estudando e engajadas no mercado de trabalho, sem disponibilidade para este tipo de cuidado. A violência doméstica e patrimonial agrava ainda mais a vivência intrafamiliar. As mudanças operadas no interior da família, gerando, principalmente nas classes pauperizadas, a convivência transgeracional, impondo aos idosos, a convivência com bebês, crianças e adolescentes de forma intensa, leva a conflitos intrafamiliares muito intensos, no que tange aos hábitos de vida e valores. Isso contribui também para a situação de abandono e ruptura familiar a que muitos idosos estão sujeitos. Portanto, olhar a situação da pessoa idosa requer uma reflexão sobre o envelhecimento. Contudo,

pensar o envelhecer não é tarefa fácil, ocorrendo ainda grande desinformação sobre suas particularidades em nosso meio social. Poucas escolas no país, por exemplo, criaram cursos para auxiliar as pessoas mais velhas, e uma prova disso é que há bem pouco tempo o profissional que quisesse se especializar em Geriatria precisaria buscar conhecimentos específicos em países da Europa. O tratamento da questão apresentada neste projeto torna-se mais complexo quando percebemos que, paralelamente aos desafios culturais e ao referido crescimento demográfico, aumenta também o número de pessoas idosas expostas às mais diversas violações de seus direitos. A violência contra pessoas idosas apresenta-se como um dos mais graves problemas. Apresenta-se sob várias formas e em diferentes situações, dentre outros, como atos violentos sofridos no seio familiar, abandono em abrigos, perda de direitos próprios ao exercício da cidadania, segregação por idade, ostracismo e exclusão social. A literatura especializada aponta a omissão, negligência, impunidade, falta de conhecimento e de condições econômicas e psicossociais, bem como a precariedade das políticas públicas como fatores preponderantes no aumento da incidência de violação dos direitos da pessoa idosa. Ainda mais, cresce um tipo específico de violência, a violência financeira, dado à realidade de crescente endividamento de idosos por razão de empréstimos consignados. Esta realidade também está diretamente relacionada à situação de precariedade social e econômica, fruto da desigualdade social, que ainda atinge profundamente o país. A problemática da velhice, portanto, não está desvinculada da luta pelo reconhecimento dos direitos humanos, civis, sociais, políticos, bem como, e principalmente, da questão social mediada por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. Nesta perspectiva, a pessoa idosa transforma-se gradativamente no contexto do desenvolvimento da sociedade capitalista em questão pública, requerendo políticas públicas efetivas do Estado, com participação de segmentos da sociedade civil organizada.

4. Justificativa

O projeto ora apresentado se configura como um dos serviços de atenção à alta complexidade e, como tais, garantidores de proteção integral - “moradia, alimentação, higienização, e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.” (Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004). O atendimento de assistência prestada ao idoso está regulamentado na Resolução nº109 do dia 11 de novembro de 2009 (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais) sendo desenvolvido em duas modalidades: Unidade residencial e Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS propõe a continuidade da manutenção de uma ILPIs no âmbito da competência do Governo Estadual, visando serviços de acolhimento à população idosa vítima de violação de direitos (violência psicológica, física, patrimonial, abandono e negligência). O Estatuto da Pessoa Idosa, sancionado em 1º de outubro de 2003, através da Lei 10.741, regula os direitos assegurados às pessoas maiores de sessenta anos, materializados através de ações, serviços e programas que garantam os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais deste segmento. A Unidade de Abrigo segue as normatizações desse Estatuto, no que tange ao capítulo II, artigo 48 à 50, referente às responsabilidades do atendimento ao Idoso, que devem ser efetivadas em parceria com entidades não governamentais na modalidade de Acolhimento Institucional.

Diante do exposto, o Projeto ora apresentado prevê a manutenção da Instituição de Longa Permanência - ILPIs, Unidade de Abrigo dos Idosos, o qual acolhe pessoas idosas com direitos ameaçados ou violados, apresentando diferentes graus de dependência e necessidades, garantindo-lhes a convivência com familiares, quando existir algum vínculo, ou com pessoas de referência. A Unidade em epígrafe segue as normas de Vigilância Sanitária, assegurando a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, dispensando-lhes uma atenção personalizada. Salienta-se que está em conclusão a construção de um espaço mais amplo, seguindo todas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT de acessibilidade, segurança e salubridade. Estudos comprovam que, manter o idoso ativo ajuda a preservar funções cognitivas, além de preservar a autonomia em relação às atividades do dia a dia, tais como: cuidados com a saúde, com a higiene pessoal e da casa. Portanto, é importante oportunizar acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade, considerando a necessidade de manter o idoso ativo e participante da vida comunitária.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	954.169,67	-	954.169,67	197
2008	1.840.691,89	-	1.840.691,89	203
2009	1.557.361,09	-	1.557.361,09	188
2010	1.681.190,70	-	1.681.190,70	182
2011	1.752.453,87	-	1.752.453,87	174
2012	1.811.773,31	-	1.811.773,31	152
2013	2.000.000,00	-	1.977.024,72	138
2014	1.999.185,89	-	1.999.177,54	134
2015	2.977.512,00	-	1.942.745,35	99
TOTAL	16.574.338,42	-	15.516.588,14	1467

6. Público Alvo

- Atender 110 Idosos vítimas de violência intrafamiliar, negligência e abandono, encaminhados pelo Ministério Público.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Idosos vítimas de violência doméstica, patrimonial e abandonados, encaminhados pelo Ministério Público.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

- A Assistência Social é uma Política Pública ofertada de forma universal a quem dela necessitar, face a determinadas situações sociais e quando identificadas as demandas legítimas de proteção. Com base nisto, a comprovação da situação de pobreza não é fator determinante para que o idoso seja acolhido, não sendo a sua condição financeira critério que defina a necessidade de sua proteção integral, e sim a submissão à situação de

violação de direitos e ruptura de vínculo familiar.

7. Objetivos (Geral e Específico)

Geral:

- Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral.

Específicos:

- Acolher idosos, oferecendo-lhes assistência integral em Instituição de Longa Permanência;
- Promover, quando possível, a reinserção familiar dos idosos;
- Garantir o acesso às atividades de lazer, cultura, pedagógica e ocupacional;
- Garantir atendimento psicossocial e de saúde;
- Articular os serviços em rede socioassistencial, de educação e saúde.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades:

8.1. Atividades realizadas em anos anteriores

a) Elaboração de Termo de Referência

A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social abriu Edital de chamada Pública para selecionar entidades objetivando gerenciamento da Unidade executora do serviço.

b) Realização do acolhimento dos idosos

Recepção e acolhimento dos idosos com direitos ameaçados ou violados, apresentando diferentes graus de dependência e necessidades, garantindo-lhes a convivência com familiares, quando existe algum vínculo, ou com pessoas de referência.

c) Acompanhamento às famílias

Realização de reuniões e visitas familiares, sempre que necessário, pelos profissionais do Serviço Social da Unidade, com vistas à manutenção de vínculo entre os idosos e seus familiares.

d) Acompanhamento aos acolhidos

Realização de atendimentos individuais, proporcionando escuta qualificada com participação de toda equipe multidisciplinar para melhor encaminhamento do caso. Desenvolvimento de atividades de lazer e cultura, visando a convivência familiar e comunitária, interação social e elevação da autoestima, através de acompanhamento técnico da Unidade, prestando apoio psicossocial e pedagógico.

e) Articulação com a rede socioassistencial, de saúde e de justiça

Efetuada visitas institucionais no intuito de fortalecer e articular parcerias, solucionar e esclarecer casos, bem como conhecer diferentes instituições e a fim de melhor compreender o trabalho desenvolvido por cada uma, objetivando o engajamento dos idosos no que for pertinente. Encaminhado idosos para o sistema de justiça, a saber, ao Ministério Público, sempre que necessário, visando superação da situação de acolhimento

f) Firmar parceria com a sociedade civil

Estabelecido parcerias com órgãos não governamentais para realização de atividades lúdicas, recreativas com os acolhidos.

8.2. Atividades a serem realizadas no ano de 2016

Por ser um Projeto de continuidade, não haverá alteração nas atividades a serem realizadas, devendo, portanto, permanecerem as mesmas dos anos anteriores.

8.3. Atividades previstas para anos posteriores

Por ser um Projeto de continuidade, não haverá alteração nas atividades a serem realizadas, devendo, portanto, permanecerão as mesmas.

9. Produtos

Produtos	Quantidades	Fontes de Verificação
Idosos Acolhidos	110	Livro de Registro
Acompanhamento às famílias	24	Relatórios e livro de registro
Acompanhamento aos acolhidos	110	Estatística do serviço, relatórios e livro de registros
Articulação com a rede socioassistencial, de saúde e de justiça	114	Relatórios e Estatística do serviço e relatórios
Parceria com a sociedade civil	04	Estatística do serviço

10. Metas (2016)

- 01 Termo de Referência elaborado;
- 110 Idosos acolhidos no Abrigo do Idoso;
- 24 Famílias acompanhadas;
- 114 Articulações com a rede socioassistencial, de saúde e de justiça, 04 Parcerias com a Sociedade Civil.

11. Resultados Esperados

- Idosos com direitos ameaçados/violados protegidos integralmente, através de assistência integral em Instituição de Longa Permanência;
- Reinserção familiar dos idosos;
- Atividades de lazer, cultural, pedagógica e ocupacional dirigidas aos acolhidos;

- Garantia de atendimento aos idosos, quanto aos serviços da rede socioassistencial, de educação e saúde.

12. Integração de Ações

As ações desenvolvidas na Unidade de Acolhimento de Idosos são integradas às diversas ações da própria Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, através da intersetorialidade entre as demais políticas públicas desenvolvidas, como segurança alimentar, trabalho e a proteção social básica. Com relação às setoriais do Estado envolve em suas atividades a Secretaria de Saúde do Estado e município, Secretaria de Educação, Secretaria da Cultura, considerando que os atendimentos no abrigo devem ser, preferencialmente, na comunidade, conforme consta no Estatuto do Idoso, “o atendimento deve ser preferencialmente na comunidade” art.49, inciso IV. As parcerias não se encerram com os órgãos governamentais, chegam à sociedade civil organizada, empresas privadas e particulares que se mobilizam, no sentido de proporcionarem uma acolhida prazerosa aos idosos. Ressalta-se ainda a parceria com as universidades públicas e privadas do Estado, sendo campo de estágio para universitários. As ONG's Risonho e Sorriso Grisalho (UFC) realizam um trabalho sistemático na Unidade, respectivamente na área de esporte e odontologia. Recentemente, foi assinado um termo de cooperação técnica entre a Associação Braços Abertos e o abrigo.

13. Monitoramento

O monitoramento na Unidade de Acolhimento Abrigo do Idoso constituem-se uma responsabilidade dos assessores da Célula de Atenção à Alta Complexidade, vinculada à Coordenadoria da Proteção Social Especial. São realizadas visitas mensais de acompanhamento a esta Unidade, as quais são registradas em um questionário semiestruturado que posteriormente é transformado em relatório técnico para avaliação do desempenho do projeto, possibilitando aos gestores identificar e tomar medidas corretivas nas áreas técnicas e administrativa, contribuindo para a eficácia, eficiência e efetividade dos serviços. Mensalmente são encaminhadas estatísticas à STDS, com dados referentes às atividades desenvolvidas com os idosos admitidos e desligados, sendo feita análise destes dados pela equipe da Célula.

13.1. Dados Utilizados

A Coleta de Dados dos Serviços de Acolhimento Institucional é realizada através do Núcleo de Informação e Cadastro vinculado à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – ADINS. As informações são encaminhadas mensalmente pela unidade, através do preenchimento dos formulários estatísticos. O referido Núcleo condensa as informações e publiciza pela internet, dando transparência à sociedade dos dados referentes às Unidades de Acolhimento Institucional e atendimentos socioeducativos. Será implantado um sistema de monitoramento em todas as Unidades dos Serviços de Acolhimento Institucionais com dados referentes a cada acolhido e sua família, que modernizará a coleta de dados e disponibilizará informações diversificadas sobre o serviço e seus usuários.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os idosos recebidos no Abrigo do Idoso são cadastrados em um prontuário onde constam informações pessoais e familiares necessárias ao desenvolvimento do trabalho, tais como: nome, idade, escolaridade, se é beneficiário de algum programa social, nome e endereço de familiares, números dos documentos como CPF e RG, etc. A anamnese é alimentada à medida que surgem novas informações e sempre que necessário. Cada setor da Unidade mantém registro acerca das necessidades do acolhido, bem como grau de dependência, medicações e procedimentos médicos necessários. Os prontuários são arquivados na própria Unidade.

14. Pressupostos de Risco

- Número de acolhimento/encaminhamento maior do que a capacidade da unidade;
- Encaminhamentos fora do perfil de acolhimento.

15. Orçamento - 2016

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Material de Consumo			
Elemento de Despesa (339030)	124.820,80	-	124.820,80
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	98.529,16	-	98.529,16
1.3. Contribuições-Transferências			
Repasso para Entidade (335041)	1.726.650,04	-	1.726.650,04
TOTAL	1.950.000,00	-	1.950.000,00

16.Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan R\$	Fev R\$	Mar R\$	Abr R\$	Mai R\$	Jun R\$
Despesas correntes Cod. (339030) Cod. (339039) Cod. (335041)	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00
Total (R\$)	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00

Jul R\$	Ago R\$	Set R\$	Out R\$	Nov R\$	Dez R\$	Total R\$
162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00
162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 3 Grande Fortaleza	Fortaleza	1.950.000,00	-	110
Total			1.950.000,00	-	110

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria da Proteção Social Especial – CPSE / Célula de Atenção à Alta Complexidade - CAAC
Técnico Responsável	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608
Articuladora	Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
E-mail	gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4568

ANEXO I

Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do nº de idosos em situação de violação e ameaça de direitos. - Idosos reintegrados à família. - Idosos com suas funções cognitivas preservadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de idosos em situação de violação e ameaça de direitos acolhidos - Número de Idosos que retornaram à família. - Número de Idosos hígidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estatísticas mensais. - CEMARIS. - Relatórios de acompanhamento. - Avaliação de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Demanda superior à meta atendida.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos acolhidos e protegidos integralmente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Idosos acolhidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estatísticas mensais. - Relatórios de acompanhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não adesão ao acolhimento.
Produtos	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamentos realizados com a rede socioassistencial, de saúde e sistema de justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de acolhidos atendidos pela rede socioassistencial, de saúde e sistema de justiça. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de acompanhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de atendimento na rede Socioassistencial, de saúde e sistema de justiça.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar acompanhamento dos Idosos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de acompanhamentos realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estatísticas mensais. - Relatórios de 	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade na localização de familiares

	<p>- Acompanhar as famílias. - Estabelecer parcerias com a sociedade civil.</p>	<p>- Número de famílias acompanhadas. - Número de parceiros estabelecidos com a sociedade civil.</p>	<p>acompanhamento.</p>	<p>dos acolhidos.</p>
<p>Insurmos</p>	<p>- Recursos Humanos. - Recursos financeiros do FECOP. Abrigo mantido</p>	<p>-Número de profissionais envolvidos com o projeto. -% de execução dos recursos programados. Número de abrigo mantido</p>	<p>-Frequências mensais. - Prestação de contas. Registros do abrigo</p>	<p>-Recursos insuficientes frente a demanda maior que a oferta de vagas.</p>



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS**

PROJETO: Sociedade Justa e Segura

MAPP 262

“STDS”

Fevereiro - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	072 – Proteção Social Especial
Mapp (Nº e Denominação)	262 Projeto Sociedade Justa e Segura
Período de Execução	Março a Dezembro de 2016
Categoria	Projeto Assistencial – Proteção Social Especial

1. Descrição do Projeto

O Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta é uma instituição localizada em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, com atuação também nos municípios de Itaitinga e Limoeiro do Norte. Há 42 anos oferece as condições básicas de sobrevivência e desenvolvimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica e social da periferia de Fortaleza e de vários municípios cearenses. As condições básicas são a proteção social especial de média e alta complexidade, a educação básica (ensino fundamental e médio) e educação para a qualificação profissional do nível básico ao técnico, além da incorporação em seu quadro de funcionários de alguns alunos com reconhecida aprendizagem e amadurecimento, oportunizando a aquisição da primeira experiência de trabalho. Ao longo de quatro décadas sempre buscou inovar na prestação de serviços relevantes aos mais jovens, impactando fortemente não apenas nos setores da economia (educação, metalmecânica, informática, agrozootecnia, música, etc.), mas principalmente, nas regiões de intervenção. Incontáveis são as áreas de atividade produtiva e as localidades nas quais é possível encontrar ex-alunos que iniciaram, desenvolveram-se e se formaram profissionais qualificados no Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta. O diferencial do trabalho realizado pelo Piamarta é a dedicação prioritária aos mais vulneráveis socialmente e economicamente – contingente de maior expressão e com o qual, desde que incluídos ao invés de excluídos, espera-se um desenvolvimento ainda maior da atividade econômica –, e a certeza de que todos tem potencial para desenvolver capacidades e habilidades. É com esse espírito de trabalho e compromisso social que o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta busca estabelecer uma parceria estratégica com o Governo do Estado do Ceará, através do Pacto por um Ceará Pacífico –, a fim de conseguir apoio para impactar positivamente a realidade do município de Fortaleza, através da educação, qualificação profissional e efetivação de Direitos, visando a melhoria dos indicadores sociais. O presente projeto intervirá no município de Fortaleza e Região Metropolitana com elevados índices de pobreza e criminalidade, apresentando ações educativas e sociais como medida de prevenção à violência. A população de Fortaleza vivencia contextos de violência e pobreza interligados e no centro desta problemática estão adolescentes e jovens com precárias condições de desenvolvimento. Ainda que tenham ocorrido avanços sociais e econômicos nas políticas públicas, os níveis de desigualdade permanecem condicionando os indicadores de criminalidade, nos quais os adolescentes se inserem em menor proporção como autores e em grande parte como principais vítimas. Na mídia de massa, a repetição de notícias sensacionalistas sobre crimes cometidos por adolescentes e jovens ofuscam a realidade das

estatísticas que apontam esse grupo social como o mais vulnerável à violência, sendo a letalidade por arma de fogo a principal causa de morte de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos. O fortalecimento de ações do Estado em parceria com instituições sociais e famílias favorece a implementação de medidas preventivas e efetivação de medidas socioeducativas que possam resgatar o potencial de adolescentes como cidadãos reprodutores de uma Cultura de Paz nas comunidades onde vivem. Neste sentido, o Piamarta reafirma o papel fundamental da Educação como transformadora da realidade sobre a qual atua. A proposta apresentada aqui tem como objetivo atender 200 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social e econômica, através do Programa de Tempo Integral, proporcionando acesso à Educação Básica de qualidade, qualificação profissional, atividades artísticas e acompanhamento socioassistencial. O grande diferencial desta proposta é a garantia de 50 vagas destinadas a adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, para os quais serão proporcionadas 10 vagas em acolhimento institucional. A metodologia inclusiva, priorizando o sigilo e atenção necessários a esse público, favorecerá o processo de socialização e desenvolvimento pessoal dos mesmos. Não obstante o apoio fundamental do Governo do Estado, o projeto contará com a ajuda direta da equipe técnica e, além da própria Instituição proponente, com a ajuda de parceiros como a Operazione Lieta ONLUS. Com investimentos de R\$ R\$ 1.244.223,06 e com tempo de um ano de intervenção, espera-se que o projeto possa transformar positivamente a realidade social em que se encontram os adolescentes no município de Fortaleza, ao mesmo tempo em que se fortalece para continuar por muitos anos o trabalho de prevenção e garantia de direitos. É, pois, com um plano e uma certeza que o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta espera, ao lado do Governo do Estado do Ceará busca focar cada momento como oportunidade irrevogável para a construção de uma sociedade melhor.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto terá um impacto importante para efetivação de políticas públicas na área de Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará inserindo-se no eixo Ceará Acolhedor pela diretriz setorial de População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social, contribuindo para os indicadores de adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social. As ações previstas no projeto estão vinculadas ao Programa 072 Proteção Social Especial – Assistência Social, objetivando garantir a oferta de serviços de proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários. Atuará diretamente com prevenção de situações de risco social e inclusão de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (L.A.) e também destinará atividades específicas às famílias e autoridades de segurança pública locais, visando à sensibilização para temáticas pautadas nas ações intersetoriais do Pacto pelo Ceará Pacífico do Governo do Estado do Ceará. O projeto favorecerá a conscientização de agentes sociais para o combate à violência através da promoção da Cultura de Paz e Garantia de Direitos ao invés da privação da liberdade. As ações implementadas possibilitarão efeitos positivos nos numerosos aspectos da vida social dos territórios de intervenção. As atividades de formação para os adolescentes moradores dos bairros com alto índice de criminalidade

contribuirão para a transformação desta realidade ao oferecer alternativas diferentes e saudáveis para suas vidas. Espera-se como resultado a internalização, por parte dos beneficiários, de valores éticos, conscientização de seus direitos e deveres e maior responsabilidade na forma como se socializam nas comunidades em que vivem. A experiência amadurecida pela proponente até hoje, no âmbito da Educação e de intervenções sociais, em especial com os públicos mais vulneráveis do Município de Fortaleza, faz com que toda atividade prevista pelo projeto seja realizada com foco no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e com alternativas sustentáveis de desenvolvimento para os mais desfavorecidos.

3. Diagnóstico

O Art. 227, Capítulo VII da Constituição Federal de 1988, estabelece que toda criança e adolescente possui direitos fundamentais que possibilitam a vida, o convívio em sociedade e o pleno desenvolvimento das capacidades a partir da educação e da profissionalização, e que a educação, disposta no Art. 205, Capítulo III, deve visar também a qualificação para o trabalho. Não obstante toda garantia normatizada pela Constituição aos mais jovens, presente também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sabe-se que o Brasil é marcado por fortes desigualdades sociais entre regiões, estados e cidades, entre as áreas urbana e rural, etc. A região Nordeste possui os piores índices de desenvolvimento humano em comparação com as outras regiões brasileiras, esse dado implica na escassez de condições adequadas para uma vida boa e justa, assim como indica, ao mesmo tempo, que as condições da educação são igualmente desfavoráveis aos adolescentes. No que concerne à situação econômica e considerando os dados do PNAD 2007, 50,2 milhões é a população jovem do Brasil (faixa etária de 15 a 29 anos), 30% dos jovens são pobres e veem de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e 54% vivem em famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Já com relação à educação, os dados do PNAD 2009 revelam que, no Brasil, entre a população com 15 anos ou mais, o índice de analfabetismo é maior na região Nordeste – quase o dobro do nacional –, ainda que de 2007 a 2011 este índice tenha sofrido queda de 19,9% a 19,4%. Segundo dados do Censo 2010, no Estado do Ceará 1.502.924 famílias possuem rendimento mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70,00, o que indica que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de extrema pobreza. Do total de extremamente pobres no Ceará, cerca de 1,5 milhão de pessoas, Fortaleza reúne por volta de 8,9% desse valor, apresentando a maior participação dentre os 184 municípios do Estado. Tais informações confirmam as estimativas de que tanto o jovem em nível de Brasil como, principalmente, aqueles residentes nas regiões mais pobres, encontram-se em difícil situação ainda que seja possível identificar alguns progressos. Fatores como pobreza e baixa escolaridade, bem como as rupturas de vínculos familiares e comunitários colaboram para o agravamento do cenário de violência e criminalidade nas grandes capitais, tendo como público mais vulnerável os adolescentes. Segundo dados do Mapa da violência de 2014, na população não jovem só 2% dos óbitos foram causados por homicídio e entre os jovens os homicídios foram responsáveis por 28,8% das mortes acontecidas no período 1980 a 2012. Ao longo dos diversos mapas que vêm sendo elaborados desde 1998, emerge uma constante: a elevada proporção de mortes entre adolescentes e jovens do sexo masculino nos diversos capítulos da violência letal do país, principalmente quando a causa são os homicídios. As estatísticas do Mapa da Violência de 2012 mostram que pertenciam

ao sexo masculino 91,6% das vítimas de homicídio na população total e, ainda mais entre os jovens, 93,3%. As regiões com os maiores índices de violência foram Nordeste, onde morreram 73,3 jovens a cada 100 mil, e Centro-Oeste, com a média de 65,3. Em relação aos estados, Alagoas, Espírito Santo e Ceará lideram o ranking de mortalidade de pessoas de 16 e 17 anos. Nos casos em que os adolescentes são os autores da violência, surge a problemática da superlotação nas Unidades de Internação e as condições precárias para ressocialização dos internos. Segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública, apenas 1% dos homicídios são cometidos por adolescentes. Embora as infrações leves constituam o maior percentual praticado pelos adolescentes (39%) e infrações graves como homicídios (9%), estupro e latrocínios (4%) ocorram em número bem reduzido, os dados do Mapa do Encarceramento de 2012, apontam que, dos 20.500 adolescentes que praticaram atos infracionais, 13.674 destes foram internados em regime de privação de liberdade. Dessa forma, a resposta aos índices de violência é reduzida à punição ignorando como causas que geram o problema as falhas nos investimentos em educação, moradia, trabalho, dentre outros direitos fundamentais. O cenário supracitado é a realidade na qual o projeto busca intervir, mais precisamente sua área de abrangência será o município de Fortaleza e Região Metropolitana.

4. Justificativa

Para “Minayo e Sousa” a violência é um fenômeno que requer a colaboração interdisciplinar e ação multiprofissional, alerta para os riscos de reducionismo e necessidade de uma ação pública. Aqui, não podemos deixar de considerar o abandono e a negligência como formas de violência contra a criança e adolescentes. Fatores como baixa escolaridade, pobreza e estrutura familiar abalada colaboram para agravar o cenário de violência, tendo como público mais vulnerável as crianças e adolescentes. Segundo o Censo de 2010, crianças e adolescentes representam 22,6% da população total de Fortaleza, desse percentual 11,5% na faixa etária de 6 a 14 anos não sabem ler e nem escrever, 50% vivem com menos de ½ salário mínimo por mês e 19,8%, na extrema pobreza. Embora com os avanços de políticas sociais a pobreza tenha diminuindo, grande parte da população permanece em situação de vulnerabilidade e risco social. Haja vista que o crescimento do índice de criminalidade e violência é diretamente proporcional ao índice de crescimento econômico. É nesse cenário que o projeto busca intervir. Em resumo, a questão social trabalhada é o alto índice de violência associado às condições de pobreza e vulnerabilidades em que se encontram adolescentes e jovens do Estado do Ceará. O projeto visa, então, promover a educação, qualificação profissional e atividades artísticas, esportivas e socioeducativas para efetivação de direitos e construção da Cultura de Paz, colaborando para formar uma sociedade mais justa, responsável e segura. Comprometido com a transformação positiva da realidade social, no Ceará, o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta, há 42 anos, iniciou as suas ações com o objetivo de proporcionar melhores condições de desenvolvimento humano e social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social promovendo atividades preventivas ao agravamento de situações de negligência, violência, e ruptura de vínculos. Para tanto, busca oferecer a estes adolescentes, educação e promoção social, através de ações continuadas em contra-turno escolar, atividades artísticas, esportivas e socioeducativas, atendendo às suas demandas e contribuindo para a formação de cidadãos com valores sólidos, e uma visão de mundo mais solidário e fraterno. Entre

as experiências mais significativas se destaca o Programa de Assistência Social com proteção social básica e de média e alta complexidade, realizado desde o início e com milhares de crianças e adolescentes atendidos. Nosso Marco referencial/teórico está ancorado nos 3(três) pilares da ação infatigável de nosso educador-fundador, Beato Padre João Piamarta (1841-1913), o qual deve orientar-se no cuidado dos jovens, do mundo do trabalho e da família, bem como de uma ação educativa caracterizada pela boa preparação do ponto de vista da profissão e da relação interpessoal positiva a estabelecer com cada jovem, contribuindo assim, para o desenvolvimento de um fazer pedagógico capaz de unir a ação e reflexão, cuja práxis estimule o estudo, a pesquisa e o conhecimento científico propostos pelas Diretrizes do Ensino Nacional Brasileiro. Em se tratando de formação, procuramos proporcionar o desenvolvimento integral ao público atendido, preparando para uma convivência sadia e um satisfatório desempenho na fase de escolarização em que se encontram, por intermédio de atividades que os tornem mais participativos, responsáveis, independentes, socializados, que gostem do que é belo, com senso estético mais desenvolvido, assumindo uma postura ética, crítica e solidária na sociedade, para transformá-la em seus diversos aspectos.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

6. Público Alvo

Os beneficiários diretos do Projeto são 200 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Destes, 100 serão selecionados diretamente pela própria entidade e deverão ter renda familiar per capita de até ½ salário mínimo; dos outros 100 adolescentes, 50 são egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, para os quais serão garantidas 10 vagas para o serviço de acolhimento institucional.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Adolescentes de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal de acordo com a Resolução CNAS 109/2009;

- Cadastro socioeconômico, entrevistas e visitas domiciliares da equipe técnica do Centro Educacional da Juventude Pe. João Piamarta;
- Encaminhamentos do Conselho Tutelar;
- Encaminhamentos do CREAS;
- Encaminhamentos realizados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

Aos 100 adolescentes selecionados diretamente pela entidade, serão cobrados os seguintes documentos:

- I- fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II- fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III- comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV- comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

À inclusão dos outros 100, encaminhados pela STDS, não se aplicam os critérios supracitados, devendo apenas, para tanto, serem egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo ou estarem em cumprimento de Liberdade Assistida.

7. Objetivos (Geral e Específicos)

7.1 Objetivo Geral:

- Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.

7.2 Objetivos Específicos:

- Oferecer educação básica e cursos profissionalizantes, atividades artísticas, esportivas e socioeducativas para 200 adolescentes do Estado do Ceará, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, dentre estes, 50 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, para os quais serão garantidas 10 vagas em serviço de acolhimento;
- Realizar atividades de Mediação de Conflitos, Garantia de Direitos,

Protagonismo Juvenil, Redução de Danos e Promoção da Cultura de Paz para 200 adolescentes do Estado do Ceará em situação de vulnerabilidade, dentre estes, 50 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, estendendo o atendimento aos familiares/responsáveis através de atividades específicas;

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Observação: O projeto será financiado pela primeira vez em 2016.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

As ações propostas pelo Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta seguem uma lógica de intervenção fortemente centrada no autodesenvolvimento e na efetivação de direitos. O compromisso em intervenções de caráter educacional e transformador é fruto de uma avaliação dos interesses da proponente, dos beneficiários e de autoridades da área de Segurança Pública. Para tanto, as atividades serão executadas com foco na prevenção da violência, desenvolvendo as temáticas de Mediação de Conflitos e Cultura de Paz junto às famílias e autoridades da área de segurança pública, reservando-se momentos específicos para troca de ideias com o público alvo sobre os temas abordados.

Abaixo segue quadro demonstrativo das atividades.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES				
Atividade	Forma de execução	Carga Horária	Periodicidade	Responsáveis
Educação Básica e Reforço Escolar:	Acompanhamento diário do rendimento nas atividades do ensino regular.	4h	Diário	Diretora da Escola; Professores; Coordenadora do Sistema de Tempo Integral
Cursos profissionalizantes	Aulas teóricas e práticas do curso em Desenhista Técnico	720h	Semestral	Coordenador de cursos profissionalizantes; Professor de Desenho Técnico
	Aulas teóricas e práticas do curso em Auxiliar de Eletrônica	720h		Coordenador de cursos profissionalizantes; Professor de Auxiliar de Eletrônica
	Aulas teóricas e	720h		Coordenador de cursos

	práticas do curso em Manutenção de Computadores			profissionalizantes; Professor de Manutenção de Computadores
	Aulas teóricas e práticas do curso em Informática Avançada	720h		Coordenador de cursos profissionalizantes; Professor de Informática Avançada
Atividades Artísticas	Atividades de Artesanato, Música, Dança e Teatro realizadas em contra turno escolar, visando o desenvolvimento de habilidade e apreciação de linguagens artísticas, bem como o despertar de potencialidades	8h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Professores de Artesanato, Música, Dança e Teatro
Atividades Esportivas	Atividades de Capoeira, visando o desenvolvimento físico e lazer através da prática esportiva	8h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Professor de Capoeira
Atividades Socioeducativas	Oficinas temáticas com foco na Garantia de Direitos, Redução de Danos,	8h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Palestrante de ONG com expertise específica na área

	Cultura de Paz e Protagonismo Juvenil.			
Mediação de Conflitos	Exposições dialogadas sobre Mediação de Conflitos executadas em grupos, através de debates, dinâmicas e estudos de caso; Atendimentos individuais de acordo com as demandas observadas	4h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Palestrante de ONG com expertise específica na área
Acompanhamento Socioassistencial	Encaminhamentos a serviços públicos de saúde, educação, proteção, dentre outros, de acordo com as demandas observadas	--	Diário	Coordenadora do Setor de Assistência Social
Atividades Específicas com Beneficiários Indiretos	Atividades temáticas sobre Mediação de Conflitos e Cultura de Paz com os responsáveis dos beneficiários diretos do projeto	3h	Mensal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Palestrante de ONG com expertise específica na área
Proporcionar Acolhimento	Proporcionar acolhimento	24h	Diário	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral;

	para 10 adolescentes do público egresso do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida			Coordenadora do Setor de Assistência Social; Educadores sociais
--	--	--	--	---

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

Trata-se de uma ação piloto que poderá ter continuidade em função dos resultados apresentados.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Adolescentes engajados em atividades educativas, profissionalizantes, artísticas, esportivas, e socioeducativas.	200	Listas de frequência; Relatórios de acompanhamento.
Adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida engajados em serviços de educação, saúde e socioassistencial e lazer.	100	Listas de frequência; Quantidade de encaminhamentos; Relatórios de acompanhamento.
Adolescentes atendidos integralmente em regime de acolhimento institucional.	10	Relatórios de acompanhamento.

10. Metas

- Atender em Sistema de Tempo Integral 200 adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, proporcionando atividades educativas, profissionalizantes, artísticas, esportivas e socioeducativas;
- Atender 100 adolescentes — 50 em cumprimento de Medida Socioeducativa na modalidade Liberdade Assistida e 50 egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo — em serviços e atividades ofertadas pela instituição;
- Acolher 10 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto (L.A.).

11. Resultados Esperados

- R.1.1 100% de adolescentes concluindo a formação básica com qualidade;
- R.1.2. 100% de adolescentes capacitados profissionalmente;
- R.1.3. 100% de adolescentes sensibilizados em linguagens artísticas;
- R.1.4. 100% dos adolescentes em boas condições físicas e com relações interpessoais melhoradas por meio da prática esportiva;
- R.2.1. 100% de adolescentes empoderados acerca de seus direitos e deveres;
- R.2.2 100% das famílias envolvidas em atividades específicas, como corresponsáveis na construção de uma Cultura de Paz;

12. Integração de Ações

Com experiência comprovada nacionalmente e internacionalmente por órgãos públicos e privados pela eficácia na qualificação dos serviços oferecidos aos seus beneficiários e consequente atuação dos mesmos em âmbitos locais, regionais e nacionais, o Piamarta há 42 anos desenvolve trabalhos sociais na área de educação e garantia de direitos de crianças e adolescentes. A proponente exercerá a função de controle interno sobre a progressiva realização da intervenção, através dos constantes e periódicos controles sobre o cronograma de realização das atividades propostas. O Coordenador das atividades pedagógicas e socioeducativas deverão fazer relatórios descritivos sobre o estado do progresso das ações previstas. A estratégia de monitoramento do projeto referente ao cronograma operativo, prevê específicas missões de monitoramento e avaliações parciais e no final de 1 ano de projeto, com a finalidade de verificar:

- Engajamento e participação dos beneficiários;
- Conteúdos abordados nas atividades temáticas;
- Frequência e participação dos familiares e/ou responsáveis;
- Sistematização de conteúdos socioeducativos e artísticos produzidos durante as oficinas;
- Diálogo com autoridades locais da área da segurança pública para prevenção e sensibilização acerca das temáticas abordadas no projeto (ECA, Cultura de PAZ, Mediação de Conflitos);
- Quantidade e qualidade de encaminhamentos realizados nos âmbitos sociais e profissionais;

A proponente que em todas as fases do programa se ocupará da execução, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. O papel dos beneficiários envolvidos nas ações do projeto (atores, agentes sociais, grupos de beneficiários e autoridades locais) ficará assim definido:

- **Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta:**
Garantirá o bom funcionamento do projeto e socialização de resultados alcançados;

Manterá as relações formais e substanciais com o Governo (gestão administrativa, relações intermediárias e finais);
Efetuará constante monitoração da ação cuidando para as atividades sejam executadas com qualidade e focadas nos objetivos estabelecidos.

- **Governo de Estado do Ceará:**

Ocupar-se-á da atividade de avaliação através de específicas missões de caráter semestral que consistirão em verificar os resultados das ações;
Inserir as ações do projeto na Agenda do Pacto pelo Ceará Pacífico.

- **Grupos de beneficiários diretos:**

Participação ativa e constante nas atividades do projeto para favorecer o processo de formação, socialização e fortalecimento de vínculos com a escola, familiares.

- **Autoridades locais:**

As autoridades de segurança pública serão convidadas a participar de oficinas específicas com foco na prevenção da violência, que permitirão a interação e diálogo entre os agentes de segurança pública e os beneficiários do projeto possibilitando a promoção de uma Cultura de Paz.

- **Famílias / Responsáveis:**

As famílias participarão de atividades temáticas e serão estimuladas ao acompanhamento direto das ações implementadas junto ao público alvo.

- **Parcerias com Entidades Locais:**

Diálogo com Pastoral do Menor e outras entidades locais, para colaboração em atividades temáticas, em especial Mediação de Conflitos.

É importante ressaltar a participação de todos os atores acima citados também nas fases de estudo de viabilidade e planejamento do presente projeto.

13. Monitoramento

O monitoramento do Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta constitui-se uma responsabilidade dos assessores da Célula de Atenção à Alta Complexidade, vinculada à Coordenadoria da Proteção Social Especial, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS. Serão realizadas visitas mensais de acompanhamento à entidade, as quais serão registradas em um questionário semi estruturado que posteriormente será transformado em relatório técnico para avaliação do desempenho do projeto, possibilitando aos gestores identificar e tomar medidas corretivas nas áreas técnica e administrativa, contribuindo para a eficácia, eficiência e efetividade do serviço. Mensalmente, serão encaminhados à STDS dados estatísticos referentes às atividades desenvolvidas e o número de adolescentes admitidas e desligadas, sendo feita a análise destes dados pela equipe da Célula.

13.1 Dados Utilizados

Serão utilizados no monitoramento:

- Ficha de Cadastro;
- Relatórios Individuais;
- Estudos de Caso;
- Planos de Aula;
- Listas de Frequência;
- Monitoramento de Atividades;
- Relatório de avaliação anual;
- Relatório de visita domiciliar;
- Registro de entrevistas e rodas de conversa;
- Exame médico e biométrico;
- Avaliações escolares;
- Registros Fotográficos;
- Banco de Dados de monitoramento dos beneficiários;
- Instrumental de avaliação e acompanhamento dos beneficiários.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

É obrigação da Entidade executora do projeto registrar as informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF) e nos aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender. Estas informações deverão ser armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica (um beneficiário por linha) que permita a consulta para efeito de avaliação. Os beneficiários deverão ser registrados à medida que forem sendo incluídos no projeto de forma que as informações estejam disponíveis quando solicitadas. Os documentos comprobatórios do estado de pobreza (ver item 6.2) também devem ser guardados junto às fichas dos beneficiários para eventuais consultas por parte da Gerência Executiva do FECOP e de órgãos de controle.

14. Pressupostos de Risco

- Mudanças das Políticas Públicas;
- Baixo desempenho;
- Agravamento da crise econômica;
- Falta de interesse;
- Pouco envolvimento;
- Dificuldades de adaptação;
- Negligência.
- Morosidade no fluxo de comunicação com o Poder Judiciário.
- Atraso na liberação de recursos conforme cronograma de desembolso;

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Vencimentos e Vantagens Pessoal / Encargos			
Elemento de Despesa (339030)	504.355,60		504.355,60
1.2 Material de Consumo			
Elemento de Despesa (339030)	337.492,46		337.492,46
1.3 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	198.375,00		198.375,00
1.4 Serviços de Terceiro Pessoa Física			
Elemento de Despesa (339036)	142.000,00		142.000,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES	1.182.223,06		1.182.223,06
2. DESPESAS DE CAPITAL1			
2.1 Equipamento e Material Permanente			
Elemento de Despesa (449032)	62.000,00		62.000,00
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	62.000,00		62.000,00
TOTAL GERAL	1.244.223,06		1.244.223,06

1

Os equipamentos e material permanente serão adquiridos diretamente pela STDS e repassados ao Centro Educacional da Juventude Pe. João Piamarta mediante Termo de Doação.

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan (R\$)	Fev (R\$)	Mar (R\$)	Abr (R\$)	Mai (R\$)	Jun (R\$)	Jul (R\$)	Ago (R\$)	Set (R\$)	Out (R\$)	Nov (R\$)	Dez (R\$)	Total (R\$)
Despesas Correntes			R\$ 394.074,36			R\$ 394.074,35			R\$ 394.074,35				R\$ 1.182.223,06
Despesas de Capital						R\$ 62.000,00							R\$ 62.000,00
Total (R\$)													R\$ 1.244.223,06

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 3 – Grande Fortaleza	Fortaleza	R\$ 1.244.223,06	-	200
Total			R\$ 1.244.223,06		200

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Mariana Maia P. de Abreu Meneses
Técnico	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608

ANEXO I
MARCO LÓGICO DO PROJETO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Contribuir para a proteção e mudanças positivas na socialização e qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	<p>Percentual de adolescentes que apresentam mudanças positivas na socialização</p> <p>Percentual de adolescentes com permanência na escola</p> <p>Percentual de adolescentes participando de atividades com abordagens de temas e valores relativos à Cultura de Paz</p>	<p>a - Instrumentais de monitoramento de atividades e acompanhamento do público atendido</p> <p>b - Banco de Dados da instituição com informações sobre o público atendido</p>	—
Resultados	Permanência dos adolescentes na escola.	<p>a - Percentual de adolescentes frequentando a escola regularmente</p> <p>b - Percentual de adolescentes com notas escolares igual ou acima da média escolar</p>	<p>a - Listas de Frequência</p> <p>b - Resultados de avaliações escolares e comparação dos mesmos com os resultados anteriores ao projeto</p>	Baixo desempenho
	Engajamento de adolescentes em cursos profissionalizantes.	<p>a - Percentual de adolescentes frequentando regularmente os cursos oferecidos</p> <p>b - Percentual de adolescentes concluindo os cursos oferecidos</p> <p>c - Percentual de</p>	<p>a - Lista de frequência</p> <p>b - Certificados emitidos</p> <p>c - Número de contratos efetivados</p>	Agravamento da crise econômica

		adolescentes encaminhados para o trabalho (condição de aprendiz, conforme o ECA)			
	Engajamento de adolescentes em atividades artísticas.	a - Percentual de adolescentes frequentando atividades artísticas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 - Relatórios de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades esportivas.	a - Percentual de adolescentes frequentando atividades esportivas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades temáticas sobre Direitos e Responsabilidade, Cultura de Paz e Mediação de Conflitos.	a - Percentual de adolescentes frequentando oficinas/atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Envolvimento das famílias em atividades específicas, como responsáveis na construção de uma Cultura de Paz.	a - Percentual de pais e/ou responsáveis pelos adolescentes atendidos frequentando rodas de conversas e atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse	
	Acolhida de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.	a - Percentual de adolescentes acolhidos	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação	
	Oferta de Ensino regular na Educação Básica, Cursos Profissionalizantes, Oficinas de Arte, Atividades Esportivas, Atividades Temáticas/Socioeducativas	a - Quantidade de adolescentes cadastrados	a - Listas de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
Produtos	Encaminhamentos para serviços de educação, saúde e socioassistencial.	a - Quantidade de encaminhamentos realizados	a - Relatórios técnicos de atividades.	Falta de interesse	
	Oferta de residência para 10 adolescentes.	a - Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Fichas de cadastro de adolescentes	Dificuldade de adaptação	

Atividades	Oferecer Educação Básica do Ensino Fundamental e Reforço Escolar em contra turno.	Quantidade de aulas/ carga horária - Calendário Escolar	a - Listas de frequência	Baixo desempenho
	Realizar 06 Cursos Profissionalizantes nas áreas de: Desenhista Técnico; Auxiliar de Eletrônica; Manutenção e Computadores; Informática Avançada.	Quantidade de cursos realizados	a - Listas de frequência b - Certificados emitidos c- Número de contratos de trabalho efetivados	Agravamento da crise econômica
	Realizar semanalmente 04 Atividades Artísticas: Artesanato; Música; Dança; Teatro.	Quantidade de oficinas realizadas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 -Relatório de desempenho	Falta de interesse
	Realizar semanalmente atividades esportivas de Capoeira.	Quantidades de oficinas realizadas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse
	Realizar mensalmente 04 oficinas temáticas sobre Cultura de Paz, Garantia de Direitos, Redução de Danos e Protagonismo Juvenil. Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos executada em grupos, através de debates, dinâmicas e estudos de casos, bem como prestar atendimento individual de acordo com a demanda observada.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento
	Realizar acompanhamento socioassistencial.	Quantidade de encaminhamentos realizados.	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse
	Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos, Cultura de Paz e Garantia de Direitos com familiares e/ou responsáveis.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Morosidade no fluxo de comunicação/atendimento com a Rede Pública de Garantia de Direitos
			a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse

	Proporcionar acolhimento institucional para 10 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida.	Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação
Insumos	<p>Recursos FECOP</p> <p>Instalações Físicas</p> <p>Equipe Técnica</p>	<p>Soma de recursos repassados</p> <p>Quantidade de salas e equipamentos da estrutura física para realização das atividades</p> <p>Quantidade de profissionais envolvidos o Projeto</p>	<p>Prestação de Contas.</p> <p>Registros fotográficos da estrutura física e atividades realizadas.</p> <p>Comprovantes de contratos e prestação de contas.</p>	<p>Recursos insuficientes frente a demanda maior que a oferta de vaga</p>

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan (R\$)	Fev (R\$)	Mar (R\$)	Abr (R\$)	Mai (R\$)	Jun (R\$)	Jul (R\$)	Ago (R\$)	Set (R\$)	Out (R\$)	Nov (R\$)	Dez (R\$)	Total (R\$)
Despesas Correntes			R\$ 394.074,36			R\$ 394.074,35			R\$ 394.074,35				R\$ 1.182.223,06
Despesas de Capital						R\$ 62.000,00							R\$ 62.000,00
Total (R\$)													R\$ 1.244.223,06

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 3 – Grande Fortaleza	Fortaleza	R\$ 1.244.223,06	-	200
Total			R\$ 1.244.223,06		200

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Mariana Maia P. de Abreu Meneses
Técnico	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608

ANEXO I
MARCO LÓGICO DO PROJETO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Contribuir para a proteção e mudanças positivas na socialização e qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	<p>Percentual de adolescentes que apresentam mudanças positivas na socialização</p> <p>Percentual de adolescentes com permanência na escola</p> <p>Percentual de adolescentes participando de atividades com abordagens de temas e valores relativos à Cultura de Paz</p>	<p>a - Instrumentais de monitoramento de atividades e acompanhamento do público atendido</p> <p>b - Banco de Dados da instituição com informações sobre o público atendido</p>	—
Resultados	Permanência dos adolescentes na escola.	<p>a - Percentual de adolescentes frequentando a escola regularmente</p> <p>b - Percentual de adolescentes com notas escolares igual ou acima da média escolar</p>	<p>a - Listas de Frequência</p> <p>b - Resultados de avaliações escolares e comparação dos mesmos com os resultados anteriores ao projeto</p>	Baixo desempenho
	Engajamento de adolescentes em cursos profissionalizantes.	<p>a - Percentual de adolescentes frequentando regularmente os cursos oferecidos</p> <p>b - Percentual de adolescentes concluindo os cursos oferecidos</p> <p>c - Percentual de</p>	<p>a - Lista de frequência</p> <p>b - Certificados emitidos</p> <p>c - Número de contratos efetivados</p>	Agravamento da crise econômica

		adolescentes encaminhados para o trabalho (condição de aprendiz, conforme o ECA)			
	Engajamento de adolescentes em atividades artísticas.	a - Percentual de adolescentes frequentando atividades artísticas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 - Relatórios de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades esportivas.	a - Percentual de adolescentes frequentando atividades esportivas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades temáticas sobre Direitos e Responsabilidade, Cultura de Paz e Mediação de Conflitos.	a - Percentual de adolescentes frequentando oficinas/atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Envolvimento das famílias em atividades específicas, como responsáveis na construção de uma Cultura de Paz.	a - Percentual de pais e/ou responsáveis pelos adolescentes atendidos frequentando rodas de conversas e atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse	
	Acolhida de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.	a - Percentual de adolescentes acolhidos	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação	
Produtos	Oferta de Ensino regular na Educação Básica, Cursos Profissionalizantes, Oficinas de Arte, Atividades Esportivas, Atividades Temáticas/Socioeducativas	a - Quantidade de adolescentes cadastrados	a - Listas de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Encaminhamentos para serviços de educação, saúde e socioassistencial.	a - Quantidade de encaminhamentos realizados	a - Relatórios técnicos de atividades.	Falta de interesse	
	Oferta de residência para 10 adolescentes.	a - Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Fichas de cadastro de adolescentes	Dificuldade de adaptação	

	Oferecer Educação Básica do Ensino Fundamental e Reforço Escolar em contra turno.	Quantidade de aulas/ carga horária - Calendário Escolar	a - Listas de frequência	Baixo desempenho
	Realizar 06 Cursos Profissionalizantes nas áreas de: Desenhista Técnico; Auxiliar de Eletrônica; Manutenção e Computadores; Informática Avançada.	Quantidade de cursos realizados	a - Listas de frequência b - Certificados emitidos c- Número de contratos de trabalho efetivados	Agravamento da crise econômica
	Realizar semanalmente 04 Atividades Artísticas: Artesanato; Música; Dança; Teatro.	Quantidade de oficinas realizadas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 -Relatório de desempenho	Falta de interesse
	Realizar semanalmente atividades esportivas de Capoeira.	Quantidades de oficinas realizadas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse
Atividades	Realizar mensalmente 04 oficinas temáticas sobre Cultura de Paz, Garantia de Direitos, Redução de Danos e Protagonismo Juvenil. Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos executada em grupos, através de debates, dinâmicas e estudos de casos, bem como prestar atendimento individual de acordo com a demanda observada.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento
	Realizar acompanhamento socioassistencial.	Quantidade de encaminhamentos realizados.	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse
	Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos, Cultura de Paz e Garantia de Direitos com familiares e/ou responsáveis.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Morosidade no fluxo de comunicação/atendimento com a Rede Pública de Garantia de Direitos
			a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse

	Proporcionar acolhimento institucional para 10 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida.	Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação
Insumos	<p>Recursos FECOP</p> <p>Instalações Físicas</p> <p>Equipe Técnica</p>	<p>Soma de recursos repassados</p> <p>Quantidade de salas e equipamentos da estrutura física para realização das atividades</p> <p>Quantidade de profissionais envolvidos o Projeto</p>	<p>Prestação de Contas.</p> <p>Registros fotográficos da estrutura física e atividades realizadas.</p> <p>Comprovantes de contratos e prestação de contas.</p>	<p>Recursos insuficientes frente a demanda maior que a oferta de vaga</p>



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Projeto: Primeiro Passo – Estagiários TRE

MAPP 307

"STDS"

Janeiro de 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Programa (PPA)	078 – Inclusão e desenvolvimento do trabalhador
MAPP (Nº e Denominação)	307 – PRIMEIRO PASSO – ESTAGIÁRIOS DO TRE
Período de Execução (em 2016)	Janeiro a Maio
Categoria	Assistencial (Inclusão Produtiva Urbana)

1. Descrição do Projeto

A Política do Trabalho, Emprego e Renda tem por público-alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. O Projeto Primeiro Passo foi desenvolvido para atender jovens, com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino fundamental ou médio, bem como os egressos, todos de ensino público e com renda familiar *per capita*, mensal, inferior a meio (½) salário-mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, oportunizando estágios e cursos profissionalizantes. O projeto está dividido em três linhas de ação: Jovem Estagiário (01 ano) – Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 29.704/2009, encaminha jovens de 16 a 21 anos para a realização de estágio em empresas privadas e órgãos públicos. A remuneração dos jovens é de responsabilidade do demandante. O jovem recebe fardamento e participa de palestras de Orientação para o mundo do trabalho” em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. Estágio Remunerado (6 meses) – Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 29.704/2009, encaminha jovens de 16 a 21 anos para a realização de estágio em empresas privadas, órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos. A remuneração dos jovens é de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. O jovem recebe fardamento e participa de palestras de “Orientação para o mundo do trabalho” em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. Jovem Bolsista – Capacita jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, através de cursos de qualificação social e profissional, concedendo bolsa aprendizagem. Em 2015, com o objetivo de ampliar o acesso dos jovens com maior risco e vulnerabilidade social, foi criada uma Linha de Ação Especial para o atendimento à jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: Transformando Vidas – Capacita jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nos centros educacionais da STDS, jovens em privação de liberdade no Sistema Penitenciário da SEJUS e adolescentes participantes de ações em Comunidades Terapêuticas, através de cursos de qualificação social e profissional.

2 . Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto atende às diretrizes da atual gestão, no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial, jovens com maior vulnerabilidade social, em nosso Estado, inserindo-os no mercado de trabalho, por meio

da qualificação social e profissional e ao alcance do Resultado Estratégico “Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses. As atividades propostas no projeto, estão devidamente contempladas no PPA 2016-2019, fazendo parte do Eixo “Ceará de Oportunidades”; Tema Estratégico “Trabalho e Renda”; do Resultado Temático/Indicador de Resultado “População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas” associado ao indicador “Taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego”; Programa 078: Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; Objetivo: 078.1 – Viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e inserção produtiva, bem como a Iniciativa 078.1.03 – Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis. Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

3. Diagnóstico

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03 - PEC da juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos). Posteriormente foi aprovada a Lei nº12.852 de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Conforme os dados do censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui elevada proporção de sua população com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$70,00, sendo esta a linha de extrema pobreza ou miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2011. De acordo com estes dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassam esse valor. Isso significa que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS. Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo Estado da federação com maior percentual de pessoas nesta condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita*, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do País com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%). Com base no trabalho técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2010, que classifica e hierarquiza todos os municípios do Estado do Ceará, segundo o índice composto dos indicadores: Taxa de Vulnerabilidade, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Receita Corrente Líquida *per capita*, apenas 13,5%

dos 184 municípios apresentaram índice abaixo de 2,5, significando que 52% da população do Estado residem nos municípios com índice acima de 2,5, em uma escala que varia de 0 (zero) a 5 (cinco), no sentido de que quanto maior for o valor do índice, maior a vulnerabilidade no município. Quando analisada a situação da população jovem no Ceará, as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009/2010, sinaliza que a população jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos no Ceará representa 19,3% da população cearense. Na conjuntura atual de baixos níveis de atividade econômica e aprofundamento das desigualdades, que resultam na existência de imensas zonas de exclusão, não é tarefa fácil realizar o processo de inserção social desse segmento, que historicamente ficou esquecido na hora de se planejar o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento macroeconômico do nosso Estado. Ainda segundo os dados da PNAD (2009/2010), referentes ao universo da população jovem no Estado do Ceará, 49,96% ocupam alguma atividade vinculada ao setor produtivo geradora de renda. Se considerarmos as condições de trabalho comprovamos a presença de um status de precariedade neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais, uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Quanto à informalidade, denotada pela não contribuição com a previdência social, chega ao nível de 64% do total. Estes dados evidenciam que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que estes não contam com a experiência prévia requerida por empregadores e em grande medida, se lançam ao mercado com baixa escolaridade e sem qualificação profissional adequada. O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre aqueles que têm entre 16 e 17 anos e entre as mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a questão da raça e etnia, a pesquisa “os negros no Trabalho” realizada pelo Dieese, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, através do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantou dados sobre a presença de negros no mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade entre negros e não-negros. O relatório do Dieese aponta que há menor acesso da população negra à educação. É preciso assinalar, ainda, a diminuição do emprego assalariado ocupado por jovens. Na maioria das vezes, em que escutamos falar em diminuição do desemprego juvenil, é porque houve aumento das ocupações não assalariadas, em geral, precárias e com baixa proteção trabalhista e previdenciária. Se, por um lado, não há diferença significativa na taxa de participação entre jovens e a população acima de 25 anos, por outro, a taxa de desemprego entre jovens chega a ser quase três vezes superior quando comparada à população com mais de 25 anos. Podemos constatar ainda, que são os jovens mais pobres e menos escolarizados que mais encontram dificuldades para a conquista do primeiro emprego. O jovem acaba refletindo no mercado de trabalho, todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites impostos pela questão social e suas múltiplas refrações. Tratando do universo do que podemos

chamar de trabalho legalmente aceitável, o jovem que busca o primeiro emprego, sem experiência e sem qualificação adequada é jogado no mercado informal de trabalho (sem carteira assinada) ou em trabalhos com baixos salários. Esse problema se agrava de acordo com o grau de pobreza. Assim, quanto mais pobre, mais difícil será o ingresso no mercado de trabalho.

4. Justificativa

De acordo com a CF/1988, art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social, a assistência aos desamparados”. Assim, garantido pela CF/1988, investimento público em educação e qualificação profissional não é importante somente para a vida dos jovens, que é transformada a partir de uma formação crítica e humana, mas, também, para os conhecimentos e experimentações adquiridos dentro e fora da escola. A formação profissional também é uma área estratégica para definir os rumos de todo o País nas próximas décadas. O crescimento econômico e a democratização do consumo demandam a ampliação das ofertas de trabalho e emprego, nos mais diversos segmentos produtivos, colocando a necessidade de criação de mão de obra qualificada e formada em todos os campos do conhecimento. O problema básico é o combate às causas da exclusão dos jovens do mercado de trabalho, com a criação de mecanismos que permitam o acesso dos mesmos, por meio de qualificação social e profissional, ao mercado de trabalho formal. Da mesma forma, promover e fortalecer os jovens que ainda não apresentam condições de acesso ao mercado de trabalho com formação profissional e concessão de bolsas aprendizagem, visando assim o fortalecimento do vínculo familiar e de seu crescimento por meio da melhoria de sua competitividade, de forma a torná-los aptos a responder às exigências que o mercado apresenta. O Projeto Primeiro Passo em suas linhas de ação Estágio Remunerado, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista, apresenta uma frente de oportunidades aos jovens atendidos com o projeto, que não se restringe apenas a investimento em cursos de qualificação e profissionalização, destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social, mas, também, a oportunidade de inserção destes jovens em vários campos de trabalho da sociedade (educação, saúde, comércio, indústria, administração pública em geral etc.) com uso exclusivo de mão de obra jovem, oportunizando assim a experiência profissional necessária para o início de suas vidas profissionais. Através da integração das diversas políticas públicas direcionadas para os jovens (saúde, educação, trabalho, cultura etc.), com o desenvolvimento das atividades de qualificação profissional nas linhas de ação do Projeto Primeiro Passo, crescem as possibilidades de inclusão digital, de conquistas de emprego, de melhoria das condições de trabalho, nos ganhos salariais e na qualidade de vida dos adolescentes/jovens e conseqüentemente de sua família. Assim, o Estado do Ceará também ganha com isso, pois terá adolescentes/jovens cada vez mais inseridos na sociedade e na geração de emprego e renda. As ações do projeto serão implementadas de forma integrada, considerando os aspectos da educação cidadã, protagonismo juvenil e da qualificação social e profissional, aliados às políticas públicas integradas e às iniciativas preparatórias de encaminhamento e acesso ao mundo do trabalho, de modo que se possa otimizar os recursos disponíveis, com vistas a romper o ciclo da pobreza entre os mais jovens.

5. Histórico

O Projeto Primeiro Passo é uma ação de qualificação social e profissional de jovens que ao longo do tempo tem se adequado no sentido de melhor oportunizar a geração de emprego e renda como instrumento de autonomia e superação da pobreza em nosso Estado. Até o ano de 2007 o Projeto Primeiro Passo denominava-se Programa de Capacitação Social – PROCAPS. A partir de 2007, o projeto ganhou novas dimensões, ampliação de suas metas e passou a ter a denominação de Projeto Primeiro Passo. Atualmente, apresenta-se como um dos mais importantes componentes de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho desenvolvido no âmbito da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	R\$1.260.330,75	0,00	R\$ 430.015,00 (*)	592

(*) A execução do projeto, em 2015, foi prejudicada devido a greve de servidores do TRE, afetando a meta e o recurso previsto.

É importante destacar que a meta de jovens a serem atendidos por município foi repactuada junto ao TRE, devido a meta geral do órgão de cadastrar 50% do eleitorado ter sofrido reajuste, passando a ser apenas 30%. Assim, os municípios passaram a ter uma demanda menor de estagiários para cadastrar os eleitores.

6. Público – Alvo

Beneficiar Jovens na faixa etária de 16 a 21 anos, em situação de vulnerabilidade social, estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino, conforme decreto estadual Nº 29.704 de 08 de abril de 2009.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Os beneficiados pelo projeto são estudantes do ensino médio de escolas públicas, pertencentes às famílias com renda *per capita* mensal inferior a (½) salário mínimo e que não estejam engajados em nenhum programa social similar.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Dentre os documentos elencados pela Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, para comprovação da situação de pobreza, o projeto solicita um dos seguintes documentos, quando da seleção dos beneficiários: fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; declaração escolar; fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; comprovante de renda familiar, com *per capita*, mensal, inferior a (½) salário mínimo.

7. Objetivos

Geral

Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.

Específicos

- Apoiar jovens com acompanhamento profissional e inserção no mercado de trabalho.
- Gerar renda aos beneficiários

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

Atividades a serem realizadas no ano de 2016
a) Divulgação do projeto para os postos de atendimento do TRE;
b) Cadastrar os postos de atendimento do TRE;
c) Divulgação do projeto para os jovens;
d) Iniciar etapa de inscrição e seleção dos jovens;
e) Encaminhamento dos beneficiários;
f) Remuneração do estágio;
g) Acompanhamento e avaliação do estágio.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

O projeto voltado para o encaminhamento de jovens para estagiar nos postos do TRE foi celebrado no ano de 2015 com objetivo de atender a meta de cadastro biométrico dos eleitores do Estado do Ceará. Em 2016 o projeto terá continuidade até maio, prazo máximo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Divulgação do projeto para os postos de atendimento do TRE;

A divulgação é feita através dos meios de comunicação de grande circulação como televisão, rádio, jornal e internet.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

b) Cadastrar os postos de atendimento do TRE;

A equipe técnica da STDS visita os postos de atendimento e avalia o ambiente das atividades de estágio. Preenchimento da ficha de cadastro e elaboração do Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

c) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das escolas públicas em parceria com a Secretaria da Educação Básica (SEDUC) e das Secretarias de Desenvolvimento Social dos municípios.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

d) Iniciar etapa de inscrição e seleção de educandos;

A inscrição dos jovens ocorrerá através de cadastro junto a STDS, sendo obedecidos aos critérios de atendimento dos jovens selecionados no projeto.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

e) Encaminhamento dos beneficiários

O jovem é encaminhado ao TRE após assinatura do Termo de Compromisso do Estágio e entrega do fardamento.,

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

f) Remuneração do Estágio

A remuneração do estagiário dar-se-á por meio de repasse direto da empresa ou órgão conveniado, aos jovens atendidos nesta linha de ação, através de crédito bancário, mediante comprovação de frequência dos jovens. O valor do repasse equivale a R\$387,75/mês, por um período de até 06 meses (o período de estágio com o TRE é de acordo com a demanda).

Responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

g) Acompanhamento e Avaliação

A equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos. A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos, cujos dados farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR e do Projeto Primeiro Passo.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Jovens inseridos em atividades de estágio	1.436	Termo de Compromisso de Estágio – TCE

10. Metas

- Inserir 1.436 jovens em estágios no TRE no período de Janeiro a Maio de 2016

11. Resultados Esperados

- Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.
- Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho.

12. Integração das Ações

No âmbito da STDS

Internamente, a intersetorialidade se dá entre a Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda, gestor do projeto, e a Coordenadoria do Empreendedorismo para apoio a empreendimentos individuais e coletivos dos beneficiários do programa; a Coordenadoria de Proteção Especial Básica para inclusão de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No âmbito estadual

A intersetorialidade se dá, com a Secretaria de Educação Básica – SEDUC, a qual seleciona e encaminha jovens da rede pública de ensino e com o Tribunal Regional Eleitoral-TRE que recebe o jovem, após selecionado, para o estágio de aprendizagem nas suas unidades de atendimento.

13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Acompanhamento às Ações de Capacitação, desenvolve o monitoramento contínuo das ações de qualificação desenvolvidas, buscando a eficiência e eficácia de suas ações. Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- o perfil socioeconômico do público atendido;
- o nível de aproveitamento dos cursos realizados e
- a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

Recorrendo a Haguette (1999, apud Lazarsfeld, 1969) torna-se importante utilizar uma abordagem qualitativa em nossa pesquisa, visto que o referido modelo pode ser aplicado em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta. A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com maior profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

- Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas, ocorrerá por meio de visitas técnicas, mensais, constituídas por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários e responsáveis pelos estagiários, onde são considerados: a atuação do estagiário, o cumprimento das cláusulas previstas no Termo de Compromisso de Estágio (carga-horária, funções etc), as condições do ambiente de trabalho. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- **Sistematização da base de dados**

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto, subsídios que permitam a análise qualitativa e quantitativa da execução do projeto. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- **Desenvolvimento de indicadores e metas**

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- **Análise do alcance das metas**

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- **Elaboração de ferramentas informacionais**

Para o gerenciamento de todas as atividades de acompanhamento aos estágios será utilizado o Sistema gerencial disponibilizado pela STDS. O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará a equipe técnica do Projeto no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional (CESP), como também aos demais gestores, informações sobre o andamento da execução. Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2016. Responsável: Equipe Técnica do Projeto

13.1 Dados Utilizados

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva, preenchido pelo técnico, na primeira visita serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o estágio não está transcorrendo dentro dos padrões necessários, recomenda-se intervenções nestas situações.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) dispõe de um Sistema Gerencial para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre

outros aspectos inerentes ao que o projeto propõem-se a atender. Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

14. Pressupostos de Risco

- Atraso na elaboração do Termo de Compromisso de Estágio provocando desgaste junto ao órgão parceiro;
- Atraso no pagamento da bolsa-estágio dos jovens, ocasionado pela burocracia na abertura de contas bancárias.

15 . Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Benefícios Assistenciais (Repasse aos Educandos) – Elemento de Despesa (33.90.36)	1.811.607,50	0,00	1.811.607,50
TOTAL	1.811.607,50	0,00	1.811.607,50

16. Cronograma de Desembolso – Fonte FECOP

Item de Despesa	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	TOTAL
33.90.36 - Benefícios Assistenciais (Repasso aos Educandos)	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	47.345,00	1.811.607,50
Total	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	47.345,00	1.811.607,50

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Fecop (R\$)	Beneficiários
1	1 - Cariri	Altaneira	6.204,00	8
2		Barbalha	46.142,25	33
3		Brejo Santo	49.244,25	35
4		Caririaçu	41.877,00	28
5		Granjeiro	6.204,00	8
6		Jardim	41.877,00	28
7		Jati	16.673,25	11
8		Missão Velha	50.407,50	36
9		Nova Olinda	38.387,25	25
10		Penaforte	9.306,00	12
11		Santana do Cariri	18.612,00	24
12		Várzea Alegre	45.366,75	31
	TOTAL - 1		370.301,25	279
13	2 – Centro Sul	Jucás	35.673,00	24

	TOTAL - 2		35.673,00	24
14		Cascavel	51.958,50	38
		Chorozinho	21.714,00	28
15		Fortaleza*	3.149,94	
16		Guaiuba	24.816,00	32
17		Horizonte	53.897,25	41
18		Itaitinga	54.285,00	38
19	3 – Grande Fortaleza	Maranguape	37.224,00	32
20		Pacajus	41.489,25	27
21		Pacatuba	39.162,75	25
		Paraipaba	42.634,56	32
22		São Gonçalo do Amarante	46.142,25	31
	TOTAL - 3		416.473,50	324
23	4 – Litoral Leste	Aracati	38.387,25	33
	TOTAL - 4		38.387,25	33
25		Acaraú	39.162,75	25
26		Bela Cruz	36.836,25	23
27	5 – Litoral Norte	Cruz	24.816,00	32
28		Itarema	8.520,25	4
29		Jijoca de Jericoacoara	15.510,00	20
	TOTAL - 5		124.845,25	104
30		Amontada	51.570,75	35
31		Itapajé	51.183,00	38
32	6 - Litoral Oeste / Vale do Curu	Itapipoca	18.612,00	16
33		Miraíma	15.510,00	20
35		Tururu	15.510,00	20
36		Uruburetama	44.979,00	32
	TOTAL - 6		197.364,75	161
37		Aracoiaba	40.326,00	26
38	7 – Maciço do Baturité	Aratuba	12.408,00	16
39		Baturité	45.754,50	36

40									
41				Capistrano		23.265,00			14
42				Guaramiranga		6.204,00			8
43				Ocara		45.366,75			35
44				Pacoti		25.979,25			17
45				TOTAL - 7		199.303,50			152
46		8 – Serra da		Tianguá		44.591,25			31
47		Ibiapaba		Viçosa do Ceará		45.366,75			33
48				TOTAL - 8		89.958,00			64
49		9 – Sertão Central		Banabuiú		27.918,00			16
50				Quixadá		43.040,25			37
51				TOTAL - 9		70.958,25			53
52		10 – Sertão de		Canindé		36.836,25			23
53		Canindé		Caridade		3.121,75			3
54				Itatira		21.714,00			28
55				Paramoti		12.408,00			16
56				TOTAL - 10		74.080,00			70
57		11 – Sertão de		Cariré		22.489,50			12
58		Sobral		TOTAL - 11		22.489,50			12
59		12 – Sertão de		Catunda		6.204,00			16
60		Crateús		Hidrolândia		10.857,00			28
61				Santa Quitéria		54.285,00			42
62				TOTAL - 12		71.346,00			86
63		14 – Vale do		Morada Nova		55.060,50			42
64		Jaguaribe		Russas		45.366,75			33
65				TOTAL - 14		100.427,25			75
66				TOTAL GERAL (1- 14)		1.811.607,50			1.436

Nota 1: O município de Fortaleza não possui beneficiários mas possui recurso pois se refere ao elemento de despesa: Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Seguro de vida), o seguro de vida é realizado pelo Projeto Primeiro Passo, através de contratos firmados entre a STDS e empresas contratadas para tal.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
Técnico Responsável	Robertha Arrais
E-mail	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
Fone	3101.1559/99612.5512

ANEXO 1
Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da inserção e permanência dos jovens egressos, no mercado de trabalho	% dos egressos dos estágios colocados no mercado de trabalho.	Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão do Estágio	
Resultados	Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.	Número de jovens com registro de conclusão de estágio.	Relatório final do projeto Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	
Produtos	Estágio nos Postos de Atendimento do TRE	Número de jovens inseridos no mercado de trabalho	Termos de Compromisso de Estágio (TCE) Relatório de pagamento Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	Atraso no pagamento dA bolsa estágio dos jovens ocasionado pela burocracia para abertura de contas bancárias.
Atividades	Encaminhamento dos jovens	Número de jovens	Termos de Compromisso de	Não captação do número de vagas

	selecionados às Unidades de Atendimento do TRE contempladas com o Projeto; Concessão de Bolsa Estágio Seleção de Jovens para Estágio	encaminhados ao Estágio Número de Jovens recebendo Bolsa Estágio Número de Jovens selecionados	Estágio (TCE)	necessárias para inserção dos jovens Atraso na elaboração do Termo de Compromisso de Estágio, provocando desgaste junto ao TRE
Insumos	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Equipe multidisciplinar da STDS	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com TRE Equipe multidisciplinar da STDS	Relatório de execução orçamentária Termo de cooperação técnica	

	TOTAL - 2		35.673,00	24
14		Cascavel	51.958,50	38
		Chorozinho	21.714,00	28
15		Fortaleza*	3.149,94	
16		Guaiuba	24.816,00	32
17		Horizonte	53.897,25	41
18		Itaitinga	54.285,00	38
19	3 – Grande Fortaleza	Maranguape	37.224,00	32
20		Pacajus	41.489,25	27
21		Pacatuba	39.162,75	25
		Paraipaba	42.634,56	32
22		São Gonçalo do Amarante	46.142,25	31
	TOTAL - 3		416.473,50	324
23	4 – Litoral Leste	Aracati	38.387,25	33
	TOTAL - 4		38.387,25	33
25		Acaraú	39.162,75	25
26		Bela Cruz	36.836,25	23
27	5 – Litoral Norte	Cruz	24.816,00	32
28		Itarema	8.520,25	4
29		Jijoca de Jericoacoara	15.510,00	20
	TOTAL - 5		124.845,25	104
30		Amontada	51.570,75	35
31		Itapajé	51.183,00	38
32	6 - Litoral Oeste / Vale do Curu	Itapipoca	18.612,00	16
33		Miraíma	15.510,00	20
35		Tururu	15.510,00	20
36		Uruburetama	44.979,00	32
	TOTAL - 6		197.364,75	161
37		Aracoiaba	40.326,00	26
38	7 – Maciço do Baturité	Aratuba	12.408,00	16
39		Baturité	45.754,50	36

40							14
41		Capistrano		23.265,00			8
42		Guaramiranga		6.204,00			35
43		Ocara		45.366,75			17
		Pacoti		25.979,25			152
		TOTAL - 7		199.303,50			31
44	8 – Serra da	Tianguá		44.591,25			33
45	Ibiapaba	Viçosa do Ceará		45.366,75			64
		TOTAL - 8		89.958,00			16
46	9 – Sertão Central	Banabuiú		27.918,00			37
47		Quixadá		43.040,25			53
		TOTAL - 9		70.958,25			23
48		Canindé		36.836,25			3
49	10 – Sertão de	Caridade		3.121,75			28
50	Canindé	Itatira		21.714,00			16
51		Paramoti		12.408,00			70
		TOTAL - 10		74.080,00			12
52	11 – Sertão de	Cariré		22.489,50			12
	Sobral						16
		TOTAL - 11		22.489,50			28
53		Catunda		6.204,00			42
54	12 – Sertão de	Hidrolândia		10.857,00			86
55	Crateús	Santa Quitéria		54.285,00			42
		TOTAL - 12		71.346,00			42
56	14 – Vale do	Morada Nova		55.060,50			33
57	Jaguaribe	Russas		45.366,75			75
		TOTAL - 14		100.427,25			1.436
		TOTAL GERAL (1- 14)		1.811.607,50			

Nota 1: O município de Fortaleza não possui beneficiários mas possui recurso pois se refere ao elemento de despesa: Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Seguro de vida), o seguro de vida é realizado pelo Projeto Primeiro Passo, através de contratos firmados entre a STDS e empresas contratadas para tal.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
Técnico Responsável	Robertha Arrais
E-mail	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
Fone	3101.1559/99612.5512

ANEXO 1
Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da inserção e permanência dos jovens egressos, no mercado de trabalho	% dos egressos dos estágios colocados no mercado de trabalho.	Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão do Estágio	
Resultados	Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.	Número de jovens com registro de conclusão de estágio.	Relatório final do projeto Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	
Produtos	Estágio nos Postos de Atendimento do TRE	Número de jovens inseridos no mercado de trabalho	Termos de Compromisso de Estágio (TCE) Relatório de pagamento Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	Atraso no pagamento dA bolsa estágio dos jovens ocasionado pela burocracia para abertura de contas bancárias.
Atividades	Encaminhamento dos jovens	Número de jovens	Termos de Compromisso de	Não captação do número de vagas

	selecionados às Unidades de Atendimento do TRE contempladas com o Projeto; Concessão de Bolsa Estágio Seleção de Jovens para Estágio	encaminhados ao Estágio Número de Jovens recebendo Bolsa Estágio Número de Jovens selecionados	Estágio (TCE)	necessárias para inserção dos jovens Atraso na elaboração do Termo de Compromisso de Estágio, provocando desgaste junto ao TRE
Insumos	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Equipe multidisciplinar da STDS	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com TRE Equipe multidisciplinar da STDS	Relatório de execução orçamentária Termo de cooperação técnica	



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

PROJETO: Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social

MAPP 312

“STDS”

Março - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	078 – Trabalho, Emprego e Renda
Mapp (Nº e Denominação)	312 – Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social
Período de Execução	Março a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Trabalho e Renda

1. Descrição do Projeto

O Projeto “Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social” possibilitará o atendimento ao trabalhador desempregado e subempregado, inclusive jovens à procura do primeiro emprego, pessoas com deficiência e baixa escolaridade, mediante: 1) a realização de turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs); 2) a viabilização da participação de trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho ofertadas; 3) turma de formação de facilitadores para as OOTs; 4) a emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social – CTPSs; 5) o encaminhamento de trabalhadores autônomos cadastrados no Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) para prestação de serviços domiciliares; 6) trabalhadores autônomos intermediados para prestar serviços domiciliares; 7) qualificação para trabalhadores autônomos; 8) participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza; 9) participantes em palestras sobre mercado de trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE; e 10) trabalhadores encaminhados para qualificação profissional. As ações acima discriminadas serão parte integrante do Contrato de Gestão celebrado entre o Estado do Ceará e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) que integram o rol das políticas do trabalho executadas no estado, de modo contínuo e ininterrupto. O Sistema Público de Emprego é responsável pela implementação das ações do Programa SINE, instituído no Brasil, em 1975 (no Ceará, em 1977), seguindo as recomendações e compromissos assumidos pelo governo brasileiro para com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), particularmente no tocante ao cumprimento das disposições contidas na sua Convenção Nº 88, a qual o Brasil é signatário, aprovada em 1948 por aquela instância das Nações Unidas, que trata da organização do serviço público e gratuito de emprego do país. O Sistema em tela é operado em uma relação de parceria ou cooperação técnico financeira mantida entre a União e as Unidades Federadas, e municípios com mais de 200 mil habitantes que municipalizaram as ações do Programa SINE.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto “Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social” está vinculado à STDS, por intermédio da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, responsável pela execução de um conjunto de atividades nas áreas do trabalho, emprego e renda e do desenvolvimento social, especialmente as decorrentes do Convênio 014/2012 MTE/SPPE/CODEFAT, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Governo do Estado do Ceará, para operacionalização e manutenção das funções e ações do Sistema Público de Emprego no estado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego. O projeto busca a

melhoria dos sistemas de atendimento disponibilizados à população demandante dos serviços públicos de emprego em nosso estado, especialmente os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e atende à diretriz da atual gestão no tocante ao enfrentamento do desafio de superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado, o que implica continuar reduzindo de forma drástica a população que vive em condições de extrema pobreza. Por fim, será executado de forma articulada com as demais ações de governo, potencializando a inserção laboral do público-alvo do projeto e dos trabalhadores, em geral, no mercado de trabalho local. As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto contribuem para o alcance do resultado estratégico de Governo, em especial o eixo “Ceará de Oportunidades e Ceará Pacífico” com vistas a superar os entraves encontrados pelos Trabalhadores Cearenses na construção de sua autonomia e na busca pela dignidade e o respeito por meio do trabalho. As ações propostas no projeto fortalecem o Sistema Público de Emprego do Estado do Ceará e contribuirão para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2016-2019 do Estado do Ceará, compondo o Eixo: Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico: Trabalho e Renda; Resultado Temático: “População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas”, associado aos Indicadores: “taxa de colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho formal das vagas captadas pelo Sistema Público de Emprego”; “taxa de colocação no mercado de trabalho formal dos egressos de programas/projetos de qualificação profissional da STDS e/ou instituições parceiras encaminhados pelo Sistema Público de Emprego”; “taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego”; “taxa de variação do rendimento médio do trabalhador urbano” e “taxa de colocação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego”. O projeto integra o Programa 078: Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; Objetivo: 078.1 – Viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e inserção produtiva, bem como a Iniciativa 078.1.02 – Ampliação das oportunidades de prestação de serviços para trabalhadores autônomos.

3. Diagnóstico

Um dos aspectos fundamentais no delineamento das políticas públicas é a definição clara e precisa de seu foco de atuação, o que possibilita não apenas a demarcação do público-alvo de atuação, mas quantificar a sua extensão, bem como sua dinâmica de ampliação ou de retração ao longo do tempo, avaliando os seus impactos. Esse processo de construção é, muitas vezes, permeado por crenças, mitos, preconceitos e estereótipos que se expressam por meio das mais diferentes representações depreciativas, tal como os fenômenos de envelhecimento e de pobreza da população. Em ambos os casos, bem como de outras situações, utiliza-se como alternativa de definição um determinado quantum, seja o marco cronológico da idade ou de padrão de renda, para o atendimento das políticas públicas. O caso da pobreza é exemplar nessa discussão a qual é apresentada como sendo aquela situação em que os indivíduos detêm renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo. Com base nesse tipo de recorte, cabe chamar atenção que quatro em cada dez pessoas residentes no Estado do Ceará são delineadas como pobres, ao não deterem uma renda per capita que ultrapasse meio salário-mínimo, cujo valor, na atualidade, é de R\$ 440,00². Tamanha extensão por si só já seria mais do que

2

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE 2013.

suficiente para o desenvolvimento de ações específicas de combate a pobreza ao passo que quase metade da população cearense possa a ser classificada nessa condição. Porém, cabe chamar atenção que há em curso um agravamento dos principais indicadores socioeconômicos – Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego, endividamento das famílias, desemprego, baixos salários dentre outros - aos quais recaem com maior intensidade entre os mais pobres devido ao próprio quadro de vulnerabilidade socioeconômica que estão inseridos. Note-se, por exemplo, que o ritmo de crescimento econômico do Estado cada vez mais diminui, o que sobremaneira, gera impactos significativos nos indicadores do mercado de trabalho local.

4. Justificativa

A conjuntura econômica brasileira tem evidenciado o quadro de fragilidade e de incertezas quanto à capacidade de retomada da economia a curto prazo, considerando que a economia mundial, à exceção de poucas experiências, ainda não superou o prejuízo deixado pela crise de 2008, contaminando as economias nacionais, em especial dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, o Brasil assiste atualmente a situações de baixo desempenho da atividade produtiva, menor dinamismo no mercado de trabalho, intensificando uma trajetória de arrefecimento, com elevação do nível de desocupação, perda líquida dos empregos com carteira assinada e ampliação da informalidade. Esta última, em decorrência das relações de trabalho precárias e com total desproteção social. À guisa de exemplificação, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), indicam a eliminação de 1.542.371 postos de trabalho no país, no exercício de 2015. Nesse mesmo período e considerando a série ajustada do CAGED, com informações declaradas fora do prazo, o Estado do Ceará apresentou decréscimo de 33.411 postos de trabalho. De modo geral, o quadro acima destacado já vinha se delineando desde o ano de 2014, sobretudo a partir do segundo semestre, com sinais claros de desaceleração, gerando incertezas sobre o tempo e os impactos no mercado de trabalho. Acresce que a decisão do governo brasileiro de promover um ajuste fiscal tem levado a uma tendência crescente do desemprego afetando de forma mais acentuada setores como a indústria e a construção civil, atividades intensivas em mão de obra. Até outros setores dinâmicos em contratações, como o comércio e os serviços, já dão sinais de acomodação, o que tem impactado no nível de desocupação que se eleva de forma constante nos últimos meses. Nesse contexto, de que forma o Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), pode reduzir o impacto no ritmo da economia e social na vida dos cearenses, em especial, os mais pobres e os mais excluídos do processo de riqueza? Como alternativa para amenizar o quadro de desemprego que se avizinha e fortalecer os trabalhadores mais vulneráveis socialmente se faz necessário investir no fortalecimento das ações do Sistema Público de Emprego. Conforme assevera a Convenção nº 88, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a função primordial desse sistema é melhorar a organização do mercado de trabalho como parte integrante de uma política nacional que visa assegurar e manter o pleno emprego. As ações no âmbito da qualificação profissional procuram repassar aos trabalhadores mais vulneráveis, com maior dificuldade de (re) inserção profissional, com baixo nível escolar, a capacitação possível, para atender às exigências do mercado de trabalho, facilitando a sua inserção neste. Dentre estas ações de direcionamento do trabalhador para o mercado de trabalho, dando-lhe condições de acesso à carteira de trabalho ou

mesmo na indicação de serviços domiciliares, prestando serviços autônomos, ou ainda em outras formas de intermediação para o emprego, o fato é que a intermediação pública de mão de obra continua tendo papel central e de referência ao trabalhador que procura uma ocupação, assim como para o empregador que deseja preencher sua vaga de emprego. É por essas e outras que as ações que objetivam o fortalecimento do atendimento ao trabalhador em situação de vulnerabilidade social tornam-se tão necessárias para reduzir o abismo social que ainda se defrontam milhares de trabalhadores cearenses.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor (outras fontes) (*) (R\$)	Valor Total Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiários
2015	2.389.757,03	-	2.389.757,03	175.054
TOTAL	2.389.757,03	-	2.389.757,03	175.054

6. Público Alvo

- Trabalhadores desempregados e subempregados a procura de oportunidades de emprego, trabalho e renda atendidos nas Unidades da rede SINE-CE/IDT;
- Mulheres chefes de família cadastradas no CADUNICO;
- Jovens à procura do primeiro emprego;
- Pessoas com renda per capita de até ½ salário-mínimo que trabalham na condição autônoma;
- Trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego;
- Trabalhadores com deficiência.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

- Encontrar-se desocupado e procurando trabalho;
- Não ter o documento exigido para formalização de contrato de trabalho, a CTPS;
- Para os autônomos: ser cadastrado no Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) como profissional apto a ser encaminhado para prestar serviços nesta modalidade.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

- comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário-mínimo por membro do núcleo familiar;
- fatura de energia – consumo de até 80 kwh mensais;
- fatura de água - consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal.

7. Objetivos (Geral e Específico)

7.1 Geral:

Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.

7.2 Específicos:

- Oportunizar o acesso a um conjunto de informações e orientações fundamentais sobre o mundo do trabalho para o público-alvo do Projeto, em especial, para os trabalhadores à procura do primeiro emprego;
- Potencializar e fortalecer o desenvolvimento de alternativas de ocupação e renda para autônomos prestadores de serviços, no âmbito do mercado emergente para esses profissionais, no município de Fortaleza.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em anos anteriores (Maio a Dezembro/2015)

8.1.1 Realizar Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho: Foram realizadas 856 turmas de OOTs, nas Unidades da rede de atendimento SINE-CE/IDT, o equivalente a 97% da meta estipulada, para o período.

8.1.2 Viabilizar a participação dos trabalhadores nas oficinas de orientação para o trabalho ofertadas: Ao todo, participaram 18.677 pessoas das 856 OOTs realizadas, correspondendo a 92% da meta firmada. O total de participantes acima equivaleu a 22 participantes, por Oficina, em média. O público participante teve predominância de jovens desempregados e à procura do primeiro emprego e estudantes de escolas públicas estaduais.

8.1.3 Emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPSs): Foram emitidas pela rede de atendimento SINE-CE/IDT 55.528 CTPSs, superando em 37% a meta prevista para o período. O documento em tela é pré-requisito obrigatório para o acesso dos trabalhadores a todos os serviços ofertados pela rede SINE-CE/IDT.

8.1.4 Trabalhadores autônomos intermediados: Foram intermediados para prestar serviços como autônomos pelo Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) 531 trabalhadores/mês, em média, o equivalente a 89% da meta contratual estabelecida para o período.

8.1.5 Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA: Ao todo, foram intermediados, por meio do CTA, 45.465 serviços autônomos, ultrapassando em dois por cento a meta estipulada para este indicador, no período, gerando uma renda nominal de, aproximadamente R\$ 3,4 milhões para autônomos beneficiados.

8.1.6 Encaminhamento para cursos de qualificação profissional ofertados no âmbito do PRONATEC de trabalhadores aptos ao recebimento do seguro-desemprego: Foram encaminhados para cursos ofertados no âmbito do PRONATEC 384 trabalhadores desempregados e em processo de habilitação ao benefício do seguro-desemprego. O resultado acima equivaleu a quatorze por

cento da meta prevista. O elevado déficit registrado deveu-se aos cortes de recursos destinados ao custeio do Programa, que reduziu substancialmente o patamar das vagas pactuadas no Brasil e no Estado para esta clientela, sendo as vagas disponibilizadas pelo MEC somente a partir de agosto e em quantidades insignificantes frente à demanda efetiva por estas oportunidades de qualificação. Para se ter uma idéia da magnitude desta queda, considere-se que, no mesmo período de 2014, quando o programa não sofreu contingenciamento de recursos, foram encaminhados 2.148 segurados.

8.2 – Atividades a Serem Realizadas no Ano

8.2.1 Realizar Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs): a realização das OOTs compreende, basicamente, três etapas, quais sejam: a articulação com entidades e empresas parceiras; mobilização do público-alvo, e a realização, propriamente dita das Oficinas, com os seus beneficiários. Elas podem ser ministradas nas dependências das Unidades da rede SINE-CE/IDT ou em outros espaços mais convenientes para a clientela a que se destinam.

8.2.2. Viabilizar a participação dos trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) ofertadas: a participação dos trabalhadores nas OOTs é a resultante da atividade de articulação e oferta das turmas para o público beneficiário. Uma vez formadas as turmas cabe ao facilitador habilitado executar a ação utilizando a metodologia de aprendizagem por ação, que estimula a participação e a construção da aprendizagem.

8.2.3 Realizar turma de formação de facilitadores para as OOTs:

8.2.4 Emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPSs): a emissão é feita por atendentes do SINE-CE/IDT credenciados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-CE), utilizando um terminal que dispõe de um software e um banco de dados específicos para operacionalização da emissão em cada Unidade de Atendimento. A atividade se desdobra nas seguintes etapas: recepção do trabalhador e conferência dos documentos exigidos para a emissão; digitação de dados do requerente do documento no sistema informatizado; confecção da carteira centralizada nas dependências das Unidades da SRTE-CE e entrega da CTPS ao trabalhador.

8.2.5 Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA: os serviços autônomos intermediados pelo CTA segue as seguintes etapas: recepção em um sistema informatizado das demandas por serviços autônomos feita por um serviço de telemarketing disponibilizado pelo CTA ou através do site do IDT; encaminhamento das demandas para os profissionais aptos a atendê-las, através de carta de encaminhamento; prestação dos serviços nos domicílios, em Fortaleza; devolução da carta de encaminhamento ao CTA atestando e avaliando a prestação do serviço demandado.

8.2.6 Trabalhadores autônomos intermediados para prestar serviços domiciliares: a intermediação da prestação de serviços autônomos realizada pela Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) requer a organização de um banco de profissionais aptos ao atendimento das demandas por estes serviços. Para tanto,

estes trabalhadores passam pelas seguintes etapas: inscrição, seleção, treinamento na ocupação pretendida, credenciamento e, por último, encaminhamento para realização dos serviços a partir das solicitações captadas. Esses trabalhadores estão organizados em grupos ocupacionais (a maioria trabalhando como diaristas), que atendem continuamente à clientela do CTA, gerando trabalho e renda para esses profissionais.

8.2.7 Qualificação para trabalhadores autônomos: para manter, ampliar e/ou renovar paulatinamente o banco de profissionais autônomos aptos a prestar serviços nos domicílios, intermediados pelo CTA, este Centro precisa capacitar novas turmas para atender, inclusive, a demanda crescente por serviços prestados nesta modalidade. Para qualificar os profissionais autônomos, o CTA segue as seguintes etapas: inscrição dos trabalhadores interessados em prestar serviços como autônomos, definição dos cursos de formação com maior demanda, execução dos cursos com conteúdos teóricos e práticos, aprovação dos profissionais e credenciamento desses no projeto CTA.

8.2.8 Participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza: para atender as demandas pelos serviços do SINE/IDT em atividades externas, seguem-se as seguintes etapas: o solicitante formaliza o pedido à Presidência do IDT e/ou Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, a demanda é avaliada considerando o público a ser atendido e a finalidade do evento; logo após é dado o devido encaminhamento para atendimento ou não da solicitação. Normalmente são realizados os serviços de emissão da CTPS, cadastramento, verificação e encaminhamentos de trabalhadores para oportunidades de emprego.

8.2.9 Participantes em palestras sobre mercado de trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE: para a consecução desta ação seguem-se as seguintes etapas: sensibilização de trabalhadores em situação de espera por atendimento nos guichês da Unidade de Atendimento do SINE-CE/IDT Centro, em Fortaleza, para participação em palestras com foco em temas relacionados ao mundo do trabalho; reunião dos interessados nas palestras em uma sala de multimeios; participação dos trabalhadores nas palestras ministradas; avaliação dos participantes da ação e retorno para prosseguir seu atendimento.

8.2.10 Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional: o encaminhamento de trabalhadores atendidos nas Unidades da rede SINE-CE/IDT para participar de ações de qualificação profissional é uma estratégia perseguida com vistas a aumentar as chances de colocação destes no mercado de trabalho. A ação compreende as seguintes etapas: captação de vagas de treinamento em entidades parceiras e projetos governamentais; identificação de trabalhadores cadastrados no SINE-CE/IDT com perfis compatíveis com as vagas disponibilizadas; encaminhamento dos trabalhadores por meio de formulário impresso para acolhimento nas entidades treinadoras.

8.3 Atividades Previstas para os Anos Posteriores

8.3.1 Realizar Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs): a realização das OOTs compreende, basicamente, três etapas, quais sejam: a articulação com entidades e empresas parceiras; mobilização do público-alvo, e a

realização, propriamente dita das Oficinas, com os seus beneficiários. Elas podem ser ministradas nas dependências das Unidades da rede SINE-CE/IDT ou em outros espaços mais convenientes para a clientela a que se destinam.

8.3.2. Viabilizar a participação dos trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) ofertadas: a participação dos trabalhadores nas OOTs é a resultante da atividade de articulação e oferta das turmas para o público beneficiário. Uma vez formadas as turmas cabe ao facilitador habilitado executar a ação utilizando a metodologia de aprendizagem por ação, que estimula a participação e a construção da aprendizagem.

8.3.3 Realizar turma de formação de facilitadores para as OOTs:

8.3.4 Emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPSs): a emissão é feita por atendentes do SINE-CE/IDT credenciados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-CE), utilizando um terminal que dispõe de um software e um banco de dados específicos para operacionalização da emissão em cada Unidade de Atendimento. A atividade se desdobra nas seguintes etapas: recepção do trabalhador e conferência dos documentos exigidos para a emissão; digitação de dados do requerente do documento no sistema informatizado; confecção da carteira centralizada nas dependências das Unidades da SRTE-CE e entrega da CTPS ao trabalhador.

8.3.5 Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA: os serviços autônomos intermediados pelo CTA segue as seguintes etapas: recepção em um sistema informatizado das demandas por serviços autônomos feita por um serviço de telemarketing disponibilizado pelo CTA ou através do site do IDT; encaminhamento das demandas para os profissionais aptos a atendê-las, através de carta de encaminhamento; prestação dos serviços nos domicílios, em Fortaleza; devolução da carta de encaminhamento ao CTA atestando e avaliando a prestação do serviço demandado.

8.3.6 Trabalhadores autônomos intermediados para prestar serviços domiciliares: a intermediação da prestação de serviços autônomos realizada pela Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) requer a organização de um banco de profissionais aptos ao atendimento das demandas por estes serviços. Para tanto, estes trabalhadores passam pelas seguintes etapas: inscrição, seleção, treinamento na ocupação pretendida, credenciamento e, por último, encaminhamento para realização dos serviços a partir das solicitações captadas. Esses trabalhadores estão organizados em grupos ocupacionais (a maioria trabalhando como diaristas), que atendem continuamente à clientela do CTA, gerando trabalho e renda para esses profissionais.

8.3.7 Qualificação para trabalhadores autônomos: para manter, ampliar e/ou renovar paulatinamente o banco de profissionais autônomos aptos a prestar serviços nos domicílios, intermediados pelo CTA, este Centro precisa capacitar novas turmas para atender, inclusive, a demanda crescente por serviços prestados nesta modalidade. Para qualificar os profissionais autônomos, o CTA segue as seguintes etapas: inscrição dos trabalhadores interessados em prestar serviços como autônomos, definição dos cursos de formação com maior demanda, execução dos

cursos com conteúdos teóricos e práticos, aprovação dos profissionais e credenciamento desses no projeto CTA.

8.3.8 Participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza: para atender as demandas pelos serviços do SINE/IDT em atividades externas, seguem-se as seguintes etapas: o solicitante formaliza o pedido à Presidência do IDT e/ou Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, a demanda é avaliada considerando o público a ser atendido e a finalidade do evento; logo após é dado o devido encaminhamento para atendimento ou não da solicitação. Normalmente são realizados os serviços de emissão da CTPS, cadastramento, verificação e encaminhamentos de trabalhadores para oportunidades de emprego.

8.3.9 Participantes em palestras sobre mercado de trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE: para a consecução desta ação seguem-se as seguintes etapas: sensibilização de trabalhadores em situação de espera por atendimento nos guichês da Unidade de Atendimento do SINE-CE/IDT Centro, em Fortaleza, para participação em palestras com foco em temas relacionados ao mundo do trabalho; reunião dos interessados nas palestras em uma sala de multimeios; participação dos trabalhadores nas palestras ministradas; avaliação dos participantes da ação e retorno para prosseguir seu atendimento.

8.3.10 Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional: o encaminhamento de trabalhadores atendidos nas Unidades da rede SINE-CE/IDT para participar de ações de qualificação profissional é uma estratégia perseguida com vistas a aumentar as chances de colocação destes no mercado de trabalho. A ação compreende as seguintes etapas: captação de vagas de treinamento em entidades parceiras e projetos governamentais; identificação de trabalhadores cadastrados no SINE-CE/IDT com perfis compatíveis com as vagas disponibilizadas; encaminhamento dos trabalhadores por meio de formulário impresso para acolhimento nas entidades treinadoras.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) realizadas	1.101	Relatórios executivos das OOTs realizadas. Listas de presença dos participantes.
Trabalhadores participantes das OOTs realizadas	22.020	Relatórios executivos das OOTs realizadas. Listas de presença dos participantes devidamente assinada.
Turma de formação de colaboradores para OOT	1	Relatórios executivos das OOTs realizadas. Listas de presença dos participantes devidamente assinada.

Pessoas beneficiadas com Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPSs)	61.951	Relatório emitido pelo software do MTPS utilizado para os registros desta ação. Visitas de supervisão da STDS
Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA	61.000	Relatório emitido pelo software específico utilizado para os registros desta ação.
Trabalhadores autônomos intermediados	600	Relatório emitido pelo software específico utilizado para os registros desta ação.
Turma de qualificação para trabalhadores autônomos - CTA	1	Relatório do facilitador e lista de presença dos participantes devidamente assinadas.
Participação em eventos de prestação de serviços as comunidades vulneráveis de Fortaleza	9	Solicitação formal do demandante
Participantes em palestras sobre Mercado de Trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE	1.000	Listas de presença dos participantes devidamente assinada.
Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional	1.300	Lista para controle dos encaminhados

10. Metas

- Realizar 1.101 turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho, com aproximadamente, 20 pessoas, em média, por turma, totalizando 22.020 participantes;
- Assegurar a participação de 22.020 pessoas nas Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) realizadas;
- Realizar 01 turma de formação de facilitadores das OOTs, com 25 pessoas.
- Emitir 61.951 Carteiras do Trabalho e Previdência Social;
- Intermediar 61.000 serviços autônomos prestados através do Centro do Trabalhador Autônomo – CTA;
- Intermediar 600 trabalhadores na realização de serviços autônomos;
- Realizar 01 turma de qualificação para 25 trabalhadores autônomos – CTA;
- Participar de 09 eventos de prestação de serviços as comunidades vulneráveis de Fortaleza;
- Realizar 67 palestras temáticas sobre Mercado de Trabalho para atender 1.000 trabalhadores em espera por atendimento na Unidade do SINE Centro, em Fortaleza;
- Encaminhar 1.300 trabalhadores para qualificação profissional;

11. Resultados Esperados

- Geração de trabalho e renda para profissionais aptos a prestar serviços domiciliares como autônomos, intermediados pelo CTA, em Fortaleza;
- Inserção ou reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de orientações profissionais;
- Habilitação do trabalhador para o mercado de trabalho formal, através da emissão do documento da Carteira do Trabalho e Previdência Social;
- Qualificação dos facilitadores, tornando-os hábitos a realizar as Oficinas de Orientação para o Trabalho;
- Qualificação dos trabalhadores em situação autônoma que desejam ingressar no Programa CTA.

12. Integração de Ações

A integração das ações contempladas neste projeto ocorre com diversos setores da sociedade e com o Plano de Governo do Ceará. No Ceará de Oportunidades, trabalhamos a inclusão produtiva e geração de emprego e renda, com foco nos segmentos de maior vulnerabilidade social. Trabalhamos em parceria com o sistema S, CDL, Associação das Empresas dos Distritos Industriais, Sebrae, Coelce, ABRH, Cagece, Escolas Públicas Estaduais e Municipais, todos com o objetivo de inclusão social por meio do encaminhamento para o emprego formal e informal, além da qualificação profissional.

13. Monitoramento

O monitoramento será feito através de relatórios mensais, trimestrais e anuais das atividades, elaborados pelo Instituto e entregues à STDS, para fins de acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas contratuais. Além desses instrumentos, será de suma importância para o monitoramento em tela a observância dos Relatórios da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, expedidos a cada trimestre, que avaliam o grau de cumprimento das metas pactuadas no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão STDS-IDT, com base em metodologia definida e utilizada para este fim precípua. Por fim, o monitoramento será feito também por meio da rotina de supervisão das ações que são objeto do Contrato de Gestão STDS-IDT, utilizando metodologia construída previamente pela Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda da STDS, contemplando visitas aos equipamentos sociais que executam as ações, acesso às bases de dados e de gestão de sistemas informatizados e outros meios de verificação dos resultados e de avaliação da execução do Projeto em questão.

13.1 Dados Utilizados

As fontes de informações utilizadas são retiradas do sistema MTE Mais emprego, do Sistema da Carteira Profissional e do Sistema Centro do Trabalhador Autônomo (CTA). A periodicidade será mensal, cujas informações serão repassadas por meio de relatórios de acompanhamento das atividades que são encaminhados para a STDS para análise por meio de uma Comissão de Avaliação de Projetos.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

- Cadastro no Sistema MTE Mais Emprego;
- Cadastro no Sistema da Carteira Profissional;

- Cadastro no Sistema CTA.

14. Pressupostos de Risco

- Dificuldade de recrutar pessoas em número suficiente para formar as turmas de OOTs;
- Mudança no sistema operacional de confecção da CTPS para versão 3.0, que é uma prerrogativa exclusiva do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- Falta de treinamento e credenciamento de pessoal para emissão de CTPS, por parte do MTPS;
- Queda na demanda por serviços autônomos decorrente da redução da renda das famílias provocada pela crise econômica;
- Ocorrência de falhas técnicas que provoquem suspensões na operação do software usado nesta ação.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – Contribuições (33.50.41)	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
TOTAL	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00

16. Cronograma de Desembolso – Fonte FECOP

Itens de Despesa	Mês				TOTAL
	Março	Maior	Julho	Outubro	
335041 – Contratação da Entidade Executora	571.879,39	1.079.164,72	809.373,54	539.582,36	3.000.000,00
TOTAL	571.879,39	1.079.164,72	809.373,54	539.582,36	3.000.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Pessoas Beneficiadas	Valor FECOP (R\$)
----	-----------------------	------------	----------------------	-------------------

1	03 - Grande Fortaleza	Aquiraz	456	
2		Caucaia	3.652	
3		Eusébio	871	
4		Fortaleza	99.220	3.000.000,00
5		Horizonte	2.131	
6		Itaitinga	179	
7		Maracanaú	3.305	
8		Maranguape	1.836	
9		Pacajus	486	
10		Pacatuba	1.494	
11		São Gonçalo do Amarante	2.306	
	1. TOTAL		115.936	3.000.000,00
12	01- CARIRI	Barbalha	288	
13		Crato	761	
14		Juazeiro	7.274	
	2. TOTAL		8.323	
15	04-Litoral Leste	Aracati	678	
16		Cascavel	1.948	
	3. TOTAL		2.626	
17	05-Litoral Norte	Camocim	623	
	4. TOTAL		623	
18	06-Litoral Oeste / Vale do Curu	Posto Itapajé	0	
19		Itapipoca	883	
20		Posto Paracuru	0	
21		Posto Trairi	0	
	5. TOTAL		883	
22	07-Maçiço de Baturité	Baturité	1.402	
	6. TOTAL		1.402	
23	08-Serra da Ibiapaba	Tianguá	3.348	
24		Ubajara	1.574	
	7. TOTAL		4.922	
25	09-Sertão Central	Posto Pedra Branca	0	
26		Quixadá	1.852	
27		Quixeramobim	1.923	
	8. TOTAL		3.775	
28	10-Sertão do Canindé	Canindé	279	

	9. TOTAL		279	
29	11-Sertão de Sobral	Sobral	2.820	
	10. TOTAL		2.820	
30	12-Sertão de Crateús	Crateús	1.895	
	11. TOTAL		1.895	
31	13-Sertão dos Inhamuns	Tauá	302	
	12. TOTAL		302	
32	14-Vale do Jaguaribe	Posto Jaguaribe	0	
33		Limoeiro do Norte	2.709	
34		Morada Nova	485	
35		Russas	290	
	13.TOTAL		3.484	
	02-Centro Sul	Posto Icó	0	
		Iguatu	1.183	
	14. TOTAL		1.183	
TOTAL GERAL ESTADO (MR)			148.453	3.000.000,00

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria/Gerência	Coordenadoria da Promoção do Trabalho, Emprego e Renda / Célula do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
Técnico Responsável	Márcia Maria Mororó Monteiro Muniz
E-mail	marcia.mororo@stds.ce.gov.br
Fone	3101-2111 / 9953 - 8179

ANEXO I MARCO LÓGICO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	<p>Aumento da renda dos colocados pelo Sistema Público de Emprego (SPE).</p> <p>Redução da vulnerabilidade/pobreza dos colocados pelo SPE.</p> <p>Inserção e permanência no mercado de trabalho.</p>	<p>Renda média dos colocados pelo SPE no ato da admissão.</p> <p>Nº de colocados pelo SPE.</p>	<p>Relatórios de acompanhamento.</p> <p>Relatório de avaliação da ação.</p>	<p>Não permanência dos colocados pelo SPE no mercado de trabalho.</p>
Resultado	<p>Inserção dos encaminhados pelo SPE no mercado de trabalho.</p> <p>Inserção dos jovens encaminhados pelo SPE no mercado de trabalho.</p> <p>Inserção das pessoas com deficiência (PcDs) encaminhadas pelo SPE no mercado de trabalho.</p> <p>Expansão dos serviços domiciliares prestados por autônomos em Fortaleza, encaminhados pelo CTA.</p>	<p>Nº de trabalhadores colocados pelo SPE.</p> <p>Nº de trabalhadores jovens colocados pelo SPE.</p> <p>Nº de PcDs colocadas pelo SPE.</p> <p>Número de serviços prestados por autônomos encaminhados pelo CTA.</p> <p>Número de trabalhadores autônomos intermediados.</p>	<p>Relatório final de acompanhamento.</p> <p>Relatórios de acompanhamento e supervisão.</p> <p>Cadastro do trabalhador inscrito no CTA.</p> <p>Relatório de solicitações atendidas e cadastradas no sistema do CTA.</p>	<p>Saída de trabalhadores cadastrados no projeto e Crise econômica.</p>
Produtos	<p>Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs).</p>	<p>Nº de turmas de OOTs ofertadas.</p>	<p>Relatórios executivos das turmas de OOTs realizadas</p>	<p>Não formação das turmas de OOTs na quantidade</p>

Participantes nas OOTs ofertadas.	(trimestrais e por Regional). Listas de presença dos participantes das OOTs.	necessária para o cumprimento da meta. Evasão das pessoas inscritas para participar das OOTs.
Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPS) emitidas.	Nº de CTPSs emitidas.	Mudança no sistema operacional de confecção da CTPS, gerido pelo MTE.
Serviços autônomos intermediados pelo CTA.	Nº de serviços autônomos demandados ao CTA e realizados nos domicílios.	Redução na demanda por serviços domiciliares devido a crise econômica.
Facilitadores formados para ministrar as OOT's.	Nº de turmas de formação de facilitadores ofertadas.	Relatório de solicitações atendidas e cadastradas no sistema do CTA.
Trabalhadores autônomos qualificados.	Nº de turmas de qualificação de trabalhadores autônomos ofertadas.	Relatórios executivos das turmas de formação de facilitadores realizadas. Relatórios executivos das turmas de profissionais autônomos qualificadas pelo CTA.
Participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza.	Nº de participações em eventos de prestação de serviços às comunidades.	Relatórios sobre a participação em eventos de prestação de serviços à comunidade.
Participantes em palestras sobre o mercado de trabalho para trabalhadores em espera por atendimento no SINE.	Nº de participantes das palestras sobre mercado de trabalho.	Relatórios das palestras sobre o mercado de trabalho realizadas.
Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional.	Nº de encaminhados para ações de qualificação profissional.	Listagens dos trabalhadores encaminhados para as ações de qualificação profissional.

Atividades	<p>Identificar o público demandante e ofertar as OOTs</p> <p>Identificar o público demandante da CTPS e viabilizar a emissão do documento.</p> <p>Viabilizar a prestação de serviços autônomos nos domicílios demandantes.</p> <p>Realizar formação de colaboradores para OOTs</p> <p>Realizar curso de qualificação para trabalhadores autônomos</p> <p>Promover ações de orientação para o trabalho.</p> <p>Cadastrar e encaminhar trabalhadores para qualificação profissional</p>	<p>OOTs ofertadas aos trabalhadores.</p> <p>Pessoas inscritas nas OOTs.</p> <p>Pedidos de emissão de CTPSs protocolados.</p> <p>Trabalhadores autônomos cadastrados e ativos para a intermediação de serviços, via CTA.</p> <p>% cadastros realizados.</p>	<p>Relatórios de acompanhamento e de supervisão.</p> <p>Cadastro do trabalhador.</p> <p>Relatórios de acompanhamento e de supervisão.</p> <p>Relatórios emitidos pelo software do Sistema de Intermediação do CTA.</p>	<p>Falta de profissionais qualificados para atendimento das demandas.</p>
Insumos	<p>Recursos Financeiros do FECOP.</p> <p>Recursos Humanos do IDT.</p>	<p>Total de recursos liberados pelo FECOP para financiar o Projeto.</p> <p>Nº de trabalhadores do IDT envolvidos na implementação das ações do Projeto.</p>	<p>Relatório de Prestação de Contas</p>	<p>Atraso na Liberação dos Recursos.</p>

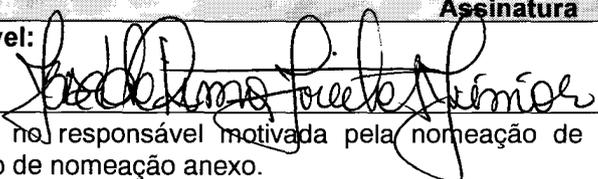
ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 1 - Protocolo do Indicador PforR

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)		
Nome do Indicador:		
Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico.		
Tipo de Indicador:		
Tema Projeto: Redução da Pobreza	Macrofunção/Área de Resultado: Assistência à Família	Setorial Envolvida: SEPLAG
Nº Indicador Área de Resultado: 4	Nº Indicador de Desembolso: 6	Data: 29/10/2014
Quanto ao Desembolso: () Ano Zero (X) Primário () Secundário		Quanto ao Resultado: (X) Produto () Intermediário () Resultado
Responsável pelo Indicador		
Nome Responsável (*): José de Lima Freitas Júnior	Área Responsável: Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social - CCOP	
Email do Responsável: jose.freitas@seplag.ce.gov.br	Telefone do Responsável: 3101 3820	
Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:		
Programa: Não se Aplica (não há programa do PPA relacionado)	Iniciativa: Não se Aplica (não há iniciativa relacionada)	
Descrição do Indicador:		
<p>O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto.</p> <p>As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&A).</p> <p>Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência.</p> <p>Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.</p>		
Informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Porcentagem	Fonte da Informação: Executores do Projeto; Gerência Executiva do FECOP; IPECE	
Fórmula de Cálculo: Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiados pelo Fundo		
Periodicidade da Informação: Semestral a partir do Ano 1,5	Data entrega da Informação: Junho e Dezembro	Abrangência Geográfica: Estadual (Ceará)

Metas		
Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	
	Ano 1 - Segundo Semestre	

Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	22,5%
	Ano 2 - Segundo Semestre	45%
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	55%
	Ano 3 - Segundo Semestre	70%
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	82,5%
	Ano 4 - Segundo Semestre	95%
Assinatura		
Responsável:		Data: 27/05/2015.

^(*) Mudança no responsável motivada pela nomeação de um novo coordenador para a CCOPI, conforme ato de nomeação anexo.

ANEXO 2



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2016 no seguinte valor:

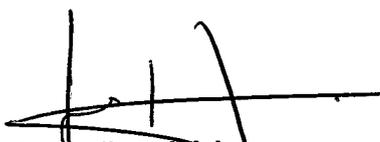
Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	4.968.914,39
TOTAL (R\$)	4.968.914,39

Parágrafo único. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º. Autorizar limite financeiro no exercício de 2015, correspondente a R\$145.294,65, tão somente para efeito de regularização contábil, referente a recurso financeiro egresso da Conta do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, devolvido pela Secretaria do Esporte – SESPORTE, ao Ministério do Esporte – ME, através da Nota de Movimentação Financeira – NMF, nº 62, de 02/10/2015, junto ao Convênio nº 75866/2011, firmado por estes órgãos, de modo a viabilizar, sem qualquer implicação financeira para o citado Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, com que a Secretaria do Esporte – SESPORTE, possa ter o referido limite junto ao MAPP 18 – Projeto Segundo Tempo (PST), com o objetivo de emitir Nota de Empenho, Liquidação e Pagamento Escritural, conforme orientação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, que segue em anexo, como parte integrante desta Resolução.

Art. 3º. Esta Resolução deriva da 01ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no dia 12/01/2016.

Fortaleza, 12 de janeiro de 2016

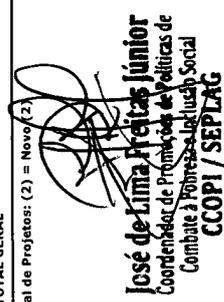

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCGPIS Nº 01 DE 12/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - SCIDADES (2)													
3123	Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha - Fortaleza -CE	-	-	800.000,00	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.800.000,00
258	Obra Emergencial da Adutora de Água Traçada para o Município de Aquiraz-CE	3.168.914,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.168.914,39
	Sub-total	3.168.914,39	0,00	800.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.914,39
	TOTAL GERAL	3.168.914,39	0,00	800.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.914,39

(*) Total de Projetos: (2) = Nove (2)



Zimbra

jose.freitas@seplag.ce.gov.br

Re: Fwd: DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO (CONTRAPARTIDA FECOP)

De : MARIA DOLORES PEREIRA
<dolores.pereira@sefaz.ce.gov.br>

Qui, 07 de Jan de 2016 16:58

Assunto : Re: Fwd: DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO (CONTRAPARTIDA FECOP)

Para : Silvania Costa
<silvania.costa@esporte.ce.gov.br>, Waldir
<waldir.meireles@sefaz.ce.gov.br>, jose
freitas <jose.freitas@seplag.ce.gov.br>,
jarbas mesquita
<jarbas.mesquita@sefaz.ce.gov.br>, naiana
lima <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>,
RAIMUNDINHA
<raimunda.medeiros@sefaz.ce.gov.br>,
vania cecai <vania.silva@sefaz.ce.gov.br>

Prezados Senhores,

Informo a todos da regularização referente ao recurso financeiro da conta do FECOP devolvido pela SESPORTE ao MINISTÉRIO DO ESPORTE através da NMF N º 62 DE 02/10/2015 NO VALOR DE R\$ 145.294,65. Porém, a Secretaria precisa da INCLUSÃO de LIMITE FINANCEIRO NO MAPP 18 para poder EMITIR A NOTA DE EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO ESCRITURAL.

Ressalto que tais rotinas não implicam financeiramente na conta do FECOP. Pois, o recurso do FECOP supriu a conta específica do Convênio em exercício anterior.

Na fase da prestação de contas, conforme a Portaria Interministerial 507/2011, a devolução dos saldos financeiros remanescentes foi obedecida pela exigência da proporcionalidade estabelecida no Convênio em razão do Estado do Ceará não ter executado o valor total da contrapartida.

Referida regularização é de fundamental importância para o fechamento das Contas do Governador de 2015.

ATENCIOSAMENTE,

MARIA DOLORES PEREIRA
Orientadora de Célula de Adm Fazendária/Contadoria Direta
TELEFONE: 85-3101.9190

Informamos que já efetuamos a regularização, via notas de empenho escritural:

- **CREDOR SEFAZ:** NED nº 3341 (R\$ 62.313,84 + 55.200,46= R\$117.514,30); NED 3252 (R\$ 8.290,40).

- **CREDOR Ministério do Esporte:** NED 3342 (701.336,16 + 621.275,82= R\$1.322.611,98); NED 3243 (R\$93.307,69).

Informamos, ainda, que estamos impossibilitados de concluir tão somente a regularização do valor de **R\$ 145.294,65** referente à **NMF nº62** (saldo de contrapartida), visto **não** existir Valor Limite no SACC.

Diante do exposto, solicitamos a inclusão no SACC do valor de R\$ 145.294,65 - fonte FECOP, como limite no exercício 2015.

Atenciosamente,

Silvania Costa
3101.4392



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

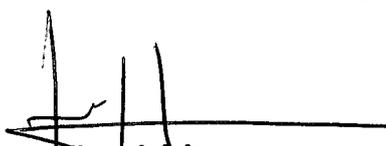
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	26.516.200,12
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	29.668.738,42
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	59.558.164,04
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	2.100.000,00
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	2.500.000,00
Secretaria da Saúde - SESA	6.854.175,75
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	8.269.106,87
TOTAL (R\$)	135.466.385,20

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 1ª Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 29/01/16.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAC

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO GCCPIS Nº 02 DE 29/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	6.500.000,00	2.000.000,00	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,24	15.000.000,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Apicultura.	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinicultura no Estado do Ceará	-	-	350.385,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.385,06
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	2.500.000,00
451		-	3.882.971,06	-	-	-	-	3.882.971,06	-	-	-	-	-	7.765.942,12
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	-	7.827.906,86	-	-	-	-	7.606.802,47	-	-	-	-	-	15.434.709,33
453		-	1.379.040,19	59.040,19	59.040,19	299.040,19	59.040,19	59.040,19	1.299.040,19	59.040,19	59.040,19	59.040,15	-	3.390.401,86
454		-	-	-	376.364,13	-	-	175.444,77	-	175.444,77	-	-	-	727.253,67
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.	-	-	700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
	Sub-total	879.456,00	22.805.374,11	4.888.881,25	2.159.548,18	2.400.718,41	1.938.252,77	13.825.936,71	2.900.718,41	2.336.163,18	1.660.718,41	2.160.718,37	1.601.678,24	59.558.164,04
4. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (2)														
62	Investimento para a Criação Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapui-CE - (ACC)	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Sub-total	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.000,00
5. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA (1)														
329	Obras de Implantação da Reserva Indígena Tabá dos Anacés	0,00	2.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.500.000,00
	Sub-total	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
6. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	-	6.854.175,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.854.175,75
	Sub-total	0,00	6.854.175,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.854.175,75
7. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (7)														
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	-	700.244,37	-	-	-	-	-	-	-	-	700.244,37
237	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	1.958.875,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.958.875,00
238	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas de Sobral	-	-	1.998.380,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.998.380,00
240	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisiagem do Abrigo de Idosos - (Proteção Social Especial) - Fortaleza-CE	-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
241	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens - Ceará Pacifico	-	-	350.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000,00
258	Política Integrada de Economia Solidária	-	-	-	-	40.000,00	-	-	-	530.000,00	-	30.000,00	-	600.000,00
307	Primeiro Passo - Estagiários TRE	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	147.345,00	-	-	-	-	-	-	-	1.911.607,50
	Sub-total	577.747,50	568.441,50	4.777.983,50	1.597.589,37	187.345,00	0,00	0,00	0,00	530.000,00	0,00	30.000,00	0,00	8.269.106,87
	TOTAL GERAL (*)	7.577.625,32	48.796.078,37	22.526.124,34	12.775.491,49	7.054.113,95	5.186.569,68	16.314.086,84	4.710.016,48	3.784.635,37	2.316.066,22	2.464.026,66	1.961.550,48	135.466.385,20

(*) 47 projetos - sendo 04 novos (Mapp 182 da Seinfra e 237 e 238 da STDS) e 43 de Continuidade.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

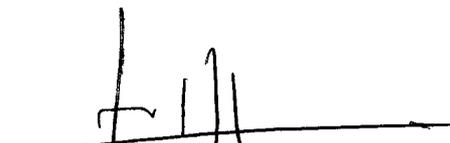
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	19.090.980,38
Gabinete do Governador - GABGOV	2.524.518,40
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	814.923,24
Secretaria da Saúde - SESA	2.375.000,00
TOTAL (R\$)	24.805.422,02

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 26 e 29/02/16.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2016.

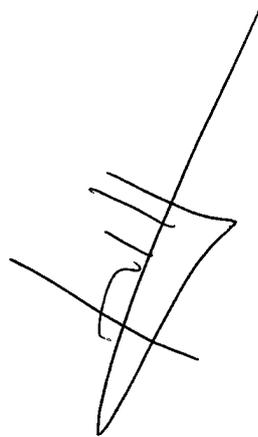

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

ANEXO 1
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03 DE 29/02/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - CIDADES (03)													
2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	-	-	1.000.000,00	900.000,00	910.000,00	900.000,00	790.000,00	500.000,00	-	-	-	-	5.000.000,00
3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	-	1.820.000,00	2.890.980,38	2.280.000,00	2.700.000,00	1.800.000,00	-	-	-	-	-	-	11.490.980,38
1378	Dentú (Ações Habitacionais)	-	63.577,83	113.334,90	174.560,15	182.816,31	315.384,81	273.902,24	304.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	2.600.000,00
	Sub-total	0,00	1.883.577,83	4.004.315,28	3.354.560,15	3.792.816,31	3.015.384,81	1.063.902,24	804.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	19.090.980,38
2.	Gabinete do Governador - GABGOV (02)													
102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Urbano	-	217.000,00	1.683.710,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.900.710,40
103	Projovem Campo "Saberes da Terra"	-	-	623.808,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	623.808,00
	Sub-total	0,00	217.000,00	2.307.518,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.518,40
3.	Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG (01)													
41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Aluguel, pela COHAB-CE	0,00	0,00	271.641,08	271.641,08	271.641,08	-	-	-	-	-	-	-	814.923,24
	Sub-total	0,00	0,00	271.641,08	271.641,08	271.641,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814.923,24
4.	Secretaria da Saúde - SESA (01)													
2788	Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya	-	2.375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.375.000,00
	Sub-total	0,00	2.375.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	4.475.577,83	6.583.474,76	3.626.201,23	4.064.457,39	3.015.384,81	1.063.902,24	804.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	24.805.422,02

(*) Total de Projetos: 07 = Nova (*) e Continuidade (6)


José de Lima Freitas Junior
Coordenador de Programas de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPT/SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	42.366.239,40
Secretaria da Educação - SEDUC	67.000.000,00
Secretaria da Cultura - SECULT	1.583.472,00
TOTAL (R\$)	110.949.711,40

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no dia 04/03/2016.

Fortaleza, 04 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

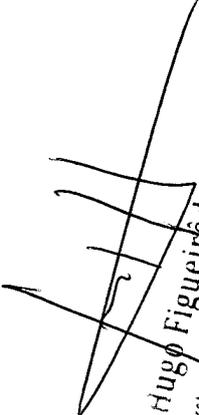

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPT/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIIS Nº 04 DE 04/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	TOTAL
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (15)														
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	-	-	75.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	50.000,00	-	300.000,00
15	Amparo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olivio Câmara - ADOC e Trá Julia	-	-	1.249.999,98	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	833.333,40	-	5.000.000,00
17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais/ABC's, Círcos e (CPS)	-	-	1.830.621,42	521.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	1.012.108,24	-	6.400.000,00
18	Espaço Viva Gente	-	-	486.245,00	167.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	324.180,00	-	1.950.000,00
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	-	-	587.981,39	185.956,55	175.956,56	175.956,56	179.024,78	179.024,78	179.024,78	179.024,78	358.049,82	-	2.200.000,00
26	Artesanato Competitivo	-	-	330.000,00	330.000,00	345.000,00	165.000,00	-	195.000,00	-	135.000,00	-	-	1.500.000,00
29	Estabelecimento dos Serviços Oferecidos pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	-	-	1.525.000,00	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	1.015.666,69	-	6.100.000,00
43	Idoso Sujeito Pleno	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	2.300.456,22	33.000,00	1.473.687,78	318.000,00	318.200,00	1.892.400,00	318.000,00	320.856,00	712.100,00	313.300,00	8.000.000,00
87	Construção do Abrigo Desembargador Olivio Câmara - ADOC	-	-	25.317,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.317,85
88	Reforma e Aquisição de Equipamentos para o Abrigo de Idosos	-	-	269.785,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.785,69
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Sociopedagógicas (CEPA, CEDB e CEGAL)	-	-	3.057.959,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.057.959,50
254	Apoio à Unidades de Proteção Social Especial (Renascença, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	-	-	312.889,89	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	208.593,31	-	1.251.559,61
296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Praia	-	-	136.161,67	204.242,51	272.323,35	272.323,35	272.323,35	136.161,67	68.080,85	-	-	-	1.361.616,75
312	Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	571.879,39	-	1.079.164,72	-	809.373,54	-	-	539.582,35	-	-	3.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	13.246.799,00	2.658.116,30	5.231.049,65	2.816.197,15	3.463.838,91	4.287.503,69	2.450.022,87	3.059.380,37	4.840.031,46	313.300,00	42.366.239,40
2. Secretaria da Educação - SEDUC (01)														
1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	-	-	22.000.000,00	-	24.900.000,00	-	-	20.100.000,00	-	-	-	-	67.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	22.000.000,00	0,00	24.900.000,00	0,00	0,00	20.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000.000,00
3. Secretaria da Cultura - SECULT (01)														
68	Agentes de Leitura	0,00	0,00	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00	102.080,00	102.080,00	187.146,66	1.583.472,00
	Sub-total	0,00	0,00	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00	102.080,00	102.080,00	187.146,66	1.583.472,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	35.656.351,00	2.760.196,30	30.318.196,32	2.918.277,15	3.650.985,58	24.489.583,69	2.552.102,87	3.161.460,37	4.942.111,46	500.446,66	110.949.711,40

(*) Total de Projetos: 17 = Nova Continuidade (17)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG


Hugo Figueiredo
Secretário de Planejamento e Gestão



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

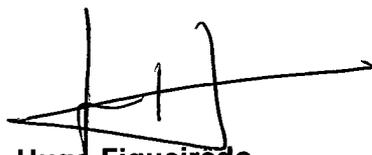
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	40.000.000,00
TOTAL (R\$)	40.000.000,00

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 4ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 15/03 e 16/03/2016.

Fortaleza, 16 de março de 2016.

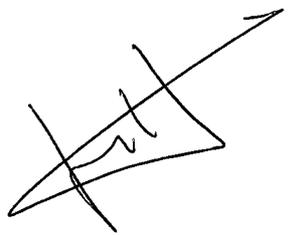

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Azeiteiro Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAG

ANEXO I
 FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
 RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05 DE 16/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA (01)														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Muquitipe			10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	-	40.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	0,00	40.000.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	0,00	40.000.000,00


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Programas e Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPEAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.028.517,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	6.765.066,54
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	11.837.577,05
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	6.617.868,86
Secretaria da Saúde - SESA	76.911.042,96
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	26.825,84
Secretaria da Educação - SEDUC	39.587.983,00
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	4.729.973,68
TOTAL (R\$)	147.504.854,93

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Ficam autorizadas as alterações nos orçamentos dos projetos aprovados na 1º Reunião Ordinária, realizada em 29/01/2016, com as inclusões do “Elemento de Despesas - Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)”, nos seguintes Projetos: (I) Obras de Implantação da Reserva Indígena Tabá dos Anacés (Mapp 329), da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, no valor de R\$ 2.500.000,00; (II) Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I (Mapp 255), da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, no valor de R\$ 3.207.935,29, conforme os termos justificadores, contidos em solicitação formulada pelas referidas pastas.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/03/2016.

Fortaleza - CE, 21 de março de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06 DE 21/03/2016

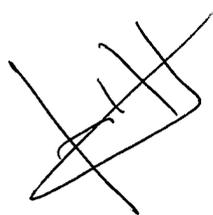
MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - SIDADES (4)														
1438	Rio Maranhão (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	-	-	-	(208.402,52)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.402,52)
2459	Habitação de Interesse Social 60 Unidades Habitacionais no Município de Massapê-CE	-	-	500.000,00	-	-	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	-	1.000.000,00
3213	Projeto Revitalização de Áreas Degradadas - Projeto Joana D'Arc/Pró-Moradia	-	-	-	100.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	350.000,00
1944	Mobilização e Transporte de Famílias	-	-	-	-	-	(166.104,96)	-	-	(15.877,66)	-	-	68.902,16	(113.080,46)
	Sub-total	0,00	0,00	500.000,00	-108.402,52	100.000,00	133.895,04	50.000,00	50.000,00	234.122,32	0,00	0,00	68.902,16	1.028.517,00
2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (3)														
69	Construção e Aquecimento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú, na Cidade de Sobral	-	-	400.000,00	300.000,00	423.720,07	141.346,47	-	-	-	-	-	-	1.265.066,54
190	Projeto Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - UECCE	-	-	565.115,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	5.000.000,00
239	Agências Digitais	-	-	22.920,00	91.680,00	37.000,00	41.000,00	41.000,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	16.000,00	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	988.035,00	884.445,00	953.485,07	675.111,47	533.765,00	555.365,00	555.365,00	555.365,00	555.365,00	508.765,00	6.765.066,54
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (5)														
23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	682.363,33	-	-	412.327,33	-	-	-	-	-	1.449.999,99
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	-	-	126.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	80.000,00	-	500.000,00
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	1.830.372,56	10.200,00	1.458.184,78	10.200,00	509.697,56	2.042.800,00	352.697,56	10.200,00	1.267.647,54	8.000,00	7.500.000,00
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	-	-	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	-	1.143.354,00
262	Sociedade Justa e Segura	-	-	394.074,36	-	-	456.074,35	-	-	394.074,35	-	-	-	1.244.223,06
	Sub-total	0,00	0,00	2.731.564,92	734.563,33	1.500.184,78	889.392,35	964.024,89	2.084.800,00	1.169.889,91	407.509,33	1.347.647,54	8.000,00	11.837.577,05
4. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (5)														
277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trechos I, II e III do Eixo das Águas	-	-	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.000,00
310	Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.	-	-	890.515,39	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	-	3.265.222,99
314	Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundos no Município de Tauá	-	-	300.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
350	Construção da Adutora de Arianópolis e Timonha no Município de Granja	-	-	2.210.312,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.210.312,20
368	Construção e Recuperação de Açudes no Madalena	-	-	206.167,00	-	-	206.166,67	-	-	-	-	-	-	412.333,67
	Sub-total	0,00	0,00	3.636.994,59	496.838,45	496.838,45	503.005,12	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	0,00	6.617.868,86
5. Secretaria da Saúde - SESA (2)														
2722	Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares	-	-	11.786.456,05	11.786.456,05	11.786.456,05	11.786.456,10	-	-	-	-	-	-	47.145.824,25
2789	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Atenção Básica e Secundária	-	-	5.953.043,74	-	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,88	29.765.218,71
	Sub-total	0,00	0,00	17.739.499,79	11.786.456,05	14.762.977,92	14.762.977,92	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,88	76.911.042,96
6. Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG (1)														
87	Pesquisa Regional Por Amostra de Domicílios do Ceará - PRAD-CE	-	-	-	10.337,64	-	-	-	16.488,20	-	-	-	-	26.825,84
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	10.337,64	0,00	0,00	0,00	16.488,20	0,00	0,00	0,00	0,00	26.825,84
7. Secretaria da Educação - SEDUC (4)														
807	Concessão de Bolsas Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	-	-	3.228.982,00	972.707,58	972.707,58	8.106.034,88	5.884.563,88	6.310.567,38	5.557.165,20	423.598,50	543.673,00	-	32.000.000,00
1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras de Mangabeira	-	-	284.069,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284.069,50
1422	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - (EEEP) de São José, no Município de Sobral	-	-	503.913,50	600.000,00	-	600.000,00	-	600.000,00	-	-	-	-	2.303.913,50
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	1.150.000,00	1.150.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	5.166.965,00	2.722.707,58	2.322.707,58	10.056.034,88	5.884.563,88	6.910.567,38	5.557.165,20	423.598,50	543.673,00	0,00	39.587.983,00
8. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (8)														
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	-	-	1.265.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000,00	17.200.000,00
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atílicas por Obras Hídricas	-	-	122.465,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122.465,64
183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05 DE 21/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
477	Modernização de Centros de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	-	-	8.142,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.142,00
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	(4.000.000,00)	(1.000.000,00)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,22)	(8.674.341,90)
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	300.000,00	-	(500.000,00)	-	42.215,89	-	(500.000,00)	-	(500.000,00)	-	(1.157.784,11)
451		-	(750.000,00)	-	-	-	-	(750.000,00)	-	-	-	-	-	(1.500.000,00)
452		-	(3.672.121,67)	-	-	-	-	(3.672.121,66)	-	-	-	-	-	(7.344.243,33)
453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	-	-	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	-	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	55.131,28	23.859,64
454		-	-	-	83.958,58	-	-	83.958,58	-	83.958,58	-	-	-	251.875,74
	Sub-total	0,00	-8.422.121,67	3.491.698,68	-328.210,59	587.830,83	-412.169,17	-4.708.116,36	1.091.739,79	-828.210,59	-412.169,17	7.087.830,87	7.581.871,06	4.729.973,68
	TOTAL GERAL	0,00	-8.422.121,67	34.254.757,98	16.198.734,94	20.724.024,63	26.608.247,66	5.997.597,73	13.982.320,69	9.961.692,16	4.247.663,98	12.807.876,73	11.144.060,10	147.504.854,93

(*) Projetos (27) = Novos/Cancelados/Resolução(S) + Acréscimo(3)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	7.491.663,96
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	2.862.400,00
Conselho Estadual de Educação - CEE	529.600,00
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	1.007.225,56
Secretaria da Educação - SEDUC	641.535,66
TOTAL (R\$)	12.532.425,18

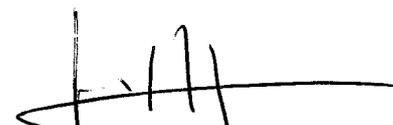
§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Os Projetos relativos aos Mapps 34, 168 e 189, egressos da Secretaria das Cidades – SCIDADES, foram prontamente aprovados, por ocasião da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, realizada em 29/01/2016, pelo que ficaram deliberados, respectivamente, os seguintes recursos, a saber: R\$ 3.000.000,00, R\$ 2.000.000,00 e R\$ 674.222,79, cujos Projetos, novamente apresentados, assim o foram tão somente para efeito de aprovação dos correspondentes adicionais solicitados, quais sejam: R\$ 263.908,07, R\$ 9.490,94 e R\$ 300.801,92.

§ 3º. O Projeto relativo ao Mapp 105, oriundo do Conselho Estadual de Educação – CEE, fica aprovado no valor rigorosamente correspondente aos recursos programados no Sistema Monitoramento de Projetos e Ações Prioritárias – WEBMAPP, pelo Exmo. Sr. Governador, em R\$ 129.600,00.

§ 4º. Esta Resolução deriva da 5ª Reunião Virtual, realizada no dia 29/03/2016.

Fortaleza - CE, 29 de março de 2016.

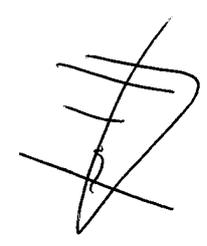

Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Políticas de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07 DE 28/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - CIDADES (7)														
16	Implementação das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - XIV II.	-	-	108.874,27	496.288,20	89.720,28	-	-	-	-	-	-	-	694.882,75
29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza	-	-	596.405,05	263.908,07	-	-	-	-	-	-	-	-	596.405,05
34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KRW II	-	-	9.490,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	263.908,07
168	Esgotamento Sanitário do Residencial Lino da Silveira	-	-	33.466,65	165.647,91	150.907,36	55.333,50	71.675,53	-	-	-	-	-	9.490,94
189	PAC 2 Estágem - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeropor, São José e Itangilo no Município de Juazeiro do Norte - CE	-	(176.229,03)	33.466,65	165.647,91	150.907,36	55.333,50	71.675,53	-	-	-	-	-	300.801,92
194	PAC 2 Estágem - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	-	-	1.213.205,02	200.000,00	200.000,00	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	2.739.130,59
229	Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da CAGECE em diversos municípios do Estado do Ceará.	-	-	627.282,23	910.719,02	627.282,23	721.761,16	-	-	-	-	-	-	2.887.044,64
	Sub-total	0,00	-176.229,03	2.743.757,96	1.385.241,20	1.474.477,79	1.027.661,45	232.522,04	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	7.491.663,96
2. Conselho Estadual de Educação - CEE (2)														
38	Formações de Diretores Escolares para a Educação Básica - CEEEB	-	-	57.148,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	-	-	-	400.000,00
105	Incentivo à capacitação de recursos humanos, acompanhamento e consolidação de dados dos Sistemas de Informatização e Simplificação de processos.	-	-	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	14.400,00	-	-	129.600,00
	Sub-total	0,00	0,00	76.348,00	57.142,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	14.400,00	0,00	0,00	529.600,00
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
276	Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinial - Palmácia	-	-	252.995,21	208.000,00	208.000,00	176.230,35	-	-	-	-	-	-	845.225,56
330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambú	-	-	42.000,00	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	162.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	294.995,21	328.000,00	208.000,00	176.230,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007.225,56
4. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE (1)														
153	Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - PBEU	-	-	241.600,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	2.862.400,00
	Sub-total	0,00	0,00	241.600,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	2.862.400,00
5. Secretaria da Educação - SEDUC (1)														
1218	Construção de EEM de Mauriti, Distrito de Barutizinho no Município de Mauriti	-	-	241.535,66	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	641.535,66
	Sub-total	0,00	0,00	241.535,66	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641.535,66
	TOTAL GERAL	0,00	-176.229,03	3.598.236,83	2.261.583,20	2.050.019,79	1.771.433,80	600.064,04	528.388,51	528.388,51	466.446,51	452.046,51	452.046,51	12.532.425,18

Jose de Lima Britas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

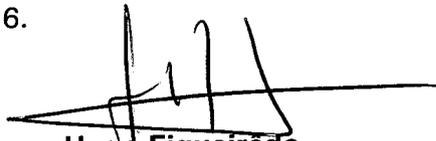
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	7.530.985,01
TOTAL (R\$)	7.530.985,01

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 6ª Reunião Virtual, realizada no dia 30/03/2016.

Fortaleza - CE, 30 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCOPI Nº 08 DE 30/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (3)													
50	Assistência Técnica e Extensão Rural Continuada aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	-	-	1.480.000,00	-	460.000,00	-	-	-	460.000,00	-	-	-	2.400.000,00
32		-	-	113.401,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.401,29
61	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
67		-	-	-	1.387.615,06	-	-	-	-	-	-	-	-	1.387.615,06
457	Implantação de Cisternas de Polietileno	-	-	1.614.984,33	-	-	-	1.614.984,33	-	-	-	-	-	3.229.968,66
	Sub-total	0,00	0,00	3.208.385,62	1.787.615,06	460.000,00	0,00	1.614.984,33	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.530.985,01
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	3.208.385,62	1.787.615,06	460.000,00	0,00	1.614.984,33	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.530.985,01


José de Lima Freitas Júnior
 Coordenador de Projetos e Políticas de
 Combate à Pobreza e Inclusão Social
 CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

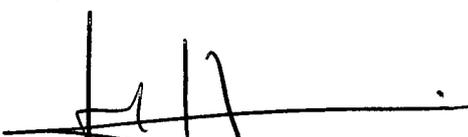
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria da Educação - SEDUC	44.581.840,82
Secretaria da Saúde - SESA	1.558.996,00
TOTAL (R\$)	46.140.836,82

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 7ª Reunião Virtual, realizada nos dias 05/04 e 06/04/2016.

Fortaleza - CE, 06 de abril de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09 DE 06/04/2016

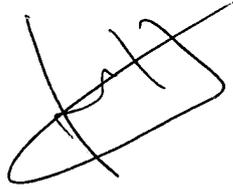
MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1.	Secretaria da Educação - SEDUC (37)													
637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI.	-	-	-	1.402.360,00	557.712,87	429.405,67	-	-	-	-	-	-	2.389.478,54
744	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Paracatu.	-	-	-	202.778,11	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	502.778,11
745	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Redenção.	-	-	-	300.000,00	600.000,00	-	-	600.000,00	-	-	-	-	2.255.114,91
747	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Uruburetama.	-	-	-	456.623,01	-	-	-	-	-	-	-	-	456.623,01
1201	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Graças, no Município de Amontada.	-	-	-	300.000,00	286.619,36	-	-	-	-	-	-	-	586.619,36
1202	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Camará, no Município de Aquidauana.	-	-	-	300.000,00	140.445,53	-	-	-	-	-	-	-	440.445,53
1205	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Gurupi, no Município de Camocim.	-	-	-	549.739,07	-	-	-	-	-	-	-	-	549.739,07
1206	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Assentamento Santana da Cajá, no Município de Canindé.	-	-	-	460.834,82	-	-	-	-	-	-	-	-	460.834,82
1207	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Campos Belos, no Município de Canindé.	-	-	-	270.817,93	-	-	-	-	-	-	-	-	270.817,93
1210	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Calçana, no Município de Cruz.	-	-	-	522.234,01	-	-	-	-	-	-	-	-	522.234,01
1214	Construção de Escola de Família Agrícola, no Município de Ipueras.	-	-	-	400.000,00	200.000,00	-	253.031,62	-	-	-	-	-	853.031,62
1223	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Assentamento de Conceição Bonfim, no Município de Santana do Acoral.	-	-	-	533.661,06	-	-	-	-	-	-	-	-	533.661,06
1228	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Calçaçu, no Município de Tianguá.	-	-	-	517.339,69	-	-	-	-	-	-	-	-	517.339,69
1315	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Monte Sion, no Município de Paramoti.	-	-	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	450.000,00
1316	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Petretama.	-	-	-	424.703,11	350.000,00	350.000,00	-	-	-	-	-	-	1.124.703,11
1325	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Paramoti.	-	-	-	193.461,58	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	793.461,58
1326	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Pacajus.	-	-	-	300.000,00	129.055,45	-	-	-	-	-	-	-	429.055,45
1341	Prêmio Escola Nota Dez.	-	-	-	2.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.161.000,00	-	-	-	18.161.000,00
1415	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de General Sampaio.	-	-	-	181.061,13	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	781.061,13
1459	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito Industrial, no Município de Igatuá.	-	-	-	-	228.501,53	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	428.501,53
1470	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Arneloiz.	-	-	-	485.566,14	-	-	-	-	-	-	-	-	485.566,14
1471	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Logradouro, no Município de Canindé.	-	-	-	301.620,60	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	701.620,60
1473	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de São Paulo, no Município de Acopiara.	-	-	-	300.000,00	-	200.000,00	-	-	300.000,00	-	-	284.600,42	1.084.600,42
1474	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Conceição, no Município de Canindé.	-	-	-	355.354,70	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	755.354,70
1485	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Bom Jardim, no Município de Fortaleza.	-	-	-	224.680,71	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	824.680,71
1487	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito Conselheiro, no Município de Ocara.	-	-	-	355.337,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	455.337,00
1503	Construção de Duas Quadras na EEEP Isaías Gonçalves Damascena e na EEM Ministro Antônio Coelho Lima, no Município de São Benedito.	-	-	-	131.208,82	-	-	-	-	-	-	-	-	131.208,82
1506	Construção de Três Quadras na EEFM Governador Gonzaga Mota e EEFM Raízes Indígenas no Município de Cratús e na EEFM Coslho Mascarenhas no Município de Novo Oriente.	-	-	-	398.138,30	-	-	-	-	-	-	-	-	398.138,30
1512	Construção de Três Quadras Cobertas com Vestiário no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	-	200.000,00	61.363,73	-	-	-	-	-	-	-	261.363,73
1528	Construção do Centro de Educação Infantil - CEI no Distrito de Quimuncá, no Município de Farias Brito.	-	-	-	210.000,00	280.000,00	-	-	-	-	-	-	-	490.000,00
1688	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza.	-	-	-	200.000,00	202.226,04	-	-	-	-	-	-	-	402.226,04
1690	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Vicente Pinzon, no Município de Fortaleza.	-	-	-	263.512,77	250.000,00	250.000,00	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	1.063.512,77
1691	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Jombson, no Município de Fortaleza.	-	-	-	300.000,00	-	300.000,00	-	-	261.847,73	-	-	-	861.847,73
1695	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Gentil Barreira, no Município de Fortaleza.	-	-	-	246.181,35	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	546.181,35
1698	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Dona Hiza Diogo de Oliveira, no Município de Fortaleza.	-	-	-	266.771,89	-	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00	-	-	200.000,00	866.771,89

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCOPI Nº 09 DE 06/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1695	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Bairro Castelo, no Município de Fortaleza.	-	-	-	270.319,61	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	670.319,61
1717	Projeto Reforma e Ampliação das Escolas: Helena Motz, Matias Beck e Murilo Borges, Localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza.	-	-	-	966.696,73	903.044,76	206.869,06	-	-	-	-	-	-	2.076.610,55
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	15.241.002,14	9.088.969,27	6.836.274,73	3.503.031,62	3.750.000,00	4.922.847,73	755.114,91	0,00	484.600,42	44.581.840,82
2. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
1831	Construção da Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	-	-	-	1.558.996,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.558.996,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.558.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.558.996,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	16.799.998,14	9.088.969,27	6.836.274,73	3.503.031,62	3.750.000,00	4.922.847,73	755.114,91	0,00	484.600,42	46.140.836,82

Total de Projetos: 38


Jose de Lima Freitas Junior
Coordenador de Programas de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPEAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 10/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

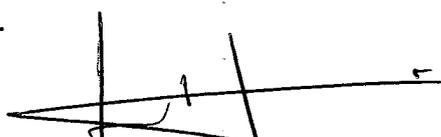
Secretaria	R\$
Secretaria da Educação – SEDUC	34.096.436,40
Secretaria das Cidades – SCIDADES	1.235.000,00
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	5.360.289,85
Secretaria da Saúde – SESA	5.253.725,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE	1.600.000,00
TOTAL (R\$)	47.545.451,25

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projeto, no Anexo I desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 8ª Reunião Virtual, realizada em 08/04/2016.

Fortaleza - CE, 08 de abril de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP1/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPS Nº 10 DE 08/04/2018

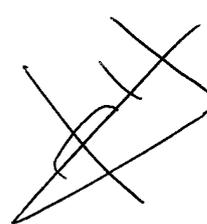
MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (40)														
553	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Caraguá.	-	-	-	367.509,07	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	967.509,07
695	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Limoeiro do Norte.	-	-	-	300.000,00	239.672,42	200.000,00	-	-	-	-	-	-	739.672,42
736	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itarema.	-	-	-	189.309,65	-	-	-	-	-	-	-	-	189.309,65
900	Projeto e-Jovem	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	4.000.000,00
1213	Construção de Escola Estadual de Ensino Médio - EEM, em Área Rural, Distrito de Pedrinhas, no Município de Içá.	-	-	-	-	552.662,45	-	552.662,45	-	-	-	-	-	1.657.987,37
1222	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Quixeré.	-	-	-	84.853,21	-	-	-	-	-	-	-	-	84.853,21
1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião Nova Romagem Tamboril	-	-	-	90.000,00	94.874,09	-	-	-	-	-	-	-	184.874,09
1345	Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.	-	-	-	404.360,00	-	-	-	368.056,12	-	-	-	-	772.416,12
1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro.	-	-	-	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000,00
1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	-	-	-	1.488.100,00	211.900,00	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
1456	Ampliação da Escola Francisco Lúcio, Distrito de Oliveiras, em Tamboril.	-	-	-	130.000,00	120.900,54	-	-	-	-	-	-	-	250.900,54
1465	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Alto Santo.	-	-	-	540.716,27	-	540.716,27	-	-	-	540.716,27	-	-	2.162.865,08
1507	Construção de Três Quadras Cobertas, na EEFM Desapaidado Fausto Aguiar, no Município de Pacatuba, Colégio Estadual Anchieta, em Maranguape e EEFM Buriti, em Itapococa.	-	-	-	211.850,36	-	-	-	-	-	-	-	-	211.850,36
1508	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Governador Adauto Bezerra, no Município de Jardim. EEFM Plácido Adraldo Castelo em Cariraguá e EEFM Adauto Bezerra, no Município de Barbalha.	-	-	-	151.101,64	-	-	-	-	-	-	-	-	151.101,64
1510	Construção de três Quadras Cobertas na EDEFM do Tribo, EDEFM de Aprendizagem do Povo Anace e EDEFM Índios Tapaba, em Caucaia.	-	-	-	261.507,33	-	-	-	-	-	-	-	-	261.507,33
1511	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Governador Adauto Bezerra, no Município de Iguatu, EEFM de Adail Barreto, em Carli e EEFM Campos Sales, no Município de Campos Sales.	-	-	-	155.093,99	-	-	-	-	-	-	-	-	155.093,99
1515	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Antônio Raimundo de Melo, no Município de Carnaubá, EEM Flávio Rodrigues, em Crotatá e EEM Dona Theresza Odette, em Ipó.	-	-	-	369.189,38	-	-	-	-	-	-	-	-	369.189,38
1533	Construção de Três Quadras Cobertas na Escola de Ensino Médio - EEM Murilo Braga, no Município de Maripóles, Escola de Ensino Médio - EEM Francisco de Almeida Monte, em Alcañaras e Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP Dom Valdirino Teixeira Vieira, em Sobral	-	-	-	392.260,94	-	-	-	-	-	-	-	-	392.260,94
1558	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ararendá.	-	-	-	-	297.602,27	-	200.000,00	-	300.000,00	-	-	-	1.097.602,27
1560	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Baurité.	-	-	-	-	183.968,80	-	-	-	-	-	-	-	183.968,80
1562	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Benedito.	-	-	-	144.188,40	-	-	-	-	-	-	-	-	144.188,40
1563	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Petrol.	-	-	-	251.362,79	-	150.000,00	-	-	-	-	-	-	551.362,79
1564	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Horizonte.	-	-	-	285.912,87	-	300.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	985.912,87
1565	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Luís do Curú.	-	-	-	232.805,30	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	832.805,30
1566	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Paripatuba.	-	-	-	-	249.147,00	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	849.147,00
1568	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Jica de Jericoacoara.	-	-	-	280.169,67	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	880.169,67
1569	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Senador Pompeu.	-	-	-	223.088,30	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	823.088,30
1570	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Coreau.	-	-	-	215.287,96	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	615.287,96
1571	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Penas Brtas.	-	-	-	338.060,14	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	938.060,14
1572	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Crato.	-	-	-	-	221.430,75	-	-	-	-	-	-	-	221.430,75
1573	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Missão Velha.	-	-	-	162.866,08	200.000,00	-	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	762.866,08
1574	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Tabuleiro do Norte.	-	-	-	332.965,73	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	932.965,73
1576	Construção de Escola, Projeto Padrão para Atender a Escola Estadual de Ensino Médio - EEFM de Achandolândia, no Município de Granja.	-	-	-	-	368.205,66	-	368.205,66	-	-	-	-	-	736.411,32
1577	Construção de Escola, projeto padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEFM de Parasinho, no Município de Granja.	-	-	-	-	330.305,74	-	300.000,00	-	-	300.000,00	-	-	930.305,74

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 10 DE 08/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1580	Construção de Escola, projeto padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEM de Sucesso, no Município de Itapipoca.	-	-	-	106.869,43	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	506.869,43
1567	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Bela Cruz.	-	-	-	-	195.360,49	200.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	595.360,49
1703	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Solonópole.	-	-	-	-	264.032,73	-	-	-	-	-	-	-	264.032,73
1743	Construção de Escola Indígena, no Município de Monsenhor Tabosa.	-	-	-	139.520,86	-	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	339.520,86
1745	Construção de Cinco Quadras Cobertas, nas EDPH nos Municípios de Itaramba, Camocim, São Benedito, Cassareal e Taboão do Norte.	-	-	-	405.593,88	-	405.593,06	-	405.593,06	-	-	405.593,06	-	1.622.373,06
1777	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Professora Adalgisa Borlím Soares, em Fortaleza.	-	-	-	-	131.315,52	200.000,00	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	531.315,52
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	12.754.543,25	3.961.378,48	3.996.309,33	3.920.868,11	2.958.772,39	805.593,06	4.993.378,72	405.593,06	300.000,00	34.096.436,40
2. Secretaria da Cidade - SCIDADE (1)														
835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	-	-	-	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,35	-	-	-	1.235.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,35	0,00	0,00	0,00	1.235.000,00
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
102	Projeto Adutora de Itapipoca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	442.989,85
316	Projeto Locação, Perfuração, Bombeamento com Análise Físico-Química, e Instalação de 150 Sistemas Simplificados com Chafiz em Fogos.	-	-	-	737.595,00	737.595,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	4.917.300,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.180.584,85	737.595,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	5.360.289,85
4. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2685	Projeto Aquisição de Equipamentos para a Policlínica, Tipo II, com 13 Especialidades, no Município do Crato.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.253.725,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	5.253.725,00	0,00	0,00	5.253.725,00						
5. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (2)														
65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no Município de Sobral	-	-	-	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.330,33	300.000,00
05	Projeto Bolsa Universidade da UVA	-	-	-	236.363,64	236.363,64	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,80	1.300.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	269.700,00	269.696,97	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.512,13	1.600.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	19.664.386,43	5.174.503,78	4.845.387,81	4.769.946,59	3.807.850,87	1.654.671,56	5.636.623,87	1.048.838,21	943.242,13	47.545.451,25

Total de Projetos: 46

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

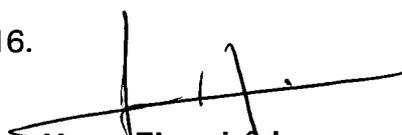
Secretaria	R\$
Secretaria da Educação - SEDUC	18.278.314,24
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.228.728,56
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	4.269.965,18
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	1.456.000,00
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	92.211,28
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	9.861.740,30
TOTAL (R\$)	35.186.959,56

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projeto, no Anexo I desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP - GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 25/04/2016.

Fortaleza - CE, 27 de abril de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente

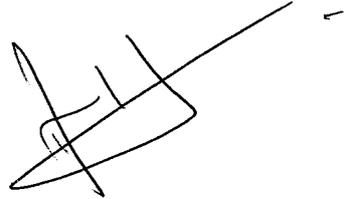

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11 DE 25/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.340.000,00	2.929.965,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.269.965,18
5. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (3)														
249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil - Praças Mais Infância, Brinquedoteca e Brinquedocriche	-	-	-	-	2.241.050,00	2.089.440,30	-	-	-	-	-	-	4.330.490,30
23	Cofinanciamento de Benefícios Eventuais para Famílias e Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	-	708.000,00	177.000,00	177.000,00	38.000,00	-	-	-	-	-	1.100.000,00
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família(PAIF)	-	-	-	2.710.000,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	-	-	-	-	-	4.431.250,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	3.418.000,00	2.991.800,00	2.840.190,30	611.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.861.740,30
6. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
56	Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará: Regularização Fundiária Estratégia - I ETAPA	-	-	-	456.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	456.000,00
104		-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	11.692.501,62	10.853.454,06	6.369.160,02	2.432.161,53	2.628.602,67	411.079,66	500.000,00	300.000,00	0,00	35.186.959,56

Total de Projetos: 33 = Novembro aumento (5)


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	-7.032.854,18
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	3.437.216,43
Secretaria da Cultura - SECULT	276.540,40
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	2.473.736,54
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	494.119,24
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	38.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	313.241,57
TOTAL GERAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos Anexos I e II, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP - GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Fica autorizada a retificação do valor do Projeto Mapp 1777- Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, oriundo da Secretaria da Educação - SEDUC, aprovado, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, por ocasião da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 08/04/2016, de R\$ 531.315,52, para R\$ 531.315,32.

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 9º Reunião Virtual, de 11/05/2016.

Fortaleza - CE, 11 de maio de 2016.

Hugo Figueiredo
Presidente

José de Lima Freltas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (1)														
294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatyju, Picição de Betorité e Litoral Norte.	-	-	-	-	313.241,57	-	-	-	-	-	-	-	313.241,57
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	313.241,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.241,57
2. Secretaria da Cultura - SECULT (1)														
730	Jardim de Agente - Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim	-	-	-	-	-	156.828,00	-	18.158,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	17.252,40	276.540,40
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.828,00	29.828,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	17.252,40	276.540,40
3. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD (5)														
6	Ponto da Cidadania: Corre para Vida	-	-	-	-	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	120.000,00
7	Fortalecendo Minha Comunidade	-	-	-	-	80.000,00	-	-	-	-	-	-	-	80.000,00
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	147.319,24	-	-	-	-	-	-	-	147.319,24
50	Projeto de Apoio à Casa Renata Couras	-	-	-	-	46.800,00	-	-	-	-	-	-	-	46.800,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	494.119,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494.119,24
4. Secretaria das Cidades - SCIDADES (4)														
50	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Bairro Conjunto Palmeiras - Fortaleza-CE	-	-	-	-	825.446,90	-	-	-	-	-	-	-	825.446,90
51	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Cidades José Euclides - Sobral-CE	-	-	-	-	627.024,95	-	-	-	-	-	-	-	627.024,95
52	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Bairro Pedrinhas - Juazeiro do Norte-CE	-	-	-	-	347.528,15	-	-	-	-	-	-	-	347.528,15
3097	Habitação de Interesse Social - Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira	-	-	-	-	175.000,00	-	-	-	-	175.000,00	-	-	350.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.975.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	2.150.000,00
5. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (5)														
267	Instalação de 100 Sistemas Simplificados com Dessalinizador	-	-	-	-	383.054,11	383.054,11	383.054,11	333.054,10	-	-	-	-	1.482.216,43
270	Material de Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período de Emergência de Seca.	-	-	-	-	100.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	500.000,00
221	Aquisição de Materiais para Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados pela SOHIDRA	-	-	-	-	181.666,67	181.666,67	181.666,66	-	-	-	-	-	545.000,00
327	Elaboração de Projetos Executivos para Aduadoras Emergenciais	-	-	-	-	286.666,67	253.530,00	180.530,00	139.273,33	-	-	-	-	860.000,00
328	Implantação do SAA da localidade de Sítio Barro Branco, no Município de Jati.	-	-	-	-	25.000,00	25.000,00	-	-	-	-	-	-	50.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	976.387,45	1.043.250,78	845.250,78	572.327,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.437.216,43
6. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (5)														
8	Criando Oportunidades - Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional e Fomento)	-	-	-	-	1.073.300,00	873.300,00	205.400,00	-	-	-	-	-	2.152.000,00
40	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	-	-	-	-	-	-	-	348.000,00	-	-	-	-	348.000,00
130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	-	-	-	-	212.278,00	212.278,00	-	75.444,00	-	-	-	-	500.000,00
181	Estrutura Livre	-	-	-	-	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	25.000,00	-	100.000,00
240	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos - Fortaleza-CE	-	-	-	-	38.000,00	-	-	-	-	-	-	-	38.000,00
330	Garantindo a Acessibilidade - Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional	-	-	-	-	300.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.636.078,00	1.298.078,00	217.900,00	435.944,00	12.500,00	12.500,00	25.000,00	0,00	3.638.000,00
7. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (3)														
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	-	-	-	-	2.133.290,22	-	2.139.669,32	-	-	43.000,00	-	-	4.315.959,54

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
469	Aquisição de Estações de Tratamento de Água(ETAs) Móveis para Purificação de Água de Pequenos Mananciais	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	-	-	-	-	57.777,00	-	-	-	-	-	-	-	57.777,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291.067,22	0,00	2.139.669,32	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	4.473.736,54
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	7.685.893,48	2.498.156,78	3.232.648,09	1.026.429,43	30.658,00	248.658,00	43.158,00	17.252,40	14.782.854,18

Total de Projetos: 24 = Nov 158 + Aumento (1)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPIAG

ANEXO II

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - SIDADES (3)														
182	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba.	(323.852,61)	(35.026,10)	(832.391,80)	(118.624,13)	(145.480,53)	(114.398,28)	(616.351,24)	(85.172,56)	(63.143,24)	(63.069,20)	(48.531,65)	(53.958,66)	(2.500.000,00)
	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Tapera, Pichuica e Jacutã em Aquiraz-CE.	(88.067,71)	(830.898,65)	(739.635,10)	(905.782,70)	(684.320,33)	(617.086,35)	(671.661,72)	(1.373.274,49)	-	-	-	-	(5.910.727,05)
195	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Açude Mal Cozinho, no Município de Cascavel-CE.	-	(82.348,26)	(158.648,27)	(60.639,70)	(126.682,52)	(110.022,35)	(112.927,64)	(120.858,39)	-	-	-	-	(772.127,13)
	Sub-total	-411.920,32	-948.273,01	-1.730.675,17	-1.085.046,53	-956.483,38	-841.506,98	-1.400.940,60	-1.579.305,44	-63.143,24	-63.069,20	-48.531,65	-53.958,66	-9.182.854,18
2. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (4)														
26	Artesanato Competitivo	-	-	-	-	(5.000,00)	(165.000,00)	-	(195.000,00)	-	(135.000,00)	-	-	(500.000,00)
93	CE-jovem Aprendizagem em Serviço(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)	-	-	-	-	(1.000.000,00)
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)	-	-	(686.700,00)	(313.300,00)	(2.000.000,00)
307	Primeiro Passo - Estagiário TRE	-	-	-	-	(100.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	(100.000,00)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	-105.000,00	-165.000,00	0,00	-2.195.000,00	0,00	-135.000,00	-686.700,00	-313.300,00	-3.600.000,00
3. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades(Projeto Paulo Freire)	-	(1.379.040,19)	-	-	-	-	-	(400.434,84)	(55.131,23)	(55.131,23)	(55.131,23)	(55.131,28)	(2.000.000,00)
	Sub-total	0,00	-1.379.040,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-400.434,84	-55.131,23	-55.131,23	-55.131,23	-55.131,28	-2.000.000,00
	TOTAL GERAL	-411.920,32	-2.327.313,20	-1.730.675,17	-1.085.046,53	-1.061.483,38	-1.006.506,98	-1.400.940,60	-4.174.740,28	-118.274,47	-253.200,43	-790.362,88	-422.389,94	-14.782.854,18

Total de Projetos: 8 = Novo (0) - Redução (8)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO 3

ANEXO 3 – Relação dos projetos de assistência à família (geral)

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS			
1	14	Novos Caminhos para Proteção e Profissionalização para Mulheres Vítimas de Violência	Garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de vida e de seus filhos (as)
2	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	Acolher crianças, adolescentes e adultos com direitos ameaçados ou violados nos Abrigos Desembargador Olívio Câmara (ADOC) e Tia Júlia.
3	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.
4	18	Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto juvenil, num trabalho integrado com a família e a comunidade.
5	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais, visando a inserção das famílias na rede de proteção social, minimizando as situações de vulnerabilidades sociais vivenciadas.
6	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação SOCIAL E PROFISSIONAL, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.
7	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.
8	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral
9	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.
10	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Garantir às pessoas com deficiência e seus acompanhantes o deslocamento para a escola e tratamento especializado na perspectiva da habilitação e reabilitação da vida pessoal e social
11	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	Acolher e garantir proteção integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.
12	254	Apoio as Unidades de Proteção Social Especial (Renascar, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio).	Proteger integralmente crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados que necessitam serem retirados da família, bem como, oferecer tratamento para dependência química à adolescentes e jovens de 16 a 21 anos, do sexo masculino, estimulando a reconstrução de sua cidadania e autonomia.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
13	258	Política Integrada de Economia Solidária	Promover a inclusão socioproductiva de famílias beneficiadas nos territórios do Vale do Curu, Maciço de Baturité e Sertão dos Inhamuns, a partir das estruturação de Centros públicos, Formação de assessoria técnica, implantação de tecnologia de inclusão financeira, aos empreendimentos solidários que tem carência de formação, produção e orientação na perspectiva de fortalecer e desenvolver os empreendimentos.
14	262	Sociedade Justa e Segura	Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.
15	307	Primeiro Passo – Estagiários do TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.
16	312	Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.
17	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos 181 CRAS em 159 municípios do Ceará.
18	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, integrando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura.
19	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio e inserção no mercado de trabalho.
20	249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocreche	Apoiar o desenvolvimento das crianças cearenses, ampliando a oferta de espaços lúdicos recreativos através da construção e reforma de praças e implantação de brinquedos em creches públicas, atendendo a faixa etária de 0 a 12 anos, visando ampliar a capacidade física e mental das crianças, bem como, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
21	307	Primeiro Passo – Estagiários do TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.
2. Secretaria das Cidades - SCIDADES			
22	2	Rio Maranguapinho Trecho I, II e III (PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alojamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho.
23	3	Projeto: Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alojamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
24	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II – KfW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
25	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de intervenção de Projetos de Interesse Social do Estado
26	1613	Projeto: Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
27	1944	Mobilização e Transporte de Famílias	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de abrangência dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê.
28	2459	Habituação de Interesse Social 60 Unidades habitacionais no Município de Massapê- CE	Diminuir o déficit habitacional quantitativo da área urbana do município de Massapê como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
29	2999	Habituação Rural – PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
30	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II – KfW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.
31	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de intervenção de Projetos de Interesse Social do Estado
32	835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA			
33	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos
34	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.
35	76/77/78/94	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	Ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população residente nos reassentamentos e comunidades beneficiadas.
36	85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	Promover o empoderamento da juventude camponesa de modo a contribuir para o acesso à ações de geração de renda, produção e consumo de alimentos saudáveis, acesso à água, moradia, e outras necessidades básicas.
37	183	Fortalecimento das Ações de Ater no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em municípios do Estado do Ceará
38	341	São José III – Componente 2 – Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado.	Contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, garantindo o acesso a água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.
39	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental
40	451/452/453/454	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
41	477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.
42	50	Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	Promover a inclusão social e produtiva de famílias remanescentes das vagas do Acordo de Cooperação Técnica/ PBSM, celebrado entre Governo do Estado do Ceará, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.
43	457	Implantação de cisternas de polietileno.	Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar
4. Secretaria da Educação - SEDUC			
44	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.
45	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.
46	1345	Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
47	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	Contribuir para que os jovens conclua o ensino médio com qualidade
48	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
5. Secretaria da Cultura - SECULT			
49	68	Agentes de Leitura do Ceará	Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas
6. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE			
50	239	Agentes Digitais	Desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores na prática na área da Tecnologia da Informação e Comunicação e como consequência, geração de novos negócios digitais.
51	5	Programa Bolsa Universidade da UVA	Viabilizar a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, por meio da concessão de estágio remunerado.
7. Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG			
52	41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE em Fortaleza	Promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário de famílias de baixa renda, contribuindo para inclusão social destas famílias, bem como a inclusão dos imóveis no contexto urbano da cidade.
8. Gabinete do Governador - GABGOV			
53	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)	Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
54	103	ProJovem Campo 3 - "Saberes da Terra"	Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.

ANEXO 4

ANEXO 4 – Relação dos projetos de assistência à família (selecionados)

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral	Relatório I (1º Sem. 2016)	Relatório II (2º Sem. 2016)
1. Secretaria da Cultura – SECULT					
01	68	Agentes de Leitura do Ceará	Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas	X	
2. Gabinete do Governador – GABGOV					
02	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)	Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.	X	
03	103	ProJovem Campo 3 - “Saberes da Terra”	Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.	X	
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA					
04	434	Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará.	Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental.	X	
05	453/ 454	MAPP 451 - Projeto Paulo Freire / FIDA - Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades; MAPP 452 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental; MAPP 453 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 3 - Gestão do Projeto; MAPP 454 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 4 - Gerência de Monitoramento e Avaliação.	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.	X	

4. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS					
06	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral	X	
07	262	Projeto Sociedade Justa e Segura	Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.	X	
08	307	PRIMEIRO PASSO – ESTAGIÁRIOS DO TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.	X	
09	312	Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.	X	

ANEXO VI

Evidência do atendimento do Indicador DLI 7 (SRH) -
Estabelecimento de comitê multisetorial de segurança de
água.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

OFÍCIO CONERH Nº 006/2016.

Fortaleza, 26 de Abril de 2016.

À Sra.

ANA CRISTINA MEDEIROS

Coordenadora da UGP

Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Av. General Afonso Albuquerque, s/nº – Cambéba – CEP: 60.822-325

Fortaleza/CE

Assunto: Encaminhamento das atas das Reuniões do CONERH.

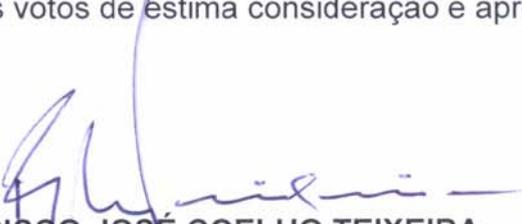
Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, e fazendo referência aos Projetos do Banco Mundial assumidos por esse Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, assim como por esta Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH, por intermédio do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH, vimos encaminhar para vosso conhecimento e providências cabíveis, as atas da 74ª e 75ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará – CONERH.

Certos de termos atendido às exigências estabelecidas pelo Banco Mundial, colocamo-nos a disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

No ensejo, externamos votos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente,


FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA
Secretário dos Recursos Hídricos
Presidente do CONERH

CA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

Coordenadoria de Gestão dos Recursos Hídricos - CGERH

PAUTA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONERH

DATA: 26/01/2016 (Terça-feira)
LOCAL: Auditório da SEINFRA/SRH
HORA: 08:30h

ITEM	HORA	ASSUNTO
01	08h30min	Coffee Break.
02	09h00min	Abertura da sessão.
03	09h05min	Verificação do <i>quorum</i> .
04	09h10min	Aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária do CONERH.
05	09h15min	Abordagem dos encaminhamentos.
06	09h40min	Discussão sobre da Minuta da Resolução que tem por objeto "a cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do estado do ceará ou da união, por delegação de competência" (COGERH).
07	10h30min	Situação hídrica no vale perenizado do Rio Jaguaribe e do prognóstico do ano de 2016 (COGERH/FUNCEME).
08	11h10min	Apresentação do Plano Diretor de Irrigação (Dr. Ramon Rodrigues – Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos).
09	11h40min	Palavra Facultada.
10	12h00min	Encerramento.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 74/2016 DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
DO CEARÁ - CONERH

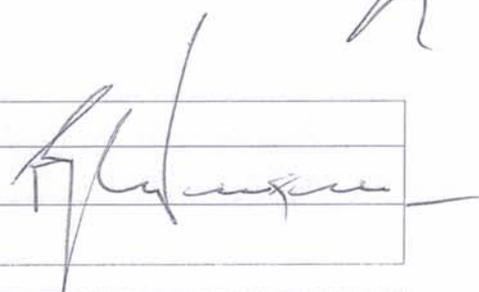
01 Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 2016 (dois mil e dezesseis), no auditório da
02 SEINFRA, foi realizada a Reunião Ordinária Nº 74/2016 do CONERH, na qual estiveram
03 presentes os seguintes Conselheiros do CONERH: Francisco Teixeira e Ramon Rodrigues
04 (SRH), Paulo Henrique Pascoal (SEINFRA), Inácio Arruda (SECITECE), Nelson Britto
05 (SEPLAG), Alceu Galvão Jr (CIDADES), Osvaldo Segundo (SEAPA), Lindalva Cruz
06 (SEDUC), Raimundo Menezes (SDA), Mara Silva (SEMA), Cláudio Lima (SDE), Alcides
07 Duarte (CBH), Praxedes Berto (ABES), Nicolas Fabre (APRECE), Rogério Leite (DNOCS),
08 Cailiny Cunha (CAGECE), Inês Teixeira (IFCE), Nise Sanford (UNIFOR), João Teixeira
09 (FAEC) e Renato Aragão (FIEC). Ao todo estavam presentes 19 Instituições do Conselho,
10 representando 95% do CONERH e 20 Conselheiros entre titulares e suplentes. Como
11 Secretaria-Executiva do CONERH - Carlos Magno Feijó Campelo (titular) e Márcia Soares
12 Caldas (suplente). Como Assessoria Jurídica da SRH – Ricardo Veras Paz e Ana Cláudia Ferreira
13 Dutra. Como convidados estavam presentes 29 participantes de diversas instituições tais
14 como: SRH, COGERH, FUNCEME, IDECI, Assembleia Legislativa, ACEAQ, COGERH,
15 SEDUC, CBH Baixo Jaguaribe, ADECE, SEAPA e CAGECE. Ao todo estavam presentes 53
16 pessoas, entre Conselheiros, Secretaria-executiva e Convidados, conforme lista de presença em
17 anexo. Foi registrada a ausência dos Conselheiros da ABRH. Iniciando os trabalhos, verificado
18 e confirmado o quorum, o Presidente do CONERH/Secretário de Recursos Hídricos, Dr.
19 Francisco Teixeira, fez a abertura formal da reunião e agradeceu a presença de todos. Em
20 seguida passou a palavra para o Sr. Carlos Magno Feijó Campelo/Secretário-executivo do
21 CONERH que apresentou a pauta da reunião: 1) Coffee break; 2) abertura da sessão; 3)
22 verificação do quorum; 4) aprovação da ata da 73ª Reunião Ordinária do CONERH; 5)
23 abordagem dos encaminhamentos; 6) discussão sobre a Minuta da Resolução que tem por
24 objeto “a cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio
25 do Estado do Ceará ou da União, por delegação de competência” (COGERH); 7) situação
26 hídrica no vale perenizado do Rio Jaguaribe e do prognóstico do ano de 2016
27 (COGERH/FUNCEME); 8) apresentação do Plano Diretor de Irrigação; 9) palavra
28 facultada; 10) encerramento. Seguiu-se então para a discussão do quarto ponto de pauta:

29 Carlos Campelo submeteu a Ata da Reunião Ordinária 73ª./2015 para aprovação dos
30 Conselheiros. Sem nenhuma ressalva, a ata da reunião anterior foi APROVADA por
31 unanimidade. Passou-se então ao **quinto ponto de pauta**: No **retorno dos encaminhamentos**
32 da reunião anterior do Conerh, Carlos Magno, Secretário-executivo do Conerh, fez os seguintes
33 esclarecimentos: a SEAPA que havia pedido vistas na **proposta de minuta de resolução do**
34 **Comitê da Bacia Hidrográfica do Salgado**, sobre a “proibição de expedição de outorga dos
35 recursos hídricos para a finalidade de irrigação dos usuários e empreendimentos que empregam a
36 técnica inundação por superfície e sulco”. A SEAPA devolveu a minuta com seu parecer, o qual
37 foi entregue à Secretaria-executiva do Conerh. A mesma enviará para todos os Conselheiros para
38 apreciação e deliberação posterior; **sobre o pedido da comunidade do sistema Orós-Feiticeiro**
39 que entregou um abaixo-assinado da comunidade na reunião passada, pedindo a renovação
40 imediata da Comissão Gestora de Orós Feiticeiro, tendo em vista o seu prazo de validade
41 expirado, Carlos Magno informou que a SRH, através de sua assessoria jurídica, preparou um
42 parecer sobre o assunto, o qual foi entregue à comunidade. Márcia Caldas, secretaria-executiva
43 suplente do Conerh, complementou a informação dizendo que participou da 46ª. Reunião
44 Ordinária do Comitê do Médio Jaguaribe, que ocorreu dia 18/12/15, onde a mesma levou o
45 parecer do jurídico da SRH, com o aval do Dr. Teixeira, reconhecendo a necessidade de
46 renovação da Comissão Gestora. Na reunião do CBH citado foi decidido que a Comissão
47 Gestora será renovada até maio/2016, essa é a previsão da COGERH e, na mesma reunião
48 citada, foi escolhida uma pré-comissão entre os membros do CBH Médio Jaguaribe, que
49 acompanhará o processo de renovação; Carlos Magno também apresentou uma **proposta de**
50 **cronograma para as reuniões do Conerh em 2016** e as datas aprovadas foram as seguintes: 26
51 de janeiro, 01 de Março, 07 de Junho, 02 de agosto, 04 de outubro e 01 de dezembro. Logo em
52 seguida, Dr. Teixeira sugeriu a mudança na ordem da pauta, discutindo primeiramente o item 07
53 que trata da situação dos açudes e prognóstico da FUNCEME, antes da discussão sobre a minuta
54 da cobrança. Os conselheiros aprovaram a mudança na ordem da pauta. **No sétimo ponto de**
55 **pauta**, Dr. Eduardo Sávio, Presidente da FUNCEME, fez uma apresentação do **prognóstico da**
56 **FUNCEME** para 2016. A missão da FUNCEME é dar informação científica, não é dar
57 esperança, portanto, a palavra de ordem é cautela. Diante da situação do El Nino, a
58 probabilidade é que seja uma quadra chuvosa 65% abaixo da média, 25% normal e 10% acima
59 da média. Na interpretação dos dados isso significa dizer que em 20 anos seria: 13 anos secos, 5
60 normais e 2 chuvosos. O boletim de monitoramento da Funceme é feito toda segunda-feira
61 porque diante das mudanças do clima, não há como fazer no momento um prognóstico
62 definitivo. Logo em seguida, a **Diretora de Operações da COGERH, Débora Rios, fez uma**
63 **apresentação da situação hídrica do Estado do Ceará**. Ela mostrou a diferença entre 2015 e
64 2016 nos sistemas principais: Orós, Castanhão e RMF (Aracoiaba, Gavião, Pacajus,
65 Pacoti/Riachão). Em estudos realizados com a UFC, situação de esvaziamento realizada em
66 software Aquanet, considerando as séries históricas, garantindo a segurança hídrica até a quadra

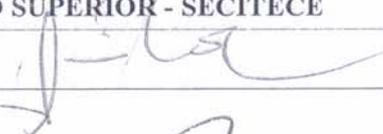
67 chuvosa de 2017, a previsão máxima do Castanhão deverá ser de 15 m³/s, sendo que a
68 perenização do Castanhão seria limitada até o município de Quixeré na localidade de Sucurujuba
69 – 100km. A proposta que será apresentada na reunião de avaliação da operação dos vales do
70 Jaguaribe e Banabuiú será de 9,5 m³/s pelo Eixão das Águas (mesmo valor de 2015) e 5,50 m³/s
71 pelo rio (em 2015 foi de 14,50 pelo rio) totalizando 15 m³/s ao todo, no entanto, para atingir os
72 15 m³/s proposto, o rio tem que ser reduzido para 14,5 m³/s. Teixeira enfatizou que com a seca
73 de 2015, houve uma restrição em todos os usos e o resultado disso foi uma redução no consumo.
74 Exemplo interessante é que na região Metropolitana, o consumo era de 12,5 m³/s e terminou o
75 ano gastando 10,2 m³/s. João Lúcio, Presidente da Cogerh, enfatizou que proporá aos Comitês
76 que a operação dos vales seja reduzida para acompanhamento quinzenal, tendo em vista a
77 necessidade de monitoramento. Logo em seguida, o Diretor de Planejamento da Cogerh,
78 Ubirajara Patrício, mostrou as principais atividades da Cogerh no Ceará para garantir um sistema
79 de gestão de recursos hídricos eficiente. Tendo em vista os últimos anos, Ubirajara Patrício
80 destacou as ações emergenciais de convivência com a seca: adutoras de montagem rápida que
81 salvaram muitas sedes do colapso hídrico, reservatórios monitorados mensalmente em discussão
82 articulada com a Cogerh, SOHIDRA, Cagece, SRH e Gabinete do Governador, Alocação
83 Negociada de Água, Cadastro de usuários, implantação de 15 seções hidrométricas no rio
84 Jaguaribe, intensificação do monitoramento no leito de perenização do rio Jaguaribe, Operação
85 do Jaguaribe por ondas, melhorias na estação de bombeamento do Castanhão, recuperação da
86 estação de bombeamento do Pacoti, funcionamento dos CBHs e Comissões gestoras, bem como
87 ações de perfuração de poços, locações geofísicas de poços, análise de potencial de aquíferos.
88 Em seguida, passou-se a discussão do **sexto ponto de pauta** que trata do aumento da tarifa, o
89 Presidente da Cogerh fez sua palavra inicial e facultou a palavra para o Gerente Comercial da
90 Cogerh, Marcílio Caetano que enfatizou que a arrecadação da cobrança da Cogerh em 2015 foi
91 de 85 milhões de Reais, sendo que o prognóstico para 2016 é de 98 milhões de Reais em
92 despesas, sendo que destes, 32 milhões de Reais seria para pagar a energia elétrica. Portanto, a
93 **proposta de reajuste da tarifa da cobrança é de 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete**
94 **centésimos por cento)**, pois com este valor a arrecadação passaria para 115,96 milhões de Reais
95 e as despesas ficariam em 115,83 milhões de Reais, sendo que o gasto com a energia elétrica
96 passaria para 50 milhões de Reais. O peso da despesa da energia elétrica na Cogerh é de 44%
97 (quarenta e quatro por cento). Último reajuste da tarifa ocorreu em 2015 e foi de 18,14%
98 (dezoito inteiros e quatorze centésimos por cento), mas como foi aprovada pelo Conerh em
99 28/04/15, essa tarifa não pegou a inflação de 2012-2014. A proposta da Cogerh atual é apenas
100 uma reposição da inflação de 2015, com uma proposta de reajuste tarifário seguindo o Índice
101 Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete
102 centésimos por cento) para todas as categorias. Logo em seguida, abriu-se a palavra para os
103 Conselheiros. Sr. João Teixeira da FAEC, comentou que na sua percepção quem irriga arroz
104 deveria pagar mais, porque a eficiência de água nessa cultura é menor. Na proposta do

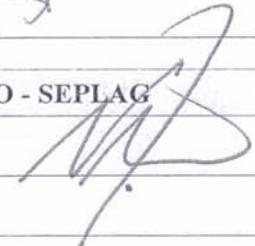
105 Conselheiro João Teixeira é que fosse revista as duas tarifas, tanto de quem capta do rio como de
106 quem capta de poço; o objetivo é que o usuário pense no valor da água. João Teixeira solicitou
107 que Marcílio fizesse uma simulação para um agricultor que queira plantar 10 ha de arroz com a
108 proposta da nova tarifa. Pelos cálculos do Marcílio, o usuário pagaria R\$ 49,30 (Quarenta e
109 Nove Reais e Trinta Centavos) no 1º. Mês, R\$ 73,00 (Setenta Reais) no 2º. Mês e R\$ 93,00
110 (Noventa e Três Reais) no terceiro mês, isso em um ciclo de arroz. João Teixeira acha que a
111 rizicultura quase não sentirá a diferença e gastará muito mais água para plantar. Logo em
112 seguida, João Lúcio, Presidente da Cogerh, propôs que fosse aprovada o aumento de 10,67%
113 (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) linearmente e que posteriormente se abrisse
114 uma discussão com o setor de irrigação para uma proposta mais detalhada. Alcides é a favor da
115 proposta do João Lúcio. Alcides alertou para o cuidado da Cogerh não comprometer seu
116 orçamento com obras estruturantes como adutoras. Teixeira disse que isso já foi revisto e a
117 SOHIDRA e o Governo do Estado já assumiram essa função. O conselheiro do DNOCS,
118 Rogério Leite, indagou se a Cogerh está considerando os custos que serão elevados com mais
119 serviços que o projeto de Transposição do Rio São Francisco trará e que está previsto para
120 chegar em novembro 2016. Rogério disse que a Cogerh não deveria considerar apenas os custos
121 da Cogerh com energia elétrica. Euvaldo e Osvaldo Segundo da SEAPA propuseram aumento
122 linear para todos os usos, porque na proposta atual a SEAPA tem visão diferente da Cogerh, mas
123 eles propuseram a aprovação do aumento de 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete centésimos
124 por cento)e marcaríamos uma reunião com o setor de irrigação junto com a Adece para decidir
125 sobre a irrigação. Raimundo Teles da SDA, parabenizou a Cogerh pelo estudo da tarifa e
126 solicitou que os pequenos agricultores não sentissem o aumento da tarifa neste momento.
127 Cailiny da Cagece disse que a Cagece concorda com esse aumento da Cogerh, no entanto, ela
128 lembrou que tinha ficado decidido em reuniões passadas do Conerh que a Cogerh e a Cagece
129 sentariam para dialogar e rever o modelo tarifário. O Secretário Teixeira salientou que já está
130 sendo licitado um pedido de consultoria para rever o modelo tarifário, o qual será pago pelo
131 programa PforR (Programa por Resultados do Banco Mundial). Rogério Leite do DNOCS
132 sugeriu que a Cogerh considerasse o estudo tarifário que a ARCE fez ano passado. O
133 Conselheiro Praxedes da ABES sugeriu que a proposta de reajuste tarifário não fosse linear no
134 que diz respeito a Cagece, pois a mesma tem um serviço diferenciado dentro do sistema de
135 recursos hídricos. O Conselheiro Renato Aragão da FIEC, teve que se ausentar antes do término
136 da reunião, mas solicitou que ficasse registrado em ata que a FIEC vota contra o aumento de
137 10,67% (dez inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) na tarifa da cobrança para a
138 Indústria. Logo em seguida, diante de todas as proposições dos Conselheiros, o Secretário
139 Teixeira colocou a seguinte proposta em votação: **aprovar o aumento da tarifa de 10,67%**
140 **para todos os usos**, sendo que casos específicos como por exemplo a irrigação e aqüicultura,
141 poderão criar um grupo de trabalho e elaborar uma nova proposta para ser apresentada ao
142 Conselho. **Todos os Conselheiros presentes aprovaram a proposta, com exceção da FIEC**

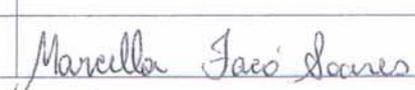
143 **que votou contra o aumento.** Quanto ao **oitavo ponto de pauta:** tendo em vista o avançado da
 144 hora, Teixeira sugeriu ao Dr. Euvaldo Bringel, Secretário Adjunto da SEAPA que apresentasse o
 145 Plano diretor de Irrigação na próxima reunião do Conerh. O mesmo acatou a sugestão. Portanto,
 146 **os encaminhamentos da reunião de hoje foram os seguintes:** a) passar para todos os
 147 Conselheiros o parecer da SEAPA sobre a minuta de Resolução que proíbe a irrigação por
 148 inundação e sulco na bacia do Salgado; b) Secretaria-Executiva do Conerh mobilizar a criação
 149 de um Grupo de Trabalho para discutir uma proposta de tarifa para a irrigação; c) enviar para os
 150 Conselheiros por e-mail o calendário das reuniões do Conerh em 2016 que foi aprovada pelo
 151 plenário; d) incluir na pauta da próxima reunião do Conerh a apresentação do Plano Diretor de
 152 Irrigação pela SEAPA; não havendo mais nenhuma manifestação, o Secretário Teixeira
 153 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Carlos Magno Feijó Campelo, lavrei a
 153 presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Conselheiros presentes e
 155 por mim.

RECURSOS HÍDRICOS - SRH		
TITULAR	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	
SUPLENTE	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA		
TITULAR	PAULO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL	
SUPLENTE	JOAQUIM FIRMINO FILHO	

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	
SUPLENTE	ANTÔNIO GILVAN SILVA PAIVA	

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG		
TITULAR	NELSON MATOS BRITO	
SUPLENTE	FRANCISCO PARENTE GOMES	

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES		
TITULAR	ALCEU DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR	
SUPLENTE	MARCELLA FACÓ SOARES	

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA		
TITULAR	FRANCISCO OSMAR DIÓGENES BAQUIT	
SUPLENTE	OSVALDO SEGUNDO DA COSTA FILHO	

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	SOLANGE MARIA RABELO ^{ATUNZI FARE}	Milene Antunes de Almeida
SUPLENTE	LINDALVA COSTA DA CRUZ	

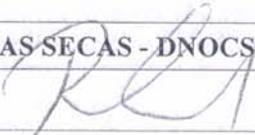
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA		
TITULAR	FRANCISCO ABELARDO CAVALCANTE CAMURÇA	
SUPLENTE	RAIMUNDO NONATO TELES DE MENEZES	R. T. S.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	MARIA DIAS CAVALCANTE	
SUPLENTE	LÚCIA MARIA BEZERRA DA SILVA	

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE		
TITULAR	ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA	M.
SUPLENTE	EDUARDO HENRIQUE CUNHA NEVES	

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	MARCONDES HERBSTER FERRAZ	
SUPLENTE	NICOLAS ARNAUD FABRE	

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH		
TITULAR	ALCIDES DA SILVA DUARTE	Alcides da Silva Duarte
SUPLENTE	GENEZIANO DE SOUZA MARTINS	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		
TITULAR	FRANCISCO ROGÉRIO GOMES LEITE	
SUPLENTE	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES		
TITULAR	ANTÔNIO PRAXEDES BERTO	
SUPLENTE	MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES	

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS - ABRH		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	
SUPLENTE	ROGÉRIO CAMPOS	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE		
TITULAR	VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE	
SUPLENTE	MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	<i>Maria Inês Teixeira Pinheiro</i>

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR		
TITULAR	NISE SANFORD FRAGA	<i>Nise Sanford Fraga</i>
SUPLENTE	OYRTON AZEVEDO DE CASTRO MONTEIRO JR.	

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE		
TITULAR	CAILINY DARLEY DE MENEZES MEDEIROS CUNHA	
SUPLENTE	DOMINGOS SÁVIO CARDOSO BRAGA	

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC		
TITULAR	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	<i>[Signature]</i>
SUPLENTE	CARLOS BEZERRA FILHO	

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC		
TITULAR	ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO	<i>[Signature]</i>
SUPLENTE	ELAINE CRISTINA DE MORAES PEREIRA	

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH		
TITULAR	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	<i>[Signature]</i>
SUPLENTE	MÁRCIA SOARES CALDAS	

ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH		
TITULAR	RICARDO VERAS PAZ	<i>[Signature]</i>
SUPLENTE	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	
	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA	<i>[Signature]</i>

[Handwritten mark]



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

Coordenadoria de Gestão dos Recursos Hídricos - CGERH

PAUTA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONERH

DATA: 01/03/2016 (Terça-feira)
LOCAL: Auditório das Águas/COGERH
HORA: 08:30h

ITEM	HORA	ASSUNTO
01	08h30min	Coffee Break.
02	09h00min	Abertura da sessão.
03	09h05min	Verificação do <i>quorum</i> .
04	09h10min	Aprovação da Ata da 74ª Reunião Ordinária do CONERH.
05	09h15min	Abordagem dos encaminhamentos.
06	09h30min	Avaliação do Relatório PROGESTÃO 2015 – Metas Federativas e Estaduais.
07	10h00min	Apresentação do Estudo “Definição de indicadores, critérios e o monitoramento da área irrigada como suporte à decisão na alocação de água.” (Dr. Sílvio Carlos – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE).
08	10h30min	Apresentação da proposta de um novo sistema de outorga. (Dr. Euvaldo Bringel Olinda – Secretário Adjunto da Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEAPA).
09	11h00min	Avaliação da Minuta de Resolução que tem por objeto a “proibição de expedição de outorga dos recursos hídricos para a finalidade de Irrigação dos usuários e empreendimentos que empregam as modalidades Inundação por Superfície e Sulco na Sub-bacia do Rio Salgado”
12	11h45min	Palavra Facultada
13	12h00min	Encerramento.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 75/2016 DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
DO CEARÁ - CONERH

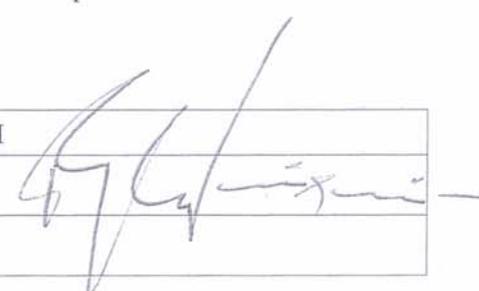
01 Ao 1º (primeiro) dia do mês de março de 2016 (dois mil e dezesseis), no auditório da COGERH,
02 foi realizada a Reunião Ordinária Nº 75ª/2016 do CONERH, na qual estiveram **presentes os**
03 **seguintes Conselheiros** do CONERH: Francisco Teixeira (SRH), Paulo Henrique Pascoal
04 (SEINFRA), Inácio Arruda (SECITECE), Nelson Britto (SEPLAG), Marcella Facó Soares
05 (CIDADES), Osvaldo Segundo da Costa Filho (SEAPA), Milene Antunes de Alencar (SEDUC),
06 Raimundo Nonato Teles de Menezes (SDA), Lúcia Maria Bezerra da Silva (SEMA), Antônio
07 Cláudio Ferreira Lima (SDE), Nicolas Arnauld Fabre (APRECE), Alcides da Silva Duarte
08 (CBH), Francisco Rogério Gomes Leite e Maria Zita Timbó Araújo (DNOCS), Maria Amélia
09 Souza Menezes (ABES), Renata Mendes Luna (ABRH), Maria Inês Teixeira Pinheiro (IFCE),
10 Nise Sanford Fraga (UNIFOR), João Teixeira Júnior (FAEC), Antônio Renato Lima de Aragão e
11 Elaine Cristina de Moraes Pereira (FIEC). Ao todo **estavam presentes 19 Instituições do**
12 **Conselho, representando 95% do CONERH** e 21 Conselheiros entre titulares e suplentes.
13 Como Secretaria-Executiva do CONERH - Carlos Magno Feijó Campelo (titular). Como
14 Assessoria Jurídica da SRH – Ricardo Veras Paz e Ana Cláudia Ferreira Dutra Fernandes. Como
15 **convidados estavam presentes 22 participantes** de diversas instituições tais como: SRH,
16 COGERH, IPECE, ADECE, ARCE, ADAGRI, Assembleia Legislativa, ACEAQ, IFCE,
17 DISTAN. **Ao todo estavam presentes 46 pessoas**, entre Conselheiros, Secretaria-executiva e
18 Convidados, conforme lista de presença em anexo. Foi registrada a **ausência** dos Conselheiros da
19 CAGECE. Iniciando os trabalhos, verificado e confirmado o *quorum*, o Presidente do
20 CONERH/Secretário de Recursos Hídricos, Dr. Francisco Teixeira, fez a abertura formal da
21 reunião e agradeceu a presença de todos. Em seguida passou a palavra para o Sr. Carlos Magno
22 Feijó Campelo/Secretário-executivo do CONERH que apresentou a **pauta da reunião**: 1) Coffee
23 break; 2) abertura da sessão; 3) verificação do quorum; 4) aprovação da ata da 74ª. Reunião
24 Ordinária do CONERH; 5) abordagem dos encaminhamentos; 6) Avaliação do Relatório do
25 PROGESTÃO 2015 – Metas Federativas e Estaduais; 7) Apresentação do estudo “Definição de
26 indicadores, critérios e o monitoramento da área irrigada como suporte a decisão na alocação de
27 água” - ADECE; 8) Apresentação da proposta de um novo sistema de outorga - SEAPA; 9)
28 Avaliação da minuta de Resolução que tem por objeto a “proibição de expedição de outorga dos
29 recursos hídricos para a finalidade de irrigação dos usuários e empreendimentos que empregam

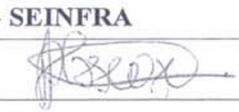
30 as modalidades inundação por superfície e sulco na Sub-bacia do Rio Salgado”; 10) palavra
31 facultada; 11) encerramento. Seguiu-se então para a discussão do **quarto ponto de pauta**: Carlos
32 Campelo submeteu a Ata da Reunião Ordinária 74a./2015 para aprovação dos Conselheiros. Sem
33 nenhuma ressalva, a ata da reunião anterior foi APROVADA por unanimidade. Passou-se então
34 ao **quinto ponto de pauta**: Na abordagem dos encaminhamentos da reunião anterior do Conerh,
35 Carlos Campelo, Secretário-executivo do Conerh, fez os seguintes esclarecimentos: Os dois
36 Grupos de Trabalho - GT que foram autorizados pelo plenário do Conerh tem se reunido
37 regularmente. No que diz respeito ao GT Revisão do Regimento Interno do Conerh já foram
38 feitas três reuniões. Estando pronta a proposta do grupo será apresentada ao plenário do Conerh
39 para avaliação. O GT de Irrigação e Aquicultura teve sua primeira reunião ontem. Outro
40 encaminhamento foi a Resolução encaminhada para publicação sobre o aumento linear da tarifa
41 de água bruta no valor de 10,67% que foi aprovada na reunião anterior do Conerh. Ricardo
42 Veras, Assessor Jurídico da SRH, esclareceu que o Decreto sobre tarifa de água, ora vigente,
43 continuará nesta situação até que a resolução do Conerh, que aprova a minuta de Decreto
44 Estadual seja publicado, quando então a proposta do novo decreto será encaminhado à avaliação
45 da Procuradoria Geral do Estado e depois para avaliação e sanção do Governador. Em seguida,
46 foi passado para o **sexto ponto da pauta** – avaliação do relatório do PROGESTÃO. A
47 apresentação foi feita pela Dra. Ana Cláudia Dutra, advogada da CGERH. O PROGESTÃO é um
48 Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas e tem como objetivo a
49 concessão de estímulo financeiro pelo alcance de metas de gerenciamento de recursos hídricos.
50 O valor total do programa é de R\$ 3.750.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta mil reais)
51 a ser desembolsado em cinco parcelas anuais de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil
52 reais). As metas de 2015 foram alcançadas, tanto as estaduais como federativas. Carlos Campelo
53 esclareceu que o quadro das metas do PROGESTÃO foi enviado na semana anterior para todos
54 os Conselheiros por e-mail. Zita (DNOCS) esclareceu se o relatório da segurança de barragens
55 foi enviado incluindo as barragens federais. Ressaltou ainda que todas as metas do
56 PROGESTÃO foram alcançadas com auxílio da equipe técnica da Cogeh. A Conselheira
57 Amélia da ABES solicitou que da próxima vez fosse enviado aos Conselheiros o relatório com
58 mais detalhes explicativos, mais didáticos, não somente a planilha que a ANA enviou a SRH.
59 Carlos Campelo propôs que da próxima vez que houver o tema PROGESTÃO, ele pode fazer
60 uma apresentação mais detalhada sobre o programa antecipadamente para quem se interessar
61 antes da reunião do Conerh. Paulo Miranda, Gerente de Outorga e Fiscalização da Cogeh
62 esclareceu que Zita Timbó (DNOCS) tem razão ao sugerir a inclusão das barragens federais no
63 relatório do PROGESTÃO no item sobre o cadastro de segurança de barragens para que o
64 relatório seja mais completo. Após todas essas discussões, considerou-se aprovado o Relatório do
65 PROGESTÃO apresentado pela SRH. Logo em seguida, passou-se ao **sétimo ponto da pauta** –
66 apresentação do estudo de indicadores, critérios e monitoramento da área irrigada como suporte a
67 decisão na alocação de água – estudo feito pela ADECE em parceria com o CENTEC que foi

68 apresentado para SRH e COGERH e agora para os Conselheiros tomarem conhecimento. A
69 apresentação foi feita por Sérgio Baiman, Gerente de Agronegócio da ADECE e pela Dra.
70 Débora Camargo que é uma das técnicas elaboradoras do estudo. Dra. Débora explicou que o
71 estudo foi feito a partir de uma necessidade apresentada pelos órgãos SRH, COGERH e Câmara
72 Setorial de Frutas, em virtude da crise hídrica, de ter uma ferramenta que fizesse uma indicação
73 do corte hídrico que cada setor demandante de água deveria ter. Evitando o corte hídrico, como
74 ora efetuado nas reuniões de alocação negociada de água, de forma linear com redução de vazão
75 para todos os usos. O estudo desenvolveu uma ferramenta que permite definir o corte de água
76 necessário dependendo da produtividade da água e da terra. E, foi desenvolvido primeiramente
77 na bacia do Médio e Baixo Jaguaribe. O resultado da pesquisa mostrou a real demanda hídrica de
78 cada setor. Observou-se que a irrigação é superestimada nessas bacias hidrográficas, se irriga
79 muito mais do que o necessário. No entanto, para definir o corte hídrico, foram observados os
80 itens da segurança produtiva, econômica, social e hídrica, a partir disto foi elaborado dois
81 indicadores – o que é relativo ao solo e o que é relativo a água. O estudo revelou ainda que
82 anualmente se excede 19 milhões de m³ na irrigação por falta de conhecimento técnico dos
83 proprietários, isso seria suficiente para abastecer Fortaleza por 04 (quatro) meses. As
84 recomendações do estudo: criar um comitê responsável pelo uso da água no agronegócio;
85 utilização dos indicadores por essa ferramenta web criada; atualização dos dados bimestralmente.
86 Secretário Teixeira disse que há muito a se fazer principalmente na gestão da demanda e os
87 setores que mais precisam avançar em eficiência do uso da água é a irrigação e o saneamento. A
88 solução é adotar o método de gotejamento no caso da irrigação e no caso do saneamento diminuir
89 as perdas em trânsito. Secretário Teixeira parabenizou ainda a ADECE pela apresentação, mas
90 ressaltou que fazer o estudo não é nosso maior desafio e sim a implantação do monitoramento e a
91 gestão da agricultura irrigada em campo. O Governo tem atualmente uma proposta de Decreto
92 para criação de um Comitê da Agroindústria formada por técnicos para dar suporte técnico as
93 instâncias de deliberação colegiada que são os Comitês de Bacias e o Conerh. Na próxima
94 reunião esse Decreto será trazido para apreciação dos Conselheiros. Nicolas Fabre, Conselheiro
95 representando a APRECE lembrou a importância de incluir no estudo um protagonista
96 importante na irrigação que são os consórcios, bem como as tecnologias de convivência com o
97 semiárido. A Conselheira Inês Teixeira (IFCE) sugeriu que o grupo acrescentasse no estudo da
98 segurança hídrica o item da qualidade de água. Dra. Débora da ADECE respondeu que esse
99 quesito já está previsto para ser incluído no estudo. Secretário Teixeira disse que na próxima
100 reunião, será apresentado ao Conerh para apreciação uma minuta de Decreto da criação do
101 Comitê Técnico de acompanhamento da agropecuária. Salientou que esse Comitê não será um
102 Comitê de deliberação como os colegiados dos Comitês de Bacias e Conerh, mas sim, um
103 Comitê caráter técnico de suporte a decisão. Partindo para o **oitavo ponto da pauta** - proposta de
104 um novo sistema de outorga pela SEAPA – Osvaldo Segundo, justificou a ausência do Secretário
105 Adjunto da SEAPA, Dr. Euvaldo Bringel, e esclareceu que a proposta de sua secretaria, e que, a

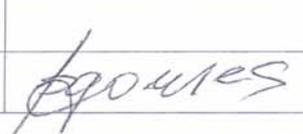
106 partir de decisão futura, o item poderá vir a ser elemento de pauta do Conerh. Passou-se então a
107 **nono ponto da pauta** – Avaliação da minuta da Resolução do CBH Salgado sobre a proibição de
108 expedição de outorga dos recursos hídricos para a finalidade de irrigação dos usuários e
109 empreendimentos que empregam a técnica inundação por superfície e sulco, bem como
110 suspensão das outorgas vigentes. O Secretário Executivo do Conerh, Carlos Campelo fez um
111 pequeno histórico de como a proposta chegou ao Conerh e a situação de hoje após as vistas da
112 SEAPA sobre a resolução, que propôs a inclusão no Artigo primeiro, um parágrafo único
113 acrescentando que o caráter de suspensão das outorgas por tempo indeterminado deverá ser
114 reavaliado tão logo seja normalizada a reserva hídrica da região. Paulo Miranda da Cogerh
115 sugeriu retirar o termo “superfície” e também esclareceu que vê com muita preocupação
116 suspender as outorgas que já estão vigentes. Após as discussões do plenário, o Secretário
117 Teixeira propôs a seguinte decisão: refazer a redação da resolução para ser colocada em votação
118 na próxima reunião, sendo que o Conerh não considera razoável aprovar o Artigo 3º que trata da
119 suspensão das outorgas vigentes no que diz respeito a irrigação por superfície. Passou-se ao
120 **décimo ponto da pauta** - palavra facultada – Alcides, representando os CBH's no Conerh,
121 enviou um ofício sugerindo ao Conerh a criação de uma Câmara Técnica do Conerh para estudar
122 os instrumentos de gestão, começando pelo estudo do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos
123 (FUNERH). Teixeira esclareceu que já existem alguns instrumentos de gestão sendo estudados
124 como a outorga e a cobrança com financiamento do Banco do Mundial. O Secretário entende que
125 é preciso fazer uma poupança para guardar o dinheiro para momentos de escassez hídrica como
126 este que estamos vivendo onde os custos com bombeamento, energia elétrica e outros gastos
127 sejam assegurados através do FUNERH. Francisco Teixeira ressaltou ainda que há também uma
128 proposta de se fazer uma emenda na proposta do FUNERH onde o Comitê Gestor do FUNERH
129 seja o CONERH e não apenas o Secretário de Recursos Hídricos e o Secretário da Fazenda.
130 Alcides sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho no Conerh que não precisasse ser
131 necessariamente só com os Conselheiros, mas sim um grupo técnico, principalmente ligado a
132 legislação que formulasse uma proposta e, Alcides já coloca o interesse dos CBH's de participar
133 do Grupo de Técnico e sugere também o nome do Dr. Antônio Martins da Assembleia Legislativa
134 para compor o Grupo de Técnico. Ficou definido que além desses dois nomes, outros
135 Conselheiros interessados em participar do Grupo de Técnico enviassem seus nomes à Secretaria
136 Executiva do Conerh, via e-mail. O Conselheiro Osvaldo Segundo da SEAPA pediu a palavra
137 para esclarecer que há vários estudos provando que não é a aquicultura em si que afeta a
138 qualidade da água nos açudes, mas sim a gestão dessa aquicultura. Osvaldo esclareceu que existe
139 um estudo dentro do Estado do Ceará feito pela SEMACE, SEAPA, Câmara Produtiva da
140 Aquicultura e pede que em outra reunião do Conerh seja incluído como ponto de pauta uma
141 apresentação sobre esse estudo. Logo em seguida, a Conselheira suplente do DNOCS, Zita
142 Timbó deu um informe a respeito da realização do 5º Simpósio Nacional de Segurança de
143 Barragens que ocorrerá no Hotel Mareiro em Fortaleza nos dias 17 e 18 de março do ano em

144 curso e convida a todos os conselheiros para participarem. Os encaminhamentos da reunião de
 145 hoje foram os seguintes: a) elaboração de um novo texto da Resolução proposta pelo CBH
 146 Salgado sobre proibição de irrigação por inundação com as ressalvas citadas pelo plenário e
 147 descritas anteriormente nesta ata; b) criação de um Grupo Técnico sobre o FUNERH, já
 148 incluindo representação do CBH e de Dr. Martins da Assembleia Legislativa; c) que seja incluída
 149 na pauta da próxima reunião uma apresentação pela SEAPA sobre aquicultura e qualidade de
 150 água. Não havendo mais nenhuma manifestação, o Secretário Teixeira agradeceu a presença de
 151 todos e encerrou a reunião. Eu, Carlos Magno Feijó Campelo, lavrei a presente ata, que após lida
 152 e aprovada, será assinada pelo Presidente, Conselheiros presentes e por mim.

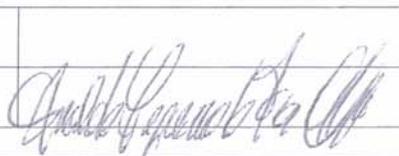
RECURSOS HÍDRICOS - SRH		
TITULAR	FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA	
SUPLENTE	RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES	

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA		
TITULAR	PAULO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL	
SUPLENTE	JOAQUIM FIRMINO FILHO	

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE		
TITULAR	INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA	✓
SUPLENTE	ANTÔNIO GILVAN SILVA PAIVA	

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG		
TITULAR	NELSON MATOS BRITO	
SUPLENTE	FRANCISCO PARENTE GOMES	

SECRETARIA DAS CIDADES - CIDADES		
TITULAR	ALCEU DE CASTRO GALVÃO JÚNIOR	
SUPLENTE	MARCELLA FACÓ SOARES	

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PESCA E AQUICULTURA - SEAPA		
TITULAR	EUVALDO BRINGEL OLINDA	
SUPLENTE	OSVALDO SEGUNDO DA COSTA FILHO	

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC		
TITULAR	MILENE ANTUNES DE ALENCAR	✓
SUPLENTE	LINDALVA COSTA DA CRUZ	



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA		
TITULAR	FRANCISCO ABELARDO CAVALCANTE CAMURÇA	
SUPLENTE	RAIMUNDO NONATO TELES DE MENEZES	✓

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA		
TITULAR	MARIA DIAS CAVALCANTE	
SUPLENTE	LÚCIA MARIA BEZERRA DA SILVA	<i>Lucia M. B. de Silva</i>

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE		
TITULAR	ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA	
SUPLENTE	EDUARDO HENRIQUE CUNHA NEVES	<i>Ed. H. C. Neves</i>

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE		
TITULAR	MARCONDES HERBSTER FERRAZ	
SUPLENTE	NICOLAS ARNAUD FABRE	✓

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - CBH		
TITULAR	ALCIDES DA SILVA DUARTE	<i>Alcides da Silva Duarte</i>
SUPLENTE	GENEZIANO DE SOUZA MARTINS	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS		
TITULAR	FRANCISCO ROGÉRIO GOMES LEITE	
SUPLENTE	MARIA ZITA TIMBÓ ARAÚJO	<i>M. Zita Timbó Araújo</i>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES		
TITULAR	ANTÔNIO PRAXEDES BERTO	
SUPLENTE	MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES	<i>Maria Amélia Souza Menezes</i>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS - ABRH		
TITULAR	RENATA MENDES LUNA	<i>Renata Mendes Luna</i>
SUPLENTE	ROGÉRIO CAMPOS	

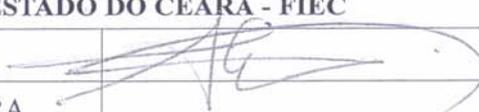
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE		
TITULAR	VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE	
SUPLENTE	MARIA INÊS TEIXEIRA PINHEIRO	<i>M. Inês Teixeira Pinheiro</i>

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR		
TITULAR	NISE SANFORD FRAGA	<i>Nise Sanford Fraga</i>

SUPLENTE	OYRTON AZEVEDO DE CASTRO MONTEIRO JR.	
----------	---------------------------------------	--

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE		
TITULAR	BÁRBARA JÔ DA SILVA MACHADO	AUSENTE
SUPLENTE	DOMINGOS SÁVIO CARDOSO BRAGA	

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - FAEC		
TITULAR	JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR	✓
SUPLENTE	CARLOS BEZERRA FILHO	

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC		
TITULAR	ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO	
SUPLENTE	ELAINE CRISTINA DE MORAES PEREIRA	

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONERH		
TITULAR	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	✓
SUPLENTE	MÁRCIA SOARES CALDAS	

ASSESSORIA JURÍDICA DO CONERH		
TITULAR	RICARDO VERAS PAZ	
SUPLENTE	GERMANA DE MATTOS B. GÓES GIGLIO	
	ANA CLÁUDIA FERREIRA DUTRA FERNANDES	



ANEXO VII

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 9 (SEMA) -
Índice de qualidade da fiscalização ambiental.**



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Meio Ambiente

OFÍCIO Nº. 1250 2016/GAB.SEXEC./SEMA

29 de junho de 2016.

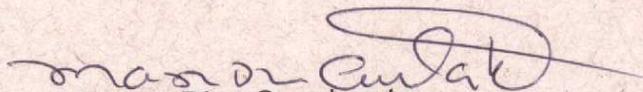
Sr.
Flávio Barreto
Diretor Geral - IPECE

Assunto: BALANCETE

Prezado Senhor,

Conforme solicitado, encaminhamos em anexo o Balancete - Índice de Qualidade da Fiscalização Ambiental (IQF), com resultado final até 31 de maio de 2016.

Atenciosamente,


Maria Dias Cavalcante
Secretária Executiva



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Meio Ambiente

BALANCETE – ÍNDICE DE QUALIDADE DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (IQF)

Mês	Fisc. Realizadas	Fator Fiscalização Fisc. Previsias	Nº Constatções	Nº Cond. Ajustadas	% Ajuste
2014	392	180	171	98	57,31
2015	222	180	87	31	35,63
2016 (ATÉ 31/05/2016)	66	75	14	0	0,00
Total	680	435	272	129	47,43

Fator Monitoramento

Nº Reservatórios Total	7
Nº Reservatórios Monitorados	7
Resultado fator	1,00

Fator Educação

Universo de certificações	606
Total de Certificações Realizadas	326
Resultado fator	0,54

RESULTADO FINAL IQF (ATÉ 31/05/2016)

Fator	Peso	Resultado fator
Fiscalização	3	0,4742647059
Monitoramento	3	1
Educação	4	0,5379537954
		6,5746092992
		65,74%

Zimbra**fabiana.castro@ipece.ce.gov.br**

Resultado final IQF 2016.1!

De : Magda Marinho
<magda.marinho@sema.ce.gov.br>

Seg, 25 de Jul de 2016 12:07

 2 anexos

Assunto : Resultado final IQF 2016.1!

Para : Laura Goncalves
<laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>, lista UGP
PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Cc : magda marinho
<magda.marinho@yahoo.com.br>, Maria Dias
<maria.dias@sema.ce.gov.br>, tiago bessa
aragao <tiago.bessa@semace.ce.gov.br>,
Ulisses Jose <ulisses.jose@sema.ce.gov.br>

Olá Laura,

Encaminho o Balancete do IQF referente ao Mês de junho de 2016.
Quinta entrego o ofício encaminhando o resultado final.

O SIMA já foi atualizado!

Atenciosamente,

--

Magda Marinho
Gestora Ambiental
CODES/SEMA

De: "Tiago Bessa Aragão" <tiago.bessa@semace.ce.gov.br>
Para: "Magda Marinho" <magda.marinho@sema.ce.gov.br>
Cc: "Ulisses Jose" <ulisses.jose@sema.ce.gov.br>, "Maria Dias"
<maria.dias@sema.ce.gov.br>, "Elisabete Maria Cruz Romao"
<elisabete.romao@semace.ce.gov.br>, "Virginia Adelia"
<virginia.carvalho@semace.ce.gov.br>, "Laura Goncalves"
<laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>, "Liliana Mota"
<liliana.mota@semace.ce.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 6 de Julho de 2016 17:19:56

Assunto: Resultado final IQF 2016.1

Prezada Magda, boa tarde.

Conforme combinado encaminho em anexo o resultado final do IQF para o semestre 2016.1, ou seja, atualizado até 30.06.2016

Peço que revise os dados referentes a Educação Ambiental.

Caso não haja alteração sugiro encaminhar formalmente à UGP posto que esses serão os dados a serem auditados.

Att.,



Tiago Bessa Aragão

Diretor de Fiscalização - DIFIS

Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

Governo do Estado do Ceará

(85) 3101.5515 / Disque Natureza: 0800.2752233



brasao difis.jpg

24 KB



Balancete_06-2016-1.ods

21 KB

BALANCETE – ÍNDICE DE QUALIDADE DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (IQF)						
Mês	Fator Fiscalização			N° Constat. Ajustadas	N° Cond. Ajustadas	% Ajuste
	Fisc. Realizadas	Fisc. Previstas	N° Constat. Ajustadas			
2014	392	180	171	98	57,31	
2015	220	180	87	31	35,63	
2016 (ATÉ 30/06/2016)	77	90	14	0	0,00	
Total	689	450	272	129	47,43	
Fator Monitoramento						
N° Reservatórios Total	7					
N° Reservatórios Monitorados	7					
Resultado fator	1,00					
Fator Educação						
Universo de certificações	606					
Total de Certificações Realizadas	326					
Resultado fator	0,54					
RESULTADO FINAL IQF (ATÉ 30/06/2016)						
Fator	Peso	Resultado fator				
Fiscalização	3	0,4742647059	1,4227941176			
Monitoramento	3	1	3			
Educação	4	0,5379537954	2,1518151815			
			6,5746092992 (65,75%)			

ANEXO VIII

Nota Técnica e não objeção do protocolo do Indicador Secundário (COGERH) - Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas.

Zimbra

laura.goncalves@ipece.ce.gov.br

Re: Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado após Missão do BM

De : Laura Goncalves <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br> Ter, 17 de Mai de 2016 09:44
Assunto : Re: Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado após Missão do BM  NO BM PENDENTE  5 anexos
Para : Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>
Cc : Zulene Almada <zulene.almada@cogerh.com.br>, Davi Pereira <davi.pereira@cogerh.com.br>, Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, Ubirajara Silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, Cristian Quijada Torres <cquijadatorres@worldbank.org>, tpeixoto@worldbank.org, Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Prezado Gunars,

Encaminhamos a atualização do Protocolo do Indicador Secundário: Plano de Segurança Hídrica conforme acordado na reunião ocorrida em 20/04/16, por ocasião da Missão de Supervisão do Banco Mundial. Solicitamos a gentileza de nos enviar a Não Objeção do documento, quando possível.

Obs: Encaminhamos também o Protocolo anterior, a Nota Técnica já enviada anteriormente e já revisada por você, bem como o retorno da COGERH sobre os pontos que foram observados e o cronograma de execução estimado da empresa que irá elaborar o Plano.

Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição em caso de dúvidas.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Zulene Almada" <zulene.almada@cogerh.com.br>
Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>
Cc: "Davi Pereira" <davi.pereira@cogerh.com.br>, "Denilson Fidelis" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "Ubirajara Silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>
Enviadas: Segunda-feira, 16 de maio de 2016 15:43:49
Assunto: indicador

Laura,

Segue em anexo ficha indicar do PSH atualizado.

Att.,

NOTA TÉCNICA

PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ACARAÚ, METROPOLITANAS E SALGADO

1. HISTÓRICO

O Plano de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas do Acaraú, Metropolitanas e Salgado é um indicador no PforR, e tinha sua execução financeira definida inicialmente no âmbito do componente 1, a ser elaborado pela COGERH.

A primeira meta era o Termo de Referências elaborado até o 2º semestre de 2014. O TDR foi elaborado ainda no primeiro semestre de 2014, e ficou aguardando a aprovação do MAPP (aprovação do projeto pelo Governo), o qual, até o final da gestão anterior não tinha sido aprovado. Esta primeira versão do estudo previa um valor na ordem de **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais).

2. INTERSECÇÃO EM OUTROS INDICADORES

Há um indicador primário, relacionado ao Comitê de Segurança Hídrica, cuja meta prevista para o 1º semestre de 2015, consistia em apresentar o “Diagnóstico das Bacias do Acaraú, Salgado e Metropolitanas”. Esse diagnóstico era a primeira etapa do Plano de Segurança Hídrica. Como o Plano não teve prosseguimento, havia uma grande possibilidade de não atendimento dessa meta.

Então, surgiu uma proposta do IPECE, de fazer o Diagnóstico das Bacias, através de uma Assistência Técnica Pessoa Jurídica, utilizando recursos que tinham sobrado de outro projeto, o que garantiria o atendimento da meta. Então, foi preparado ainda em 2014, um TDR para realizar o referido Diagnóstico, prevendo um valor de mais de **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais). Além disso, ainda em 2014, estava prevista uma Assistência Técnica para a realização do Enquadramento dos Açudes Pacoti, Riachão e Gavião, com previsão de recursos da ordem de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais).

Em 2015, com a mudança de gestão do Governo no Ceará, assume também uma nova gestão na COGERH. Diante do novo contexto, observou-se a necessidade de alguns ajustes nas ações desenvolvidas pela COGERH, no âmbito do PforR. Inicialmente, observou-se que a maioria das informações para o Diagnóstico das Bacias, estavam contidas nos Planos das Bacias do Acaraú (2010), Metropolitanas (2010) e Salgado (1999). Dessa forma, bastava apenas a contratação de uma Consultoria Individual para a consolidação e atualização das informações.

No que diz respeito à proposta de realização do Enquadramento dos açudes Pacoti, Riachão e Gavião, que seria uma Assistência Técnica, foi ponderado pela COGERH que não havia uma metodologia clara ou uma experiência no Nordeste de enquadramento de açudes no semiárido. Dessa maneira, o foco desse estudo deveria ser a elaboração de uma metodologia para enquadramento de açudes no semiárido.

Assim, foi proposto pela atual gestão da COGERH o cancelamento da Assistência Técnica de

Enquadramento e o valor previsto seria repassado para realização do Plano de Segurança Hídrica, que contemplaria também a realização do Diagnóstico das Bacias, através de Consultoria Individual, totalizando **US\$ 1.298.728,24** (um milhão duzentos e noventa e oito mil setecentos e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos de dólares) para realizar os seguintes projetos:

- 1 – Elaboração do Diagnóstico das Bacias (Consultoria Individual);
- 2 – Elaboração dos Inventários Ambientais;
- 3 – Estudo das Cargas Poluidoras no Cariri;
- 4 – Desenvolvimento de Metodologia de Enquadramento;
- 5 – Aplicação do Enquadramento (projeto piloto)
- 6 – Consolidação e Plano de Ação.

Em videoconferência, realizada no primeiro semestre de 2015, com o representante técnico do Banco Mundial, a COGERH e IPECE, foram apresentadas estas ponderações e solicitada a referida adequação. Foi proposto na oportunidade que o Plano de Segurança Hídrica seria uma composição de vários estudos, que seriam realizados em várias Assistências Técnicas, conforme citado acima, tendo em vista as especificidades de cada estudo e o perfil necessário das empresas para desenvolvê-los.

Dessa forma, foi realizada a contratação de uma Consultoria Individual que elaborou os referidos diagnósticos, no valor de **R\$ 51.072,00**, atendendo a meta que era a realização dos diagnósticos até julho de 2015.

3. CONTINUAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA

Dando continuidade ao Plano de Segurança Hídrica, a COGERH trabalhou nos Termos de Referências (TDR), dos Inventários, das Cargas Poluidoras e do enquadramento, com o intuito de realizar as Assistências Técnicas propostas. Porém, em seguida fomos informados que o Banco Mundial orientou que não seria possível desmembrar o Plano de Segurança em várias Assistências Técnica, como vinha sendo trabalhado. Essa orientação também gerou um atraso no processo, pois os TDR estavam quase prontos e tiveram de ser consolidados – ocorrendo modificações nas Memórias de Cálculo. Nesse processo verificou-se que seria difícil compatibilizar o perfil de todos os estudos num único TDR. Dessa forma, a COGERH optou por retirar o Estudo das Cargas Poluidoras do Cariri do escopo do Plano de Segurança Hídrica.

No início do segundo semestre foi concluído o TDR do Plano de Segurança Hídrica e a Memória de Cálculo (MC), que estimou o valor em **R\$ 2.686.668,77**.

4. SITUAÇÃO ATUAL

O processo licitatório foi iniciado em 21 de agosto de 2015, com o envio de ofício e da Manifestação de Interesse à CEL.04/PGE, que foi publicada em 09 de setembro de 2015.

Recentemente, foi realizada a avaliação de 28 portfólios, pela Comissão Avaliadora, e elaborada a lista curta e SDP. No dia 24 de novembro de 2015, foi aberto o processo com toda documentação e enviada para a CEL 04/PGE.

Em 09 de dezembro de 2015, o processo retornou à Cogehrh com documentos pendentes, os quais estão sendo providenciados. A UGP solicitou o ajuste no percentual dos encargos, o valor foi modificado de 20% para 85,94%, conforme tabela de cálculo de encargos da ABCE – Associação

Brasileira de Consultores de Engenharia.

Devido à redução do prazo para a realização do projeto, a UGP também solicitou adequação da MC, alterando o cronograma de 24 meses para 18 meses, conseqüentemente o ajuste das horas dos consultores.

Com os ajustes do percentual de encargos e da redução temporal de elaboração do projeto e horas de consultoria previstas para o projeto, a MC passou de **R\$ 2.686.668,77** para **R\$ 3.294.360,66** (em dólares, a mudança foi de **US\$ 707.018,10** para **US\$ 866.937,02**, com a cotação de **R\$ 3,80**).

Em função desses ajustes estamos adequando o cronograma do TDR, SDP e memória de cálculo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, bem como o exíguo tempo disponível, verifica-se a necessidade de rever as metas inicialmente estabelecidas. Como foi argumentado, a primeira proposta do Plano de Segurança Hídrica passou todo o ano de 2014 sem uma definição em relação a continuidade do processo licitatório e não teve MAPP aprovado.

Houve a retomada do processo do Plano de Segurança Hídrica no primeiro semestre de 2015, com a redefinição de escopo. Essa redefinição foi importante, pois tornou a proposta mais enxuta e direcionada aos objetivos de construção de um plano de segurança hídrica das bacias, bem como houve uma otimização de recursos, ficando o referido estudo estimado em **R\$ 3.294.360,66**.

Tivemos um relativo atraso, pois elaboramos alguns TDR's e depois tivemos que consolidá-los em um único TDR.

Em relação a meta “Plano adotado e em fase de implantação”, é importante avaliar que um plano é a definição de um conjunto de prioridades e ações que tem um horizonte temporal definido. Trata-se de um modelo sistemático que se elabora antes de realizar uma ação, com o objetivo de dirigi-la e de encaminhá-la. Deve-se considerar que um plano de segurança hídrica deve apresentar propostas de ações e de intervenções estruturais que tem um arco de ação bem amplo, envolvendo várias instituições e atores sociais, que, em grande parte, não são governados pelo setor de recursos hídricos. Portanto, **nossa proposta é a de mudança na meta desse indicador, seja pelo aspecto conceitual seja pelo aspecto do tempo disponível para a execução do plano.**

Em relação a meta “Implementação de plano de monitorização”, também propomos a sua exclusão, pois o PforR tem encerramento previsto para final de 2017, e o processo de monitoramento do Plano será realizado além do âmbito do PforR.

Por fim, propomos como meta final a entrega do Plano para o segundo semestre de 2017.

ACOMPANHAMENTO MENSAL DOS INDICADORES SECUNDÁRIOS DO PROJETO PforR - 2015														
Área	Órgão	Nº	Indicador Secundário	Responsáveis	Linha de Base	Meta	Realizado	Metas 2º semestre 2017						
								2017.2 - Posição Atual Mensal em Relação à Meta						
								Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Qualidade da Água	COGERH	1	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas.	Zulene	0	Planos Preparados	-							Planos Preparados

ANEXO III - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO*

ITEM	PRODUTOS	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	
1	Relatório de diagnóstico ambiental das bacias Metropolitanas	X	X																	
2	Relatório de diagnóstico ambiental da bacia do Acaraú	X	X																	
3	Relatório de diagnóstico ambiental da sub-bacia do Salgado	X	X																	
4	Relatório de coleta e diagnóstico das águas das bacias Metropolitanas	X	X	X	X	X	X	X												
5	Relatório de coleta e diagnóstico das águas da bacia do Acaraú	X	X	X	X	X	X	X												
6	Relatório de coleta e diagnóstico das águas da sub-bacia do Salgado	X	X	X	X	X	X	X												
7	Inventários Ambientais dos Açúdes Estratégicos das bacias Metropolitanas								X	X										
8	Inventários Ambientais dos Açúdes Estratégicos da bacia do Acaraú								X	X										
9	Inventários Ambientais dos Açúdes Estratégicos da sub-bacia do Salgado									X	X									
10	Relatório Parcial de Metodologia de Enquadramento de Reservatórios					X														
11	Relatório Técnico Final de Metodologia de Enquadramento de Reservatórios										X									
12	Avaliação da Segurança Hídrica: Aspectos qualitativos											X								
13	Avaliação da Segurança Hídrica: Aspectos quantitativos											X								
14	Identificação das Vulnerabilidades dos Sistemas Hídricas							X					X							
15	Estratégia Geral de Mitigação e Gestão de Riscos												X	X						
16	Plano de Ações: Estruturais e não Estruturais														X	X				
17	Plano de Segurança Hídrica das Bacias Hidrográficas Metropolitanas														X	X				
18	Plano de Segurança Hídrica da Bacia Hidrográfica do Acaraú														X	X				
19	Plano de Segurança Hídrica da Sub-bacia Hidrográfica do Salgado														X	X				X

*Cronograma estimado.

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)

Nome do Indicador:

Plano de Segurança Hídrica para as três Bacias estratégicas

Tipo de Indicador:

Tema Projeto: Sustentabilidade Ambiental	Macrofunção/Área de Resultado: Qualidade da água	Setorial Envolvida: COGERH
--	--	--------------------------------------

Nº Indicador Área de Resultado: 2	Nº Indicador de Desembolso: -	Data: 11/05/2016
---	---	----------------------------

Quanto ao Desembolso: () Ano Zero () Primário (X) Secundário	Quanto ao Resultado: (X) Produto () Intermediário () Resultado
--	--

Responsável pelo Indicador

Nome Responsável: Zulene Almada Teixeira	Área Responsável: Gerência de Estudos e Projetos - GEPRO
--	--

Email do Responsável: zulene.almada@cogerh.com.br	Telefone do Responsável: (085) 3218 7641
---	--

Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:

Programa: 041 – Gestão dos Recursos Hídricos	Iniciativa: Elaboração de estudos, planos e projetos.
--	---

Descrição do Indicador:

Plano de Segurança Hídrica das Bacias Metropolitana, Acaraú e Salgado, com objetivo de propor ações para a melhoria da qualidade da água.

Informações do Indicador:

Unidade do Indicador: Plano de Segurança Hídrica elaborado e implantado	Fonte da Informação: COGERH
---	---------------------------------------

Fórmula de Cálculo:
Não aplicado

Periodicidade da Informação: Anual	Data entrega da Informação: Dezembro	Abrangência Geográfica: Bacia Metropolitana, Acaraú e Salgado.
--	--	--

Metas

Ano	Linha de Base	Resultado
Ano 2012	Linha de Base	-
Ano 2013	Ano Zero	-
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 1 - Segundo Semestre	Termos de referência completos
Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 2 - Segundo Semestre	-
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 3 - Segundo Semestre	-
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 4 - Segundo Semestre	Planos de Segurança Hídrica elaborados e apresentados em Reunião do CONERH. Resolução do CONERH criando Grupo de Trabalho para acompanhamento da execução dos Planos.

Assinatura

Responsável: <i>Zulene Almada Teixeira</i>	Data: 11 de maio de 2016
--	------------------------------------

Zimbra

laura.goncalves@ipece.ce.gov.br

RE: Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado após Missão do BM**De :** Tiago Carneiro Peixoto <tpeixoto@worldbank.org>

Seg, 06 de Jun de 2016 14:20

Assunto : RE: Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado após Missão do BM 6 anexos**Para :** Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>, Laura Goncalves <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>**Cc :** Zulene Almada <zulene.almada@cogerh.com.br>, Davi Pereira <davi.pereira@cogerh.com.br>, Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, Ubirajara Silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, Cristian Quijada Torres <cquijadatorres@worldbank.org>, Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Prezados,

Favor encontrar em anexo não-objeção.

Atenciosamente,

Tiago

From: Gunars Platais**Sent:** Friday, June 03, 2016 4:41 PM**To:** Laura Goncalves <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>**Cc:** Zulene Almada <zulene.almada@cogerh.com.br>; Davi Pereira <davi.pereira@cogerh.com.br>; Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>; Ubirajara Silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>; Cristian Quijada Torres <cquijadatorres@worldbank.org>; Tiago Carneiro Peixoto <tpeixoto@worldbank.org>; Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>**Subject:** RE: Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado após Missão do BM**Importance:** High

Prezada Laura e demais colegas,

Agradeço o envio do Protocolo do Indicador Secundário: Plano de Segurança Hídrica atualizado e das respostas da COGERH às minhas observações anteriores.

Considerando o curto tempo restando para executar esta consultoria apresento minha Não Objeção técnica com a ressalva de que a COGERH deva levar em consideração as observações levantadas à Nota Técnica dos Planos de Segurança Hídrica no seu planejamento futuro. O Plano de Segurança Hídrica de nada servirá sendo simplesmente um plano. Sua contribuição para a melhoria da qualidade de água oferecida aos Cearenses provem de sua implementação. Tendo o Plano entregue em dezembro de 2017 simplesmente será o primeiro passo numa longa jornada. Será importante que o Conselho de Recursos Hídricos do Ceará aprove, adote, aconselhe sua implementação e aprove as medidas para que isso possa efetivamente se dar no campo.

Fico satisfeito com o comprometimento percebido na reunião do Conselho na qual pude participar na ocasião da última missão. Essa participação me deu confiança na continuidade do processo que se começa com esta consultoria de efetivamente implementar o Plano de Segurança Hídrica uma vez que o PforR termine. O que, ao meu ver virá a ser uma real contribuição para a segurança hídrica no Ceará.

Assim, reitero minha não objeção técnica e solicito que o Tiago e/ou Cristian, na função de gerentes do

projeto, emitam formalmente a não objeção oficial.

Sem mais pelo momento fico a sua disposição caso seja necessário qualquer esclarecimento.

Aproveito para lhes desejar todos um bom fim de semana.

Gunars

Gunars H. Platais

Sr. Environmental Economist

Environment & Natural Resources

T +1 (202) 458-0538

M +1 (240) 478-8420

F +1 (202) 522-0284

E gplatais@worldbank.org

W www.worldbank.org

S hauffplatais

in www.linkedin.com/in/gunarsplatais

A MSN i5-503, 1818 H Street, NW Washington DC 20433 USA



From: Laura Goncalves [<mailto:laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>]

Sent: Tuesday, 17 May, 2016 08:44

To: Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>

Cc: Zulene Almada <zulene.almada@cogerh.com.br>; Davi Pereira <davi.pereira@cogerh.com.br>; Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>; Ubirajara Silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>; Cristian Quijada Torres <cquijadatorres@worldbank.org>; Tiago Carneiro Peixoto <tpeixoto@worldbank.org>; Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Subject: Re: Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado após Missão do BM

Prezado Gunars,

Encaminhamos a atualização do Protocolo do Indicador Secundário: Plano de Segurança Hídrica conforme acordado na reunião ocorrida em 20/04/16, por ocasião da Missão de Supervisão do Banco Mundial. Solicitamos a gentileza de nos enviar a Não Objeção do documento, quando possível.

Obs: Encaminhamos também o Protocolo anterior, a Nota Técnica já enviada anteriormente e já revisada por você, bem como o retorno da COGERH sobre os pontos que foram observados e o cronograma de execução estimado da empresa que irá elaborar o Plano.

Desde já agradecemos e nos colocamos à disposição em caso de dúvidas.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
025 2101-2100



THE WORLD BANK/IFC/M.I.G.A.

Poverty Reduction and Economic Management Department

Latin America and Caribbean Region

E-mail: tkenyon@worldbank.org

Fax (202) 522 2106

Date: June 6th, 2016 **No. of Pages:** 1

To: Flavio Ataliba Flexa Daltro Barreto **Tel:** 85-3101-3496
Diretor de Geral do IPECE **Fax:** 85-3101-3500
Coordenador – PforR

Ana Cristina Medeiros
Coordenadora UGP - PforR

Project: **Ceará Loan to Strengthen Service Delivery for Growth, Poverty Reduction and Environmental Sustainability – PforR (P127463)**

Country: **Brazil**

From: Thomas Kenyon
Task Manager, GTC04

Subject: CEARÁ PforR: Não Objeção – Protocolo Indicador Secundário Plano de Segurança Hídrica atualizado

AUTHORIZED BY: Thomas Kenyon, Task Manager, LCSPF
CLEARED BY: Gunars Platais, Senior Environmental Economist

Prezada Sra. Cristina Medeiros,

Através da presente carta confirmamos a nossa revisão da proposta de atualização do Protocolo Indicador Secundário do Plano de Segurança Hídrica.

Por fim, ressaltamos que toda a documentação referente a essa alteração deverá ser mantida em arquivo para eventuais consultas e procedimentos.

Atenciosamente,

pp

Thomas Kenyon
Task Manager

LCSPF
Latin America and the Caribbean Region

ANEXO IX

Nota Técnica e não objeção do protocolo do Indicador Secundário (COGERH) - Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.

Zimbra

fabiana.castro@ipece.ce.gov.br

RE: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas**De :** Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>

Sex, 26 de Fev de 2016 08:05

Assunto : RE: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas 6 anexos**Para :** Laura Goncalves <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>**Cc :** Thomas Kenyon <tkenyon@worldbank.org>, ubirajara silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, inah abreu <inah.abreu@cogerh.com.br>, Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Prezada Laura e demais colegas,

Agradecendo a remessa da Nota Técnica sobre o Indicador da COGERH: "Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas" gostaria de indicar de que estamos de acordo com as colocações ali postas. Em especial a abordagem que considera a proteção dos mananciais do Estado do Ceará como um todo.

Ao revisar a minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre diretrizes e normas para a revitalização das bacias hidrográficas dos mananciais do Estado do Ceará, as únicas duas observações de substancia, para sua consideração, se refere aos Artigos 3 e 7.

No Artigo 3 sugiro que se defina o que é um "manancial essencial para o abastecimento público". A palavra "essencial" da margem para subjetividade. Potencialmente poderia ter uma seção de definições.

No literal II do Artigo 7, a periodicidade da coleta e análise da qualidade da água não deveria ser definido como trimestral ou semestral. Considerando que essa periodicidade varia de acordo com o objetivo do resultado esperado isso deve ser mais geral (por exemplo: de acordo com a especificação técnica recomendada para o fim a que se propõe a coleta ou análise). Esta definição deve ficar para o regulamento uma vez que é este o instrumento que prevê a flexibilidade de mudanças futuras que reflitam os avanços científicos-tecnológicos.

Em anexo envio o Projeto de Lei com estas observações e mais algumas editoriais.

Estou indicando ao Tom Kenyon, aqui copiado, na sua capacidade de Gerente do Projeto, minha Não Objeção do ponto de vista técnico para que ele possa dar seguimento com a Não Objeção oficial.

Sem mais pelo momento fico a sua inteira disposição para qualquer clarificação,

Gunars

Gunars H. Platais

Sr. Environmental Economist

Environment & Natural Resources

T +1 (202) 458-0538

M +1 (240) 478-8420

F +1 (202) 522-0284

E gplatais@worldbank.orgW www.worldbank.orgS [hauffplatais](#)in www.linkedin.com/in/gunarsplatais

A MSN i5-503, 1818 H Street, NW Washington DC 20433 USA



From: Laura Goncalves [mailto:laura.goncalves@ipece.ce.gov.br]

Sent: Thursday, 18 February, 2016 15:51

To: Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>

Cc: Thomas Kenyon <tkenyon@worldbank.org>; ubirajara silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>; inah abreu <inah.abreu@cogerh.com.br>; Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>; Lista UGP PforR <ugp.pferr@ipece.ce.gov.br>

Subject: Re: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

Prezados, boa tarde

Solicitamos a gentileza de nos darem um retorno sobre a Nota Técnica sobre o Indicador da COGERH: "Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas".

Ficamos no aguardo,

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Gunars Platais" <gplatais@worldbank.org>, "Thomas Kenyon" <tkenyon@worldbank.org>

Cc: "inah abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>, "Denilson Fidelis" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "ubirajara silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, "Lista UGP PforR" <ugp.pferr@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 26 de janeiro de 2016 11:29:35

Assunto: Re: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

Prezados, Bom dia

Solicitamos a gentileza de nos darem um retorno sobre a Nota Técnica sobre o Indicador da COGERH: "Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas".

Ficamos no aguardo,

Muito Obrigada

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Fabiana Silva de Castro" <fabiana.castro@ipece.ce.gov.br>
Para: "Thomas Kenyon" <tkenyon@worldbank.org>, "Gunars Platais" <gplatais@worldbank.org>
Cc: "joaolucio farias" <joaolucio.farias@cogerh.com.br>, "Denilson Fidelis" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "sarah freire" <sarah.freire@cogerh.com.br>, "ubirajara silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, "inah abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Enviadas: Terça-feira, 22 de dezembro de 2015 11:05:55
Assunto: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

Prezados Tom e Gunars,

Monitorando o Indicador Secundário "Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas" verificamos junto à COGERH que a meta sugerida para 2015.2 seria a apresentação da Minuta do Projeto de Lei.

Diante disso, enviamos para análise e parecer do Banco Mundial a Nota Técnica que visa apresentar considerações referente a alteração no escopo e cronograma inicialmente previsto para o cumprimento do referido Indicador, como também a Minuta do Projeto de Lei, cujo conteúdo ainda está sujeito a modificações futuras.

Agradecemos a atenção e aguardamos retorno.

Atenciosamente,

Fabiana Silva de Castro
Suporte Operacional - UGP
Tel: 3101 3510 e 8797 6608

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
www.ipece.ce.gov.br
Siga o IPECE no twitter - <http://twitter.com/ipece>

De: "Inah Abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>
Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>, "fabiana castro" <fabiana.castro@ipece.ce.gov.br>
Enviadas: Terça-feira, 22 de dezembro de 2015 10:27:55
Assunto: Fwd: Ofício PforR - Urgente

Cara Fabiana,

conforme solicitado repasso email com anexos que já estão sendo providenciados o encaminhamento para vcs em meio físico.

att
Inah Abreu

De: "Inah Abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>
Para: "Natalia Viana- GAPRE" <natalia.viana@cogerh.com.br>
Cc: "Denilson Fidelis- GEPLAN" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "Ubirajara Silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>
Enviadas: Segunda-feira, 21 de dezembro de 2015 16:17:40
Assunto: Oficio PforR - Urgente

Natalia,

seguem anexos Oficio, Nota Técnica e Projeto de Lei a serem enviados para UGP (Ipece), conforme combinado. Ok??

Qualquer duvida, favor comunicar.

Grata
Inah Abreu
Audin

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>
Para: "Inah Abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>
Cc: "Denilson Fidelis- GEPLAN" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "Ubirajara Silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Enviadas: Sexta-feira, 18 de dezembro de 2015 15:07:08
Assunto: Re: Nota Técnica - Indicador Projeto Lei

Recebido Ináh,

Conforme conversamos, vou encaminhar o documento para análise do Banco. Pelo que entendi a meta sugerida para 2015.2 é a apresentação da Minuta. Diante disso, peço que nos envie a Minuta através de um Ofício da COGERH para que possamos enviar ao Banco.

Obrigada,

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
[085 3101-3499](tel:08531013499) / [085 8723-2357](tel:08587232357)

Siga o IPECE no twitter: <http://twitter.com/ipece>

De: "Inah Abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>
Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Cc: "Denilson Fidelis- GEPLAN" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "Ubirajara Silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>

Enviadas: Sexta-feira, 18 de dezembro de 2015 13:34:39

Assunto: Nota Técnica - Indicador Projeto Lei

Cara Laura,

conforme combinado segue Nota Técnica - Indicador Projeto Lei para os devidos encaminhamentos.

Favor confirmar recebimento.

Qualquer dúvida, favor contactar.

Att

Inah Abreu

[\(85\) 32187043](tel:(85)32187043)

999476412



image003.jpg
11 KB



image004.jpg
11 KB



image006.png
17 KB

image007.png
171 B

image008.png
171 B



Lei da criação da APMM revisada INAH (7) 21.12.2015_GP.doc
46 KB

NOTA TÉCNICA

LEI DE PROTEÇÃO DE MANANCIASIS

INAH ABREU

18/12/2015

NOTA TÉCNICA

A presente Nota Técnica visa apresentar considerações referente a alteração no escopo e cronograma inicialmente previsto para o cumprimento do Indicador “Lei de proteção de mananciais”. Espera-se que este documento possa dar subsídio ao entendimento das razões que levaram a alteração do cronograma para consecução das Metas.

1. Metas – Cronograma inicialmente apresentado

informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Elaborar lei de proteção de mananciais		Fonte da Informação: COGERH
Periodicidade da Informação: Anual	Data entrega da Informação: Dezembro	Abrangência Geográfica: Bacias Hidrográficas do Salgado, do Acaraú e da Região das Bacias Hidrográficas Metropolitana de Fortaleza.
Metas		
Ano 2012	Linha de Base	---
Ano 2013	Ano Zero	---
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro	---
	Ano 1 - Segundo	Proposta e consultas completas.
Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro	---
	Ano 2 - Segundo	Minuta de lei apresentada
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro	---
	Ano 3 - Segundo	Disseminação da lei.
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro	---
	Ano 4 - Segundo Semestre	Implementação da legislação em bacias hidrográficas estratégicas

2. Considerações sobre as Metas – Cronograma ora proposto

Inicialmente, cumpre registrar que na elaboração do Projeto de Lei desenvolvido durante o período/ano 2014 foi adotada uma abordagem que considerou que a proteção dos mananciais deveria ser voltada apenas para 03 (três) Bacias Hidrográficas.

Ocorre, que em meados de 2015 se percebeu que a abordagem inicial não era suficiente sendo, portanto, necessária uma outra abordagem que considerasse, desta feita, a proteção dos mananciais do Estado do Ceará como um todo. Concluiu-se que seria melhor desenvolver uma nova proposta. Portanto, desconsiderando a proposta de 2014.

Esclareça-se que essa percepção somente ocorreu após a transição governamental em meados de 2015, momento em que novos técnicos assumiram os postos de trabalho e conjuntamente realizaram a análise do Projeto de Lei anteriormente produzido. Nesse sentido, a partir de 2015 se adotou como método e procedimento para o desenvolvimento do Projeto de Lei, a consulta a técnicos envolvidos na gestão dos recursos hídricos, visando conhecer quais os elementos essenciais deveriam constar no conteúdo da lei que viessem a contribuir com a qualidade dos mananciais existentes no Estado do Ceará.

Os técnicos foram consultados para realizarem proposições e finalmente se elaborou uma Minuta do novo texto. Para tal resultado, foram realizadas diversas reuniões no ano de 2015. Ora o texto já se encontra desenvolvido e aprovado na instancia técnica, restando validá-la socialmente, por meio de consultas junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará e deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Esclareça-se que no primeiro semestre de 2016 os CBH's passam por renovação de diretoria e de seus membros. Nesse sentido, torna-se necessário se aguardar tal renovação para que somente após se possa validar a proposta perante a sociedade por meio de consulta aos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH. Após, cumprida a validação social o Projeto de Lei é encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado – PGE para que se proceda as análises dos aspectos legais e posterior encaminhamento para deliberação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Por oportuno, afirmamos a completa impossibilidade de se estabelecer uma data exata que reflita a realidade de prazo necessário que envolve as discussões, debates políticos e deliberação perante a Assembleia Legislativa. Dada a importância e essencialidade que a matéria a ser apreciada referente à qualidade das águas requer a COGERH pode, no máximo, diligenciar perante as autoridades competentes e acompanhar as discussões bem como, politicamente requerer celeridade das mesmas.

Face o exposto, surge a necessidade de se alterar o escopo e cronograma inicialmente apresentado pelas razões anteriormente elencadas conforme segue abaixo:

informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Elaborar lei de proteção de mananciais		Fonte da Informação: COGERH
Periodicidade da Informação: Anual	Data entrega da Informação: Dezembro	Abrangência Geográfica: O Estado do Ceará onde se compreende as 12 (doze) Bacias Hidrográficas
Metas		
Ano 2012	Linha de Base	---
Ano 2013	Ano Zero	---
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	---
	Ano 1 - Segundo Semestre	---
Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	---
	Ano 2 - Segundo Semestre	Apresentar Minuta (texto) Projeto Lei
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	Proposta e consultas completas aos CBH's*
	Ano 3 - Segundo Semestre	Encaminhamento de Projeto ao CONERH **
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	Encaminhamento por meio da PGE*** do Projeto Lei e Mensagem Governamental para a Assembleia Legislativa
	Ano 4 - Segundo Semestre	

*CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

**CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

***PGE – Procuradoria Geral do Estado

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)

Nome do Indicador:

Apresentação de nova Lei de Proteção de Bacias Hidrográficas

Tipo de Indicador:

Tema Projeto: Sustentabilidade Ambiental
Macrofunção/Área de Resultado: Qualidade da água
Setorial Envolvida: COGERH

Nº Indicador Área de Resultado: 3
Nº Indicador de Desembolso: -
Data: 26/02/2016

Quanto ao Desembolso: () Ano Zero () Primário (X) Secundário
Quanto ao Resultado: (X) Produto () Intermediário () Resultado

Responsável pelo Indicador

Nome Responsável: Ana Christine de Araújo Campos Koelfat
Área Responsável: Assessoria da Presidência

Email do Responsável: ana.araujo@cogerh.com.br
Telefone do Responsável: (085) 3218- 7659

Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:

Programa: 041 – Gestão dos Recursos Hídricos
Iniciativa: Desenvolvimento de estudos e aquisição de equipamentos para o fortalecimento institucional

Descrição do Indicador:

Lei de Conservação e Recuperação de Mananciais das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará visando estabelecer normas e diretrizes e o fortalecendo da Política Estadual dos Recursos Hídricos buscando a melhoria da qualidade da água.

Informações do Indicador:

Unidade do Indicador: Apresentação de nova Lei de Proteção de Bacias Hidrográficas
Fonte da Informação: COGERH

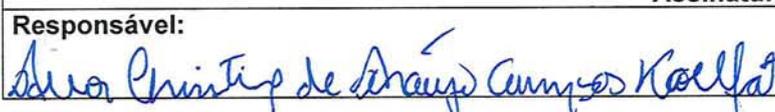
Fórmula de Cálculo:
Não aplicado

Periodicidade da Informação: Anual
Data entrega da Informação: Dezembro
Abrangência Geográfica: O Estado do Ceará onde se compreende as 12 (doze) Bacias Hidrográficas

Metas

Ano 2012	Linha de Base	-
Ano 2013	Ano Zero	-
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 1 - Segundo Semestre	
Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 2 - Segundo Semestre	Apresentar Minuta (texto) Projeto Lei
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	Proposta e consultas completas aos CBH's*
	Ano 3 - Segundo Semestre	Encaminhamento de Projeto ao CONERH **
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	Encaminhamento por meio da PGE*** do Projeto Lei e Mensagem Governamental para a Assembleia Legislativa
	Ano 4 - Segundo Semestre	

Assinatura

Responsável: 
Data: 26/02/2016

*CBH - Comitê de Bacia Hidrográfica

**CONERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

***PGE – Procuradoria Geral do Estado

Zimbra

fabiana.castro@ipece.ce.gov.br

RE: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

De : Thomas Kenyon <tkenyon@worldbank.org>

Sex, 26 de Fev de 2016 14:50

Assunto : RE: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas 6 anexos**Para :** Laura Goncalves <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>, Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>**Cc :** ubirajara silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, inah abreu <inah.abreu@cogerh.com.br>, Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>[Laura – Veja em anexo.](#)

From: Laura Goncalves [mailto:laura.goncalves@ipece.ce.gov.br]**Sent:** Friday, February 26, 2016 12:20 PM**To:** Gunars Platais <gplatais@worldbank.org>**Cc:** Thomas Kenyon <tkenyon@worldbank.org>; ubirajara silva <ubirajara.silva@cogerh.com.br>; inah abreu <inah.abreu@cogerh.com.br>; Denilson Fidelis <denilson.fidelis@cogerh.com.br>; Lista UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>**Subject:** Re: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

Muito obrigada, Gunars.

Ficamos no aguardo da Não Objeção acerca da Nota Técnica enviada solicitando a revisão das metas deste Indicador.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Gunars Platais" <gplatais@worldbank.org>**Para:** "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>**Cc:** "Thomas Kenyon" <tkenyon@worldbank.org>, "ubirajara silva" <ubirajara.silva@cogerh.com.br>, "inah abreu" <inah.abreu@cogerh.com.br>, "Denilson Fidelis" <denilson.fidelis@cogerh.com.br>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>**Enviadas:** Sexta-feira, 26 de fevereiro de 2016 8:05:08**Assunto:** RE: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

Prezada Laura e demais colegas,



THE WORLD BANK/IFC/M.I.G.A.

Poverty Reduction and Economic Management Department
Latin America and Caribbean Region

E-mail: tkenyon@worldbank.org

Fax (202) 522 2106

^{26~}
Date: February[^], 2016

No. of Pages: 1

To: Flavio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Diretor de Geral do IPECE
Coordenador – PforR

Tel: 85-3101-3496

Fax: 85-3101-3500

Ana Cristina Medeiros
Coordenadora UGP - PforR

Project: Ceará Loan to Strengthen Service Delivery for Growth, Poverty Reduction and Environmental Sustainability – PforR (P127463)

Country: Brazil

From: Thomas Kenyon
Task Manager, LCSPF

Subject: CEARÁ PforR: Nota técnica - Indicador Secundário: Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas

AUTHORIZED BY: Thomas Kenyon, Task Manager, LCSPF
CLEARED BY: Gunars Platais, Senior Environment Specialist

Dear Ms. Medeiros,

This is to confirm that we have No Objection to the changes proposed in this Technical Note.

Sincerely,

Thomas Kenyon
Task Manager
LCSPF

Latin America and the Caribbean Region

ANEXO X

Evidência do atendimento do Indicador Secundário (COGERH) - Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.

Ofício 06/2016

Ilma.

Cristina Medeiros

Coordenadora da UGP – PfroR

Fortaleza, 30 de junho de 2016.

Sra. Coordenadora.

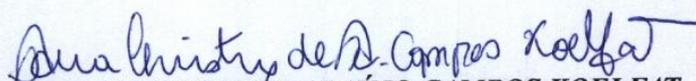
Estamos encaminhando o Relatório referente a Apresentação da Lei de Proteção de Bacias Hidrográficas nas reuniões dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.

Para fins de cumprimento do Indicador Secundário do PfroR - “Apresentação da Minuta da Lei de Proteção das Bacias Hidrográficas”.

Certos de podermos contar com seu apoio, aproveitamos a oportunidade para renovar os votos de estima e consideração.

Subscrevemos o presente colocando a disposição através da Analista de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos da COGERH, Ana Araújo (fone: 3218-7659, e-mail ana.araujo@cogerh.com.br) para prestar as informações que se façam necessárias.

Atenciosamente,



ANA CHRISTINE DE ARAÚJO CAMPOS KOELFAT
ASSESSORA DA PRESIDÊNCIA DA COGERH

Relatório

Projeto de Fortalecimento da Gestão

LEI DE PROTEÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

COORDENAÇÃO:

João Lúcio Farias de Oliveira

Ubirajara Patrício Alvares da Silva

Ana Christine de Araújo Campos Koelfat

1. PROJETO

De Fortalecimento da Gestão

O que é o Programa para Resultados (PforR)?

Projeto de Apoio ao Crescimento com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR) do Ceará com o Banco Mundial.

2. OBJETIVO

O objetivo do Projeto é garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e seja ambientalmente sustentável.

3. DESCRIÇÃO DO QUE FOI REALIZADO NO PERIODO

CRONOGRAMA DA APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DE INTERESSE DO ESTADO DO CEARÁ

12 Comitê de Bacia Hidrográfica do Ceará	Total de Membros dos Comitês	Local (Município)	Data da Apresentação da Minuta	Realizadas
<i>Sertões de Crateús</i>	<i>30</i>	<i>Crateús</i>	<i>16 de março de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Salgado</i>	<i>50</i>	<i>Brejo Santo</i>	<i>31 de março de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Serra da Ibiapaba</i>	<i>30</i>	<i>Ubajara</i>	<i>06 de abril de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Coreaú</i>	<i>30</i>	<i>Coreaú</i>	<i>07 de abril de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Curu</i>	<i>50</i>	<i>Pentecoste</i>	<i>27 de abril de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Alto Jaguaribe</i>	<i>40</i>	<i>Iguatu</i>	<i>28 de abril de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Baixo Jaguaribe</i>	<i>46</i>	<i>Russas</i>	<i>04 de maio de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Acaraú</i>	<i>40</i>	<i>Tamboril</i>	<i>10 de maio de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Médio Jaguaribe</i>	<i>30</i>	<i>Jaguaribe</i>	<i>18 de maio de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Banabuiú</i>	<i>48</i>	<i>Quixeramobim</i>	<i>18 de maio de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Litoral</i>	<i>40</i>	<i>Acaraú</i>	<i>09 de junho de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>
<i>Metropolitanas</i>	<i>60</i>	<i>Fortaleza</i>	<i>22e junho de 2016</i>	<i>Apresentação da Minuta do Projeto de Lei</i>

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)		
Nome do Indicador:		
Apresentação de nova Lei de Proteção de Bacias Hidrográficas		
Tipo de Indicador:		
Tema Projeto: Sustentabilidade	Macrofunção/Área de Resultado: Qualidade da água	Setorial Envolvida: COGERH
Nº Indicador Área de Resultado:	Nº Indicador de Desembolso: -	Data: 26/02/2016
Quanto ao Desembolso: () Ano Zero () Primário (X)		Quanto ao Resultado: (X) Produto () Intermediário () Resultado
Responsável pelo Indicador		
Nome Responsável: Ana Christine de Araújo	Área Responsável: Assessoria da Presidência	
Email do Responsável: ana.araujo@cogerrh.com.br	Telefone do Responsável: (085) 3218- 7659	
Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:		
Programa: 041 – Gestão dos Recursos Hídricos	Iniciativa: Desenvolvimento de estudos e aquisição de equipamentos para o fortalecimento institucional	
Descrição do Indicador:		
Lei de Conservação e Recuperação de Mananciais das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará visando estabelecer normas e diretrizes e o fortalecendo da Política Estadual dos Recursos Hídricos buscando a melhoria da qualidade da água.		
Informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Apresentação de nova Lei de Proteção de Bacias Hidrográficas	Fonte da Informação: COGERH	
Fórmula de Cálculo: Não aplicado		
Periodicidade da Informação: Anual	Data entrega da Informação: Dezembro	Abrangência Geográfica: O Estado do Ceará onde se compreende as 12 (doze) Bacias Hidrográficas

4. PERIODO DE REFERÊNCIA

Ano 2012	Linha de Base	-
Ano 2013	Ano Zero	-
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 1 - Segundo Semestre	
Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	-
	Ano 2 - Segundo Semestre	Apresentar Minuta (texto) Projeto Lei
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	Proposta e consultas completas aos CBH's*
	Ano 3 - Segundo Semestre	Encaminhamento de Projeto ao CONERH **
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	Encaminhamento por meio da PGE*** do Projeto Lei e Mensagem Governamental para a Assembleia Legislativa
	Ano 4 - Segundo Semestre	

5. DESCRIÇÃO DO QUE SERÁ REALIZADO NO PRÓXIMO PERÍODO

Fazer uma compilação das contribuições dos representantes (membros) dos 12 (doze) Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará.

6. FOTOS (Por ordem de apresentação)

**Apresentação da Minuta do Projeto da Lei de Proteção das Bacias Hidrográficas
CBH Sertões de Crateús**



CBH Salgado



CBH Serra da Ibiapaba



CBH Coreaú



CBH Curu



CBH Alto Jaguaribe



CBH Acaraú



CBH Banabuiú



CBH Metropolitanas



7. RESPONSÁVEL

Ana Christine de Araújo Campos Koelfat

Analista de Gestão dos Recursos Hídricos da COGERH

Anexos:

- Pautas e Convocações das Reuniões;
- Listas de Presença de grande parte das reuniões (no aguardo de alguns Comitês repassarem as listas)



Sobral, 28 de abril de 2016

Prezado (a) Senhor (a),

Convidamos V.Sa. para participar da 17ª Reunião Extraordinária do CBH Acaraú, com vistas a discussão do Projeto de Revitalização das Nascentes do Rio Acaraú e outras questões pertinentes a gestão de águas na bacia, que acontecerá no dia 10 de maio de 2016, no Auditório da Câmara Municipal de Tamboril, localizado Praça da Bandeira, Tamboril – CE, a partir das 8:30 horas, que terá como pauta:

8:30 h - Lanche /Abertura

9:00 h – Informes: - Fórum Nacional dos Comitês de Bacia;

- Fórum Cearense dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

- Projeto do Seminário de Revitalização do CBH-Acaraú

- Processo de Eleição para 2º Secretário

9:30 h – Apresentação: Quadro Situacional do Açude Paulo Sarassate (Araras) – Patrícia Frota – Coordenadora do Núcleo Técnico da COGERH/Sobral

10: 00h – Apresentação do Projeto de Lei de lei que dispõe sobre diretrizes e normas para conservação e recuperação das bacias hidrográficas – Ana Christine – Assessoria da Presidência da COGERH

10:30 h – Apresentação do Projeto de Revitalização das Nascentes do Rio Acaraú

12: 30h – Encerramento/ Almoço.

Sem mais para o momento reiteramos nossos cumprimentos,

Atenciosamente,

João Marcelo de Andrade Alves

Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú



Sobral, 28 de abril de 2016

Prezado (a) Senhor (a),

Convidamos V.Sa. para participar da 17ª Reunião Extraordinária do CBH Acaraú, com vistas a discussão do Projeto de Revitalização das Nascentes do Rio Acaraú e outras questões pertinentes a gestão de águas na bacia, que acontecerá no dia 10 de maio de 2016, no Auditório da Câmara Municipal de Tamboril, localizado Praça da Bandeira, Tamboril – CE, a partir das 8:30 horas, que terá como pauta:

8:30 h - Lanche /Abertura

9:00 h – Informes: - Fórum Nacional dos Comitês de Bacia;

- Fórum Cearense dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

- Projeto do Seminário de Revitalização do CBH-Acaraú

- Processo de Eleição para 2º Secretário

9:30 h – Apresentação: Quadro Situacional do Açude Paulo Sarassate (Araras) – Patrícia Frota – Coordenadora do Núcleo Técnico da COGERH/Sobral

10: 00h – Apresentação do Projeto de Lei de lei que dispõe sobre diretrizes e normas para conservação e recuperação das bacias hidrográficas – Ana Christine – Assessoria da Presidência da COGERH

10:30 h – Apresentação do Projeto de Revitalização das Nascentes do Rio Acaraú

12: 30h – Encerramento/ Almoço.

Sem mais para o momento reiteramos nossos cumprimentos,

Atenciosamente,

João Marcelo de Andrade Alves

Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú



CONVOCATÓRIA AOS MEMBROS DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO JAGUARIBE – CSBH / 50º REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 28 (quinta-feira) de abril de 2016.

Local: Auditório do Campus Multi Institucional Humberto Teixeira, localizado na Avenida Dário Rabelo, S/N, Bairro Santo Antônio, município de Iguatu – CE.

Programação:

- 08:30 – Café da manhã;
- 09:00 – Abertura e leitura da Ata da reunião anterior;
- 09:15 – Detalhamento das Mobilizações da 49ª e 50ª Reuniões Ordinárias do Comitê;
- 09:30 – Informes gerais e prestação de contas dos encaminhamentos anteriores;
- 09:45 – Renovação da Comissão de Eventos Críticos e formação da Comissão de Estudo do Plano de Bacia;
- 10:00 – Indicação de uma pessoa da Sub-bacia do Alto Jaguaribe a ser homenageada no FCCBH (Comenda Antônio Zaranza);
- 10:15 – Apresentação “Balanço Financeiro da COGERH referente ao ano de 2015”, (nome do palestrante a confirmar);
- 11:00 – Apresentação “Projeto de Lei para conservação e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse do Estado do Ceará”, (nome do palestrante a confirmar);
- 11:45 – Apresentação “Ações Priorizadas pelo Governo do Estado e Comitê das Secas para a Sub-Bacia do Alto Jaguaribe”, (nome do palestrante a confirmar);
- 12:30 – Espaço para Deliberações/Encaminhamentos do Comitê com aprovação da Plenária;
- 13:00 – Encerramento e Almoço.

Atenciosamente,

Antônio Ceza Cristóvão
Presidente do CSBH – Alto Jaguaribe



CONVITE

Prezado (a) Senhor (a),

Convidamos V.S^a. para participar da 50^o Reunião Ordinária do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Banabuiú.

DATA: 18 de Maio de 2016 (quarta-feira)

LOCAL: **Escola Estadual de Educação Profissional Dr. José Alves da Silveira**, Avenida Humberto Senna, 250, Quixeramobim-Ce.

HORÁRIO: 8h30min.

PROGRAMAÇÃO

8h30min:	Abertura e Informes.
9h00min:	Explanação do projeto de lei que dispõe sobre diretrizes e normas para conservação e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse do Estado do Ceará;
10h00min:	Apresentação da Arrecadação da Bacia do Banabuiú;
10h30min:	Diretrizes operacionais para os parâmetros do segundo semestre de 2016;
11h00min:	Explanação do funcionamento da AMR do açude Pedras Brancas;
11h30min:	Homologação das Comissões Gestoras dos Sistema Hídricos;
11h45min:	Encaminhamentos e encerramento.
12h00min:	Almoço

Cordialmente,

Hilmar Sérgio Pinto da Cunha
Presidente do CSBH-Rio Banabuiú



CONVOCAÇÃO

56ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu / CBH - CURU

Pentecoste, 04 de abril de 2016.

Prezado (a) Senhor (a),

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu / CBH – CURU, **convoca** V.S^a, para sua **56ª Reunião Ordinária** que realizar-se-á no dia **27 de abril de 2016** no **Auditório do Centro de Pesquisa do DNOCS**, Centro, em Pentecoste/CE. Com início marcado para às **08:30 horas**.

OBS.: Para um melhor aproveitamento do tempo a reunião iniciará às **9:00hs** (quórum regimental).

PAUTA:

08:30 - Café da manhã/Credenciamento;

09:00 às 10:00: Informes: XVIII ENCOB e espaço do comitê

10:00 às 11:00: Eleição e Posse da nova Diretoria;

11:00 às 11:40: Balanço financeiro da Cogeh em 2015

11:40 às 12:00: Preservação de mananciais – através de Decreto;

12:00: Encerramento / Almoço

Atenciosamente,

José do Egito Sales Andrade
Presidente do CBH-Curu



CONVOCAÇÃO

56ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu / CBH - CURU

Pentecoste, 04 de abril de 2016.

Prezado (a) Senhor (a),

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Curu / CBH – CURU, **convoca** V.S^a, para sua **56ª Reunião Ordinária** que realizar-se-á no dia **27 de abril de 2016** no **Auditório do Centro de Pesquisa do DNOCS**, Centro, em Pentecoste/CE. Com início marcado para às **08:30 horas**.

OBS.: Para um melhor aproveitamento do tempo a reunião iniciará às **9:00hs** (quórum regimental).

PAUTA:

08:30 - Café da manhã/Credenciamento;

09:00 às 10:00: Informes: XVIII ENCOB e espaço do comitê

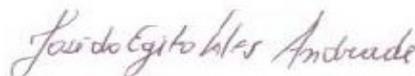
10:00 às 11:00: Eleição e Posse da nova Diretoria;

11:00 às 11:40: Balanço financeiro da Cogeh em 2015

11:40 às 12:00: Preservação de mananciais – através de Decreto;

12:00: Encerramento / Almoço

Atenciosamente,


José do Egito Sales Andrade
Presidente do CBH-Curu



CONVOCAÇÃO

35ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral / CBH - Litoral

Pentecoste, 28 de março de 2016.

Prezado (a) Senhor (a),

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral / CBH – Litoral, **convoca** V.S^a, para sua **35ª Reunião Ordinária** que realizar-se-á no dia **15 de abril de 2016** no **Auditório da Prefeitura de Amontada**, localizado na Av. Gal. Alípio dos Santos, 1343 – Centro, com início marcado para às **08:30 horas**.

OBS.: Para um melhor aproveitamento do tempo a reunião iniciará às 9:00hs (quórum regimental).

PAUTA:

08:00: Café da manhã/Credenciamento;

09:00 às 09:30: Abertura: ENCOB/Vacância - Usuário/Vacância – P. P. Municipal;

09:30 às 09:50: Balanço financeiro da Cogerh em 2015 e gerencia regional;

09:50 às 10:15: Prognóstico da FUNCEME;

10:15 às 10:50: Política de Recursos Hídricos – Para que?;

10:50 às 11:10: Campanha da Fraternidade;

11:10 às 11:30: Preservação de mananciais – através de Decreto;

11:30 às 12:00: Requerimento / Encaminhamento;

12:00: Encerramento / Almoço

Atenciosamente,

Niepson Maciel Viana
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral
CBH – Litoral



**COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO
(CSBH SALGADO)**

Criado pelo Decreto Estadual Nº 26.603, de 14/05/2002

OFÍCIO CIRCULAR Nº 002.2016 – CSBH SALGADO

Crato, 03 de março de 2016

Ilmo(a). Sr(a). Membro do CSBH Salgado,

Vimos, pelo presente, convocá-lo(a) a participar da **48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH SALGADO**, a realizar-se no dia **31 de março**, a partir das **8h**, na sede do **Projeto ABC**, situado à Rua Manoel Leite de Moura, **Brejo Santo/CE**.

Na ocasião, teremos a seguinte programação:

8h - Café da manhã;

8h30min - Abertura dos trabalhos, aprovação da ata e apresentação da pauta;

9h – Apresentação sobre o Balanço Financeiro da Cogerh no ano 2015;

9h20min – Apresentação do “Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes e normas para revitalização das bacias hidrográficas dos mananciais do Estado do Ceará e dá outras providencias;

9h50min – Apresentação da Situação Hídrica da Bacia do Salgado”;

10h20min – Momento das Microbacias;

11h - Apresentação e acompanhamento dos requerimentos por Microbacia;

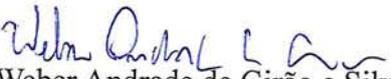
11h30min – Escolha do representante do CSBH Salgado para o ENCOB 2016 e do Homenageado com a Comenda Zaranza;

11h40min – Informes;

12h – Encerramento e Almoço.

Sem mais para o momento, desde já agradecemos a vossa imprescindível presença e colaboração, colocando-nos ao vosso inteiro dispor para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,


Weber Andrade de Girão e Silva

Secretário-Geral do CSBH Salgado

OFÍCIO Nº. 019/2015 – GBS.

Crato, 18 de fevereiro de 2016.

Ilma. Coordenadora Administrativa do Projeto ABC
Sra. Francisca Simone Pinheiro Leite

Vimos pelo presente solicitar de V. Ex.^a a disponibilização do espaço do Projeto ABC para a realização da **48ª Reunião Ordinária do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado**, a qual ocorrerá no dia **31 de março**, de **8h às 13h**, com previsão de 70 participantes. Salientamos que esse é um momento de grande relevância para uma melhor gestão e uso da água da Bacia do Salgado.

Sem mais para o momento, e certos de contarmos com a sua honrosa colaboração e participação, desde já agradecemos sua atenção e colocamo-nos ao seu inteiro dispor para maiores esclarecimentos.

Cordialmente,


Daniele Costa da Silva
Coord. do Núcleo de Gestão / Bacia do Salgado

Daniele Costa da Silva
COORDENADORA DO NÚCLEO DE GESTÃO
GERÊNCIA REGIONAL DA COGERH - BACIA DO SALGADO

19-02-2016







CONVITE

Prezado (a) Senhor (a),

O Comitê da Bacia Hidrográfica da Serra da Ibiapaba, através da Gerência Regional da COGERH em Crateús, convida o representante titular de seu colegiado se fazer presente na **Capacitação** do Comitê da Bacia Hidrográfica da Serra da Ibiapaba que acontecerá nos dias **06 e 07 de abril de 2016** no **Neblina Park Hotel** na Av. Governador Cezar Cals de Oliveira Filho, SN - Zona Rural, **Ubajara** para participar da programação que se segue:

1º Dia 06.04.16

Manhã

08:00- Café da Manhã

08:30- Abertura - **Judite Araújo e Kelly Cristina**

08:50- Exposição do Bioma Caatinga - **Andreza Antunes/Associação Caatinga**

10:00- Oficina Como montar uma RPPN - **Associação Caatinga**

11:00- Discussões e debate

12:00- Encerramento manhã - **almoço**

Tarde

14:00- Novo Código Florestal - **SEMACE**

15:30- Coffee break

16:00- Minuta da Política Estadual de Recuperação de Nascentes - **Ana Araújo/COGERH**

2º Dia 07.04.16

08:00- Café da Manhã

08:30- Abertura - **Mires Bouty**

09:00- Palestra Desafio de um Comitê - **Mires Bouty/COGERH**

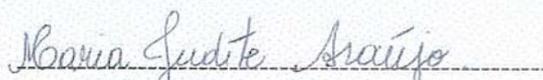
10:00- Dinâmica de Debate

11:00- Palestra Uso Consciente das Águas

12:00- Encerramento almoço

Obs: Será disponibilizado hospedagem para todos os membros do comitê, por favor confirmar a presença e a hospedagem.

Ubajara, 29 de março de 2016.



Maria Judite Araújo
Presidente do CBH da Serra da Ibiapaba



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
GERÊNCIA DE CRATEÚS – BACIA DO RIO PARNAÍBA



Convite

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús, através da Gerência Regional da COGERH em Crateús, convida o representante titular de seu colegiado a se fazer presente na **11° Reunião Ordinária** que acontecerá no dia **16.03.2016** no **auditório da CAGECE** – Rua Antônio Francisco de Macêdo, nº 270 – Ipase, município de Crateús. Para participar da programação que segue:

08:30 – Coffee break e acolhimento

09:00 – Leitura da ATA 10° Reunião Ordinária

09:20 – Apresentação programação CBHSC 2016

– Apresentação da Capacitação

09:50 – Apresentação Funceme

10:20 – Apresentação Projeto de Lei sobre Conservação e Recuperação dos Mananciais do Estado- Ana Araújo

10:40 – Apresentação Rio Poty- COGERH

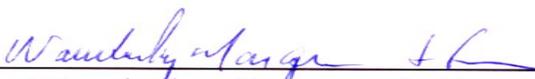
11:00 – Espaço do Comitê

– Espaço do Fórum (Relato Nilce e Lacerda)

– Plano de Bacia e as Comissões Gestoras

12:00 -Almoço

Crateús, 04 de março de 2016


Wanderley Marques de Sousa
Presidente do CBH dos Sertões de Crateús



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CBH – RMF)

Ofício Circular Nº 02/2016

Fortaleza, 12 de Maio de 2016

Estamos comunicando a V.S^a. Que é membro do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF). Para se fazer presente a **42ª Reunião Ordinária do CBH-RMF, a ser realizada no dia 22/06/2016 (Quarta-feira), no auditório da Cogeh, no município de Fortaleza**, tendo como pauta os assuntos a seguir:

Programação:

- 08h30min – Café da manhã
- 09h00min – Abertura (Diretoria do CBH-RMF)
- 09h20min – Informes
- 09h50min – Apresentação da Minuta do Enquadramento Ana Araújo - Cogeh) e Juntamente com aprovação do Enquadramento do Açude Acarape do Meio (Bertheyr Peixoto)
- 10h20min – Apresentação sobre Situação Hídrica (Krisnha Martins - Cogeh) e Alternativas de Abastecimentos (Gianni Peixoto – Cogeh)
- 11h00min – Trabalhos em grupo
- 12h00min – Encaminhamentos
- 12h30min - Encerramento/Almoço

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Mailde Carlos do Rêgo
Presidente do CBH-RMF



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CBH – RMF)

Ofício Circular Nº 02/2016

Fortaleza, 12 de Maio de 2016

Estamos comunicando a V.S^a. Que é membro do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF). Para se fazer presente a **42ª Reunião Ordinária do CBH-RMF, a ser realizada no dia 22/06/2016 (Quarta-feira), no auditório da Cogeh, no município de Fortaleza**, tendo como pauta os assuntos a seguir:

Programação:

- 08h30min – Café da manhã
- 09h00min – Abertura (Diretoria do CBH-RMF)
- 09h20min – Informes
- 09h50min – Apresentação da Minuta do Enquadramento Ana Araújo - Cogeh) e Juntamente com aprovação do Enquadramento do Açude Acarape do Meio (Bertheyr Peixoto)
- 10h20min – Apresentação sobre Situação Hídrica (Krisnha Martins - Cogeh) e Alternativas de Abastecimentos (Gianni Peixoto – Cogeh)
- 11h00min – Trabalhos em grupo
- 12h00min – Encaminhamentos
- 12h30min - Encerramento/Almoço

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Mailde Carlos do Rêgo
Presidente do CBH-RMF

Instituição	Titular / Suplente	Assinatura
20	Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe – SISAR - Russas	Flávia Brito Lima Erlândio Diógenes Mourão
21	Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi – FAPIJA - Limoeiro do Norte	Karlos Welby Néri Paiva Raimundo César dos Santos
22	Associação Comunitária Governador Tasso Jerreissati - GRACISMÕES – Russas	Luzia Pereira da Costa Deuzimar Ferreira da Costa
23	Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado de Jaguaruana – ASSIJA	João José de Oliveira José Soares Sobrinho
24	Agrícola Famosa Ltda.	Luiz Roberto Maldonado Barcelos Richard August Muller
25	CFRUTAR - Central de Frutas do Tabuleiro de Russas	Joedson Lúcio Medeiros Augusto Vagner Martins Luiz
26	Fazenda Esperança Agropecuária e Indústria Ltda.	Mansueto Rodrigues Lessa José Fábio Souza Costa
27	CAMMÁRUS – Central dos Criadores de Camarão de Jaguaruana	Manoel Gildo de Almeida José Luis de Sousa Maia
28	MERI POBO AGROPECUARIA LTDA	Roseli Regina Conceição Klinger Simões Dantas
29	Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte	Otacílio Benvindo Deocleciano Sebastião Caetano Filho

COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH SALGADO EM BREJO SANTO-CE, 31 DE MARÇO DE 2016

USUÁRIOS		ASSINATURA
Instituição:	Nome:	
Associação Iarense dos Amigos da Infância (AMINF) - Barro	Titular: João Manoel de Sousa Suplente: Maria Vanda Edna Feitosa	<i>João Manoel de Sousa</i>
CAGECE	Titular: Marcelo Gutierrez Wuerzius Suplente: Expedito Galba Batista	<i>Marcelo Gutierrez</i>
Sítio Barreiras Fruticultura - Missão Velha	Titular: Wirlan Barros de Oliveira Suplente: Catulo Cabral da Silva	FALTA
Associação Comunitária dos Produtores Rurais e Irrigantes do Sítio Volta - Mauriti	Titular: Afonso Verônica de Lima Suplente: Cícero Verônica Dias	<i>Março Verônica de Lima</i>
ONG Matulão Esperança Cariri - Jati	Titular: Ana Fernanda Barros Freires Suplente:	<i>Ana Fernanda Barros Freires</i>
Associação Comunitária Santo Antônio do Sítio Espinheiro	Titular: Expedito Fernandes da Silva Suplente: Joaquim Cardoso da Silva	<i>Expedito Fernandes da Silva</i>
Associação Comunitária dos Produtores Agrícolas Antonio Neves - Sítio Baixa Grande - Jati	Titular: José Francisco Rodrigues Suplente: Francisco José da Silva	<i>José Francisco Rodrigues</i>
Associação de Pequenos Agricultores do Sítio Sabiá - Juazeiro do Norte	Titular: Pedro Alcântara de Moraes Suplente: Ana Maria Agostinho Morais	<i>Pedro Alcântara de Moraes 988615558</i> <i>Ana Maria Agostinho Morais</i>
Associação dos Moradores e Agricultores do Sítio Espinhaço - Barbalha	Titular: Margarida Maria Gonçalves Suplente: Francisco Iran de Andrade	<i>Margarida Maria Gonçalves</i>
Associação Comunitária para o Desenvolvimento Rural dos Sítios Alto Alegre e Malhada Grande - Icó	Titular: Maria Lúcia Ferreira Alves Suplente: Raimundo Nonato Almeida dos Santos	<i>Raimundo Nonato Almeida dos Santos</i>
Associação Integrada dos Fruticultores de Lavras da Mangabeira - AFRUTILAM	Titular: Francinaldo Landim da Costa Suplente: José Joaquim Machado Neto	JUSTIFICADO
ADICOL - Associação do Distrito de Irrigação Icó Lima Campos	Titular: Francisco Alexandro Fabrício (Alex) Suplente: José Martins Filho	<i>José Martins Filho</i>
Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Salgado - SISAR	Titular: Jomávia Lacerda Correia Suplente: Francisco Gleson dos Santos Moreira	<i>Jomávia Lacerda Correia</i>
ASIDESS Várzea Alegre	Titular: Maria de Lourdes Lemos Soares Feitosa Suplente: João Lemos Soares	<i>João Lemos Soares</i> <i>Maria de Lourdes Lemos Soares</i>
Associação Comunitária João Batista Filho - Cedro	Titular: Aparecida Batista de Souza Suplente: Denis Bezerra de Matos	<i>Aparecida Batista de Souza</i>

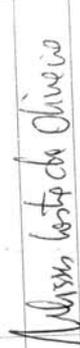
	Distrito de Arariús	Usuário	Valdiney Parente	000		
37	Associação das Localidades de Batoque, Flores e Curtume	Usuário	Antônio Gentil de Medeiros	Zona Rural – Flores-Carié - CEP: 62180-000	36461133 - (88)81029035	
			Elizeuda Santos Matias		(88)97930406	<i>Sabrina Teles do Sacramento</i>
38	Associação Comunitária de Jenipapeiro	Usuário	Cristina Teles do Nascimento	Jenipapeiro Zona Rural – Cruz -CE CEP:62595-000	3644(88)99440912 cristinateles@gmail.com	<i>Suzi Maria Vasconcelos</i>
			<i>Jose Ivan Vasconcelos</i>			
39	CAGECE	Usuário	Francisclay Mouta da Silva	Rua Tab. Idelfonso Cavalcante, 619-Centro – Sobral-CE 62.100-000 (88)36774266	3677-4715 socoito_sousa@cagece.com.br (85)87262299	
			Raimundo Irismar de Azevedo Filho		(88)99683782 irismar.filho@cagece.com.br	
40	SAAE de Sobral	Usuário	Silvestre Gomes Coelho Neto	Rua Dr. Monte, 563 – Centro – Sobral 62.011-200 (88)36779110	silvestregn@terra.com.br (88)88412353	
			José Ealber Macedo Lima		ealberlima@yahoo.com.br (88)88412361	<i>P.P. (S.M.A.)</i>

Externo ao CBH

17ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Acaraú

Data: 10.0.2016

Local: Câmara de Vereadores de Tamboril, Tamboril - CE.

Nº	INSTITUIÇÃO	SETOR	TITULAR	ENDEREÇO	TELEFONE/E-MAIL	ASSINATURA
1	Secretaria dos Recursos Hídricos	Poder Público Estadual	Márcia Soares Caldas Maria Eliane Sampaio Cortez	Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, s/n - Ed. SEINFRA/SRH Térreo - Cambéba Fortaleza -CE 60.822-325	marcia.caldas@srh.ce.gov.br 31014053 - (85)989095960 eliane.cortez@srh.ce.gov.br	
2	Agência de Defesa Agropecuária - ADAGRI	Poder Público Estadual	Iracelma Julião de Arruda Silveiro Neto de Vasconcelos Moita		(88)36141361 (88)36266131	
3	SEMACE	Poder Público Estadual	Ulisses Costa de Oliveira Francisco Frank Soares	Rua Jaime Benévolo, 1400 - Bairro de Fátima Fortaleza -CE 60050-081	(88)3614-8779/ (85)88691151 ulisses.costa@semace.ce.gov.br franksoares@semace.ce.gov.br (88)99219883	
4	EMATERCE	Poder Público Estadual	Francisco Jader de Albuquerque Maria Auxiliadora de Queiroz Sales	Parque de exposições João Passos Dias- Av. José Euclides Ferreira Gomes. Sobral-Ce.	(88)3677-4717/ (88)96155775/ jader.albuquerque@ematerce.ce.gov.br auxiliadora.queiroz@ematerce.ce.gov.br (88)99405601	
5	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Poder Público Federal	Geraldo Gurgel Júnior Joaquim Ferreira dos Reis	Av. Duque Caxias, 1700 Fortaleza-CE 60.035-111	(88) 3639-4263/ (88)992567787 geraldogurgeljuniorgr@gmail.com 3619-1108, (88)99010902 joaquim_ferreira@dnoocs.gov.br	

6	FUNAI	Poder Público Federal	Moisés Barbosa de Carvalho Cícero da Silva Sousa	Rua Abílio Martins, 805 – ParqueIândia – Fortaleza – CEP 60455-4	arrazoado@gmail.com (85)997288783 (88)36671933 – Rua Mundialco Ribeiro, Nº 64 - Centro - Itarema
7	EMBRAPA Caprinos e Ovinos	Poder Público Federal	Edilson Mendes de Almeida Rafael Gonçalves Tonucci	Fazenda Três Lagoas, Estrada de Sobral -Groairas KM 4 – Cx. P. 145 62.010-970	(88) 3112-7407/ (88)92272819 edilson_almeida@embrapa.br  rafael_tonucci@embrapa.br (88)996986655
8	Secretaria de Desenvolvimento Agrário	Poder Público Estadual	Samuel Meneses Pimenta André Bonates	Avenida Bezerra de Menezes, 1820 – Bairro São Gerardo – Fortaleza- CE – CEP: 60325-901	(85)31018119/ (88)992215025 (85)31018012/99623575Z
9	Prefeitura Municipal de Acarau	Poder Público Municipal	Hosana Maria Rocha Veras Maria Fernanda de Araújo	Rua General Humberto Moura, 675-Centro Acarau-CE 62.580-000	3661-116;3/1092/8826-2930 acarau.meioambiente@hotmail.com (88)97520542 nandha_araujo@hotmail.com
10	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Poder Público Municipal	Cesário Rodrigues Vasconcelos Júnior Nielson Martins Júnior	Rua Ernestina Catunda, 50 – Bairro Piracicaba – Santa Quitéria – CEP: 62280-000 (85)996883635	cesariocactus@bol.com.br (88)96883635 nielsonmartins2000@hotmail.com
11	Prefeitura Municipal de Massapé	Poder Público Municipal	Luiz Carlos Marques Costa Francisco Ataide de Oliveira	Rua Major José Paulino, 191 – CEP: 62140-000 - Massapé	9651.4818/92799755 luizcarlosmc@hotmail.com
12	Prefeitura Municipal de Varjota	Poder Público Municipal	Raimundo Gomes Filho João Rodrigues de Farias	Rua Artur Ramos,232 – Centro, Varjota-CE 62265-000. (88)36391394	(88)3639-1221 (88)96111953 (88)36391266
13	Prefeitura Municipal de Sobral	Poder Público Municipal	Luiza Lúcia da Silva Barreto Wilson Angelim	Rua Viniato de Medeiros, 1250- Centro – Sobral- CE 62.011-060	3677-1110/3611-5835 luizalucia@sobral.ce.gov.br wilsonangelim@gmail.com (88)999462729 (88)36131674
14	Câmara Municipal	Poder Público	Maria da Conceição	Rua José, 51, Centro –	(88)94086043

de Meruoca	Municipal	Cavalcante Alcântara	Meruoca-CE 62.130-000 (88)96491105	(88)36491105 valda1234@hotmail.com (88) 92564923	<i>Mariana da Conc. Alcântara</i>
15	Câmara Municipal de Tamboril	Maria Valdelidia Barros Mendes Rozeângela Mesquita Martins Maria das Graças Camelo de Mesquita	Rua Jesuíta Adeodato, 210 – Tamboril-CE 63.750-000	(85)92380440/ (88)92370563 camaramtamboril@ig.com.br	<i>Rozângela Mesquita Martins</i> <i>Baia das Graças C. S. A.</i>
16	Câmara Municipal de Marco	Antônio Ademair Alencar Antônia Glaucy Osterno Rios	Rua Rios, s/N – Centro – Marco – CEP.: 62560-000	alencarafrutas@hotmail.com (88) ouvidoria@cmm.ce.gov.br	
17	Sindicato dos Trabalhadores (as), Rurais, Agricultores e Familiares de Marco	José Alberni da Silva Odair José de Menezes	Rua Governador Raul Barbosa, Nº697 – Centro-Groairas- Marco CEP.: 62560-000	glaucy09@hotmail.com (88)99710990 jalbernisilva@bol.com.br (88)97700600 (88)36641003	<i>P.P. José Camilo Freitas</i>
18	Sindicato dos Trabalhadores (as), Rurais, Agricultores e Familiares de Varjota	Joanderson de Mesquita Sousa José Paiva Magalhães	Rua Rui Barbosa, s/N – Centro – Varjota – CEP:62265-000 (88)36391100	(88)999006078 (88)36391100 (88)996819256 (88) 36391703 sindtr.varjota@hotmail.com	
19	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Massapé	Maria Iolanda de Melo Cosmo Firmino Costa	Praça São Fco. 119 – Centro Massapé – CE 62.140-000 (88)992360900/ 3643-1223 sitrmassape@yahoo.com.br	iolanda27@yahoo.com.br (88)992360923 sitrmassape@yahoo.com.br (88)9944449742	<i>Maria Iolanda de Melo</i>
20	CACTUS – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Semiárido	Homero Avelino de Lima Novaes Maria do Socorro Martins	Rua João Pinto de Mesquita, 163 – Centro – Santa Quitéria-CE (88)36282487	cactusorg@hotmail.com (88)998061235	<i>Luiz Carlos Novaes</i>

21	Federação das Associações Comunitárias de Cruz - FAC	Sociedade Civil	Antônio dos Santos de Oliveira Lima João Barista da Silva	Rua Pe. Valdey, 315 - Centro - CEP: 62.595-000 Cruz	limagronomiacruzce@yahoo.com.br (88)36603082/ (88)96742695 Av. Francisco Xavier, 842 - Praia do Preá, CRUZ limasertaneioasm@yahoo.com.br	<i>Maria</i>
22	Universidade Vale do Acaraú	Sociedade Civil	Ernane Cortez Lima Fábio Sousa e Silva Cunha	Avenida da Universidade, 821 - Betânia - CEP: 62040-370 - Sobral-CE	(88)99187405	
23	Instituto de Ecologia Social Carnaúba - Instituto Carnaúba	Sociedade Civil	Expedito José de Pula Torres Francisco Osvaldo Aguiar	Rua Dr. João do Monte, 917 Centro Sobral-CE 62.010-220	3611-8124/8817-7870/(88)94871233 carnauba@carnauba.org epjtorres@carnauba.org epjtorres@gmail.com	
24	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE	Sociedade Civil	Eliano Vieira Pessoa Mayara Carantino Costa	Av. Dr. Guarani, 317 - Derby Clube - Sobral-CE 62.040-730 (88)31128100	(88)9267-5608 saquiari@carnauba.org (88)36118124 (88)96678272 elianopessoa@gmail.com	<i>OSP</i>
25	Cáritas Diocesana de Sobral	Sociedade Civil	Erivan Camelo da Silva Juarez Fernandes Sá	Rua Maestro José Pedro, Nº 76 - Centro - (88)96060596	ccaritasobral@hotmail.com (88)96060596 ervancs05@gmail.com (85)997959452 juarez_1808@yahoo.com.br (88)98105006/94772460	<i>Juarez Fernandes Sá</i>
26	Cultura e Arte Solidária de Acaraú - C.A.S.A	Sociedade Civil	João Marcelo de Andrade Alves Regina Mara de Sousa	Rua General Humberto Moura, 990, Centro Acaraú -CE 62.580-000 (88) 81240721	joao_marceloandrade@hotmail.com 88-3661-1233/81240721 88-3661-1006/81240721 teremar@gmail.com (88)96300206	<i>João Marcelo de Alves</i>
27	Associação Santanense de Promoção Social	Sociedade Civil	João Batista do Espírito Santo Justo Francisca José do Espírito Santo Cysne Frota	Rua Pe. Francisco José Aragão e Silva, s/n -Santana do Acaraú-CE 62.150-000	3644-1435/(88)99187492 bjustonatureza@hotmail.com josjusto@hotmail.com (88)36115093/ (88)99760022	<i>João Batista</i>
28	Associação Comunitária de	Sociedade Civil	Francisco Joaquim Lopes	Zona Rural - Malhada dos Bois - Amanaiara -	(88)97792243	<i>Francisco Joaquim Lopes</i>

Malhada dos Bois	Usuário	José Lopes de França	Reriutaba CEP: 62.260-000		
29	Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - DIBAU	Raimundo Pereira Neto	BR 403-CE 161 - Triângulo de Marco - Marco - CE 62.560-000 (88)36644021/ (88)99280481	(85)9988-0186/ (85)34782973 r.pereiraineto@hotmail.com	
30	Cooperativa dos Irrigantes de Forquilha - COIF	Francisco Cícero Caxias	Rua Gabriel Cavalcante de Vasconcelos, s/n - CEP: 62.115-000 (88)36191261	3619-1261/9961-3938/ cicrocaxias84@gmail.com	<i>Francisco de Caxias</i>
31	DIPAN	Adalberto Rodrigues Martins	Perímetro Irrigado do Araras Norte Varjota - CEP:62265-000	9606-5649 adalbertomartins5@gmail.com	<i>Adalberto</i>
32	Votorantim Cimentos	José Odilon Brum Filho Francisco Teixeira Rodrigues	Sítio Santa Helena, s/n - Bairro Zona Rural Sobral-CE 62.023-120 (88) 3677-7307/ (88)81166353	(88) 3677-7313/ (88) 981166353 camilla.silva@vcimentos.com.br (88)999045258	<i>Camilla de Sousa</i> <i>C. Paula</i>
33	Associação Comunitária de Tapuio	Francisco de Assis Macêdo Antônio Marcos Paiva Melo	Zona Rural - Tapuio - Cariré	(88)99059626 (88)98124948	
34	Associação Comunitária de Cheia de Graça	Expedito Lindolfo Honorato Joaquim dos Santos Honorato	Sítio Cheia de Graça - Zona Rural - Pacujá - CEP.: 62180-000 (88)94964588 - 94759616	(88)94554953	
35	Associação dos Trabalhadores Rurais de Meia Mata e Gado Bravo	Francisco de Assis Moreira Paulo Jaquenilton Rocha Silva	Comunidade Meia Mata e Gado Bravo, s/n Marco-Ce 62560-000	(88)9982-9941	<i>Francisco de Assis Moreira</i>
36	Associação dos Moradores do	Adauto Eleotério Araújo	Rua Barão, s/n - Arariús - Cariré - CEP.: 62184-	(88)999971432	

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	ENDEREÇO	TELEFONE/E-MAIL	ASSINATURA
1	Indígena Taboosa	Wanderlan	Mons Taboosa	998256332	Wanderlan Sabino
2	PREFEITURA - TAMBOREIL	SAMUEL T. KOSLEFFA	FRANKLIN CHALANTE	(88) 99737795	[Assinatura]
3	Pessoas Sem Oportunidade	Júlio César Moura	Santa Cruz Taboosa	(88) 944557754	[Assinatura]
4	COGERM	Anthony Ramos	CRATEJÉ	(85) 999338099	[Assinatura]
5	ETNIA INDIOS TABOOSA	SEBASTIÃO VIEIRA DA SILVA	MONS-TABOSA	(88) 996471895	[Assinatura]
6	ETNIA INDIOS TABOOSA	MARIA NEUSA DE SOUSA MACIEL	MONS-TABOSA ALDEIA TABOOSA DOS SANTOS	(88) 997159197	[Assinatura]
7	Etnia Taboosa	Luiza Nascimento de Melo	MONS-TABOSA D.D. CARANTOS (88)	9.999734022	[Assinatura]
8	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DE TAMBOREIL	Luciano Muelh dos Santos	TAMBOREIL	(88) 92987917 luciano.muelh.2004@hotmail.com	[Assinatura]
9	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DE TAMBOREIL	José Oliveira Ribeiro	TAMBOREIL	(88) 992947167	[Assinatura]
10	CAMARA MUNICIPAL RURAL TABOOSA	NAIARA LEAMA	TAMBOREIL	(88) 99747370	[Assinatura]
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA - TAMBOREIL	NOEZ TORRES	TAMBOREIL	(85) 99938118	[Assinatura]
12	COGERM	MATEUS PERDIGÃO	Fortaleza	(85) 3218.7654	Mateus Perdigão
13					
Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	ENDEREÇO	TELEFONE/E-MAIL	ASSINATURA

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH BAIXO JAGUARIBE DO ANO 2016

Data: 04 de Maio de 2016

Horário: 09:00 às 13:00 horas

Local: Auditório do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rural de Russas

Município: Russas - CE

LISTA DE PRESEÇA

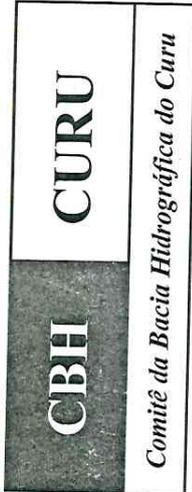
	Instituição	Titular / Suplente	Assinatura
1	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM - Limoeiro do Norte	Mariana Monteiro Navarro de Oliveira Kênia Nogueira Diógenes da Rocha	Mariana Monteiro N. de Oliveira
2	Fundação Brasil Cidadão para a Educação, Cultura, Tecnologia. FBC - Icapuí	José Maria Damasceno Silva Neto André Luiz Braga Silva	
3	Associação Beneficente dos Moradores de Boca do forno - ABEMFOR- Aracati	Elieser Reinaldo Bezerra Maria Vilanir Teixeira da Silva	Maria Vilanir Teixeira de Silva
4	Associação Cultural dos Artesãos Artistas e Produtores Rurais de Jaguaruana- Ceará	Afro Moura Negrão Júnior Daisy de Miranda Rocha	
5	Associação Comunitária Solon - José da Silva Russas	Cláudio Pereira de Oliveira Neto Maria Delourdes da Silva	
6	Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Limoeiro do Norte	Ananias Secundo Silva João Ribeiro da Costa	Ananias Secundo Silva
7	Sindicato dos trabalhadores de Russas - Russas	Luiz Vicente dos Santos Pedro Lima Ribeiro	Luiz Vicente dos Santos Pedro Lima Ribeiro
8	Federação das Entidades Cíveis Organizadas do Município de Aracati - FAECOMA	Cláudio Alves Pinto Francisco de Assis Barbosa da Silva	Cláudio Alves Pinto

	Instituição	Titular / Suplente	Assinatura
9	Associação dos Moradores de Lagoa Vermelha	Márcia Regina da Silva Joaquim Firmino da Silva Neto	
10	Associação Menino Jesus de Praga – Sítio Canto Russas - CE	Carlos Alberto Félix Nogueira Lima Francisca Aurinete Vieira de Sousa	
11	Instituto Agropólos do Ceará	Diana Meire Gadelha Mendes Maria Nena de Castro Filha	
12	Associação Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida	Marcondes Rodrigues da Silva Maria José de Sousa	
13	Associação dos Produtos de Orgânicos do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas - OPTAR	Antônio Cláudio Moreira de Almeida Antônio Lairton Mendes Regis	
14	Associação Comunitária José Estácio de Sousa	Aridiano Belk de Oliveira Maria Francisca Maia Xavier Paiva	
15	Agropaulo Agroindustrial S.A	Francisco Fátimo Cavalcante Jota José Wilde Batista de Oliveira	
16	UNIVALE - União dos Agronegócios no Vale Jaguaribe – Russas	Diógenes Henrique Abrantes Sargento Maurílio Maia	
17	Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas – DISTAR	Leonardo Passos Pinho Thiago Lima Sousa	
18	Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE - Limoeiro do Norte	Jorgevan Rodrigues da Costa Dulcileide de Castro Freitas	
19	CAGECE/UNBBJ Unidade de negócio da Bacia Baixo e Médio Jaguaribe	Tancredo Wilson Alves de Sousa Renato Régis de Melo	

	Instituição	Titular / Suplente	Assinatura
30	Prefeitura Municipal de Russas	Francisco Sávio A. Santiago Noilda Maria Rocha Silva	
31	Prefeitura Municipal de Aracati	Fábio Luiz Rocha Damares Guimarães da Costa	Francisco Sávio A. Santiago P. P. José Magda da Silva
32	Prefeitura Municipal de Jaguaruana	Francisco José Valente Francisco Edson Celedônio	Francisco Sávio A. Santiago
33	Prefeitura Municipal de Itaiçaba	Sérgio Barbosa de Paula José Ribamar Barros	
34	Prefeitura Municipal de Palhano	Valdoberto Rodrigues da Fonseca Miguel Evânio de Santiago Roiz	
35	Prefeitura Municipal de Icapuí	Dora Farias de Brito José Arimatéia da Silva	
36	Prefeitura Municipal de Quixeré	Miécio de Lima Almeida Francisco Leandro da Silva Lima	P.P. Ricardo José da Silva
37	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - 10º CREDE - Russas	Francisca Valfisia da Silva Cláudio César Rodrigues da Silva	Francisco Valfisia da Silva
38	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - Morada Nova	José Audisio Girão Barreto Francisco Syllvânio dos Santos	Francisco Valfisia da Silva
39	Banco do Nordeste do Brasil - BNB - Limoeiro do Norte	André Bernard Ponte Lima Francisco Henrique Dias	Francisco Valfisia da Silva
40	Secretária do Meio Ambiente - SEMA	Luzilene Pimentel Sabóia Renata do Nascimento Martins	Francisco Valfisia da Silva

	Instituição	Titular / Suplente	Assinatura
41	Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMACE	Edilson Holanda Costa Filho Janelane Coelho da Rocha	Edilson Holanda Costa Filho
42	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME – Fortaleza	Valdenor Nilo de Carvalho Júnior Osvan Menezes de Queiroz	Valdenor Nilo de Carvalho Júnior
43	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – Aracati	Walber Feijó de Oliveira Aline Ferreira Oliveira Alcântra	W. F. (85) 9994 6648 43 (85) 3474 0001
44	Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará – SRH	Márcia Soares Caldas Maria Eliane Sampaio Cortez	Márcia Soares Caldas
45	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATECE	Benício Diógenes da Silva João Batista Nogueira de Sousa	Benício Diógenes da Silva

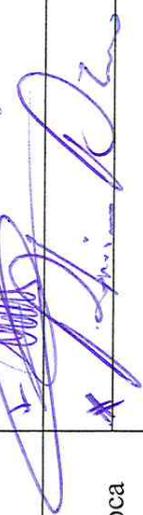
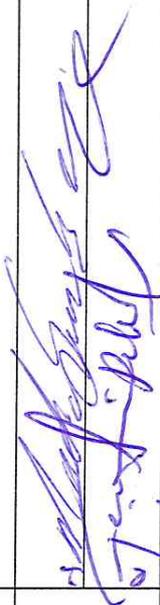
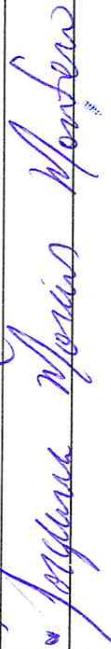
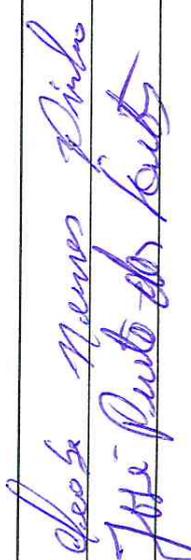
56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CURU/CBH CURU



LOCAL: Auditório do Centro de Pesquisas - DNOCS
 DATA: 27 de abril de 2016
 HORÁRIO: 09:00h
 MUNICÍPIO: Pentecoste/CE.

• USUÁRIOS

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
01	José Elias Teixeira Rodrigues (Titular) Francisco de Sousa Rocha (Suplente)	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Canindé	Canindé	<i>o por Elias R. L.</i>
02	Joaquim Quinto de Oliveira (Titular) Francisco Cesanildo Uchôa de Oliveira (Suplente)	Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade de Pedras 1	General Sampaio	<i>Felipe porquinho de Oliveira</i>
03	José Wilson Paz da Silva (Titular) João Batista Gomes Ferreira (Suplente)	Associação Comunitária dos Amigos do Pinda	General Sampaio	<i>José Wilson Paz da Silva</i>
04	Júlio César Vasconcelos Sousa (Titular) João Gonçalves de Araújo (Suplente)	Associação Comunitária Dona Emília	Irauçuba	<i>SPD Cesar V.</i>
05	Francisco Evaristo Lopes Maciel (Titular) José Borges Rodrigues (Suplente)	Associação Comunitária dos Moradores da Fazenda São José	Irauçuba	

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
06	José Araújo de Sousa (Titular) Carlos André Braz da Silva (Suplente)	CAGECE	Itapipoca	
07	Raimundo Adriano Alves Pinto (Titular) Gisely Davi Corpes (Suplente)	SISAR	Itapipoca	
08	Antônio Armando da Silva (Titular) Francisco Chagas Silva Santos (Suplente)	Colônia de Pescadores Z -33	Canindé	
09	Maria do Socorro Barbosa da Cruz (Titular) Ana Jéssica Dantas da Silva (Suplente)	Associação do Distrito de Irrigação Curu Paraipaba - ADICP	Paraipaba	
10	Jorgeana Morais Monteiro (Titular) Maurício Lima Castro (Suplente)	YPIÓCA	Paraipaba	
11	Raimundo Alves de Freitas (Titular) Francisco Duarte dos Santos (Suplente)	Associação dos Trabalhadores Rurais de Lages Olho D'Água	Paramoti	
12	José Maria Braz (Titular) Francisco Paulo da Rocha Silva (Suplente)	Associação Comunitária José Crispim dos Santos Água Boa	Paramoti	
13	Cleobe Nunes Pinho (Titular) José Pinto dos Santos (Suplente)	AUDIPECUPE	Pentecoste	

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
14	José Ribamar Silva Oliveira (Titular) Francisca Helenira de Sousa Araújo (Suplente)	Colônia de Pescadores Z- 16	Pentecoste	<i>Artur Costa</i>
15	Raimundo Marciano Barbosa Alves (Titular) Lusiene Tabosa Freitas (Suplente)	Associação Comunitária das Famílias Rurais de Melancias dos Ferreiras	São Luís do Curu	<i>Paulo Joaquim Barbosa Alves</i>

• SOCIEDADE CIVIL

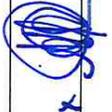
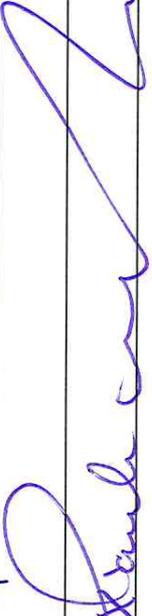
	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
16	Claudia Maria de Lima Alves Silva (Titular) João de Deus Mota (Suplente)	Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Apuiarés	Apuiarés	<i>Paulina Maria de Lima Alves Silva</i>
17	Miguel Augusto Araújo Lima (Titular) Daniela Fernanda Martins (Suplente)	Associação de Agentes de Saúde de Canindé	Canindé	<i>Miguel B D Daniela Fernanda Martins</i>
18	Antônia Cláudia Andrade Santos (Titular)	Associação Comunitária Vila Nova	Caridade	
19	Paulo César Medeiros Costa (Titular) Luís Rodrigues Siqueira (Suplente)	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de General Sampaio	General Sampaio	<i>Luís Rodrigues Siqueira</i>
20	Francisco Moura Cavalcante (Titular) Reginalda Pedrosa de Paulo (Suplente)	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Irauçuba	Irauçuba	<i>Francisco Moura Cavalcante</i>

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
21	José Araújo da Silva (Titular) Elenir Braga de Moura (Suplente)	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Irauçuba	Itapajé	<i>José Araújo da Silva</i> <i>Elenir Braga de Moura</i>
22	Francisco Ênio Martins (Titular) Francisco Joacy Miguel (Suplente)	Federação das Associações Comunitárias de Itatira	Itatira	<i>Francisco Ênio Martins</i> <i>Francisco Joacy Miguel</i>
23	Raimundo Iran Pereira da Silva (Titular) Maria de Fátima Barbosa Bezerra (Suplente)	Associação Comunitária de Lagoa da Porca	Paracuru	<i>Raimundo Iran Pereira da Silva</i>
24	Paulo Sérgio Mariz Santos (Titular) José Ivanelson Rosa de Melo (Suplente)	Centro Mandacaru	Paramoti	<i>Paulo Sérgio Mariz Santos</i> <i>José Ivanelson Rosa de Melo</i>
25	José Orismidio Ferreira Rocha (Titular) Francisca Elisabete Lopes Franco (Suplente)	Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Paramoti	Paramoti	<i>José Orismidio Ferreira Rocha</i> <i>Francisca Elisabete Lopes Franco</i>
26	Fernando Antônio Oliveira de Andrade (Titular) Jean Loius Dubus (Suplente)	CVT - CENTEC	Pentecoste	<i>Fernando Antônio Oliveira de Andrade</i> <i>Jean Loius Dubus</i>
27	Maria Ozeane da Rocha (Titular) Vanderlândia de Oliveira Barros (Suplente)	Associação Comunitária do Assentamento Rural do Novo Tapuio	São Gonçalo do Amarante	<i>Maria Ozeane da Rocha</i> <i>Vanderlândia de Oliveira Barros</i>
28	Maria Costa Cipriano Tabosa (Titular) Cleonilda da Silva Rodrigues (Suplente)	Associação Comunitária Cultural e Educacional e Agrícola do Vale do Curu	São Luís do Curu	<i>Maria Costa Cipriano Tabosa</i> <i>Cleonilda da Silva Rodrigues</i>

NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
29 Júlio César Farias Freitas (Titular) Fernando Queiroz Camelo (Suplente)	CADESC	Tejuçuoca	
30 José Maciel Lopes (Titular) Valderina Rufino Lopes (Suplente)	Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Tejuçuoca	Tejuçuoca	Jose maciel Lopes

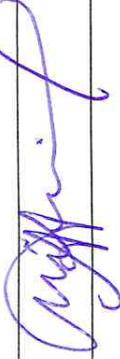
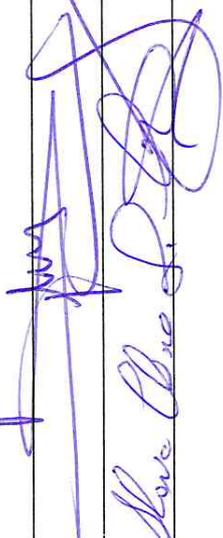
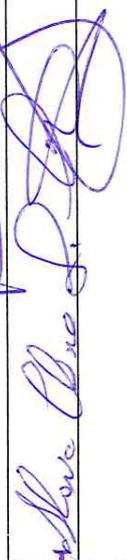
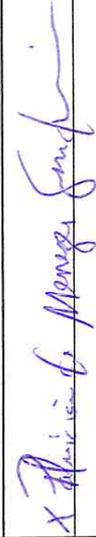
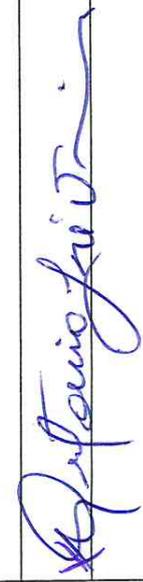
• PODER PÚBLICO MUNICIPAL

NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
31 José Perreira da Luz (Titular)	Prefeitura Municipal de Canindé	Canindé	José Perreira da Luz
32 José do Egito Sales Andrade (Titular) Gerardo Menezes da Silva Filho (Suplente)	Prefeitura Municipal de General Sampaio	General Sampaio	José do Egito Sales Andrade
33 Antônio Glayson Aguiar Guimarães (Titular) Maria Ivoneide Rodrigues de Moura (Suplente)	Prefeitura Municipal de Pentecoste	Pentecoste	Antônio Glayson Aguiar Guimarães
34 Francisco das Chagas Alves (Titular) Valderina de Sousa Fernandes (Suplente)	Prefeitura Municipal de Irauçuba	Irauçuba	Francisco das Chagas Alves

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
35	Antônia Cláudia Guerra Almeida (Titular) Márcia Maria Pinto Umbelino (Suplente)	Prefeitura Municipal de Itaitira	Itaitira	
36	Edmundo de Sousa Ferreira (Titular) Almir Marques Maia Filho (Suplente)	Prefeitura Municipal de Paracuru	Paracuru	
37	Paulo Eduardo Andrade Bento (Titular) Raimundo Wilson Barbosa de Sousa (Suplente)	Prefeitura Municipal de Paramoti	Paramoti	
38	José Ermivaldo Soares de Castro (Titular) Mauritânia Nunes de Melo Sampaio (Suplente)	Prefeitura Municipal de São Luís do Curu	São Luís do Curu	
39	Antônio Brandão Mendes (Titular)	Prefeitura Municipal de Tejuçuoca	Tejuçuoca	
40	Francisco Pereira Frota (Titular) Clamenon Freitas Sales (Suplente)	Prefeitura Municipal de Umirim	Umirim	

• PODER PÚBLICO ESTADUAL/FEDERAL

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
41	Maria do Socorro Ferreira de Azevedo (Titular) Maria Vânisse Borges de Matos	SEMA	Fortaleza	

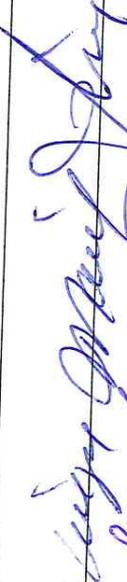
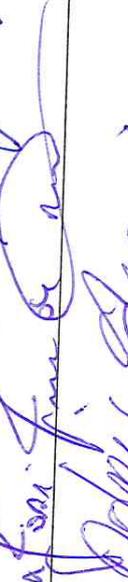
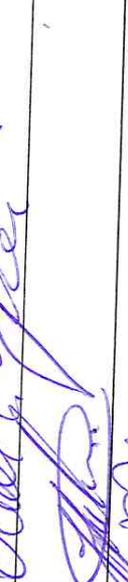
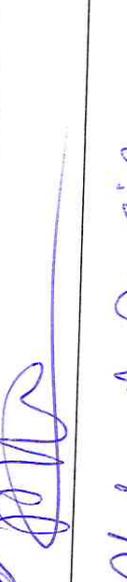
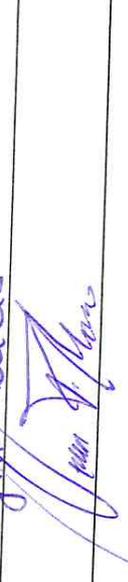
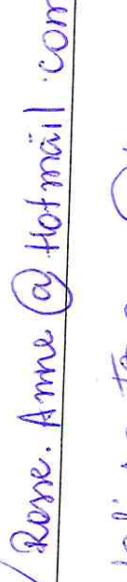
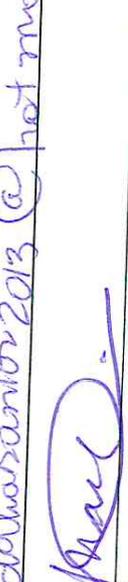
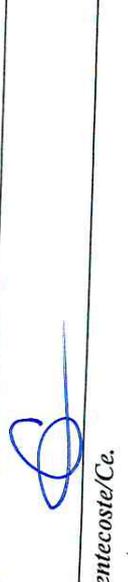
	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/TELEFONE
42	Antônio Alzemar de Oliveira (Titular) Francisco Lopes Santos (Suplente)	EMATERCE	São Luís do Curu Pentecoste	
43	Pedro Lira Pessoa (Titular) Joaquim da Mota Silva Neto (Suplente)	FUNASA	Pentecoste	
44	Robeísia Hêrbenea Miranda de Holanda (Titular) Eduardo Firmiano de Menezes (Suplente)	DNOCS	Fortaleza Pentecoste	
45	Mauro Teixeira Dantas (Titular) Raimundo Nonato Martins de Souza (Suplente)	EMBRAPA	Paraipaba	
46	Maria Eliane Sampaio Cortez (Titular) Márcia Soares Caldas	SRH	Fortaleza	
47	Kleber Vasconcelos Sabino(Suplente)	SDA	Fortaleza	
48	Patricia de Menezes Gondim (Titular) Liliane Farias Guedes Lira (Suplente)	SEMACE	Fortaleza	
49	Antônio José Vaz Ferreira (Titular) Francisco Maciel Brasileiro (Suplente)	5ª CRES	Canindé	

Aline Ferreira Oliveira Alcântara (titular) Walber Feijó de Oliveira (suplente)	IBAMA	Fortaleza
50		

TÉCNICOS DA COGERH e SRH

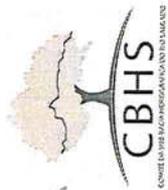
NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA / TELEFONE
01 Mateus Pereira	COGERH	Fortaleza	<i>Mateus Pereira</i>
02 Ana Araújo Koellat	COGERH	Fortaleza	<i>Ana Araújo Koellat</i>
03 Cibele Holanda	COGERH	" "	<i>Cibele</i>
04 Silvano Dues	COGERH	" "	<i>Silvano</i>
05 Rosivaldo Silva	COGERH	PENTECOSTE *	<i>Rosivaldo Silva</i>
06 Wagner dos Santos Aragão	COGERH	Pentecoste	<i>Wagner dos Santos Aragão</i>
07 Durvaldo Alencar Junior	COGERH	Pentecoste	<i>Durvaldo Alencar Junior</i>
08 André Rufino Campos	COGERH	Pentecoste	<i>André Rufino Campos</i>
09 Jonny Simões	COGERH	Pentecoste	<i>Jonny Simões</i>
10 Helmi Liana Meneses	COGERH	Pentecoste	<i>Helmi Liana Meneses</i>
11 Juci Evaristo Pereira	COGERH	Fortaleza	<i>Juci Evaristo Pereira</i>
12			

CONVIDADOS EXTRAS

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA / E-MAIL / TELEFONE
01	Maesoren Marcel Uiana	PRESIDENTE DO CBH - LITORAL	URUBURETAMA	
02	gerei Jemilson de Medeiros	P.M. São Gonçalo do Rio	S.G. Amarante	
03	ODAIR JOSÉ M. S. SILVA	COGERH	FORTALEZA	
04	Jose Abenor Soares Galvão	DAVOS	Pentecoste	
05	Adão Leideuine P. Lima			
06	Roba Luoneida P. das Silvas			
07	Regina Lúcia de A. Silva			
08	NEILOR F. DE SAO	YPIORA	PADARPAGA	
09	Rose Anne A. Ribeiro	SISAR	Itapipoca	Rose. Anne @ Hotmail .com
10	Mrs Sálvia S. Santos	SISAR	Itapipoca	salviasantos2013@hotmail.com
11	Mauro Teixeira	COGERH	PENTECOSTE	
12	Gleubia Maria	COGERH	PENTECOSTE	

	NOME	ENTIDADE	MUNICÍPIO	ASSINATURA/ E-MAIL / TELEFONE
13	ANTONIO CARLOS	SSP. CBMS COGEMH	Font.	<i>Antonio Carlos</i>
14	Maria da Conceição Silva	Companhia Receptiva	Itaboraí	<i>M. M. S.</i>
15	Cidson Augusto Silva	Coloma	Itaboraí	<i>Cidson</i>
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				

SOCIEDADE CIVIL		ASSINATURA
Instituição:	Nome:	
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Brejo Santo – SINTRAF Cariri Leste	Titular: Francisco José Rocha Suplente: Pedro Evangelista	<i>Francisco José Rocha</i> <i>João Wenistay Alves dos Santos</i>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaíara	Titular: José Wenistay Alves dos Santos Suplente: Cícero Mariano de Souza	<i>João Wenistay Alves dos Santos</i>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo Santo	Titular: Antônio Vidal da Silva Suplente: José Júlio Manoel	<i>Antônio Vidal da Silva</i>
Sindicato dos trabalhadores Rurais de Milagres	Titular: Adaisio dos Santos Cordeiro Suplente: Cícera Aristides Pereira	<i>Adaisio dos Santos Cordeiro</i>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteiras	Titular: Maria Gabriel da Silva Suplente: Rosely Francisca Lopes	<i>Maria Gabriel da Silva</i>
Associação Joaquim Marinho - Cachoeira - Aurora	Titular: Joaquim França Bezerra Suplente: Cícero Ferreira Neto	<i>Joaquim Francisco Bezerra</i>
Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos - AQUASIS - Crato	Titular: Weber Andrade de Girão e Silva Suplente: George Leandro Monte Barbosa	JUSTIFICADO
Associação Cristã de Base - ACB	Titular: Givaldo Gonçalves da Silveira Suplente: João Cartaxo de Melo	<i>João Cartaxo de Melo</i>
SINTTROEC - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Orgânicos e Ecológicos do Cariri	Titular: Expedito Guedes da Silva Suplente: Raimundo Nonato Sátiro	<i>Raimundo Nonato Sátiro</i>
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA FAZENDINHA - Ipaumirim	Titular: Francisco das Chagas Gomes Suplente: Maria Aparecida Feliciano da Silva	<i>Francisco das Chagas Gomes</i>
Federação das Associações e Entidades Comunitárias -FAECLAM	Titular: Francisco Furtado Guedes Suplente: Maria de Fátima Domingos da Silva Guedes	<i>Francisco das Chagas Gomes</i>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icó	Titular: Alan Robson Ricardo Alves Suplente: Francisco Vitor de Araújo	<i>Alan Robson Ricardo Alves</i>
Federação das Associações Comunitárias de Cedro – FAMUCE	Titular: Vicente Matias dos Santos Suplente: Raimundo Assis de Oliveira	<i>Vicente Matias dos Santos</i>
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Várzea Alegre	Titular: Menésia Simião Leonardo Suplente: Michel Martins dos Santos	<i>Vicente Matias dos Santos</i>
Federação das Associações do Município de Várzea Alegre - FAMUVA	Titular: José Gean de Sousa Suplente: João Alves de Sousa Neto	FALTA FALTA



COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSBH SALGADO EM BREJO SANTO- CE, 31 DE MARÇO DE 2016

PODER PÚBLICO MUNICIPAL		
Instituição:	Nome:	Assinatura:
Prefeitura Municipal de Brejo Santo	Titular: Edjânio Tavares de Lucena Suplente: Erociano Furtado Oliveira	<i>[Handwritten Signature]</i>
Prefeitura Municipal de Jati	Titular: Renato Vidal de Queiroz Suplente: Cícero José Diniz Carvalho	JUSTIFICADO
Prefeitura de Aurora	Titular: Fábio Paiva da Silva Suplente: José Dácio de Souza	* FÁBIO PAIVA DA SILVA
Prefeitura de Cedro	Titular: Rubenilson Alves de Oliveira Suplente: João Brito Lima	* João Rubenilson
Prefeitura Crato	Titular: Paulo Klecius Botelho de Oliveira Suplente: Maria Inamar Peixoto Xavier	* Paulo Klecius Botelho de Oliveira
Prefeitura de Baixo	Titular: Valdésio Joaquim Dantas Suplente: Geraldo Costa de Lima	* Geraldo Costa de Lima
Prefeitura de Lavras da Mangabeira	Titular: Paulo Sérgio Sales de Carvalho Suplente: Edinaldo Linhares Garcia	JUSTIFICADO
Prefeitura Municipal de Barbalha	Titular: Marcos Maciel Torres Suplente: Polyana Silva Coimbra Cruz	<i>[Handwritten Signature]</i>
Prefeitura Municipal de Várzea Alegre	Titular: André Fiúza de Menezes Suplente: Matias Alves Bezerra Neto	FALTA
	Titular: Suplente:	

PODER PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL

ESTADUAL		
Instituição:	Nome:	Assinatura:
EMATERCE	Titular: Kléber Correia de Sousa	<i>FALTA</i>
	Suplente: José Acácio de Moraes Lima	
CRES – Coordenadoria Estadual de Saúde	Titular: Cícero Dias e Lima	<i>Cícero Dias de Lima</i>
	Suplente: Assilon Lindoval C. Freitas	
URCA – Universidade Estadual do Cariri	Titular: Nivaldo Soares de Almeida	<i>Nivaldo</i>
	Suplente: Francisco Idalécio de Freitas	
SRH	Titular: Luiz Amsterdan Alves de Oliveira	<i>Amsterdan</i>
	Suplente: Eliane Cortez	
SEMACE	Titular: Fernanda Fernandes de Sousa Lima	<i>Fernanda</i>
	Suplente: Raimundo Alves Cândido	

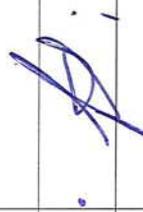
FEDERAL		
Instituição:	Nome:	Assinatura:
ICMbio	Titular: Francisco Willian Brito Bezerra	<i>JUSTIFICADO</i>
	Suplente: Paulo Fernando Maier Souza	
BNB – Banco do Nordeste	Titular: Fábio Ricarte Benício	<i>FALTA</i>
	Suplente: Francisco Demontier da Silva	
UFCA – Universidade Federal do Cariri	Titular: Celme Torres F. Da Costa	<i>JUSTIFICADO</i>
	Suplente: Paulo Renato Alves Firmino	
IBAMIA	Titular:	<i>IBAMIA</i>
	Suplente:	
DNOCS	Titular: Francisco Fernandes Ferreira	<i>Ferreira</i>
	Suplente: Maria de Fátima Leite Fernandes	

CONVIDADOS		
Instituição:	Assinatura:	Contato/e-mail
COGERH - CRATO	Sr. Ronaldo M. de S. Cunha	RONALDO COGERH@GMAIL.COM
COGERH - Fortaleza	Ana Araújo Koelfat	ana.araujo@cogerh.com.br
COGERH - Crato	Denise Alves	3521-2499
COGERH - Crato	Prm. L. H. M. G. J. J.	3523-6302
COGERH / Crato	THIAGO D. W. G.	(11) 11
COGERH - Crato	Daniela Costa da Silva	3521-2492
COGERH - Crato	Denise Alves	3523-6302
COGERH - Crato	Maria Tereza Barros E. Oliveira	99985703
SMMMA	João B. Sáez	
COGERH - Crato	José Azevêdo de Jesus	88-996429923
SAAE IÇÓ	Juliete Maluina de Souza	3521-2492
SEMACE	EDSON MENEZES ANGELIA-DYAN	88-99729-1766
SISAR - BSA	Fº José F. F. F.	
SISAR - BSA	Antônia Elidiane R. Gonçalves	88-99733-6842
SISAR - BSA	Carla Mônica Ferreira da Silva	(88) - 9989-6173

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO	Capacitação do Comitê da Bacia Hidrográfica da Serra da Ibiapaba (CBHSI)	
RESPONSÁVEL	Secretaria Executiva – COGERH	CARGA HORÁRIA
DATA:	06 de abril de 2016	Local de realização: Ubajara - Neblina Park Hotel
SOCIEDADE CIVIL		
Instituição	Representantes	Assinatura Telefone
1. Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Distrito do Barreiro- São Benedito	Gilmar Alves Linhares (tit)	
	Irene Araújo Linhares (sup)	
2. Associação Cultural – ACAP de Guaraciaba do Norte	Márcio Fernandes Penha Rodrigues (tit)	<i>Marcio Rodrigues</i> (88) 99989 4153
	Martônio Marinho de Sousa (sup)	
3. Associação Comunitária do Sítio Salgado I	Armando Freire de Paiva (tit)	
	Antônio Izaias de Souza (sup)	
4. Diocese de Tianguá - Paróquia de São Benedito	Lusmar Sousa Fontenele (Pároco) (tit)	<i>Lusmar Sousa Fontenele</i> (88) 999259775
	José Camilo da Silva Lima (sup)	
5. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará- FAEC – Carnaubal e Guaraciaba do Norte	Inácio de Carvalho Parente (tit)	
	Julião Ferreira Soares (sup)	

6. Instituto Agropolos do Ceará – São Benedito		Patricia Moreira Alves de Oliveira (tit)		
		Antônio Augusto Pereira de Sousa (sup)		
7. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guaraciaba do Norte e Croatá		Antônio Rodrigues de Souza (tit)	<i>Afonso Rodrigues de</i>	<i>(88) 994209884</i>
		Raimundo Abreu Fernandes (sup.)		
8. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares de Tianguá		Antonio João da Silva (tit)	<i>Antonio João da Silva</i>	<i>(88) 9.92554870</i>
		Maria Joana da Silva Costa (sup)		
9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiapina		Francisco Océlio Oliveira de Araújo	<i>Francisco Océlio O. de Araújo</i>	<i>(88)992518535</i>
		Vanessa Ferreira Silva		
PODER PÚBLICO MUNICIPAL				
Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone	
1. Prefeitura Municipal de Croatá	Domingo Ramos Felinto (tit)			
	Luis Uchoa Pinho (sup)			
2. Prefeitura Municipal de Carnaubal	Daniel Damião Barbosa (tit)			
	Neivane de Paulo Oliveira (sup)			
3. Prefeitura Municipal de Ibiapina	Ronis Brito da Rocha (tit)			
	Wiliam Vicente Batista (sup)			
4. Prefeitura Municipal de São Benedito	Jaime Gomes da Fonseca Filho (tit)			
	Antônio Coelho de Paula (sup)			
5. Prefeitura Municipal de Tianguá	Iverediane Maria de Souza Moura (tit)	<i>Iverediane M^{de} S. Moura</i>	<i>(86) 99519 - 3120</i>	

	Adriano Rodrigues (sup)		Anderson da Silva Rezende (88) 99432-0428	
6. Prefeitura Municipal de Ubajara	Maria Judite Araújo (tit)		Maria Judite Araújo	
	Zuleide Cândido Rodrigues (sup)			
	PODER PÚBLICO ESTADUAL/FEDERAL			
Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone	
1. SEMA- Secretaria de Meio Ambiente	Henriette Silva (tit)			
	Andréa de Sousa Moreira (sup)			
	Joaquim Ferreira dos Reis (tit)		(88) 994411992	
2. DNOCS	Geraldo Gurgel Júnior (sup)			
	Francisco Carlos Dias. (tit)		(88) 99954-6864	
	Francisco de Assis Macambira dos Santos (sup)			
4. ICMBio	Gilson Souto Mota (tit)		(88) 99961-4889	
	João Evangelista Vieira (sup)			
	Fabiano Cañão Córdula Ouriques Dias (tit)			
5. CODEVASF	Leandro Aguiar de Oliveira (sup)		(88) 3691-1276	
	Márcia Soares Caldas (tit)			
	Maria Eliane Cortez. (sup)		(85) 3101 8023 / (85) 987602233	
6. SRH				
USUÁRIOS				

Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone
1. Associação dos Produtores Orgânicos de Croatá	Francisco Pereira Filho - Xixico (tit)		
2. Associação Comunitária dos Moradores de Pindoba	Rogério Alves de Oliveira (sup)		
Antô	Juvenal Nonato de Oliveira (tit)		93502648
3. Associação de Produtores Orgânico de Ibiapina	Antonio Leandro Sousa da Silva (sup)		
4. Agropecuária Sem Fronteiras	Francisco Júlio Castro de Moraes (tit)		
5. CeaRosa	Francilene da Silva Paiva (sup)		
6. CAGECE	Ernesto Kouki Emori (tit)		
7. Nutrilite	Andréa Carneiro Machado (sup)		
8. Pólo de Lazer Água Cristalina - São Benedito	Keli Cristina Costa de Almeida (tit)		
9. REIJERS	Francisco Reginaldo Leitão da Silva (sup)		
	Anderson de Oliveira Lima (tit)		
	Andrea Lima da Costa (sup)		
	Ana Elisabeth Vieira Parente (tit)		
	João Luis Leone (sup)		
	Maria Lucineide Gomes Ferreira (tit)		
	Antônio Fernando Gomes (sup)		
	Geraldo Patrício Dantas (tit)		
	Bárbara Paula de Oliveira (sup)		

**Capacitação CBH Serra da Ibiapaba
Lista de Presença - Convidados**

DATA: 06 de Abril de 2016

HORÁRIO: 08:00

MUNICÍPIO: Ubajara

LOCAL: Neblina Park Hotel

	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	FONE
1.	Thiago Roberto Jorne Vieira	Associação Catinga	reserva@acaatinga.org.br	(98) 97755-6570
2.	Marcia Virest Marcilene Leedy	CD CERH-Idol	mures.bautxo@opern.icaa.br	(85) 3218-7654
3.	Fca Andriça Antunes de Jato	Ass. Catinga	eduambiental@acaatinga.org.br	(88) 99781.8942.
4.	Genaldo Martins Rende de Melo	SEMACÉ	genaldo.martins@semace.org.br	(85) 3101.5516
5.	JOSE MENÊSES JUNIOR	SEMACÉ	jos-menunes@semace.org.br	(85) 3101.5596
6.	Enzo Rêgo Diniz do Nascimento	COGERH/Citânia	enzo.nascimento@cogeth.com.br	(88) 3691.2027.
7.	Thalita Barroso Rodrigues Regenera	COGERH/Citânia	barroso.thalita@cogeth.com.br	(88) 9.52878708.
8.	Pedro Fernando da Silva	COGERH/Citânia	pedro.fernando@cogeth.com.br	(88) 3691.3027
9.				
10.				

11º Reunião Ordinária do CBH dos Sertões de Cratêus
Lista de presença convidados

DATA: 16 de março de 2016

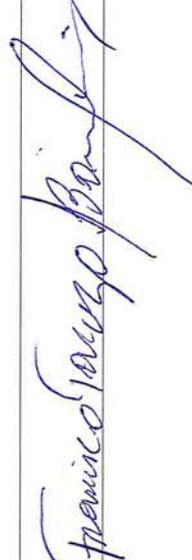
HORÁRIO: 08:30

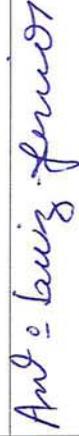
LOCAL: Auditório da CAGECE

MUNICÍPIO: Cratêus

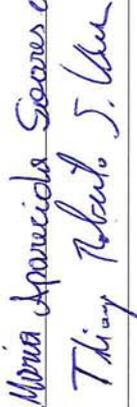
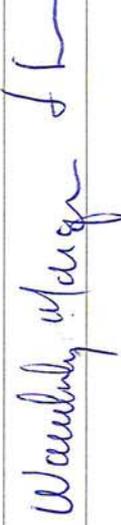
	NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	FONE
1.	João Amador A. de matos	Fazenda	JoaoAmador@fazenda.com.br	18899695-0029
2.	Ana Arany Kollet	Cogerh	ana.arany@cogerh.com.br	(85) 32187639
3.	Edilson Pereira de Freitas	EMATERCE	edilson.med.vet@gmail.com	(88) 96656913
4.	MEIRY SAYURI SAKAMOTO	FUNCEME	MEIRY@FUNCEME.BR	(85) 3101-1090
5.	Fernandinho S. Brito	Cagece	fernandinho.brito@cagece.com.br	(88) 99645-4865
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO	11º Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús (CBHSC)		
RESPONSÁVEL	Secretaria Executiva – COGERH		
DATA	16 de março de 2016		
Local de realização:	Auditório da CAGECE		
CARGA HORÁRIA			
SOCIEDADE CIVIL			
Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone
1. AGROPOLOS DE CRATEÚS.	José Edivaldo Rodrigues (tit)		88. 997443669
	Katherine Cavalcante de Azevedo Aragão Albuquerque (sup)		
2. Associação Comunitária de Ibiapaba – Crateús	José Luciano Ribeiro (tit)		
	Francisco Antônio Frota Farias (sup)		
3. Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais da Barra do Riacho Seco - Novo Oriente.	Francisco Tarcizo Bonfim (tit)		88- 996037455
	Maria Gonçalves Leite (sup)		
4. Associação das Agentes de Saúde Poranga	Maria de Fátima Carneiro de Sousa (tit)		
	Dyon Rocy Pessoa Mineiro (sup)		
5. Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Grota Iporanga.	Raimundo Cassimiro de Souza (tit)		
	Valdir Diogo Barros (sup)		

	Francisco Carlos Soares de Almeida (sup)		
4. Prefeitura Municipal Novo Oriente.	Enoch Saboia Coutinho (tit)		98. 99015. 5358
	Alonso Alves da Silva (sup)		
5. Prefeitura Municipal de Poranga	Jaeger Holanda Pinho (tit)		88.99957.1078
	José Célio Bezerra de Menezes (sup)		
6. Prefeitura Municipal de Quiterianópolis.	Cícero Lacerda de Deus (tit)		88 9767.9415
	Patricia Vieira de Moura (sup)		
PODER PÚBLICO ESTADUAL/FEDERAL			
Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone
1. CODEVASF.	Leandro Aguiar de Oliveira (tit)		(88) 3691-1276
	Fabiano Caão Córdula Ouriques Dias (sup)		
2. DNOCS	Lailton Alencar Cavalcanti (tit)		
	Francimar Viana de Queiroz (sup)		
3. EMATERCE.	Reginaldo Carvalho da Costa Moreira (tit)		
	Edmundo Ferreira Rodrigues (sup)		
4. SEMACE	Gustavo Antônio Aniceto Veras (tit)		
	Daisy do Carmo Sousa (sup)		
5. IBAMA	Fernando Cella Pinto (tit)		

	José Valdir Rodrigues (sup)			
6. SRH.	Márcia Soares Caldas (tit)			
	Maria Eliane Sampaio Cortez (sup)		<i>Maria Eliane Sampaio Cortez</i>	(85) 38760 22 33 / (85) 3101 4023
USUÁRIOS				
Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone	
1. Associação dos Pescadores de Independência.	Jair Maciel de Melo (tit)	<i>Jair Maciel de Melo</i>	(88) 994473739	
	Francisca Francinete Alves Costa (sup)			
	Francisco Pinheiro do Nascimento (tit)	<i>Francisco P. do Nascimento</i>	9969 0146	
2. ASFAQ - Quiterianópolis.	Antônio Gonçalves Lima (sup)			
	Francisco Fernando de Amorim Silva (tit)	<i>Francisco de A. Honorato</i>	88 (3691-7880)	
3. CAGECE.	Francisco de Assis Honorato (sup)			
4. Colônia de Pescadores de Novo Oriente .	João Alves de Oliveira (tit)			
	José Ribamar do Nascimento (sup)	<i>José Ribamar do Nascimento</i>	996451598	
5. Colônia de Pescadores Z-39 - Crateús.	Francisco Marques Santana (tit)	<i>Francisco Marques Santana</i>	99990-8911	
	José Arcanjo de Moraes (sup)	<i>José Arcanjo de Moraes</i>	993143000	
	José Arcanjo de Moraes	<i>José Arcanjo de Moraes</i>	"	
6. ASUSSA.				
7. SISAR	Sônia Maria Ximenes Aragão Sales (tit)			
	Antonio Marcos Diogo Leitão (sup)			

Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone
6. APROFI - Independência.	Antônia Nilce Pereira de Souza (tit)		(88) 992695706 - (88) 992096085
	Francisco Arnaldo Ferreira (sup)		
7. Conselho dos Povos Indígenas - Poranga	Antonio Sérgio Marques da Silva (tit)		
	Antonio Evangelvaldo Gomes Almeida (sup)		
8. FETRAECE - Crateús.	Antonia Alves Souza (tit)		188/ 99957 0201
	Maria Aparecida Soares de Souza (sup)		
	Tiago Roberto Soares Vieira (tit)		
9. Associação Caatinga.	Gilson Miranda do Nascimento (sup)		(88) 99969-0133 (11) 99955-6570
PODER PÚBLICO MUNICIPAL			
Instituição	Representantes	Assinatura	Telefone
1. Prefeitura Municipal de Ararendá.	Maria Karoline de Sousa Carlos (tit)		993031869
	Henrique Chaves Fernandes Vieira (sup)		
2. Prefeitura Municipal de Independência.	Antônio Francisco de Sousa (tit)		996986080
	Mauro Rodrigues Amaro Araújo (sup)		
3. Prefeitura Municipal de Crateús.	Wanderley Marques de Souza (tit)		992441230

8. Associação dos Vazanteiros de Independência	Antonia Alvina de Araújo Maria da Piedade da Silva		
9. SAAE de Iporanga	Ariston (não foi indicado)		

REUNIÃO COM O GRUPO DE TRABALHO DO CSBH MÉDIO JAGUARIBE

Data: 17 de Junho de 2016

Horário: 10:00 horas

Local: Auditório da EMATERCE

Município: Jaguaribe – CE

Nº	Nome	Comunidade/Instituição	Telefone
01	Daniel Junho Sena	Camara	998164922
02	Emiliatogio	COGERH	3423 4060
03	Cláudia Pinho de Almeida	CSGEMA LUNDON	31123-41060
04	JOÃO ALVES DE MENEZES	EMATER/CE	99819490
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			

ANEXO XI

Evidência do atendimento do Indicador Secundário (SEMA) - Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista

Zimbra

laura.goncalves@ipece.ce.gov.br

Evidência Indicador Secundário SEMA - Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos revisada.

De : Laura Goncalves
<laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Qui, 30 de Jun de 2016 17:37

 2 anexos

Assunto : Evidência Indicador Secundário SEMA -
Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos
Sólidos revisada.

Para : Cristian Quijada Torres
<cquijadatorres@worldbank.org>, Tiago
Carneiro Peixoto
<tpeixoto@worldbank.org>, Gunars Platais
<gplatais@worldbank.org>

Cc : Maria Dias <maria.dias@sema.ce.gov.br>,
Magda Marinho
<magda.marinho@sema.ce.gov.br>, lista
UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Prezados Cristian, Tiago e Gunars,

Encaminho novamente para fins de registro a publicação no Diário Oficial do Estado da Lei nº 16.032 que institui "A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ" que evidencia o cumprimento da meta de 2015.2 (divulgação e implementação) do Indicador Secundário: Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos revisada.

Agradecemos a atenção e ficamos no aguardo de um retorno sobre o cumprimento dessa meta.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Gunars Platais" <gplatais@worldbank.org>

Cc: "Maria Dias" <maria.dias@sema.ce.gov.br>, "Leorne Sousa" <leorne.sousa@sema.ce.gov.br>, "Magda Marinho" <magda.marinho@sema.ce.gov.br>, "lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>, "Tiago Carneiro Peixoto" <tpeixoto@worldbank.org>, "Cristian Quijada Torres" <cquijadatorres@worldbank.org>

Enviadas: Sexta-feira, 24 de junho de 2016 15:35:41

Assunto: Re: LEI N.º 16.032, DE 20.06.16 (D.O. 22.06.16) INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Prezado Gunars,

Em referência ao Indicador Secundário: Apresentação de Lei de Gestão de Resíduos Sólidos revisada, que tem como responsável a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará - SEMA encaminho email recebido da Secretaria com a Lei nº 16.032 que institui "A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ".

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Maria Dias" <maria.dias@sema.ce.gov.br>, "Leorne Sousa" <leorne.sousa@sema.ce.gov.br>

Cc: "Nelci de Almeida Gadelha" <nelci.gadelha@sema.ce.gov.br>, "Magda Marinho" <magda.marinho@sema.ce.gov.br>, "CODES" <codes@sema.ce.gov.br>, "lista UGP PforR" <ugp.pferr@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 24 de junho de 2016 11:07:00

Assunto: Re: LEI N.º 16.032, DE 20.06.16 (D.O. 22.06.16) INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Prezados (a) Maria e Leorne,

Muito Obrigada pela notícia e pelo envio da Lei!

A UGP PforR está muito feliz com a aprovação e publicação da Lei 16.032! Iremos encaminhar ao Banco Mundial para conhecimento do Especialista Gunars e de toda a equipe.

Parabéns à todos!

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Leorne Sousa" <leorne.sousa@sema.ce.gov.br>
Para: "lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Cc: "Nelci de Almeida Gadelha" <nelci.gadelha@sema.ce.gov.br>, "Magda Marinho" <magda.marinho@sema.ce.gov.br>, "CODES" <codes@sema.ce.gov.br>
Enviadas: Quinta-feira, 23 de junho de 2016 11:33:16
Assunto: LEI N.º 16.032, DE 20.06.16 (D.O. 22.06.16) INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Prezados (as), Bom Dia,

Segue anexo para conhecimento, link e arquivo, da LEI N.º 16.032, DE 20.06.16 (D.O. 22.06.16), que foi publicada ontem no Diário Oficial (pag. 1), já que se trata de indicador secundário do PFORR. O arquivo do Diário Oficial estava com 42MB, então não foi possível enviar pelo e-mail, mas pode ser baixado diretamente do site do Governo.

Obrigado e Abraço

Leorne Cavalcante

LEI N.º 16.032, DE 20.06.16 (D.O. 22.06.16)

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

<http://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2016/16032.htm>

--

 **Publicação da Lei de Resíduos Sólidos 29 06 16.pdf**
302 KB

 **Lei 16.032 de 20062016 Política estadual de resíduos .pdf**
259 KB



Editoração Casa Civil
CEARÁ
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 29 de junho de 2016

SÉRIE 3 ANO VIII N°121

Caderno 1/2

Preço: R\$ 14,78

PODER EXECUTIVO

LEI Nº16.032, 20 de junho de 2016.

INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I**

DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art.1º Esta Lei institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no âmbito do Estado do Ceará, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito do Estado do Ceará.

§2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art.2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis Federais Nºs 12.305, de 2 de agosto de 2010; 11.445, de 5 de janeiro de 2007; 11.107, de 6 de abril de 2005; 9.974, de 6 de junho de 2000; 9.966, de 28 de abril de 2000; a Lei Estadual Nº14.394, de 7 de julho de 2009; as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS; do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA; do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO; do Comando Aéreo da Força Aérea Brasileira - COMAER, e das entidades reguladoras de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

**CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES**

Art.3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos que ocasionem ou possam ocasionar danos à saúde humana, ao meio ambiente e a outro bem a proteger;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada e/ou produtiva: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas, quando esgotadas todas as possibilidades, a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, com a observância de normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com os planos de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA;

XIX - rota tecnológica: Conjunto de processos, tecnologias e fluxos dos resíduos desde a sua geração até o seu destino final, que envolve os circuitos de coleta de resíduos indiferenciados (todo o tipo de resíduos) e resíduos diferenciados (incluindo coletas seletivas), contemplando o fluxo de tecnologias de tratamento dos resíduos com ou sem valorização energética;

XX - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: as atividades de coleta e transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, dos resíduos originários de atividades comerciais e de serviços, desde que estes estejam



Governador

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Vice - Governador

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Gabinete do Governador

JOSÉ ÉLCIO BATISTA

Gabinete do Vice-Governador

FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA

Casa Civil

ALEXANDRE LACERDA LANDIM

Casa Militar

CEL. FRANCISCO TÚLIO STUDART DE CASTRO FILHO

Procuradoria Geral do Estado

JUVÊNCIO VASCONCELOS VIANA

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado

JOSÉ FLÁVIO BARBOSA JUCÁ DE ARAÚJO

Conselho Estadual de Educação

JOSÉ LINHARES PONTE

Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura

FRANCISCO OSMAR DIÓGENES BAQUIT

Secretaria das Cidades

LUCIO FERREIRA GOMES

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA

Secretaria da Cultura

FABIANO DOS SANTOS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA

Secretaria do Desenvolvimento Econômico

VIVIAN NICOLLE BARBOSA DE ALCÂNTARA

Secretaria da Educação

ANTONIO IDILVAN DE LIMA ALENCAR

Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas

ALINE BEZERRA OLIVEIRA LIMA

Secretaria do Esporte

JOSÉ JEOVA SOUTO MOTA

Secretaria da Fazenda

CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO

Secretaria da Infraestrutura

ANDRÉ MACEDO FACÓ

Secretaria da Justiça e Cidadania

HÉLIO DAS CHAGAS LEITÃO NETO

Secretaria do Meio Ambiente

ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO

Secretaria do Planejamento e Gestão

HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR

Secretaria dos Recursos Hídricos

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA

Secretaria de Relações Institucionais

JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA

Secretaria da Saúde

HENRIQUE JORGE JAVI DE SOUSA

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social

DELCI CARLOS TEIXEIRA

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

JOSBERTINI VIRGÍNIO CLEMENTINO

Secretaria do Turismo

ARIALDO DE MELLO PINHO

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO

em quantidade e qualidade similares às dos resíduos sólidos urbanos, bem como não sejam de algum modo de responsabilidade de seu gerador, por força de norma legal ou por título executivo judicial ou extrajudicial;

XXI – regulação dos serviços públicos: modo através do qual se estabelecem padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, cujo objetivo é garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, bem como assegurar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, mediante mecanismos que induzam a eficiência dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

TÍTULO II DA POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.4º A Política Estadual de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Estadual, isoladamente ou em regime de cooperação com outros entes da Federação, com seus municípios ou com particulares, objetivando à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art.5º A Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado do Ceará integra a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999, com as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico, regulada pela Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº11.107, de 6 de abril de 2005, bem como integra as demais políticas setoriais do Estado do Ceará relacionadas ao saneamento básico e ao meio ambiente.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art.6º São princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

- I - a prevenção e a precaução;
- II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o

fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art.7º São objetivos da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

I - proteger a saúde pública e a qualidade ambiental;

II - não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar e tratar os resíduos sólidos, bem como realizar a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III- estimular o consumo consciente;

IV - estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

V - adotar sistema de controle e monitoramento de gestão e gerenciamento integrado de resíduos sólidos;

VI – adotar, desenvolver e aprimorar tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

VII - reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos perigosos;

VIII - incentivar a indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

IX – fomentar a gestão integrada de resíduos sólidos;

X – desenvolver articulação entre as diferentes esferas do Poder Público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

XI – promover a capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

XII – promover a regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços



prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007;

XIII - priorizar as aquisições e contratações governamentais para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XIV - promover a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XV - promover a responsabilidade compartilhada com todos os setores da sociedade;

XVI - fomentar o desenvolvimento de pesquisa com o fim de modernizar e otimizar a efetividade da gestão de resíduos sólidos;

XVII - adotar tecnologias simplificadas e de gestão logística e de tratamentos;

XVIII - estimular a implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIX - incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e o reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XX - estimular a rotulagem ambiental e o consumo sustentável;

XXI - fomentar a rota tecnológica de resíduos sólidos;

XXII - fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos municípios;

XXIII - fomentar a cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas para gestão de resíduos sólidos;

XXIV - estimular a organização, por meio de incentivos financeiros, dos catadores e catadoras em cooperativas e associações, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento econômico e inclusão social.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art.8º São instrumentos da Política Estadual de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os planos de saneamento básico;

III - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

IV - programa de gerenciamento de resíduos da construção civil;

V - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VI - cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VII - sistema informatizado do monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VIII - a regulação dos serviços públicos;

IX - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

X - a pesquisa científica e tecnológica;

XI - a educação ambiental;

XII - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

XIII - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR;

XIV - o Sistema de Informações em Saneamento do Estado do Ceará - SISANCE;

XV - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA;

XVI - o Conselho Estadual das Cidades e os conselhos de meio ambiente, recursos hídricos e, no que couber, os de saúde;

XVII - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XVIII - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XIX - os acordos setoriais;

XX - no que couber, os instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente, entre eles:

a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) o Cadastro Estadual de Consumidores de Matéria-prima de Origem Florestal;

e) a avaliação de impactos ambientais;

f) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA;

g) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XXI - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XXII - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre o Estado e as municipalidades e estas entre si, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos;

XXIII - a capacitação continuada para a gestão integrada de resíduos sólidos;

XXIV - Fundo Estadual do Meio Ambiente.

§1º A regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, mencionada no inciso III do caput deste artigo, seguirá os parâmetros delineados para os serviços públicos de saneamento básico, devendo a entidade reguladora contemplar na edição de suas normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, os seguintes aspectos:

a) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

b) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

c) as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

d) regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

e) medição, faturamento e cobrança de serviços;

f) monitoramento dos custos;

g) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

h) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

i) subsídios tarifários e não tarifários;

j) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

k) medidas de contingências e de emergências;

l) interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

§2º Em caso de consórcios intermunicipais, cuja previsão é dada pelo inciso XXI do caput deste artigo, para a gestão dos resíduos sólidos, os titulares deverão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da gestão integrada.

TÍTULO III DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§1º Deverão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica, econômica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental, tendo como meta a não utilização da incineração de resíduos sólidos domiciliares até 2020.

§2º A Política Estadual de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Municípios serão compatíveis com o disposto no caput e no §1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art.10. Incumbe aos municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos Estaduais do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art.11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos municípios:

I - promover a integração da organização, do planejamento e execução as funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos do município;

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão municipal do SISNAMA;

III - definir o ente responsável pela regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que poderá ser exercida por entidade municipal ou delegada a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do Estado do Ceará, explicitando no ato de delegação, em qualquer das hipóteses, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.



Parágrafo único. A atuação do Estado do Ceará, no que tange às diretrizes impostas aos seus municípios na forma do caput deve ser de priorizar as iniciativas de municipalidades para soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais municípios.

Art.12. O Estado do Ceará e seus municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema de Informações em Saneamento do Estado do Ceará - SISANCE, a ser regulamentado por ato do Poder Executivo Estadual, cujo funcionamento se dará articulado com o SINIR, SINISA e o SINIMA.

§1º Incumbe aos municípios fornecerem ao órgão estadual responsável pela coordenação do SISANCE todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

§2º As informações do SISANCE deverão estar disponíveis em portal na internet, de modo a disponibilizar os dados de forma atualizada, clara e acessível.

Art.13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas "a" e "b";

d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas "b", "c", "g", "h" e "j";

e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "c";

f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art.20, os resíduos referidos na alínea "d" do inciso I do caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo Poder Público Municipal.

Seção I

Validade dos Contratos de Articulação dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

Art.14. As condições de validade dos contratos, que tenham por objeto a prestação de Serviços Públicos de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos, observarão o cumprimento das obrigações previstas nesta Lei, no que diz respeito à existência dos planos de resíduos sólidos, das normas de regulação, e da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços.

Art.15. Deverá ser elaborado o Contrato de Articulação de Serviços Públicos de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos, quando a prestação de serviços e atividades interdependentes for realizada por prestadores diferentes, quer sejam da área privada ou da área pública.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

Disposições Gerais

Art.16. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - o Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos regionais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº10.650, de 16 de abril de 2003, e no art.47 da Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II

Do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

Art.17. O Estado do Ceará elaborará, sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente -SEMA, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado, no mínimo, a cada 4 (quatro) anos, cujo conteúdo mínimo contemplará:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§1º O Plano Estadual de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas, garantindo que o texto enviado à Assembleia Legislativa esteja em plena conformação com as audiências e consultas ou, em caso contrário, que as alterações sejam explicitadas e motivadas na justificativa do projeto.

§2º Além do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, o Estado do Ceará poderá elaborar planos regionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§3º A elaboração e a implementação de planos regionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no §1º, dar-se-á obrigatoriamente com a participação dos municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos municípios previstas por esta Lei.

§4º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, os planos regionais de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, consideradas as peculiaridades regionais.

§5º Os planos de resíduos sólidos deverão identificar as situações em que não haja capacidade de pagamento dos usuários e indicar soluções para atingir as metas de universalização, podendo ser instituído subsídio tarifário, visando atingir a universalização do acesso aos serviços.

§6º A atualização do Plano Estadual de Resíduos Sólidos a qual se



refere o caput deste artigo deverá ser realizada mediante consulta pública e participação popular.

Seção III

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e incentivos à gestão integrada de resíduos sólidos

Art.18. A elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com o Plano Municipal de Saneamento Básico previsto no art.19 da Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os municípios terem acesso a recursos do Estado, ou por ele controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades estaduais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§1º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do Plano Regional ou Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos deverá ser designado responsável técnico.

§2º O prazo para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos referido no caput será regulamentado por Decreto.

§3º Serão priorizados no acesso aos recursos do Estado referidos no caput os municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano regional, ou que se inserirem de forma voluntária nesses planos referidos no §2º do art.17;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - instituírem mecanismos de cobrança, mediante taxas, tarifas ou outros preços públicos, que contribuam para a remuneração e sustentabilidade econômico-financeira dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos;

IV - estabelecerem hipóteses de não incidência ou alíquota zero do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, no tocante a serviços pertinentes ao processo de catação, coleta, reciclagem, remanufatura ou reutilização de resíduos sólidos, levando-se em conta o teor do §6º do art.150 e §3º do art.156, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, bem como da Lei Complementar nº116, de 31 de julho de 2003.

§4º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos do Estado na forma deste artigo, cabendo ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Contas dos Municípios fiscalizar a execução destes recursos por parte dos municípios e garantir sua pertinência temática com as ações e projetos dispostos em lei.

Art.19. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos terá vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, sendo atualizado, no mínimo, a cada 4 (quatro) anos, cujo conteúdo contemplará:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território que compreenderá a origem, o volume, a caracterização dos resíduos domiciliares, de construção civil, de serviços de saúde e industriais, identificando o potencial de materiais recicláveis e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o §1º do art.182 da Constituição da República Federativa do Brasil e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art.20, ou a sistema de logística reversa na forma do art.33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art.20 desta Lei, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação estadual e federal;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art.20 desta Lei, a cargo do Poder Público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007;

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art.33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art.20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art.33, ambos desta Lei;

XVII - ações preventivas e corretivas, inclusive, programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, como áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ser compatível com o respectivo plano de saneamento básico previsto no art.19 da Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007.

I - o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos poderá estar contido no respectivo plano de saneamento básico, respeitado, em todo caso, o conteúdo mínimo previsto nos incisos do caput e observado o disposto no §2º, todos deste artigo.

§2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento desta Lei;

§3º O disposto no §2º não se aplica a municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o município do licenciamento ambiental de aterros sanitários e da necessidade de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do SISNAMA.

§5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art.20 desta Lei, em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e, se couber, do SNVS.

§6º Além do disposto nos incisos I a XIX do caput deste artigo, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos entes e órgãos da Administração Pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§7º O conteúdo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos será disponibilizado para o SISANCE, na forma do regulamento.

§8º A inexistência do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§9º Nos termos do regulamento, o município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos,



assegurado que o plano regional preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do caput deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Seção IV

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art.20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art.13;

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo Poder Público Municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art.13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do SISNAMA, do SNVS ou do SUASA.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art.21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA e, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, que compreenderá a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

IV - definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

V - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

VI - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentadas;

VII - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, à reutilização e reciclagem;

VIII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art.31;

IX - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

X - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do SISNAMA.

§1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto nos planos municipais ou regionais de gestão integrada de resíduos sólidos e de saneamento básico do respectivo município sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

§2º A inexistência do plano municipal ou regional de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art.3º da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art.22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art.23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal

competente, ao órgão licenciador do SISNAMA e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§2º As informações referidas no caput serão repassadas pelos órgãos públicos ao SISANCE, na forma de regulamento, garantindo-se a ampla publicidade das informações via portal na internet.

Art.24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do SISNAMA.

§1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§2º No processo de licenciamento ambiental referido no §1º deste artigo, a cargo de órgão estadual do SISNAMA, será assegurada a oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Art.25. O Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Estadual de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art.26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº11.445, de 5 de janeiro de 2007, e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art.27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art.20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art.24.

§1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art.20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§2º Nos casos abrangidos pelo art.20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo Poder Público serão devidamente remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no §5º do art.19.

Art.28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art.33, com a sua devolução.

Art.29. Cabe ao Poder Público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o Poder Público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do caput.

Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art.30. Fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os processos de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;



V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art.31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada e/ou produtiva, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art.33;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o município, participar das ações previstas no plano municipal e/ou regional de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa.

Parágrafo único. Aos produtos não disponibilizados ao uso, por qualquer motivo, seu produtor, distribuidor, transportador, comerciante, ou qualquer outro, cuja custódia do produto esteja sob sua responsabilidade, dará destinação ambientalmente adequada, sob pena do cometimento de crime ambiental e da prática de infrações administrativas, na forma da legislação pertinente.

Art.32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no caput.

§3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art.33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

VII - medicamentos e outros insumos para saúde.

§1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, os sistemas previstos no caput serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o §1º

considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V, VI e VII ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o §1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o §1º.

§4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VII do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do §1º.

§5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§3º e 4º.

§6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e, se houver, pelo plano municipal e/ou regional de gestão integrada de resíduos sólidos.

§7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do Poder Público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão estadual competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

§9º O Poder Público e/ou a iniciativa privada deverão estabelecer estratégias de recebimento de medicamentos, com prazo de validade expirado ou não, provenientes de domicílios, a fim de possibilitar o tratamento ambientalmente correto dos mesmos.

Art.34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do caput do art.31 e no §1º do art.33 podem ter abrangência estadual, regional ou municipal.

§1º Os acordos setoriais e termos de compromisso municipais devem ser compatíveis com os já existentes no âmbito regional e estadual.

§2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o §1º deste artigo, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art.35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal e/ou regional de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art.33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de lei municipal.

Art.36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis provenientes dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva, priorizando a inclusão de catadores, inclusive, responsabilizando-se pela implantação de Centros de Triagem;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas



para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis advindos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do §7º do art.33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§2º A contratação prevista no §1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art.24 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

Art.37. Os geradores de resíduos da construção civil obrigam-se a atender às prioridades de uso produtivo dos resíduos gerados, destinando-os a cadeia produtiva do próprio setor ou setores afins.

CAPÍTULO IV DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art.38. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

§1º Veda-se a concessão de licença ou autorização para atividades ou empreendimentos que gerem resíduos perigosos para os quais não existam, em âmbito estadual, tecnologias e estrutura disponíveis para seu adequado gerenciamento, incluindo armazenamento, transporte, tratamento e descarte final adequados.

§2º As comunidades e populações potencialmente impactadas pelos empreendimentos ou atividades que gerem ou operem com resíduos perigosos deverão ser ouvidas e sua manifestação deve ser devidamente considerada para a concessão da licença ou autorização, só podendo estas serem concedidas em desacordo com a manifestação proferida após devida motivação.

Art.39. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§1º O cadastro previsto no caput, coordenado pelo órgão federal competente do SISNAMA, será implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§2º O cadastro a que se refere o caput é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema Estadual de Informações previsto no art.12 desta Lei.

Art.40. As pessoas jurídicas referidas no art.39 desta Lei, são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do SISNAMA e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art.21 desta Lei, e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o caput deverá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art.20 desta Lei.

§2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art.39 desta Lei:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no caput;

II - informar anualmente ao órgão competente do SISNAMA e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do SISNAMA e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§4º No caso de controle a cargo de órgão estadual do SISNAMA e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no caput serão repassadas ao Poder Público Municipal, na forma do regulamento.

Art.41. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do SISNAMA pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, assim como pelas regras fixadas em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no caput considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art.42. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Estadual e/ou Municipal devem estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após a descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Estadual ou do próprio município, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao Poder Público.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art.43. O Poder Público Poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou regional, nos termos do inciso I do art.11 e do §2º do art.18 desta Lei;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - recuperação de áreas contaminadas, inclusive as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art.44. O Estado e os municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território do Estado do Ceará, garantindo-se prioridade na concessão de benefícios para as cooperativas e associações de catadores;

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - empresas dedicadas à limpeza urbana e as atividades a ela relacionadas.

Art.45. O Estado do Ceará, mediante lei específica, adotará mecanismos de desoneração total ou parcial da carga tributária, com a finalidade de estimular atividades econômicas relacionadas à reciclagem de resíduos sólidos, atendida a função extrafiscal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Art.46. A remuneração pela prestação de serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos deverá levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados, bem como poderá considerar:

I - características dos lotes urbanos e áreas neles edificadas;

II - peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

III - composição e característica do resíduo sólido;

IV - categorias de geradores, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de geração de resíduos sólidos;

V - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

VI - capacidade de pagamento dos geradores de resíduos sólidos; ou

VII - mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos e à recuperação dos resíduos gerados.

Art.47. Os serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos terão sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração que permita recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência.

Art.48. A instituição de taxas ou tarifas e outros preços públicos observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, visando ao cumprimento das metas e objetivos do planejamento;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços contratados;



VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços; e

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§1º Poderão ser adotados subsídios tarifários e/ou não tarifários para os geradores de resíduos sólidos e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

§2º Os subsídios necessários ao atendimento de geradores e localidades de baixa renda, de acordo com as características dos beneficiários e com a origem dos recursos, serão:

I - diretos, quando destinados a geradores determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária;

III - fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

IV - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art.49. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da Lei nº11.107, de 6 de abril de 2005, com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos ambientais instituídos pelo Governo do Estado do Ceará.

Parágrafo único. Para obtenção de recursos do Estado do Ceará, serão priorizadas as municipalidades que delegarem, diretamente ou mediante os consórcios públicos, a regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, que poderá prever compartilhamento de atribuições de fiscalização direta e indireta, nos termos da Lei Federal nº11.445, de 5 de janeiro de 2007, e das Leis Estaduais nº12.786, de 30 de dezembro de 1997, e 14.394, de 7 de julho de 2009.

Art.50. A transferência voluntária de recursos públicos estaduais será feita em conformidade com os instrumentos da Política Estadual de Resíduos Sólidos, no que diz respeito aos planos, e condicionada:

I - à observância do disposto nos arts.17, 18 e 19 desta Lei;

II - ao alcance de índices mínimos de:

a) desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços;

b) eficiência e eficácia dos serviços, ao longo da vida útil do empreendimento, considerada suas diversas etapas de implantação e operação; e

III - a adequada operação e manutenção dos empreendimentos anteriormente financiados com recursos mencionados no caput.

§1º A exigência prevista na alínea “a” do inciso II do caput não se aplica à destinação de recursos para programas de desenvolvimento institucional do operador de serviços públicos de saneamento básico.

§2º Os índices mínimos de desempenho do prestador previstos na alínea “a” do inciso II do caput, bem como os utilizados para aferição da adequada operação e manutenção de empreendimentos previstos no inciso III do caput deverão considerar aspectos característicos das regiões respectivas.

Art.51. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a Lei Complementar nº101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art.52. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento in natura a céu aberto, incluindo os resíduos da construção civil, observadas as normas técnicas vigentes;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - lançamento de resíduos cujo tratamento ambiental não tenha obedecido às normas vigentes, sob pena de aplicação de multa;

V - outras formas vedadas pelo Poder Público.

§1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e, quando couber, do SUASA.

§2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do SISNAMA, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

Art.53. São proibidas, nas áreas de disposição final de rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos para fins de alimentação;

II - catação, observado o disposto no inciso V do art.17;

III - criação de animais domésticos;

IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;

V - outras atividades vedadas pelo Poder Público.

Art.54. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano

ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação, sob pena de responsabilização penal e administrativa, de acordo com a legislação aplicável.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art.55. A Política Estadual de Resíduos Sólidos seguirá o planejamento da regionalização integrada de resíduos sólidos que será regulamentada.

Art.56. As atividades de coprocessamento de resíduos no Estado do Ceará devem ser asseguradas pelo agente responsável pela produção com emissões para atmosfera com metas progressivamente restritivas em seus padrões de emissão de gases com vistas a uma crescente qualidade ambiental do ar.

Art.57. O Estado deverá articular-se com os municípios no sentido de desenvolver ações de correção e/ou mitigação dos passivos gerados por disposições de rejeitos.

Art.58. Fica instituído o Sistema de Informações em Saneamento do Estado do Ceará - SISANCE, o qual será regulamentado por ato do Poder Público Estadual.

Art.59. A inexistência do regulamento previsto no §3º do art.21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art.60. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art.61. A observância do disposto no caput do art.21 e no §2º do art.37 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art.68 da Lei nº9.605, 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art.62. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no §1º do art.9º desta Lei, deverá estar em consonância com o prazo estipulado no art.54 da Lei Federal nº12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como suas alterações.

Art.63. O disposto no art.18 desta Lei, deverá estar em consonância com o prazo estipulado no art.18 da Lei nº12.305, de 2 de agosto de 2010, bem como suas alterações.

Art.64. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos I ao VII do caput do art.33 desta Lei, será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art.65. Fica instituído o Programa “Bolsa Catador”, consistindo em incentivos financeiros periódicos prestados pelo Estado às cooperativas e associações de catadores com o objetivo de incentivar as atividades de reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a inclusão social da categoria.

Parágrafo único. A periodicidade e valor do benefício, critérios para repasse, dotação orçamentária e demais regulamentações do Programa serão definidas em decreto oriundo do Poder Executivo.

Art.66. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art.67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.68. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Estadual nº13.103, de 24 de janeiro de 2001.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 20 de junho de 2016.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Republicada por incorreção.

*** **

LEI Nº16.050, 28 de junho de 2016.

(Autoria: Augusta Brito e Rachel Marques)

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº12.568, DE 3 DE ABRIL DE 1996.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Altera o art.1º, o caput e o inciso I do art.2º da Lei 12.568, de 3 de abril de 1996, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica instituída a gratuidade, no transporte público coletivo estadual, às pessoas com deficiência e às pessoas com hemofilia comprovadamente carentes.

§1º Só terão direito ao benefício constante no art.1º desta Lei pessoas com deficiência, com hemofilia e pobres, assim entendido pela Lei Federal nº8.742, 7 de dezembro de 1993.

§2º Para os efeitos desta Lei, serão consideradas carentes as pessoas com deficiência e portadoras de hemofilia que comprovem renda familiar mensal inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, com parâmetro na Lei Federal nº8.742, de 7 de dezembro de 1993.



ANEXO XII

Não Objeção do Banco Mundial para a mudança do Indicador DLI 11 (SEPLAG) - Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.

Zimbra**laura.goncalves@ipece.ce.gov.br**

Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

De : Laura Goncalves
<laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Sex, 10 de Jun de 2016 15:41

 NO BM PENDENTE

Assunto : Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Para : Tiago Carneiro Peixoto
<tpeixoto@worldbank.org>, Cristian Quijada Torres
<cquijadatorres@worldbank.org>

Cc : Cristina Medeiros
<cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br>, Avilton Júnior
<avilton.junior@seplag.ce.gov.br>, Lista UGP PforR
<ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>, Laura De Castro Zoratto
<lzoratto@worldbank.org>

Prezados Cristian e Tiago,

Vocês poderiam nos dar um retorno sobre o email abaixo?

Agradecemos desde já.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Cristina Medeiros" <cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Para: "Tiago Carneiro Peixoto" <tpeixoto@worldbank.org>, "Cristian Quijada Torres" <cquijadatorres@worldbank.org>

Cc: "Avilton Júnior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>, "Laura De Castro Zoratto" <lzoratto@worldbank.org>

Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 17:02:05

Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta

de alteração de indicador primário

Prezado Tiago e Cristian,

Em relação a proposta de alteração do Indicador da SEPLAG DLI 11, verificou-se que ficou faltando na Nota técnica 01/2016 enviada anteriormente no dia 10/05/16, a inclusão da mudança da meta de 2014.2, conforme abaixo, de modo que ficasse alinhada com o novo nome do Indicador.

O Avilton corrigiu a Nota Técnica 01/2016 e o Protocolo que anexamos juntamente com os anteriores.

Portanto, solicitamos sua colaboração em por favor revisar o Documento de Não Objeção anexo para incluir também essa mudança da meta.

DE:

"Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos"

PARA:

"Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados"

DE:

Meta 2014.2 "Aprovação de modelo para alinhar incentivos"

PARA:

Meta 2014.2 "Aprovação do Novo Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará"

Atenciosamente,

Cristina Medeiros

Coordenadora Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE -

www.ipece.ce.gov.br

(85)3101-3502 / (85)99609-7431

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Cristina Medeiros" <crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 15:34:44

Assunto: Fwd: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Cristina,

Segue Nota Técnica do DLI 11 revisada com uma pequena alteração nos quadros das metas, bem como o Protocolo do Indicador em sua versão anterior e atual. A alteração ocorreu na primeira meta, pois no Contrato do Empréstimo tem-se o seguinte texto: "Aprovação de modelo para alinhar incentivos.", sendo assim a versão atual do Protocolo do Indicador traz a seguinte alteração no texto da primeira meta "Aprovação do novo modelo de Gestão para Resultados do Estado do

Ceará".

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>
Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>
Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pferr@ipece.ce.gov.br>
Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 14:59:36
Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Laura,
conforme solicitado.

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>
Para: "Avilton Júnior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>
Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pferr@ipece.ce.gov.br>
Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 11:38:27
Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezado Avilton,

Você poderia, por gentileza, fazer essa alteração na Nota Técnica e no Protocolo o quanto antes, pois precisamos submeter ao Banco e enviar o documento de reestruturação para a SEAIN.

Além disso, precisamos justificar a mudança do termo "secretarias" para "órgãos", você poderia nos encaminhar uma breve justificativa?

Ficamos no aguardo de um retorno o quanto antes possível.

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

085 3101-3499

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 30 de maio de 2016 16:51:35

Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Laura,

a ideia é que modifiquemos também a meta inicial:

"Aprovação do modelo de Gestão para resultados do Ceará"

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag

+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "avilton junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 30 de maio de 2016 16:27:32

Assunto: Fwd: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezado Avilton,

Gostaríamos de esclarecer algo sobre as solicitações de mudanças no Indicador DLI 11. A Nota técnica anexa indica que a solicitação de alteração está no "título" do Indicador, considerando a adesão dos órgãos ao Modelo de Gestão por Resultados, mantendo-se as metas, conforme o Protocolo do Indicador, também anexo.

No entanto, ao verificar o que diz o Acordo de Empréstimo tem-se que a primeira Meta é: "Aprovação de modelo para alinhamento de incentivos", sendo assim, a primeira meta deste Indicador também sofreria alterações?

Atenciosamente,

Laura Gonçalves

Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

085 3101-3499

De: "Cristina Medeiros" <cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Para: "Cristian Quijada Torres" <cquijadatorres@worldbank.org>, "Tiago Carneiro Peixoto" <tpeixoto@worldbank.org>, "Laura De Castro Zoratto" <lzoratto@worldbank.org>

Cc: "Thomas Kenyon" <tkenyon@worldbank.org>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>, "Flavio Ataliba Flexa Daltro Barreto"

<flavio.ataliba@ipece.ce.gov.br>, "Avilton Júnior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>, "Hugo Figueiredo" <hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br>, "Carlos Eduardo Pires Sobreira" <carlos.eduardo@seplag.ce.gov.br>, "adauto oliveira" <adauto.oliveira@seplag.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 10 de maio de 2016 12:45:13

Assunto: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezados Cristian, Tiago e Laura,

Boa tarde!

Conforme foi discutido nas Missão de 18-22 de Abril (Tom/Cristian/Tiago) e na Missão de 19-23 de Outubro (Tom/Laura), encaminho para não objeção do Banco Mundial a proposta da SEPLAG para a mudança do Indicador DLI 11, pelas razões explicitadas na Nota Técnica 01/2016 anexa. Em suma, a proposta mantém as metas anteriores, só mudando o nome do Indicador no documento de Protocolo do Indicador, anexo:

DE:

"Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos"

PARA:

"Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados"

Gostaríamos de solicitar um retorno assim que possível, com esse documento de não objeção, pois este é um dos pontos que está previsto na minuta da solicitação de reestruturação do meio termo.

Agradeço sua atenção.

Atenciosamente,

Cristina Medeiros

Coordenadora Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE -

www.ipece.ce.gov.br

(85)3101-3502 / (85)99609-7431

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Cristina Medeiros" <crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 10 de maio de 2016 9:55:07

Assunto: Re: Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Cristina,

Encaminho email do Avilton com a Nota Técnica 01/2016 propondo alteração no Indicador DLI 11: "Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos", bem como o Protocolo alterado para análise.

Envio também a versão anterior do Protocolo em pdf e ressalto que na 2ª versão do Protocolo a mudança realizada foi feita no campo "Nome do Indicador", a descrição e as metas foram mantidas.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>
Para: "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Cc: "Hugo Figueiredo" <hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br>, "Naiana C. Lima" <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>, "Sônia Sisnando" <sonia.sisnando@sefaz.ce.gov.br>, "Everton Cabral Maciel" <everton.maciel@seplag.ce.gov.br>, "Francisco Jose Freire Rodrigues Junior" <freire.junior@seplag.ce.gov.br>, "bruno martins" <bruno.martins@cge.ce.gov.br>
Enviadas: Terça-feira, 10 de maio de 2016 7:50:18
Assunto: Re: Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezados,
agora segue arquivos finais após análise da UGP.

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>
Para: "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Cc: "Hugo Figueiredo" <hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br>, "Naiana C. Lima" <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>, "Sônia Sisnando" <sonia.sisnando@sefaz.ce.gov.br>, "Everton Cabral Maciel" <everton.maciel@seplag.ce.gov.br>, "Francisco Jose Freire Rodrigues Junior" <freire.junior@seplag.ce.gov.br>, "bruno martins" <bruno.martins@cge.ce.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 9 de maio de 2016 16:38:31
Assunto: Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezados,
seguem os arquivos para a solicitação da mudança do indicador primário (de desembolso): "Número de secretarias utilizando o modelo de alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos".

A proposta é alterar o indicador para: "Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados".

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento

Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag

+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

PROJETO DE APOIO AO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO CEARÁ – PROGRAMA PARA
RESULTADOS (PforR)

FORTALECIMENTO DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA PARA RESULTADOS (GPR)
ADOTADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.

NOTA TÉCNICA Nº 01/2016

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE INDICADOR PRIMÁRIO

**Número de secretarias utilizando o modelo de alinhamento de incentivos com seus respectivos
objetivos estratégicos**

O protocolo do indicador primário "Número de secretarias utilizando o modelo de alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos", o qual, em relação ao resultado, possui caráter intermediário, traz em sua descrição o seguinte texto:

O Governo do Estado do Ceará vem, ao longo dos últimos anos, realizando esforços com o objetivo de consolidar o seu modelo de Gestão para Resultados. Embora muito tenha sido realizado, entende-se que esse é, na verdade, um processo de melhoria contínua e que fortalecer o Modelo de Gestão por Resultados do Governo do Estado do Ceará. Dentre necessita de um envolvimento crescente de todos os órgãos do Governo.

Diante disso, foi proposto no âmbito do PforR um item de assistência técnica que tem por objetivo seus objetivos, um deles é o de desenvolver instrumentos de incentivos para a obtenção de resultados. Estes resultados devem estar ligados aos objetivos estratégicos do Governo. Esse projeto de Assistência Técnica também deve propor e desenvolver ferramentas e procedimentos que permitam comprovar o envolvimento formal de órgãos e secretarias do governo com uma sistemática de gestão por resultados adotada pelo Governo do Estado do Ceará.

Neste sentido, este indicador tem por objetivo **mensurar a quantidade de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados** (grifo nosso).

Este indicador foi inicialmente idealizado com as seguintes metas semestrais:

Metas		
Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 – Primeiro Semestre	
	Ano 1 – Segundo Semestre	Aprovação do modelo
Ano 2015	Ano 1,5 – Primeiro Semestre	1
	Ano 2 – Segundo Semestre	2
Ano 2016	Ano 2,5 – Primeiro Semestre	3
	Ano 3 – Segundo Semestre	4



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

Metas		
Ano 2017	Ano 3,5 – Primeiro Semestre	5
	Ano 4 – Segundo Semestre	6

Segundo o Documento de Avaliação do Projeto – PAD, em sua parte I. CONTEXTO ESTRATÉGICO, item B. Contexto Multissetorial e Institucional:

13. O atual modelo de gestão do governo não está totalmente equipado para abordar estes problemas menos rastreáveis de desenvolvimento (grifo nosso). O simples aumento do fornecimento de produtos públicos através da expansão de cima para baixo de programas de despesas é insuficiente. O que se faz necessário é um sistema que comunique objetivos estratégicos, que estabeleça incentivos para que secretários e equipes possam atingi-los e que permita avaliação e autocorreção periódicas. Um elemento central de tal abordagem é a garantia de um processo de feedback contínuo entre revisões de progresso e implementação, compreendendo três estágios conectados em um ciclo interativo: o estabelecimento de objetivos amplos de estrutura; a conquistas destes objetivos em uma maneira descentralizada por respectivas secretarias; e revisões regulares do progresso para avaliar o desempenho, adaptar políticas onde necessário e difundir as lições aprendidas – em resumo / suma, um sistema de governança experimental ou 'monitoramento diagnóstico'.

Diante disto, reforçamos o que já havíamos identificado na Nota Técnica nº 02/2015, enviada à equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto – UGP, no dia 7 de janeiro de 2015, quando, na ocasião, afirmamos que:

[...] na percepção da equipe técnica da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPLOG), da Seplag, responsável pela coordenação do planejamento estadual e pela condução dos trabalhos no âmbito do projeto de assistência técnica para o cumprimento das referidas metas, o indicador acima mencionado, embora muito importante, foi formulado de maneira bastante desafiadora, sobretudo se levarmos em consideração o status atualmente observado do Modelo de Gestão Pública para Resultados, adotado pelo Governo do Ceará. E esta percepção já vem sendo manifesta em diversas reuniões com a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), nas reuniões do Comitê do PforR e durante as missões do Banco.

Em outras palavras, para que se alcance o pretendido fortalecimento da Gestão por Resultados é primordial que haja uma avaliação e conseqüente reformulação e, acima de tudo, institucionalização do modelo atualmente existente, para, somente a partir disso, se proceder a um aprimoramento com a criação de mecanismos de incentivos ao atingimento de objetivos estratégicos, como está previsto no Documento de Avaliação do Projeto (PAD).

Para tal propósito e, subsequentemente, para a concretização das primeiras e principais metas desse indicador primário, é necessária a realização de atividades executadas por uma empresa consultora, especializada nesta natureza de serviço, que se apresenta bem complexo, tanto por sua repercussão em termos de melhoria do desempenho da Gestão Pública do Estado do Ceará, quanto por seu caráter multi e intersetorial.

Aliado a isto, entendemos que alguns aspectos relevantes devem ser levados em consideração pois os mesmos interferem diretamente na consecução do indicador inicialmente proposto:

- A atual situação político-econômico-financeira do país tem impacto sobremaneira no equilíbrio fiscal dos Estados, sobretudo no caso do Ceará, que historicamente possui uma forte dependência de



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

recursos oriundos das transferências constitucionais do Governo Federal. Além disso, tal cenário de instabilidade nacional pode ter fortes impactos prejudiciais ainda na própria economia local, uma vez que a principal receita tributária estadual é oriunda do ICMS, imposto que incide sobre o consumo. Juntas, estas duas principais fontes de receita estadual (Fundo de Participação dos Estados – FPE e ICMS) correspondem a cerca de 85% dos recursos do Tesouro Estadual, principal financiador das despesas estaduais de pessoal.

- A possível instituição de mecanismos de incentivos ao alcance de objetivos estratégicos, embora extremamente importante, pode, no curto prazo, comprometer o esforço do Governo do Estado do Ceará de manter sob controle o limite prudencial da relação *Despesa de Pessoal / Receita Corrente Líquida (RCL)*, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e que, uma vez não obedecido, implica em diversas consequências negativas para o Governo Estadual, como, por exemplo: proibição de receber transferências voluntárias, contratar operações de crédito e de obter garantias, ou, até, cassação do mandato do gestor máximo do Governo. O percentual das despesas de pessoal do Poder Executivo em relação à RCL atingiu valores de 44,09% e 45,93%, em 2014 e 2015, respectivamente, demonstrando uma evolução que, embora ainda esteja sob controle, preocupa a Gestão Estadual.
- Apesar de prevermos a possibilidade de instituição de modelos de incentivos ao alcance de objetivos estratégicos de natureza financeira e não-financeira, e em virtude da existência de modelos de incentivos de natureza financeira em prática no Governo do Ceará, uma das possíveis dificuldades para se implantar o “novo” modelo de incentivos, e que pode inclusive comprometer sua efetividade, será o risco de coexistência de setoriais que poderão ser beneficiadas com modelos de incentivos exclusivamente não-financeiros, com outras que já possuem incentivos financeiros.
- Outra questão a ser levada em consideração é o nível de maturidade em que se encontra o atual modelo de Gestão para Resultados praticado no Governo do Estado do Ceará. Em nossa percepção, devidamente já mencionada, há a necessidade premente de se fortalecer elementos básicos do modelo:
 - o papel do Comitê de Gestão para Resultados e Gestão Fiscal – Cogerf, principal elemento institucional do sistema, cujo foco encontra-se mais voltado para a detalhada gestão orçamentária do dia a dia do que para resultados, segundo a própria avaliação do Banco Mundial (PAD, página 48);
 - a cultura da gestão por resultados em nível setorial, tanto por parte dos gestores, quanto das diversas equipes técnicas;
 - o alinhamento entre o conteúdo de projetos de investimentos às prioridades estratégicas do Governo (fruto do trabalho de outro projeto de assistência técnica no âmbito do PforR e que se encontra em desenvolvimento); e
 - o papel da Rede Estadual de Planejamento: equipe técnica responsável pela disseminação, em nível setorial, do modelo de GPR do Ceará.
- Por fim, outro aspecto muito relacionado e importante para o fortalecimento da Gestão para Resultados do Governo do Estado do Ceará é a **Gestão e Desenvolvimento de Pessoas**, e que possui duas questões relevantes (PAD, página 48): o Estado do Ceará tem 135.881 servidores em sua folha de pagamento, dos quais 62.227 estão trabalhando e 73.654 estão aposentados e recebendo aposentadorias; e a gestão efetiva de recursos humanos e a garantia de que os servidores sejam devidamente remunerados, é um pré-requisito para qualquer sistema de gestão por resultados. Quanto a este aspecto, mencionamos que se encontra em fase licitatória preliminar o processo de contratação de empresa especializada em serviços de consultoria que auxiliará a Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag na elaboração do Planejamento da Força de Trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará, alinhando-o ao Planejamento Estratégico do Governo do Estado do



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Ceará e, de seus respectivos Órgãos/Entidades, quando oportuno. Este projeto deverá estar totalmente alinhado ao projeto de fortalecimento do modelo de Gestão para Resultados, o qual se encontra em execução e possui a finalidade de contribuir para o alcance das metas do indicador em análise.

Assim, em decorrência destes principais pontos abordados, solicitamos a mudança do indicador de desembolso inicialmente proposto por entendermos que, para chegarmos ao nível de maturidade ideal em relação ao modelo de GPR no Ceará, de modo a proporcionar a identificação e implantação de um modelo de incentivos ao alcance de objetivos estratégicos, é necessário antes fortalecermos o próprio modelo de gestão baseada no alcance de resultados em suas dimensões:

1. existência de uma visão estratégica e integrada, com a definição clara das prioridades do Governo, o que em parte será alcançado com os trabalhos desenvolvidos pela consultoria contratada. Contudo, este fundamento só será integralmente alcançado quando o Estado tiver um planejamento estratégico de longo prazo, o que já está sendo idealizado pela equipe da Seplag;
2. aprimoramento do modelo de planejamento, monitoramento e avaliação das prioridades do Governo: esta dimensão está sendo avaliada e remodelada a partir dos esforços conjuntos conduzidos pelas equipes dos projetos de assistência técnica – AT: “Desenvolvimento de uma Metodologia de Planejamento e Avaliação dos Projetos Estratégicos de Investimentos”, “Apoio ao Fortalecimento do Modelo de Gestão para Resultados adotado pelo Governo do Estado do Ceará” e “Implementação e Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SIEC) do Poder Executivo do Estado do Ceará”;
3. fortalecimento da gestão e desenvolvimento de pessoas, que deverá ser conseguido com os esforços empreendidos por meio dos projetos de AT: “Apoio ao Fortalecimento do Modelo de Gestão para Resultados adotado pelo Governo do Estado do Ceará” e “Dimensionamento da Força de Trabalho do Estado”; e
4. fortalecimento da estrutura de governança para resultados, que possui relação direta com o alcance dos objetivos pretendidos pelos projetos de AT: “Apoio ao Fortalecimento do Modelo de Gestão para Resultados adotado pelo Governo do Estado do Ceará”, “Apoio ao Fortalecimento da Participação Cidadã no Planejamento e Monitoramento das Políticas, Planos e Projetos no Governo do Estado do Ceará”, “Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão” e “Ouvidoria Ativa”.

Nesta perspectiva, propomos a mudança do indicador primário de "Número de secretarias utilizando o modelo de alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos" para "**Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados**", como descrito inicialmente no protocolo do indicador, ficando as metas a serem cumpridas até o segundo semestre de 2017 da seguinte forma:

Metas		
Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 – Primeiro Semestre	
	Ano 1 – Segundo Semestre	Aprovação do modelo*
Ano 2015	Ano 1,5 – Primeiro Semestre	1**
	Ano 2 – Segundo Semestre	2**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Metas		
Ano 2016	Ano 2,5 – Primeiro Semestre	3**
	Ano 3 – Segundo Semestre	4**
Ano 2017	Ano 3,5 – Primeiro Semestre	5**
	Ano 4 – Segundo Semestre	6**

* Aprovação do novo modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará.

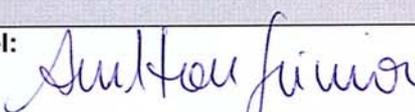
** Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.

Ressalvamos, por fim, que o instrumento comprobatório do alcance das metas supramencionadas advirá do desenvolvimento das atividades previstas no projeto de “Apoio ao Fortalecimento do Modelo de Gestão para Resultados adotado pelo Governo do Estado do Ceará”, mais especificamente na atividade 4: “Elaboração de proposta de modelo de GPR, com e sem modelo de incentivos ao alcance de objetivos estratégicos”.

Fortaleza, 09 de maio de 2016.

Raimundo Avilton Meneses Júnior

Responsável pelo indicador

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)		
Nome do Indicador:		
Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados		
Tipo de Indicador:		
Tema Projeto: Gestão Pública	Macrofunção/Área de Resultado: Gestão Pública	Setorial Envolvida: Seplag
Nº Indicador Área de Resultado: 1	Nº Indicador de Desembolso: 11	Data: 09/05/16
Quanto ao Desembolso: () Ano Zero (X) Primário () Secundário		Quanto ao Resultado: () Produto (X) Intermediário () Resultado
Responsável pelo Indicador		
Nome Responsável: Raimundo Avilton de Meneses Júnior	Área Responsável: Seplag/CPLOG	
Email do Responsável: avilton.junior@seplag.ce.gov.br	Telefone do Responsável: (85) 3101.3804	
Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:		
Programa: Não se Aplica (não há programa do PPA relacionado)	Iniciativa: Não se Aplica (não há iniciativa relacionada)	
Descrição do Indicador:		
<p>O Governo do Estado do Ceará vem, ao longo dos últimos anos, realizando esforços com o objetivo de consolidar o seu modelo de Gestão para Resultados. Embora muito tenha sido realizado, entende-se que esse é, na verdade, um processo de melhoria contínua e que necessita de um envolvimento crescente de todos os órgãos do Governo.</p> <p>Diante disso, foi proposto no âmbito do PforR um item de assistência técnica que tem por objetivo fortalecer o Modelo de Gestão por Resultados do Governo do Estado do Ceará. Dentre seus objetivos, um deles é o de desenvolver instrumentos de incentivos para a obtenção de resultados. Estes resultados devem estar ligados aos objetivos estratégicos do Governo. Esse projeto de Assistência Técnica também deve propor e desenvolver ferramentas e procedimentos que permitam comprovar o envolvimento formal de órgãos e secretarias do governo com uma sistemática de gestão por resultados adotada pelo Governo do Estado do Ceará.</p> <p>Neste sentido, este indicador tem por objetivo mensurar a quantidade de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.</p>		
Informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Quantidade	Fonte da Informação: Seplag	
Fórmula de Cálculo: Contagem da quantidade (acumulativa) de órgãos utilizando o modelo proposto.		
Periodicidade da Informação: Semestral a partir do Ano 1	Data entrega da Informação: Junho	Abrangência Geográfica: Não se aplica
Metas		
Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 – Primeiro Semestre	
	Ano 1 – Segundo Semestre	Aprovação do novo modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará
Ano 2015	Ano 1,5 – Primeiro Semestre	1
	Ano 2 – Segundo Semestre	2
Ano 2016	Ano 2,5 – Primeiro Semestre	3
	Ano 3 – Segundo Semestre	4
Ano 2017	Ano 3,5 – Primeiro Semestre	5
	Ano 4 – Segundo Semestre	6
Assinatura		
Responsável: 	Data: 09/05/2016	

Avilton Júnior
 Coordenador de Planejamento
 SEPLAG

Zimbra

laura.goncalves@ipece.ce.gov.br

Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

De : Tiago Carneiro Peixoto
<tpeixoto@worldbank.org>

Seg, 20 de Jun de 2016 14:34

 1 anexo

Assunto : Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Para : Cristina Medeiros
<crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br>,
Cristian Quijada Torres
<cquijadatorres@worldbank.org>

Cc : Avilton Júnior
<avilton.junior@seplag.ce.gov.br>, Lista
UGP PforR <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>,
Laura De Castro Zoratto
<lzoratto@worldbank.org>

Prezada Cristina,

Favor encontrar em anexo a nao-objecao.

Atenciosamente,

Tiago

From: Cristina Medeiros <crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Sent: Tuesday, May 31, 2016 4:02 PM

To: Tiago Carneiro Peixoto; Cristian Quijada Torres

Cc: Avilton Júnior; Lista UGP PforR; Laura De Castro Zoratto

Subject: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezado Tiago e Cristian,

Em relação a proposta de alteração do Indicador da SEPLAG DLI 11, verificou-se que ficou faltando na Nota técnica 01/2016 enviada anteriormente no dia 10/05/16, a inclusão da mudança da meta de 2014.2, conforme abaixo, de modo que ficasse alinhada com o novo nome do Indicador.

O Avilton corrigiu a Nota Técnica 01/2016 e o Protocolo que anexamos juntamente com os anteriores.

Portanto, solicitamos sua colaboração em por favor revisar o Documento de Não Objeção anexo para incluir também essa mudança da meta.

DE:

"Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos"

PARA:

"Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados"

DE:

Meta 2014.2 "Aprovação de modelo para alinhar incentivos"

PARA:

Meta 2014.2 "Aprovação do Novo Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará"

Atenciosamente,

Cristina Medeiros

Coordenadora Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE -

www.ipece.ce.gov.br

(85)3101-3502 / (85)99609-7431

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Cristina Medeiros" <crisrina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 15:34:44

Assunto: Fwd: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Cristina,

Segue Nota Técnica do DLI 11 revisada com uma pequena alteração nos quadros das metas, bem como o Protocolo do Indicador em sua versão anterior e atual. A alteração ocorreu na primeira meta, pois no Contrato do Empréstimo tem-se o seguinte texto: "Aprovação de modelo para alinhar incentivos.", sendo assim a versão atual do Protocolo do Indicador traz a seguinte alteração no texto da primeira meta "Aprovação do novo modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará".

Atenciosamente,

Laura Gonçalves

Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

085 3101-3499

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 14:59:36

Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Laura,
conforme solicitado.

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Avilton Júnior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pforn@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 31 de maio de 2016 11:38:27

Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezado Avilton,

Você poderia, por gentileza, fazer essa alteração na Nota Técnica e no Protocolo o quanto antes, pois precisamos submeter ao Banco e enviar o documento de reestruturação para a SEAIN.

Além disso, precisamos justificar a mudança do termo "secretarias" para "órgãos", você poderia nos encaminhar uma breve justificativa?

Ficamos no aguardo de um retorno o quanto antes possível.

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Para: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pforn@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 30 de maio de 2016 16:51:35

Assunto: Re: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Laura,
a ideia é que modifiquemos também a meta inicial:
"Aprovação do modelo de Gestão para resultados do Ceará"

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "avilton junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Cc: "lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 30 de maio de 2016 16:27:32

Assunto: Fwd: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezado Avilton,

Gostaríamos de esclarecer algo sobre as solicitações de mudanças no Indicador DLI 11. A Nota técnica anexa indica que a solicitação de alteração está no "título" do Indicador, considerando a adesão dos órgãos ao Modelo de Gestão por Resultados, mantendo-se as metas, conforme o Protocolo do Indicador, também anexo. No entanto, ao verificar o que diz o Acordo de Empréstimo tem-se que a primeira Meta é: "Aprovação de modelo para alinhamento de incentivos", sendo assim, a primeira meta deste Indicador também sofreria alterações?

Atenciosamente,

Laura Gonçalves
Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
085 3101-3499

De: "Cristina Medeiros" <cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Para: "Cristian Quijada Torres" <cquijadatorres@worldbank.org>, "Tiago Carneiro Peixoto" <tpeixoto@worldbank.org>, "Laura De Castro Zoratto" <lzoratto@worldbank.org>

Cc: "Thomas Kenyon" <tkenyon@worldbank.org>, "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>, "Flavio Ataliba Flexa Daltro Barreto" <flavio.ataliba@ipece.ce.gov.br>, "Avilton Júnior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>, "Hugo Figueiredo" <hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br>, "Carlos Eduardo Pires Sobreira" <carlos.eduardo@seplag.ce.gov.br>, "adauto oliveira" <adauto.oliveira@seplag.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 10 de maio de 2016 12:45:13

Assunto: PforR: Indicador DLI 11 - SEPLAG - Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezados Cristian, Tiago e Laura,

Boa tarde!

Conforme foi discutido nas Missão de 18-22 de Abril (Tom/Cristian/Tiago) e na Missão de 19-23 de Outubro (Tom/Laura), encaminho para não objeção do Banco Mundial a proposta da SEPLAG para a mudança do Indicador DLI 11, pelas razões explicitadas na Nota Técnica 01/2016 anexa. Em suma, a proposta mantém as metas anteriores, só mudando o nome do Indicador no documento de Protocolo do Indicador, anexo:

DE:

"Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos"

PARA:

"Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados"

Gostaríamos de solicitar um retorno assim que possível, com esse documento de não objeção, pois este é um dos pontos que está previsto na minuta da solicitação de reestruturação do meio termo.

Agradeço sua atenção.

Atenciosamente,

Cristina Medeiros

Coordenadora Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE -

www.ipece.ce.gov.br

(85)3101-3502 / (85)99609-7431

De: "Laura Goncalves" <laura.goncalves@ipece.ce.gov.br>

Para: "Cristina Medeiros" <cristina.medeiros@ipece.ce.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 10 de maio de 2016 9:55:07

Assunto: Re: Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezada Cristina,

Encaminho email do Avilton com a Nota Técnica 01/2016 propondo alteração no Indicador DLI 11: "Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos", bem como o Protocolo alterado para análise.

Envio também a versão anterior do Protocolo em pdf e ressalto que na 2ª versão do Protocolo a mudança realizada foi feita no campo "Nome do Indicador", a descrição e as metas foram mantidas.

Atenciosamente,

Laura Gonçalves

Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

085 3101-3499

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>
Para: "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Cc: "Hugo Figueiredo" <hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br>, "Naiana C. Lima" <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>, "Sônia Sisnando" <sonia.sisnando@sefaz.ce.gov.br>, "Everton Cabral Maciel" <everton.maciел@seplag.ce.gov.br>, "Francisco Jose Freire Rodrigues Junior" <freire.junior@seplag.ce.gov.br>, "bruno martins" <bruno.martins@cge.ce.gov.br>
Enviadas: Terça-feira, 10 de maio de 2016 7:50:18
Assunto: Re: Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezados,
agora segue arquivos finais após análise da UGP.

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

De: "Avilton Junior" <avilton.junior@seplag.ce.gov.br>
Para: "Lista UGP PforR" <ugp.pforr@ipece.ce.gov.br>
Cc: "Hugo Figueiredo" <hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br>, "Naiana C. Lima" <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>, "Sônia Sisnando" <sonia.sisnando@sefaz.ce.gov.br>, "Everton Cabral Maciel" <everton.maciел@seplag.ce.gov.br>, "Francisco Jose Freire Rodrigues Junior" <freire.junior@seplag.ce.gov.br>, "bruno martins" <bruno.martins@cge.ce.gov.br>
Enviadas: Segunda-feira, 9 de maio de 2016 16:38:31
Assunto: Nota técnica 01/2016 - Proposta de alteração de indicador primário

Prezados,
seguem os arquivos para a solicitação da mudança do indicador primário (de desembolso): "Número de secretarias utilizando o modelo de alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos".
A proposta é alterar o indicador para: "Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados".

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349



Ceara P4R NoObjection_DLI11_.pdf
148 KB



THE WORLD BANK/IFC/M.I.G.A.

Poverty Reduction and Economic Management Department

Latin America and Caribbean Region

E-mail: tkenyon@worldbank.org

Fax (202) 522 2106

Date: May 20th, 2016 **No. of Pages:** 1

To: Flavio Ataliba Flexa Daltro Barreto **Tel:** 85-3101-3496
Diretor de Geral do IPECE **Fax:** 85-3101-3500
Coordenador – PforR

Ana Cristina Medeiros
Coordenadora UGP - PforR

Project: **Ceará Loan to Strengthen Service Delivery for Growth, Poverty Reduction and Environmental Sustainability – PforR (P127463)**

Country: **Brazil**

From: Thomas Kenyon
Task Manager, GTC04

Subject: CEARÁ PforR: Não Objeção – Protocolo de Alteração de Indicador Primário, Correção Nota técnica 01/2016

AUTHORIZED BY: Thomas Kenyon, Task Manager, LCSPF
CLEARED BY: Laura Zoratto, Public Sector Management Specialist

Prezada Sra. Cristina Medeiros,

Através da presente carta confirmamos a nossa revisão da proposta da SEPLAG para a mudança do protocolo do Indicador DLI 11, pelas razões explicitadas na Nota Técnica 02/2016 em relação ao Protocolo do Indicador, com as alterações realizadas da seguinte forma:

DE:

"Número de Secretarias utilizando o modelo para alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos"

PARA:

"Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados"

DE:

Meta 2014.2 "Aprovação de modelo para alinhar incentivos"

PARA:

Meta 2014.2 "Aprovação do Novo Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará"

Ressalta-se que não-objeção neste caso, refere-se à proposta de protocolo, mas a mudança de indicador somente pode ser formalizada e efetiva após processo de reestruturação.

Por fim, ressaltamos que toda a documentação referente a essa alteração deverá ser mantida em arquivo para eventuais consultas e procedimentos.

Atenciosamente,



pp

Thomas Kenyon
Task Manager
LCSPF
Latin America and the Caribbean Region

O Avilton corrigiu a Nota Técnica 01/2016 e o Protocolo que anexamos juntamente com os anteriores.

Portanto, solicitamos sua colaboração em por favor revisar o Documento de Não Objeção anexo para incluir também essa mudança da meta.

ANEXO XIII

Justificativa de não cumprimento do DLI 11 (SEPLAG) -
Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo
de Gestão para Resultados.

Zimbra**laura.goncalves@ipece.ce.gov.br**

CI com justificativa do não cumprimento do DLI 11

De : Avilton Junior
<avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Qui, 30 de Jun de 2016 09:50

 **IMPORTANTE**

Assunto : CI com justificativa do não
cumprimento do DLI 11

 1 anexo

Para : lista UGP PforR
<ugp.pforn@ipece.ce.gov.br>

Responder para : Avilton Júnior
<avilton.junior@seplag.ce.gov.br>

Prezados,
encaminho CI com a justificativa do não cumprimento do DLI 11.

Atenciosamente,

Avilton Júnior

Analista de Planejamento e Orçamento
Coordenador de Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Seplag
+55 85 3101.3804 (trabalho) / 98821.1750 (WhatsApp) / 99977.4349

**Justificativa do não cumprimento do DLI 11.pdf**921 KB



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

CI No. 033/2016

Fortaleza, 30 de Junho de 2016

À Exma. Sra.
Cristina Medeiros
Coordenadora do Projeto PforR
NESTA

Cumprimentando-a cordialmente, fazemos referência ao Indicador DLI 11: "**Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados**" o qual estabelece como meta inicial a **Aprovação do novo modelo de Gestão para Resultados do Estado de Ceará** e como metas semestrais até o período do primeiro semestre de 2016 três órgãos aderindo formalmente ao Modelo de GPR do Ceará, sendo um em cada semestre.

Informamos que referida meta será alcançada após o finalização do Produto 4 do Contrato No. 023/2015 firmado entre a Seplag e a empresa Macroplan, o que deverá ocorrer entre os meses de **julho e agosto de 2016**.

O não cumprimento da meta decorre de fatos já relatados nas notas técnicas 02/2015 e 01/2016, sendo os principais: atraso no processo de contratação da empresa de consultoria e atraso na finalização das atividades para a entrega do produto 2 do contrato supramencionado.

Ressaltamos ainda que, apesar do atraso na finalização das atividades do contrato que promoverão a geração do produto que fará com que cumpramos a meta inicial desse indicador, até o término do contrato, previsto para dezembro de 2016, teremos cumprido todas as metas previstas até o segundo semestre de 2016.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Raimundo Avilton Meneses Júnior
Coordenador da CPLOG

Avilton Júnior
Coordenador de Planejamento
SEPLAG

ANEXO XIV

Evidência do atendimento do Indicador DLI 12 (SEPLAG)

2014.2 - Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

CI No. 030/2016

Fortaleza, 29 de Junho de 2016

À Exma. Sra.
Cristina Medeiros
Coordenadora do Projeto PforR
NESTA

Cumprimentando-a cordialmente, fazemos referência ao Indicador DLI 12: **"Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada"** o qual estabelece para o ano de 2014.2 a meta **"Metodologia Aprovada"**.

Nesse sentido, estamos encaminhando o documento **"Metodologia de Planejamento e Avaliação de Projetos de Investimento"** e o respectivo parecer da Comissão de Avaliação atestando a aprovação da metodologia.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Francisco Adauto de Oliveira
Responsável pelo Indicador



PROPOSTA DE METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO

Produto 3: Metodologia de Planejamento e
Avaliação de Projetos de Investimento

16 de junho de 2016

Apresentação do Documento

O modelo de Gestão de Investimento Público proposto para o Estado do Ceará tem como principal objetivo fortalecer práticas para a proposição consistente de projetos de investimentos que visem alcançar os resultados propostos para a sociedade e a aumentar a eficiência do gasto público. Sendo assim, o intuito é prover ferramentas para aprimorar a qualidade da decisão sobre quais projetos deverão ser executados pelo Estado, assim como institucionalizar o emprego da avaliação *ex post*, como o intuito de conhecer os principais erros e acertos e aferir os resultados alcançados pelos projetos.

Neste sentido, o trabalho foi iniciado com ampla pesquisa de práticas e metodologias de Gestão do Investimento Público, analisando casos de cinco instituições multilaterais de fomento, quatro países e quatro Estados brasileiros. Em seguida foi analisada a situação retrospectiva e atual do Estado do Ceará quanto à gestão dos seus projetos de investimento.

Com base no amplo conhecimento adquirido e nas interações com a equipe da SEPLAG e representantes de outras Secretárias do Governo do Estado do Ceará, foi elaborado um modelo de Gestão de Investimento Público que contempla cinco etapas, abordadas no devido nível de profundidade neste relatório.

Adicionalmente, foram elaborados neste documento capítulos com conhecimentos balizadores para o entendimento das cinco etapas do modelo de GIP, assim como complementaridades transversais necessárias para que o modelo proposto possa funcionar e ser implementado com sucesso no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

Neste sentido, o presente documento foi organizado em três grandes divisões – Conhecimento Balizador do Modelo, Etapas do Modelo de GIP e Questões Transversais ao Modelo – totalizando doze capítulos.

Parte 1. CONHECIMENTO BALIZADOR DO MODELO

- **Capítulo 1. O que é a Gestão do Investimento Público?**

Contextualização da Gestão do Investimento Público, ressaltando a sua importância de sua utilização para o uso racional e eficiente dos recursos empregados em investimento pelo setor público, assim como apresentação das principais informações sobre a situação do investimento público no Estado do Ceará.

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

- **Capítulo 2. Premissas, Delimitações e Escopo do Modelo de GIP no Ceará**
Apresentação das premissas e delimitações que balizam o escopo do modelo de GIP proposto para o Estado do Ceará, no sentido de orientar como o trabalho foi desenvolvido e os níveis de profundidade de cada uma das cinco etapas e das questões transversais ao modelo.
- **Capítulo 3. Síntese Executiva do Modelo de GIP para o Governo do Estado do Ceará**
Apresentação do fluxograma do modelo de GIP proposto para o Estado do Ceará e descrição dos principais componentes das cinco etapas do modelo.
- **Capítulo 4. Classificação dos Projetos de Investimento**
Descrição dos tipos de projetos de investimento que são previstos pelo modelo de GIP, assim como as orientações sobre como classificar um projeto, visando facilitar o entendimento dos atores envolvidos com a gestão de investimento público no Estado.

Parte 2. ETAPAS DO MODELO DE GIP

- **Capítulo 5. Etapa 1: Ideação e Concepção**
Apresentação da primeira etapa do modelo de GIP, ressaltando os insumos necessários para elaboração das propostas de projeto, necessidade de classificação do investimento e forma de realizar a priorização dos projetos no âmbito das setoriais.
- **Capítulo 6. Etapa 2: Avaliação Prévia**
Apresentação da segunda etapa do modelo de GIP, abordando as especificações de cada tipo de análise de viabilidade a ser realizada, dada a classificação do projeto de investimento.
- **Capítulo 7. Etapa 3: Priorização e Seleção**
Apresentação da terceira etapa do modelo de GIP, salientando o método de priorização a ser utilizado pelo Estado do Ceará, assim como rito de aprovação da proposta de projeto, com maior embasamento técnico, financeiro e político.
- **Capítulo 8. Etapa 4: Execução do Investimento**
Apresentação da quarta etapa do modelo de GIP, apontando sua importância para a etapa de Avaliação *Ex Post* e a necessidade de acompanhamento das restrições e soluções, para o devido registro de lições aprendidas.

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

- **Capítulo 9. Etapa 5: Avaliação *Ex Post***

Apresentação da quinta e última etapa do modelo de GIP, salientando as formas de elaborar uma avaliação de resultados e do impacto do projeto de investimento e sua importância para alimentar o modelo de GIP, no sentido de prover aprendizado aos envolvidos nos projetos e na Gestão do Investimento Público no Estado do Ceará.

Parte 3. QUESTÕES TRANSVERSAIS AO MODELO

- **Capítulo 10. Banco de Projetos do Estado (BPE)**

Contextualização dos principais elementos que devem compor o Banco de Projetos para armazenamento e consulta às informações dos projetos de investimento do Estado do Ceará.

- **Capítulo 11. Ferramentas de Suporte à Análise de Viabilidade e Priorização de Projetos**

Descrição das principais ferramentas sugeridas para realização das atividades das etapas dois e três do modelo de GIP.

- **Capítulo 12. Arranjo Institucional e Mecanismo de Governança**

Apresentação de proposta de alteração no arranjo institucional para suportar o modelo de GIP no Estado do Ceará e implementar mecanismos de governança que apoiem a operacionalização do modelo.

Este modelo de GIP configura-se, assim, no resultado prático de ampla discussão com os técnicos da SEPLAG e de outras secretarias do Governo do Estado do Ceará.

Boa Leitura!

Sumário

Apresentação do Documento	1
Metodologia	8
1. O que é a Gestão do Investimento Público (GIP)?	13
2. Premissas, Delimitações e Escopo do Modelo de GIP do Ceará	17
3. Síntese Executiva do Modelo de GIP para o Governo do Estado do Ceará	29
4. Classificação dos Projetos de Investimento	38
5. Etapa 1: Ideação e Concepção	46
6. Etapa 2: Avaliação Prévia	74
7. Etapa 3: Priorização e Seleção	91
8. Etapa 4: Execução do Investimento	109
9. Etapa 5: Avaliação <i>Ex Post</i>	117
10. Banco de Projetos do Estado (BPE)	127
11. Ferramentas de Suporte à Análise de Viabilidade e Priorização de Projetos	135
12. Arranjo Institucional e Mecanismos de Governança	146
Anexo 1 – Conceitos e Métodos Relacionados à GIP	156
Anexo 2 – Aplicação da avaliação prévia em diferentes setores	200
Anexo 3 – Estudo de Caso: O Plano Diretor Rodoviário (PDR) e o Arco Metropolitano (CE 155)	245
Anexo 4 – Modelos de documentos	257
Anexo 5 – Especificação Funcional do Banco de Projetos do Estado	272
Anexo 6 – Proposição de minuta de regulamentação do arranjo institucional	304
Anexo 7 – Proposição de minuta de regulamentação do modelo de GIP	309
Anexo 8 – Fluxo normativo de PPPs e Concessões	316
Anexo 9 - Fluxo específico para Convênios, PCFs e Emendas Parlamentares	317
Anexo 10 - Guia Prático do Modelo de GIP	318
Anexo 11 - Matriz de responsabilidade	337

Lista de Ilustrações

FIGURAS

Figura 1: Consolidação das Práticas e Metodologias de GIP pesquisadas.....	8
Figura 2: Etapas de construção do modelo de GIP para o Ceará	9
Figura 3: Etapas da Gestão do Investimento Público	9
Figura 4: Etapas do modelo de Gestão de Investimento Público	27
Figura 5: Fluxograma do modelo de GIP	30
Figura 6: Etapa 1 do modelo de GIP	46
Figura 7: Diagrama insumo-produto da etapa de Ideação e Concepção de Projetos e relação com as seções deste capítulo	47
Figura 8: Critérios de para priorização dos projetos em uma setorial	67
Figura 10: A etapa de Avaliação Prévia dentro do modelo de GIP	74
Figura 11: Diagrama insumo - produto da etapa de Avaliação Prévia e relação com as seções deste capítulo	75
Figura 13: A etapa de Priorização e Seleção dentro do modelo de GIP	91
Figura 14: Diagrama insumo - produto da Etapa de Priorização e Seleção de Projetos e relação com as seções deste capítulo.....	92
Figura 15: Critérios de Nível 1 e Nível 2 para priorização dos projetos no Governo do Ceará.....	95
Figura 17: A etapa de Execução do Investimento dentro do modelo de GIP	109
Figura 18: Diagrama insumo - produto da Etapa de Execução do Investimento e relação com as seções deste capítulo	110
Figura 20: A etapa de Avaliação Ex Post dentro do modelo de GIP	117
Figura 21: Diagrama insumo - produto da Etapa de Avaliação Ex Post e relação com as seções deste capítulo	118
Figura 23: Relação entre etapas de GIP as informações do Banco de Projetos	129
Figura 24: Visão geral dos sistemas.....	144
Figura 25: Estrutura Atual do COGERF	146
Figura 26: Novo Arranjo Institucional do COGERF	148
Figura 27: Rede articulada do GTI	153
Figura 28: Árvore com estrutura hierárquica dos critérios	193
Figura 29. Macrorregiões de Planejamento	246
Figura 30. Rede Rodoviária do Estado do Ceará	246
Figura 31. Posicionamento Postos de Contagem	247
Figura 32. Posicionamento dos Postos de O/D da RMF	247
Figura 33. Modelo de Simulação do comportamento da Rede Rodoviária.....	249

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

Figura 34. Rede Rodoviária Simulada.....	250
Figura 35. Segmentos Afetados com a Construção do Arco Metropolitano	252
Figura 36: Fluxograma com os estados contemplados por um projeto	275
Figura 37: Ilustração de Casos de Usos	278
Figura 38: Ilustração do caso de uso: cadastro de novo projeto.....	280
Figura 39: Ilustração do caso de uso: classificação de projetos	283
Figura 40: Ilustração do caso de uso: estudo de viabilidade	285
Figura 41: Ilustração de caso de uso: priorização de projetos	288
Figura 42: Ilustração do caso de uso: validação do dossiê do projeto	290
Figura 43: Ilustração do caso de uso: seleção de projetos para execução.....	292
Figura 44: Ilustração do caso de uso: avaliação pós-execução	294
Figura 45: Ilustração de caso de uso: consulta BPE.....	296

TABELAS

Tabela 1: Projetos MAPP 2015 - Resumo por Estágio do Projeto	15
Tabela 2: Escala de pontuação dos critérios de classificação.....	40
Tabela 3: Limites financeiros para atribuir nota para classificação dos projetos.....	41
Tabela 4: Pontuação atribuída ao projeto Cinturão das Águas.....	42
Tabela 5: Notas atribuídas ao projeto do Complexo Turístico-Paisagístico do Centro Histórico de Aracati	42
Tabela 6: Elementos obrigatórios das propostas de projetos estratégicos e complementares.....	51
Tabela 7: Análises por tipo de projeto	64
Tabela 8: Resultados das Avaliações Prévias.....	64
Tabela 9: Elementos obrigatórios de uma proposta de Projeto com Domínio de Escopo	65
Tabela 10: Critérios e níveis para avaliação dos projetos	69
Tabela 11: Output das Análises de Viabilidade	82
Tabela 12: Comparativo entre os tipos de análise	84
Tabela 13: Ferramentas de apoio à Avaliação prévia.....	89
Tabela 14: Critérios e níveis para avaliação dos projetos	99
Tabela 15: Resultado da priorização das propostas de projeto.	100
Tabela 16: Pesos dos critérios de nível 1 e nível 2	102
Tabela 17: Exemplo ilustrativo da avaliação de prioridade entre projetos.....	102
Tabela 18: Resumo das principais características relacionadas aos dois tipos de avaliação ex post	122
Tabela 19: Relação entre as ferramentas e as etapas do modelo de GIP	135

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

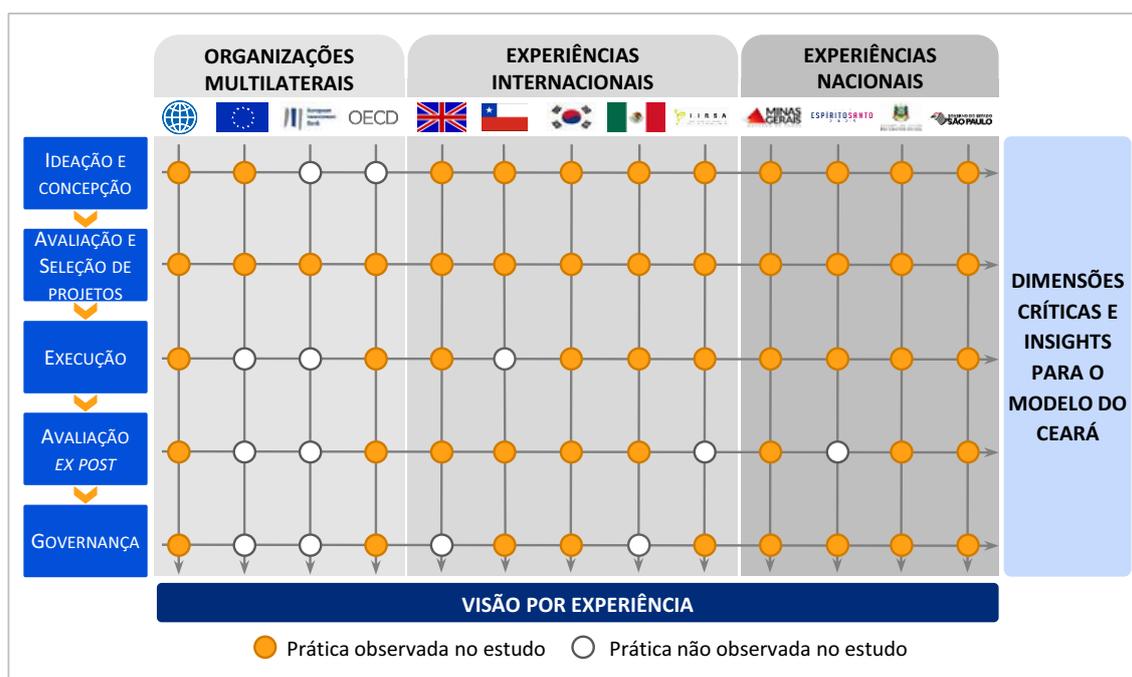
Tabela 20: Escala Fundamental de Saaty	193
Tabela 21: Tabela do Índice de Ridge ou Índice Randômico	195
Tabela 22: Detalhamento por Caso de Uso	300
Tabela 23: Resumo por Tipo	300
Tabela 24: Valores para Pontos de Função	302
Tabela 25: Cálculo dos salários mensais	302
Tabela 26: Cálculo do valor do PF por quatro metodologias	303
Tabela 27: Matriz de responsabilidades do modelo	337

Metodologia

Para a elaboração do modelo de Gestão de Investimentos Públicos (GIP) para o Estado do Ceará foram utilizados como insumos informações contidas nos documentos das práticas e metodologias consultadas¹ e o diagnóstico e avaliação crítica do modelo atual de GIP praticado no Governo². Tais informações balizaram as etapas de criação do novo modelo, apresentado nesse documento conforme descrito a seguir.

Na primeira etapa do projeto, foram consultadas práticas e metodologias de Gestão do Investimento Público cuja consolidação tornou possível o levantamento das dimensões críticas e dos insights que foram utilizados na elaboração do novo modelo. Embora algumas experiências tenham foco em somente algumas etapas do processo (Figura 1), a análise conjunta das metodologias trouxe insumos bastante valiosos para sua elaboração.

Figura 1: Consolidação das Práticas e Metodologias de GIP pesquisadas



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

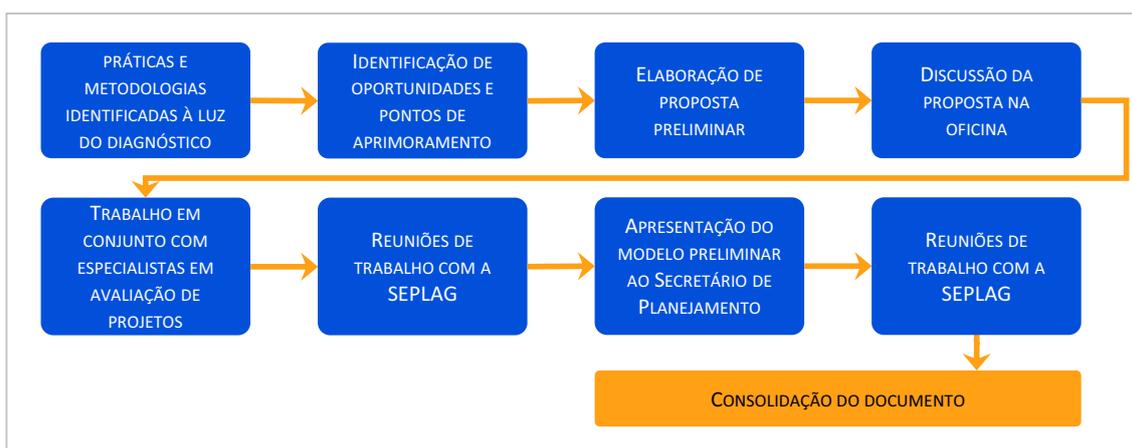
¹ Produto 1 deste projeto: Relatório contendo levantamento de práticas e metodologias de Gestão do Investimento Público.

² Produto 2 deste projeto: Relatório contendo diagnóstico e análise da sistemática de planejamento e avaliação de projetos de investimento no âmbito do Governo do Estado do Ceará.

APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO

Insumos igualmente importantes para a criação desse documento vieram do diagnóstico que analisou o processo atual de GIP do Governo do Estado. Este diagnóstico levou à consolidação do modelo de GIP em quatro etapas, bem como à elaboração de análise e recomendações, traçando assim uma proposta preliminar de modelo, que passou por etapas que levaram à construção do modelo e da metodologia apresentada neste documento (Figura 2).

Figura 2: Etapas de construção do modelo de GIP para o Ceará

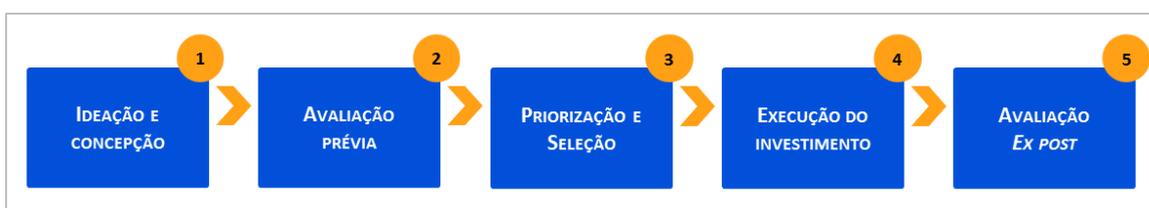


Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Portanto, após a elaboração da proposta preliminar, seguiu-se para a apresentação e refinamento da proposta em oficinas de trabalho, na qual membros da administração pública do Estado do Ceará estavam presentes. No total, a oficina contou com a participação de 26 servidores, incluindo secretários, coordenadores e analistas de nove secretarias do Governo.

Os resultados da oficina e os insumos derivados dos documentos anteriores foram utilizados nas discussões com especialistas em avaliação de projetos do consórcio contratado e com técnicos da SEPLAG. Estas fases levaram ao refinamento do modelo e ao desmembramento em **cinco etapas** bem definidas (Figura 3), cujo aprofundamento do conteúdo está descrito na seção 2.3 deste documento, que trata especificamente do escopo do modelo de GIP.

Figura 3: Etapas da Gestão do Investimento Público



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Após validação junto ao Secretário de Planejamento e Gestão e novas reuniões de trabalho entre os técnicos da SEPLAG e especialistas do consórcio, foi consolidado este documento. .

Glossário

Análise de Riscos	Verificação de pontos críticos que possam vir a apresentar não conformidades durante a execução de um projeto.
Análise de Sensibilidade	Procura determinar o efeito da variação de diferentes variáveis na rentabilidade do projeto.
Benefício Econômico	São os benefícios medidos a partir de parâmetros sociais.
BPE	Sigla para Banco de Projetos do Estado
Características Técnicas do Projeto	Informações técnicas do projeto, tais como identificação, justificativa, engenharia de projeto, tamanho, investimentos, entre outras.
COGERF	Sigla para Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal
Cronograma Financeiro	Cronograma que apresenta o custos e despesas do projeto no tempo.
Cronograma Físico	Cronograma que apresenta o “avanço real” das entregas físicas de um projeto no tempo.
Custo Econômico	É o custo efetivo para a sociedade, ou custo social. Diferente do custo privado, o custo social não considera os encargos e tributos demandados pelo Poder Público.
Fluxo de Caixa	Previsão de entradas e saídas de recursos monetários, em um dado período de tempo.
GTC	Sigla para Grupo Técnico de Gestão de Contas
GTF	Sigla para Grupo Técnico de Gestão Fiscal
GTI	Sigla para Grupo Técnico de Gestão de Investimentos
GTR	Sigla para Grupo Técnico de Gestão de Resultados
IPCA	Sigla para Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. O IPCA abrange a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo das famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.
MAPP	Sigla para Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários. É o sistema que permite o acompanhar e monitorar os projetos do Estado.
MAPP Gestão	Módulo do MAPP que possui a finalidade de controlar os projetos do Estado.
PCFs	Sigla para Programas de Cooperação Federativa.
PPA	Sigla para Plano Plurianual
Resolução COEMA nº 08/04	Define atividades sujeitas a licenciamento ambiental no estado.
SIOF	Sigla para Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro
TIR	Sigla para Taxa Interna de Retorno de um investimento
Vida Útil	Período estimado de tempo durante o qual o projeto é realizado.
VPL	Sigla para Valor Presente Líquido de um fluxo de caixa

PARTE 1

CONHECIMENTO BALIZADOR DO MODELO



CAPÍTULO 1

O QUE É A GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO (GIP)?



1. O que é a Gestão do Investimento Público (GIP)?

A principal finalidade do investimento público é contribuir para o **desenvolvimento econômico**, para a melhora do **capital humano** e para o **aumento da qualidade de vida** da população. O investimento público também deve gerar **retorno social** e contribuir para produção de **externalidades positivas** para a sociedade.

O investimento público serve para corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas.

Portanto, pode não ser necessário o investimento do setor público em determinados projetos, quando houver interesse por parte do setor privado: geralmente são projetos com retorno (VPL) positivo.

Falhas de mercado também geram necessidade de intervenção direta do setor público, como, por exemplo, a existência de bens públicos, a formação de monopólios naturais, entre outros. Esses fenômenos tornam alguns mercados incapazes de alocar eficientemente os recursos econômicos, sendo necessária a atuação governamental.

Ainda, o governo pode optar pela regeneração de uma determinada localidade por meio de: melhoria da qualificação de mão de obra, qualidade de vida, meio ambiente e oportunidade para negócios locais, ou em investimentos na defesa nacional, iluminação de ruas, entre outros.

Por que uma boa gestão do investimento público é importante? Porque, em geral, há **ineficiência na gestão dos investimentos**, impedindo que os melhores resultados sejam alcançados. Esta ineficiência pode derivar das seguintes razões:

- Projetos são propostos ou financiados por uma setorial e estão sujeitos ao exame da setorial responsável pelo planejamento e pelas finanças. A **falta de um processo de coordenação** entre eles pode levar a atrasos na avaliação dos projetos;
- Projetos podem ter **motivações políticas** e não ter viabilidade comprovada;
- A alocação de recursos de um projeto costuma ser multianual, gerando **desafios para sistemas orçamentários** com baixa efetividade³;

³ Cada sistema orçamentário possui suas características e seu nível de efetividade. Os sistemas com baixa efetividade apresentam regras institucionais que se mostram ineficientes para definição de diretrizes ou para o controle orçamentário.

CAPÍTULO 1: O QUE É A GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO?

- Grandes **investimentos em infraestrutura envolvem questões problemáticas** como aquisição de terras, garantias ambientais e desafios complexos, que podem ocasionar atrasos e elevação dos custos.

A ausência de um sistema eficiente de Gestão do Investimento Público costuma ser uma das razões para a ocorrência dos seguintes problemas:

1. Projetos **“elefante branco”**: alto custo e retorno social baixo ou negativo;
2. **Atrasos na execução** dos empreendimentos e **superestimação de orçamentos**;
3. **Debilidades na fase operacional** (falta de recursos, baixa qualidade, fraco monitoramento e supervisão);
4. **Limitações na estimativa** atual e previsão futura **da demanda** para os serviços;
5. **Inexistência de diretrizes (ou diretrizes conflitantes) para a avaliação dos projetos**;
6. **Falta de capacidade técnica** para realizar a avaliação dos projetos;
7. **Falta de demanda** por avaliações de qualidade.

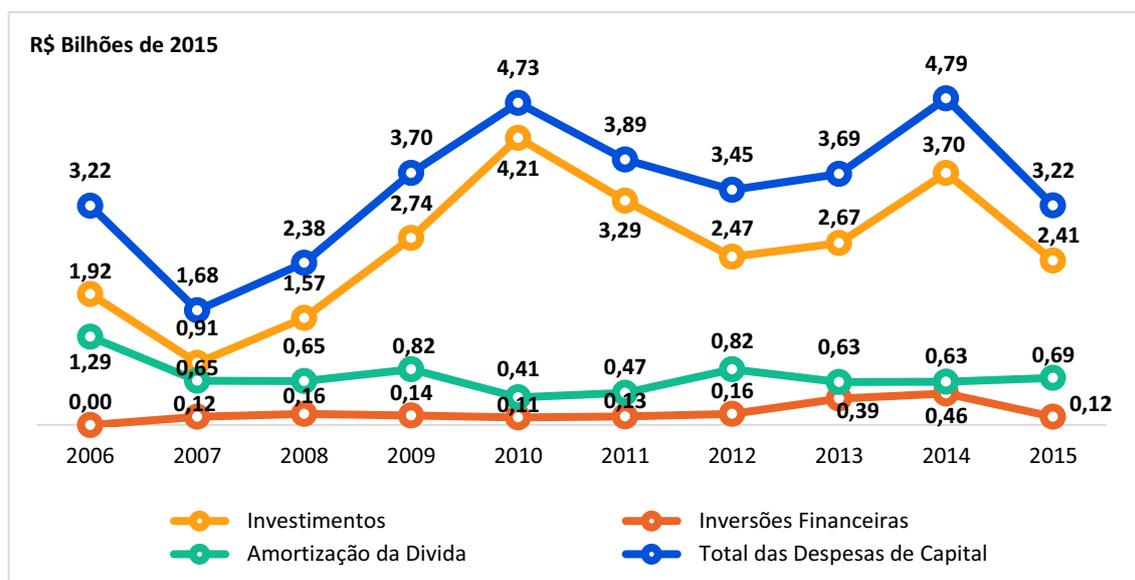
Instrumentos de aprimoramento da Gestão de Investimentos Públicos também são essenciais para garantir a melhor utilização dos recursos públicos em **momentos de restrição**, maximizando sua eficiência.

Portanto, a Gestão do Investimento Público é um conjunto de técnicas e métodos cuja aplicação tem como objetivo aumentar a eficiência e a efetividade da aplicação dos recursos públicos em prol do desenvolvimento econômico e social.

Sua implementação no Estado do Ceará é de grande importância, posto que o Estado vem realizando grande volume de investimento em projetos nos últimos anos, tornando-se o quarto Estado Brasileiro que mais investiu no período de 2007 a 2014, ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

CAPÍTULO 1: O QUE É A GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO?

Gráfico 1 Estrutura das despesas de capital (R\$ Bi)



Fonte: SIOF

Além disso, existem atualmente 5.256 itens de projetos de investimento (projetos MAPP) programados, totalizando R\$ 11,6 bilhões, sendo que cerca de R\$ 9,1 bilhões em execução.

Tabela 1: Projetos MAPP 2015 - Resumo por Estágio do Projeto

ESTÁGIO	PROJETOS		VALOR PROGRAMADO	
	Número	%	R\$	%
Em Execução	1.585	30,2	9.065.709.036	78,3
Execução Física Concluída	939	17,9	543.292.434	4,7
Execução Física/Financeira Concluída	936	17,8	492.538.582	4,3
Paralisado	655	12,5	506.957.590	4,4
Em Atividades Preparatórias	349	6,6	158.720.084	1,4
Cancelado	232	4,4	235.361.235	2,0
Transferido	171	3,3	254.832.223	2,2
Não Iniciado	159	3,0	126.510.865	1,1
Contratado	81	1,5	56.763.293	0,5
Licitado	70	1,3	66.781.446	0,6
Em Licitação	51	1,0	56.790.945	0,5
Conveniada	28	0,5	6.888.568	0,1
Total	5.256	100,0	11.571.146.300	100,0

Fonte: SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão.

Com isso, contextualiza-se o que é Gestão de Investimento Público (GIP) e sua relevância para o Governo do Estado do Ceará.

CAPÍTULO 2

CONCEITOS E MÉTODOS RELACIONADOS À GIP



2. Premissas, Delimitações e Escopo do Modelo de GIP do Ceará

2.1. DESCRIÇÃO DAS PREMISSAS E PRESSUPOSTOS QUE BALIZAM O MODELO

Para elaboração da proposta de modelo de Gestão de Investimento Público para o Estado do Ceará foi utilizado um conjunto de premissas utilizadas para balizar sua proposição e são imprescindíveis para seu êxito. Algumas destas premissas são premissas gerais do modelo e outras são premissas específicas, relacionadas à determinada etapa do modelo de GIP, conforme descrito a seguir.

2.1.1 *Premissas gerais do modelo de GIP*

- **Proposição baseada nas Práticas e Metodologias de GIP⁴:**

Para a construção do modelo de GIP para o Governo do Estado do Ceará, foi realizado um levantamento de 13 práticas de metodologias de GIP de: organismos multilaterais (OCDE, União Europeia, Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento e Iniciativa de Integração da infraestrutura Regional Sul-americana), de outros países com modelo reconhecidamente desenvolvido (Reino Unido, Coréia, Chile e México) e alguns Estados brasileiros (SP, ES, RS e MG). A comparação dos elementos do diagnóstico da situação atual da GIP no Estado com estas práticas e metodologias permitiu a proposição de um modelo que fosse adaptado às necessidades e características locais e do Governo do CE.

- **O modelo de GIP descreve como elaborar a avaliação dos Projetos Estratégicos e o diferencia do tipo de avaliação de projeto de outras categorias**

Este trabalho tem como objetivo desenvolver uma metodologia de planejamento e avaliação dos projetos de investimentos, mas demanda a diferenciação do processo de avaliação entre projetos estratégicos e não estratégicos. Portanto, a metodologia descreve, as etapas envolvidas no processo de planejamento e avaliação dos projetos estratégicos e não estratégicos para o Estado. A categorização de cada projeto deverá ser realizada pela setorial e chancelada pelo Grupo Técnico de Gestão de Investimento (GTI)⁵ com base em critérios pré-definidos⁶

⁴ Para detalhamento, recomenda-se consultar a síntese dos pontos críticos relacionada no produto 1 deste projeto.

⁵ O detalhamento do Grupo Técnico de Gestão do Investimento se encontra no capítulo 12 deste documento.

⁶ Estes critérios estão definidos no capítulo 4 deste documento.

- **Projetos de investimento de interesse do setor privado seguem o fluxo normativo e usual de PPPs e Concessões**

De acordo com as práticas observadas no Reino Unido e Austrália, países pioneiros na utilização de PPP, o Banco Mundial recomenda que os investimentos que possam ser realizados em conjunto com a iniciativa privada sejam considerados no fluxo de Gestão do Investimento Público. Dessa forma o novo modelo de GIP proposto para o Estado do Ceará, descrito neste documento, considera que projetos sejam elaborados desde sua concepção em parceria com a iniciativa privada. Outra possibilidade é que, ao longo do processo de planejamento e avaliação, o Estado decida que tem interesse em buscar grupos privados para empreender um investimento em parceria com o setor, ou mesmos concedê-lo à iniciativa privada. Embora não seja escopo deste projeto de consultoria desenvolver um fluxo específico para as PPPs do Estado, a etapa de diagnóstico analisou e descreveu o fluxo normativo a que devem ser submetidas as PPPs e concessões do Estado, conforme legislação Federal e Estadual. Este fluxo não será detalhado neste documento⁷.

- **Projetos originários de PCFs, convênios e emendas parlamentares seguem modelo em separado**

Estes tipos de projeto são pré-definidos por seu solicitante e, quase sempre, aprovados diretamente junto ao Governador do Estado. Nos casos de projetos financiados por emendas parlamentares ou PCFs, após esta aprovação, a setorial ao qual o projeto está vinculado elabora o projeto, executa, monitora e o entrega. Já para investimento realizado via convênio com Prefeituras, a máquina do Estado acompanha e monitora a sua execução para controle do encadeamento entre a execução física e financeira. Por serem projetos que não são propostos pelo Governo do Estado, eles não fazem parte do modelo de GIP⁸.

- **Projetos Emergenciais seguem processo específico conforme previstos na lei 8.666/93**

As condições para que um projeto seja declarado emergencial estão definidas no inciso IV do art.24 da lei 8.666/93: “IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou articulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e

⁷ O fluxograma do processo normativo de PPPs e concessões no governo do Estado do Ceará encontra-se no anexo deste documento.

⁸ O fluxograma sintético do processo de gestão destes tipos de projetos encontra-se no anexo deste documento.

serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

O entendimento deste artigo pode ser complementado pela ata da reunião plenária do TCU, conforme Decisão 347/1994: “Sobre as cautelas que devem ser adotadas na fundamentação da dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a instrução acrescenta observação quanto ao entendimento predominante neste Tribunal, pelo qual incumbe à Administração demonstrar a existência das condições abaixo mencionadas (alíneas "a/d" de fl. 28):

- A situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação;
- Exista urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou a saúde ou a vida de pessoas;
- Risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso;
- A imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado. Este tipo de projeto tem um trâmite documental mais célere e passa diretamente à aprovação do Governador.

Em todos estes casos, o projeto classificado como emergencial tem um trâmite documental mais célere, contemplando a análise de consistência do projeto e passa diretamente à aprovação do Governador. Contudo, não pode deixar de ser um tipo de investimento adequadamente controlado pelo Estado.

- **Está prevista a utilização de ferramentas para dar apoio a etapa de viabilidade e aprovação de projetos**

Para que o modelo seja efetivamente implementado no Estado, sugere-se a utilização de ferramentas para dar suporte às etapas de avaliação das propostas de projeto. Este trabalho faz recomendação de ferramentas que podem auxiliar o processo de avaliação de projetos e apresenta a sua relação com as etapas do modelo de GIP.

- **Está prevista a implantação de banco de projetos de investimento**

Considera-se que a implantação de um banco de projeto de investimento é um dos elementos que compõe o modelo de GIP. Toma-se por base as práticas evidenciadas na gestão de investimentos públicos do Chile, onde há banco de projetos para arquivar os projetos, registrar e disponibilizar informações para gerenciar e consultar. De modo geral, trata-se de um banco de dados que conterà propostas de projeto elaboradas e ainda não aprovadas e projetos executados com suas respectivas lições aprendidas.

Sua função será armazenar conhecimento empregado e aprendido para pronta utilização em novos projetos, proporcionando o aprimoramento dos projetos ao longo do tempo.

Uma característica importante do banco de projetos é sua transparência e publicidade. Os diversos órgãos e secretarias, assim como funcionários e o cidadão comum terão acesso às informações disponíveis no banco de projetos, desde que não seja de teor confidencial.

- **É necessário desenvolver capacidade interna para conduzir a operação do modelo**

O diagnóstico realizado na análise retrospectiva e situacional da gestão de investimentos do Estado do Ceará identificou necessidade de fortalecer capacidade interna no Estado para operacionalizar o modelo de GIP. Portanto para sua implementação será necessário capacitar servidores e contratar a expertise quando se tratar de projeto singular cujo conhecimento não é dominado pelo Estado.

- **Prevê arranjo organizacional para a coordenação de projetos de investimento de forma rápida e imparcial**

De acordo com a prática analisada do Governo de Minas Gerais e da proposta para o Governo do Rio Grande do Sul, além das constatações obtidas com a análise retrospectiva e situacional dos investimentos do Estado do Ceará, é salutar considerar o arranjo organizacional para a operacionalização da GIP no Estado. Assim sendo, o modelo de GIP demanda estrutura de apoio a sua operação, com definição clara dos responsáveis envolvidos em cada etapa. Esta estrutura será responsável por garantir que as etapas do modelo de GIP sejam efetivamente realizadas.

2.1.2 *Premissas específicas do modelo, relacionadas à etapa de Ideação e Concepção*

- **Consideração de todos os Projetos MAPP na triagem inicial.**

A análise da carteira de projetos do sistema WebMAPP indicou que os Projetos MAPP, muitas vezes, correspondem a fragmentos de um projeto de maior escopo (p.ex.: etapas de um projeto, atividades de um projeto, ou até ações de um projeto). Todos estes fragmentos devem ser considerados pelo modelo, com vistas a verificação se correspondem a projetos ou fragmentos que precisam ser agrupados.

- **Agrupamento de Projetos MAPP em Empreendimentos**

O modelo de GIP não foi desenhado para avaliar Projetos MAPP que são fragmentos de projeto. Para a realização da avaliação e seleção de um projeto, é necessário que ele seja considerado em sua completude e no seu ciclo completo. É neste momento que devem ser agrupados os fragmentos e que devem ser consideradas tanto a implementação quanto a operação. O conceito de projeto de investimento abordado pelo modelo equivale ao conceito de Empreendimento⁹, já utilizado pela SEPLAG.

- **Priorização dentro da setorial**

Quando for o caso de haver mais de um projeto na setorial, deve ser realizada uma priorização com base no impacto estratégico (detalhamento na seção 5.3.4) para indicar as prioridades de investimento para a setorial.

2.1.3 *Premissas específicas do modelo, relacionadas à etapa de Avaliação prévia*

- **Concentração de esforço da avaliação *ex ante* sobre os projetos estratégicos**

Conforme as características dos projetos, a análise de viabilidade (técnica, econômica e ambiental) será realizada em diferentes níveis de profundidade. A análise dos projetos estratégicos será realizada maior nível de detalhe e os projetos complementares serão submetidos a uma análise simplificada de viabilidade.

- **Existência de via rápida para projetos com escopo padrão dominado pelo Estado**

O modelo propõe uma via rápida (*fast track*) para projetos cujo escopo de execução é dominado pelo Estado, seja porque o Estado já realizou estes projetos anteriormente e

⁹ Um empreendimento, por exemplo, é a implantação da Linha Leste do Metrô, contemplando infraestrutura para operação, material rodante, sinalização e custos de operação.

sabe como reproduzi-los em outra localidade, seja porque são projetos extremamente simples, cuja execução das atividades é dominada pelo Estado.

- **Consideração dos custos operacionais (e modelo de gestão)**

A análise de viabilidade do projeto deve considerar a sustentabilidade do projeto de investimento desde a realização da obra (produto) até o seu período completo de operação (vida útil do empreendimento). Isto significa que devem ser considerados tanto o valor do investimento, quanto os custos e benefícios identificados com a operação do projeto.

2.1.4 Premissas específicas do modelo, relacionadas à etapa de Priorização e Seleção

- **Classificação de projetos de acordo com seu nível de prioridade para o Estado**

Os projetos selecionados para a carteira do Estado serão submetidos a análise multicritério, que definirá níveis de prioridade por cesta de projeto, hierarquizando grupos de projetos que o Governo deve primar pela execução. O objetivo é elencar os projetos que devem ser executados prioritariamente, sem que ocorra o ranqueamento dos projetos de forma individual.

- **Aprovação de projetos com base em conjunto abrangente de informações**

O modelo de GIP irá subsidiar a instância de aprovação de projetos do Governo do Ceará com todos os elementos obrigatórios dos projetos, o resultado da avaliação prévia e sua hierarquia de prioridade dentro da carteira de projetos do Estado. As instâncias superiores de decisão e o Governador poderão, assim, tomar decisões de investimento com amplo volume de informações, que permite mitigação de riscos envolvidos.

2.1.5 Premissas específicas do modelo, relacionadas à etapa de Execução do Investimento

- **Escopo desta etapa está sendo tratado pelo projeto GpR**

Monitoramento e gerenciamento da execução são atividades que estão sendo detalhadas pelo Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública para Resultados (GpR) e não fazem parte do escopo deste projeto.

- **Informações geradas nesta etapa alimentam a Avaliação Ex post**

Cabe ressaltar que as informações geradas ao longo da execução do investimento são registradas para que haja obtenção de lições aprendidas e em casos de entregas parciais do projeto de investimento, que seja passível de verificação dos resultados, deverá

ocorrer a avaliação *ex post* para averiguar se os resultados planejados com a entrega de parte do empreendimento foram de fato efetivadas.

2.1.6 *Premissas específicas do modelo, relacionadas à etapa de Avaliação Ex Post*

- **Inclusão de etapa avaliação *ex post*, com critérios definidos para sua aplicação.**

Este trabalho prevê a proposição de modelo para auxiliar na realização da avaliação *ex post*, assim como o estabelecimento de critérios para seleção dos projetos a serem submetidos a avaliação e questões básicas que devem ser abordadas no momento de confrontar os objetivos e mensuráveis planejadas com os resultados atingidos.

2.1.7 *Premissas relacionadas à implementação e funcionamento do modelo*

- **Implantação de modelo de Governança para apoio à GIP, que contemple arranjo organizacional para avaliação de projetos de forma rápida e imparcial**

Será tratado neste documento aspectos relacionados ao arranjo organizacional para que o modelo proposto possa entrar em funcionamento, com o devido suporte das autoridades competentes. Neste sentido, está previsto a sugestão de adequação a atual formação do COGERF para que o tema Gestão de Investimentos Públicos possa ser tratado de forma estratégica e intersetorial pelo Estado.

2.2. DESCRIÇÃO DAS DELIMITAÇÕES RELACIONADAS AO MODELO

O modelo proposto será delimitado pelas seguintes características:

- **Contempla as etapas de GIP desde a ideação até avaliação *ex post*.**

Dada a definição do modelo de GIP com base nos modelos e práticas pesquisadas em outros Estados, países e recomendados por instituições de fomento ao desenvolvimento, as proposições referentes a criação e gestão de projetos de investimento consideram as etapas do modelo de GIP descrita no tópico 2.3 deste documento.

- **Inclui os elementos obrigatórios na elaboração de proposta de projeto.**

O modelo propõe alguns elementos obrigatórios que devem ser considerados na elaboração da proposta de projeto, a fim de que se forneça elementos que permitam a

execução dos estudos de viabilidade e que a priorização das iniciativas possa ser realizada adequadamente.

- **Recomenda métodos a serem empregados na avaliação e priorização dos projetos.**

Há diferentes tipos de análise com níveis de profundidade e precisão distintos: análise de pré-viabilidade, análise de viabilidade, análise simplificada de viabilidade e análise de consistência. Conforme a classificação do projeto (capítulo 4), ele é submetido a uma ou mais destas análises. Ademais, para a priorização dos projetos, recomenda-se o emprego de Análise Multicritério - AHP (tópico 7.3.1).

- **Define critérios a serem empregados na priorização dos projetos.**

A Análise Multicritério – AHP – proposta define as dimensões e sub dimensões de avaliação, assim como seus pesos, para que os projetos possam ser classificados dentro das cestas de prioridades de investimento do Estado do Ceará.

- **Aborda de forma sumária a etapa de execução e monitoramento¹⁰.**

Devido a etapa não ser escopo deste trabalho, o documento abordará de forma sumária a execução e monitoramento de investimento, destacando apenas os pontos da etapa que contribuem para a avaliação ex post de projetos.

- **Inclui proposição de conjunto de sistemas para avaliação de investimento.**

O modelo de GIP propõe conjunto de softwares para serem utilizados nas etapas de GIP e auxiliar a realização dos estudos de viabilidade, a priorização e as avaliações dos projetos.

- **Inclui a proposta de elementos de contorno do modelo de banco de projetos.**

Este trabalho apresenta as principais especificações para elaboração do banco de dados, que servirá como Banco de Projetos do Estado, assim como descreve casos de uso, pontos de função, plataforma, linguagem e estimativa de orçamento para desenvolvimento do sistema.

¹⁰ O detalhamento da etapa de execução, que envolve o gerenciamento e o monitoramento de projetos de investimento, está sendo abordado e aprimorado por outro projeto, conduzido também pela SEPLAG: Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública para Resultados (GpR).

- **Propõe arranjo institucional para dar suporte a sua implementação.**

Com o objetivo de prover suporte a implementação do novo modelo de GIP do Estado do Ceará é proposto ajuste no modelo de governança para incluir as questões pertinentes aos projetos de investimentos do Estado.

- **Propõe marco legal, com definição de estrutura, responsabilidades e questões essenciais à implementação do modelo de GIP no Governo do Estado do Ceará.**

Para que a implementação do modelo de GIP tenha êxito, serão propostas duas minutas de decreto: a primeira versará sobre a estrutura e governança necessárias para a Gestão do Investimento Público e a segunda versará sobre os elementos obrigatórios para a operacionalização do modelo de GIP no Estado do Ceará.

2.3. ESCOPO DO MODELO: AS CINCO ETAPAS

A análise das práticas e metodologias de Gestão do Investimento Público realizada na primeira etapa deste projeto permitiu identificar a existência de cinco etapas relacionadas a gestão de um investimento público e a necessidade de elaboração de um sistema de governança que ofereça suporte ao funcionamento do modelo de GIP.

A primeira etapa do modelo é a etapa de **Ideação e Concepção** de Projetos, cujo objetivo é elaborar as propostas de projetos de investimento. Ela se inicia a partir de uma ideia de projeto e termina com a priorização dentro do órgão proponente.

A implementação desta etapa deve buscar responder às seguintes perguntas:

- Como surgem os projetos?
- Como devem ser concebidos?
- Como está relacionada à estratégia?

A segunda etapa do modelo é a etapa de **Avaliação prévia**, cujo objetivo é analisar e validar os estudos de viabilidade do projeto de investimento. Ela se inicia com a elaboração das análises de viabilidade, que devem ser realizadas com o nível de complexidade requerido conforme a classificação do projeto, e termina com o parecer sobre a viabilidade de um projeto.

A implementação da etapa de Avaliação prévia deve buscar responder às seguintes perguntas:

- Como os projetos devem ser analisados?
- Quais são métodos de análise?

- Que aspectos devem ser abordados?

A terceira etapa do modelo é a etapa de **Priorização e Seleção**, a qual tem como objetivo priorizar os projetos de investimento para, então, submetê-los à aprovação pelo Governo. Ela se inicia no processo de priorização das propostas de projeto viáveis e termina com a aprovação do projeto pelo Governo.

A implementação da etapa de Priorização e Seleção deve buscar responder às seguintes perguntas:

- Como os projetos devem ser priorizados?
- Como devem ser selecionados?
- Quais critérios devem ser empregados?

A quarta etapa do modelo é a etapa de **Execução do Investimento**, cujo objetivo é implementar o projeto de investimento aprovado pelo Governador. Ela se inicia após a aprovação do projeto na etapa anterior e termina com a entrega do equipamento, pela contratada, ao responsável por sua operação.

Nesta etapa de Execução do Investimento, as principais perguntas a serem respondidas são as seguintes:

- Como os projetos são implementados?
- O que deve ser registrado?

Convém, novamente, frisar que esta etapa não será detalhada neste modelo porque seu detalhamento não é escopo previsto na contratação deste projeto e há outro projeto de consultoria em andamento no Estado¹¹ para tratar da execução e monitoramento dos projetos de investimento.

A quinta e última etapa do modelo é a etapa de **Avaliação Ex Post** do investimento, cujo objetivo é comparar os resultados obtidos pelo projeto com os resultados previstos para proporcionar aprendizado e aprimoramento dos projetos futuros. Ela, em geral, se inicia após o início da operação do equipamento e entrega do serviço. No entanto, em projetos de longo prazo, ou naqueles realizados em etapas com entregas parciais, a avaliação *ex post* pode ser iniciada durante a etapa de execução do investimento, desde que a implementação parcial do projeto

¹¹ Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública para Resultados (GpR).

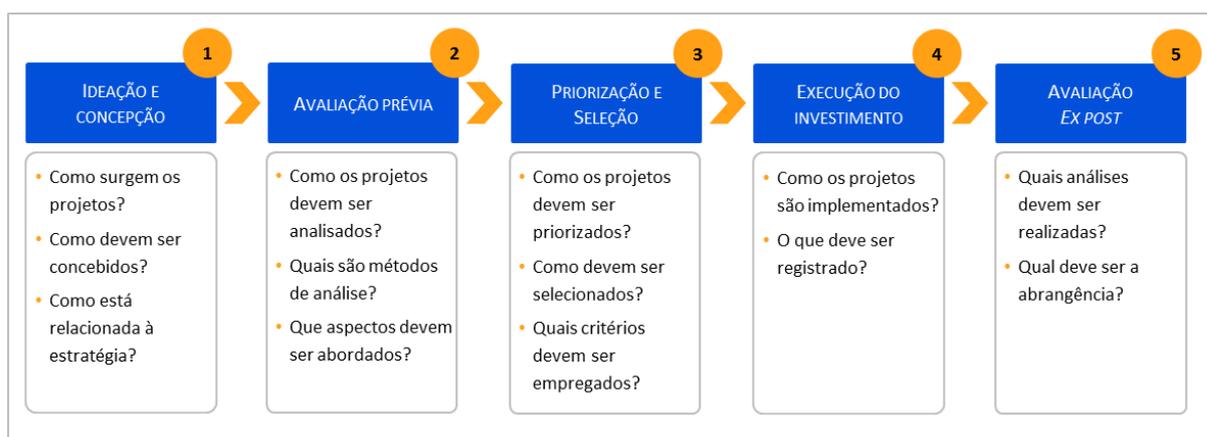
proporcione impacto sobre os resultados esperados. A etapa termina com a entrega do resultado da avaliação *ex post* e registro das lições aprendidas.

A implementação da etapa de Avaliação *ex post* deve ser orientada para responder às seguintes perguntas:

- Quais análises devem ser realizadas?
- Qual deve ser a abrangência?

A figura 4 ilustra as cinco etapas do modelo: (1) Ideação e Concepção, (2) Avaliação Prévia, (3) Priorização e Seleção, (4) Execução do Investimento e (5) Análise Ex Post, com as respectivas perguntas que devem ser respondidas em cada etapa.

Figura 4: Etapas do modelo de Gestão de Investimento Público



Fonte: Consórcio Macroplan/Transplan.

Para o bom funcionamento destas cinco etapas, deve ser implementado modelo de governança, contemplando o arranjo institucional e as responsabilidades dos envolvidos.

CAPÍTULO 3

SÍNTESE EXECUTIVA DO MODELO DE GIP PARA O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



3. Síntese Executiva do Modelo de GIP para o Governo do Estado do Ceará

Este capítulo apresenta síntese executiva do Modelo de Gestão proposto para a Gestão dos Projetos de investimento do Governo do Estado do Ceará (Gestão do Investimento Público). Descreve-se de forma sintética o fluxograma do processo de GIP e os elementos que compõe cada uma das cinco etapas. Com a elaboração deste capítulo pretende-se contextualizar os elementos necessários a criação, análise, seleção, execução e avaliação dos resultados dos projetos de investimento do Estado do Ceará.

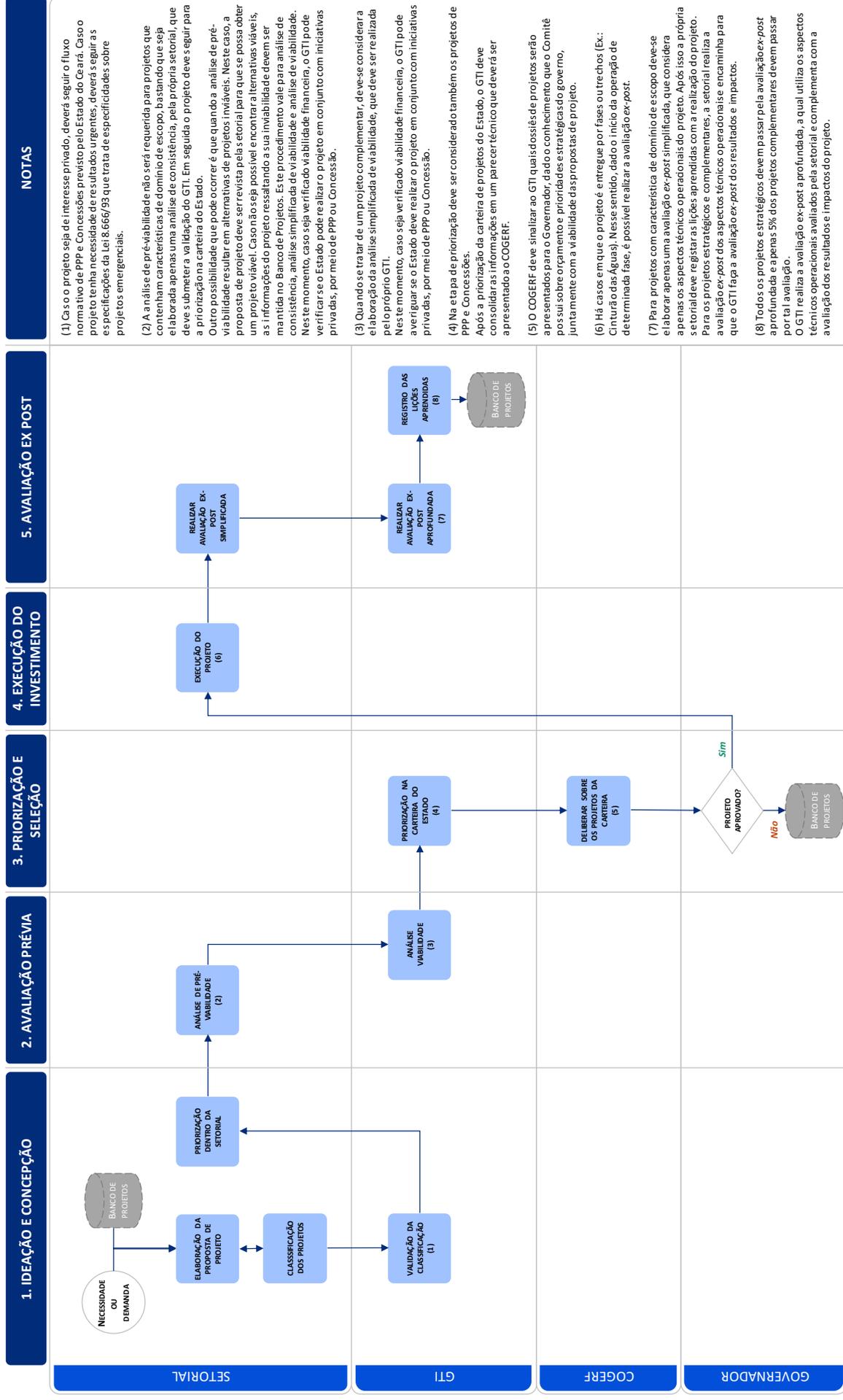
3.1. FLUXOGRAMA DO MODELO DE GIP

O **fluxograma** (Figura 5) representa, de forma ilustrativa, os principais elementos que compõem o processo da Gestão de Investimento Público para os Projetos Estratégicos do Estado. Seu objetivo é apresentar em destaque o caminho a ser seguido para concepção, avaliação prévia, priorização, seleção, execução e avaliação *ex post* de **projetos estratégicos**.

Esta seção também apresenta a descrição sucinta cada uma das etapas do fluxograma do modelo de GIP.

Para mais detalhes sobre o passo a passo de cada etapa, deve ser consultada a última seção dos capítulos 5, 6, 7, 8 e 9, que abordam as etapas do modelo de GIP.

Figura 5: Fluxograma do modelo de GIP



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A primeira etapa do processo de GIP – Ideação e Concepção – tem como objetivo elaborar as propostas de projetos de investimento. Compõem esta etapa os seguintes elementos:

- **Banco de projetos**

Banco de dados contendo informações de projetos concebidos e pendentes de aprovação (“prateleira de projetos”) e de projetos executados com lições aprendidas. Estas informações devem alimentar novas propostas de projeto, visando seu aperfeiçoamento (detalhamento no capítulo 10).

- **Elaboração da Proposta de Projeto**

A proposta de projeto se originam de uma **necessidade ou demanda**, que podem provir de diversas fontes (tópico 5.2.). Para sua elaboração, a setorial deve consultar também o **banco de projetos** e estruturar documento que contenha os principais dados do projeto, dentre os quais: objetivo do projeto, justificativa, responsáveis, cronograma de execução e orçamento considerando a vida útil do empreendimento. O detalhamento dos elementos obrigatórios de uma proposta de projeto está descrito nos tópicos 5.3.1 e 5.3.2.

- **Classificação dos Projetos**

O fluxo descrito na Figura 5 aborda apenas as etapas de GIP relativas aos projetos estratégicos. Entretanto, os projetos que estão sendo propostos pela setorial podem ser classificados como estratégicos ou complementares, conforme descrito no capítulo 4.

Ressalta-se também que alguns casos especiais podem ocorrer e devem seguir por outro fluxo de GIP. O projeto pode surgir por meio do contato e apresentação da oportunidade de investimento pelo setor privado. Nesse caso, dada a concepção do projeto e a articulação com grupos privados, a setorial seguirá o fluxo normativo de PPPs e Concessões já previstos na legislação vigente¹².

O projeto estratégico, ou complementar, pode ter caráter emergencial, conforme especificado na lei 8.666/93. A proposta deverá ser classificada como tal e enviada para aprovação do Governo.

¹² Fluxo em anexo, cujo detalhamento pode ser encontrado no Produto 2 deste projeto.

Outro caso especial ocorre quando o Estado do Ceará já domina o escopo do projeto e, portanto, possui *expertise* necessária à realização, porque já realizou projeto com especificações semelhantes.

- ***Validação da Classificação***

O Grupo Técnico de Investimento (GTI), que deverá ser criado para apoiar a Gestão de Investimentos Públicos no Estado do Ceará (ver capítulo 12), irá validar a classificação do projeto feita pela setorial para reduzir o risco da proposta de projeto avançar para a etapa 2 (Avaliação Prévia) sem as informações à execução da etapa.

- ***Priorização dentro da setorial***

A priorização dentro da setorial deve ser realizada com base em análises multicritério do impacto estratégico do projeto, para que o órgão possa selecionar quais iniciativas de investimentos devem ter prioridade de realização dentro da carteira de projetos da setorial (detalhamento no tópico 5.3.4).

Ao final desta da etapa 1 a setorial deve efetuar determinadas questões, a fim de verificar se a etapa está ocorrendo conforme recomendação das boas práticas:

- O projeto proposto está alinhado com alguma diretriz estratégica da secretaria proponente ou de governo do Estado do Ceará?
- Há projeto similar ou que possua alguma relação com projeto da setorial que estejam sendo elaborados ou em execução no Estado? Caso afirmativo, este projeto está sendo considerado na proposição do projeto em questão?
- Quais são os resultados esperados com a realização do projeto? Eles estão alinhados com as diretrizes do Plano de Governo, ou do PPA?
- O projeto foi concebido com os elementos obrigatórios que permitem avaliar sua viabilidade (vide tópico 6.3)?

A segunda etapa do processo – Avaliação Prévia – objetiva analisar os projetos de investimentos, para definir se o projeto é viável e se deve ser incluído na carteira do Estado. Ela se inicia após o projeto ter sido concebido e ter sido definido que é prioritário para setorial. Compõem esta etapa os seguintes elementos:

- ***Análise de pré-viabilidade***

Esta análise deve ser realizada pela setorial no caso dos projetos estratégicos ou complementares: ambos tipos são projetos nos quais o Estado do Ceará não detém conhecimento prévio. A análise avalia aspectos técnicos, econômicos e ambientais de

cada alternativa de projeto e visa avaliar de forma sumária se o projeto é de execução viável, antes que o ocorra maior comprometimento de recursos com a proposta. As principais técnicas empregadas devem ser a análise custo-benefício e a análise custo-eficácia. Seu nível de precisão é baixo, quando comparável à análise de viabilidade, porém, deve ser suficiente para permitir a avaliação de alternativas de projeto entre opções concorrentes (detalhamento no tópico 6.3.2).

Ressalta-se, que em diversos casos o Estado do Ceará detém experiência sobre execução do escopo do projeto, ou são projetos muito simples que podem ser realizados a partir do conhecimento pré-existente. Como exemplos pode-se citar projetos para a construção de creches, unidades de pronto atendimento, urbanização de determinadas localidades, entre outros. Por esta razão, estes projetos não são submetidos à análise de pré-viabilidade. Eles são submetidos apenas à uma análise de consistência (detalhamento no tópico 6.3.1), para verificar se o projeto contém todos os elementos obrigatórios concebidos com base em parâmetros conhecidos, e segue diretamente para a atividade de priorização na carteira do Estado.

Os projetos de caráter emergencial também não são submetidos à análise de pré-viabilidade.

- **Análise de viabilidade**

Aplicada pelo GTI no caso dos projetos estratégicos, a análise verifica aspectos técnicos, ambientais, sociais e econômicos, com destaque para análise de sensibilidade e análise de risco. As análises de benefícios e de custos são calculadas a partir do projeto básico e, por isto, tem nível de precisão superior ao da análise de pré-viabilidade (detalhamento no tópico 6.3.4).

Já no caso dos projetos complementares, deve ser realizada a análise simplificada de viabilidade (detalhamento no tópico 6.3.3), que verifica aspectos técnicos, sociais, ambientais e econômicos, com destaque para a elaboração do fluxo de caixa e cálculo do valor presente líquido. As análises de benefícios e de custos são calculadas a partir do anteprojeto e têm nível de precisão superior ao da análise de pré-viabilidade e inferior ao da análise de viabilidade.

Nem os projetos de caráter emergencial, nem os projetos de domínio de escopo são submetidos à análise de viabilidade.

Ao final desta etapa pode-se elencar algumas questões a fim de verificar se a etapa está ocorrendo conforme recomendação das boas práticas:

- Os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental foram desenvolvidos?

- Há validação das análises por terceira parte¹³ que não tenha vínculo direto ou não seja beneficiária direta do projeto?
- O projeto pode ser executado por meio de parceria ou concessão ao setor privado? Interessa ao Estado fazer esta parceria?

Caso os estudos de viabilidade não tenham sido desenvolvidos adequadamente, deve-se informar a setorial para que realiza ajustes ou elabore novos estudos. Pode ocorrer também dos projetos serem considerados inviáveis. Neste caso, as propostas retornam para a setorial que irá decidir se cabe alterar as especificações do projeto para torná-lo viável, ou arquivá-lo.

A terceira etapa do processo de GIP – Priorização e Seleção – objetiva priorizar e selecionar os projetos de investimentos que serão executados pelo Estado. Ela se inicia após a análise de viabilidade do projeto ter sido validada. Compõem esta etapa os seguintes elementos:

- ***Priorização na carteira do Estado***

Para priorizar os projetos dentro da carteira do Estado, será empregada análise multicritérios (AHP), definindo níveis de prioridade dos projetos dentro de cestas de prioridade (alta, média e baixa). Esse método visa elencar os projetos que devem ser elaborados prioritariamente, sem que haja necessidade de ranquear os projetos individualmente (detalhamento no tópico 7.3).

- ***Deliberar sobre os projetos da carteira***

O COGERF irá avaliar os dossiês de projeto e sinalizar ao GTI quais dossiês de projetos serão apresentados para o Governador visando a aprovação. Este dossiê conterá as informações da proposta de projeto estruturada (incluindo a análise de viabilidade, ou de consistência), o nível de prioridade do projeto dentro da carteira do Estado e a disponibilidade orçamentária para sua execução (detalhamento no tópico 7.3.2).

- ***Aprovação da proposta de projeto***

Os projetos deverão ser aprovados (ou rejeitados) pelo Governo com base: (i) parecer sobre a disponibilidade orçamentária; (ii) nota técnica de viabilidade do empreendimento; e (iii) análise de sua prioridade dentro da carteira do Estado (detalhamento no tópico 7.3.2). Caso o projeto não seja aprovado naquele momento, ele permanece arquivado no Banco de Projetos.

¹³ A terceira parte proposta para este modelo é o Grupo Técnico de Gestão de Investimentos (GTI), mas pode ocorrer de o financiador do projeto demandar que outra terceira parte valide as análises realizadas.

Ao final da etapa 3 do modelo de GIP, pode-se elencar algumas questões a fim de verificar se a etapa está ocorrendo conforme recomendação das boas práticas. Seguem abaixo algumas perguntas:

- Os projetos estão alinhados com a estratégia de Governo?
- No processo de aprovação foram considerados todos os elementos obrigatórios do projeto, sua viabilidade econômica e a importância estratégica?

Já a etapa 4 do modelo de GIP – Execução do Investimento – visa implementar o projeto de investimento aprovado pelo Governo. Fazem parte desta etapa os seguintes elementos:

- **Execução do Projeto**

Após a elaboração do projeto executivo a licitação é realizada, a contratação é publicada no Diário Oficial do Estado e o contrato é inserido no sistema SACC (Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios). Em seguida a setorial inicia a execução da obra por meio da emissão da Ordem de Serviço. O detalhamento desta atividade não faz parte do escopo deste projeto.

Durante a execução do investimento devem ser registradas todas as informações do acompanhamento físico e financeiro, além de mudanças no escopo, cronograma, orçamento e nas especificações do projeto. O objetivo é gerar informações para avaliar as lições aprendidas durante a execução do projeto (tópico 8.3.2). O detalhamento do monitoramento e do gerenciamento da execução não está previsto no escopo deste projeto.

Ao final da etapa 4 pode-se elencar algumas questões a fim de verificar se a etapa está ocorrendo conforme recomendação das boas práticas. Seguem abaixo algumas perguntas:

- Há entregas parciais que permitem identificar resultados alcançados?
- Durante a execução do investimento estão sendo registradas as alterações e os pontos de aprendizado em relação à concepção inicial do projeto?

A quinta etapa – Avaliação *ex post* – tem como objetivo comparar os resultados obtidos pelo projeto com os resultados previstos para proporcionar aprendizado e aprimoramento dos projetos futuros. Os seguintes elementos compõem esta etapa:

- **Realizar Avaliação Ex-Post Simplificada**

Para projetos com característica de domínio de escopo deve-se elaborar apenas uma avaliação *ex post* simplificada, que considera apenas os aspectos técnicos operacionais

do projeto. Após isso a própria setorial deve registrar as lições aprendidas com a realização do projeto.

Para os projetos estratégicos e complementares, a setorial realiza a avaliação *ex post* dos aspectos técnicos operacionais e encaminhar para que o GTI faça a avaliação *ex post* aprofundada (detalhamento no tópico 9.3.1).

- **Realizar Avaliação Ex-Post Aprofundada**

Todos os projetos estratégicos devem passar pela avaliação *ex post* aprofundada e apenas 5% dos projetos complementares devem passar por tal avaliação.

O GTI realizará a avaliação *ex post* aprofundada, a qual deve utilizar os aspectos técnicos operacionais avaliados pela setorial e complementar com a avaliação dos resultados e impactos do projeto (detalhamento no tópico 9.3.1).

- **Registro de Lições Aprendidas**

Deve contemplar o registro de aprendizado sobre pontos positivos e negativos gerados durante a execução da iniciativa de investimento. O objetivo desta etapa é registrar o conhecimento adquirido a partir das informações sobre o projeto proposto e realizado. Este conhecimento deve ser utilizado para a elaboração de novos projetos com mesmo escopo e para aprendizado dos servidores envolvidos na concepção de projetos. Via de regra, as lições aprendidas devem ser registradas desde a etapa de avaliação prévia até a entrega e operação do empreendimento (detalhamento no tópico 9.3.2).

Ao final desta etapa pode-se elencar algumas questões a fim de verificar se a etapa está ocorrendo conforme recomendação das boas práticas. Seguem abaixo algumas perguntas:

- O projeto está sendo avaliado conforme suas entregas parciais, em termos de cronograma de execução física, financeira e orçamento?
- Ao final do projeto houve avaliação dos resultados alcançados? Estes resultados são compatíveis com as metas estabelecidas previamente? Se não, por quê?
- As lições aprendidas com o decorrer da elaboração do projeto e execução do investimento foram registradas? Elas podem ser utilizadas para aprimorar a proposta de novos projetos? Que pontos de aprendizado devem ser repassados para os servidores envolvidos com projetos?

CAPÍTULO 4

CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO



4. Classificação dos Projetos de Investimento

A confrontação das práticas e metodologias de gestão de investimento público pesquisadas com o diagnóstico realizado sobre a carteira de projetos do Estado levou à constatação de que é necessário ter diferentes níveis de profundidade de avaliação dos projetos, conforme características relacionadas a seu objeto e seu objetivo. Além disto, ficou evidente que há casos especiais em que os projetos precisam ou podem ser submetidos a *vias rápidas* de análise e aprovação.

Em face desta constatação, o modelo de GIP propõe que os projetos de investimento do Governo do Estado do Ceará sejam classificados em uma das duas categorias: (I) Projetos Estratégicos; e (II) Projetos Complementares.

- I. **Projetos Estratégicos:** possuem como principal característica a alta contribuição para estratégia do Governo e para o desenvolvimento do Estado. São portadores de futuro, singulares e possuem caráter transformador, capazes de impactar os principais indicadores de resultado do Estado. Demandam monitoramento intensivo pelas altas instâncias do Governo, além do envolvimento e a atenção especial do Governador. A execução destes projetos envolve maior grau de incerteza, sendo necessária uma avaliação prévia mais extensiva. Alguns exemplos de projetos estratégicos a serem implantados são o Cinturão das Águas do Ceará, o Cinturão Digital e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), no trecho Parangaba – Mucuripe.
- II. **Projetos Complementares:** são de natureza tático-operacional, demandam baixo envolvimento do alto escalão do Governo e focam em empreendimentos públicos que possuem impacto localizado. Possuem grau de incerteza controlado e demandam uma análise de viabilidade mais simplificada. São exemplos de projetos complementares a construção da Escola de Educação Profissional no Canindé, a construção de 200 abrigos de passageiros e a pavimentação da Rodovia CE-243 no trecho Uruburetama – Itapagé.

Também foi constatado que há dois casos especiais em que os projetos (estratégicos ou complementares) podem seguir uma ***via rápida de análise e aprovação (fast track)***.

Estes dois casos de *via rápida* devem atender necessariamente a uma das duas premissas: (a) são projetos em que o Estado já domina plenamente o escopo; ou (b) são projetos emergenciais (com urgência de entrega do resultado), conforme especificado na lei 8.666/93.

1. **Projetos em que o Estado já domina plenamente o escopo:** Dada a experiência acumulada, torna-se possível a simplificação do processo de avaliação prévia, sendo submetidos à etapa de priorização dentro da carteira do Estado. Exemplos de projetos cujo Estado já domina o escopo de execução são a construção de abrigos de passageiros, a pavimentação de rodovias (primeira pavimentação), a construção de novas unidades

habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, ou de uma nova Unidade de Pronto Atendimento.

2. **Projetos com urgência de entrega do resultado:** Devido à sua natureza, esses projetos demandam celeridade na execução, uma avaliação sumária e não passam pela etapa de priorização dentro da carteira do Estado.

As condições para que um projeto seja declarado emergencial estão definidas na lei 8.666/93 e complementadas pela plenária do TCU, conforme Decisão 347/1994.

Este tipo de projeto tem um trâmite documental mais célere e passa diretamente à aprovação do Governador. Contudo, não pode deixar de ser um tipo de investimento adequadamente controlado pelo Estado.

Por exemplo, se existe a necessidade de reconstrução de trecho de rodovia estadual interditado por causa de enchente que afetou determinada região, o projeto de reconstrução deve ser considerado urgente, por haver urgência de entrega do resultado. Outro exemplo foi a construção do Canal do Trabalhador: projeto estratégico cuja implementação foi realizada em regime de urgência.

Outro tipo de classificação especial se refere à natureza do projeto: é o caso das iniciativas formuladas em conjunto com grupos privados, para o estabelecimento de **Parcerias Públicas Privadas (PPP)** ou **Concessões**. Nesse caso, os projetos devem seguir um fluxo normativo¹⁴ e que serve como guia para a formulação e execução de projetos dessa natureza. Torna-se, contudo, salutar evidenciar que os projetos dessa natureza sejam classificados como Estratégicos ou Complementares e também priorizados na Carteira de Projetos do Governo do Estado do Ceará, de forma a evidenciar sua hierarquia de prioridade de execução para o Governo. A partir da priorização, os projetos de PPP ou concessão seguem para a atividade de aprovação pelo Governo (e demais atividades previstas pelo modelo).

Isto posto, verifica-se que há carência de orientação prática acerca dos procedimentos para se realizar a correta classificação de um projeto. Portanto, com o intuito de orientar como se deve proceder à classificação de um projeto, foi elaborado questionário, apresentado a seguir, para que os servidores dos diferentes órgãos envolvidos na gestão de investimentos públicos possam classificar os projetos em estratégicos ou complementares, segundo os mesmos critérios de classificação.

Primeiramente, para avaliar se um projeto é estratégico ou complementar, a setorial deverá responder seis perguntas relacionadas às características relacionadas na Tabela 2 e marcar a

¹⁴ O fluxo normativo sobre PPPs e Concessões é apresentado no anexo deste documento. As normas federais e estaduais de PPPs e Concessões foram relacionadas no produto 2 deste projeto.

pontuação do projeto na respectiva escala. Cada critério receberá uma nota de 1 a 9, onde 9 corresponde à avaliação mais favorável e 1 a avaliação menos favorável.

Tabela 2: Escala de pontuação dos critérios de classificação

Características do Projeto		Escala de Pontuação										
1	Qual é o grau de contribuição do projeto para a estratégia do Governo?	Muito baixa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito alta
2	Qual é o grau de contribuição do projeto para o desenvolvimento do Estado?	Muito baixa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito alta
3	O projeto é portador de futuro?	Não	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Fortemente
4	Qual é o grau de impacto transformador do projeto sobre sua região ¹⁵ ?	Muito baixo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Muito alto

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Os critérios devem ser avaliados à luz do seu significado, conforme orientação abaixo:

- *Contribuição do projeto para a estratégia do Governo:* para avaliar o grau de contribuição de determinado projeto para consecução da estratégia do Governo deve-se consultar o principal documento de planejamento estratégico do Estado (Plano estratégico ou, na ausência desse, o PPA) e verificar a contribuição do projeto para a consecução dos objetivos estratégicos do governo definidos no programa de governo, com potencial de solucionar problemas crônicos do Estado e de grande interesse da sociedade.
- *Contribuição do projeto para o desenvolvimento do Estado:* para avaliar o grau de contribuição de determinado projeto para o desenvolvimento do Estado, deve-se analisar a capacidade do projeto de impactar positivamente os resultados econômicos e sociais de médio e longo prazo do Estado do Ceará. Projetos que possuem efeito estruturante e produzem impactos duradouros e significativos em áreas temáticas sensíveis, independente dos ciclos políticos receberão notas maiores.
- *Portador de futuro:* para avaliar se um projeto é portador de futuro, deve ser analisado se o projeto é capaz de entregar soluções de serviços públicos inovadoras, que contribuam para a melhoria da qualidade do gasto público, para o aumento da eficiência e da eficácia da ação governamental. Implicam em mudanças de escala ou grandes saltos de qualidade em determinados serviços para a sociedade receberão pontuação alta.

¹⁵ Considera-se entorno com a microrregião ou macrorregião a qual o projeto de investimento está inserido.

- *Impacto transformador sobre a região*: para avaliar esse grau do impacto deve-se analisar se ele produz transformações positivas em regiões carentes, com menor desenvolvimento econômico e social do Estado.

Além destes critérios qualitativos, agrega-se um critério objetivo para avaliar se um projeto é estratégico ou complementar: o porte financeiro do projeto. Neste caso, por ser um critério objetivo que facilita a atribuição de pontuação, foram definidos apenas três níveis de pontuação conforme abaixo.

Tabela 3: Limites financeiros para atribuir nota para classificação dos projetos

Característica		Relação entre Valor e Nota a ser Atribuída		
Investimento em Projeto	Valor	Menor que R\$ 5 Mi	Entre R\$ 5 Mi e R\$ 25 Mi	Maior que R\$ 25 Mi
	Nota	1,0	5,0	9,0
Custeio anual	Valor	Menor que R\$ 2 Mi	Entre R\$ 2 Mi e R\$ 10 Mi	Maior que R\$ 10 Mi
	Nota	1,0	5,0	9,0

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Importante ressaltar que, para atribuição de pontuação, apenas uma das duas escalas de pontuação será utilizada, conforme os seguintes casos: no caso de projetos intensivos em investimento¹⁶ serão utilizados os níveis de pontuação da primeira linha da tabela (Investimento em Projeto), ao passo que, no caso de projetos intensivos em custeio¹⁷, serão utilizados os níveis de pontuação da segunda linha da tabela (Custeio Anual). A setorial deverá, portanto, indicar qual foi o critério utilizado.

Assim, a nota de um projeto será calculada mediante o cálculo da média simples entre as notas atribuídas aos sete critérios. Após o cálculo desta nota, pode-se definir a classificação de um projeto entre estratégico ou complementar.

Um projeto será classificado como estratégico quando ele obtiver uma média de pontuação entre 7,0 e 9,0, indicando que ele tem pontuação muito alta em quase todos os itens. Por outro lado, ele será classificado como complementar caso ele tenha uma pontuação inferior à 7,0.

Esta pontuação e classificação do projeto deverá ser realizada pela setorial e submetida ao GTI, que irá verificar a pontuação e validar a classificação, ou emitir parecer sobre o porquê da discordância em relação à classificação, solicitando seu devido ajuste. As eventuais discordâncias não resolvidas sobre a classificação devem ser solucionadas por instância superior (COGERF).

¹⁶ Exemplos: construção de barragens e construção de linhas de metrô.

¹⁷ Exemplos: escolas, unidades de pronto atendimento e hospitais.

Seguem dois exemplos ilustrativos, cujas notas foram atribuídas pela equipe do projeto:

Tabela 4: Pontuação atribuída ao projeto Cinturão das Águas

Características do Projeto	Nota
1 Contribuição para estratégia do Governo	9
2 Contribuição para o desenvolvimento do Estado	8
3 Portador de futuro	9
4 Impacto transformador regional	8
5 Porte financeiro do projeto	9
MÉDIA	8,6

Fonte: exemplo elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Tabela 5: Notas atribuídas ao projeto do Complexo Turístico-Paisagístico do Centro Histórico de Aracati

Características do Projeto	Nota
1 Contribuição para estratégia do Governo	7
2 Contribuição para o desenvolvimento do Estado	2
3 Portador de futuro	3
4 Impacto transformador regional	4
5 Porte financeiro do projeto	5
MÉDIA	4,2

Fonte: exemplo elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A média calculada a partir das notas atribuídas aos projetos indica que o projeto do Cinturão das Águas é um projeto estratégico e que o projeto do Complexo Turístico-Paisagístico do Centro Histórico de Aracati é um projeto complementar.

Por fim, os projetos podem ter duas classificações especiais de **vias rápidas** – “urgência de resultado” ou “domínio de escopo” –, cuja análise deverá ser realizada mediante resposta às perguntas do questionário a seguir:

QUESTIONÁRIO PARA CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO

PERGUNTA	RESPOSTA AFIRMATIVA	RESPOSTA NEGATIVA
1. O projeto atende à alguma situação de calamidade pública ou está sendo desenvolvido para atenuar os efeitos de uma situação concreta que apresenta risco de dano a bens ou a saúde e vida das pessoas?	O projeto deve ser considerado urgente e seguir a via rápida conforme recomendações presentes na Lei 8.666/93.	O projeto pode ser de qualquer outra natureza.
2. O projeto proposto é feito com base em projetos já executados pela setorial? Ou é um projeto de execução muito simples, que pode ser prontamente executado pela secretaria sem necessidade adquirir de novo conhecimento?	O projeto deve ser considerado como de “domínio de escopo” e seguir a respectiva via rápida.	O projeto pode ser de qualquer outra natureza.

Todo este processo deve ser realizado por sistema informatizado desenvolvido pelo Governo do Ceará. Sugere-se, num primeiro momento, o desenvolvimento de modelo em Excel e, a partir de seu refinamento, que o modelo seja incorporado aos sistemas informatizados do Estado, como nova rotina.

Com base nesses procedimentos, pretende-se balizar os envolvidos na Gestão de Investimentos Públicos acerca da correta classificação dos projetos, que tem impacto sobre o processo de GIP a que deve ser submetido o projeto. Por exemplo, como será explicado no capítulo seis, os projetos estratégicos serão submetidos a uma análise de viabilidade e os projetos complementares serão submetidos a uma análise simplificada de viabilidade. Por outro lado, os projetos estratégicos ou complementares que sejam classificados em uma das vias rápidas receberão tratamento diferenciado na etapa de avaliação prévia que dará maior celeridade ao processo, conforme detalhado também no capítulo sete.

Uma vez compreendida as diferentes classificações de projetos, passa-se ao detalhamento das etapas do modelo de GIP.

PARTE 2

ETAPAS DO MODELO DE GIP



Macroplan®
Prospectiva, Estratégia & Gestão

 **transplan**
planejamento e projetos s.a.

CAPÍTULO 5

ETAPA 1: IDEIAÇÃO E CONCEPÇÃO



5. Etapa 1: Ideação e Concepção

Este capítulo trata da primeira etapa do processo de Gestão de Investimento Público, na qual ocorre a concepção do projeto, sua estruturação e sua priorização dentro da setorial. A etapa de Ideação e Concepção de projetos é essencial ao modelo de GIP, pois nessa etapa são formuladas as iniciativas que serão capazes de levar benefícios à parcela da população que se pretende atender com o projeto.

Figura 6: Etapa 1 do modelo de GIP.



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

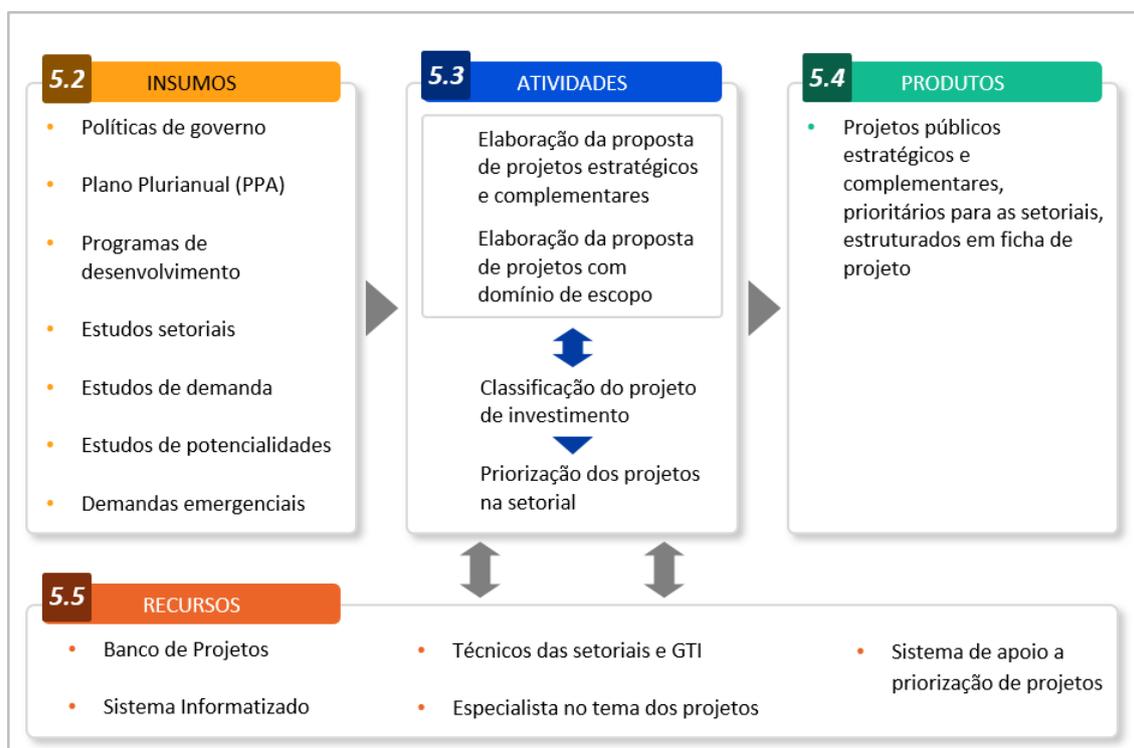
Para a construção deste capítulo e dos próximos que tratam das demais etapas do modelo de GIP foi elaborada a seguinte organização: inicialmente é apresentado o objetivo da etapa e o diagrama Insumo-Produto. Na sequência, detalham-se todos os elementos apresentados no diagrama: insumos da etapa, atividades desenvolvidas na etapa e o produto da etapa. Esse produto da etapa 1 será, a sua vez, utilizado como insumo da Etapa 2 (Avaliação Prévia).

No final do capítulo são, então, descritos os recursos necessários para que as atividades da etapa possam ser desempenhadas adequadamente de forma a gerar o produto desejado.

5.1. OBJETIVO DA ETAPA E DIAGRAMA INSUMO - PRODUTO

O objetivo desta etapa é elaborar as propostas de projetos, de forma estruturada e completa, para serem submetidas à próxima etapa do modelo de GIP: etapa de avaliação prévia. Para alcançar este objetivo, foi elaborado um diagrama insumo-produto que será descrito neste capítulo, bem como os insumos e recursos necessários à sua plena realização, conforme diagrama a seguir.

Figura 7: Diagrama insumo-produto da etapa de Ideação e Concepção de Projetos e relação com as seções deste capítulo



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

As próximas seções deste capítulo descrevem, respectivamente, os insumos, as atividades, os produtos e os recursos desta etapa. Esta organização lógica será utilizada para os próximos capítulos que abordam as etapas do modelo de GIP.

5.2. INSUMOS DA ETAPA DE IDEIAÇÃO E CONCEPÇÃO DE PROJETOS

Conforme o *Green Book*, do Reino Unido¹⁸, quatro itens podem justificar uma intervenção governamental: atuação em falhas de mercado visando reduzir imperfeições ou ofertar produtos e serviços, gerar adicionalidades ou promover a regeneração de determinada localidade.

Pode-se fazer um paralelo com a realidade vivenciada pelo Estado do Ceará, a partir do momento em que o Governo tem clareza da necessidade ou demanda por uma intervenção estatal e dos elementos que permitem conceber um projeto. Neste caso, deve-se partir para ideação e concepção do projeto a ser implementado a partir da identificação de informações relacionadas em uma ou mais das fontes listadas a seguir¹⁹:

- **Políticas de governo:** A política de governo apresenta objetivos que se desdobram em linhas de ação que devem ser utilizadas para balizar a formulação de projetos, visando o alcance das metas de resultado explicitadas nas políticas. Estas políticas podem ser municipais, estaduais ou federais. No contexto do Estado do Ceará, deve ser consultado o Plano de Governo;
- **Plano Plurianual (PPA) 2016-2019:** O PPA é um instrumento de planejamento do Governo do Estado do Ceará que estabelece, de forma regionalizada, os direcionadores, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital. Desse modo deve ser consultado no PPA quais as diretrizes e metas de responsabilidade da setorial para que projetos de investimento possam ser propostos de forma a se atingir os objetivos do Estado.
- **Programa global de desenvolvimento socioeconômico:** Os programas têm objetivos definidos para orientar linhas de ação que dão origem a projetos, visando alcançar as metas de resultado traçadas pelo programa. Estes programas de desenvolvimento costumam ser elaborados pelo Governo Federal, pelos governos estaduais ou por federações. Há caso em que estes programas já vem acompanhado de recursos disponibilizados por linhas de financiamento, muitas vezes direcionadas para finalidades específicas, que mobilizam e direcionam o esforço do Estado para elaboração de projetos que serão financiados pelos recursos obtidos. Na conjuntura do quadriênio

¹⁸ O Green Book é o documento do Departamento do Tesouro do Reino Unido, que propõe orientações gerais e específicas para a boa Gestão do Investimento Público. É considerado um documento de referência nesse tema.

¹⁹ Estes fatos geradores foram sintetizados a partir da consulta às práticas e metodologias selecionadas na etapa 1 deste projeto, da confrontação com o diagnóstico realizado no Governo do Ceará e da experiência do consórcio em projetos anteriores.

2015 – 2018, devem ser observados os programas de desenvolvimento econômico da União que têm impacto sobre o Ceará e como o Estado pode se preparar para receber e maximizar os resultados de tais intervenções. Alguns exemplos são o projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, o programa Minha Casa, Minha Vida, a ferrovia Transnordestina, o programa de privatização de aeroportos, o Programa Nacional de Banda Larga, dentre outros.

- **Estudos e Planos Setoriais:** Em qualquer momento devem ser analisados os Estudos e Planos Setoriais, pois costumam apresentar oportunidades para o desenvolvimento de projetos específicos, voltados para o desenvolvimento do setor/segmento econômico e de atividades econômicas complementares. Podemos citar como exemplos o Plano Estadual de Educação e o Plano Estratégico da SEINFRA, que servem como guia para ações das Secretarias de Educação (SEDUC) e Secretária de Infraestrutura (SEINFRA), respectivamente.
- **Estudos de demanda:** Apresentam tendências evolutivas que permitem identificar a necessidade ou a oportunidade de implementação de um projeto para satisfazer à demanda. Neste contexto, propõe-se que a setoriais devem verificar estudos já desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) sobre a demanda por serviços nas diferentes regiões do Estado, ou estudos realizados por Universidades, ou por órgão da administração federal.
- **Aproveitamento de potencialidades:** Potencialidades identificadas em termos de recursos materiais ou humanos disponíveis em determinada localidade. Neste sentido deve-se entender potencialidades regionais para que os projetos de investimento possam servir como indutores do desenvolvimento regional. Neste sentido, a maior aproximação proposta das setoriais junto ao IPECE também deve ser aproveitada para definir as potencialidades a serem aproveitadas nas distintas regiões do Estado.
- **Demandas emergenciais:** Pode ocorrer a necessidade de formulação de um projeto com urgência devido à ocorrência ou previsão de alguma calamidade pública, tais como: inundações por temporais, rompimento de adutoras, dano em via de transporte, ou períodos de seca prolongada, dentre outros.

Portanto, uma vez que se identifique a demanda ou necessidade que motiva a elaboração de um projeto, é necessária a coleta de informações para sua concepção. Esta coleta de informações deve ser orientada de forma que se possa elaborar uma proposta de projeto com todos os elementos necessários (detalhamento descrito nos tópicos 5.3.1 e 5.3.2).

Outro ponto identificado no diagnóstico é a necessidade de se **propor um projeto completo**, de forma que ao final da execução o equipamento esteja pronto para operar, considerando, por exemplo, a infraestrutura de acesso, saneamento e abastecimento de água e energia, evitando a entrega de equipamentos sem condições para funcionamento por falta de execução de

complementariedades ao projeto, que são de responsabilidade de outras secretarias. Como exemplo pode-se citar os casos das usinas de energia eólica que estão gerando energia, mas que não estão sendo utilizadas devido à ausência de linhas de transmissão para levar a energia até o sistema interligado nacional. Por esta razão, a secretaria responsável deve envolver outras secretarias na elaboração do projeto, com o objetivo de evitar lacunas em sua concepção que prejudiquem a operação futura, ou gerem “elefantes brancos”. Além disto, deve-se verificar no Banco de Projetos do Estado se há projeto similar já realizado, ou em andamento, a fim de evitar duplicidade de esforço.

Sendo assim, uma vez especificados os insumos desta etapa, é necessário descrever as atividades envolvidas na etapa de Ideação e Concepção de Projetos Públicos no Governo do Estado do Ceará.

Para que seja possível elaborar propostas de projetos de forma estruturada e completa, para serem submetidas à próxima etapa do modelo de GIP, são necessárias três atividades: elaboração da proposta, classificação do projeto e priorização dos mesmos na setorial.

Convém observar que as duas primeiras atividades são inter-relacionadas. Para se realizar a classificação dos projetos é necessário elaborar a proposta com seus elementos constituintes. Por outro lado, conforme será descrito, as propostas de projeto têm certas diferenças nos elementos que a compõe, conforme a classificação do projeto.

Os órgãos do Estado do Ceará devem elaborar proposta de projeto contemplando características, estudos e análises que são necessárias para contextualizar e justificar o projeto junto às partes interessadas e fundamentar sua inclusão na prioridade de investimentos da setorial e do Governo.

Os elementos necessários à elaboração de uma proposta de projeto dependem do tipo de projeto segundo as classificações apresentadas no capítulo 4, variando em profundidade e detalhamento, conforme se trate de projeto estratégico ou projeto complementar. Em casos especiais, onde o projeto é de domínio de escopo, há menos exigências, conforme abordado neste documento.

5.3. ATIVIDADES

As atividades da etapa de ideação e concepção dos projetos concentram-se basicamente na elaboração da proposta de projeto, que para ser desenvolvida necessita que o projeto de investimento seja classificado adequadamente para que a setorial possa saber quais as informações precisam ser levantadas.

Nesse sentido há um direcionamento para a elaboração da proposta de projetos estratégicos e complementares, que se diferem pelo grau de complexidade das informações provenientes da avaliação prévia, que deve ser detalhada na etapa dois do modelo de GIP. Por outro lado, para projetos com características de domínio de escopo, há um direcionamento para a elaboração da proposta.

Em seguida, com a proposta de projeto previamente elaborada, a setorial deve submeter seus projetos a priorização para verificar quais os projetos de investimento da setorial possuem maior necessidade de ser realizado. Assim sendo, é apresentando um modelo que a ser utilizado pela setoriais para hierarquização das suas propostas de projetos de investimento.

5.3.1 Elaboração da proposta de projetos estratégicos e complementares

A diferenciação entre os elementos que compõem os projetos estratégicos e complementares se dá nos tipos de análise a serem realizadas. Os Projetos Estratégicos, devido a sua importância e ao maior porte financeiro, serão objeto tanto da análise de pré-viabilidade quanto da análise de viabilidade (descritas nas seções 6.3.2 e 6.3.4). No caso dos Projetos Complementares, as avaliações prévias são a análise de pré-viabilidade e a análise simplificada de viabilidade (descritas nas seções 6.3.2 e 6.3.3). Ao elaborar uma proposta de projeto, os técnicos das setoriais devem incluir os elementos considerados obrigatórios apresentados na tabela 6.

Tabela 6: Elementos obrigatórios das propostas de projetos estratégicos e complementares

ITEM	COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E COMPLEMENTARES
a. Identificação	Nome da unidade Finalística Nome das unidades envolvidas Nome do Projeto Descrição Resumida (Escopo)
b. Justificativa	Objetivo Aderência aos Planos de Governo Resultados Esperados
c. Impactos no Orçamento Anual e Plurianual	Cronograma financeiro de investimento e Custeio
d. Resultado do estudo do mercado	Quantificação da demanda Definição da oferta

ITEM	COMPOSIÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E COMPLEMENTARES
e. Engenharia do projeto	Ensaios e pesquisas preliminares Seleção do processo de produção Especificação dos equipamentos operacionais e de montagem Construção civil e edifícios Layout dos equipamentos nas áreas operacionais Insumos, índices técnicos e produtividade Flexibilidade da capacidade de produção Programas de trabalho
f. Tamanho e localização	Montante dos investimentos envolvidos Aspectos relativos à localização Possibilidades de financiamento do projeto Disponibilidade de mão de obra Aspectos relacionados à descentralização e diversificação geográfica
g. Investimentos	Custos de implementação do projeto Capital circulante líquido para operação
h. Custos, despesas e receitas	Custos totais Despesas totais Receitas/Orçamento Indicadores de resultado e benefícios esperados (Ex.: geração de emprego e de renda)
i. Estrutura de financiamento e governança	Fontes de financiamento Estrutura de Governança
j. Avaliação prévia ²⁰	Análise de pré-viabilidade (pré-análise técnica, econômica e ambiental) Análise de viabilidade simplificada (análise simplificada técnica, econômica e ambiental) Análise de viabilidade (análise técnica, econômica e ambiental)

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A proposta de projeto só estará completa quando todos estes elementos tiverem sido completados pela setorial. A seguir, apresenta-se uma descrição detalhada dos elementos obrigatórios de um projeto:

a. Identificação

A identificação do projeto compreende a indicação da Unidade Finalística (Órgão do Estado do Ceará) responsável pela ideação do projeto e pelos estudos preliminares, e que, futuramente,

²⁰ O item j, referente a avaliação prévia, não necessariamente deve ser elaborado na etapa de ideação e concepção de projetos. A priori, após a priorização na setorial, com o aval das lideranças do órgão, deve-se iniciar os estudos de viabilidade, detalhados no capítulo 6, que se refere a etapa 2 do modelo de GIP.

será responsável pela implantação do projeto, assim como a identificação das Unidades envolvidas que contribuirão para a realização do projeto (Intersetorialidade do projeto); o nome escolhido para designar o projeto; e a descrição resumida de seu objeto. Ademais, no campo de identificação do projeto o sistema deve gerar automaticamente um código identificador, que deverá sempre figurar junto ao nome do projeto de investimento.

b. Justificativa

A justificativa do projeto compreende a descrição sucinta dos objetivos do projeto propostos pelo órgão setorial; seu enquadramento no planejamento da unidade finalística que o concebeu e sua relação com os instrumentos estratégicos (Plano de Governo e PPA); bem como a indicação dos resultados esperados com a implantação do projeto, tanto qualitativos, quanto quantitativos.

Estes resultados devem ser expressos ao menos em termos de *output* do projeto (p.ex.: número de pessoas beneficiadas), mas sempre que possível, deve-se pensar no impacto mais abrangente para a sociedade, prevendo também os *outcomes* (p.ex.: aumento da nota do IDEB, redução da taxa de mortalidade infantil).

c. Impactos no orçamento anual

Os impactos no orçamento anual são caracterizados pelos montantes anuais (em termos financeiros) necessários à implantação do projeto no tocante aos investimentos e aos custos, desde o início da implantação até o fim da vida útil do projeto:

- Cronograma financeiro de investimento;
- Cronograma financeiro de custeio.

Para elaboração dos cronogramas financeiros, os técnicos do órgão setorial devem realizar estimativas dos valores de investimento e de custos previstos, respectivamente, para o período de implantação e de operação do projeto.

d. Resultado do Estudo do Mercado e do Público a ser atendido

O objetivo dessa etapa consiste em estimar a quantidade de bens ou serviços provenientes de um novo empreendimento possíveis de serem consumidos pela demanda prevista ao longo da vida econômica do projeto em determinada região do Estado, ou do Município. Dado que a dimensão da demanda varia em geral com os preços, privados ou sociais, é importante realizar as estimativas considerando distintos preços.

A referência a empreendimentos inclui também as instalações de escolas, hospitais, rodovias e outras unidades que nem sempre são matérias de mercado. O fato de que os serviços obtidos pelo funcionamento de uma escola, ou pela utilização de uma rodovia não têm, na maioria dos casos, um preço de mercado, pelo fato de serem oferecidos “gratuitamente” pelo Estado ou por Municípios, não deve ser entendido no sentido de que esses serviços não possuem demanda específica.

Por exemplo, em determinadas regiões há evidente demanda insatisfeita por serviços educativos ou sanitários. É preciso entender que esse tipo de demanda não se expressa através de um mercado no sentido convencional, sendo, portanto, de mais difícil quantificação. Da mesma maneira, a avaliação das verdadeiras vantagens ao se dedicar recursos para satisfação desse tipo de necessidade é de difícil mensuração.

De qualquer forma, conforme apresentado na sequência, existem procedimentos que podem ser empregados para fornecer uma ideia da dimensão da demanda para esse tipo de serviço “gratuito” ou governamental.

É preciso destacar que a titulação de serviços “gratuitos” limita-se a uma referência convencional. O ar é considerado efetivamente gratuito na medida em que ao utilizá-lo não se sacrifica a produção de outros bens que requer o ar como insumo. Por outro lado, um hospital ou uma escola representam um custo social, pois com os recursos destinados à sua construção e manutenção se poderia atender outras demandas não relacionadas com educação ou saúde.

Isto posto, os chamados serviços “gratuitos” são pagos pela sociedade em termos reais ao se sacrificar a produção de outros bens, sendo que em termos monetários isso é realizado indiretamente, seja através da tributação ou por outras formas diretas e indiretas.

O cidadão que escreve uma carta ao jornal local ou se dirige ao político que o representa para solicitar a instalação de uma escola, um hospital, uma delegacia de polícia ou uma unidade sanitária, está demandando um serviço governamental, mesmo que em seguida ofereça resistência a pagar por esses serviços através da tributação.

Dessa forma, se poderia falar de uma demanda por serviços gratuitos fornecidos pelo setor público, que certamente não pode ser determinada pelos métodos convencionais utilizados nos estudos de mercado.

Observa-se, ainda, que alguns serviços públicos são utilizados como insumos de forma gratuita ou a preços muito baixos pelo resto do sistema produtor da economia. Nesses casos, se for conhecida a relação técnica entre o volume de produção e a quantidade desses insumos, será possível estimar a demanda por esses serviços.

Entretanto, essas relações técnicas não são facilmente determinadas, razão pela qual a quantidade de alguns tipos de serviços colocada à disposição da sociedade, tais como, polícia,

serviços estatísticos e pesquisa científica, é usualmente definida em função de decisões baseadas em políticas de governo.

No caso de serviços públicos gratuitos que beneficiam diretamente aos consumidores, como por exemplo, saúde e educação, é possível utilizar relações quantitativas com o objetivo de se estabelecer um volume provável de demanda. Nesses casos, existem indicadores estatísticos que podem ser usados na definição da demanda, tais como, número de leitos de hospital por número de habitantes ou o número de professores por criança em idade escolar etc.

Em relação a outros serviços, como por exemplo, o saneamento, poderia ser utilizado critério similar.

Finalmente, cabe mencionar que em alguns casos acontecem grandes flutuações da demanda quando os serviços deixam de ser gratuitos ou se controla melhor o seu consumo. Como exemplo, pode-se citar a frequente redução do consumo de água quando se implanta um sistema de medição (hidrômetro), dado que o desperdício se reduz significativamente.

O resultado do estudo de mercado terá impacto direto ou indireto sobre o dimensionamento de outros elementos obrigatórios, como por exemplo, o tamanho do empreendimento, valor do investimento, volume de receitas, de custos envolvidos e, conseqüentemente, sobre a viabilidade econômica do projeto.

Sempre que a setorial ou Grupo Técnico de Gestão de Investimento não detiver conhecimento internalizado para realizar os Estudos descritos nos itens "d" a "i", esta deve verificar se já foram realizados estudos anteriores que podem ser utilizados como balizamento e verificar se o IPECE é capaz de atender a demanda. Caso contrário, estes estudos devem ser contratados de terceiros.

e. Engenharia do projeto

A engenharia de projeto refere-se àquela parte do estudo que se relaciona com a fase técnica, ou seja, relativa às seguintes questões: instalação, início da operação (comissionamento²¹) e funcionamento do projeto.

Na fase de definição da engenharia do projeto do empreendimento devem ser considerados pelo menos os seguintes aspectos, considerando-se que sua importância relativa varia segundo o tipo de projeto:

²¹ Comissionamento é a fase de um projeto de investimento em que ocorre o provisionamento, alocação dos recursos e *start up* (partida) do início efetivo da operação.

- Alternativas Técnicas: Seleção e descrição dos processos envolvidos;
- Especificação dos equipamentos operacionais e de montagem;
- Construção civil e edifícios;
- Layout dos equipamentos nas áreas operacionais;
- Produtividade esperada no uso dos recursos e do pessoal necessário;
- Flexibilidade dos processos envolvidos: possibilidades de adaptação e ou ampliação do ritmo de funcionamento;
- Programas de trabalho: estudos finais referentes à etapa de transição, instalação, partida do empreendimento e funcionamento.

f. Tamanho e localização do empreendimento

As alternativas de tamanho de um projeto entre as quais se pode decidir vão sendo reduzidas na medida em que são examinadas questões relativas à engenharia, ao volume dos investimentos envolvidos, à localização e outros aspectos que dizem respeito ao projeto em análise.

A dimensão da demanda a ser atendida fornece a primeira orientação. No caso, por exemplo, em que a demanda é tão pequena que só justifica a implantação de uma instalação mínima, são eliminadas, de saída, qualquer outra possibilidade de tamanho para o projeto. Por outro lado, se a demanda a ser atendida é suficiente para admitir várias alternativas de tamanho para o projeto, muitas delas poderão ser eliminadas ao se definir questões técnicas ou de localização.

As alternativas que vierem a superar essas primeiras análises podem ser examinadas à luz de alguns critérios de avaliação, conforme a seguir:

- Montante dos investimentos envolvidos;
- Aspectos relativos à localização;
- Possibilidades de financiamento do projeto;
- Disponibilidade de mão de obra;

- Aspectos relacionados à descentralização e diversificação geográfica.

A definição da localização mais adequada para um empreendimento deve orientar-se pelos mesmos objetivos admitidos para a definição do tamanho do projeto, considerando-se que do ponto de vista social o objetivo a considerar é a solução com custo mínimo.

O estudo da localização consiste em analisar as variáveis conhecidas como forças locacionais, a fim de buscar a melhor localização em determinada região do Estado, ou do Município, em que a resultante dessas forças conduza aos objetivos acima referidos.

Nesse sentido, os principais elementos de julgamento a considerar são:

- A soma dos custos de logística;
- A disponibilidade e custos relativos dos recursos, principalmente capital e mão de obra;
- A posição em relação a fatores, tais como, terrenos, edifícios, tributação e problemas jurídicos, condições gerais de vida, clima, facilidades administrativas, política de descentralização ou de centralização, disposição de águas residuais, etc.

O problema da localização pode ser abordado em duas etapas: na primeira se decide a zona geral em que se instalará o empreendimento, e, na segunda, se elege o ponto preciso, considerando-se os elementos anteriormente indicados.

g. Investimentos

A decisão de levar adiante um projeto significa alocar à sua realização uma quantidade de recursos variados, que podem ser agrupados em dois tipos:

- Os recursos requeridos para a instalação do projeto;
- Os recursos requeridos na etapa de funcionamento propriamente dita.

Os recursos requeridos para a instalação constituem o capital fixo (ativo fixo) ou imobilizado do projeto, enquanto que os recursos requeridos para o funcionamento são chamados de capital de trabalho. Na maioria dos investimentos públicos esse capital de trabalho será suprido por vias orçamentárias. Entretanto, no caso do projeto a ser instalado vir a ser operado por empresa pública, que demande algum nível de auto sustentabilidade financeira, como por exemplo, infraestruturas de transporte, esses recursos podem vir a ser supridos diretamente por essas empresas.

A redução a termos monetários do valor desses recursos tem relação com o problema de determinação dos preços que serão empregados na valoração. Os preços considerados podem ser os de mercado ou os custos sociais (preços sociais) dos fatores.

Conforme o tipo de projeto, os ativos fixos podem ser constituídos pelas seguintes rubricas:

- Custo de estudos prévios;
- Custo dos terrenos para instalação, incluindo-se montantes referentes a desapropriações;
- Custo dos recursos complementares;
- Custo dos equipamentos;
- Custo de instalação dos equipamentos;
- Custo dos edifícios;
- Custo de instalações complementares;
- Custo de estudo do projeto final;
- Custo de organização do empreendimento;
- Custo de engenharia e administração durante a montagem;
- Custo de partida do empreendimento;
- Juros durante a construção e montagem;
- Custo das instalações para iniciar a operação;
- Imprevistos.

Por sua vez, o capital de trabalho é aquele necessário para atender ao funcionamento do empreendimento e distribuição dos bens e serviços.

Assim, no caso da operação de um empreendimento não basta contar com equipamentos e instalações para efetivar sua operação, é preciso manter estoques de insumos e bens finais além de um montante referente aos salários por pagar, encargos, tributos e outros. Esses recursos

deverão ser suportados pelo próprio empreendimento ou pela sociedade antes da geração de receita, quando for o caso, ou antes da alocação de recursos a ser efeito diretamente pelo ente público por ocasião da entrega dos bens ou serviços.

A rigor, o capital de trabalho de um empreendimento compreende todo o patrimônio em conta corrente, incluindo as contas a receber, antecipações a fornecedores, saldos líquidos em caixa e bancos, etc.

h. Custos, despesas e receitas (quando existirem) anuais e organização dessas informações para posterior avaliação

Até aqui foram apresentados os elementos e informações necessários para se julgar um projeto. Nesse momento faz-se necessária a indicação das formas de elaboração, ordenamento e consolidação desses elementos, de forma a possibilitar a efetiva avaliação financeira e econômica do projeto.

O dimensionamento básico das despesas e receitas (ou ingressos) anuais que seriam possíveis de serem obtidas com a decisão de se levar adiante um empreendimento, são dados importantes e podem ser estruturados em uma planilha “Estimativa de Receitas e Despesas”. Cabe observar que muitos projetos públicos são projetos que não auferem receitas.

É importante destacar que essas rubricas estão sujeitas a variações periódicas ao longo da operação do projeto. Assim, para fins de avaliação, cada pressuposto anual, se esse for o período considerado para fins de análise, poderá ter a sua vigência mantida ou não no período posterior e assim sucessivamente durante toda a vida útil do empreendimento.

A determinação das despesas e custos é realizada a partir dos preços definidos para os recursos requeridos, que são fisicamente quantificados na etapa dos estudos de engenharia. Deve-se mencionar que esses preços podem ter caráter privado, ou social, conforme já mencionado anteriormente.

Pode-se definir como rubricas que compõem os custos e despesas de um projeto, da seguinte forma:

- Insumos;
- Mão de Obra;
- Seguros, Impostos e arrendamentos;
- Despesas Indiretas de Administração;

- Depreciação e amortização;
- Exaustão, quando for o caso do uso de recursos naturais;
- Juros;
- Imprevistos e contingências.

Quanto às receitas (ou ingressos) correspondentes do projeto, quando se tratar de projetos públicos com essas características, como, por exemplo, a produção e distribuição de água e o tratamento de esgoto sanitário, podem ser definidas pelos volumes de produção de bens ou serviços previstos e os preços de venda dos bens e serviços. O volume de produção dependerá do tamanho anteriormente definido para o projeto, considerando-se a o nível de utilização esperado para a capacidade instalada. Esses preços são definidos na etapa de realização dos estudos de mercado.

Nesse ponto cabe retornar à questão relativa à valoração dos preços envolvidos em um projeto.

O preço de mercado será representativo do valor real dos bens e serviços, quando está presente o livre funcionamento da lei da oferta e demanda, em condições de concorrência perfeita, ocupação plena dos recursos e completa mobilidade dos fatores. Se, por interferências regulatórias ou de qualquer natureza, estas condições não puderem ser mantidas, o sistema de preços estará deformado e não corresponderá àquela situação ideal de equilíbrio, não sendo representativo do real valor dos fatores do ponto de vista da sociedade como um todo.

Assim, surge a necessidade de corrigir os chamados preços de mercado para se obter o que é usualmente chamado de custo social dos fatores. As correções fundamentais que se pode fazer nos preços de mercado para se obter os preços sociais equivalentes podem ser reunidas em dois grupos, que não são excludentes entre si:

- Eliminação da influência de impostos, subsídios e desequilíbrios cambiais;
- Eliminação da influência decorrente do uso do “custo de oportunidade” de um recurso (mão de obra, recurso natural ou capital).

Finalmente deverão ser levantados os indicadores de resultado para aquele tipo de projeto, bem como os benefícios diretos e indiretos possíveis de serem alcançados com a implantação do empreendimento. Como exemplo de benefício direto pode-se considerar a redução do custo de operação e como exemplo de benefício indireto cita-se a geração de empregos.

i. Estrutura de Financiamento e Governança

Para se levar adiante um projeto é preciso definir como ele será financiado e como será estruturada a entidade²² responsável por sua execução.

Importante destacar que a maioria dos problemas práticos que surgem durante a execução do projeto não poderão ser previstos e resolvidos durante a etapa de estudos e serão deixados à entidade responsável pela implementação do projeto. Porém, os conceitos fundamentais relacionados com a “organização e financiamento” e os problemas que envolvem a fase de transição da iniciativa desde a sua etapa de formulação até a sua realização devem, na medida do possível, ser antecipadamente analisados. Assim, contribui-se para a eliminação de futuros entraves, na medida em que o projeto preveja e ofereça soluções aos problemas inerentes a esse período de transição e no grau em que adequadamente defina a estrutura básica do novo projeto a ser implantado.

O processo de financiamento, por sua vez, envolve os seguintes aspectos principais:

- Formação de poupança, no caso de projetos públicos por parte do ente governamental, que representa o aspecto estritamente econômico do problema;
- Captação e canalização desta poupança para os fins específicos desejados, o que representa o aspecto financeiro do problema.

Por outro lado, as fontes de recursos para o financiamento de projetos públicos usualmente são:

- As fontes orçamentárias;
- O mercado de capitais, organismos multilaterais e os bancos, que são considerados as fontes externas.

O problema da organização, partida do projeto e futura operação do empreendimento interessa ao técnico projetista na medida em que na fase de formulação do projeto podem ser equacionadas algumas questões fundamentais para o êxito das fases seguintes. Importante mencionar mais uma vez, que os problemas gerais ou detalhes de montagem e funcionamento constituem uma etapa distinta e posterior aos estudos, devendo ser confiadas a pessoal especializado.

²² A entidade que será responsável pela operação do projeto de investimento deve ser analisada para conhecer a necessidade de reestruturação do órgão dada a nova atribuição ou criação de uma nova estrutura, como foi o caso da criação do COGERH e METROFOR.

A seguir estão apresentadas algumas questões relativas à organização que podem ser antecipadas nas etapas de estudos para se levar um projeto à realidade:

- Configuração da unidade condutora do empreendimento e disposições legais;

Deve-se especificar no projeto o tipo de unidade responsável pela implementação do empreendimento que se pretende estabelecer (empresa pública, autarquia, administração direta da Unidade Finalística, etc) e prover o delineamento dos estatutos e disposições legais necessárias. Além disso, deve-se antecipar as licenças necessárias à implantação e operação do projeto, sejam elas no nível municipal, estadual ou federal. O descuido desses aspectos do problema pode trazer como consequência atrasos motivados pela má coordenação de datas.

- Engenharia e administração;

Será interessante estudar no projeto qual a estrutura que convém dar a unidade responsável pela implementação do empreendimento, do ponto de vista técnico e da administração geral. Não se trata de resolver antecipadamente todas as questões administrativas, porém de traçar as grandes linhas da organização, a fim de prever alguns problemas especiais. Convém, por exemplo, procurar evitar, já no período do projeto, possíveis conflitos de autoridade relativamente à chefia dos vários setores da futura organização, seja ela uma Empresa Pública, uma Unidade de Saúde, uma Escola, etc. Assim, será muito útil estabelecer de antemão as linhas gerais da organização para os dois períodos: o da instalação e o do funcionamento.

- Instalação e funcionamento;

Os dispositivos administrativos necessários podem ser totalmente diferentes durante as duas etapas do projeto (instalação e funcionamento). Por exemplo, pode ocorrer o caso em que as obras são confiadas a uma empreiteira que assume o compromisso de entregar o projeto em funcionamento. Neste caso a estrutura administrativa prevista para esta etapa será apenas de intervenção e de preparação para encarregar-se do funcionamento uma vez terminada as obras. Por outro lado, se a mesma empreiteira constrói o projeto por administração, os problemas de estrutura administrativa são totalmente diferentes. Portanto, seria conveniente abordar antecipadamente esses aspectos do projeto, o que exige o estudo das possíveis alternativas e a justificativa da solução oferecida.

Vale ressaltar que o financiamento dos projetos do setor público apresenta derivações relativas aos arranjos administrativos que se precisam estabelecer para a organização da entidade que realizará o projeto. Por essa razão, será conveniente considerar esses aspectos e especificar as relações do tipo administrativo resultantes.

Por exemplo, se uma agência de fomento aporta fundos estatais para o financiamento de determinada empresa ou órgão público, devem ser elaborados arranjos de caráter institucional que assegurem que o aporte desses fundos será bem controlado.

Em outras oportunidades haverá várias entidades governamentais participando de um mesmo projeto. Nesses casos será de grande valia o estabelecimento de quais serão as relações entre essas entidades e quais serão os convênios administrativos necessários para se evitar futuros problemas.

Vale exemplificar também o caso de projetos cuja disponibilidade de recursos dependerá de arranjos administrativos relacionados com a tramitação e aprovação de pressupostos fiscais, municipais, estaduais ou federais, assim como de mecanismos para emissão de títulos da dívida pública, operações creditícias com bancos comerciais ou com o tesouro.

Em todos esses casos, o atendimento e superação dessas questões pode depender da atenção que foi dada nas etapas de estudos do projeto.

Vale observar, ainda, que é evidente a conveniência de que os projetos do setor público possam ter a mesma flexibilidade administrativa e financeira dos projetos do setor privado, a fim de que possam adaptar-se às contingências que se apresentam tanto na fase de construção, como na etapa de operação do projeto. Isso se constitui em um problema de adoção das formas legais adequadas. Sua solução exige muitas vezes elaborar normas especiais, autorizadas por lei ou decreto, para as quais se deve prestar a devida consideração, ao menos em linhas gerais, durante as fases de estudo.

j. Avaliação prévia²³

As avaliações prévias compreendem as análises que visam demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto, conforme serão descritas em maior nível de detalhe no capítulo 6.

Os estudos de viabilidade a serem empregados são apresentados na tabela a seguir:

²³ A avaliação prévia é um elemento obrigatório da proposta de um projeto, onde a análise de viabilidade é realizada com diferentes níveis de profundidade conforme a classificação nas categorias descritas no capítulo 5. Estas análises compõe o escopo da etapa 2 do modelo de GIP, mas está descrita neste tópico apenas para ilustrar os elementos obrigatórios em sua completude.

Tabela 7: Análises por tipo de projeto

	ESTRATÉGICO	COMPLEMENTAR
Análise de Pré-Viabilidade	✓	✓
Análise de Viabilidade	✓	
Análise Simplificada de Viabilidade		✓

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Com base nas análises realizadas, são resumidos os principais resultados na tabela a seguir:

Tabela 8: Resultados das Avaliações Prévias

	ANÁLISE DE PRÉ-VIABILIDADE	ANÁLISE DE VIABILIDADE	ANÁLISE SIMPLIFICADA DE VIABILIDADE
Descrição das alternativas de projeto consideradas nas análises (alternativas que podem ser implementadas para se obter o mesmo resultado)	✓		
Custos econômicos do investimento	✓	✓	✓
Benefícios que o projeto irá proporcionar para a sociedade	✓	✓	✓
Custos econômicos operacionais	✓	✓	✓
Vida útil do projeto	✓	✓	✓
Fluxo de caixa estimado para o projeto	✓	✓	✓
Resultados da avaliação econômica (p.ex.: Taxa Interna de Retorno, Payback, Valor Presente Líquido etc.)	✓	✓	✓
Riscos da implantação do projeto		✓	

Estes elementos devem ser estruturados nos sistemas do Estado²⁴ conforme modelos de ficha de projeto apresentadas no anexo 4. Os dados constantes nessa ficha de projeto alimentarão o Banco de Projetos (detalhamento no capítulo 11).

²⁴ Sugere-se aprimoramento do sistema WebMAPP/SIAP para comportar a ficha de projeto. Contudo, o Estado também pode optar por criar um módulo exclusivo para a GIP, desde que esteja integrado aos demais sistemas, a fim de evitar duplicidade de informações ou tarefas.

Após estruturado o projeto, ele passa a conter os elementos que permitem a comparação com os demais projetos propostos pela secretaria. O projeto irá, então, concorrer com os demais projetos por recursos orçamentários (ou de outras fontes), com o intuito de que seja levada a diante sua implementação. A primeira etapa deste processo de priorização deve ocorrer dentro da própria setorial, segundo o modelo que se propõe **no tópico 6.5**.

Por fim, vale destacar uma vez mais que a elaboração de proposta de projeto tem diferentes características no caso de ser uma proposta de projeto com domínio de escopo, conforme ressaltado na próxima seção.

5.3.2 Elaboração da proposta de projetos com domínio de escopo

Os projetos de domínio de escopo²⁵ terão outra composição. Estes projetos não demandam algumas especificações exigidas para os projetos estratégicos e complementares, posto que sua proposta pode ser comparada com projetos já realizados anteriormente pelo Estado. Por isto serão submetidos apenas a uma análise de consistência (descrita na seção 7.3.1).

Tabela 9: Elementos obrigatórios de uma proposta de Projeto com Domínio de Escopo

ITEM	COMPOSIÇÃO DO PROJETO COM DOMÍNIO DE ESCOPO
a. Identificação	Unidade Finalística e Unidades envolvidas Nome do Projeto Descrição Resumida (Escopo)
b. Justificativa	Objetivos Aderência aos Planos de Governo Resultados Esperados
c. Impactos no Orçamento Anual e Plurianual	Cronograma financeiro de investimento e Custeio
d. Análise de consistência	Competência Técnica Impacto Financeiro Enquadramento Ambiental

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

²⁵ Conforme mencionado no Capítulo 4, pode-se citar como exemplos de projetos cujo Estado já domina o escopo de execução a construção de abrigos de passageiros, a pavimentação de rodovias (primeira pavimentação), a construção de novas unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, ou de uma nova Unidade de Pronto Atendimento.

Convém observar que os itens a, b e c da tabela acima estão detalhados na seção 6.3.

d. Análise de consistência

Compreende a verificação do embasamento técnico do projeto, a partir dos elementos disponíveis nos projetos similares já realizados; do seu enquadramento ambiental; e do impacto financeiro, mediante a quantificação dos custos de investimento e de operação e comparação com de parâmetros de referência de projetos similares já realizados.

Por fim, ressalta-se que a elaboração das propostas de projeto deve ocorrer concomitantemente com a atividade de classificação dos projetos, tema da próxima seção. Conforme são definidos os elementos básicos constituintes da proposta (objetivo, descrição resumida, orçamento etc.), torna-se possível efetuar a classificação. Após efetuada essa classificação, são então definidos quais outros elementos obrigatórios precisam estar estruturados na proposta, tais como engenharia do projeto, locação, detalhamento das fontes orçamentárias e análise de viabilidade.

5.3.3 Classificação do Projeto de Investimento

Conforme descrito no capítulo 4, os projetos de investimento podem ser classificados como projetos estratégicos ou complementares, havendo também casos especiais de via rápida onde há classificação adicionais, provendo celeridade na aprovação dos projetos.

Conforme observado no item anterior, esta classificação tem implicações sobre o tipo de informação que deve ser inserida na proposta de projeto e sobre o tipo de análise de viabilidade a ser realizado. No caso dos projetos com domínio de escopo (via rápida), por exemplo, não há realização de análise de pré-viabilidade e realiza-se apenas uma análise de consistência. No caso dos projetos com urgência de resultado (via rápida), observa-se que dificilmente há tempo hábil para realizar análises prévias antes de iniciar sua execução. É necessário, então, que a setorial que estiver concebendo o projeto se atenha à relação entre a necessidade de informação requerida e o tipo de projeto.

Cabe salientar que a classificação do projeto de investimento é de responsabilidade da setorial proponente e deve ser validada pelo GTI. Finalmente, cabe também observar que, na medida em que o processo de classificação dos projetos foi descrito no capítulo 4, este tópico não será descrito novamente nesta seção.

5.3.4 Priorização dos Projetos na Setorial

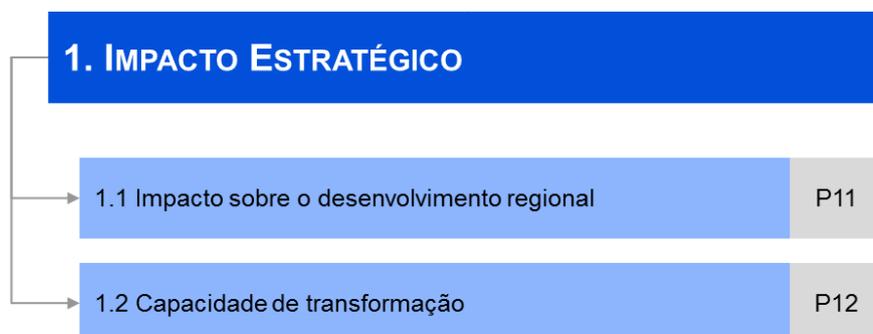
Finalizada a fase de elaboração da proposta de projeto, em casos de haver mais de um projeto de investimento a ser proposto pelo órgão, deve-se realizar a priorização entre os projetos, atividade que tem como objetivo ordená-los por prioridade estratégica, de forma que a setorial submeta às etapas subsequentes do modelo aqueles projetos que têm maior importância estratégica e, portanto, maior chance de aprovação por parte do Governo.

Uma consequência desta priorização é que a concorrência por recursos disponíveis no orçamento da setorial e do governo ocorrerá entre os projetos com maior impacto estratégico. Assim, busca-se garantir um alinhamento dos projetos com os objetivos estratégicos, o que contribui para que o orçamento seja aplicado naqueles projetos que contribuem mais para o alcance dos resultados almejados.

Cabe salientar que devem ser considerados na priorização todos os projetos elaborados pela setorial, sejam estratégicos, sejam complementares. É de se esperar que projetos estratégicos terão prioridade ante os projetos complementares, tendo em vista o seu impacto em resultados finalísticos, porte e ganhos para Estado.

A priorização dentro da Órgão do Estado do Ceará será feita por técnicos da setorial e validada por seu Secretário mediante análise do Impacto Estratégico do projeto conforme (1) sua contribuição para o desenvolvimento regional e (2) a capacidade de transformação (figura 8).

Figura 8: Critérios de para priorização dos projetos em uma setorial



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Os pesos dos critérios Desenvolvimento Regional e Capacidade de Transformação são representados por P11 e P12. Uma vez determinados os pesos pelos técnicos da setorial, procede-se à avaliação de cada projeto em relação a cada um dos dois critérios adotados. Esta avaliação também deve ser feita por técnicos das setoriais e validada pelo secretário.

Para poder determinar os pesos, os técnicos envolvidos precisam se ater ao significado de Impacto Estratégico e de cada um dos critérios.

Impacto Estratégico	Objetiva avaliar a capacidade de transformação do projeto e o grau de contribuição do projeto para o desenvolvimento regional.
Contribuição para o desenvolvimento regional	Seu objetivo é avaliar a contribuição do projeto para o alcance das metas de desenvolvimento regional constantes nos Planos Setorial e de Governo; o grau de impacto positivo sobre os indicadores setoriais em regiões menos favorecidas do Estado, a contribuição para a integração regional e contribuição para a redução de desigualdades regionais.
Capacidade de transformação	Seu objetivo é avaliar o grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos da setorial e do governo; o grau de contribuição para a redução de gargalos na economia do Estado; se o projeto gera resultados que tendem a mudar o ambiente econômico ou social do estado ou de regiões do estado; se possui efeito multiplicador capaz de gerar novas iniciativas públicas ou privadas; e se ele induz o surgimento de projetos complementares.

Para auxiliar a reflexão dos técnicos durante a tarefa de atribuição de notas aos projetos, foram elaboradas perguntas relativas a cada um dos critérios. Elas também têm como objetivo unificar a reflexão sobre cada conceito entre os técnicos.

Desenvolvimento Regional

- Qual a contribuição do projeto para o alcance das metas de desenvolvimento regional constantes nos planos setoriais e de governo?
- Qual a contribuição do projeto para a melhoria dos indicadores setoriais em regiões menos favorecidas do Estado?
- Qual a contribuição do projeto para a integração regional?
- Qual a contribuição do projeto para a redução de desigualdades regionais?

Capacidade de Transformação

- Qual o grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos da setorial?
- Qual o grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos do Governo?
- Qual o grau de contribuição do projeto para a redução de gargalos na economia do Estado?

CAPÍTULO 5: ETAPA 1 – IDEACÃO E CONCEPÇÃO

- O projeto gera resultados tendentes a mudar o ambiente econômico ou social da região em que se insere?
- O projeto possui efeito multiplicador capaz de gerar novas iniciativas públicas ou privadas?
- O projeto induz ao surgimento de projetos complementares?

Para se atribuir notas aos projetos, o analista deve avaliar o projeto perante a cada critério e atribuir uma nota de 1 a 9, onde 9 corresponde à avaliação mais favorável e 1 à avaliação menos favorável. A tabela 10 apresenta as possibilidades de notas de avaliação do projeto em relação ao desenvolvimento regional e a capacidade de transformação.

Tabela 10: Critérios e níveis para avaliação dos projetos

CRITÉRIOS	AValiação	NOTA
Desenvolvimento Regional	Potencialidade Muito Alta	9
	Potencialidade Alta	7
	Potencialidade Baixa	3
	Potencialidade Muito Baixa	1
Capacidade de Transformação	Capacidade Muito Alta	9
	Capacidade Alta	7
	Capacidade Baixa	3
	Capacidade Muito Baixa	1

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

A avaliação final do projeto será dada pelo somatório dos produtos da nota de avaliação do critério pelo seu peso total. Esta avaliação final poderá variar de 9 a 1, sendo 9 a melhor avaliação (maior prioridade) e 1 pior avaliação (menor prioridade).

Convém ressaltar que a avaliação deve ser feita por um grupo de técnicos qualificados da setorial, que detenham conhecimento da estratégia do governo e da setorial e que conheçam o escopo e os resultados propostos pelo projeto.

As notas são comparativas e interativas. Elas são comparativas porque são atribuídas aos projetos em reunião que avaliará toda a carteira de projetos da setorial, de forma que o respondente possa ter a visão de conjunto e atribuir as notas relativas a cada projeto. São interativas porque a metodologia faculta a possibilidade de, após a classificação por hierarquia de prioridade, reavaliar o ordenamento entre os projetos e revisar as notas atribuídas, principalmente com o objetivo de se detectar inconsistências evidente na ordem de classificação.

5.4. PRODUTOS DA ETAPA DE IDEIAÇÃO E CONCEPÇÃO

Como resultado final, os projetos públicos estarão estruturados em fichas de projeto e ordenados por prioridade estratégica. Este resultado deve ser apresentado ao Secretário que poderá validá-lo ou sugerir ajustes antes de passar para a etapa de análise de viabilidade.

Assim sendo lista-se os dois produtos desta etapa, conforme a seguir:

- Projetos elaborados e classificados com a devida descrição dos elementos necessários à sua contextualização para que possam ser compreendidos e terem o mínimo de informação para sinalizar sua provável viabilidade, facilitando a compreensão dos líderes da setorial e envolvidos no processo de Gestão do Investimento Público.

5.5. RECURSOS DA IDEIAÇÃO E CONCEPÇÃO DE PROJETOS

5.5.1 Banco de Projetos

Um diferencial importante da metodologia que se propõe é que ao se iniciar a elaboração de uma proposta de projeto, a setorial deve consultar se há outras setoriais executando ou propondo projetos da mesma natureza, ou correlacionados, a fim de, respectivamente, evitar duplicidades e obter sinergias. Neste sentido, a proposta de um Banco de Projetos único e disponível para consulta por todas os Órgãos do Estado do Ceará permitirá esta consulta e integração entre projetos, desde que sua utilização prática seja difundida.

Neste sentido, o Banco de Projeto é utilizado na etapa de Ideação e Concepção de projetos para conhecimento de projetos correlatos em fase de concepção, em fase de execução, já executados e projetos elaborados que não foram executados.

O Banco de Projeto será também utilizado para armazenar as principais informações dos projetos, serão imputadas por meio de sistemas informatizados. Cada projeto deverá ter um código de identificação e estará disponível para a consulta por parte dos Órgãos do Governo do Estado do Ceará.

5.5.2 Sistema Informatizado

As setoriais devem inserir as informações dos projetos de investimento em sistema informatizado do Estado que dará apoio ao modelo de GIP²⁶. No anexo 4 apresentam-se modelos propostos para a fichas de projeto que devem estar disponíveis nesse sistema.

5.5.3 Técnicos das setoriais e GTI

Para se alcançar este objetivo, é necessário implementar o conceito de intersetorialidade dos projetos, o que significa que a secretaria responsável deve envolver outras secretarias que estarão envolvidas na implementação, ou na operação, desde a concepção do projeto, visando a implementação do projeto e de todos os seus elementos acessórios e utilidades necessárias à operação.

Neste sentido, a proposta de criação do Grupo Técnico de Gestão do Investimentos (GTI) tem papel fundamental, posto que sua composição multidisciplinar, englobando as áreas finalísticas do Governo, também aporta este caráter de intersetorialidade ao modelo de GIP.

Assim sendo o papel do GTI na etapa 1 está relacionado a validação da classificação do projeto sinalizada pela setorial, onde o Grupo Técnico verifica a proposta de projeto e sua necessidade de aprofundamento de informações, que dada a classificação pode ser mais ou menos robusta.

5.5.4 Especialista no tema dos projetos

Dada a complexidade de determinados projetos, que exigem conhecimento aprofundado no tema a ser desenvolvido, sugere-se a contratação de especialistas que possam auxiliar os técnicos das setoriais. O objetivo é conceber o projeto adequadamente, considerando todas as informações relevantes e que afetam as etapas de avaliação da viabilidade e de execução.

Recomenda-se, portanto, a formação da rede de especialistas nos temas dos projetos do Estado que poderiam ser contratados por meio de alguma das seguintes opções:

- Regras de Contratações de Organismos Internacional ou de Bancos Multilaterais, ou 8.666/93;

²⁶ No momento os sistemas WebMAPP/SIAP contemplam a possibilidade de inserção de algumas das informações requeridas pela ficha de projeto. Dado que nem todas os campos estão presentes, o Estado pode decidir por adaptar os sistemas WebMAPP/SIAP para propiciar a inserção das informações faltantes, ou criar um novo módulo integrado para desempenhar a função.

- Entidades de Colaboração (mediante regras próprias). Por exemplo: Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- Entidade Paraestatal (mediante regras próprias). Por exemplo: Serviço Social Autônomo.
- Parcerias com Universidades, ou Entidades de Classe (CREA, CRM, etc)

5.5.5 Sistema de apoio a priorização dos projetos

Os sistemas propostos para apoio a priorização dos projetos estão descritos com o devido nível de detalhamento no capítulo 12, o qual foi desenvolvido de forma robusta para detalhamento das Etapas 2 e 3 – Avaliação Prévia e Priorização e Seleção – quando é necessário uma metodologia e ferramentas que auxiliam a priorização dos projetos no nível de Governo do Estado.

Sugere-se que a setorial utilize o sistema Excel para estrutura sua matriz de priorização de projetos de forma a consolidar facilmente a lista de prioridades da secretaria. Porém, caso seja possível, recomenda-se a implementação da ferramenta *Expert Choice*, específica para priorizar projetos pelo método AHP (*Analytic Hierarchy Process*).

CAPÍTULO 6

ETAPA 2: AVALIAÇÃO PRÉVIA



6. Etapa 2: Avaliação Prévia

A segunda etapa do modelo de Gestão de Investimento Público proposto para o Governo do Estado do Ceará (Figura 10), toma por base a consolidação das principais informações dos projetos proposto e a priorização elaborada pela setorial. O trabalho incide sobre a elaboração dos estudos de viabilidade, que são realizadas de diferentes formas dada a complexidade do projeto de investimento. Este capítulo aborda, portanto, as características e as técnicas como elaborar os estudos de viabilidade que devem ser empregados a cada tipo de projeto.

Figura 9: A etapa de Avaliação Prévia dentro do modelo de GIP



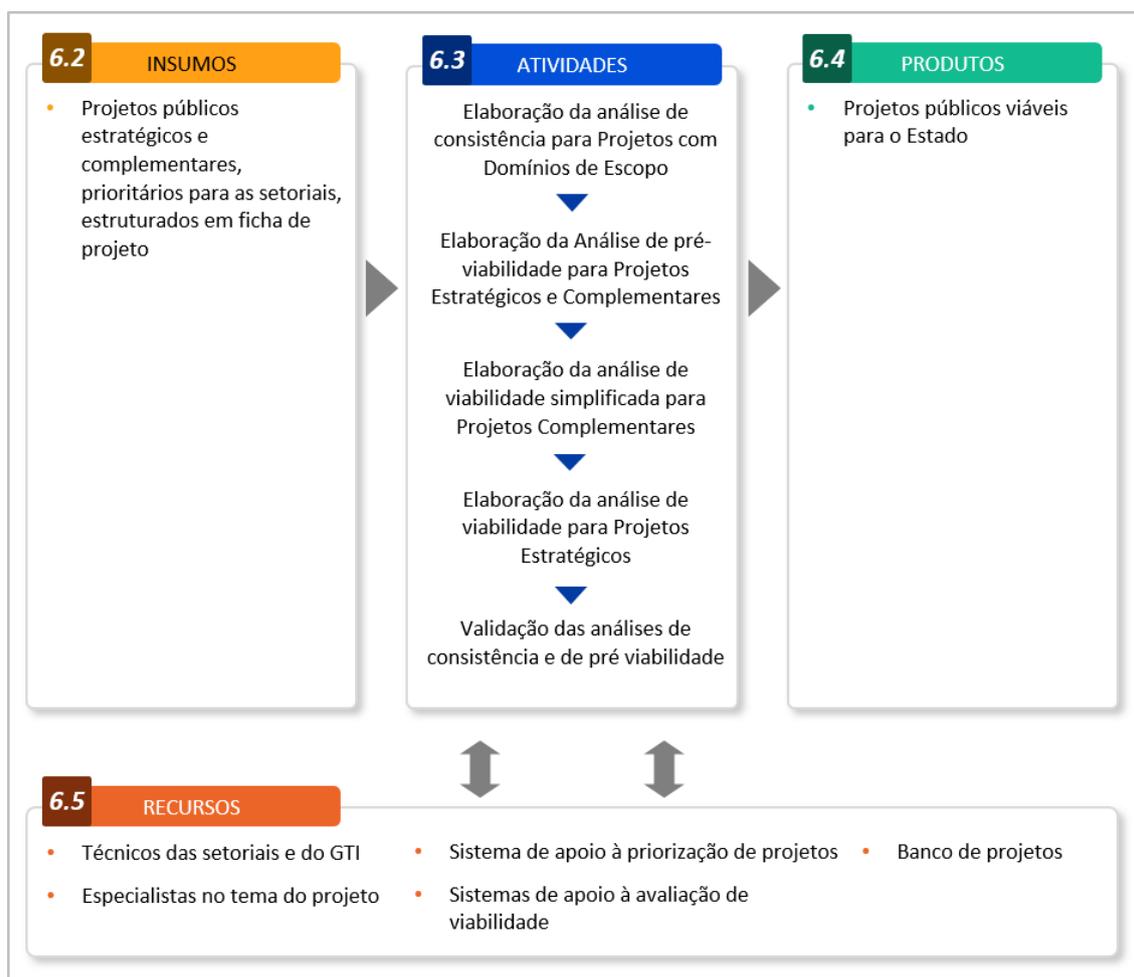
Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

6.1. OBJETIVO DA ETAPA E DIAGRAMA INSUMO - PRODUTO

O objetivo desta etapa é prover uma metodologia adequada para avaliação *ex ante* dos projetos de investimento do Governo do Estado do Ceará, para que haja maior viés técnico sobre a sua factibilidade financeira, tecnológica e ambiental. Para isso, os estudos de viabilidade serão segmentados de acordo com sua natureza, para que as análises mais adequadas sejam empregadas e favoreçam a agilidade e segurança no processo de avaliação *ex ante* de projetos, evitando que projetos desvantajosos dos pontos de vista, técnico, financeiro, econômico ou ambiental, sejam executados. A figura 11 apresenta o diagrama insumo-produto desta etapa, o qual será detalhado ao longo deste capítulo.

Importante ressaltar que o resultado da etapa de Avaliação Prévia é um dos elementos da proposta de projeto. Portanto, a proposta de projeto só estará completa quando ela tiver sido submetida a esta etapa do modelo de GIP.

Figura 10: Diagrama insumo - produto da etapa de Avaliação Prévia e relação com as seções deste capítulo



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

6.2. INSUMOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

Como insumo desta etapa evidencia-se o produto da Etapa 1, quando as setoriais elaboram as propostas de projetos de acordo com a classificação adequada, conforme a natureza do projeto e *know-how* sobre a execução do investimento, assim como estabelecem a ordem de priorização para execução de acordo com a hierarquização elencada pelo respectivo Órgão proponente.

Nesse sentido, as setoriais devem seguir as atividades propostas na Etapa de Ideação e Concepção para que os trabalhos de Avaliação Prévia possam ser elaborados com a agilidade e segurança necessária para verificar se há viabilidade nos projetos de investimento.

6.3. ATIVIDADES DA ETAPA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

Inicialmente, deve-se ter a ciência que os projetos de investimento serão avaliados de acordo com a sua classificação, conforme abordado no capítulo 4. Assim sendo, após a validação da classificação do projeto pelo Grupo Técnico de Gestão de Investimentos (GTI), a setorial deverá providenciar as análises conforme o tipo do projeto que está sendo proposto.

Para projetos em que o Estado do Ceará domina o escopo, os técnicos das setoriais deverão elaborar uma análise de consistência, imputando as informações, sobre a consistência técnica, aspectos financeiros e verificando a necessidade de enquadramento ambiental: elementos que podem ser verificados no item 6.3.1. Esse tipo de análise deve ser realizada pelos próprios técnicos da setoriais, pois não exige conhecimento técnico específico sobre o emprego de avaliações de viabilidade complexas, como os que serão descritos a seguir.

Já para as demais análises a que se submetem os projetos complementares ou estratégicos, devido a sua complexidade, sugere-se inicialmente que sejam contratadas empresas especializadas no tema para auxiliar os técnicos na elaboração de tais estudos. A análise de consistência e de pré-viabilidade ficarão sob responsabilidade da própria setorial, que poderá eventualmente conduzi-las internamente. As análises de viabilidade simplificada e de viabilidade serão feitas pelo GTI²⁷, sempre em contato direto com a setorial.

Nesse sentido, o primeiro passo será elaborar a análise de pré-viabilidade (contextualizada no tópico 6.3.2), que consiste em avaliar diferentes alternativas de projetos, com base em pré-análise técnica, pré-análise econômica e verificação do enquadramento ambiental. Todos os estudos devem ser anexados à ficha do projeto de investimento e constarem no repositório do Banco de Projetos. Os resultados da análise de pré-viabilidade devem ser consolidados em *template* (conforme modelo no anexo deste documento) que apresenta as principais informações acerca dos estudos de pré-viabilidade do projeto de investimento e estarem arquivados no Banco de Projetos.

Dado a finalização da análise de pré-viabilidade, o passo seguinte no caso dos projetos complementares é realizar a análise simplificada de viabilidade, que contempla a análise técnica, econômica e ambiental, conforme ressaltado no tópico 6.3.3. Os dados dos estudos devem ser arquivados junto às informações dos projetos, no Banco de Projetos, e os resultados da análise simplificada de viabilidade devem ser consolidados utilizando o *template* (vide anexo 4) que apresenta as principais informações sobre a análise simplificada de viabilidade.

Já para os projetos estratégicos, após a realização da análise de pré-viabilidade, deve-se realizar a análise de viabilidade, que é composta por análise técnica, econômica e ambiental. Seus elementos podem ser visualizados no tópico 6.3.4. Ressalta-se que tais elementos são vistos em

²⁷ Deverá ser avaliada a estrutura interna do GTI que permita realizar tais análises.

maior profundidade do que na análise simplificada de viabilidade. Após a realização da análise de viabilidade, seus resultados devem ser consolidados no *template* que apresenta as principais informações da análise de viabilidade e alimentará o Banco de Projetos. Os estudos realizados por conta da análise de viabilidade também serão anexados e armazenados no Banco de Projetos.

Para fins de aprofundamento do conteúdo sobre como avaliar um projeto de investimento sugere-se a leitura dos anexos 1 e 2.

A seguir apresentam-se as atividades que devem ser desempenhadas na etapa 2.

6.3.1 Elaboração da análise de consistência para projetos com características de domínio de escopo

As propostas de projeto classificadas e consideradas como Domínio de Escopo, nos quais a setorial possui *know-how* sobre a execução, devem seguir para a elaboração da análise de consistência, que irá verificar apenas os principais elementos do projeto. Isso garante que eles sejam avaliados de forma célere e com emprego de menor esforço.

A Análise de Consistência compreende a verificação do embasamento técnico do projeto, a partir dos elementos disponíveis nos projetos similares já realizados; do seu enquadramento ambiental; e do impacto financeiro, mediante a quantificação dos custos de investimento e de operação e comparação com de parâmetros de referência de projetos similares já realizados. A seguir são apresentados os itens que devem compor a análise de consistência:

Consistência Técnica

- Indicação das características técnicas do projeto e das especificações básicas.
- Indicação da vida útil do projeto.
- Quantificação dos principais itens de bens e serviços e sua distribuição ao longo da vida útil.
- Apresentação do cronograma físico.

Impacto Financeiro

- Indicação dos custos de investimento e dos custos operacionais, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto.
- Apresentação do cronograma financeiro.

Enquadramento Ambiental

- Enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA nº 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental.

Estas informações são comparadas com as informações de projetos similares realizados anteriormente. Eventuais inconsistências encontradas devem ser ajustadas pela setorial.

Adicionalmente, aproveita-se para ressaltar que os projetos com características de domínio de escopo representam uma alternativa de via rápida para os projetos estratégicos ou complementares, tendo em vista a *expertise* da setorial em realizar determinados tipos de projetos.

6.3.2 Elaboração da análise de pré-viabilidade para projetos estratégicos e complementares

A análise de pré-viabilidade deve aplicar-se a **projetos estratégicos** e a **projetos complementares** e deverá ser realizada pela unidade setorial. Esta análise examina, de forma preliminar, se uma intervenção é viável. Ela envolve estimativa de demanda, avaliação de disponibilidade de tecnologia e avaliação de benefícios e custos de investimento e de operação de cada alternativa.

Assim, ela deve compreender a identificação das alternativas de projeto e a realização de pré-análise técnica, pré-análise econômica e verificação do enquadramento ambiental, com a finalidade de selecionar a melhor alternativa para o projeto em consideração. Benefícios e custos devem ser avaliados a partir de parâmetros ou valores médios disponíveis em estudos anteriores ou estimados pelos analistas.

A seguir, detalham-se os elementos que devem compor a pré-viabilidade:

Pré-Análise Técnica

- Descrição das características técnicas das alternativas de projeto consideradas e de sua adequabilidade para atender aos objetivos do projeto.
- Indicação da vida útil do projeto.
- Quantificação dos principais itens de bens e serviços de cada alternativa e sua distribuição ao longo da vida útil.
- Apresentação do cronograma físico de cada alternativa.

Pré-Análise Econômica

- Indicação dos benefícios econômicos de cada alternativa.
- Indicação dos custos econômicos de investimento e dos custos operacionais de cada alternativa, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto.
- Apresentação do fluxo de caixa de cada alternativa.
- Apresentação do valor presente líquido de cada alternativa, indicando a taxa de desconto aplicada.
- Seleção da melhor alternativa de projeto.
- Apresentação do cronograma financeiro da alternativa escolhida.

Enquadramento Ambiental

- Verificação do enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA nº 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental.

6.3.3 Elaboração da análise simplificada de viabilidade para projetos complementares

Esta análise visa confirmar a viabilidade da(s) alternativa(s) de projeto selecionada(s) na pré-viabilidade, estimando com maior precisão as projeções de demanda, tecnologias disponíveis, benefícios e custos de investimento e de operação do projeto.

Assim, ela compreende as análises técnica, econômica e ambiental, restringindo-se, porém, à(s) alternativa(s) selecionada(s) na análise de pré-viabilidade, que devem ser feitas a partir de anteprojeto(*) e com benefícios e custos estimados com precisão da ordem de 30%²⁸.

NOTA: * **Anteprojeto** - esboço ou rascunho de um Projeto, desenvolvido a partir de estudos técnicos preliminares, objetivando a melhor solução técnica, definindo as diretrizes e estabelecendo as características a serem adotadas na elaboração do Projeto Básico. Uma vez elaborado o anteprojeto, este deverá ser anexado à proposta de projeto.

A seguir, apresentam-se os elementos da análise simplificada de viabilidade:

²⁸ Percentuais pacificados pela boa prática de mercado.

Análise Técnica

- Confirmação das características técnicas da alternativa de projeto selecionada na pré-viabilidade.
- Determinação da vida útil do projeto.
- Quantificação dos principais itens de bens e serviços da alternativa selecionada na pré-viabilidade e sua distribuição ao longo da vida útil.
- Apresentação do cronograma físico do projeto.

Análise Econômica

- Determinação dos benefícios do projeto.
- Determinação dos custos de investimento e dos custos operacionais da alternativa selecionada, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto.
- Determinação do fluxo de caixa do projeto.
- Cálculo do valor presente líquido do projeto, indicando a taxa de desconto aplicada.
- Apresentação do cronograma financeiro do projeto.

Análise Ambiental

- Enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA nº 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental.
- Desde que tenha sido solicitado pela SEMACE, apresentação dos estudos ambientais necessários.

Para uma visão mais detalhada dos elementos que são submetidos às análises técnica, econômica e ambiental, é conveniente observar a descrição apresentada no item 5.3, referente aos elementos obrigatórios de uma proposta de projeto.

6.3.4 Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos

Esta análise visa confirmar as análises preliminares e a viabilidade do projeto, detalhando as estimativas de demanda, tecnologias disponíveis, alternativas de projeto, benefícios e custos de investimento e de operação, culminando com a seleção da melhor alternativa para o projeto.

Compreende, assim, análise técnica, econômica e ambiental, desenvolvidas a partir das alternativas consideradas no estudo de pré-viabilidade, realizados pelas setoriais. Para sua

realização, deve ser elaborado um projeto básico (**), a partir do qual os benefícios e custos são estimados admitindo-se precisão da ordem de 10 a 15%²⁹.

NOTA: ** **Projeto Básico** - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (Lei 8.666/93, Art. 6º, Inciso IX). Uma vez elaborado este projeto básico, ele deverá ser anexado à proposta de projeto.

A seguir, apresentam-se os elementos da análise de viabilidade:

Análise Técnica

- Confirmação das características técnicas das alternativas de projeto analisadas na pré-viabilidade.
- Determinação da vida útil do projeto.
- Quantificação dos principais itens de bens e serviços das alternativas analisadas e sua distribuição ao longo da vida útil.
- Apresentação do cronograma físico do projeto.

Análise Econômica

- Determinação dos benefícios de cada alternativa de projeto.
- Determinação dos custos de investimento e dos custos operacionais de cada alternativa analisada, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto.
- Determinação do fluxo de caixa de cada alternativa analisada.
- Cálculo do valor presente líquido de cada alternativa, indicando a taxa de desconto aplicada.
- Confirmação da melhor alternativa de projeto.
- Apresentação de análise de sensibilidade e análise de riscos.
- Apresentação do cronograma financeiro do projeto.

²⁹ Percentuais pacificados pela boa prática de mercado.

Análise Ambiental

- Enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA nº 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental.
- Desde que tenha sido solicitado pela SEMACE, apresentação dos estudos ambientais necessários.

As distintas análises descritas produzem, então, os outputs apresentados na tabela a seguir:

Tabela 11: Output das Análises de Viabilidade³⁰

Tipo de Análise	Aspecto	Output da análise
Análise de Consistência	Técnico	Características Técnicas do Projeto
		Vida Útil
		Cronograma Físico (Implantação e Operação)
Financeiro	Ambiental	Cronograma Financeiro (Investimento e Custeio)
		Enquadramento na Resolução COEMA nº 08/04
		Indicação da Necessidade de Licenciamento Ambiental
Análise de Pré-viabilidade	Técnico	Características Técnicas do Projeto
		Vida Útil
		Cronograma Físico (Implantação e Operação)
	Econômico	Financeiro
Fluxo de Caixa Econômico		
		Valor Presente Líquido (VPL) e Taxa Interna de Retorno (TIR)
		Cronograma Financeiro (Investimento e Custeio)
Análise simplificada de viabilidade	Ambiental	Enquadramento na Resolução COEMA nº 08/04
		Indicação da Necessidade de Licenciamento Ambiental
Análise simplificada de viabilidade	Técnico	Características Técnicas do Projeto
		Vida Útil
		Cronograma Físico (Implantação e Operação)
	Econômico	Financeiro
Fluxo de Caixa Econômico		
		Valor Presente Líquido (VPL) e Taxa Interna de Retorno (TIR)
		Cronograma Financeiro (Investimento e Custeio)
Análise simplificada de viabilidade	Ambiental	Enquadramento na Resolução COEMA nº 08/04
		Estudos Ambientais solicitados pela SEMACE
Análise de Viabilidade	Técnico	Características Técnicas do Projeto
		Vida Útil
		Cronograma Físico (Implantação e Operação)
	Econômico	Financeiro
Fluxo de Caixa Econômico		
		Valor Presente Líquido (VPL) e Taxa Interna de Retorno (TIR)
		Análise de Sensibilidade e Análise de Riscos
		Cronograma Financeiro (Investimento e Custeio)
Análise de Viabilidade	Ambiental	Enquadramento na Resolução COEMA nº 08/04
		Estudos Ambientais solicitados pela SEMACE

³⁰ A diferença básica entre os outputs de mesma natureza nos diferentes tipos de análise está na profundidade e grau de detalhamento das avaliações efetuadas.

6.3.5 Relação entre os tipos de avaliação prévia e os tipos de projeto de investimento

Com o intuito de sumariar as análises descritas, a tabela 12 apresenta síntese comparativa entre os aspectos dos quatro tipos de análise *ex ante* propostos: análise de consistência, análise de pré-viabilidade, análise simplificada de viabilidade e análise de viabilidade.

Tabela 12: Comparativo entre os tipos de análise

	ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA	ANÁLISE DE PRÉ-VIABILIDADE	ANÁLISE SIMPLIFICADA DE VIABILIDADE	ANÁLISE DE VIABILIDADE
Tipos de projeto	Projetos com domínio de escopo ou extremamente simples	Projetos estratégicos e projetos complementares	Projetos complementares	Projetos estratégicos
Responsável	Unidade Finalística	Unidade Finalística	Grupo Técnico de Investimento	Grupo Técnico de Investimento
Nível de precisão esperado	N/A	N/A	Aproximadamente 30%	10 – 15%
Aspectos da análise técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação das características técnicas do projeto e das especificações básicas. • Indicação da vida útil do projeto. • Quantificação dos principais itens de bens e serviços e sua distribuição ao longo da vida útil. • Apresentação do cronograma físico 	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição das características técnicas das alternativas de projeto consideradas e de sua adequabilidade para atender aos objetivos do projeto. • Indicação da vida útil do projeto. • Quantificação dos principais itens de bens e serviços de cada alternativa e sua distribuição ao longo da vida útil. • Apresentação do cronograma físico de cada alternativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Confirmação das características técnicas da alternativa selecionada na pré-viabilidade. • Determinação da vida útil do projeto. • Quantificação dos principais itens de bens e serviços da alternativa selecionada na pré-viabilidade e sua distribuição ao longo da vida útil. • Apresentação do cronograma físico do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Confirmação das características técnicas das alternativas de projeto analisadas na pré-viabilidade. • Determinação da vida útil do projeto. • Quantificação dos principais itens de bens e serviços das alternativas analisadas e sua distribuição ao longo da vida útil. • Apresentação do cronograma físico do projeto.
Aspectos da análise econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação dos custos de investimento e dos custos operacionais, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto. • Apresentação do cronograma financeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicação dos benefícios econômicos de cada alternativa. • Indicação dos custos econômicos de investimento e dos custos operacionais de cada alternativa, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto. • Apresentação do fluxo de caixa de cada alternativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Determinação dos benefícios do projeto. • Determinação dos custos de investimento e dos custos operacionais da alternativa selecionada, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Determinação dos benefícios de cada alternativa de projeto. • Determinação dos custos de investimento e dos custos operacionais de cada alternativa analisada, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto.

	ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA	ANÁLISE DE PRÉ-VIABILIDADE	ANÁLISE SIMPLIFICADA DE VIABILIDADE	ANÁLISE DE VIABILIDADE
<p>Aspectos da análise ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> Enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA no 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Verificação do enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA no 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação do valor presente líquido de cada alternativa, indicando a taxa de desconto aplicada. Seleção da melhor alternativa de projeto. Apresentação do cronograma financeiro da alternativa escolhida 	<ul style="list-style-type: none"> Cálculo do valor presente líquido do projeto, indicando a taxa de desconto aplicada. Apresentação do cronograma financeiro do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Determinação do fluxo de caixa de cada alternativa analisada. Cálculo do valor presente líquido de cada alternativa, indicando a taxa de desconto aplicada. Seleção da melhor alternativa de projeto. Apresentação de análise de sensibilidade e análise de riscos. Apresentação do cronograma financeiro do projeto

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

6.3.6 Validação das análises de consistência e de pré-viabilidade

Por ter composição multidisciplinar e ser parte isenta no processo de proposição de um projeto, o GTI será responsável por validar as análises de consistência realizadas pela setorial. Nesse sentido, o GTI deve verificar:

- se o escopo do projeto já foi realizado anteriormente;
- analisar as informações presentes nos cronogramas físicos e financeiros, custos de investimento e de operação, necessidade de enquadramento ambiental, características técnicas e especificações básicas, entre outras informações que constam no item 6.3.1 deste documento.

Caso as informações sejam baseadas em dados de projetos anteriores, a análise de consistência deve ser considerada válida pelo GTI. Caso contrário, a priori, a análise deve ser inconsistente e a proposta de projeto deve retornar a setorial para ajustar os parâmetros que estiverem inconsistentes.

Nesse sentido, para validação da análise de consistência é necessário averiguar se as características técnicas tomam por base projetos já realizados, assim como os custos de investimento e de operação, os quais devem conter valores similares aos de projetos já executados, ou seja, a diferença dos preços do projeto proposto para um projeto já executado deve variar em torno da inflação acumulada do período. Pode-se considerar para o cálculo da inflação o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), IGP-DI (Índice Geral de Preços – Definição Interna) ou um indicador específico de um setor, como o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção). Distorções de preço acima da inflação acumulada ou no escopo do projeto podem ser justificadas e devem ser avaliadas pelo GTI se são plausíveis, dado, por exemplo, o aumento da qualidade do material que será empregado no projeto proposto.

Para os projetos estratégicos ou complementares que não foram classificados como de domínio de escopo, após a elaboração da análise de pré-viabilidade pela setorial, o GTI irá elaborar a análise de viabilidade (para projetos estratégicos) ou a análise simplificada de viabilidade (para projetos complementares). Dado o fato do GTI ser um grupo multidisciplinar sem viés setorial, não haverá necessidade de validar as análises de viabilidade realizadas. Por outro lado, as análises de viabilidade realizadas pelo GTI servirão como validação da análise de pré-viabilidade elaborada pela setorial.

O projeto será declarado economicamente, então, viável quando apresentar resultado positivo (VPL econômico maior que zero e $B/C > 1$ ³¹), com execução baseada em características técnicas e tecnológicas adequadas e com viabilidade ambiental certificada pelos órgãos reguladores consultados³².

Portanto, caso não sejam encontradas opções viáveis na elaboração da análise de viabilidade ou análise simplificada de viabilidade, a proposta de projeto deve retornar para a setorial para verificação de seus elementos.

Finalmente, destaca-se que o GTI contará com os recursos e apoio logístico da setorial responsável pela proposta de projeto para contratar ou elaborar a análise de viabilidade ou análise simplificada de viabilidade.

Assume-se também que a setorial proponente deve ter ciência de que as informações prestadas na análise de pré-viabilidade serão validadas, ou não, na etapa de análise de viabilidade (ou análise simplificada de viabilidade).

A próxima seção aborda os produtos gerados na Etapa de Avaliação Prévia.

³¹ Benefício econômico sobre custo econômico maior que 1.

³² Os condicionantes da viabilidade ambiental serão analisados pelos órgãos reguladores conforme legislação vigente.

6.4. PRODUTOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

Os resultados da análise de viabilidade consistem em inferir se o projeto de investimento é de execução viável ou inviável sob o ponto de vista técnico, econômico, financeiro e ambiental.

Ultrapassadas as fases de verificação da exequibilidade técnica e do atendimento a legislação ambiental vigente, um projeto será considerado viável do ponto de vista econômico quando o Valor Presente Líquido (VPL) for positivo, ou seja, o emprego de esforço e recursos serão recompensados pelos retornos econômicos. Complementarmente, nesse caso, a razão Benefício-Custo (B/C) será maior do que 1 e a Taxa Interna de Retorno (TIR) será maior que o custo de oportunidade do capital.

Evidenciada a inviabilidade do projeto, o GTI deve encaminhar o mesmo para a setorial para que sua configuração possa ser revista pelo grupo que o desenvolveu, verificando se é possível reformulá-lo de forma a torná-lo viável sem perder de vista o resultado que se pretende alcançar. Evidentemente, é possível que seja necessário fazer algumas concessões neste sentido, revendo as metas previstas para o projeto.

O resultado final da etapa 2 do modelo de GIP é a validação, ou não, das análises de viabilidade do projeto pelo GTI, o que significa que, do ponto de vista técnico e financeiro, o projeto é considerado sustentável e deve seguir como insumo para a Etapa 3 do Modelo de GIP, que trata da Priorização e Seleção dos projetos de investimento a serem executados pelo Governo do Estado do Ceará.

6.5. RECURSOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

Para a execução das atividades previstas, são necessários os recursos descritos a seguir:

6.5.1 *Técnicos das setoriais e GTI*

Na etapa de avaliação prévia dos projetos, as responsabilidades sobre as análises são divididas entre os técnicos das setoriais e o GTI. Cabe às setoriais realizar a análise de consistência, e a análise de pré-viabilidade. Já ao GTI compete validar a análise de consistência e realizar a análise simplificada de viabilidade e análise de viabilidade, o que deve contribuir para a redução do “viés de otimismo”. Caso seja necessário, o GTI deverá contar com sua rede expandida de especialistas, conforme descrito no capítulo 12. Além disso, cabe aos técnicos das setoriais a alimentação dos sistemas do Governo que estarão integrados ao Banco de Projetos, inserindo informações sobre as propostas, os estudos e as conclusões provenientes das análises realizadas.

6.5.2 Especialista no tema dos projetos

Os especialistas nos temas dos projetos deverão ser contratados para auxiliar nas análises da etapa de avaliação prévia, pois é necessário conhecimento específico sobre todos os custos e despesas para implementação do equipamento público e sua operação, assim como das fontes de receita para as análises de viabilidade. Constatou-se, no diagnóstico realizado, que é necessário contratar este conhecimento para poder realizar as análises previstas.

6.5.3 Ferramentas de apoio à avaliação prévia

Para realizar a análise de viabilidade, há algumas ferramentas indicadas (tabela 13). Dentre as ferramentas indicadas, destaca-se o software MS Excel, com o qual são modeladas as planilhas de fluxo de caixa e que dispõe de diversas funções aplicáveis a análises econômico-financeiras, em particular as funções VPL (Valor Presente Líquido) e TIR (Taxa Interna de Retorno).

Tabela 13: Ferramentas de apoio à Avaliação prévia

Ferramentas	Avaliação Prévia
EXCEL	X
@RISK	X
EXPERT CHOICE	X
SPSS	
HDM-4	X
CUBE	X
GIP	X

Fonte: Elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

6.5.4 Banco de Projetos

O Banco de Projetos deve ser utilizado para armazenar os resultados da análise de pré-viabilidade, de viabilidade, simplificada de viabilidade ou da análise de consistência. Os estudos realizados também deverão ser armazenados no Banco de Projetos. É importante salientar que esse armazenamento será fundamental para a obtenção de lições aprendidas e consulta futura para a realização da Avaliação *Ex Post* (Etapa 5 do modelo de GIP).

CAPÍTULO 7

ETAPA 3: PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO



7. Etapa 3: Priorização e Seleção

A etapa 3 do modelo de GIP compreende a priorização e seleção dos projetos públicos que deverão ser incluídos na carteira que o Governo do Estado do Ceará pretende executar. Ela envolve o GTI, os técnicos das setoriais, o COGERF e o Governador, que deverá deliberar sobre a execução dos projetos. A seguir apresenta-se a Etapa 3 no contexto do fluxo de GIP.

Figura 11: A etapa de Priorização e Seleção dentro do modelo de GIP



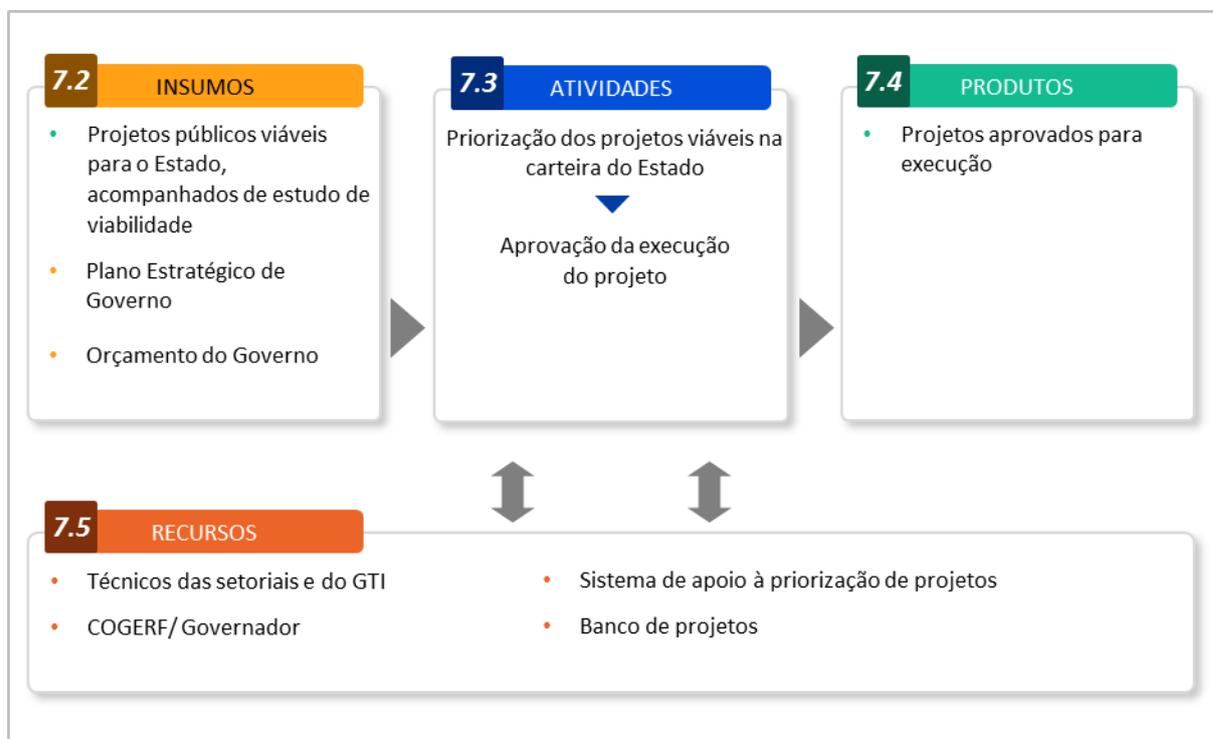
Fonte: Elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

7.1. OBJETIVO DA ETAPA E DIAGRAMA INSUMO - PRODUTO

A etapa 3 tem como objetivo formar a carteira de projetos públicos que são prioritários e viáveis que, por estas razões, o Governo do Estado do Ceará pretende executar, conforme a disponibilidade de orçamento. Considera-se que, após a execução das etapas anteriores e a respectiva produção documental, a aprovação dos projetos de investimento se dará com maior embasamento, considerando todos os aspectos estratégicos, econômicos, financeiros, técnicos e ambientais analisados, bem como os possíveis riscos à execução.

A figura 14 apresenta o diagrama insumo – produto que sintetiza o processo da Etapa de Priorização e Seleção de Projetos, cujo detalhamento será descrito ao longo deste capítulo.

Figura 12: Diagrama insumo - produto da Etapa de Priorização e Seleção de Projetos e relação com as seções deste capítulo



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

7.2. INSUMOS DA ETAPA DE PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

Além das PPPs e concessões viáveis, cujo processo normativo difere do modelo de GIP, apenas os projetos que passaram pela etapa de Avaliação Prévia serão considerados para a priorização dentro da carteira de projetos do Governo do Estado do Ceará. Para execução da atividade de priorização, devem ser utilizados como insumos as prioridades estratégicas³³ do Estado e a proposta de projeto contendo todos elementos obrigatórios estruturados.

Após a priorização, ocorrerá a atividade de seleção dos projetos de investimento que será realizada pelo Governador do Estado do Ceará. Para poder realizar esta seleção, deverá ser

³³ As prioridades estratégicas do Estado podem estar contidas no Plano Estratégico de Longo Prazo ou no Plano de Governo. Caso não existam prioridades pré-definidas, deve-se consultar o Governador do Estado.

disponibilizado dossiê da proposta de projeto, composto por três insumos: a proposta de projeto contendo todos os elementos obrigatórios (inclusive as análises realizadas), as prioridades estratégicas do Estado e a disponibilidade orçamentária³⁴.

Sendo assim, as prioridades estratégicas devem estar figuradas nos instrumentos de Gestão Estratégica do Governo do Estado do Ceará, o qual conta, atualmente, com o Plano de Governo e com o PPA 2016-2019. Caso haja algum plano estratégico/desenvolvimento de longo prazo, este também deve ser considerado para as atividades de priorização e seleção dos projetos de investimento.

A seguir são apresentadas as atividades de priorização e de seleção/aprovação das propostas de projetos.

7.3. ATIVIDADES DA ETAPA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

7.3.1 Priorização na carteira de projetos do estado

Para fins de aprovação dos projetos que serão incluídos na montagem do orçamento, estes deverão ser previamente hierarquizados pelo GTI em três cestas de prioridade³⁵: Prioridade Alta, Prioridade Média e Prioridade Baixa. Esta priorização entre as propostas de projeto do Governo do Estado do Ceará tem como objetivo proporcionar ao Governo visão clara e evidente sobre o potencial que o projeto tem de contribuir para o alcance de seus objetivos estratégicos. Desta forma, a aprovação do projeto será realizada também com base neste critério, o que tem impacto direto sobre o alcance dos objetivos traçados pelo Governo do Ceará.

O enquadramento de cada projeto público do Governo do Estado do Ceará na classe de prioridade correspondente será feito mediante o emprego de Análise Multicritério (AHP) a ser feita pelo GTI, com base nos critérios Impacto Estratégico do projeto e Riscos Envolvidos. Estes critérios são chamados de critérios de Nível 1. O critério **Impacto Estratégico** de cada projeto deve ser avaliado segundo os seguintes critérios de Nível 2: contribuição para o

³⁴ A disponibilidade orçamentária deve ser verificada, com vistas a garantir a sustentabilidade financeira da implementação e operação do projeto de investimento. Esta verificação da sustentabilidade financeira deve ser realizada pelo GTI e validada pelo COGERF.

³⁵ Para a definição da carteira de projetos do Estado, propõe-se um agrupamento por Cestas de Projetos, de prioridade alta, média ou baixa, em contraponto com a tradicional priorização de projetos individuais. Conforme será detalhado, a cesta de prioridade alta conterà os projetos que receberem avaliação final maior do que 6, a cesta de prioridade média conterà os projetos que receberem avaliação final entre 6 e 3 e a cesta de prioridade baixa conterà os projetos que receberem avaliação final menor do que 3. Isso facilitará a visão de conjunto dos projetos com prioridade alta, média ou baixa de execução e evitará o confronto de projetos de diferentes naturezas, como projetos sociais (saúde e educação, por exemplo) e projetos de infraestrutura.

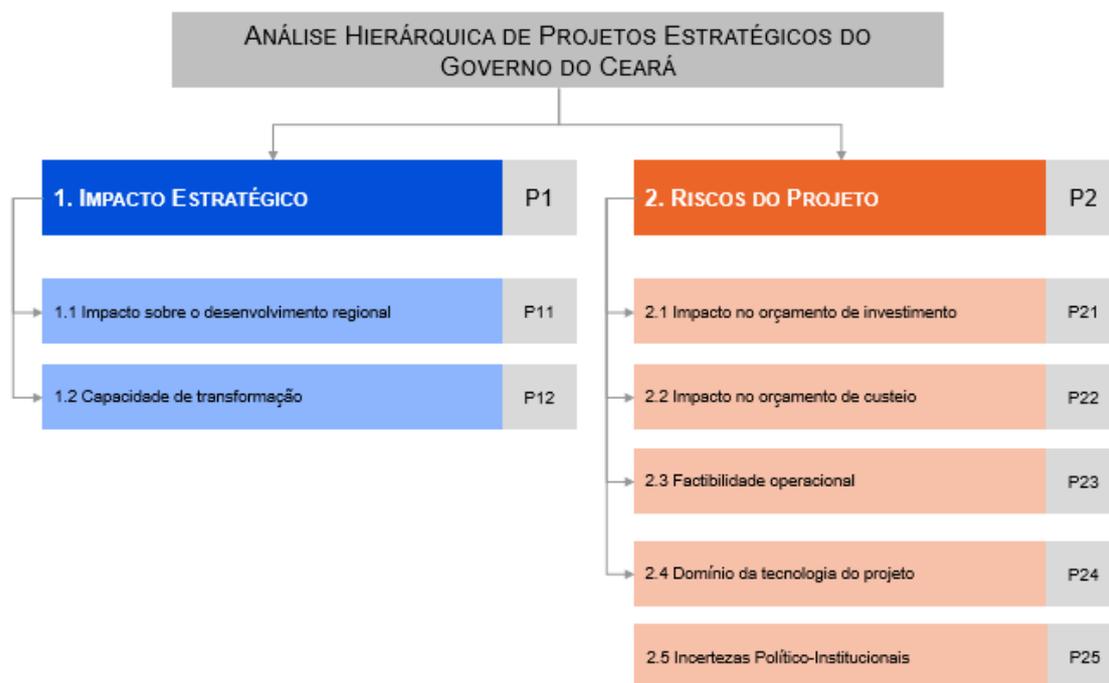
desenvolvimento regional e capacidade de transformação. Os **Riscos Envolvidos** no projeto devem ser avaliados pelos seguintes critérios de Nível 2: impacto no orçamento de investimento, impacto no orçamento de custeio, factibilidade operacional, domínio da tecnologia e incertezas político-institucionais.

A escolha destes critérios foi motivada por quatro diretrizes: serem atribuíveis a projetos de naturezas diferentes (p.ex.: saúde, educação, infraestrutura etc.) e, assim, permitir comparação entre projetos de diferentes naturezas, favorecer a escolha de projetos que tenham alta contribuição para a estratégia de Governo e para o desenvolvimento do estado e favorecer a escolha de projetos que sejam mais factíveis, dentre projetos com mesmo nível de prioridade estratégica.

Conforme preconizado pela metodologia AHP, para realizar esta classificação, primeiramente, deve ser elaborada a árvore hierárquica que ilustra a relação entre os critérios de Nível 1 e de Nível 2 (Figura 15). Cada dos critérios inseridos na árvore terá peso determinado pela comparação par a par entre os critérios do mesmo nível. Por exemplo, para determinar os pesos entre os critérios de Nível 1, deve-se comparar o peso do impacto estratégico frente aos riscos envolvidos. No caso dos pesos dos critérios de Nível 2, eles devem ser atribuídos mediante comparação entre os critérios de Nível 2 que compõem o mesmo critério de Nível 1. Por exemplo, determina-se o peso entre os critérios de Nível 2 que compõem o critério impacto estratégico, mediante a comparação par a par entre contribuição para o desenvolvimento regional e capacidade de transformação. Essas comparações para a determinação desses pesos serão feitas pelo GTI e validadas pelo COGERF, na reunião com enfoque em Gestão de Investimento (descrito no Cap. 12).

A figura 15, a seguir, apresenta a árvore hierárquica que ilustra a relação hierárquica entre os critérios de Nível 1 e Nível 2, para hierarquização da carteira de projetos do Estado do Ceará.

Figura 13: Critérios de Nível 1 e Nível 2 para priorização dos projetos no Governo do Ceará



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Os pesos dos critérios Impacto Estratégico e Riscos são representados por P1 e P2.

No Nível 2, o Impacto Estratégico compreende os critérios Desenvolvimento Regional e Capacidade de Transformação, cujos pesos relativos são representados por P11 e P12. Os Riscos compreendem Impacto no Orçamento de Investimento, Impacto no Orçamento de Custeio, Factibilidade Operacional, Domínio da Tecnologia do Projeto e Incertezas Político – Institucionais, com pesos P21, P22, P23, P24 e P25. Os pesos totais de cada critério do Nível 2 são dados pelos produtos $P1 \times P11$ e $P1 \times P12$; bem como $P2 \times P21$, $P2 \times P22$, $P2 \times P23$, $P2 \times P24$ e $P2 \times P25$. Uma vez determinados os pesos totais, procede-se à avaliação de cada projeto em relação a cada um dos sete critérios adotados. Esta avaliação também deve ser feita pelo GTI.

Para poder determinar os pesos, os técnicos envolvidos precisam se ater ao significado dos conceitos de cada critério de Nível 1 e de Nível 2. Neste sentido, descreve-se a seguir o significado dos critérios de Nível 1:

CRITÉRIOS DE NÍVEL 1

Impacto Estratégico	Objetiva avaliar a capacidade de transformação do projeto e o grau de contribuição do projeto para o desenvolvimento regional.
Riscos	Objetiva avaliar o impacto do projeto sobre o orçamento de investimento e sobre o orçamento de custeio, a factibilidade operacional do projeto, o domínio da tecnologia e as incertezas político-institucionais envolvidas.

A nota destes critérios de Nível 1 é calculada por meio da média ponderada das notas dos critérios de Nível 2 que o compõe. Portanto, é também necessário compreender o conceito de cada critério de Nível 2, conforme apresentado a seguir.

CRITÉRIOS DE NÍVEL 2 EMPREGADOS PARA AVALIAR O IMPACTO ESTRATÉGICO DO PROJETO

Capacidade de transformação	Seu objetivo é avaliar o grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos do governo; o grau de contribuição para a redução de gargalos na economia do Estado; se o projeto gera resultados que tendem a mudar o ambiente econômico ou social do estado ou de regiões do estado; se possui efeito multiplicador capaz de gerar novas iniciativas públicas ou privadas; e se ele induz o surgimento de projetos complementares.
Contribuição para o desenvolvimento regional	Seu objetivo é avaliar a contribuição do projeto para o alcance das metas de desenvolvimento regional constantes no Plano de Governo, o grau de impacto positivo sobre os indicadores sociais e econômicos de regiões menos favorecidas do Estado, a contribuição para a integração regional e contribuição para a redução de desigualdades regionais.

CRITÉRIOS DE NÍVEL 2 EMPREGADOS PARA AVALIAR OS RISCOS ENVOLVIDOS NO PROJETO

Impacto no orçamento de investimento	Seu objetivo é avaliar o grau de impacto do investimento financeiro necessário para implantar o projeto sobre o orçamento de investimento do Governo.
Impacto no orçamento de custeio	Seu objetivo é avaliar o grau de impacto do custo anual da operação do projeto sobre o orçamento de custeio do Governo.
Factibilidade operacional	Seu objetivo é avaliar se a unidade finalística responsável pelo projeto tem experiência em projetos de mesma natureza e porte financeiro; se ela dispõe de recursos humanos, materiais e gerenciais para implementar o projeto; se existem projetos semelhantes em andamento ou concluídos com sucesso no Estado; e se os agentes envolvidos na operacionalização do projeto têm interesses comuns aos da unidade finalística.
Domínio da tecnologia	Seu objetivo é avaliar se a tecnologia é inovadora, ou pouco conhecida na unidade finalística e no Estado; ou se ela é de caráter rotineiro, não exigindo grandes qualificações da parte dos agentes envolvidos na implantação do projeto. Deve avaliar também se os agentes envolvidos na implantação do projeto dominam, ou não, a tecnologia adotada.
Incertezas político-institucionais	Seu objetivo é avaliar diversas incertezas envolvidas: se há consenso entre os agentes envolvidos sobre a viabilidade e oportunidade da implantação do projeto; se para a implantação do projeto é necessário forte engajamento de diversos setores da sociedade; se há incertezas quanto à demanda dos serviços / produtos proporcionados pelo projeto; se a implementação depende de legislação específica, ou regulamentação, ainda sem definição; se há questões

CRITÉRIOS DE NÍVEL 2 EMPREGADOS PARA AVALIAR O IMPACTO ESTRATÉGICO DO PROJETO

de licenciamento ambiental polêmicas ou não resolvidas; se há garantia de recursos financeiros; e se a unidade finalística tem condições de garantir os recursos humanos e materiais necessários a implantação e a operação.

Para auxiliar a reflexão dos técnicos durante a tarefa de atribuição de notas aos projetos, foram elaboradas perguntas relativas a cada um dos critérios. Elas também têm como objetivo unificar a reflexão sobre cada conceito entre os técnicos.

Desenvolvimento Regional

- Qual a contribuição do projeto para o alcance das metas de desenvolvimento regional constantes dos planos setoriais e de governo?
- Qual a contribuição do projeto para a melhoria dos indicadores sociais e econômicos de regiões menos favorecidas do Estado?
- Qual a contribuição do projeto para a integração regional?
- Qual a contribuição do projeto para a redução de desigualdades regionais?

Capacidade de Transformação

- Qual o grau de contribuição do projeto para os resultados finalísticos do setor em que se insere?
- Qual o grau de contribuição do projeto para a redução de gargalos na economia do Estado?
- O projeto gera resultados tendentes a mudar o ambiente econômico ou social da região em que se insere?
- O projeto possui efeito multiplicador capaz de gerar novas iniciativas públicas ou privadas?
- O projeto induz ao surgimento de projetos complementares?

Impacto no Orçamento de Investimento

- Qual o montante total do investimento financeiro necessário para implantar o projeto?
- O impacto deste montante é significativo perante o orçamento de investimento previsto?

Impacto no Orçamento de Custeio

- Qual o montante anual do custo financeiro necessário para operacionalizar o projeto?
- O impacto deste montante é significativo perante o orçamento de custeio previsto para os anos de operação do projeto?

Factibilidade Operacional

- A unidade finalística responsável pelo projeto tem experiência em projetos de mesma natureza e porte financeiro?
- Existem projetos semelhantes em andamento ou concluídos com sucesso no Estado?
- A unidade finalística dispõe de recursos humanos, materiais e gerenciais para implementar o projeto?
- Os diferentes agentes envolvidos na operacionalização do projeto têm interesses comuns aos interesses da unidade finalística?

Domínio da Tecnologia do Projeto

- O projeto envolve tecnologia inovadora, pouco conhecida na unidade finalística e no Estado?
- A tecnologia é de caráter rotineiro, não exigindo grandes qualificações da parte dos agentes envolvidos na implantação do projeto?
- Os agentes envolvidos na implantação do projeto dominam a tecnologia adotada?
- Há projetos com tecnologia semelhante em execução ou concluídos com sucesso no Estado?

Incertezas Político – Institucionais

- Há consenso entre os agentes envolvidos sobre a viabilidade e oportunidade da implantação do projeto?
- O sucesso da implantação do projeto depende de forte engajamento de diversos setores da sociedade?
- Há incertezas quanto à demanda pelos serviços / produtos proporcionados pelo projeto?
- O projeto depende de legislação específica, ou regulamentação, ainda sem definição?

CAPÍTULO 7: ETAPA 3 – PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

- Há questões de licenciamento ambiental polêmicas e não resolvidas?
- Até que ponto os recursos financeiros para o projeto estão garantidos por acordos ou convênios específicos?
- A unidade finalística tem condições de garantir os recursos humanos e materiais para a implantação e operação do projeto?

Para se atribuir notas aos projetos, o analista deve avaliar o projeto perante a cada critério e atribuir uma nota de 1 a 9, onde 9 corresponde à avaliação mais favorável e 1 à avaliação menos favorável. A tabela 16 apresenta as possibilidades de notas de avaliação do projeto em relação a cada um dos critérios de Nível 2.

Tabela 14: Critérios e níveis para avaliação dos projetos

CRITÉRIOS	AVALIAÇÃO	NOTA
Desenvolvimento Regional	Potencialidade muito alta	9
	Potencialidade alta	7
	Potencialidade baixa	3
	Potencialidade muito baixa	1
Capacidade de Transformação	Capacidade muito alta	9
	Capacidade alta	7
	Capacidade baixa	3
	Capacidade muito baixa	1
Impacto no Orçamento de Investimento	Investimento maior que R\$ 50 milhões	1
	Investimento entre R\$ 10 e R\$ 50 milhões	5
	Investimento menor que R\$ 10 milhões	9
Impacto no Orçamento de Custeio	Custo anual maior que R\$ 10 milhões	1
	Custo anual entre R\$ 2 e R\$ 10 milhões	5
	Custo anual menor que R\$ 2 milhões	9
Factibilidade Operacional	Muito alta	9
	Alta	7
	Baixa	3
	Muito baixa	1
Domínio da Tecnologia do Projeto	Pleno domínio – Tecnologia Rotineira	9
	Razoável domínio	7
	Pouco domínio	3
	Nenhum domínio – Tecnologia Inovadora	1
Incertezas Político-Institucionais	Grau de Incerteza muito alto	1
	Grau de incerteza alto	3
	Grau de incerteza baixo	7
	Grau de incerteza muito baixo	9

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

A avaliação final do projeto será dada pelo somatório dos produtos da nota de avaliação do critério pelo seu peso total. Esta avaliação final poderá variar de 9 a 1, sendo 9 a melhor avaliação (maior prioridade) e 1 pior avaliação (menor prioridade).

Convém ressaltar que a avaliação pelo método AHP é comparativa e interativa. Ela é comparativa porque as notas atribuídas aos projetos devem ser feitas em reunião que avaliará toda a carteira de projetos, de forma que o respondente possa ter a visão de conjunto e atribuir as notas relativas a cada projeto. É interativa porque a metodologia faculta a possibilidade de, após a classificação hierárquica, avaliar a classificação entre os projetos e revisar as notas atribuídas, quando se detecta alguma inconsistência evidente na classificação.

Como resultado final, os projetos serão classificados por três níveis de prioridade (Alta, Média, ou Baixa). O enquadramento de cada projeto na classe de prioridade do projeto será realizado conforme indicado a seguir:

Tabela 15: Resultado da priorização das propostas de projeto.³⁶

Cesta do Projeto	Nota da Avaliação Final	Projetos	Nota	Nível de Prioridade
Cesta de Prioridade Alta	Maior do que 6	Proj. 1 Proj. 2 ... Proj. n	9,0 8,7 ... 6,1	Alta
Cesta de Prioridade média	Entre 6 e 3	Proj. A Proj. B Proj. C ... Proj. m	6,0 5,9 5,8 ... 3,1	Média
Cesta de Prioridade baixa	Menor do que 3	Proj. W Proj. X Proj. Y ... Proj. z	3,0 2,9 2,8 ... 1,1	Baixa

A planilha de classificação de projetos elaborada pelo GTI pode servir a duas opções possíveis:

³⁶ Esta tabela deve ser considerada como o parecer técnico que o GIT apresentará ao COGERF, juntamente com a memória de cálculo que gerou os dados apresentados na tabela.

- caso o Estado já tenha elaborado seu orçamento, ela pode servir de orientação para o Governo decidir as prioridades de desembolso, conforme as disponibilidades;
- caso o Estado ainda não tenha elaborado o orçamento ela deve ser utilizada como orientação sobre os projetos que devem ser incluídos no orçamento global preliminar e, então, submetido à aprovação do Governo;

Por fim, ressalta-se que qualquer projeto que seja proposto após realizada a priorização será avaliado e receberá suas respectivas notas para definir em qual cesta de projeto será incorporado.

No caso de existirem muitas propostas de projetos em andamento no Governo, a priorização deverá ser realizada em reunião de GTI agendada com o objetivo exclusivo de realizar a priorização e definir as cestas de projeto. No caso de haverem poucos projetos, a atribuição de notas aos projetos e definição do nível de prioridade poderá ocorrer em qualquer reunião do GTI. Em todos os casos, a composição da reunião deve contemplar um membro de cada secretaria finalística, a fim de garantir diversidade de pesos e critérios.

7.3.1.1 Exemplo ilustrativo de priorização com os critérios propostos

A fim de melhor descrever os conceitos e procedimentos aqui preconizados apresentam-se resumidamente os cálculos efetuados na avaliação de dois projetos hipotéticos (PROJ. A e PROJ. B).

Inicialmente torna-se necessário determinar os pesos de cada critério de avaliação.

Conforme ilustrado na tabela 17, os pesos do Nível 1, por hipótese, foram determinados com a aplicação do método AHP aos critérios Impacto Estratégico e Riscos.

Analogamente, foram determinados os pesos do Nível 2, para cada grupo de critérios.

Destes valores resultaram os pesos totais de cada critério, pelo produto dos valores do Nível 1 e pelos correspondentes valores do Nível 2.

Tabela 16: Pesos dos critérios de nível 1 e nível 2

NÍVEL 1	PESOS	NÍVEL 2	PESOS	PESOS TOTAIS
Impacto Estratégico	0,600	Desenvolvimento Regional	0,400	0,240
		Capacidade de Transformação	0,600	0,360
Riscos	0,400	Impacto no Orçamento de Investimento	0,125	0,050
		Impacto no Orçamento de Custeio	0,125	0,050
		Factibilidade Operacional	0,250	0,100
		Domínio da Tecnologia do Projeto	0,250	0,100
		Incertezas Político-Institucionais	0,250	0,100

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Uma vez determinados os pesos totais, cada projeto é avaliado segundo os critérios adotados, com utilização da escala de 1 a 9, observando-se que 9 representa a melhor avaliação relativa a cada critério.

Por exemplo, quanto ao critério Desenvolvimento Regional, a avaliação 9 corresponde ao projeto com alta potencialidade para promover o desenvolvimento regional no Ceará. Com relação às Incertezas Político - Institucionais, por sua vez, a avaliação 9 corresponde ao projeto grau de incerteza muito baixo. E assim por diante.

A tabela 18 ilustra os resultados hipotéticos da avaliação de dois projetos (PROJ. A e PROJ. B) segundo cada um dos critérios e da avaliação final resultante.

Tabela 17: Exemplo ilustrativo da avaliação de prioridade entre projetos

CRITÉRIOS	PESOS TOTAIS	AVALIAÇÃO DO PROJETO			
		PROJETO A		PROJETO B	
		AVALIAÇÃO	AVAL X PESO	AVALIAÇÃO	AVAL X PESO
Desenvolvimento Regional	0,240	7	1,680	7	1,680
Capacidade de Transformação	0,360	3	1,080	7	2,520
Impacto no Orçamento de Investimento	0,050	1	0,050	1	0,050
Impacto no Orçamento de Custeio	0,050	1	0,050	5	0,250
Factibilidade Operacional	0,100	3	0,300	7	0,700

CRITÉRIOS	PESOS TOTAIS	AVALIAÇÃO DO PROJETO			
		PROJETO A		PROJETO B	
		AVALIAÇÃO	AVAL X PESO	AVALIAÇÃO	AVAL X PESO
Domínio da Tecnologia do Projeto	0,100	9	0,900	9	0,900
Incertezas Político-Institucionais	0,100	7	0,700	7	0,700
PRIORIDADE ORÇAMENTÁRIA	Avaliação		4,760		6,800
	Prioridade		Média		Alta

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Este processo conduziu ao PROJ. A obter avaliação de 4,760, o que o coloca na classe de prioridade Média; e ao PROJ. B receber avaliação de 6,800 que corresponde a prioridade Alta.

7.3.2 Aprovação dos projetos de investimento

Com a estruturação das propostas de projeto para Estado do Ceará, organizada por níveis de prioridade, o Governo terá posse de instrumento de gestão que irá apresentar cestas de projetos propostos, agrupados por níveis de prioridade (Tabela 15). Vale lembrar que apenas projetos viáveis³⁷ constarão nas cestas.

O GTI irá, então, solicitar ao GTF³⁸ a avaliação da sustentabilidade financeira³⁹ do projeto e emissão de parecer sobre a indicação de sustentabilidade para ser aprovado, ou não, pelo COGERF. Caso o projeto não disponha de recursos que o tornem financeiramente sustentável, o GTF deve indicar esta condição à secretaria (e ao GTI) que deverá buscar novas fontes de recursos⁴⁰, junto à setorial, para viabilizar sua implementação e operação. Complementarmente, o COGERF poderá deliberar, em plenária, sobre a realocação de recursos, entre as setoriais, de forma a prover sustentabilidade financeira aos projetos de interesse do Estado.

O GTI deverá, com o apoio da Secretaria Executiva do COGERF, organizar os dossiês dos projetos incluídos em cada cesta (o dossiê inclui a análise elaborada na etapa de Avaliação Prévia, o

³⁷ Projetos viáveis são projetos que passaram pela análise de viabilidade simplificada, ou pela análise de viabilidade, ou pela análise de consistência e tiveram estas análises validadas pelo GTI.

³⁸ Grupo Técnico de Gestão Fiscal.

³⁹ Um projeto é financeiramente sustentável quando ele dispõe de recursos para sua implementação e operação ao longo do seu ciclo de vida.

⁴⁰ Verificar, por exemplo, a possibilidade de obtenção de recursos junto ao Governo Federal.

parecer do GTF sobre a sustentabilidade financeira, e o nível de prioridade do projeto) e encaminhar a documentação para o COGERF. Ressalta-se que o COGERF não deliberará sobre a aprovação ou a rejeição de qualquer projeto, mas poderá solicitar ajustes no respectivo dossiê, caso verifique que o mesmo não está completo. Caso a documentação esteja completa e validada, ele recomendará sobre viabilidade de execução dos projetos e encaminhará para aprovação do Governador.

Com os dossiês dos projetos organizados em cestas de prioridade para o Estado⁴¹ e a indicação do COGERF sobre os projetos que podem ser executados, o Governador irá decidir quais serão os projetos de investimento cuja implementação será aprovada.

Ressalta-se que esta decisão de aprovação por parte do Governador será tomada com maior embasamento técnico⁴². Entretanto, não se deve perder de vista que podem haver questões inerentes ao processo político que influenciam a decisão de aprovação, ou não, de determinado projeto pelo Governador. O Governador pode também decidir que um projeto incluído nas cestas de média ou baixa prioridade seja aprovado frente a um projeto declarado de alta prioridade. Entretanto, a tendência é que este seja um fato raro.

Na sequência, a aprovação do projeto de investimento é comunicada e a setorial que deve preparar-se para a Etapa 4 do modelo de GIP (Execução do Investimento).

Aqueles projetos que não foram aprovados em determinado momento permanecem organizados no seu dossiê, continuam a compor sua cesta de projetos, aguardando nova possibilidade de submissão à aprovação pelo Governador (e permanecem arquivados no Banco de Projetos).

Em face do conhecimento da razão para a não aprovação, a setorial pode decidir por manter a proposta de projeto como está e aguardar nova oportunidade, retrabalhar a proposta para uma nova submissão, ou até mesmo descartá-la.

A seguir são apresentados os produtos resultantes da Etapa de Priorização e Seleção.

⁴¹ Cada projeto terá, neste momento, um dossiê completo com todos os elementos obrigatórios, conforme descrito na etapa 1.

⁴² A setorial também conta com embasamento técnico sólido para defender a realização do projeto junto ao Governador.

7.4. PRODUTOS DA ETAPA DE PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

Os projetos que passam pela atividade de seleção pelo Governador podem se configurar em dois resultados e, conseqüentemente, dois tipos de produto:

- I. Projeto de investimento aprovado: há uma sinalização para que a setorial possa elaborar o projeto executivo e, em seguida, realizar os tramites de contratação de empresa prestadora do serviço que irá executá-lo, atender os tramites burocráticos e autorizar o início da execução.
- II. Projeto de investimento não aprovado: caso decida-se pela não execução do projeto no momento, o mesmo será arquivado no banco de projetos, para que no momento oportuno ele possa ser novamente submetido ao processo de aprovação, ou para que suas informações possam ser consultadas e aproveitadas na concepção de outros projetos de investimento.

O resultado final da etapa 3 do modelo de GIP é a aprovação, ou não da execução de um projeto cuja viabilidade foi analisada sob o ponto de vista dos diferentes aspectos envolvidos e cuja prioridade estratégica frente aos demais projetos do Estado foi determinada.

Um detalhamento sobre o passo a passo das atividades e decisões envolvidas nesta etapa estão apresentadas no tópico 7.6 deste capítulo.

7.5. RECURSOS DA PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS

Para a execução das atividades previstas nesta etapa são necessários os seguintes recursos:

7.5.1 *Técnicos das setoriais e GTI*

Os técnicos das setoriais serão acionados nessa etapa em caso de dúvidas específicas sobre o projeto proposto, que poderá ser questionada pelos GTI, outros Grupos Técnicos, bem como pelo COGERF ou pelo Governador.

O GTI será encarregado por realizar a priorização da carteira de projetos do Estado⁴³, organizar os dossiês de projeto e atuar no papel consultivo junto aos Grupos Técnicos do COGERF sobre

⁴³ Atribuições do GTI estão definidas no capítulo 12.

quais projetos que deveriam ser selecionados, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e possibilidade de geração de resultados/benefícios para o Estado do Ceará.

7.5.2 Sistema de apoio à priorização de projetos

O EXPERT CHOICE é uma ferramenta desenvolvida originalmente por Thomas Saaty e Ernest Forman em 1983, para implementar a metodologia AHP (*Analytic Hierarchy Process*), voltada para a tomada de decisão com base em múltiplos critérios.

Ao longo dos anos, diversas empresas de software desenvolveram ferramentas equivalentes, todas designadas como “expert choice”, visando apoiar este método de análise multicritério.

Estas ferramentas sistematizam o processo de tomada de decisão, calculam as prioridades, realizam as verificações de consistência das prioridades e apresentam resultados sob forma numérica e gráfica, objetivando facilitar o seu entendimento e a realização de eventuais correções de avaliação.

Assim, o EXPERT CHOICE estrutura o processo de decisão, segundo a metodologia AHP, e facilita a comunicação entre os membros do grupo de tomadores de decisão. A sistematização do processo compreende:

- A definição da meta;
- A definição dos critérios;
- A identificação das alternativas;
- A seleção da melhor alternativa.

As diversas telas do software permitem, assim, a construção das hierarquias (meta, critérios e alternativas), o registro das comparações paritárias e o cálculo das prioridades, bem como a verificação da consistência lógica da decisão.

Adicionalmente, a ferramenta acelera o processo de decisão, além de possibilitar a realização de análise de cenários e análise de sensibilidade.

Ressalta-se também que todas as propostas de projetos aprovadas pelo Governador serão comunicadas, via sistema, para as setoriais envolvidas, a fim de que estas possam iniciar a preparação da execução do projeto sob sua responsabilidade. Portanto, deve estar prevista esta rotina de comunicação nos sistemas do Estado (atualmente presente no WebMAPP).

7.5.3 COGERF / Governador

A participação do COGERF se dá em dois momentos. Inicialmente, com base no assessoramento do GTI sobre quais os projetos que devem ser selecionados, verificada a sustentabilidade financeira, o alinhamento estratégico e a adequada estruturação dos projetos. Com isso o COGERF assessora o Governador sobre quais projetos devem ser selecionados.

Após a decisão do Governador, o COGERF tem o seu segundo momento, na etapa 3 do modelo de GIP, quando verifica a necessidade de ajustes nos limites orçamentários para atender à demanda do Governador.

O Governador, a sua vez, participa tomando a decisão sobre quais projetos serão executados, com base no dossiê do projeto, contendo todos os elementos obrigatórios (inclusive as análises realizadas), as prioridades estratégicas do Estado e sua disponibilidade orçamentária (indicação da sustentabilidade orçamentária, ou carência de sustentabilidade orçamentária).

7.5.4 Banco de Projetos

O Banco de Projeto deve ser utilizado para armazenar a carteira de projetos do Estado aprovados, permitindo acesso aos gestores e tomadores de decisão.

Adicionalmente, a listagem da carteira de projetos do Estado, deve estar disponível para deliberação do Governador e para que todos os gestores do primeiro escalão do Executivo do Estado tenham ciência sobre os projetos de investimentos que estão concorrendo por recursos para a execução pelo Governo do Estado do Ceará.

CAPÍTULO 8

ETAPA 4: EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO



8. Etapa 4: Execução do Investimento

Nesta etapa, ocorre a execução do projeto aprovado. A principal preocupação dos responsáveis pelo monitoramento e pelo gerenciamento da execução do projeto deve ser que, ao final da execução, ele venha a produzir os resultados previstos com a melhor eficiência possível. Para isto, conforme as metodologias consultadas, deve haver flexibilidade para ocorrência de adaptações da execução sempre que mudanças se mostrarem vantajosas, seja porque aumentam a relação entre benefícios e custos ou porque é preciso solucionar contratemplos não previstos.

Tanto a análise do modelo de monitoramento, quanto de gerenciamento da execução não fazem parte do escopo deste projeto e, por isto, não serão abordados. Contudo, no que diz respeito ao modelo de GIP, pode ser necessário iniciar a avaliação de resultado e do impacto de um projeto desde a etapa de execução, pois desvios em relação ao planejado podem comprometer o alcance das metas previstas, ou, justamente o contrário, pode ser necessário alterar as especificações do projeto para se alcançar o resultado desejado. Estas possibilidades de mudança se tornam ainda mais relevantes em projetos de grande porte, implementados em fases, nos quais o resultado de uma fase é insumo para a fase subsequente. Garantir o alcance dos resultados intermediários passa a ser fundamental para o alcance do resultado final pretendido. Além disto, o modelo de GIP pressupõe o registro das informações da execução do projeto como instrumento de rastreabilidade da implementação, bem como registro das lições aprendidas.

Portanto, em se tratando da etapa de execução do investimento, este capítulo aborda dois elementos do modelo de GIP: registro de lições aprendidas durante a execução do investimento e início da avaliação *ex post* durante a execução do investimento.

Figura 14: A etapa de Execução do Investimento dentro do modelo de GIP



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

8.1. OBJETIVO DA ETAPA E DIAGRAMA INSUMO - PRODUTO

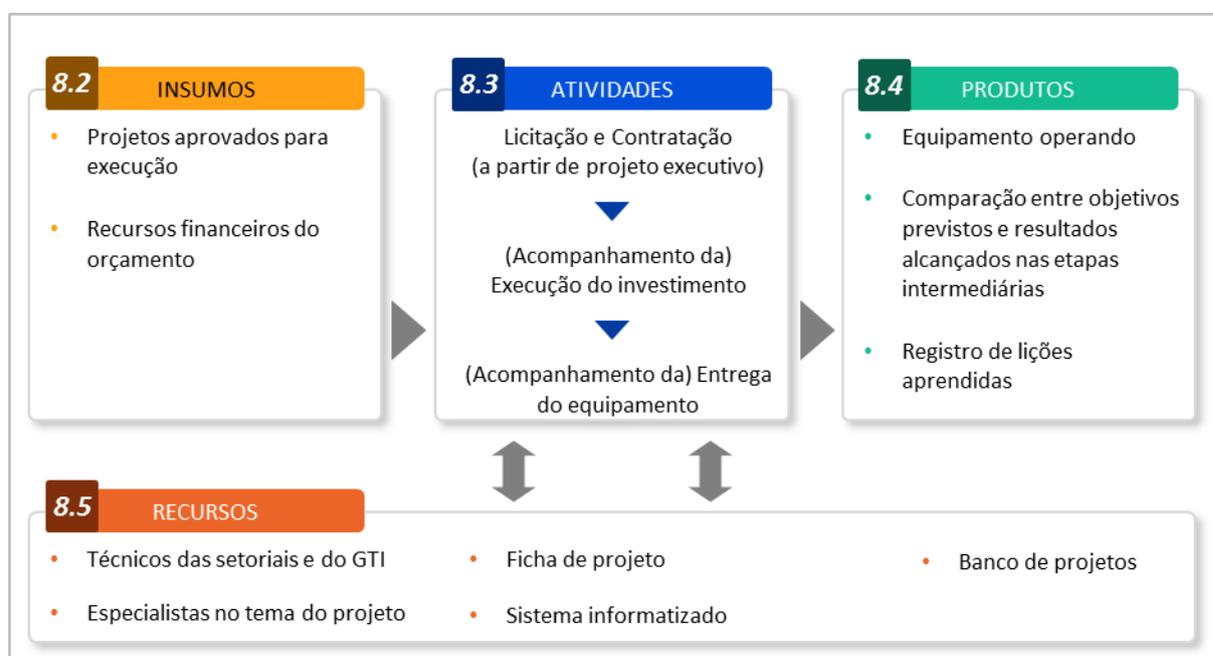
A etapa 4 tem como objetivo implementar o projeto de forma a alcançar os resultados pretendidos. Para que isto seja possível, é necessário haver gerenciamento e monitoramento do projeto, escopo que está sendo trabalhado por outro projeto, conforme mencionado na introdução deste capítulo.

Por outro lado, no que diz respeito ao modelo de GIP, deve haver acompanhamento do projeto visando o alcance dos resultados aprendidos e, além disto, a análise das alterações ocorridas. O intuito é arquivar informações que permitam a rastreabilidade das alterações ocorridas no projeto ao longo de sua execução e arquivar informações que permitam gerar aprendizado para a implementação de outros projetos no futuro.

Um exemplo interessante de uso de informações de projetos anteriores ou em execução é o caso do projeto Ceará Pacífico. Este projeto se inspirou nas informações do projeto Pacto pela Vida, de Pernambuco, para conceber uma solução adaptada ao Estado do Ceará que permita a redução dos indicadores de violência no Estado.

Da mesma forma que nos capítulos anteriores, apresenta-se o diagrama Insumo-Produto desta Etapa (Figura 18), cujo detalhamento será descrito ao longo deste capítulo.

Figura 15: Diagrama insumo - produto da Etapa de Execução do Investimento Projetos e relação com as seções deste capítulo



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

8.2. INSUMOS DA ETAPA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO

Esta etapa possui dois insumos que possibilitam sua realização: os projetos aprovados para execução e os recursos financeiros do orçamento.

8.2.1 *Projetos aprovados para execução*

A execução só ocorre se o projeto tiver sido aprovado na etapa anterior e, para que seja possível iniciar a execução, o dossiê completo do projeto deve ser consultado, pois esse dossiê serve de base para executar o processo de contratação do executante⁴⁴. Além disto, a análise e a avaliação de eventuais alterações na execução em relação ao previsto só pode ser realizada quando se dispõe das informações da proposta de projeto concebida.

8.2.2 *Recursos financeiros do orçamento*

A etapa de execução só ocorre se houver recursos financeiros disponíveis para contratar e pagar o executante do projeto. Estes recursos devem estar assegurados ao longo de toda execução, permitindo executar os pagamentos previstos.

8.3. ATIVIDADES DA ETAPA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO

8.3.1 *Licitação e Contratação (a partir de projeto executivo)*

A descrição e análise das atividades de licitação e contratação não faz parte do escopo deste projeto. Sua importância e inserção neste documento reside no fato de que as Informações geradas nesta etapa alimentam a análise e avaliação *ex post*, já que deve haver registro que permita comparar o projeto proposto com o projeto contratado.

8.3.2 *(Acompanhamento da) Execução do investimento*

Novamente, a descrição e análise desta atividade não faz parte do escopo deste projeto. Ressalta-se apenas ser necessário o registro das informações da execução e eventuais alterações.

⁴⁴ Não são tratadas neste documento as atividades de elaboração do **Projeto Executivo** e do **Termo de Referência** para contratação do fornecedor: insumos da etapa de execução, mas cuja análise não faz parte do escopo do deste projeto.

8.3.3 (Acompanhamento da) Entrega do equipamento

Novamente, a descrição e análise desta atividade não faz parte do escopo deste projeto. Se faz necessário apenas realizar o registro das especificações do equipamento entregue de forma a permitir comparação entre o previsto e o realizado.

8.4. PRODUTOS DA ETAPA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO

8.4.1 Equipamento operando

O principal objetivo da etapa de execução do investimento é entregar o equipamento operando, de forma que ele entregue os serviços (ou produtos) previstos e esperados pela população a ser atendida.

Em uma execução ideal de projeto, o equipamento é entregue no prazo previsto, consumindo os recursos previstos, adquiridos ao custo unitário previsto e operando na capacidade projetada, dentro das especificações de qualidade e fornecendo os produtos/serviços previstos.

Porém, este ideal é um conceito pertencente à etapa de Ideação e Concepção do projeto, desdobrado nas especificações do projeto aprovado. Ao longo da execução, fatores endógenos e exógenos tendem a provocar alterações nas características originais do projeto. Cabe, então, aos gerentes de projeto das setoriais realizar o acompanhamento da execução e propor, dentre os elementos do projeto, o que deve ser mantido e o que pode ser alterado. Por exemplo, se o objetivo principal do Estado é o alcance dos resultados previstos pelo projeto, podem ser necessárias alterações no cronograma, nos custos e em algumas especificações técnicas de forma a se garantir que esses resultados serão alcançados. Por outro lado, se o objetivo principal é garantir que os custos de execução serão mantidos, podem ser necessárias alterações no cronograma, em algumas especificações técnicas e na capacidade final do equipamento para se manter o custo previsto.

Para que isto ocorra, é necessária a realização de análise e avaliação *ex post* desde a etapa de execução do investimento.

8.4.2 Avaliação de *ex post* durante a execução do investimento

Há projetos de longa duração, ou que são operacionalizados por fases ou trechos, como por exemplo, o METROFOR, o Programa de Alfabetização na Idade Certa e o Programa Minha Casa, Minha Vida. Nesses casos, não é recomendado se realizar a avaliação *ex post* do projeto apenas após seu término, já que pode ser tarde demais para se detectar a necessidade de se alterar

especificações de uma fase do projeto. Há também casos em que a execução de uma fase de um projeto é pré-requisito para a boa realização da fase seguinte.

Recomenda-se, portanto, analisar se as características técnicas, operacionais e resultados planejados estão ocorrendo conforme esperado em cada fase do projeto. Com isso, permite-se realizar análises parciais, vinculadas a entregas parciais ou a um cronograma de metas de projeto escalonadas no tempo⁴⁵.

Essa prática tem como vantagem a possibilidade de analisar distorções entre o que foi planejado *versus* realizado durante a execução do projeto, a fim de que a equipe responsável pela execução do projeto possa promover os ajustes que permitam o alcance dos resultados esperados.

Finalmente, as análises das entregas parciais, assim como a superação de restrições em qualquer tipo e natureza de projeto, possibilitam o registro de lições aprendidas para que os erros cometidos possam ser conhecidos por outros técnicos e não serem cometidos novamente.

Sendo assim, não se propõe nenhum aprimoramento documental além do proposto no item anterior. O que se faz necessário é que os projetos estruturados por fases sejam concebidos (Etapa 1) prevendo metas relacionadas às entregas parciais, ou escalonadas no tempo, de forma que estas possam ser comparadas futuramente com os respectivos resultados alcançados.

O detalhamento de como realizar esta comparação entre o previsto e o realizado encontra-se no próximo capítulo (Etapa 5).

8.4.3 Registro de lições aprendidas

Dado o início da execução de uma iniciativa é natural que se apresentem restrições que não foram consideradas na análise de risco prevista no planejamento do projeto. Isto é ainda mais comum em projetos singulares, ou executados em condições singulares.

Nesse sentido, é recomendado que a equipe responsável por gerir o projeto registre as restrições que se apresentam, assim como as soluções escolhidas para sua superação. Isto permite que os atores do Estado, envolvidos na gestão e monitoramento dos projetos de investimento, possam conhecer a realidade das experiências e assim evitar que os mesmos imprevistos ocorram em projetos futuro do mesmo tipo, ou com parte do escopo semelhante.

Sendo assim, a etapa de execução do investimento deve contemplar elementos além da própria entrega e operação do equipamento público, como o registro de lições aprendidas junto às

⁴⁵ Esta avaliação das metas escalonadas no tempo não prescinde o acompanhamento dos marcos críticos.

informações do projeto. O objetivo é que o Governo do Estado do Ceará possa transformar conhecimento tácito em explícito e difundi-lo junto aos responsáveis por projetos e aos integrantes do GTI, com vistas a evitar imprevisibilidades na execução de futuros projetos, que poderiam ser evitadas com base no compartilhamento de experiências vivenciadas.

Deve, portanto, haver quatro tipos de informações a serem registradas durante a execução:

- **Alteração no projeto:** campo para assinalar que houve alteração no projeto em relação à concepção original;
- **Tipo de alteração:** campo para selecionar o tipo de alteração ocorrido (prazo, escopo, valor, localização, técnica/método, tecnologia, impacto ambiental e outros);
- **Razão para alteração:** campo descritivo destinado a explicar o porquê da alteração.
- **Recomendação para projetos futuros:** campo descritivo para registrar se a alteração é específica do projeto em questão, ou se é recomendada sua consideração em futuros projetos de escopo semelhante.

Esse registro de informações deve ser conectado ao Banco de Projetos, de forma que fique armazenado e disponível para consulta, conforme descrito no capítulo 10.

8.5. RECURSOS DA ETAPA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO

Os seguintes recursos são necessários para a execução das atividades previstas nesta etapa:

8.5.1 *Técnicos das setoriais e do GTI*

Durante a etapa de execução do Investimento, a setorial deverá alocar técnicos para fazer o gerenciamento da execução, a análise *ex post* e o registro das informações: tanto do resultado da análise *ex post*, quanto das lições aprendidas⁴⁶.

Os especialistas que compõem o GTI irão analisar e validar, ou não, a avaliação *ex post* realizada, solicitando ajustes quando pertinente.

⁴⁶ O detalhamento das análises *ex post* e do registro das lições aprendidas estão descritos no capítulo 9.

8.5.2 Especialistas no tema do projeto

No caso de projetos de natureza complexa, verifica-se a necessidade de se consultar (contratar) especialistas para apoiar a realização da análise *ex post*.

8.5.3 Ficha de projeto

A ficha de projeto é recurso utilizado nesta etapa, na medida em que contém as informações originais sobre escopo, orçamento, cronograma, características técnicas, metas e resultados previstos. Estas informações servem de parâmetros de base para a comparação com a execução.

8.5.4 Sistema Informatizado

O sistema informatizado do Estado que dará apoio ao modelo de GIP⁴⁷ precisa contemplar os campos necessários aos registros que serão realizados nesta etapa, conforme orientações descritas no tópico registro de lições aprendidas. (9.4.2).

8.5.5. Banco de projetos

Nesta etapa, o Banco de Projetos deverá estar integrado ao sistema informatizado para registro de informações sobre alterações no escopo, cronograma, orçamento, ou características técnicas, com a respectiva justificativa, além do Termo de Encerramento do Projeto, com informações sobre o comissionamento.

Além disto, deve haver armazenamento das lições aprendidas ao longo da execução do projeto e permitir a comparação visual entre os resultados obtidos e o que estava previsto em cada etapa.

⁴⁷ O Estado pode optar por adaptar os sistemas WebMAPP/SIAP, ou criar um novo módulo para apoiar a realização das atividades do modelo de GIP.

CAPÍTULO 9

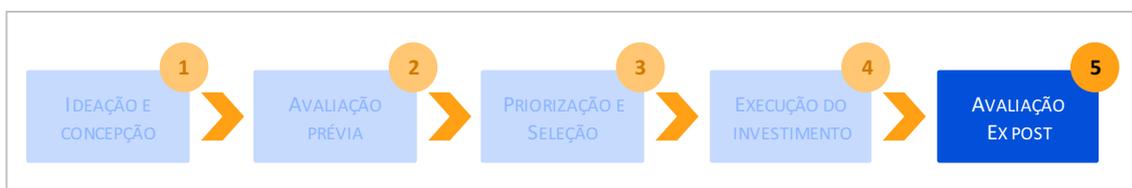
ETAPA 5: AVALIAÇÃO *EX POST*



9. Etapa 5: Avaliação Ex Post

A prática de GIP indica que é esperado que algumas características do projeto realizado sejam diferentes do que foi planejado na fase de concepção do projeto. Esta flexibilidade é, de certo modo salutar, pois permite o aprimoramento ao longo da execução. Deve-se, então, avaliar se há divergência entre planejado versus realizado e prever critérios a serem seguidos para alterações orçamentárias, de prazo, especificações de qualidade e de escopo. Esta prática de avaliação de projetos após a sua conclusão e início da operação do empreendimento, denominado de Avaliação *Ex Post* é a quinta etapa do modelo de GIP. Em geral, ela é realizada no Governo do Estado do Ceará somente quando demandado pelo órgão financiador do projeto (BID, BIRD etc.).

Figura 16: A etapa de Avaliação Ex Post dentro do modelo de GIP



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Para se adaptar ao modelo proposto de GIP, Governo e seus órgãos vinculados precisam aumentar a frequência com que realizam a Avaliação *Ex Post*, comparando o que foi planejado para os projetos com o que realmente ocorreu e foi entregue, registrando os pontos de aprendizado. Assim, o Estado passará a usufruir de um dos pontos fortes preconizado pela boa prática de Gestão do Investimento Público, que é a possibilidade de utilizar o aprendizado para gerar e internalizar conhecimento, assim como aprimorar novas proposições de projeto⁴⁸. Esta prática se pauta no princípio do “governo inteligente” que aprende com a sua prática e aperfeiçoa permanentemente suas políticas e ações.

Neste capítulo são propostos dois tipos de avaliação para que todos os projetos possam ser avaliados e para que, no caso dos projetos estratégicos, haja devido aprofundamento da comparação entre resultados e impactos planejados *versus* ocorrido.

Por fim, deve-se aproveitar esse processo de avaliação para consolidar e registrar as lições aprendidas que deverão ser anexadas às informações do projeto de investimento e, desta forma, gerar aprendizado para todos os envolvidos na Gestão do Investimento Público.

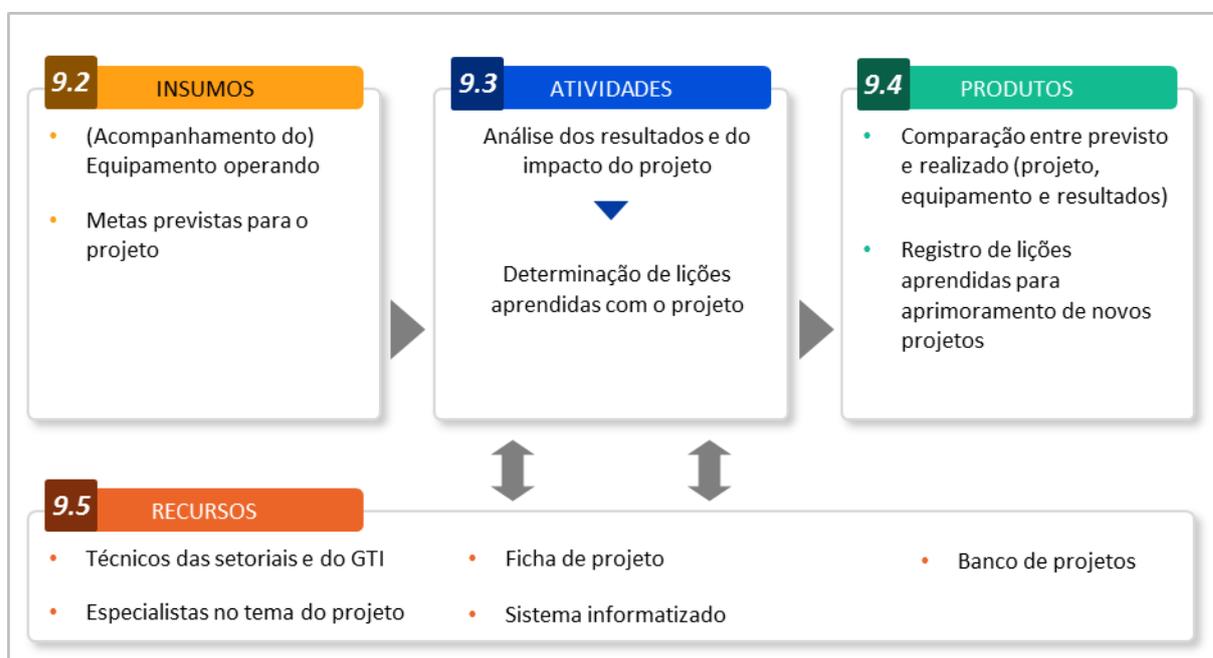
⁴⁸ Isto se dará mediante a consulta ao Banco de Projetos, que fará o registro dos projetos realizados com as respectivas lições aprendidas.

9.1. OBJETIVO DA ETAPA E DIAGRAMA INSUMO – PRODUTO

A etapa de Avaliação *Ex Post* tem como objetivo avaliar os projetos de investimentos após a sua conclusão e o início de sua operação. Seu escopo consiste em confrontar as características do projeto, suas metas e resultados previstos com os que foi entregue e registrar eventuais lições aprendidas, visando utilizá-las para aprimorar futuras concepções de projetos.

Apresenta-se a seguir o diagrama Insumo-Produto desta Etapa (Figura 21), cujo detalhamento será descrito ao longo deste capítulo

Figura 17: Diagrama insumo - produto da Etapa de Avaliação *Ex Post* e relação com as seções deste capítulo



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

9.2. INSUMOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO *Ex Post*

9.2.1 (Acompanhamento do) Equipamento operando

Para que se possa avaliar os impactos e resultados dos projetos de investimento, é necessário que o equipamento ou iniciativa pública esteja operando, ou seja, funcionando, para que se possa coletar informações e averiguar se os resultados e impacto almejado com a elaboração do projeto estão sendo alcançados.

9.2.2 Metas previstas para o projeto

As metas e objetivos declarados na proposta do projeto, nas etapas 1 e 2 do modelo de GIP, devem ser acessados para que se tenham os insumos necessários para confrontar com os dados que estão sendo verificados com a realização do projeto de investimento.

9.3. ATIVIDADES DA ETAPA DE AVALIAÇÃO *Ex Post*

9.3.1 Análise dos resultados e do impacto do projeto

Propõe-se para o Governo do Ceará, a implementação de dois tipos de Avaliação *Ex Post*.

- **Avaliação *Ex Post* Simplificada:** deve ser realizada em todos os projetos implementados, a fim de verificar **aspectos técnicos e operacionais dos investimentos**, sejam estes urgentes, de escopo conhecido⁴⁹. Essa avaliação visa comparar e apontar desvios entre orçamento, especificações técnicas e cronograma planejados e os efetivamente realizados, sem tecer considerações sobre as razões que motivaram eventuais desvios. Esta avaliação deve ser realizada pela setorial até um ano após o início da operação do equipamento.
- **Avaliação *Ex Post* Aprofundada:** deve considerar os **resultados e impactos** previstos no planejamento do empreendimento com os resultados que estão sendo alcançados pelo equipamento público em operação. Deve ser verificada a capacidade instalada, nível de

⁴⁹ Um projeto que foi submetido à uma via rápida também deve ser submetido à avaliação.

utilização, benefícios à população assistida e contribuição para indicadores socioeconômicos. Esta avaliação deve ser realizada pelo GTI em todos os projetos estratégicos de investimento, em amostra aleatória de cerca de 5% dos projetos complementares⁵⁰. Sua realização deve ocorrer até 3 anos após finalizada a execução do empreendimento. Cabe ressaltar que os aspectos técnico-operacionais já terão sido avaliados pela setorial (na avaliação simplificada). O GTI ficará, portanto, responsável somente por comparar os resultados e impactos do projeto com o que estava previsto⁵¹.

Aspectos técnicos operacionais do projeto

Conforme já salientado, deve-se confrontar orçamento, especificações técnicas e cronograma planejado com o que foi evidenciado na entrega do empreendimento, a fim de verificar se o planejamento foi assertivo ou, em casos de divergências, se as divergências estão dentro do limite aprovado pelo COGERF.

Outro ponto a destacar são as estimativas de custeio, serviços previstos e vida útil do projeto de investimento, que não podem deixar de ser considerados na avaliação *ex post* simplificada e aprofundada. É importante salientar que a operação do empreendimento em casos de projetos nas áreas de saúde e educação é mais onerosa aos cofres do Estado em comparação com a fase de construção do empreendimento.

Dessa forma, lista-se abaixo os principais itens que devem ser avaliados quanto aos aspectos técnicos operacionais:

- **Cronograma físico-financeiro:** espera-se que os empreendimentos sejam realizados minimamente conforme o cronograma de evolução física e de desembolso financeiro planejados. Nesse sentido, para os casos de distorções entre planejado e realizado, deve-se verificar as principais motivações para que possam ser incorporadas às lições aprendidas com o projeto.
- **Escopo:** a realização das especificações e principais etapas do projeto de investimento estão diretamente relacionadas com o tipo de serviço a ser ofertado e abrangência do uso do equipamento ao público alvo. Desse modo, é necessário verificar o escopo planejado frente ao realizado, a fim de averiguar possíveis prejuízos ou ganhos obtidos

⁵⁰ Importante ressaltar que projetos são o equivalente ao conceito de “empreendimento” conforme definido pela SEPLAG.

⁵¹ Adicionalmente, é importante considerar que o GTI deve propor, a partir de análises e constatações sobre as práticas evidenciadas no Governo do Estado do Ceará e em outros governos, limites aceitáveis para os quais devam ser realizados ajustes no orçamento, escopo e cronograma do projeto, além de considerar os casos de alterações nos resultados esperados com a operação do empreendimento. Esta proposta de limites deve ser submetida à aprovação do COGERF.

por meio de alterações no escopo do projeto, assim como registro das lições aprendidas obtidas com os eventos em questão.

- **Orçamento para construção do empreendimento:** é natural que ocorram pequenas distorções, porém, a evidência de grandes alterações no orçamento dos projetos de investimentos não pode ser simplesmente aceita sem que sejam verificadas as razões que causaram tais alterações, assim como responsabilização dos atores envolvidos. Assim sendo, deve-se registrar as alterações, suas razões e soluções plausíveis que deveriam ter sido adotadas para que o erro não ocorra novamente.
- **Orçamento para custeio e manutenção do empreendimento:** o orçamento para custeio e manutenção dos equipamentos públicos é um fator crítico de sucesso. Em um cenário em que os recursos fiscais são escassos, projetos de investimentos que dimensionam mal a sua projeção orçamentária para custeio dos serviços podem passar por situações de inviabilização do equipamento construído, acarretando prejuízo para o Estado decorrente da não utilização do ativo gerado.
- **Resultados operacionais:** a projeção dos resultados operacionais é essencial para validação do projeto. Saber a quantidade de atendimentos ou utilização do equipamento pelo público é importante para analisar se o projeto atingiu o que era esperado em termos de metas operacionais, ou seja, indicadores de esforço para obter os resultados finalísticos. Assim sendo, as alterações evidenciadas no início e ao longo da vida útil do projeto devem ser averiguadas e registradas como lições aprendidas.

Avaliação dos resultados e impacto

Aspectos relacionados ao serviço disponibilizado, funcionamento e custeio para manutenção, ao longo da vida útil, devem ser avaliados para que o empreendimento possa ser ajustado, a fim de que seus resultados e impacto sobre os indicadores estratégicos sejam otimizados.

Importante ressaltar que os projetos de investimento não devem ser um fim em si mesmo, ou seja, eles devem servir a algum propósito do Estado e sua utilização deve considerar a existência de equipamentos públicos que estão relacionados ao atingimento de determinadas metas estratégicas do Estado, que podem estar diretamente atreladas a indicadores socioeconômicos.

Verificar os resultados gerados ao público alvo, assim como os impactos decorrentes da operação do equipamento público é fundamental para averiguar se o objetivo proposto do projeto e resultado almejado com a sua elaboração está sendo efetivamente entregue. Observa-se que esta avaliação deverá ser realizada pelo GTI, quando se tratar de *output* do projeto, ou pelo GTR, quando se tratar de *outcome* para a sociedade.

Nesse sentido, contextualiza-se a seguir o objetivo da avaliação de impacto nos indicadores socioeconômicos:

- Impacto nos indicadores socioeconômicos:** os esforços das setoriais e do Estado devem estar centrados em ganhos econômicos e sociais para os cidadãos. Desse modo, os projetos de investimento estratégicos são capazes de influir nos indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará, seus impactos devem estar previstos na concepção do projeto e devem ser averiguados dada a sua realização, para que se possa conhecer seu real impacto e saber as causas que acarretaram em diferenças entre o que foi planejado e que foi realizado.

Para melhor favorecer o entendimento das avaliações mencionadas, apresenta-se a seguir tabela com um resumo das principais características relacionadas aos dois tipos de avaliação *ex post*.

Tabela 18: Resumo das principais características relacionadas aos dois tipos de avaliação ex post

	AVALIAÇÃO SIMPLIFICADA	AVALIAÇÃO APROFUNDADA
Tipos de projeto	Todos os projetos	Projetos Estratégicos Amostra aleatória de 5% dos Projetos Complementares
Foco da avaliação	Aspectos técnicos operacionais	Aspectos técnicos operacionais e de resultados finalísticos
Itens de avaliação	Cronograma físico financeiro Escopo Orçamento para construção do empreendimento Orçamento para custeio e manutenção do empreendimento Resultados operacionais	Cronograma físico financeiro Escopo Orçamento para construção do empreendimento Orçamento para custeio e manutenção do empreendimento Resultados operacionais Impacto nos indicadores socioeconômicos
Responsável por realizar	Setorial responsável pelo projeto	Aspectos técnicos: Setorial responsável Resultados operacionais: GTI Impacto nos indicadores: GTR
Período de realização	Até um ano após finalizada a execução	Até três anos após finalizada a execução

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

9.3.2 Determinação de lições aprendidas com o projeto

Em linhas gerais, as lições aprendidas são ensinamentos adquiridos diante da resolução de restrições vivenciadas durante todo o ciclo de Gestão do Investimento Público. Desse modo é salutar que o responsável pelo projeto registre as informações acerca das restrições e desvios

que ocorreram durante o projeto, assim como as soluções que conseguiram superar ou atenuá-los e fizeram com que o projeto de investimento fosse executado.

O *modus operandi* para obtenção de lições aprendidas com a realização do projeto deve evidenciar dois pontos:

- (i) relacionado ao registro nas ferramentas de monitoramento e gestão do empreendimento sobre todas as restrições e desvios, soluções apresentadas e soluções aplicadas; e
- (ii) consolidação das lições aprendidas após a realização da avaliação *ex post*, tendo em vista as principais restrições e desvios que levaram o projeto a não ser executado conforme planejado.

Estas lições aprendidas deverão ficar registradas no Banco de Projetos do Estado⁵².

9.4. PRODUTOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO *EX POST*

9.4.1 Comparação entre previsto e realizado (projeto, equipamento e resultados)

Com a realização das avaliações *ex post* dos projetos de investimento, o Estado do Ceará terá informações sobre o motivo das principais diferenças entre planejamento e realização, assim como saber quais são os projetos que foram planejados com alto índice de sucesso, nos casos de inexistência de diferença entre planejado e realizado.

Assim sendo, a comparação entre o que foi previsto e realizado ficará registrada juntamente com as informações sobre o projeto e poderá ser utilizada a favor dos técnicos que tomarem por base o projeto avaliado, para que os mesmos repitam eventuais erros de concepção.

9.4.2 Registro de lições aprendidas para aprimoramento de novos projetos

O registro das lições aprendidas deverá figurar juntamente com as principais informações do projeto, para que os técnicos, ao consultarem o projeto para ter um embasamento para a criação de uma nova proposta de projeto, possam conhecer as principais dificuldades enfrentadas na implementação do investimento, assim como saber quais os atalhos e soluções geradas para a superação de restrições.

⁵² O detalhamento do Banco de Projetos do Estado encontra-se no capítulo 10 deste documento.

9.5. RECURSOS DA ETAPA DE AVALIAÇÃO *EX POST*

9.5.1 *Técnicos das setoriais e do GTI*

Durante a etapa de avaliação *ex post*, a setorial deverá alocar técnicos para realizar as análises simplificadas e o registro das informações: tanto do resultado da análise *ex post*, quanto das lições aprendidas. Os especialistas que compõem o GTI deverão, a sua vez, avaliar as análises simplificadas, validá-las, ou solicitar ajustes necessários. Além disto, o GTI será responsável por avaliar os resultados operacionais e o GTR será responsável por avaliar o impacto nos indicadores.

9.5.2 *Especialistas no tema do projeto*

Da mesma forma que foi descrito no capítulo anterior, há projetos de natureza complexa, onde verifica-se a necessidade de consultar (contratar) especialistas para apoiar a realização de avaliação *ex post* dos projetos.

9.5.3 *Ficha de projeto*

O modelo de ficha de projeto proposto deve contemplar campos para registro dos resultados alcançados pelo projeto, permitindo a comparação visual direta entre o previsto e o realizado. O modelo de proposta de ficha de projeto pode ser consultado no anexo deste documento.

9.5.4 *Sistema Informatizado*

O sistema informatizado que deverá ser criado para dar apoio ao modelo de GIP precisa contemplar os campos necessários à execução desta etapa, possibilitando aos técnicos das setoriais a inserção dos resultados do projeto e o registro das lições aprendidas, após iniciada a operação do empreendimento.

9.5.5 *Banco de projetos*

Nesta etapa, a integração com o sistema informatizado mencionado no tópico anterior deve permitir o armazenamento no Banco de Projetos de informações sobre os resultados alcançados pelo projeto e das lições aprendidas. Essas informações, juntamente com as obtidas na Etapa 4, servirão como insumo para a realização da Avaliação *Ex Post*.

PARTE 3

QUESTÕES TRANSVERSAIS AO MODELO



CAPÍTULO 10

BANCO DE PROJETOS



10. Banco de Projetos do Estado (BPE)

Em virtude do fato de que o Estado não dispõe de um banco de projetos unificado e amplamente disponível, este é um dos elementos propostos pelo modelo de GIP.

O Banco de Projetos do Estado (BPE) tem por objetivo sistematizar e disponibilizar as informações das iniciativas de investimento do Estado. Com o registro das iniciativas, o Estado terá à disposição uma ferramenta que catalogará todos os projetos desde a concepção até a operação.

Isso permitirá às setoriais dispor de referências para criação de novos projetos e promoção ativa de sua “prateleira de projetos” visando captar recursos para financiar a execução e a operação. O BPE é também um instrumento de promoção de transparência e *accountability* da gestão pública estadual, pois permitirá ao cidadão comum acompanhar a execução dos projetos do Estado.

10.1. PREMISSAS

Para a proposição do Banco de Projeto do Estado (BPE) serão definidas as seguintes premissas:

- **Simplicidade (*user friendly*)**

O sistema concebido e implantado deve ser de fácil utilização ou consulta. Esta característica deve ser aferida junto aos técnicos do governo e ao cidadão comum versado em navegação na internet.

- **Integração do BPE com o sistema informatizado de apoio ao modelo de GIP**

O objetivo é integrar as informações da ficha de projeto, bem como das etapas de execução e monitoramento para alimentar as etapas de avaliação *ex post* e registro de lições aprendidas.

- **Integração com as ferramentas de suporte às etapas de GIP**

O objetivo é integrar as informações das etapas de concepção, de análise de pré-viabilidade, de viabilidade, priorização do projeto e avaliação *ex post* (detalhamento disponível no capítulo 12).

- **Acesso diferenciado conforme os diferentes perfis do usuário**

Prevê tipos de acesso para diferentes perfis: (i) público em geral; (ii) técnicos responsáveis pelas iniciativas de investimento; e (iii) gestores das Secretarias e do Governo. O detalhamento dos tipos de acesso se descreve no tópico 11.3.

- **Considera a implantação e manutenção do sistema operacional ao longo da sua vida útil**

A implantação do banco de projetos deve prever o aumento de escala do banco de dados, o custo de operação e manutenção, incluindo capacitação periódica de usuários e responsáveis pela manutenção.

- **Promoção de transparência acerca das iniciativas de investimento e a disponibilização de informações de projetos entre as diversas secretarias e junto à sociedade**

Os projetos devem estar disponíveis para consulta por todas as instâncias do governo e pela sociedade, viabilizando acesso, respectivamente, via intranet e internet, resguardadas as informações de teor confidencial conforme previsto na legislação.

- **Contempla projetos desde a fase de concepção até a operação do empreendimento**

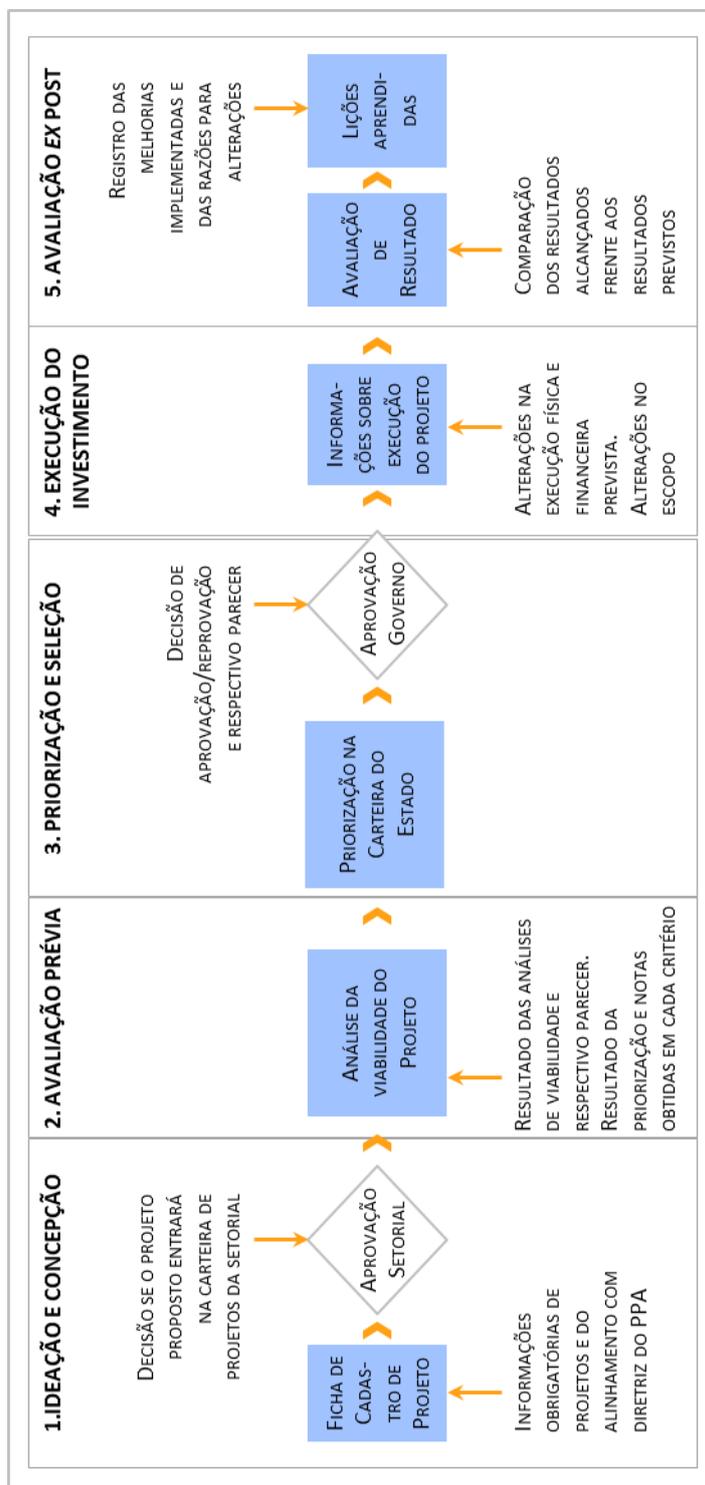
O banco de projetos deve conter informações desde a fase de concepção até a operação do empreendimento, servindo aos propósitos de ser tanto uma prateleira de projetos passíveis de execução, quanto um banco de informações de projetos para aprimoramento de novas propostas.

10.2. ETAPAS DA GIP E O BPE

A ferramenta prevê a sistematização das informações que contempla as cinco etapas da GIP: (1) ideação e concepção; (2) avaliação prévia; (3) priorização e seleção; (4) execução do investimento; e (5) avaliação *ex post*.

Em cada uma destas etapas haverá um conjunto de informações que provirá dos outros sistemas e será armazenado no Banco de Projetos.

Figura 18: Relação entre etapas de GIP as informações do Banco de Projetos



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

1. Informações registradas na etapa de Ideação e Concepção de projetos

- Ficha com informações obrigatórias do projeto.
- Classificação do projeto (e nota de classificação em cada critério)

2. Informações registradas na etapa de Avaliação prévia

- Resultado da análise de pré-viabilidade (projetos estratégicos ou complementares)
- Resultado das análises de viabilidade, simplificada de viabilidade ou da análise de consistência, conforme o tipo de projeto

3. Informações registradas na etapa de Priorização e Seleção

- Resultado da priorização na carteira do Estado
- Resultado da análise e aprovação junto ao Governo

4. Informações registradas na etapa de Execução do Investimento

- Informações da execução e do monitoramento (integração com WebMAPP)
- Informações sobre alterações no escopo, cronograma, orçamento, ou características técnicas, com a respectiva justificativa
- Termos de encerramento do projeto, com informações sobre o comissionamento

5. Informações registradas na etapa de Avaliação *Ex Post*

- Resultados obtidos pelo projeto e comparação com as metas previstas
- Registro final das lições aprendidas ao longo da execução do projeto e operação do empreendimento.

10.3. TIPOS DE ACESSO⁵³

O BPE possibilitará ao acesso a diferentes públicos. Por isto, é necessário criar categorias de acesso com diferentes tipos de permissão. Propõe-se três categorias, a saber:

- **BPE Consulta:**

Permitirá consultar as informações dos projetos em execução e executados, respeitando questões de confidencialidade prevista na legislação. Não deverá ser necessário cadastramento para acesso, que deverá estar disponível via internet. Conferirá transparência dos investimentos do Estado junto à sociedade.

- **BPE Trabalho:**

Permitirá criar, introduzir e modificar as informações de seus projetos. Deverá ser concedido aos técnicos das setoriais responsáveis pela gestão do investimento público e, conseqüentemente, pelas informações dos projetos das setoriais contidas no BPE.

- **BPE Gestão:**

Permitirá extrair informações e gerar análises sobre os projetos de investimentos públicos. Deverá ser concedido aos técnicos que prestarão assessoria ao GTI.

⁵³ Elaborado com base no Sistema Nacional de Investimentos do Governo do Chile.

10.4. PRÉ-REQUISITOS PARA A OPERAÇÃO

O BPE é uma ferramenta cuja utilidade e manutenção demanda envolvimento e dedicação de servidores de diferentes órgãos do governo. Esta ampla penetração está associada à sua importância para a GIP e para o processo de aprimoramento dos projetos concebidos e implantados no Estado do Ceará. Porém, sua efetividade não se dará apenas pela simples implantação de um banco de dados integrado aos sistemas, é necessária a atenção a determinados pré-requisitos essenciais ao êxito da implementação e operação da ferramenta:

- **Apoio político-institucional à implementação e utilização do BPE**

É fundamental o patrocínio dos atores estratégicos do Governo do Estado do Ceará para que a ferramenta seja utilizada e introduzida com sucesso. Para isso considera-se dois pontos cruciais, um relacionado ao desenvolvimento da ferramenta, onde deve-se empregar tempo e recursos para sua elaboração, e outro ponto que trata da efetiva utilização por parte dos atores envolvidos nas atividades de gestão dos investimentos, o que significa comunicação aberta e efetiva com o público alvo e capacidade de adaptação contínua do sistema às limitações dos usuários.

- **Desenho e manutenção do sistema de informação (BPE)**

Considera que haja o emprego de recursos no desenvolvimento da plataforma, por meio de composição de equipe de desenvolvimento do estado ou da contratação de empresa para criação, entrega e manutenção do sistema. Outro ponto a ressaltar é a necessidade de previsão de melhorias incrementais, com o lançamento de novas versões, considerando as melhorias sugeridas pelos usuários ou identificadas pela equipe responsável pela manutenção da ferramenta.

Ademais atenta-se que o BPE seja programado observando a necessidade de compatibilidade com os atuais sistemas utilizados pelo Governo do Estado do Ceará, assim como a previsão de integração com os sistemas WebMAPP, SIAP, SAAC e SIOF, e com o sistema informatizado que dará apoio à GIP.

- **Elaboração de normas e procedimentos para uso do sistema**

Para lidar com a utilização da grande quantidade de usuários devido ao alto número de servidores que irão utilizar a ferramenta para gestão dos investimentos, seja ela utilizada para gestão do empreendimento ou apenas para consulta, além do público interessado nas informações sobre investimentos do estado, deve-se estabelecer normas e padrões de uso para que haja critérios claros sobre os tipos de acessos, funcionalidades e informações disponibilizadas no sistema com o objetivo de auxiliar os técnicos e gestores que irão utilizar o banco de projetos, assim como os interessados em consultar informações sobre os investimentos do estado.

- **Publicização das normas e procedimentos**

A comunicação efetiva das normas é essencial para os usuários estejam aptos a utilizar e disfrutar dos benefícios proporcionados pela ferramenta. O fácil acesso a obtenção das informações e sua comunicação nos meios mais utilizados pelos usuários favorecerá a introdução do BPE na cultura de gestão de investimento do estado.

- **Capacitação periódica dos usuários e técnicos que farão uso do BPE**

A capacitação é essencial à medida em que habilita os usuários a exercerem pleno uso da ferramenta, assim como os atualiza e renova seus conhecimentos para que entendam as funcionalidades que são criadas com o lançamento de novas versões.

Os momentos de capacitação também podem ser vistos como oportunidade de melhoria para o sistema, tendo em vista que é mais fácil perceber as dificuldades dos usuários nos momentos de prática da capacitação, assim como utilizar o espaço para induzir os participantes a encontrarem defeitos ou apontarem melhorias para o BPE.

- **Responsabilização clara, em cada setorial, pelo ingresso de informações das iniciativas de investimento**

O acesso aos módulos do sistema que permitem a criação e *input* de informações no decorrer da vida útil do projeto será restrita e por isso deve ser delegada aos principais atores que estão envolvidos com as atividades de gestão dos investimentos das secretarias. Dessa forma será favorecida a comunicação efetiva entre os diferentes níveis e atores de governo para tratar das questões pertinentes a projetos de investimento.

- **Divulgação de decisões e aprimoramentos proporcionados pela utilização do BPE.**

Deve-se divulgar e disponibilizar nos mecanismos de transparência do estado as alterações e novas versões da ferramenta para que os usuários possam buscar as informações para atualizar seus conhecimentos sobre o BPE. Ademais estes momentos podem ser utilizados para estimular o público alvo do sistema a colaborarem com sugestões de pontos de melhoria, além de reconhecer os usuários que mais participam no processo de evolução do banco de projetos.

CAPÍTULO 11

FERRAMENTAS DE SUPORTE À ANÁLISE DE VIABILIDADE E PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS



11. Ferramentas de Suporte à Análise de Viabilidade e Priorização de Projetos

Antes de decidir pela utilização de qualquer destes softwares, é necessário compreender a que uso se destina e as suas principais funcionalidades.

Este capítulo detalha as funcionalidades de algumas ferramentas que costumam ser utilizadas para apoiar a análise de viabilidade e a priorização de projetos. A tabela a seguir apresenta a relação entre as ferramentas descritas neste capítulo e as cinco etapas do modelo de GIP.

Tabela 19: Relação entre as ferramentas e as etapas do modelo de GIP

Ferramentas	Fases do modelo de GIP				
	1. Ideação e Concepção	2. Avaliação Prévia	3. Priorização e Seleção	4. Execução do Investimento	5. Avaliação de Impacto
EXCEL	X	X		X	X
@RISK		X			
EXPERT CHOICE	X		X		
SPSS					X
HDM-4		X			
CUBE		X			
GIP		X			

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Excel

Para auxiliar o processo de avaliação de projetos, as duas funções financeiras disponíveis no programa que deverão ser utilizadas com maior frequência, correspondem à determinação do VPL (Valor Presente Líquido) e da TIR (Taxa Interna de Retorno):

- **VPL:** o Excel calcula o valor presente líquido de um investimento, utilizando a taxa de desconto e uma série de pagamentos futuros (valores negativos) e de receitas (valores positivos);
- **TIR:** o sistema retorna a taxa interna de retorno de uma sequência de fluxos de caixa representada pelos números em valores. Estes fluxos de caixa não precisam ser iguais como no caso de uma anuidade. Entretanto, os fluxos de caixa devem ser feitos em intervalos regulares, como mensalmente ou anualmente. A taxa interna de retorno é a

taxa de juros recebida para um investimento que consiste em pagamentos (valores negativos) e receitas (valores positivos) que ocorrem em períodos regulares.

Além destas, para a realização das análises econômico-financeiras, poderão ser empregadas as seguintes funções:

- **VF:** Calcula o valor futuro de um investimento com base em uma taxa de juros constante. A função VF pode ser usada com pagamentos periódicos e constantes ou um pagamento de quantia única;
- **VFPLANO:** Retorna o valor futuro de um capital inicial após a aplicação de uma série de taxas de juros compostos. A função VFPLANO calcula o valor futuro de um investimento com uma taxa variável ou ajustável;
- **VP:** Calcula o valor presente de um empréstimo ou investimento com base em uma taxa de juros constante. A função VP pode ser usada com pagamentos periódicos e constantes (como uma hipoteca ou outro empréstimo) ou um valor futuro que é sua meta de investimento;
- **XTIR:** Fornece a taxa interna de retorno para um programa de fluxos de caixa que não é necessariamente periódico. Para calcular a taxa interna de retorno para uma sequência de fluxos de caixa periódicos, use a função TIR;
- **XVPL:** Retorna o valor presente líquido de um programa de fluxos de caixa que não é necessariamente periódico. Para calcular o valor presente líquido para uma sequência de fluxos de caixa que é periódica, use a função VPL;
- **NPER:** Retorna o número de períodos para investimento de acordo com pagamentos constantes e periódicos e uma taxa de juros constante;
- **AMORDEGRC:** Retorna a depreciação para cada período contábil. Esta função é fornecida para o sistema contábil francês. Se um ativo for adquirido no meio do período contábil, a depreciação pro rata deverá ser considerada. A função é semelhante a AMORLINC, a única diferença é que um coeficiente de depreciação é aplicado no cálculo dependendo do tempo de vida do ativo;
- **AMORLINC:** Retorna a depreciação para cada período contábil. Esta função é fornecida para o sistema contábil francês. Se um ativo for adquirido no meio do período contábil, a depreciação pro-rata deverá ser considerada;
- **BD:** Retorna a depreciação de um ativo para um período especificado, usando o método de balanço de declínio fixo;

- **BDD:** Retorna a depreciação de um ativo com relação a um período especificado usando o método de saldos decrescentes duplos ou qualquer outro método especificado pelo usuário;
- **BDV:** Retorna a depreciação de um ativo para o período que você especificar, incluindo períodos parciais, usando o método balanço declinante duplo ou algum outro método especificado. BDV é o balanço de declínio variável;
- **DPD:** Retorna a depreciação em linha reta de um ativo durante um período;
- **PGTO:** Calcula o pagamento de um empréstimo de acordo com pagamentos constantes e com uma taxa de juros constante;
- **PGTOCAPACUM:** Retorna o capital acumulado pago sobre um empréstimo entre início do período e final do período;
- **PGTOJURACUM:** Retorna os juros acumulados pagos por um empréstimo entre início do período e final do período;
- **PPGTO:** Retorna o pagamento de capital para determinado período de investimento de acordo com pagamentos constantes e periódicos a uma taxa de juros constante.

@RISK

A ferramenta @RISK, desenvolvida pela Palisade Corporation, é um programa que efetua a análise de risco associada a diversos tipos de problemas passíveis de serem modelados em planilhas Excel. No contexto da etapa 2, é uma ferramenta importante para construção da análise de risco realizada como parte da análise de viabilidade de projetos estratégicos.

O @RISK executa a análise de risco por meio de simulação pelo método de Monte Carlo, mostrando os resultados possíveis para as variáveis de decisão do modelo representado na planilha Excel, quando se assume que as entradas do modelo são, por sua vez, variáveis aleatórias com distribuição de probabilidade conhecida. Assim, para uma dada variável de decisão, o programa calcula os valores máximo, mínimo e médio, bem como a correspondente distribuição de probabilidade.

O software permite associar diversas distribuições de probabilidade às variáveis críticas, entre as quais distribuição discreta, uniforme, triangular e normal.

Os passos para utilização da ferramenta são:

- Implementar numa planilha Excel o modelo determinístico do problema que se deseja analisar;

- Identificar as variáveis de entrada consideradas críticas para o problema;
- Definir o intervalo de variação de cada variável crítica e estabelecer a correspondente distribuição de probabilidade;
- Definir a variável de decisão que se considera como sendo o “resultado” do modelo;
- Realizar a simulação, na qual o programa sorteia os valores das variáveis críticas, segundo a sua distribuição de probabilidade, efetua os cálculos do modelo, determina o valor da variável “resultado” e acumula os dados, repetindo o processo até atingir a condição de convergência (geralmente de 500 a 800 iterações).

Ao final são apresentados relatórios e gráficos que mostram como o “resultado” variou e quais os riscos incorridos. Por exemplo, valor máximo, valor mínimo e valor médio; distribuição de probabilidade do “resultado”; probabilidade do “resultado” ser menor que determinado valor, ou ser maior do que determinado valor, ou situar-se entre dois valores limites; e outras estatísticas.

Estas informações permitem conhecer os riscos associados a uma determinada decisão e indicar possíveis ações para a sua mitigação. Por exemplo, controlar com mais rigor as variáveis críticas com maior impacto no “resultado”.

SPSS

O SPSS (*Statistical Package for Social Science*) é um software desenvolvido para o uso em ciências humanas, sociais, biológicas, entre outras áreas do conhecimento, sendo amplamente utilizado para o processamento de dados resultantes de pesquisas de opinião e de mercado. Está baseado no ambiente Windows, sendo de fácil operação e muito abrangente, pois permite realizar uma grande amplitude de análises estatísticas e gráficas (análises descritivas, análises inferenciais multivariadas, módulos gráficos, entre outros).

A primeira versão do SPSS foi criada em 1968, sendo destinada para grandes computadores. Em 1984 foi desenvolvida a primeira versão para computadores pessoais. Presentemente o aplicativo é comercializado pela empresa SPSS (*Statistical Product and Service Solutions*).

A principal janela de trabalho do software é a janela de digitação (ou input) de dados denominada “SPSS Data Editor”, na qual os bancos de dados são gerados e analisados. Nesta janela as linhas são relativas aos casos, participantes ou respondentes e as colunas correspondem às variáveis investigadas.

Teoricamente, no SPSS, não existe limitação do número de colunas, muito menos do número de casos, possibilitando a análise de bancos de dados de qualquer tamanho. Os bancos de dados

podem ser montados no próprio SPSS ou importados de outras planilhas. O SPSS importa praticamente todos os tipos de arquivos de dados utilizados no mercado.

O SPSS possui nove menus de comandos, que possibilitam a manipulação e análise dos dados, bem como os procedimentos do windows para trabalhar com arquivos. As funções destes menus estão resumidas a seguir:

- **File:** abertura, salvamento, importação de dados, além de outras funções comuns aos diferentes programas da mesma plataforma operacional ou específicos do SPSS;
- **Edit:** voltar à última ação, copiar, colar, cortar, procurar (find) e opções;
- **Opções:** definir diferentes parâmetros do programa, como formato de apresentação dos dados e o formato de geração das tabelas na janela de output de dados;
- **Data:** manipular o arquivo de dados de diferentes maneiras;
- **Transform:** possibilita a transformação de variáveis do arquivo, assim como a criação de novas variáveis no arquivo de dados;
- **Analyze:** concentra todos os procedimentos estatísticos;
- **Graph:** corresponde aos módulos de geração de gráficos do SPSS;
- **Utilities:** possui vários comandos que auxiliam na manipulação dos dados e das variáveis de um arquivo;
- **Window:** possibilita a mudança de janelas do SPSS, como em qualquer programa de ambiente Windows;
- **Help:** inclui muitas informações sobre o programa, desde como executar determinados procedimentos até a explicação da função de diferentes técnicas estatísticas.

Cabe ser ressaltado que o menu Analyze apresenta todas as técnicas descritivas e inferenciais, univariadas e multivariadas. As técnicas descritivas são aquelas que sintetizam os dados brutos, apresentando os padrões de dispersão (variância, desvio padrão) e tendência central (média, moda e mediana), assim como as medidas de posicionamento (quartil, decil, percentil).

As análises inferenciais são aquelas que aplicam modelos probabilísticos, estimando a chance do comportamento observado na amostra se repetir na população. Quanto às técnicas univariadas, estas levam em consideração apenas uma variável e as multivariadas levam em consideração múltiplas variáveis.

HDM-4

O HDM4 (*Highway Development and Management System*) é um aplicativo desenvolvido para investigar opções de intervenções na infraestrutura do transporte rodoviário. Desde 1996 a World Road Association (PIARC) assumiu a responsabilidade de manter o desenvolvimento deste aplicativo iniciado pelo Banco Mundial. A versão 2.0 foi concluída em julho de 2005. Atualmente, o desenvolvimento do HDM4 foi terceirizado sendo concedido para a HDM Global, um consórcio internacional liderado pela Universidade de Birmingham.

O HDM-4 é um modelo computacional que simula as condições físicas e econômicas durante um período de análise, normalmente equivalente ao ciclo de vida das alternativas e ou dos cenários especificados pelo usuário.

O sistema foi projetado para fazer estimativas de custos comparativos e avaliações econômicas de diferentes opções de construção e manutenção, incluindo diferentes alternativas de períodos de tempo, tanto para o projeto de uma rodovia em um trecho específico, como para grupos de rodovias em uma rede inteira. Ele estima os custos totais para um grande número de projetos e possibilidades de manutenção ano a ano, descontando os custos futuros, se desejado, a diferentes taxas de desconto requeridas, de forma que o usuário possa procurar a alternativa com o menor custo total.

Três conjuntos de custos interativos (referentes à construção, manutenção e operação da rodovia) são acrescentados durante um período, em valores atuais descontados, onde os custos são determinados pelas quantidades de intervenções físicas inicialmente previstas e então multiplicados pelos custos unitários ou preços.

No HDM-4, o usuário define uma série de alternativas que descrevem diferentes investimentos e opções de conservação para a rodovia. Os investimentos influenciam a condição do pavimento durante um período e os custos de manutenção da rodovia. A comparação dos custos de várias alternativas de investimento permite a quantificação dos custos e benefícios das diferentes alternativas, usando princípios econômicos.

O HDM-4 é constituído por uma série de módulos que analisam diferentes aspectos. Cada um destes módulos exige certas entradas de dados e produz suas próprias saídas. Para usar o modelo corretamente é preciso assegurar-se de que o HDM-4 esteja recebendo os dados de entrada apropriados.

O processamento do HDM-4 exige a inserção dos seguintes dados:

- Condições atuais dos pavimentos das rodovias (extensões, estrutura, volume de tráfego, defeitos, irregularidade, deflectometria, geometria - largura de pista, largura de acostamentos, declividades médias, índice de curvatura, etc. - condições climáticas, de topografia, idade do pavimento, idade da última restauração, etc.);

- Dados da frota (tipos de veículos, peso, custos de aquisição e de manutenção dos veículos, custo do combustível);
- Custos por tipo de acidentes;
- Políticas de intervenção (tipo de manutenção ou restauração e respectivos custos) e os cenários de investimento.

Os resultados do HDM-4 são traduzidos nos tipos de intervenção para cada segmento, custo e época, para um determinado cenário de investimentos.

Cabe ser salientado que este software é de uso obrigatório para obtenção de financiamentos do Banco Mundial.

CUBE

O CUBE é um aplicativo desenvolvido pela CITILAB, utilizado para efetuar projeções de variáveis em rede. Tem sido muito utilizado, por exemplo, para simular o comportamento do tráfego numa rede rodoviária, quando são alterados os parâmetros de seus trechos (velocidade operacional ou tempo de viagem, custos operacionais, tipo de pavimento, novas ligações, perfil vertical e horizontal, etc.).

O CUBE é um pacote integrado de softwares de simulação com um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Sua aplicação na área de transporte possibilita a simulação de viagens e de tráfego. Os recursos do CUBE respondem adequadamente aos problemas de planejamento e de engenharia de tráfego, já que permitem avaliar alternativas de transporte público, estratégias de pedágio, políticas de uso do solo, localização de terminais de cargas, planos de sinalização e projetos geométricos alternativos. O CUBE gera informações para a tomada de decisões, empregando técnicas de modelagem e SIG, bem como gerando estatísticas e comparações, relatórios, gráficos e animações.

O aplicativo dispõe de uma série de módulos, envolvendo procedimentos associados a tarefas específicas. Estes módulos são:

- **Cube Base** que é a interface do sistema, com quatro áreas de trabalho:
 - Janela SIG: para edição de dados, análises e mapeamentos;
 - Janela de Desenvolvimento de Modelos: para projetar, documentar e calibrar modelos;
 - Janela de Desenvolvimento de Cenários: para criar, e gerenciar cenários;

- Janela de Relatórios: para gerar relatórios e gráficos.
- **Cube Voyager** que oferece uma biblioteca de programas para a projeção de demanda urbana, regional e interurbana de viagens. Este módulo permite a utilização de qualquer metodologia de modelagem e a incorporação de diversos métodos relacionados com a restrição de capacidade;
- **Cube Analyst** que é uma biblioteca de programas para estimar e otimizar as matrizes de viagens, a partir de contagens de tráfego e de outros dados obtidos através de pesquisas de campo;
- **Cube Avenue** que é uma extensão para o Cube Voyager, permitindo a alocação dinâmica do tráfego de veículos;
- **Cube Cluster** adiciona funções que permitem que os modelos CUBE Voyager rodem através de múltiplos processadores de um computador ou através de vários computadores pessoais em rede;
- **Cube Cargo** que é uma biblioteca de programas para a projeção dos fluxos de cargas e do tráfego de caminhões;
- **Cube Land** - uma biblioteca de programas para projetar o uso do solo e simulações em função de diferentes condições econômicas.

GIP

A complexidade envolvida na análise de uma rede requer uma quantidade enorme de informações, cujo tratamento, só é possível mediante a utilização de aplicativos computacionais.

Assim, é necessário que sejam concebidas interfaces para exportar e importar dados entre os aplicativos utilizados. Quanto menos digitação os utilizadores destes aplicativos tiverem que fazer, mais confiável será o tratamento das informações.

Um exemplo de aplicativo concebido para solucionar a questão relacionada com o intercâmbio de dados com outros softwares é o GIP (Gerenciador de Informações de Planejamento), que foi desenvolvido no escopo do Plano Diretor Rodoviário para o Estado do Ceará - PDR/CE para desempenhar um papel central no sistema de planejamento de transportes proposto.

O GIP, no contexto do planejamento rodoviário, é responsável pela realização de dois tipos de atividades: atividades fim e atividades meio.

Entende-se por atividade fim aquela cujo processamento está totalmente sob o controle do aplicativo. Dessa forma, o aplicativo é responsável pela aquisição e análise dos dados brutos, filtragem e/ou pré-processamento desses dados, armazenamento e extração de informações dos mesmos na forma de relatórios ou de arquivos de dados exportados para processamento em outros softwares, externos ao sistema. As atividades fim delegadas ao GIP são:

- Importação e processamento dos dados da rede rodoviária;
- Importação e processamento dos dados de contagens volumétricas de tráfego;
- Importação e processamento dos dados das pesquisas de origem e destino (O/D);
- Importação dos dados dos acidentes de trânsito.

As atividades meio, ao contrário das atividades fim, estão apenas parcialmente sob o controle do GIP e estão relacionadas com o gerenciamento de transferência de dados para os aplicativos HDM-4, CUBE e EXCEL. Elas viabilizam o uso desses aplicativos, provendo informações formatadas e/ou codificadas conforme especificação dos mesmos.

As atividades meio têm como principal função transferir informações armazenadas na base de dados (que pode estar parcialmente formulada em EXCEL) de forma rápida e confiável. Considerando a origem e destino das informações, o GIP executa três tipos de transferências:

- Transferências da base de dados para o CUBE;
- Transferências da base de dados para o HDM-4;
- Transferências intermediadas entre o HDM-4 e o CUBE.

Todos os três tipos de transferências permitem que os analistas economizem muito tempo na preparação de dados de entrada para os aplicativos CUBE e HDM-4 e, simultaneamente, ganhem em confiabilidade com a geração automática dos arquivos.

Na Figura a seguir é apresentada uma visão geral do sistema, com especial destaque para os fluxos de dados entre os seus componentes.

Figura 19: Visão geral dos sistemas



Fonte: Elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Por fim, aproveita-se para destacar que o DER (Departamento Estadual de Rodovias) do Estado do Ceará já dispõe das ferramentas HDM-4, CUBE e GIP, que foram implantadas por ocasião da elaboração do Plano Diretor Rodoviário do Estado do Ceará – PDR/CE. O EXCEL, que é parte componente do pacote Microsoft Office, é ferramenta básica e deverá estar disponível em todas as secretarias finalísticas e no GTI. O @RISK deverá estar disponível no GTI, para uso na análise de viabilidade dos projetos estratégicos; bem como o SPSS, para o processamento de dados estatísticos e de pesquisas em geral. O EXPERT CHOICE não será necessário de imediato.

CAPÍTULO 12

ARRANJO INSTITUCIONAL E MECANISMOS DE GOVERNANÇA



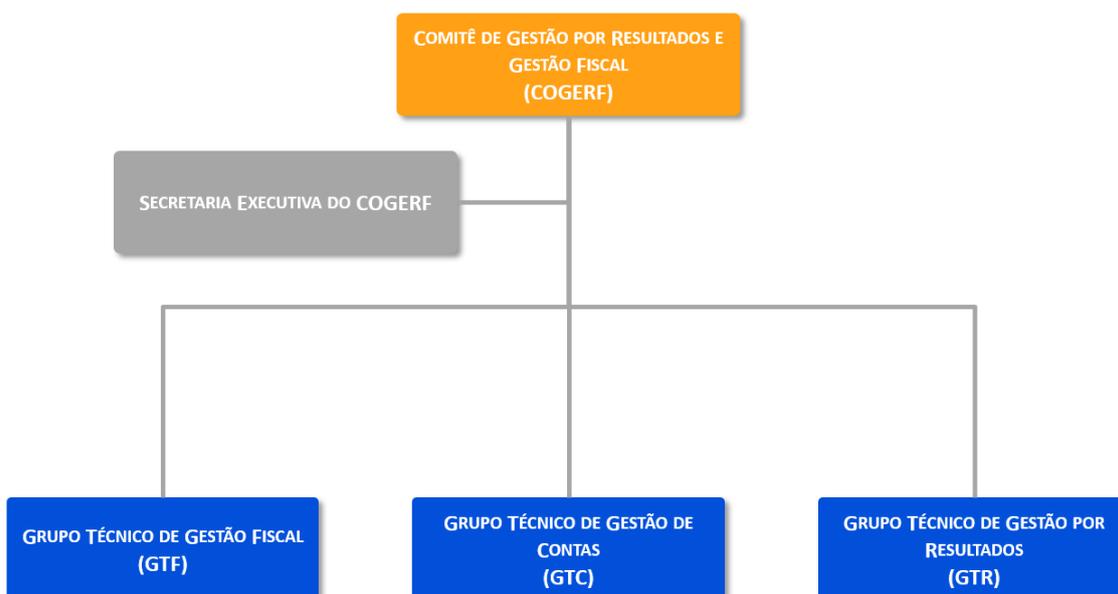
12. Arranjo Institucional e Mecanismos de Governança

A operação do modelo de GIP envolverá ajuste no atual arranjo institucional para prover suporte estratégico, tático e operacional à sua efetiva implementação. Trata-se de modelo contendo definição da estrutura institucional e das atribuições dos envolvidos.

Por definição, o ajuste é necessário para apoiar a Gestão dos Projetos de Investimentos, que tem por objetivo transformar a realidade do Estado do Ceará.

Para isto, partiu-se da análise da estrutura atual do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF – (Figura 25), a qual foi repensada de forma a dar maior ênfase à Gestão para Resultados e criação de estrutura dedicada à Gestão dos Projetos de Investimento.

Figura 20: Estrutura Atual do COGERF



Fonte: Elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

12.1. PREMISSAS CONSIDERADAS

Três foram as premissas consideradas para a elaboração da proposta de reformulação do COGERF visando fortalecer a Gestão para Resultados e a Gestão de Investimentos Públicos:

- Alteração na dinâmica das reuniões do Comitê para contemplar separadamente as questões relacionadas a análise de questões Orçamentárias, Financeiras e Fiscais e as questões referentes à Gestão para Resultados e Gestão dos Projetos de Investimento.
- Criação de Grupo Técnico de Gestão de Investimentos para avaliar questões relacionadas à seleção de projetos, avaliações de consistência, análises de viabilidade, resultados alcançados e impacto dos investimentos públicos. Esta mudança cria fórum dedicado ao acompanhamento e avaliação dos projetos de Investimento, que será também responsável pela gestão do Modelo de GIP. Naturalmente, é necessário haver capacidade qualificada para atender a esta nova demanda.
- Empoderamento da Secretaria Executiva do COGERF para deliberação de questões operacionais relacionadas a pauta Orçamentária, Financeira e Fiscal, desempenhando também papel de instância de decisão para temas não estratégicos.

Este empoderamento da Secretaria Executiva tem por objetivo liberar o COGERF para se dedicar a temas estratégicos. Contudo, na medida em que o COGERF deixar de se dedicar a questões táticas e operacionais, será necessário haver mudança de cultura. Outro ponto importante a ser considerado é que mais pessoas serão envolvidas no processo decisório.

Depreende-se, então, que a nova estrutura deverá contar com uma Secretaria Executiva que passará a atuar, em alguns momentos, como órgão de linha com atribuições deliberativas, passando a fazer intermediações entre os Grupos Técnicos e o COGERF.

Sendo assim, haverá três níveis de governança: comitê, secretaria executiva e grupos técnicos, com as seguintes características:

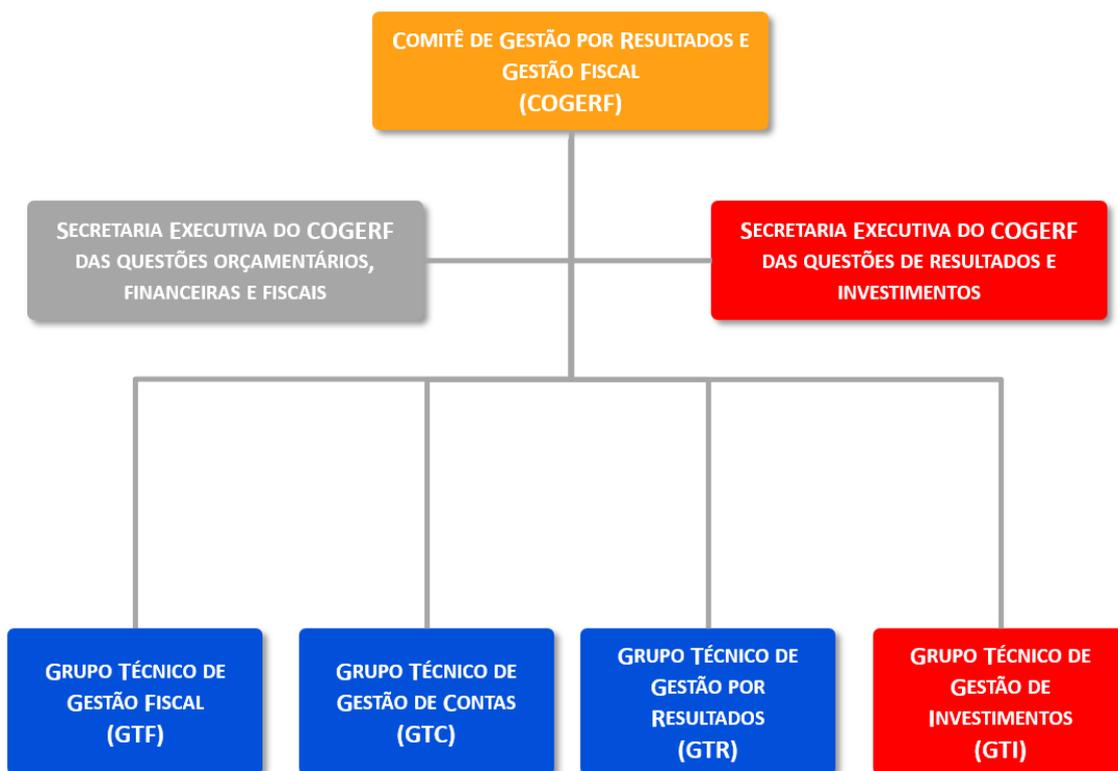
- Comitê
Órgão colegiado deliberativo e de assessoramento ao Governador, integrado por Secretários ou titulares de órgãos específicos, para tratar de temas estratégicos de governo.
- Secretaria Executiva
Órgão colegiado para deliberar sobre aspectos operacionais e assessorar o Comitê sobre deliberações estratégicas.

- Grupo técnico

Órgão colegiado de assessoramento técnico ao Comitê, integrado por titulares de Coordenações específicas e técnicos designados.

A nova estrutura teria, portanto, configuração conforme apresentado na figura 26.

Figura 21: Novo Arranjo Institucional do COGERF⁵⁴



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan

Em linha com o objetivo deste projeto, este documento enfocará exclusivamente sobre o detalhamento do Grupo Técnico de Gestão de Investimentos (GTI) e da composição e das atribuições do COGERF relacionadas à GIP.

O detalhamento dos demais elementos da estrutura e suas atribuições será elaborado por outro projeto em andamento no Governo do Ceará⁵⁵.

⁵⁴ As secretarias executivas deverão assumir a função de alçada intermediária de decisão. Porém, este tema ainda está por ser detalhado pelo COGERF.

⁵⁵ Projeto de Fortalecimento do Modelo de Gestão Pública para Resultados (GpR).

12.2. ALTERAÇÕES NO COGERF RELACIONADAS À GIP

Para o fortalecimento da GIP no Governo do Ceará, propõe-se alterações nas atribuições, na composição e na dinâmica do COGERF, detalhadas nos próximos tópicos.

12.2.1 Nova função do COGERF relacionadas à GIP

Em se tratando da gestão dos projetos de investimento, o COGERF terá a seguinte atribuição:

- Elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão de investimentos da administração estadual.

12.2.2 Nova dinâmica das reuniões do COGERF

Para comportar a nova atribuição e fortalecer a GpR e a GIP, o COGERF passará a ter dois tipos de reuniões com periodicidade, pauta e composição diferentes.

- **Reuniões Orçamentárias, Fiscais e Financeiras:** devem ser organizadas **três reuniões mensais** com pauta para tratar das questões orçamentárias, financeiras e fiscais. Estas reuniões serão presididas pelo Secretário de Estado Chefe da Casa Civil e contarão com a participação dos atuais membros do COGERF:
 - Secretário de Estado Chefe da Casa Civil
 - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
 - Secretário de Estado da Fazenda
 - Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
 - Procurador Geral do Estado
- **Reuniões sobre Investimentos e Resultados:** complementarmente, será organizada **uma reunião a cada mês** com pauta para tratar das questões relacionadas a Gestão por Resultados e Gestão dos Projetos de Investimento do Estado do Ceará. Esta reunião será presidida pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, contará com a participação dos membros do COGERF, aos quais se juntarão outros participantes convocados de forma *ad hoc*, conforme seu envolvimento com os temas da pauta. Assim, as reuniões terão a seguinte composição:
 - Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

- Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
- Secretário de Estado da Fazenda
- Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado
- Procurador Geral do Estado
- Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE)
- Secretários de Estado convidados, conforme relação dos temas tratados⁵⁶ na pauta com as atribuições da secretaria.

12.3. ALTERAÇÕES NA SECRETARIA EXECUTIVA DO COGERF

Identificou-se no diagnóstico ser necessário liberar o COGERF de algumas atribuições tático-operacionais para conseguir dedicar mais tempo as questões estratégicas. Além disto, a absorção do Grupo Técnico de Gestão de Investimentos em sua estrutura, aliada ao interesse em reforçar a Gestão de Investimentos Públicos, demandam a existência de uma estrutura intermediária com função deliberativa, subordinada diretamente ao COGERF.

Neste sentido, propõe-se que a Secretaria Executiva do COGERF passe a desempenhar esta função deliberativa em alçada inferior às deliberações do COGERF e assumir funções relacionadas à Gestão de Investimento Público.

12.3.1 Funções da Secretaria Executiva

Propõe-se que seja criada uma Secretaria Executiva exclusiva para as reuniões relacionadas à Gestão para Resultados e à Gestão dos Projetos de Investimento, subordinada ao Secretário de Planejamento e Gestão, que preside estas reuniões. As funções da secretaria relacionadas aos outros temas sob responsabilidade do COGERF não serão tratadas neste projeto.

- Cumprir as deliberações do COGERF relacionadas à GIP;
- Opinar sobre propostas a serem submetidas pelo GTI ao COGERF;

⁵⁶ Deve-se avaliar tanto os projetos de investimento que serão tratados, quanto a avaliação dos resultados para se determinar quais serão as secretarias convidadas.

- Assessorar o COGERF na reunião mensal que trata das questões relacionadas a Gestão por Resultados e Gestão de Projetos de Investimento;
- Aprovar a realização de despesas relacionadas aos projetos de investimento, limitadas ao montante fixado em ato normativo do COGERF.

12.3.2 Composição da Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva será composta por:

- Secretário Executivo de Planejamento e Gestão (na ausência deste, pelo Secretário Adjunto);
- Coordenador da CPLOG
- Assessor do COGERF
- Técnico da Assessoria do COGERF
- Articulador da ADINS
- Estagiário da Assessoria do COGERF;

12.4. CRIAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS (GTI)

Para assessorar o COGERF nas questões relacionadas a Gestão de Projetos de Investimento deve ser criado o Grupo Técnico de Gestão de Investimentos, fórum dedicado ao acompanhamento e avaliação dos projetos de Investimento, que será também responsável pela gestão do Modelo de GIP.

12.4.1 Atribuições do GTI

- Garantir a operacionalização do modelo de GIP em todas as secretarias do Estado;
- Analisar e validar a classificação dos projetos de investimento;
- Assessorar o COGERF em assuntos relacionados à viabilidade, priorização, seleção, avaliação de resultados alcançados e impacto dos projetos de investimento.
- Validar a análise de consistência realizada pelas setoriais;

- Conduzir ou contratar análise de viabilidade ou análise simplificada de viabilidade;
- Garantir a correta realização das análises, de forma a reduzir o viés de otimismo;
- Conduzir a priorização dos projetos e classificar nas cestas de alta, média e baixa prioridade para o Estado;
- Avaliar e validar a avaliação *ex post* simplificada, realizada pela setorial;
- Realizar a avaliação *ex post* aprofundada nos projetos estratégicos e em amostra aleatória de 5% dos projetos complementares.

12.4.2 Composição do GTI

O núcleo central do GTI será formado por especialistas em análise de viabilidade de projetos:

- Membro permanente, especialista em análise de projetos⁵⁷;
- Representante⁵⁸ da Secretaria de Planejamento e Gestão (preside a reunião);
- Representante da Secretaria da Casa Civil;
- Representante da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado;
- Representante da Secretaria de Fazenda;
- Representante do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE);
- Secretário do GTI (responsável pelo agendamento das reuniões, pautas e atas).
- Representante da(s) secretaria(s) finalística(s), convocado(s) conforme assuntos relacionados na pauta da reunião.

12.5. ESTABELECIMENTO DE REDE ARTICULADA DO GTI

Para operacionalizar todas as etapas relacionadas ao modelo de GIP e devido às especificidades inerentes à alguns projetos de investimento, o GTI deverá estabelecer rede articulada com

⁵⁷ Inicialmente, está prevista a existência de apenas um servidor fixo no GTI. Porém, este efetivo de pessoal fixo deve ser permanentemente avaliado conforme a demanda de trabalho.

⁵⁸ Todos os representantes indicados pelos respectivos titulares de cada Secretaria.

especialistas internos e externos ao governo do Estado. Esta rede tem como objetivo aportar capacidade e conhecimento ainda não internalizado no Estado e, por meio da troca com os especialistas, desenvolver esse conhecimento específico no Estado.

12.5.1 Integrantes da Rede Articulada do GTI

Devido à diversidade das atribuições e atividades do GTI, às quais demandarão conhecimentos específicos relacionados aos distintos escopos de projetos, além de seu Núcleo Central, o GTI deverá estabelecer rede articulada com especialistas internos e externos em análise de viabilidade de projetos (figura 27), conforme especificado nos três níveis descritos a seguir:

- **Núcleo Central:** membros da composição do GTI;
- **Equipe Expandida Interna:** especialistas setoriais do Estado, conhecedores dos objetos a serem analisados;
- **Rede Externa:** rede de especialistas externos (profissionais, técnicos e especialistas em avaliação de projetos), que dominam o estado da arte em sua área de conhecimento nos aspectos envolvidos na análise de viabilidade de projetos.

Assim, o GTI contatará, inicialmente, com suporte de especialistas para o desempenho de suas atribuições e poderá, com a aquisição de conhecimento e experiência, passar a realizar as análises de viabilidade apenas com sua composição interna.

Figura 22: Rede articulada do GTI



Fonte: Elaborado pelo Consórcio Macroplan/Transplan

Para a contratação destes profissionais da rede externa que irão assessorar o Estado, ou mesmo realizar as avaliações de viabilidade de projetos, conforme a necessidade, sugere-se cinco opções possíveis de contratação:

- Conforme regras de contratações de Organismos Internacional ou de Bancos Multilaterais
- Conforme a lei 8.666/93;
- Mediante criação, ou utilização de entidade de colaboração, com regras próprias. Por exemplo: Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- Mediante criação ou utilização de entidade paraestatal, com regras próprias. Por exemplo: Serviço Social Autônomo (SSA).
- Mediante estabelecimento de parcerias com Universidades ou Entidades de Classe (CREA, CRM, CRP, CRA, CORECON, entre outros)

ANEXOS



Anexo 1 – Conceitos e Métodos Relacionados à GIP

Uma vez compreendida a relevância da Gestão do Investimento Público (GIP) para o Estado do Ceará e sua administração pública, torna-se necessário conhecer determinados conceitos e problemas relacionados à metodologia que deve ser empregada para a concepção, avaliação prévia, priorização, seleção, acompanhamento e análise do impacto dos projetos de investimentos.

A.1.1. O PROJETO E A GESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO

No contexto em questão, define-se como projeto o conjunto de antecedentes que permite estimar as vantagens e desvantagens sociais e econômicas que derivam de se alocar recursos públicos para a produção de bens e serviços.

Cabe observar que a análise econômica relacionada a um projeto pressupõe estimativas sobre o futuro, fato que inevitavelmente incorpora riscos em relação ao grau de certeza das previsões realizadas. Convém mencionar, ainda, que na elaboração de todo projeto, além das estimativas para preço e custos, são também estabelecidos pressupostos em relação à demanda pelos bens e serviços produzidos, que dizem respeito às possibilidades de inovação tecnológica, ao gosto dos grupos atendidos e a tantas outras variáveis que, ao final, compõem um projeto.

Portanto, pode-se afirmar que a destinação de recursos públicos para implementação de investimentos com o objetivo de produzir bens e serviços implica em fazer frente ao que se costuma chamar de “risco calculado”. Isto conduz à necessidade de concentração de esforços na realização de análises racionais das possibilidades de êxito do projeto, baseadas nos melhores antecedentes e elementos de juízo disponíveis. Todos esses elementos devem fazer parte dos estudos do projeto de investimento.

Assim, o **projeto representa a base racional de decisão para alocação de recursos decorrentes das políticas públicas**. Além disso, os projetos bem estudados apresentam maior possibilidade de atrair a atenção de possíveis parceiros, sejam eles também públicos ou mesmo privados.

Constata-se que nos locais onde se verificam boas práticas de avaliação de investimentos, usualmente a disponibilização de capitais de terceiros, principalmente de organismos multilaterais, é mais significativa, ampliando as possibilidades de empreender. Por outro lado, verifica-se que o setor público registra maiores perdas em locais que levam adiante iniciativas que nunca deveriam passar da fase de avaliação.

As deficiências observadas no desenvolvimento de processos adequados de avaliação de projetos podem dever-se, em grande medida, ao fato de que nem sempre se tem claro o que

vem a ser um bom estudo de um projeto de investimento. Por outras vezes, a falta de pessoal qualificado pode ser a razão para as dificuldades verificadas.

A avaliação correta de um projeto requer o trabalho de equipe multidisciplinar, constituída por engenheiros, economistas, sociólogos e outras especialidades, que se complementam adequadamente de acordo com os temas que estão sendo abordados.

É comum a ideia de que a preparação de projetos e sua priorização são atividades independentes, que envolvem disciplinas distintas. A primeira seria de responsabilidade do técnico envolvido, enquanto que a segunda seria atribuição dos responsáveis pela programação e planejamento dos investimentos.

Entretanto, tal separação não é tão clara quanto parece, na medida em que na preparação de um projeto, muitas vezes se faz necessária a opção entre alternativas, o que pode vir a demandar componentes de programação e planejamento. Por exemplo, basta estar diante de alternativas de menor ou maior intensidade de capital para se compreender que o critério técnico não será suficiente como elemento de julgamento para se decidir a questão.

Dessa forma, quem decide sobre priorização não pode limitar-se a escolher entre projetos tal qual eles são preparados, sem conhecimento de como foram decididas as alternativas técnicas entre aquelas admitidas e quais foram os elementos antecedentes que estavam disponíveis para aquela decisão.

Por outro lado, os técnicos que preparam esses antecedentes e que definem as alternativas técnicas devem conhecer, pelo menos em suas linhas gerais, os problemas com que se deparam aqueles que decidem sobre a priorização dos recursos.

Há que se mencionar, ainda, que usualmente a estrutura de apresentação de um projeto, seja ele público ou privado, deve considerar a discussão dos seguintes temas: público ou mercado a ser atendido; tamanho e localização do empreendimento; investimentos a ser realizado; custeio; recursos, pressupostos e dados necessários para o processo de avaliação; estrutura de financiamento e governança.

A.1.1.1 O projeto e a visão de conjunto

É importante reconhecer que os projetos públicos estarão sempre relacionados com uma avaliação do conjunto da socioeconomia regional. Quando se decide investir capitais em determinada iniciativa, devem ser definidas algumas premissas relativas às políticas públicas planejadas. Esse tipo de formulação deve pressupor critérios rigorosos e técnicas de programação e planejamento.

Os projetos, de modo geral, não são implantados em ambientes “vazios” e sim em um “meio” do qual se alimenta e para cujo melhoramento deve contribuir. Assim, parece preferível

reconhecer claramente a existência dessa relação e a conveniência de sua investigação de forma sistemática, abandonando-se as formas intuitivas de análise.

Faz-se necessário o reconhecimento da limitação de recursos disponíveis para investimentos, de forma a se incentivar a implementação de técnicas de programação e planejamento.

Verifica-se que muitas vezes são elaborados projetos a partir de análises simples e superficiais, algumas vezes quase intuitivas sobre as variáveis socioeconômicas regionais, ou mesmo sobre o conjunto da economia. Entretanto, essa não pode ser considerada a regra. De qualquer forma, é preciso admitir que a existência de um programa formal de políticas públicas de longo prazo, ajustado sistematicamente, não é condição indispensável, mesmo que desejável, para a execução de estudos e implantação de projetos individuais.

A experiência observada em vários estados mostra que em muitos casos se realizam investimentos públicos, de várias naturezas, sem que tenham sido cumpridos os requisitos de estudos e avaliação que as boas práticas recomendam, tanto em relação à visão global de planejamento, como em relação aos projetos individuais.

Nesses casos, o principal argumento que tem sido apresentado refere-se ao fato de que se fossem aguardar até que todos os estudos necessários fossem realizados, o mais provável é que muito pouco teria sido executado.

Para alguns estados, especialmente aqueles em estágio de menor desenvolvimento econômico, este argumento poderia ser considerado parcialmente verdadeiro. Nesses casos, os bens e serviços demandados são muito claros, porque as estruturas econômicas e sociais presentes são mais simples. Mas na medida em que a estrutura socioeconômica se fortalece, as alternativas de investimento aumentam e cresce a pressão social sobre o melhoramento da oferta de bens e serviços públicos, tornando o processo de atendimento das demandas menos evidente.

A.1.1.2 O planejamento

O processo de planejamento e programação busca obter uma visão integral do contexto que é estudado, com o objetivo de estabelecer um conjunto de metas a serem perseguidas, que sejam coerentes e compatíveis com a estabilidade de todo o sistema.

Essa visão proporciona um marco de referência que permite desenvolver, com mais detalhes, os estudos setoriais e os projetos específicos, considerando-se os critérios básicos para o estabelecimento de medidas fiscais, monetárias e outras que levem aos objetivos previstos.

Nesse contexto, as atividades de planejamento e programação compreendem, além da análise das tendências históricas da socioeconomia local, a formulação de um diagnóstico da situação atual. Essa análise irá possibilitar o reconhecimento dos fatores motivadores do desenvolvimento regional e as modificações que vêm ocorrendo ao longo do tempo. Isto

propiciará a elaboração de cenários prospectivos para a provável evolução das variáveis econômicas e sociais.

Assim, a partir de uma base analítica será possível projetar um conjunto de objetivos e metas coerentes para a produção de bens e serviços, compatíveis com a estabilidade, a fim de se alcançar o máximo de desenvolvimento socioeconômico da região, que se possa esperar nas condições reveladas pela referida análise.

A coerência dos objetivos globais e setoriais deve estar explicitada através de um sistema de contas completo, o chamado orçamento, seja ele nos níveis, nacional, estadual ou municipal.

Assim, o volume de investimento público deve guardar relação com o volume de recursos disponíveis na sociedade local e com a sua capacidade de endividamento. Por outro lado, o volume e a composição da carteira de investimentos públicos deve ser tal que possibilite alcançar as metas propostas para o avanço das variáveis econômicas e sociais da região.

Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar o papel relevante que o sistema tributário existente terá na maior ou menor capacidade de atendimento das demandas sociais identificadas. Será esse sistema que deverá atender grande parte das necessidades de financiamento dos investimentos públicos.

A.1.1.3 Programas e projetos

A necessidade de coerência e as decisões de natureza política que compreendem qualquer programação de gastos públicos levam a necessidade de avaliação de várias alternativas para a sua composição.

Assim, como ponto de partida deve-se estabelecer algumas hipóteses para os estudos de metas, a fim de se fixar, em uma primeira aproximação, o volume de investimentos necessários para o atendimento das políticas públicas propostas.

Destaca-se que estas projeções globais se prestam para o estabelecimento de marcos de orientação para os investimentos e para as políticas socioeconômicas locais, assinalando as linhas básicas de ação no futuro, estabelecendo-se da maneira mais aproximada possível o comportamento esperado para as variáveis e parâmetros socioeconômicos, de acordo com o modelo econométrico adotado.

Num segundo momento, ao se realizar a avaliação dos projetos concretos, tendo-se informações mais detalhadas, será possível a correção dos diferentes itens do programa original, de forma a torná-los compatíveis com as novas informações disponíveis.

Quando se estudam as possibilidades individuais de investimento, se dispõe dos antecedentes mais concretos sobre os recursos disponíveis, sejam eles naturais, humanos, de capital e outros que se associam para a efetivação dos projetos.

Assim, a visão de conjunto apresentada em qualquer tipo de programação fornecerá os elementos de juízo para o processo de decisão de investimentos públicos. Por sua vez, o estudo dos projetos individuais influirá na formulação dos objetivos das políticas públicas dos programas, estabelecendo-se assim um processo contínuo de revisão e ajuste.

Observa-se que, para se preparar as premissas anuais e os calendários de inversão dos referidos programas, será preciso dispor de informações precisas sobre cada projeto, pois além das prioridades estabelecidas em um programa global, existe também a questão relativa à distribuição dessas prioridades no tempo, cuja solução só será encontrada a partir da realização dos estudos concretos de cada um dos projetos.

Um exemplo relevante que pode ser apresentado para mostrar a forte inter-relação entre programas e projetos pode ser encontrado na implementação de um determinado projeto que apresentaria distintas tecnologias de produção. Suponha-se que a fase de planejamento e programação de intervenções públicas tenha identificado a prioridade de se destinar recursos públicos para o atendimento da demanda por energia elétrica. Seria então o caso de um projeto a ser implantado através da construção de uma usina hidroelétrica ou de uma central térmica, sendo que esta última poderia produzir energia tanto a partir do gás natural, como do óleo combustível ou do carvão.

Verifica-se que a eventual adoção da solução térmica de carvão produziria efeitos em toda a economia, que seriam totalmente distintos da possível solução da usina hidroelétrica, além de impactar de forma diferente na estrutura do planejamento e programação dos investimentos públicos. Observa-se, portanto, a necessidade de análise dos projetos individuais, por ocasião da definição da programação dos investimentos.

A.1.1.4 Seleção de projetos que devem ser estudados

Diante da grande variedade de possíveis projetos e das limitações práticas em relação à sua avaliação, é conveniente que se efetive uma seleção prévia das iniciativas que serão investigadas, o que leva à necessidade de se estabelecer critérios e métodos para se realizar essa seleção.

A rigor, este problema se incluiria muito mais na órbita do planejamento e programação geral do que no processo de análise dos projetos individuais. Entretanto, dada a estreita vinculação entre projetos e programas, conforme assinalado anteriormente, e, ainda, considerando-se a frequente inexistência de um planejamento global tecnicamente elaborado, cabe identificar alguns aspectos que podem servir de base para a seleção dos projetos possíveis, não perdendo

de vista que as iniciativas de investimentos públicos pressupõem que algum tipo de análise socioeconômica deve preceder à seleção de projetos.

Os critérios de seleção de projetos apontados na sequência não se excluem entre si e devem ser considerados como sugestões metodológicas que devem ser adaptadas de acordo com as circunstâncias particulares que venham se apresentar. No caso em questão, não se pode deixar de considerar a vinculação da seleção dos projetos ao seu posicionamento estratégico em relação às políticas públicas do Estado.

- Projetos de origem de políticas de governo;
- Projetos que derivam de um programa global de desenvolvimento socioeconômico;
- Projetos que derivam de estudos setoriais;
- Projetos que derivam de estudos de demanda;
- Projetos destinados ao aproveitamento de recursos (materiais e humanos) disponíveis;

A.1.1.5 A natureza do estudo dos projetos

A realização de um projeto significa introduzir na economia um elemento dinâmico que provoca repercussões em todo o sistema. Assim, faz-se necessária a indicação conceitual do alcance dos estudos que devem ser executados na formulação de determinado projeto.

- Etapas de análise e seleção de um projeto:

Em uma situação ideal, o processo de análise e seleção de projetos possíveis deve passar pelas seguintes etapas:

- Delimitação do problema;
- Seleção preliminar de opções de projeto;
- Pré-priorização e elaboração de estudos de pré-viabilidade;
- Justificativas para alocação de recursos em estudos mais detalhados;
- Preparação dos estudos de viabilidade;
- Priorização de projetos.

- Estudos técnicos e econômicos de um projeto:

Na etapa de estudos, conforme já definido anteriormente, o projeto é definido como o conjunto de antecedentes que permitem o julgamento das vantagens e desvantagens que resultam da alocação de recursos econômicos para aquele fim. Se no processo de julgamento se decide por levar adiante aquele determinado empreendimento, inicia-se a fase de realização, na qual o projeto passa a ser o conjunto de antecedentes e planos que permitem implementá-lo.

Primeiramente, na etapa de estudo o problema concentra-se na decisão. Nessa etapa é preponderante o aspecto socioeconômico. No segundo momento, o foco de maior interesse é o aspecto técnico. Com maior rigor, dever-se-ia considerar o nome de estudos de viabilidade para os estudos econômicos e o termo projeto para denominar os estudos técnicos. Entretanto, na prática, as duas etapas são nomeadas como projeto. Verifica-se, ainda, que não há uma sequência natural para as considerações técnicas e econômicas durante o estudo e ambas devem ser consideradas simultaneamente. É evidente que a precisão alcançada no estudo na etapa econômica deverá guardar relação com o grau de precisão da etapa técnica. Observa-se que para se adotar uma decisão não se requer contar com todos os detalhes técnicos da etapa física de implementação do projeto. É necessário, entretanto, que os estudos de engenharia contenham informações suficientes para formar uma base adequada que possibilite um juízo econômico, no qual seja possível uma decisão.

- A avaliação⁵⁹:

O objetivo básico de todo estudo econômico de um projeto consiste em avaliá-lo, decidir, qualificá-lo e compará-lo com outros projetos de acordo com determinada escala de valores, a fim de se estabelecer uma ordem de prioridades.

Essa tarefa exige se precisar o que se chama de “vantagens e desvantagens” da alocação de recursos com um dado objetivo. Ou seja, deve-se estabelecer quais são os padrões de comparação que devem ser utilizados e como eles podem ser medidos.

É evidente que se trata de obter o máximo de vantagens com o mínimo de desvantagens. Entretanto, o problema teórico de se estabelecer quais os critérios de avaliação que devem ser utilizados não estão definitivamente resolvidos. Existem e têm sido aplicadas diversas metodologias com esse fim. De qualquer forma elas podem ser divididas da seguinte forma: (i) de um lado os padrões de comparação de projetos conforme o interesse do setor privado; e (ii) de outro lado os padrões de comparação que interessam à comunidade em seu

⁵⁹ Esta etapa é denominada de análise no âmbito do Governo do Estado do Ceará e, portanto, esta será a denominação adotada neste projeto. O termo avaliação é utilizado para a tarefa de validação da análise realizada.

conjunto e que se pode chamar de critérios sociais de avaliação. Portanto, o problema relativo à avaliação econômica de projetos trata não só da escolha da forma de enfocar a questão, mas também da avaliação *per se*.

Nesse contexto, deve-se considerar as diferenças que existem ao se alocar recursos segundo os interesses individuais ou segundo os interesses coletivos da sociedade. Deve-se admitir, ainda, a forma imperfeita como os preços de mercado refletem as preferências dos consumidores ou o valor intrínseco dos fatores. Diante desse quadro, surge a necessidade de se introduzir alterações nos padrões privados de avaliação de projetos para adequá-los ao caso de investimentos públicos.

A.1.2. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS

A.1.2.1 *Objetivos, critérios e coeficientes de avaliação*

A tarefa principal das equipes de elaboração e avaliação de projetos é contribuir direta ou indiretamente para que os recursos disponíveis sejam aplicados, comparativamente aos diversos usos possíveis, naqueles projetos que maximizem os benefícios. Os analistas que têm que decidir sobre preferências entre projetos de investimento, devem fazê-lo de forma direta e explícita, de tal forma que quando recomendam que um determinado projeto seja levado adiante, estão, na realidade, indicando que determinados recursos devem ser alocados a um determinado uso em detrimento de outras possíveis utilizações.

Para se fazer tal recomendação é preciso definir o que se entende por benefícios e dispor de algum tipo de padrão ou norma que permita demonstrar que o destino dado aos recursos empregados será o melhor possível. A avaliação de projetos consiste precisamente em selecionar e aplicar tais padrões ou normas aos projetos submetidos às análises.

A avaliação poderia ser considerada desnecessária se o montante de recursos exigido pelos projetos fosse igual ou inferior aos recursos disponíveis. Esta consideração é importante porque a prática corrente, principalmente nos órgãos públicos, é a de não se preparar mais projetos do que aquilo que será possível implementar diante da limitação de obtenção de recursos. Entretanto, as boas práticas recomendam a preparação de um maior número de projetos, a fim de que a avaliação tenha realmente alguma efetividade.

Isto posto, a avaliação econômica consiste em realizar **apreciação comparativa entre as possibilidades de usos dos recursos representados pelos projetos de investimento**. Importante destacar que os distintos critérios de avaliação, em sua maior ou menor complexidade, derivam das formas como se definem os benefícios e do tipo de seleção que se adota entre os distintos padrões e tipos de valoração.

Estes critérios são geralmente expressos na forma de coeficientes numéricos e, nesse caso, são ordenados de modo que, quanto maior o indicador, maior será a sua posição na escala de priorização.

A.1.2.2 Tipos de priorização

A determinação de prioridades se fundamenta na realidade em três tipos de problemas, que, apesar de estarem fortemente relacionados, recomenda-se, por razões práticas, que sejam estudados de forma separada.

O primeiro refere-se à justificativa do uso recomendado para o recurso e constitui-se no problema da avaliação econômica propriamente dito. Poderia ser traduzido pela seguinte pergunta: **Por que produzir tais bens ou serviços e não outros?** Como exemplo pode-se citar o questionamento sobre construção de uma rodovia ou construção de equipamento para geração de energia elétrica, visto que os recursos para efetivação dos investimentos são escassos e é necessário escolher as prioridades de investimento.

O segundo problema diz respeito à justificativa da tecnologia ou rota técnica proposta para o projeto e constitui o problema das alternativas técnicas para a efetivação da produção dos bens ou serviços. Nesse caso, a pergunta correspondente seria: **Por que se produzir bens ou serviços de determinada maneira?** Seguindo com o exemplo do parágrafo anterior, suponha que a construção de equipamento para geração de energia elétrica seja escolhida. Nesse sentido deve-se verificar as opções para produção de energia elétrica, ou seja, o equipamento a ser construído irá considerar a água, carvão ou vento como matriz energética. Cada alternativa possui custos e benefícios distintos que devem ser considerados para avaliar a melhor opção.

O terceiro problema se relaciona com a data recomendada para o início de operação do projeto e possui relação com a alocação da prioridade no tempo. A pergunta que se faz é a seguinte: **Por que fazê-lo agora e não mais adiante?** Projetos cuja demanda tende ao crescer com o tempo se encaixam nesta característica, como é o caso de transporte de pessoas ou cargas.

A.1.2.3 Responsabilidades dos projetistas

A rigor, não corresponderia aos projetistas que elaboram os projetos recomendar prioridades, já que cada projetista conhece apenas o seu projeto e, dessa forma, não deveria ser capaz de fazer comparações. O recomendável seria que todos os projetos fossem avaliados e priorizados por alguma entidade central, responsável pela programação e planejamento, segundo os critérios que decidir adotar. De qualquer forma, existem duas razões principais para que tais projetistas conheçam o problema das técnicas de avaliação.

A primeira se relaciona com a necessidade de inclusão no projeto dos antecedentes que são requeridos para a realização da avaliação. Supondo-se que exista no quadro institucional uma entidade de planejamento e programação, que estabeleceria as prioridades entre os diversos projetos submetidos a sua avaliação, seria indispensável que cada projeto contivesse os dados necessários para se executar sua avaliação, o que implicaria que tais projetistas conhecessem os critérios usualmente utilizados.

Acrescenta-se, ainda, que, tendo conhecimento desses critérios e do modo como eles são quantificados, o trabalho da entidade central ficaria facilitado na medida em que o próprio projetista poderia realizar sua avaliação segundo os critérios mais usuais, deixando sempre para a referida entidade a responsabilidade da apuração final.

A segunda razão tem fundamento prático, na medida em que em muitos casos não se verifica a presença de quadros institucionais ideais, que apresentem uma clara divisão de funções entre projetistas e especialistas encarregados do processo de avaliação e priorização. Nesses casos, os mesmos indivíduos devem cumprir muitas vezes ambas as funções, o que requer por parte do projetista um conhecimento adequado do problema de priorização de projetos. Cabe ressaltar, porém, que nesta segunda opção observa-se maior risco de ocorrência do chamado “viés de otimismo” na avaliação e na priorização.

A.1.2.4 Aspectos comuns nos critérios de avaliação

As diferenças entre os critérios de avaliação de projetos se referem às diferentes maneiras de se considerar, especificar e medir o que em cada caso se entende por recursos empregados e benefícios obtidos: Análise Custo-Benefício⁶⁰. Quaisquer que sejam essas diferenças, todo escopo de avaliação deve abordar os problemas que, de forma convencional, são designados como: valoração; homogeneidade e extensão,

Valoração

Devido às diferenças de natureza física dos bens e serviços, a determinação de seu quantitativo relativo para fins de avaliação é expressa mediante um denominador comum, que é a unidade monetária. Portanto, a valoração consiste em alocar preços aos bens e serviços relacionados com o projeto.

⁶⁰ A análise custo-benefício está descrita na seção A.1.3.1 e um exemplo ilustrativo se encontra no Anexo 3.

Essa é uma tarefa de fundamental importância para o processo de avaliação, pois, conforme destacado em capítulo anterior, nem sempre os preços de mercado são considerados como representativos dos bens e serviços produzidos. No caso da avaliação dos investimentos públicos são adotados os preços e custos sociais⁶¹.

Homogeneidade

Como o processo de avaliação considera toda vida útil do projeto, é necessário trabalhar com valores monetários correspondentes às transações realizadas em diferentes períodos. Para que tais magnitudes possam ser comparadas é necessário torná-las homogêneas em relação ao tempo, utilizando-se para isso equivalências financeiras, conforme destacado em capítulo anterior.

Extensão

A realização de um projeto provoca uma série de reações econômicas em cadeia a jusante e a montante. O problema da extensão consiste em reconhecer e quantificar essas repercussões econômicas do projeto, considerando o critério de avaliação adotado.

Nesse contexto, os critérios de avaliação se dividem em dois grandes grupos: de um lado, aqueles que medem os efeitos que resultam apenas do próprio projeto, conhecidos como “efeitos diretos”; e de outro lado, os que tratam de medir também os “efeitos indiretos”, tanto em relação aos recursos empregados, como em termos dos benefícios resultantes.

O problema da extensão será abordado no item referente à análise custo-benefício apresentado a seguir. Ele está relacionado com a valoração, associada ao custo de oportunidade. Pode-se considerar que a valoração social e a medição dos efeitos indiretos são conceitualmente a mesma coisa nos casos em que são empregados preços de equilíbrio no processo de valoração.

A.1.3. MÉTODOS PARA AVALIAR UM PROJETO DE INVESTIMENTO

Para avaliar a viabilidade de um projeto de investimento, a ferramenta que tem sido mais utilizada é a análise custo-benefício, cujo resultado indicará se o projeto é viável do ponto de vista econômico, conforme as premissas e quantificações realizadas.

Quando não se consegue quantificar o benefício decorrente da implementação do projeto, mas é possível realizar a quantificação dos custos e identificar o resultado alcançado pelo projeto, emprega-se a análise custo-eficácia, que indicará como alcançar o resultado almejado com o menor custo.

⁶¹ Também denominados de preços e custos econômicos.

Outra técnica que poderá ser empregada em problemas onde a decisão sobre a realização do projeto será obtida a partir da análise de mais de um critério é a Análise Multicritério. Ela eventualmente pode ser utilizada complementarmente à análise custo-benefício, ou custo-eficácia.

A.1.3.1. Análise custo-benefício

Os governantes se confrontam com numerosas políticas públicas alternativas diante de recursos limitados. As escolhas devem ser feitas. A análise custo-benefício oferece uma metodologia importante para priorizar alternativas de políticas públicas, de acordo com a sua relativa eficiência.

Particularmente, a análise custo-benefício mede as preferências individuais relacionadas com os benefícios e os custos de determinadas alternativas. Além disso, sendo uma análise quantitativa, trata dados relevantes e traduz suas implicações para a sociedade.

Uma análise custo-benefício efetuada adequadamente explicita todas as hipóteses adotadas, avalia as consequências e as incertezas das políticas propostas, identifica cuidadosamente e descreve os efeitos que não são possíveis de serem quantificados. Desta forma, a análise facilita as decisões, fornecendo informações úteis e ressaltando os aspectos importantes a serem considerados.

A avaliação custo-benefício foi introduzida no setor público como forma de auxiliar a alocação dos gastos públicos. Tem sido utilizada para avaliar alternativas de despesas públicas em projetos de recursos hídricos, projetos de transportes, programas urbanos, programas educacionais, políticas de saúde e nutrição, projetos de controle de poluição e de preservação de espécies ameaçadas de extinção, bem como para avaliar impactos das regulamentações governamentais na área da saúde, segurança e meio ambiente.

Verifica-se que outra variante da técnica, denominada de análise custo-eficácia, tem sido bastante utilizada no segmento de despesas militares e nas políticas de saúde pública e educação. Nesses casos são avaliadas alternativas de custos envolvidos em cada política, que são capazes de produzir um mesmo benefício.

Sendo uma metodologia desenvolvida para gerar informações que auxiliam na escolha de alternativas, ela não desloca as decisões políticas por não ditar a decisão final. A avaliação custo-benefício atua como input do processo decisório, que no final é da responsabilidade exclusiva do tomador de decisão, que deve pesar e julgar os diversos objetivos competitivos e respectivos valores para tomar uma decisão definitiva.

Os conceitos econômicos desempenharam importante papel na evolução da análise custo-benefício. No início de sua utilização, sem procedimentos analíticos definidos e universalmente

aceitos, as instituições que a utilizaram desenvolveram seus próprios procedimentos, muitas vezes incompletos e inconsistentes.

Diversas abordagens proliferaram nos aspectos da definição das consequências, na estimativa dos benefícios e na escolha dos critérios de decisão.

Na área acadêmica, diversos economistas procuraram então identificar e aplicar conceitos econômicos para dotar a análise de uma base teórica e uma estrutura racional abrangente. Isto marcou o início das fundações da economia do bem-estar (*Welfare Economics*), centro teórico da análise custo-benefício.

A.3.1.1. Conceito

Existem várias definições da análise custo-benefício. A escolha apresentada a seguir recaiu sobre uma definição que pudesse ressaltar seus aspectos mais importantes.

A análise custo-benefício é uma abordagem utilizada para avaliar qualquer decisão ou escolha que afete o uso de recursos escassos promovendo sua eficiência. Considerando uma política específica e alternativas relevantes, a análise envolve a identificação sistemática das consequências da política considerada, seguida pela valoração dos benefícios sociais e dos seus custos e finalmente pela aplicação de um adequado critério de decisão.

Desta forma ela:

- **Avalia decisões ou escolhas.** É, portanto, um instrumento do processo de decisão concebido para fornecer informações que auxiliem o tomador de decisão quando confrontado com escolha na alocação de recursos escassos;
- **Foca num objetivo particular: “eficiência”.** Na economia do bem-estar uma decisão promove eficiência se ela aumenta o bem-estar social;
- **Avalia os valores sociais afetados pelas decisões** públicas ou privadas, incorporando todos os ganhos e perdas, de todos os indivíduos da sociedade. Tais ganhos e perdas são benefícios e custos sociais;
- **Avalia a eficiência de uma política específica**, sendo o termo política, aqui utilizado para se referir a qualquer decisão numa ampla gama de escolha;
- **Envolve** três componentes. O primeiro é a **identificação das consequências positivas ou negativas** da política avaliada. Uma listagem completa de todas as consequências sociais deve, por si só, fornecer informações substanciais e dar uma contribuição significativa para o processo racional de decisão. O segundo é a **valoração em unidades monetárias** da maior quantidade possível das consequências, como benefícios e custos

sociais. O terceiro é **aplicação do critério apropriado de decisão**. As consequências que não podem ser valorizadas devem ser consideradas qualitativamente;

- **Avalia a utilização de recursos escassos**, definido como recursos limitados com uso alternativo. Uma política que utiliza recursos escassos impede a alocação desses recursos para outros fins.

Enquanto a análise custo-benefício foca na avaliação da eficiência da política a ser adotada, muitas vezes outros objetivos podem fazer parte das preocupações do tomador de decisão. Entre eles podem ser citadas:

- **Equidade na distribuição**. Muitas vezes é importante avaliar e compreender como os resultados são distribuídos nos diversos grupos sociais, que muitas vezes não podem ser ignorados;
- **Sustentabilidade**. De uma maneira geral, a sustentabilidade trata do compromisso entre a geração atual e a geração futura com a possibilidade do esgotamento de recursos naturais, extinção de espécies e acúmulo de poluentes. As ações do presente podem afetar de modo significativo as gerações futuras.
- **Direitos Humanos**. Avaliar os impactos nos direitos humanos, mais comumente utilizado para se referir aos direitos fundamentais invioláveis;
- **Direitos Naturais Não Humanos**. Envolve avaliação dos aspectos da natureza e do meio ambiente.

A análise custo-benefício pode vir a ser também um método adequado para focar estes outros objetivos, devendo ser valorizados os benefícios e custos inerentes aos objetivos pretendidos.

A.3.1.2. Preferências individuais

Os tomadores de decisão devem levar em consideração uma vasta gama de informações quando são responsáveis pela escolha de políticas públicas a serem adotadas. Uma das principais fontes de informações são as trocas verificadas no mercado. Nele os indivíduos canalizam informações através do uso de dinheiro, oferecendo valores em troca por bens e serviços recebidos.

Este processo de troca permite a valoração econômica de suas preferências. O ato de pagar por determinados bens e serviços, não só expressa o que o indivíduo prefere, mas também quanto prefere destes bens e serviços, ou seja, informa que bens e serviços quer, como também qual é a intensidade de sua preferência.

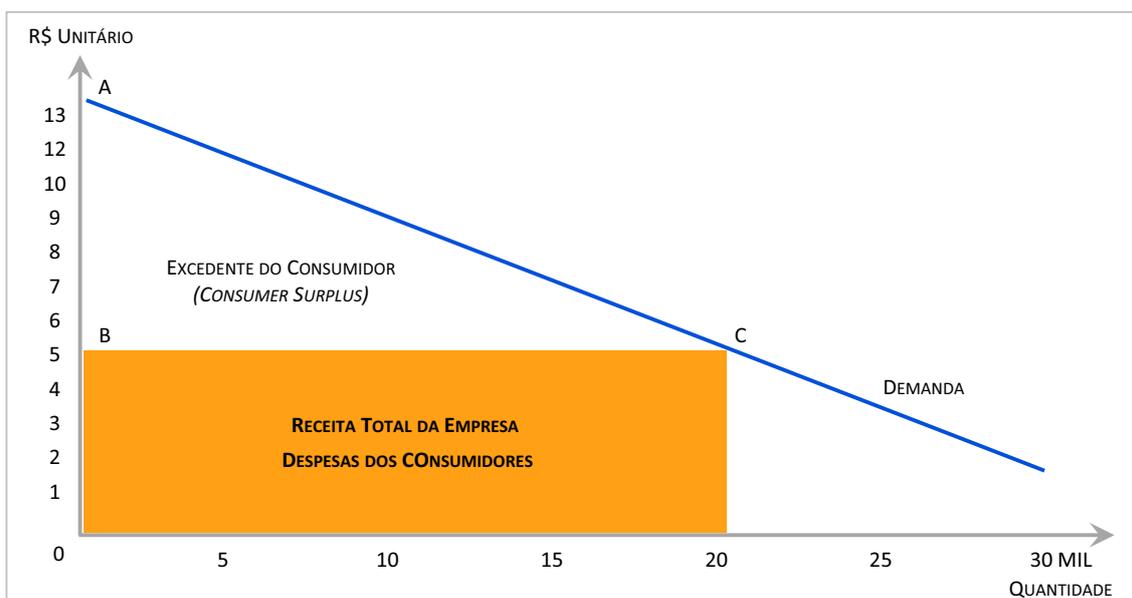
O fundamento analítico para a valoração econômica das preferências individuais e para a análise custo-benefício é um conceito econômico singular: excedente do consumidor (*Consumer Surplus*).

ANEXOS

O excedente do consumidor é muitas vezes definido no contexto de mercado para bens privados, onde consumidores pagam um preço monetário para a obtenção de bens e serviços que fornecem valores (utilidades) aos consumidores.

Na medida em que o valor que o consumidor recebe (portanto o preço máximo que o consumidor está disposto a pagar) é maior que o preço pago, o consumidor recebe um valor extra chamado de excedente do consumidor.

A Ilustração a seguir procura definir os dois conceitos chaves na valoração econômica das preferências individuais: excedente do consumidor e disposição a pagar.



O excedente do consumidor é representado pela área ABC, acima da curva da demanda. Ela representa o total de excedente dos consumidores de determinada quantidade do produto em questão.

A disposição a pagar é representada pela área total abaixo da curva da demanda. Ela é igual a soma do excedente do consumidor mais as despesas totais dos consumidores ou receitas totais dos vendedores.

Em muitas circunstâncias a análise custo-benefício lida com bens e serviços que não são vendidos no mercado. Neste caso, técnicas de valoração examinam escolhas e comportamentos inferidos de preços em mercados indiretos, isto é, em mercados que de certa forma estão relacionados com os bens e serviços em questão.

Outra forma de tratar a questão é imaginar um mercado hipotético. Neste sentido, são feitas perguntas a um grupo de indivíduos, para identificar até quanto estariam dispostos a pagar se o mercado do bem ou serviço estivesse disponível. Esta técnica, denominada algumas vezes de

preferência declarada, tenta simular as condições do mercado a fim de poder medir a disposição do consumidor para com os preços de determinado bem ou serviço.

A.3.1.3. Sociedade

A fim de poder identificar todos os benefícios e custos para a sociedade é necessário definir precisamente de quem considerar as preferências, em outras palavras, que tem relevância para os indivíduos que constituem a sociedade a ser analisada.

Na análise custo-benefício devem ser incluídas como sociedade todas as pessoas que se beneficiam ou incorrem em custos em função da política pública em consideração.

Se o tomador de decisão estipula uma amostra que se apresenta menor do que a sociedade beneficiada no processo de estimativa dos benefícios, propõe-se que seja identificada e quantificada, em toda a sua abrangência, a parcela da população efetivamente beneficiada, verificando-se como esta inclusão afeta os benefícios líquidos totais obtidos.

Teoricamente as preferências das pessoas no futuro teriam relevância na análise custo-benefício. Suas preferências deveriam ser refletidas nos benefícios e custos futuros. Empiricamente, entretanto, a análise pode medir diretamente apenas as preferências das gerações presentes (ou passadas). Assim, deve-se verificar até que ponto as preferências atuais serão mantidas ao longo do tempo. As eventuais constatações dessa análise deveriam, de alguma forma, ser consideradas na avaliação.

Para as políticas públicas que têm um extensivo impacto no futuro, a eventual incapacidade de se verificar as preferências futuras pode vir a ser uma preocupação. A análise, na melhor das hipóteses, assume que as preferências atuais e futuras são idênticas, o que parece razoável se os impactos futuros já afetam as pessoas hoje.

Algumas teorias sociais têm como base a crença de que as preferências das gerações atuais incorporam um valor legado, que é o valor que o indivíduo receberia hoje por preservar opções de recursos para seus descendentes e para as gerações futuras. Assim, de certa forma, o bem-estar das gerações futuras estaria se refletindo na análise. De qualquer modo, uma atenção especial deve ser tomada quando forem quantificados os impactos futuros de uma política pública.

A análise custo-benefício é antropocêntrica, reconhecendo somente os valores humanos na definida sociedade, naturezas não humanas não são relevantes.

A exclusão da natureza não humana deve ter relevância na análise custo-benefício pode trazer implicações nas decisões, especialmente nas políticas que afetam a qualidade do meio ambiente ou dos recursos naturais.

Existem três tipos de valores para um ser natural:

- Valor Instrumental – gerado pelo uso de um objeto natural para satisfazer outro ser humano;
- Valor Inerente – existente quando há afeição, simpatia ou apreciação por um objeto natural ou evento;
- Valor Intrínseco – não reflete nenhuma outra preferência externa. É o valor do objeto natural por ele mesmo. Como seres vivos eles são possuidores de valores.

Na avaliação antropocêntrica os valores intrínsecos são automaticamente excluídos. A incorporação dos demais valores evoluiu na sua utilização, mas os valores instrumentais, que aumentam o bem-estar de seres não humanos, são excluídos. Teoricamente, na valoração econômica podem ser incluídos valores instrumentais e inerentes que satisfaçam o bem-estar das pessoas.

Muitos grupos ligados às políticas de meio ambiente querem que os valores intrínsecos sejam incluídos na análise. A análise custo-benefício é uma metodologia de apoio à decisão e, como tal, é apenas um dos elementos que devem ser considerados no processo e não se pretende que seja a única base para tomada da decisão.

A.3.1.4. Custo financeiro e econômico

Existem diferentes classificações de custos conforme a seguir apresentado:

- Custos Contábeis: são custos medidos em termos de valores pagos para aquisição de insumos para a produção;
- Custos Econômicos: são classificados dessa forma os custos relativos aos recursos econômicos escassos;
- Custos de Oportunidade: são os custos associados às oportunidades perdidas quando os recursos econômicos não são utilizados da melhor forma possível;
- Custos Fixos: não variam com o nível da produção e só podem ser eliminados se a empresa deixar de operar;
- Custos Variáveis: variam quando o nível de produção varia;
- Custo Total: corresponde à soma dos custos fixos e variáveis;
- Custo Marginal: aumento de custo resultante da produção de uma unidade adicional de produto.

Quando se efetua uma análise custo-benefício no setor privado são utilizados custos contábeis, ou seja, de mercado, para a valoração de todos os custos incorridos com investimento, operação e manutenção. Por outro lado, quando se efetua a análise custo-benefício de políticas públicas são usados os custos econômicos ou custo de oportunidade que servem para valoração das suas consequências.

Os custos econômicos dos fatores de produção podem ser divididos em dois tipos. Os custos explícitos, que são os custos pagos diretamente pelos produtores para obter os fatores de produção. Os custos implícitos (ou imputados) ou custos de oportunidade, que ocorrem pelo fato dos recursos não serem alocados na sua melhor alternativa de uso. O mais importante é o custo de oportunidade do capital.

Num mercado que funcione corretamente (perfeito), o preço praticado na troca de bens e serviços é igual ao custo de oportunidade. Como os mercados não são perfeitos é necessário que eles sejam corrigidos para refletir os preços num mercado perfeito. Estes são denominando preços econômicos ou preços sombras.

Algumas das principais adaptações dos preços para obtenção dos preços econômicos ou sombras são:

- Correções fiscais: os impostos indiretos, subsídios e outros pagamentos de transferências não devem ser considerados;
- Equilíbrio do Mercado: preços oriundos de regimes de monopólio, com barreiras comerciais ou com controle de câmbio devem ser reavaliados, estimando-se os preços que seriam praticados em um mercado sem as restrições existentes;
- Regulamentação Trabalhista: o valor da mão de obra deve ser avaliado em função do pleno emprego. Se houver elevada taxa de desemprego deverá ser determinada o seu valor se houvesse pleno emprego.

A.3.1.5. Valores incrementais

Os **benefícios e custos que são incluídos na análise custo-benefício são incrementais**, eles surgem com a política pública analisada que deve ser comparada com sua não adoção. Desta forma é necessário detalhar o que vai ocorrer se a política pública analisada não é posta em prática, o que é denominado cenário básico.

O Custo-benefício é uma análise “sem e com”. Primeiramente, deve-se desenvolver o cenário base, identificando-se o que acontece sem a política pública em análise, para, na sequência, se identificar e calcular os benefícios e custos incrementais, comparando-se as consequências com a política e sem ela.

É necessário estar atento que “com e sem” não é a mesma coisa que “antes e depois”, pois esta não considera as modificações que ocorrerão sem a política.

Existem duas formas de se obter as informações para uma análise incremental. Uma é considerar como irão evoluir o cenário básico e o cenário com a política pública em análise e, a partir disso, determinar o seu incremento pela diferença dos valores em ambas as situações.

A outra forma seria trabalhar diretamente com o incremental. Uma das vantagens de se trabalhar diretamente com o incremental é que se evita quantificar variáveis que não mudam nos dois cenários, sendo, portanto, necessário se obter menos dados e informações.

Ambos os métodos levam ao mesmo resultado matemático final. A decisão depende dos dados disponíveis, da facilidade da sua obtenção e se há razões práticas para o analista ter que apresentar dados particulares.

A determinação do cenário básico não deve ser subestimada, uma vez que sua especificação ajuda a definir os benefícios e custos incrementais. Identificar o cenário básico, logo no início da análise, pode ser também relevante para se determinar exatamente que dados devem ser coletados.

A.3.1.6. Agregação de benefícios e custos

No método de análise custo-benefício são agregados todos os benefícios recebidos e todos os custos incorridos, por **todos da sociedade**, em razão da política pública analisada, em cada período de tempo.

Apesar de ser bastante direto, este método pressupõe dois aspectos que necessitam ser ressaltados.

O primeiro aspecto refere-se ao fato de que o método admite um valor implícito de julgamento: todos os indivíduos da sociedade são iguais, no sentido em que um Real de benefício para uma pessoa é igualmente tratado como idêntico ao benefício de um Real para qualquer outra pessoa. O mesmo ocorre com os custos. O método não diferencia os indivíduos, independentemente de sua condição de renda, saúde, de região, etnia, religião, de política, ou se determinada ocupação está fora dos cálculos dos benefícios. Desta forma, a análise custo-benefício desconsidera o impacto distributivo dos benefícios líquidos.

O segundo aspecto a ressaltar, diz respeito ao fato de que diferentes indivíduos não possuem a mesma capacidade de pagamento, uma vez que, a priori, a renda é distribuída de forma desigual. Quando uma política pública possui importantes implicações para grupos distintos, deve-se, quando prático e razoável, incluir uma avaliação em separado, detalhando-se como a política pública beneficia, custa, e como os benefícios líquidos são distribuídos entre os membros da sociedade. O tomador de decisão poderá então pesar qualquer consequência adversa ou desejável como resultado desta distribuição.

Quando os resultados de uma política pública são valorados, no caso de indivíduos com uma grande diferença de renda ou capacidade de pagamento, deve-se incluir uma análise em separado mostrando a valoração para os vários grupos de renda. Deve-se também explicitar quando as preferências dos indivíduos de baixa renda estão subavaliadas na análise.

Nos últimos anos, um novo enfoque tem ampliado a análise custo-benefício mediante a aplicação de pesos diferenciados no cálculo dos benefícios líquidos. Pesos diferentes podem ser adotados para diferentes grupos de benefícios líquidos, de forma a refletir a priorização e ordenamento de grupos identificáveis. Essencialmente, deve-se definir a taxa desejada, com a qual vai se sacrificar a eficiência em razão da redistribuição e então formular e avaliar a política pública que maximize o valor ponderado da soma da redistribuição e eficiência.

A questão que surge é “Que pesos adotar?”. Existem alguns enfoques para resolver esta questão, conforme apresentado a seguir.

- Considerar como cada pessoa escolheria se sua renda fosse equalizada.

$$W_i = (MnY/MnY_i)^b$$

Onde: W_i = peso de i

MnY é a média da renda de todos os indivíduos.

MnY_i é a média da renda do Grupo i .

b é a elasticidade renda em função da demanda do bem ou serviço avaliado. Quantifica como os gastos dos indivíduos mudam com acréscimo de renda.

- O conceito de elasticidade da utilidade marginal da renda, n , é outro método que reconhece explicitamente, que a sociedade pode considerar diferentes valores por um Real recebido por pessoas de rendas diferentes.

$$W_i = (Y_i/MdnY)^n$$

Onde: W_i = peso de i

Y_i é determinado nível de renda.

$MdnY$ é a mediana da renda da população.

n é a elasticidade da utilidade marginal da renda.

Como n não é conhecido, diferentes valores para n são adotados e imputados na equação, sendo escolhidos os valores preferidos pelo tomador de decisão.

- Outro método para escolher pesos distributivos é analisar as decisões passadas adotadas pelo Governo. Consiste em escolher algumas políticas públicas distributivas bem-sucedidas e verificar qual foi a distribuição implícita adotada.
- Adotar as taxas marginais do imposto de renda. Os valores inversos das taxas marginais podem ser utilizados para definir os pesos distributivos para os diferentes níveis de renda.
- O Banco Mundial recomenda outra solução: primeiro, atribuir um grande peso para a renda que gera poupança (investimento) em vez de consumo corrente e, segundo, dar mais peso aos benefícios do consumo corrente da camada de baixa renda relativamente ao de alta renda.
- Se a sociedade puder ser dividida em dois grupos distintos, então pode ser determinado um peso interno. Adotando-se o peso da renda mais alta igual a 1, é determinado qual o peso da renda mais baixa que torna o valor atualizado global é igual a zero.
- De forma alternativa, uma condicionante distributiva pode ser imposta na análise custo-benefício. Estabelecendo-se, por exemplo, o valor mínimo dos benefícios líquidos que determinado grupo deve receber por uma determinada política pública.
- Realizar uma análise seletiva de sensibilidade para avaliar a razoabilidade das hipóteses adotadas, verificando-se como os benefícios variam e qual a correspondência entre as condicionantes adotadas.

Não se devem adotar, genericamente, pesos distributivos nas análises custo-benefício, devido ao fato de que pesos diferentes escolhidos subjetivamente podem influenciar os resultados.

Por outro lado, se o tomador de decisão aprova que benefícios e custos recebam pesos distintos, então devem ser explicitados que pesos foram selecionados e apresentar suas justificativas.

A fim de mostrar as implicações da utilização de pesos distributivos, devem ser apresentados os resultados com pesos iguais ou proceder a uma análise de sensibilidade, alterando-se o conjunto de pesos considerados para verificar a mudança dos resultados.

Inerente à valoração adotada na análise custo-benefício reside o conceito da soberania do consumidor, isto é, a percepção de que o consumidor sabe o que é melhor para ele. A teoria econômica assume também que o nível de informação é perfeito, isto é, os indivíduos estão plenamente informados.

Estes conceitos são questionados quando as políticas públicas impactam sistemas complexos. Considerando que os indivíduos não estão todos informados acerca dos aspectos envolvidos, os críticos sugerem dar maior peso para a opinião de especialistas.

Recomenda-se, entretanto, que ao invés de se optar por dar maior peso às opiniões de especialistas na análise custo-benefício, deve-se manter o método tradicional, no qual as preferências de todos os indivíduos são agregadas, sendo ou não especialistas.

Apesar dos indivíduos não serem completamente informados, suas preferências fornecem dados importantes para o tomador de decisão.

É fundamental, entretanto, que o tomador de decisão também considere a visão dos especialistas, em outra arena ou análises, para então pesar as informações recebidas.

A.3.1.7. Taxa de desconto

A taxa de desconto tem criado visões distintas entre os teóricos e práticos da utilização da análise custo-benefício.

Duas tendências existem e elas estão centradas na seguinte discussão: se a taxa de desconto deve representar o retorno sobre investimentos privados – normalmente de curto prazo, incluindo risco e pagamento de taxas – ou se ela deve representar retornos menores, sem risco, e de longo prazo. Uma taxa ponderada dos retornos privados e públicos pode ser uma alternativa adequada.

A escolha de uma taxa de desconto pode influenciar profundamente os resultados de uma análise e levar à uma conclusão distinta sobre a eficiência de determinada política pública.

A utilização de uma taxa de desconto deriva das preferências individuais entre investimento (poupança) e consumo. O aspecto relevante para a análise custo-benefício é a taxa de desconto social, por duas razões conceituais:

- Os recursos são desviados de um investimento alternativo com a perda de retorno para a sociedade. Os valores futuros devem ser descontados numa taxa que representa o custo de oportunidade social do capital;
- A sociedade prefere o consumo no presente do que no futuro. Valores futuros devem ser descontados com a taxa social, que é a taxa em que a sociedade, como um todo, está disposta a postergar o consumo presente pelo consumo futuro.

Há quatro taxas de desconto que podem ser consideradas:

- Uma taxa de desconto pode ser escolhida para refletir a **taxa de retorno** gerada se os recursos fossem alocados na melhor alternativa de investimento. Utilizando uma taxa alternativa de desconto, reconhece-se que os recursos de capital têm um custo de oportunidade. Esta taxa é utilizada quando se **analisa investimentos privados** ou quando se decide se o Governo ou a iniciativa privada deve fazer o investimento;

- Uma taxa de desconto pode ser selecionada para refletir os **custos dos empréstimos**. Neste caso é avaliado se uma determinada política pública gera suficiente retorno para cobrir os custos dos empréstimos e avalia se o empréstimo efetuado atende e promove a eficiência desejada;
- A taxa de desconto pode ser escolhida para refletir a **taxa social**, que é a taxa em que a sociedade, como um todo, está disposta a trocar o consumo atual pelo consumo futuro. Esta taxa é menor do que a taxa individual, uma vez que a sociedade desconta valores futuros a uma taxa menor do que as taxas de mercado, que refletem decisões individuais;
- Taxa de desconto ponderada, na qual a taxa aplicada pelo setor privado e dos empréstimos são **ponderadas em função da sua composição na estrutura do capital** investido.

A taxa de desconto adotada pode influenciar em muito os resultados obtidos. Quanto maior a taxa utilizada, menor será o Valor Presente Líquido (VPL) e, em alguns casos, o VPL positivo pode se transformar em negativo. Também altera o ranking das prioridades. Taxas elevadas penalizam políticas com elevados benefícios no futuro, com grandes custos iniciais de construção ou de startup.

Recomenda-se realizar uma **análise de sensibilidade**, com três taxas alternativas para verificar a variação do VPL, sendo uma moderada (valor médio) e as outras duas, menor e maior, que o valor médio. Esta análise possibilitará verificar a variação do VPL e a sensibilidade dos benefícios e custos quantificados.

A.3.1.8. Valor presente dos benefícios e custos

Ao se agregar todos os benefícios de determinada política pública, num determinado período de tempo, os valores devem ser somados dentro do horizonte de tempo considerado. O mesmo é verdadeiro para os custos. A fim de possibilitar que valores dentro de uma faixa de tempo da análise sejam somados, os **fluxos de benefícios e de custos devem ser descontados para se obter o valor presente**.

Descontar os fluxos faz-se necessário porque um Real hoje não tem o mesmo valor do que um Real no futuro, por duas razões. Primeiro, porque o valor de hoje pode ser investido e gerar ganho ou retorno no futuro. Segundo, porque o valor de hoje pode ser gasto no consumo corrente.

Diversos estudos do comportamento do mercado indicam que os indivíduos preferem receber satisfação hoje do que no futuro. Em outras palavras é o que se chama preferência positiva no tempo. O cartão de crédito é um exemplo. Os indivíduos estão dispostos a pagar juros para desfrutar do consumo de bens mais cedo do que mais tarde.

A fim de poder somar valores que ocorrem ao longo do tempo, os valores futuros são descontados para se obter o valor presente.

Para descontar os benefícios (ou os custos) do ano i para o presente é usada a seguinte equação:

$$VP = \frac{B_i}{(1+d)^i}$$

Onde: **VP** é o valor presente;

B_i são os benefícios (ou custos) no ano i ;

d é a taxa de desconto;

i é o ano em questão.

Para descontar um fluxo de benefícios (ou custos) deve-se somar os valores descontados de cada ano.

$$VPB = \sum_{t=0}^n \frac{B_i}{(1+d)^i}$$

Onde: **VPB** é o valor presente de todos os benefícios;

B_i são os benefícios (ou custos) no ano i ;

d é a taxa de desconto;

i é o ano em questão, n o número de anos.

Numa análise econômica nunca se deve somar fluxos de benefícios e custos sem ser descontados. Usualmente, os valores anuais são referidos ao último dia do ano.

As mesmas fórmulas são utilizadas quando se trabalha com fluxos mensais ou período diferente, sendo que nesses casos a taxa de desconto utilizada deve ser a mensal ou a do período.

Define-se “presente” como o ano em que são comprometidos os primeiros recursos com a política pública analisada. O motivo é que eles poderiam ser utilizados em outra política e, desta forma, incorreriam em custos de oportunidade. Assim, define-se “presente”, isto é, o início da política, como o ano em que os recursos iniciais são utilizados e começam a gerar custos de oportunidade.

Muitas vezes se opta por considerar como “presente” o ano em que as operações são iniciadas. Desta forma, os recursos utilizados nos anos anteriores devem ser trazidos para o ano considerado como inicial.

A.3.1.9. Inflação

Os valores monetários considerados nos benefícios e custos de uma política pública devem levar em consideração as possíveis alterações nos preços da economia, ou seja, a existência de inflação.

Inflação é um aumento nos níveis de preço de bens e serviços que, em geral, reduzem o poder de compra da moeda.

Preços nominais são os preços expressos em valores correntes, ou seja, não foram corrigidos devido à inflação. Preços reais são preços corrigidos devido à inflação, ou seja, são expressos em valores constantes.

Os benefícios e custos podem ser todos quantificados tanto em preços nominais como em preços reais desde que a taxa de desconto seja expressa da mesma forma. A escolha não altera os resultados da análise.

Na prática, são utilizados preços reais por dois motivos. Primeiro, a análise econômica está interessada nas modificações relativas (reais) dos preços, sendo que a utilização de preços reais facilita a sua visualização. Segundo, a quantidade de cálculos necessários para fazer os ajustes da inflação seria muito grande.

Por outro lado, a utilização de preços constantes não mostra ao tomador de decisão os custos que serão incorridos nos diversos anos, o que leva, muitas vezes, a se fazer a análise com preços nominais.

Outro aspecto a ser considerado é a escolha da medida da inflação, que pode ser expressa através de índices ou de uma taxa de inflação.

Normalmente são utilizados três tipos de índices para medir a inflação, que são: o índice nacional de preços ao consumidor (IPCA), o deflator implícito do Produto Interno Bruto (PIB) e os índices setoriais ou regionais de preços.

Como a análise custo-benefício foca benefícios e custos para determinada sociedade, o índice a ser adotado deve refletir as alterações de preços verificadas nos itens que compõem os benefícios e custos avaliados.

Assim se os benefícios e custos foram predominantemente itens de consumo, o IPCA seria o mais apropriado. Muitas vezes os benefícios e custos envolvem uma gama elevada de bens e serviços, sendo que, neste caso, deve ser utilizado o deflator implícito do PIB. Se os benefícios e custos afetam determinada região ou setor econômico, a utilização de índices regionais ou setoriais é a melhor escolha.

O ajustamento da inflação varia em função da análise específica. Para verificar se ela deve ser considerada, devem ser buscadas respostas para as seguintes questões:

- A análise é *ex post* ou *ex ante*? Na análise *ex post* os valores são efetivos e as taxas de inflação podem ser mensuradas. Na análise *ex ante* as taxas de inflação ainda não aconteceram, devendo ser, portanto, estimadas;
- Valores nominais devem ser convertidos para valores reais ou vice-versa? Se os dados coletados, que serviram para determinar os benefícios e os custos estão disponíveis em diferentes formas, alguns em valores reais outros em valores nominais, será necessário fazer a conversão para se obter equivalência;
- Os valores de benefícios e custos devem ser projetados ao longo do tempo? Numa análise *ex post*, muitas vezes, os benefícios e custos são determinados em parte do período de análise e requerem suas projeções para os demais anos. Na análise *ex ante* as projeções de futuros benefícios e custos é parte inerente dos cálculos. Em ambos os casos a inflação deve ser considerada;
- Com a taxa de desconto utilizada deve ser feito o ajuste da inflação? Se a taxa de desconto for a nominal e os benefícios e custos são nominais, não deve ser feito o ajuste. Entretanto, se eles forem explicitados em termos reais, a taxa de desconto deverá ser convertida em taxa real.

A.3.1.10. Horizonte considerado

De forma ideal, o horizonte de tempo a ser considerado nos fluxos de benefícios e custos deve abranger todo o período em que ocorrem os benefícios e custos da política pública avaliada. Frequentemente, o horizonte de tempo é limitado à vida útil dos investimentos de capital determinada pelos estudos de engenharia/produção.

A adoção de horizontes inadequados pode arbitrariamente influenciar os resultados obtidos, quer reduzindo o VPL ao se adotar um horizonte menor, ou aumentando o VPL quando o horizonte for maior.

A taxa de desconto, muitas vezes, minimiza o problema porque os valores num futuro muito distante influenciam pouco o resultado final do VPL.

Algumas vezes é adotado um horizonte menor do que a vida útil dos bens de capital, sendo ao mesmo tempo considerado um valor residual ao final do período. A equação adotada nessa condição para se determinar o VPL é apresentada a seguir:

$$\text{VPL} = \sum_{i=0}^n \frac{B_i - C_i}{(1+d)^i} + \frac{VT}{(1+d)^n}$$

Onde: B_i e C_i são os benefícios e custos no ano i ;

d é a taxa de desconto;

VT é o valor residual;

n é o número de anos.

Outra possibilidade é que determinado benefício social ou custo continue indefinidamente no futuro, necessitando-se, neste caso, que se determine o valor presente líquido da perpetuidade do benefício, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VPL} = \sum_{i=0}^n \frac{B_i - C_i}{(1+d)^i} + \frac{AV}{d}$$

Onde: AV é o valor anual da perpetuidade.

Na comparação entre alternativas de projetos com horizontes diferentes, podem ser utilizados três métodos distintos:

- **Replicar valores.** Uma ou ambas alternativas são replicadas no tempo com as mesmas características que no primeiro horizonte, equalizando-se os horizontes de ambas as alternativas na determinação do VPL. Dependendo do período abrangido, esta hipótese pode não ser realista e neste caso não deve ser utilizada;
- **Determinar os benefícios líquidos equivalentes em termos anuais.** Isto é efetuado transformando-se o **VPL** de cada alternativa num valor anual dentro de seus horizontes, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Atualização (FA)} = \frac{1 - 1/(1+d)^n}{d}$$

- **Determinar o valor residual.** Se as alternativas não são possíveis de serem repetidas, ou se há uma grande probabilidade de isso ocorrer, o método adotado é terminar a alternativa com maior horizonte dentro do menor horizonte, estimando-se seu valor residual.

Esses métodos assumem que as políticas públicas podem ser repetidas de forma idêntica, sem considerar o desenvolvimento de novas tecnologias no futuro. Quando mudanças tecnológicas

são esperadas, as políticas com horizonte menor oferecem mais flexibilidade, com a possibilidade de se optar por tecnologias mais produtivas mais cedo e mais frequentes.

Tendo em vista a dificuldade de estimar o valor de ter maior flexibilidade, que poderia ser adicionado como benefício na alternativa com menor horizonte, a diferença dos VPL das alternativas pode ser considerada como um valor crítico, podendo o tomador de decisão avaliar se a flexibilidade da alternativa de menor horizonte é maior do que o valor crítico obtido.

A.3.1.11. Critério de decisão

Uma vez agregados os benefícios e os custos, num certo período de tempo, os valores futuros devem ser descontados para seu valor presente e adotado o critério de decisão mais apropriado para determinar qual política pública é a mais eficiente.

Na escolha de alternativa, ela pode ser:

- Isolada - ou seja, escolher ou não determinada política pública;
- Mutuamente exclusiva – considerando-se diversas alternativas para a escolha da mais eficiente;
- Não Mutuamente Exclusiva – considerando-se diversas alternativas para a escolha de um conjunto delas.

Na escolha de alternativas isoladas, de uma maneira geral, o critério de opção deve considerar aquela que resultar no maior valor presente líquido (VPL), gerado dentro do horizonte de análise.

$$\mathbf{VPL = VPB - VPC > 0}$$

$$\mathbf{VPL = VPB - VPC = \sum_{t=0}^n \frac{B_t}{(1+d)^t} - \sum_{t=0}^n \frac{C_t}{(1+d)^t} = \sum_{t=0}^n \frac{B_t - C_t}{(1+d)^t}}$$

Onde **VPL** é o valor presente dos benefícios;

VPC é o valor presente dos custos;

B_t e **C_t** são os benefícios e custos incrementais no ano t;

n é o número de anos considerados;

d é a taxa de desconto.

ANEXOS

Na escolha mutuamente exclusiva, a opção por uma das alternativas elimina as demais. Neste caso, o critério mais apropriado também é escolher a alternativa que maximiza o VPL.

Na escolha de um conjunto de alternativas não mutuamente exclusivas a regra fundamental da maximização do valor presente líquido (**VPL**) se aplica, entretanto, o critério apropriado depende de duas características: se as alternativas são dependentes ou independentes e se há ou não restrição orçamentária.

Uma política pública é dependente de outra se seus benefícios líquidos se alteram se outra política é implementada ou se elas se alteram com a escala de outra política.

O critério de escolha de um conjunto de políticas públicas dependentes, sem restrição orçamentária, consiste em identificar a soma dos VPL de todas as combinações possíveis de políticas analisadas e escolher o conjunto que maximiza a soma do VPL.

Caso haja restrição orçamentária, as combinações identificadas devem ter orçamentos totais iguais ou menores que as limitações impostas.

No critério de escolha de um conjunto de políticas públicas independentes, sem restrição orçamentária, devem ser escolhidas todas as políticas que apresentaram um VPL maior que zero.

No caso de escolha de alternativas independentes com restrições orçamentárias, os valores individuais dos **VPL** não são um guia preciso para escolha das alternativas com maior **VPL**. Neste tipo de decisão a determinação da relação benefício/custo (**B/C**) é necessária.

$$\mathbf{B/C = VPB/VPC}$$

Quando há uma restrição orçamentária, o problema reside em como alocar o orçamento para maximizar o **VPL** do conjunto. O critério de escolha pelo **VPL** ordena alternativas individuais que fornecem maiores **VPL**.

Entretanto, ele não considera a grandeza dos custos e a parcela que cada alternativa pode utilizar do orçamento. A relação B/C identifica as alternativas que resultam em maior benefício líquido por unidade investida, motivo pelo qual muitas vezes é recomendada para ordenar alternativas independentes diante de uma restrição orçamentária.

ANEXOS

Para se selecionar as alternativas mais eficientes entre as alternativas mutuamente exclusivas é necessário determinar o valor incremental da relação **B/C**. Esta relação é determinada ordenando-se as alternativas na ordem do menor custo para o maior.

Começando do topo da lista com a alternativa de menor custo, determina-se o benefício e custo incremental da próxima alternativa e sua relação $\delta B/\delta C$. Se ela for maior que **1** deve ser retida, caso seja menor do que **1** deve ser retirada da lista. O processo é retomado comparando-se todas as alternativas, obedecendo-se à ordem dos seus custos. Deve ser escolhido o conjunto de alternativas que maximiza o VPL.

A determinação da taxa interna de retorno (**TIR**) é outro critério de decisão. Ela é definida como a taxa de desconto que zera o valor presente líquido de um fluxo de benefícios e custos.

Devido ao fato de não ser necessário indicar a taxa de desconto, a sua determinação permite efetuar comparações com as taxas em vigor no mercado e em diversos tipos de aplicações, para balizar a tomada de decisão em função dos valores resultantes.

A taxa interna de retorno é determinada pela seguinte equação:

$$\sum_{t=0}^n \frac{(B_t - C_t)}{(1 - TIR)^t} = 0$$

Pode-se adotar a taxa interna de retorno para a escolha de alternativas independentes com restrições orçamentárias. Neste caso deve-se proceder a uma análise incremental utilizando-se a mesma metodologia adotada para determinação da relação incremental **B/C**.

A.3.1.12. Incerteza e risco

Incerteza e Risco são dois conceitos diferentes. Incerteza existe quando há falta de informação, que ocorre quando não se sabe o que vai acontecer no futuro ou quando não há precisão ou erros possíveis de medição.

Uma determinada incerteza envolve risco se as probabilidades relevantes dos seus resultados são conhecidas. O risco está associado à probabilidade de resultado adverso ou não.

As identificações das incertezas envolvem três etapas:

- No início da análise as fontes potenciais de incertezas devem ser explicitadas;

ANEXOS

- Para algumas ou todas as variáveis incertas, as faixas de possível ocorrência devem ser delimitadas;
- Após a coleta das informações, a qualidade dos dados é avaliada e sua precisão determinada.

Uma vez identificadas as incertezas, deve-se analisar se elas são suficientemente importantes para merecer maior aprofundamento, verificando-se:

- A informação que o tomador de decisão deseja da análise;
- Os efeitos da incerteza nas conclusões;
- A significância política das variáveis caracterizadas como incertas;
- Os custos envolvidos em aprofundar a análise.

A prática comum em analisar incertezas é proceder a uma análise de sensibilidade ou determinar seus valores críticos.

A análise de sensibilidade pode ser efetuada em quatro etapas:

- Definir quais as variáveis que possuem valores incertos, selecionando-se aquelas que podem mais influenciar a determinação do **VPL**;
- Para cada variável, deve-se estabelecer uma faixa de variação, definindo-se também seu valor mais provável;
- Determinar o **VPL** considerando-se todas as variáveis incertas e assumindo seus valores mais prováveis;
- Verificar a robustez do **VPL**, fazendo com que cada variável assumo o maior e o menor valor da sua faixa de variação, mantendo-se todas as outras variáveis no seu valor provável ou conhecido.

O valor crítico de uma variável é o valor que resulta num **VPL** igual a zero, mantendo-se todas as outras variáveis no seu valor provável ou conhecido.

O procedimento utilizado para incorporar o risco, numa análise custo-benefício, consiste em primeiro estimar os valores ou magnitude dos eventos incertos e sua probabilidade de ocorrência e, em seguida, determinar o valor esperado do critério de decisão, ponderando-se o valor presente de cada benefício, por sua probabilidade de ocorrência.

Valor Esperado do **NPV** = $p_1 * NPV1 + p_2 * NPV2 + p_3 * NPV3 + \dots + p_n * NPVn$

A.1.3.2. Análise multicritério

Conforme mencionado, a Análise Multicritério pode ser eventualmente utilizada complementarmente à análise custo-benefício, ou custo eficácia. Ela se destina a análise de problemas onde a decisão sobre a realização do projeto será obtida a partir da análise de mais de um critério e é particularmente útil quando há critérios de difícil mensuração. A seguir são descritos tipos e métodos de análise multicritério.

A.1.3.2.1. Tipos de análise multicritério

Os processos de decisão que utilizam múltiplos critérios (*Multi-Criteria Decision Making - MCDM*) evoluíram para acomodar vários tipos de aplicações. Diversos métodos foram desenvolvidos, uns com pouca variação em relação aos já existentes, criando um novo campo de pesquisa.

O MCDM tem tido uma ampla gama de utilização nas últimas décadas, sendo suas funções ampliadas na medida em que novas aplicações foram sendo desenvolvidas e as existentes melhoradas. Os principais métodos existentes são:

- MAUT – Teoria de Utilidade Multiatributo (*Multi-Attribute Utility Theory*);
- AHP - Método de Análise Hierárquica (*Analytic Hierarchy Process*);
- Avaliação Sintética Fuzzy (*Fuzzy Set Theory*);
- RBC - Raciocínio Baseado em Casos (*CBR-Case-based Reasoning*);
- Análise por Envoltória de Dados (*DEA - Data Envelopment Analysis*);
- Simple Multi-Attribute Rating Technique (*SMART*);
- Programação por Objetivos (*Goal Programming*);
- Família ELECTRE (*Élimination et Choix Traduisant la Réalité*);
- Família PROMETHEE (*Preference Ranking Organization Method for Enrichment Evaluations*);
- Adição Simples de Pesos (*SAW - Simple Additive Weighting*);
- Técnicas para Avaliar o Desempenho de Alternativas através da Similaridade com a Solução Ideal (*TOPSIS - Technique for Order of Preference by Similarity to Ideal Solution*);
- Tomada de Decisão Interativa e Multicritério (*TODIM*);

- MACBETH (*Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique*).

O Método MAUT utiliza a Teoria da Utilidade para decidir qual é o melhor curso de ação de determinado problema, atribuindo utilidade para todas possíveis consequências e determinando a melhor. Sua vantagem é que leva em consideração as incertezas. Necessita de uma quantidade imensa de dados em cada passo do método para poder refletir adequadamente o processo decisório tornando um método com usos extensivos de dados;

O Método AHP utiliza uma teoria de avaliação através da comparação par a par, com base na experiência de profissionais que avaliam a relativa importância dos critérios e alternativas disponíveis para determinado problema. É o mais popular dos métodos. Sua principal vantagem é sua facilidade de uso. Apesar de necessitar de muitas informações para efetuar as comparações par a par, não é considerado um método de uso intensivo de dados. Utiliza escala e se pode ajustar o seu tamanho para acomodar decisões devido a sua estrutura hierárquica.

A Avaliação Sintética Fuzzy é uma extensão da teoria clássica de conjunto, que permite solucionar um conjunto de problemas relacionados, tratando dados imprecisos e incertos. O método permite, com poucas regras, abraçar problemas de grande complexidade. Entretanto, muitas vezes é de difícil desenvolvimento. Em muitos casos necessita de diversas simulações para ser utilizado na vida real. Também conhecido como lógica difusa e booleana, trabalha com situações de incerteza que admitem valores intermediários entre falso (0) e o verdadeiro (1).

O Método Raciocínio Baseado em Casos (RBC) consulta casos similares de um problema existente numa base de dados de casos e propõe uma solução para o tomador de decisão baseada no mais similar dos casos. Isto é sua maior vantagem, justamente por necessitar pouco esforço em termos de obtenção de dados adicionais, além de evoluir na medida em que novos casos são incorporados na base de dados. Sua desvantagem é sua sensibilidade a dados inconsistentes. O Método é, portanto, uma técnica que busca resolver novos problemas adaptando soluções utilizadas para resolver problemas anteriores. Dentre as características do funcionamento de um sistema RBC estão: a extração do conhecimento a partir de casos ou experiências com que o próprio sistema se depara; a identificação das características mais significantes dos casos apresentados, a fim de devolver uma melhor solução (resposta); e o armazenamento do caso e sua respectiva solução. A qualidade do Método RBC depende de sua experiência, ou seja, depende do número de casos relevantes que farão parte da base.

O Método de Análise por Envoltória de Dados (DEA) utiliza técnicas de programação linear para avaliar a eficiência relativa das alternativas. É capaz de lidar com múltiplas entradas e saídas. A eficiência pode ser analisada e quantificada. Não lida com dados imprecisos, considerando todos os valores exatos. É uma técnica multivariável para monitoramento de produtividade de unidades de decisão, que fornece dados quantitativos sobre possíveis direções para a melhoria do status quo das unidades, quando ineficientes. Em particular, é uma técnica não paramétrica que permite comparar dados de entrada e saída sem suposições de ordem estatísticas. O Método de Análise por Envoltória de Dados é uma metodologia de análise de eficiência que

compara uma eficiência revelada (tida como eficiência otimizada) com a eficiência das unidades analisadas, estabelecendo um indicador da eficiência da relação insumos / produtos dessas unidades. Utiliza-se da programação matemática para obter avaliações *ex post facto* da eficiência relativa dos resultados dos gestores, quer tenham sido planejados ou executados. Define a curva de eficiência (ou de máxima produtividade), considerando a relação ótima insumo / produto. Pressupõe conhecidos os valores realizados dos insumos e dos produtos e busca, para cada empresa sob avaliação, taxas de substituição (pesos relativos) entre os insumos e entre os produtos que maximizem a sua eficiência.

O Método SMART é um método simplificado do MAUT. Requer duas definições, uma é a utilidade independente e a outra é a preferência independente. O Método convenientemente converte pesos importantes em números. Possui vantagem de utilização simples e admite qualquer tipo de técnica de alocação de pesos. Assume agregação dos resultados, que é controlado por pesos que expressam a importância dos critérios.

O Método Programação por Objetivo é um método pragmático de programação que permite a escolha diante de uma infinidade de alternativas, o que lhe confere a capacidade de lidar com problemas de grande escala. Entretanto, não utiliza pesos como coeficientes. Em Programação Linear, somente um objetivo é incorporado à função objetiva para ser otimizado (maximizado ou minimizado). Se houver mais de um objetivo, este ou estes vão ser tomados como restrições do problema e são totalmente desvinculados da função objetiva. O resultado obtido, então, satisfará inteiramente todas as restrições do problema e otimizará sua função objetiva. Frequentemente, no entanto, a administração deseja otimizar simultaneamente mais de um objetivo e, quase sempre, é necessário considerar inter-relações de várias espécies entre tais objetivos. Por exemplo, alguns objetivos podem ser complementares, tais como aqueles que seriam beneficiados em partilhar dos recursos que necessitariam ser providos para qualquer um deles. Outros podem ser independentes, quando a satisfação de um deles não acarretar mudanças nas condições associadas aos outros. Caso contrário, são ditos dependentes. Certos objetivos são compatíveis, quando a satisfação de qualquer um deles não implicar na impossibilidade de obtenção simultânea dos demais. Em caso contrário, os objetivos são denominados incompatíveis ou mutuamente exclusivos, os quais constituem um caso extremo de dependência. No caso de haver objetivos que, por razões técnicas ou econômicas, só possam ser levados a efeito se determinados outros objetivos forem previamente satisfeitos ou se ocorrerem condições particularmente favoráveis, tem-se um caso de objetivos concomitantemente rejeitados ou contingentes. Alguns podem ainda ser pelo menos competitivos, no sentido que a realização de um reduz os benefícios que resultariam de também empreender qualquer dos outros. Alguns ou todos os objetivos podem ser concorrentes por certos recursos limitados, tais como, capital, bens e mão-de-obra. Outrossim, estes objetivos podem ser incomensuráveis entre si. Desta forma, a resolução de um problema requer o estabelecimento de uma hierarquia de importância entre esses objetivos inter-relacionados, de modo que os objetivos de baixa ordem sejam considerados depois dos objetivos de maior ordem

serem satisfeitos ou terem alcançado um ponto, além do qual nenhum aperfeiçoamento adicional é desejado.

Os Métodos PROMETHEE têm como objetivo proporcionar aos tomadores de decisão um melhor entrosamento e entendimento da metodologia de apoio à decisão com a qual estarão envolvidos. Ele atua na construção de relações de superação valorizadas, incorporando conceitos e parâmetros que possuem alguma interpretação física ou econômica facilmente compreensível. Esta abordagem faz uso abundante do conceito de pseudocritério, já que constrói o grau de superação entre cada par de ações ordenadas levando em conta a diferença de pontuação que essas ações possuem a respeito de cada atributo. Há várias versões do PROMETHEE. Em PROMETHEE I se obtém uma pré-ordem parcial, e no PROMETHEE II pode-se obter uma pré-ordem total considerando os fluxos líquidos de cada alternativa. Outras variantes do método analisam situações mais sofisticadas de decisão, em particular problemas com um componente estocástico. Dessa forma se desenvolvem as versões PROMETHEE III, PROMETHEE IV e PRO.

Os Métodos ELECTRE são métodos baseados em relações de superação para decidir sobre a determinação de uma solução, que mesmo sem ser ótima pode ser considerada satisfatória, e obter uma hierarquização das ações. Eles se sustentam em três conceitos fundamentais: concordância, discordância e valores-limite (outranking), utilizando um intervalo de escala no estabelecimento das relações de troca na comparação aos pares das alternativas. Estes métodos foram desenvolvidos pela Escola Francesa e, atualmente contam com os procedimentos ELECTRE I, II, III IV, IS e ELECTRE TRI, que resolvem diferentes tipos de problemas suscitados no tratamento da teoria da decisão. Estas técnicas podem ser aplicadas na solução de problemas de gestão, caracterizados por alternativas avaliadas por critérios preferencialmente qualitativos, com fixação prévia das preferências por parte dos tomadores de decisão. Também são utilizadas para variáveis contínuas, sob critérios quantitativos, ou para situações mistas. Entretanto, os métodos ELECTRE envolvem conceitos complexos. Além disso, requerem muitos parâmetros para a construção dos limiares de discriminação, concordância e discordância.

Os Métodos ELECTRE e PROMETHEE procuram esclarecer a decisão por intermédio da escolha de um subconjunto que seja restrito o máximo possível e que contenha as melhores alternativas. São modelos, de sobre classificação ou superação que fazem comparações entre ações potenciais por meio de relações binárias, determinando a superação de uma alternativa em relação a outra.

O Método Adição Simples de Pesos (SAW) define uma função de valor baseado na adição simples de pontos que representa o quanto uma meta é atingida por seus diversos critérios multiplicado por determinado peso. Possibilita compensar entre critérios. Seus cálculos são simples e podem ser realizados sem complexos programas computacionais. Assume agregação dos resultados que é controlado por pesos que expressam a importância dos critérios.

O Método Técnicas para Avaliar o Desempenho de Alternativas através da Similaridade com a Solução Ideal (TOPSIS) identifica a alternativa que é mais próxima da solução ideal e a mais afastada da solução negativa num espaço multidimensional. É um processo simples, de fácil utilização e programação. A quantidade de passos não varia com o número de atributos. É difícil o uso de dar pesos atributos não mantendo a consistência dos resultados. É uma técnica para avaliar o desempenho das alternativas através da similaridade com a solução ideal. De acordo com essa técnica, a melhor alternativa seria aquela que é a mais próxima da solução ideal positiva e a mais distante da solução ideal negativa. A solução ideal positiva é uma solução que maximiza os critérios de benefício e minimiza os critérios de custo; já a solução ideal negativa maximiza os critérios de custo e minimiza os critérios de benefício. Resumindo, a solução ideal positiva é composta de todos os melhores valores atingíveis dos critérios de benefício; já a solução ideal negativa consiste em todos os piores valores atingíveis dos critérios de custo.

O Método TODIM é um método multicritério discreto fundamentado na Teoria dos Prospectos. Assim sendo, enquanto praticamente todos os demais métodos multicritério partem da premissa de que o tomador de decisão decide buscando sempre a solução correspondente ao máximo de alguma medida global de valor, o método TODIM faz uso da noção de uma medida global de valor calculável pela aplicação do paradigma em que consiste a Teoria dos Prospectos. Com isto, o método se alicerça sobre uma descrição, comprovada por evidências empíricas, de como as pessoas efetivamente decidem em face ao risco. De modo a poder aplicar o paradigma da Teoria dos Prospectos a uma base de dados proveniente de cálculos e de juízos de valor, o método TODIM deve testar formas específicas das funções de perdas e de ganhos. Estas, uma vez validadas empiricamente, servirão para construir-se a função de diferença aditiva do método, a qual fornece medidas de dominância de cada alternativa sobre cada outra alternativa. O Método TODIM faz uso de comparações por pares entre os critérios de decisão, possuindo recursos tecnicamente simples e corretos para eliminar eventuais inconsistências provenientes dessas comparações. Também permite efetuar-se juízos de valor em uma escala verbal, utilizar uma hierarquia de critérios, juízos de valor nebulosos e fazer uso de relações de interdependência entre alternativas.

Método MACBETH determina uma escala de valor cardinal, onde cada escala representa julgamentos de valor do tomador de decisão e evitando eventuais inconsistências. Essa escala é obtida a partir da comparação das alternativas, par a par, de forma a avaliar a diferença de atratividade entre os pares. Ou seja, dadas as alternativas, o tomador de decisão deve avaliar qual é a mais atrativa e qual é o grau dessa atratividade. O grau da atratividade é dado em uma escala semântica que possui uma correspondência com uma escala ordinal. A escala obtida é normalizada e gera os valores dos pesos para as alternativas em avaliação.

Em função de sua ampla utilização e popularidade passa-se a detalhar a seguir uma aplicação do Método de Análise Hierárquica – AHP (Analytic Hierarchy Process).

A.1.3.2.2. Método De Análise Hierárquica (AHP – Analytic Hierarchy Process)

O Método de Análise Hierárquica (AHP) foi desenvolvido por Thomas L. Saaty, em meados da década de 1970, no intuito de promover a superação das limitações cognitivas dos tomadores de decisão. Ele é aplicado para sistematizar uma ampla gama de problemas de decisão nos contextos: econômico, político, social e ambiental, devido a sua simplicidade, sólida base matemática e capacidade de avaliar fatores qualitativos e quantitativos, sejam eles, tangíveis ou intangíveis.

Consequentemente, é um dos métodos mais conhecidos e utilizados mundialmente. O AHP baseia-se na capacidade humana de usar a informação e a experiência para estimar magnitudes relativas através de comparações par a par. Trata-se de uma abordagem flexível, que utiliza a lógica aliada à intuição, com a finalidade de obter julgamentos através de consenso. Seu uso é indicado para problemas que envolvem a priorização de soluções potenciais através da avaliação de um conjunto de fatores.

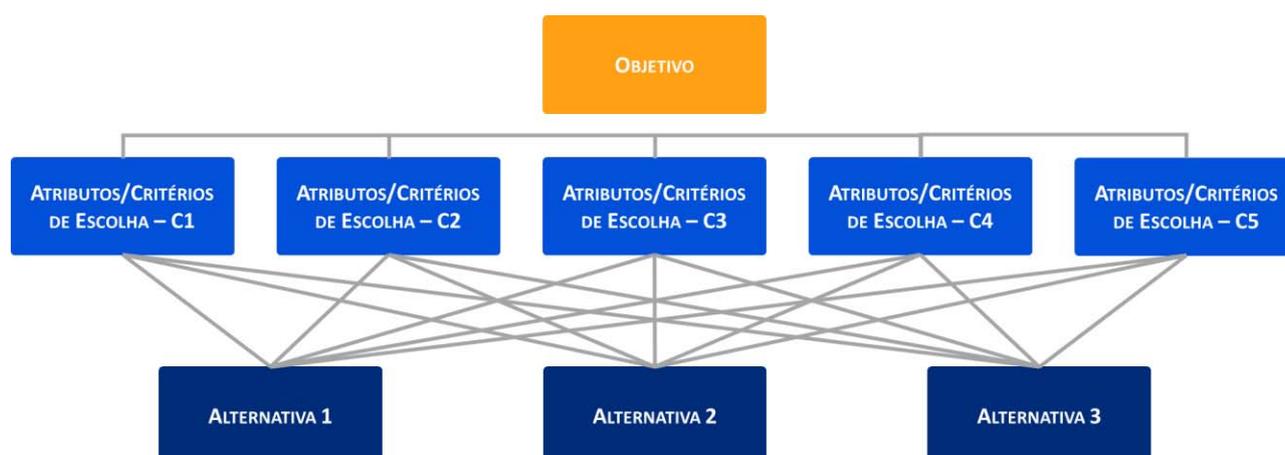
O Método de Análise Hierárquica (AHP) abrange as seguintes etapas:

- Definir o objetivo (ou objetivos);
- Definir as alternativas;
- Definir os critérios relevantes para o problema de decisão;
- Avaliar as alternativas em relação aos critérios;
- Avaliar a importância relativa de cada critério;
- Determinar a avaliação global de cada alternativa.

Essencialmente, o Método procura decompor um problema em uma estrutura hierárquica descendente, que se assemelha a uma árvore genealógica e deve ser construída de tal forma que atendam aos requisitos a seguir:

- Inclua todos os elementos importantes para a avaliação, permitindo que, se necessário, eles possam ser modificados ao longo do processo;
- Considere o ambiente que cerca o problema;
- Identifique os atributos ou critérios que contribuam para a solução;
- Identifique as alternativas envolvidas com o problema.

Figura 23: Árvore com estrutura hierárquica dos critérios



Logo após a construção da hierarquia, deve-se fazer uma comparação, par a par, de cada elemento em um nível hierárquico dado, criando-se uma matriz de decisão quadrada.

Essa matriz representará, a partir de uma escala definida, sua preferência entre os elementos comparados, sob o enfoque do nível imediatamente superior. A comparação par a par das alternativas é utilizada realizando uma escala linear própria, que varia de 1 a 9, a qual é denominada Escala Fundamental de Saaty, apresentada a seguir.

Tabela 20: Escala Fundamental de Saaty

VALORES NUMÉRICOS	TERMOS VERBAIS	EXPLICAÇÃO
1	Igualmente importante	Dois elementos têm importância igual considerando o elemento em nível mais alto
3	Moderadamente mais importante	Experiência e Julgamento favorecem ligeiramente um elemento
5	Fortemente mais importante	Experiência e Julgamento favorecem fortemente um elemento
7	Muito fortemente mais importante	Elemento fortemente favorecido. A dominância de um elemento é provada na prática
9	Extremamente mais importante	A evidência favorece um elemento em relação ao outro com grau de certeza mais elevado
2, 4, 6, 8	Valores importantes intermediários	Quando se deseja maior compromisso. É necessário acordo
Recíproco dos valores acima	Se o elemento j recebe um dos valores acima, quando comparado com o elemento i, então j tem o valor recíproco de i.	Uma designação razoável

ANEXOS

Esse procedimento, conhecido por comparação par a par, é utilizado para estimar a escala fundamental unidimensional em que os elementos de cada nível são medidos.

O Método, portanto, baseia-se na comparação entre pares de critérios e de alternativas para cada critério, e na construção de um conjunto de matrizes quadradas, onde o número na linha i e na coluna j dá a importância do critério C_i em relação à C_j , (ou agregando os critérios as alternativas) como se pode observar na forma matricial indicada abaixo. Nessas matrizes, a_{ij} , indica o julgamento quantificado do par de critérios (C_i, C_j) e α o valor da intensidade de importância. Haverá uma matriz em função da comparação dos critérios mais um número de matrizes iguais a comparação das alternativas para cada critério.

$$A = \begin{bmatrix} 1 & a_{12} & a_{13} & a_{14} & a_{1j} \\ 1/a_{12} & 1 & a_{23} & a_{24} & a_{2j} \\ 1/a_{13} & 1/a_{23} & 1 & a_{34} & a_{3j} \\ 1/a_{14} & 1/a_{24} & 1/a_{34} & 1 & a_{4j} \\ 1/a_{1j} & 1/a_{2j} & 1/a_{3j} & 1/a_{4j} & 1 \end{bmatrix}$$

Nas matrizes as seguintes condições devem ser atendidas:

- Se $a_{ij} = \alpha$, então $a_{ji} = 1/\alpha$ sempre que $\alpha \neq 0$;
- Se C_i é julgado como de igual importância relativa a C_j , então $a_{ij} = 1$, $a_{ji} = 1$ e $a_{ii} = 1$, para todo i .

As matrizes devem ser normalizadas. A normalização consiste em fazer igual a 1 o total de cada coluna, dividindo-se o valor de cada linha pelo total da coluna correspondente.

Em síntese, a aplicação do Método envolve:

- Estruturar os objetivos, atributos e alternativas em uma hierarquia;
- Obter os dados dos julgamentos comparativos de cada par dos fatores de decisão (atributos e alternativas) em um dado nível do grupo. Existindo ainda a necessidade de verificação do nível de consistência dos julgamentos de cada grupo;
- Determinar as prioridades relativas dos pesos dos atributos de decisão, em cada nível ou grupo;

ANEXOS

- Consolidar todos os pesos, propagando o efeito dos pesos na estrutura até o nível das alternativas. A recomendação da decisão é dada pela classificação das alternativas de decisão, ordenadas relativamente ao objetivo global.

Ao passo que julgamentos errados ou informações redundantes podem ser emitidas pelos avaliadores, Saaty (1991) propôs a razão de consistência (RC), que é um procedimento que visa avaliar a inconsistência em função das matrizes de comparação expedidas pelos avaliadores, a razão é calculada através da divisão do índice de consistência (IC) pela inconsistência aleatória média (IR), um valor padrão que depende do tamanho da matriz de julgamento.

$$RC = IC/IR$$

$$IC = (\lambda_{max} - n)/(n - 1)$$

Onde:

IR = valor tabelado em função da ordem da matriz. Índice de Ridge ou Índice Randômico

n = número de critérios e alternativas.

λ_{max} = valor próprio de matriz, calculado através do somatório do produto de cada valor de peso (ω) pelo total da respectiva coluna da matriz comparativa original, ou seja, pela soma do produto do vetor de prioridade pelo valor total da respectiva coluna.

Tabela 21: Tabela do Índice de Ridge ou Índice Randômico

N	1	2	3	4	5	6	7
IR	0	0	0,58	0,9	1,12	1,24	1,32
8	9	10	11	12	13	14	15
1,41	1,45	1,49	1,51	1,48	1,56	1,57	1,59

Se o valor de RC for inferior a 0,1, a matriz é considerada consistente. Caso contrário, a comparação entre pares deve ser revisada até se obter uma matriz consistente. A consistência deve ser determinada para todas as matrizes.

Outros valores que devem ser obtidos para cada linha das matrizes são os Vetores de Prioridades. Para determinar o Vetor de Prioridade de uma linha de uma matriz é necessário

determinar os pesos W_i de cada linha, obtido a raiz n do produto de todos aos valores encontrados numa linha e, em seguida, normalizar o vetor. Ele também pode ser obtido aproximadamente pela média dos valores obtidos em cada linha na matriz normalizada.

$$W_i = \sqrt[n]{\prod_{j=1}^n a_{ij}}$$

$$VP_i = W_i / \sum_{i=1}^n W_i$$

Onde:

W_i é o peso da linha i .

VP_i é o Vetor de Prioridade da linha i obtido da matriz normalizada.

A normalização do vetor consiste em fazer igual a 1 o total da coluna e os valores nas linhas proporcional de modo que sua soma seja 1. Este vetor é denominado Vetor de Prioridade.

Determinados esses Vetores de Prioridade é construída a Matriz de Prioridade Global, na qual cada linha representa uma alternativa e as colunas os valores do vetor de prioridade dos respectivos critérios.

De posse desta Matriz se determina o Vetor de Prioridade Global de cada alternativa. A escolha recai na alternativa que apresentar o maior Valor de Prioridade Global.

Existem no mercado alguns softwares, como Expert Choice, HIPRE3+, Criterium, AUTOMAN e NCIC, que implementam o AHP e provêm a simplificação do processo de avaliação e a execução dos cálculos matriciais e dos índices de consistência. Para melhor ilustrar o Método, a seguir é apresentado um exemplo numérico onde um objetivo possui 8 critérios com 3 alternativas.

ANEXOS

CRITÉRIOS	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	W	VECTOR DE PRIORIDADE
C1	1	5	3	7	6	6	1/3	1/4	2,0525	0,1748
C2	1/5	1	1/3	5	3	3	1/5	1/7	0,7356	0,0626
C3	1/3	3	1	6	3	4	6	1/5	1,7461	0,1487
C4	1/7	1/5	1/6	1	1/3	1/4	1/7	1/8	0,2271	0,0193
C5	1/6	1/3	1/3	3	1	1/2	1/5	1/6	0,4177	0,0356
C6	1/6	1/3	1/4	4	2	1	1/5	1/6	0,4967	0,0423
C7	3	5	1/6	7	5	5	1	1/2	1,9611	0,1670
C8	4	7	5	8	6	6	2	1	4,1051	0,3496
	9,01	21,87	10,25	41,00	26,33	25,75	10,08	2,55	11,7418	1,0000

$$\lambda_{\text{máx}} = 9,8628922$$

Matrizes de Comparação Par a Par dos Critérios versus Alternativas IR=0,58

CRITÉRIO C1	ALT1	ALT2	ALT3	W	VECTOR DE PRIORIDADE	$\lambda_{\text{máx}}$ 3,136
ALT1	1	6	8	3,6342	0,754	IC
ALT2	0,17	1	4	0,8736	0,181	0,068
ALT3	0,13	0,25	1	0,315	0,065	RC
	1,29	7,25	13,00	4,8228	1,000	0,117

CRITÉRIO C2	ALT1	ALT2	ALT3	W	VECTOR DE PRIORIDADE	$\lambda_{\text{máx}}$ 3,247
ALT1	1	7	0,20	1,1187	0,233	IC
ALT2	0,14	1	0,13	0,2614	0,054	0,123
ALT3	5	8	1	3,4200	0,712	RC
	6,14	16,00	1,33	4,8000	1,000	0,213

ANEXOS

CRITÉRIO C3	ALT1	ALT2	ALT3	W	VECTOR DE PRIORIDADE	λmáx 3,136
ALT1	1	8	6	3,6342	0,754	IC
ALT2	0,13	1	0,25	0,3150	0,065	0,068
ALT3	0,17	4	1	0,8736	0,181	RC
	1,29	13,00	7,25	4,8228	1,000	0,117

CRITÉRIO C4	ALT1	ALT2	ALT3	W	VECTOR DE PRIORIDADE	λmáx 3,000
ALT1	1	1	1	1,0000	0,333	IC
ALT2	1	1	1	1,0000	0,333	0,000
ALT3	1	1	1	1,0000	0,333	RC
	3,00	3,00	3,00	3,0000	1,000	0,000

CRITÉRIO C4	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	W	VECTOR DE PRIORIDADE
ALT1	0,754	0,233	0,754	0,333	0,674	0,747	0,200	0,072	0,3656	0,476
ALT2	0,181	0,054	0,065	0,333	0,101	0,060	0,400	0,649	0,1552	0,202
ALT3	0,065	0,712	0,181	0,333	0,226	0,193	0,400	0,279	0,2466	0,321
									0,7674	1,000

CRITÉRIO C5	ALT1	ALT2	ALT3	W	VECTOR DE PRIORIDADE	λmáx 3,086
ALT1	1	5	4	2,7144	0,674	IC
ALT2	0,20	1	0,33	0,4055	0,101	0,043
ALT3	0,25	3	1	0,9086	0,226	RC
	1,45	9,00	5,33	4,0285	1,000	0,074

CRITÉRIO C6	ALT1	ALT2	ALT3	W	VECTOR DE PRIORIDADE	λmáx 3,197
ALT1	1	8	6	3,6342	0,747	IC
ALT2	0,13	1	0,20	0,2924	0,060	0,099
ALT3	0,17	5	1	0,9410	0,193	RC
	1,29	14,00	7,20	4,8677	1,000	0,170

ANEXOS

CRITÉRIO C7	ALT1	ALT2	ALT3	W	VETOR DE PRIORIDADE	$\lambda_{\text{máx}}$ 3,000
ALT1	1	0,50	0,50	0,6300	0,200	IC
ALT2	2	1	1	1,2599	0,400	0,000
ALT3	2	1	1	1,2599	0,400	RC
	5,00	2,50	2,50	3,1498	1,000	0,000

CRITÉRIO C8	ALT1	ALT2	ALT3	W	VETOR DE PRIORIDADE	$\lambda_{\text{máx}}$ 3,136
ALT1	1	0,14	0,20	0,3057	0,072	IC
ALT2	7	1	3	2,7589	0,649	0,068
ALT3	5	0,33	1	1,1856	0,279	RC
	13,00	1,48	4,20	4,2503	1,000	0,056

Fonte: **Luiz Fernando Nunes Junior, TOMADA DE DECISÃO COM MÚLTIPLOS CRITÉRIOS**

Após a descrição destes conceitos essenciais à compreensão do modelo de Gestão do Investimento Público proposto para o Governo do Estado do Ceará, passa-se à descrição dos elementos que compõem o modelo, iniciando pelas premissas, limitações e escopo.

Anexo 2 – Aplicação da avaliação prévia em diferentes setores

As análises de viabilidade, apesar de seguirem uma sistemática comum, envolvendo a avaliação de benefícios (ou receitas), determinação de custos econômicos ou financeiros, montagem do fluxo de caixa e obtenção dos indicadores de viabilidade (econômica ou financeira), apresentam particularidades dependendo do Setor e do Projeto em estudo.

As recomendações que se seguem ilustram estas particularidades, e tiveram como base, além da experiência dos consultores, as informações disponibilizadas pelas agências multilaterais e organismos de fomento apontados no Produto 1 - Levantamento das Metodologias Existentes Sobre Planejamento e Avaliação de Investimentos Públicos.

A.2.1. SETOR: CIDADES

Projeto: Transporte Público Urbano

Projetos de transporte público urbano são destinados à redução do congestionamento e de externalidades ambientais, através da substituição do transporte em carros particulares para outros modos de transporte sustentáveis, permitindo melhorias na eficiência de transporte, incluindo a melhoria das conexões intermodais.

Embora bastante diversificados, a grande maioria dos projetos de transportes públicos urbanos submetidos a uma avaliação econômica é representada por novas infraestruturas ferroviárias, como novas linhas suburbanas de trens, metro e eléctrico. Outros modos de transporte (por exemplo, micro ônibus e ônibus) também são propostos.

Os componentes relacionados com a operação de transporte público urbano incluem:

- Obras civis e equipamentos para a nova linha e estações;
- A construção do almoxarifado e manutenção;
- A aquisição de material circulante.

Os benefícios de um projeto de transporte público urbano podem ser divididos em duas categorias amplas: custos globais de viagem e de externalidades. Em relação à primeira, a avaliação econômica considera os usuários e não usuários.

Na primeira categoria é feita uma distinção em função do modo anterior de transporte dos passageiros desviados, enquanto os passageiros gerados (ou seja, viagens que não ocorreriam sem o projeto) são tratados separadamente. Não usuários são passageiros que continuam viajando com o mesmo modo de transporte – normalmente carros de passeio privados – e não mudam para o novo serviço, no entanto, são beneficiados pela redução do nível de congestionamento.

Importante destacar que para cada categoria de usuários e de não usuários é associada uma economia de tempo específica. As economias de tempo são resultantes das previsões de demanda, que normalmente são fornecidas pelo promotor do projeto. O tempo total economizado é quantificado usando valores de tempo, específicos por finalidade da viagem e por modo de transporte.

Para os usuários desviados de modos de transporte privado, as reduções nos custos operacionais dos veículos também são calculadas através da estimativa da redução de veículos-quilômetro e do uso de um coeficiente que representa a unidade de custo por quilometro.

Os benefícios econômicos associados ao custo global de viagens crescem ao longo do tempo com a demanda e o PIB real per capita. O crescimento da demanda afeta a quantidade total de economia de tempo e de economia de veículos-quilômetros.

Uma segunda categoria dos benefícios é representada pelas externalidades. Este grupo inclui, pelo menos: redução de emissões de poluentes do ar, a redução das emissões de gases de efeito estufa e aumento da segurança rodoviária. Quando estiverem disponíveis informações adequadas e confiáveis, a avaliação dos impactos do projeto pode ser estendida para outros efeitos externos, tais como a redução da emissão de ruído e vibrações.

Em relação às emissões atmosféricas de poluentes e de gases de efeito estufa, o método é semelhante. Para cada modo de transporte é determinada a diferença, em veículos-quilômetro, das alternativas com e sem o projeto. Esta diferença é então multiplicada por fatores de emissão específicos e é monetizada através de um valor específico do poluente.

Um método semelhante é também utilizado para avaliar os impactos do projeto em termos de segurança rodoviária. Neste caso, coeficientes de acidente de estrada são associados à diferença de veículos-quilômetro gerada pelo projeto, para se determinar a redução de mortes e ferimentos. Para tanto, são adotados valores monetários específicos.

ANEXOS

Projeto: Pavimentação de Ruas

A avaliação deverá ser fundamentada na Análise Custo-Eficácia.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Diminuição da contaminação pela diminuição dos níveis de poeira em suspensão;
- Eliminação de problemas de acessibilidade, como inundações;
- Redução de acidentes com pedestres por calçadas em mau estado de conservação;
- Melhora da imagem do bairro;
- Aumento do valor das propriedades beneficiadas pelo projeto.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- CAE (Custo Anual Equivalente);
- m² de estradas / número de beneficiários;
- Custo / m² de estradas.

Projeto: Rodovias Urbanas

A avaliação deverá ser realizada com base na Análise Custo-Benefício.

De forma idêntica ao Projeto de Transporte Interurbano, deverão ser considerados os benefícios resultantes da implantação do projeto relacionados com a redução do tempo de viagem e com a redução dos custos de operação dos veículos (combustível, lubrificantes, pneus e outros).

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL (Valor Presente Líquido) Econômico;
- TIR (Taxa Interna de Retorno) Econômica;
- Custo de Adiar o Investimento.

ANEXOS

Projeto: Manutenção de Rodovias Urbanas

A avaliação deverá ser fundamentada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Economia de tempo de viagem dos usuários;
- Economia de custos com conservação de vias;
- Redução da poluição atmosférica;
- Maior segurança.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- TIR Econômica;
- Razão benefício-custo.

A.2.2. SETOR: EDUCAÇÃO E CULTURA

Projeto: Educação e Pesquisa

A avaliação de um projeto na área de educação deve abranger três níveis interligados: nível macro, nível médio e nível micro.

- O **nível macro** refere-se ao fato que um projeto deve ser considerado no âmbito global para o país/estado e em relação à estratégia global para o setor de educação. Esta primeira análise fornecerá indicadores específicos dos contextos econômicos e sociais, a partir dos quais são acompanhadas e avaliadas as mudanças no sistema de educação;
- A análise de **nível médio** avalia as instituições – por exemplo, universidades, ministérios, repartições públicas locais e regionais, etc. – que ajudam a estruturar a distribuição de recursos e atividades no nível micro. Também explora a estrutura de tomada de decisões existente neste nível;
- O **nível micro** está relacionado com a análise do projeto específico. Pode ser baseada na metodologia de Custo-Benefício ou de Custo-Eficácia, ou de benchmarks internacionais, para levar em consideração, na medida do possível, as diversas externalidades ou efeitos intangíveis dos investimentos em educação.

A avaliação de projetos na área de educação pode ser feita segundo as metodologias de análise custo-eficácia ou custo-benefício.

Os custos de um projeto na área de educação são relativamente fáceis de identificar, quantificar e valorar. Estes custos incluem, no caso de uma unidade escolar nova, o investimento em terreno, terraplenagem e outros serviços preliminares, infraestrutura de água e esgoto, rede elétrica, edificações, móveis e equipamentos. Os custos operacionais incluem pessoal docente, pessoal administrativo, segurança, energia elétrica, materiais diversos, etc.

Os benefícios, entretanto, apesar de inegáveis, são de difícil estimativa. Estes benefícios incluem benefícios privados aos estudantes, representados pelo acréscimo de renda ao longo de sua vida após o período escolar, e benefícios sociais decorrentes da maior qualificação da força de trabalho, com consequentes aumentos de produção e de produtividade.

ANEXOS

No caso de seleção entre alternativas de projetos para atingir os mesmos objetivos, a decisão pode basear-se nos resultados da análise custo-eficácia, segundo a qual a melhor solução é aquela que apresenta o menor valor presente dos custos.

Na avaliação de projetos de maior complexidade, pode-se adotar a análise multicritério, levando-se em consideração, por exemplo, o custo total do projeto, os impactos regionais, a aderência a planos de governo, o atendimento de compromissos sociais assumidos pelo governo e etc.

A.2.3. SETOR: ENERGIA

Projeto: Geração de Energia

Refere-se aos projetos correspondentes a investimentos na capacidade de geração de energia, incluindo a construção de novas instalações de geração, tanto de ampliação ou de substituição da capacidade, e de reabilitação ou modernização de plantas de energia existentes.

A avaliação deverá ser iniciada pela análise das informações básicas referentes à caracterização do projeto, tais como:

- Localização, escala e finalidade do projeto (por exemplo, aumento na demanda atendida, aumento da confiabilidade e segurança de abastecimento e substituição de capacidade obsoleta);
- Dados funcionais básicos:
 - Tipo de planta e tecnologia;
 - Instalações de ligação às redes de energia e gás;
 - Capacidade instalada (MW);
 - Eficiência de combustível esperada, modo de operação previsto e fator de carga.
- O custo de investimento total (para terrenos, edifícios, equipamentos, licenças, patentes, etc.), incluindo o investimento necessário para a transmissão de eletricidade e infraestrutura de transporte de gás (mesmo que implementadas por terceiros), a redução gradual dos investimentos e os custos operacionais;
- Análise do mercado de energia, indicando: a situação da demanda de abastecimento e desenvolvimento esperado, principais clientes e concorrentes, a demanda média e máxima de energia elétrica e o posicionamento do projeto de investimento no mercado.

A análise de rentabilidade econômica é baseada numa avaliação do custo do projeto em termos da energia fornecida. Isto requer uma comparação do projeto com possíveis alternativas para fornecer a energia requerida, incluindo:

ANEXOS

- Alternativas de tecnologia que usam outras fontes primária (petróleo, carvão, gás, urânio) ou secundária de energia (eletricidade, calor);
- Soluções tecnológicas diferentes dentro da mesma instalação, por exemplo, para a produção em instalações auxiliares ou de cogeração;
- O lançamento de ações e políticas destinadas à economia de energia, ao invés de aumentar a demanda e a produção de energia.

O custo descontado de produção de eletricidade no caso de uma usina térmica (gás ou carvão), incluindo-se as externalidades econômicas, usualmente é calculado a partir de uma taxa de desconto adequada, considerando-se as taxas de juros praticadas regionalmente, e de uma vida econômica de 15 anos para projetos de turbina a gás de ciclo combinado (CCGT) ou de 20 anos para projetos a base de carvão.

Os ingressos financeiros e custos econômicos para projetos de geração de energia são os seguintes:

- Custos de investimento de capital. Os custos de investimento são significativos para usinas nucleares e plantas de turbina a vapor alimentadas por carvão, e são menos significativos para CCGT) e plantas alimentadas por óleo;
- Custos fixos de operação e manutenção. Estes geralmente são estimados como uma despesa anual, igual a uma percentagem do custo do investimento, aproximadamente 4% para carvão e 4.5% para CCGT;
- Custos de combustível. De modo a refletir as incertezas sobre a evolução dos possíveis preços de energia, são utilizados cenários de preços de combustível;
- Custos de emissão de gás estufa. Devido às distorções existentes no mercado, a análise econômica não é baseada no preço de mercado atual, mas no cenário de preço econômico para as emissões de CO₂;
- Custos de poluição do ar. Contempla o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x) e poeira, resultantes da combustão de combustíveis fósseis;

ANEXOS

- Custos de garantia de abastecimento. Resultam dos custos econômicos para garantia física do abastecimento, considerando-se os riscos de volatilidade dos preços.

Usualmente é realizada, também, uma análise de sensibilidade sobre as variáveis chaves, em especial sobre os preços de combustível e de CO₂.

Projeto: Infraestrutura de Redes de Eletricidade

Os projetos relacionados com a infraestrutura de redes de eletricidade podem ser dos seguintes tipos:

- Redes de transmissão de energia elétrica (e/ou associados às estações de transformação);
- Redes de distribuição de energia elétrica (e/ou associados a estações de transformação);
- Interligações de eletricidade.

Os projetos devem ser devidamente caracterizados em termos de custos, objetivos e características técnicas, devendo ser definidos os seguintes elementos:

- Localização e dimensões;
- Análise geral do mercado em que se insere;
- Investimentos e custos operacionais;
- Dados funcionais básicos:
 - Tensão (kV) e capacidade (MW);
 - Percurso e comprimento (km);
 - Número e capacidade (MVA) dos equipamentos transformadores;
- Objetivos e benefícios do investimento:
 - Fornecimento de demanda de eletricidade incremental (extensão de capacidade) ou manutenção da capacidade de fornecimento (capacidade de remodelação);

ANEXOS

- Melhoria ou manutenção da qualidade da alimentação (evitar interrupções de energia);
- Redução de perdas;
- Conexão com centros de carga ou reforços respectivos (transmissão de alta tensão);
- Permissão de trocas de energia entre diferentes sistemas de eletricidade e benefícios associados (interligações).

Geralmente são realizadas projeções e estimativas conservadoras. A vida econômica média típica considerada para investimentos desse tipo é de 25 anos.

A metodologia aplicada para a análise de rentabilidade econômica varia ligeiramente, dependendo da natureza do projeto.

Os programas de investimentos em redes de distribuição de eletricidade implementadas ao longo de vários anos (normalmente em cerca de três anos), consistem em um grande número de componentes independentes e geograficamente dispersos e dizem respeito a reforços (novos ativos, extensões de capacidade) e a remodelações.

Por isso, a avaliação de rentabilidade econômica padrão aplicada é a análise Custo-Benefício, que considera no cálculo do fluxo de caixa, de um lado, os investimentos e os custos de operação e manutenção ao longo da vida anual e, do outro lado, os benefícios econômicos (receitas), ao longo de vida econômica do investimento.

Os benefícios econômicos geralmente correspondem a:

- Aumento do fornecimento de eletricidade (extensão de capacidade) ou manutenção da capacidade de fornecimento (remodelação de capacidade);
- Melhoria da segurança do fornecimento (redução de interrupções de energia);
- Integração de energias renováveis;
- Redução de perdas de rede.

ANEXOS

O primeiro benefício indicado diz respeito ao aumento do consumo percebido (ou a parcela de eletricidade atualmente fornecida que o promotor não seria mais capaz de entregar em decorrência da deterioração da rede - muitas vezes maior do que 1% do fornecimento corrente), avaliado como a diferença entre o preço da eletricidade fornecida e o preço máximo estimado que os consumidores estariam dispostos a pagar, que é considerado como o custo da eletricidade autogerada.

O segundo benefício apontado é avaliado com base na redução prevista da taxa de minutos perdidos pelo usuário e a resultante redução de energia inservível, viabilizada pelos investimentos, valorado como o custo social estimado de cortes de energia.

O terceiro benefício apresentado está relacionado com a possibilidade da integração da capacidade de geração de eletricidade renovável, através de extensões de rede ou redes inteligentes, que podem ser avaliados por intermédio do custo estimado de restrição da capacidade de geração de eletricidade renovável planejada.

O último benefício citado é avaliado com base na redução prevista das perdas de rede possibilitadas pelos investimentos, valorado através da economia no custo médio de geração de energia.

Projeto: Eletrificação Rural

A avaliação deverá ser realizada a partir da Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Maior consumo (em quilowatts/mês) pelas famílias;
- Liberação de recursos utilizados na oferta de energias substitutas: baterias, gás, geradores e etc;
- Maior segurança nas estradas públicas;
- Maior atividade econômica;
- Maior produção;
- Incorporação de novas tecnologias nas escolas.

ANEXOS

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- VPL Financeiro.

A.2.4. SETOR: SANEAMENTO

Projeto: Redes de Água e Esgoto

Os investimentos na infraestrutura de água e esgoto contribuem para a melhoria da saúde humana através da melhoria da qualidade e da confiabilidade do abastecimento de água. Eles também aumentam a proteção ambiental através da redução das descargas de esgotos não tratadas para os corpos de água destinatários e para os ecossistemas.

Como os benefícios ambientais e de saúde, resultantes da disponibilização de água potável, do saneamento e da redução da poluição são de difícil quantificação, a análise Custo-Benefício é normalmente substituída por outras abordagens como a análise Custo-Eficácia.

Uma análise Custo-Eficácia pode ser usada para comparar as vantagens relativas de alternativas de projeto onde os benefícios são idênticos ou semelhantes (mesmo sendo de difícil ou impossível quantificação) e onde os custos, ao contrário, podem ser estabelecidos com alguma confiança.

É importante que o objetivo pretendido seja definido em termos gerais, a fim de possibilitar a visualização de soluções alternativas mais eficientes. As soluções devem também ser suficientemente bem projetadas, especialmente em relação à previsão de demanda e à inclusão de alternativas com implementação gradual, para serem evitados desnecessários e dispendiosos superdimensionamentos. Na medida em que as alternativas tenham sido identificadas, poderá ser realizada uma ordenação das mesmas com base no valor presente dos custos.

Frequentemente, em estudos de viabilidade, esta análise da alternativa básica é precedida e fundamentada por uma análise multicritério. Apesar de ser menos quantitativa, tal análise permite a comparação entre opções com maiores implicações/benefícios, por exemplo, decisões politicamente sensíveis quanto à localização da planta de tratamento, ou para a pré-seleção das alternativas, antes da análise Custo-Eficácia.

A análise de custos através da Média Incremental é uma extensão da análise Custo-Eficácia, que corresponde à divisão do valor presente dos custos do projeto pelo valor presente dos volumes de água ou de esgotos, produzindo uma estimativa do custo médio por unidade de prestação de serviços.

Esta ferramenta permite a comparação e a classificação das alternativas com diferentes impactos de custos e, ao mesmo tempo, proporciona um indicador do custo unitário por metro cúbico. Uma indicação da relação custo-eficácia é obtida comparando-se este valor com os custos unitários de referência.

Para a realização da análise Custo-Benefício, os benefícios resultantes do projeto precisam ser calculados. Uma vez que os serviços de fornecimento de água e de esgotos, usualmente, são fornecidos em um ambiente de monopólio regulamentado, ou seja, com numerosas distorções de preço e custo, as tarifas nem sempre refletem o benefício atribuído pelos consumidores para os serviços recebidos. Um indicador mais adequado do valor atribuído aos serviços prestados seria a "vontade de pagar".

O ponto de partida mais comum para uma análise econômica é, portanto, a análise de rentabilidade financeira. A primeira etapa envolve a alteração de preços financeiros para preços econômicos.

O pressuposto básico é que a tarifa representa o valor dos benefícios diretos da prestação do serviço, ou seja, equivalente aos custos privados evitados, tais como os investimentos privados, custos operacionais de poços, de fossas sépticas e de água adquirida de fornecedores. Se este não é o caso, é preferível substituir a tarifa diretamente, através de uma avaliação dos custos evitados, anteriormente mencionados.

Numa segunda etapa, apesar das dificuldades de estimar as externalidades dos serviços referentes ao fornecimento de água e saneamento e de seus benefícios indiretos, os custos e benefícios quantificáveis são:

- Saúde: melhoria da saúde e das condições de vida, levando a economias nos custos públicos e privados de saúde;
- Economia de tempo: por exemplo, o tempo economizado de pessoas que adoecem; ou, em outras situações, que precisam buscar água em locais distantes, e que poderia ser utilizado em atividades geradoras de renda ou em atividades de lazer;
- Benefícios ambientais, dos quais uma parte pode ser mais facilmente quantificada através da diminuição dos custos de tratamento, sendo que a outra parte, mais difícil de ser quantificada, incluiria os benefícios derivados da preservação dos habitats

ANEXOS

naturais de espécies, que fornecem serviços para o ecossistema, tais como a qualidade do ar, clima, purificação de água e prevenção de erosão;

- Outros benefícios indiretos, por exemplo, atividades econômicas geradas que não ocorreriam sem o projeto.

Importante destacar que os diferentes itens acima se sobrepõem e, portanto, poderiam levar a uma dupla contagem, que deve ser evitada.

Projeto: Fornecimento de Água Potável

A avaliação deverá ser baseada na Análise Custo-Benefício, no caso de projetos de instalação, ampliação e melhora do serviço de água potável. Para projetos de reposição o foco da avaliação será a análise Custo-Eficácia.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes do aumento da disponibilidade de água potável, bem como, da liberação de recursos utilizados na produção e provisão de água em situações sem projeto.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico e VPL Financeiro;
- TIR Econômica e TIR Financeira;
- Custo incremental de desenvolvimento.

Projeto: Drenagem de Águas Pluviais

A avaliação deverá ser desenvolvida através da Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Diminuição de danos materiais durante as inundações;
- Recuperação de terrenos baldios alagadiços;
- Diminuição do custo generalizado de viagem em zonas inundadas;

ANEXOS

- Menor absentismo trabalhista e escolar;
- Diminuição de enfermidades respiratórias e sanitárias;
- Menor incômodo às pessoas.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- TIR Econômica;
- VPL/Investimento;
- VPL/habitações beneficiadas.

Projeto: Saneamento de Zonas Rurais

A avaliação deverá ser centrada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Valorização do patrimônio dos atuais donos de terras;
- Aumento dos investimentos extra regionais;
- Formação de unidades produtivas mais eficientes (economias de escala);
- Aumento de produção da terra regularizada, por acesso ao crédito e/ou subsídios do Estado.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- TIR Econômica.

A.2.5. SETOR: SAÚDE

Projeto: Saúde

A avaliação econômica de projetos de saúde é realizada em três fases:

- Avaliação do contexto estratégico e das justificativas para o investimento;
- Avaliação econômica do projeto em comparação com as alternativas;
- Avaliação da sustentabilidade do projeto.

O contexto estratégico compreende diversos aspectos, entre os quais, o estado de desenvolvimento do sistema de saúde e os recursos disponíveis para investimentos em saúde, as políticas, estratégias e planos para melhoria do setor de saúde.

Dadas as diferenças e a variabilidade do contexto, bem como a disponibilidade de informações, não existe uma metodologia única.

Em particular, os benefícios de investimentos na área de saúde, são de difícil mensuração e avaliação, o que torna praticamente impossível a aplicação da metodologia custo-benefício e a determinação do valor presente líquido ou da taxa interna de retorno do projeto.

Nos casos em que se considera não haver diferença significativa entre os benefícios de cada alternativa, a escolha da melhor alternativa pode ser feita com a aplicação da análise Custo-Eficácia.

Na maioria dos casos, entretanto, isto não ocorre e a solução apropriada para avaliar grandes projetos na área de saúde é aplicar a análise multicritério.

A finalidade da análise multicritério é comparar os benefícios do projeto e outras opções para o cumprimento dos objetivos de investimento.

Quando combinado com os custos totais descontado das outras opções, permite uma avaliação do valor econômico comparativo do projeto.

Dependendo das circunstâncias, as avaliações de saúde envolvem o exame e avaliação das análises empreendidas pelos promotores, a análise dos principais parâmetros econômicos ou, mais comumente, uma combinação de ambos. Para a análise multicritério, isso envolve:

- Desenho da política de saúde e objetivos estratégicos e, dentro deste contexto, os objetivos específicos dos investimentos para estabelecer:
 - Os critérios de benefício a serem examinados e avaliados na análise multicritério;
 - A importância relativa (peso) de cada critério de benefício;
- Na medida do possível, com base em indicadores quantitativos, examinando a influência de cada opção em relação aos benefícios esperados;
- Cálculo das pontuações ponderadas totais para cada opção de investimento;
- Quando necessário, deve-se realizar um teste de sensibilidade em relação a critérios, pesos e pontuações.

Sem a avaliação não é possível descontar os benefícios do projeto para simples comparação com os custos descontados. Não obstante, o sincronismo dos benefícios pode ser um fator importante na tomada de decisões de um investimento de seu promotor e conseqüentemente deve ser refletido na análise multicritério.

Quando este for o caso, os períodos dos benefícios podem ser levados em consideração dentro das pontuações dos benefícios ou, mais comumente, pode-se incluir um critério referente ao tempo explicitamente dentro da avaliação de benefícios.

A.2.6. SETOR: TELECOMUNICAÇÕES

Projeto: Sistemas de Telecomunicações

Os projetos de telecomunicações referem-se às infraestruturas necessárias para a prestação de telecomunicações (telefonia e internet) e outros serviços de mídia (por exemplo, televisão) sobre infraestruturas fixas ou móveis.

Tais infraestruturas também incluem satélites, que são algumas vezes utilizados adicionalmente aos serviços básicos de telecomunicações, para fins de investigação ou de observação, por exemplo.

As infraestruturas de telecomunicações são um subconjunto do que é normalmente designado como informação e tecnologias de comunicação, que também incluem áreas como fabricação de componentes eletrônicos e desenvolvimento de softwares.

Enquanto os benefícios econômicos das redes de telecomunicações têm sido amplamente divulgados, os problemas na criação de uma simples metodologia para avaliar os benefícios econômicos de projetos de telecomunicações derivam da complexidade da indústria.

Como alguns tipos de redes de telecomunicações já foram implantados, em quase todas as partes do mundo, os projetos que se apresentam, não lidam simplesmente com a disponibilização de serviço de banda larga da internet ou de serviços de voz, porém cada vez mais com o aumento de capacidade e qualidade dos serviços – que acarretam diferentes tipos de retorno econômico.

O atual desenvolvimento tecnológico e mercadológico impõe maior complexidade à análise do projeto. Por exemplo, no desenvolvimento da metodologia para cada projeto individual, várias questões precisam ser abordadas em relação à atual infraestrutura de telecomunicações e às condições de concorrência existente, tais como: qual é o serviço e qual sua qualidade decorrente do projeto? Existem tecnologias que podem fornecer um serviço similar na área do projeto? Ou é a baixa qualidade ou a falta de infraestruturas concorrentes que implicam em preços elevados para o consumidor?

ANEXOS

Portanto, do ponto de vista econômico não é suficiente classificar os projetos em função da tecnologia ou, simplesmente, no serviço que eles permitem, mas com base em qual é o valor agregado do projeto e qual é o serviço que será prestado no mercado.

A partir desta abordagem, os projetos de telecomunicações podem ser classificados em função de sua capacidade e a natureza do valor econômico agregado, nas seguintes categorias:

- Expansões de cobertura da rede;
- Melhorias de qualidade dos serviços;
- Modernizações da rede (possibilitando ganhos de eficiência operacional).

A metodologia para avaliar os retornos econômicos nessas categorias de projeto é apresentada na sequência.

Nos projetos de expansão da cobertura a metodologia envolve a estimativa da penetração adicional, conseguida através da expansão de cobertura, ao longo da vida econômica da infraestrutura e o cálculo de seu efeito sobre o crescimento do PIB, como especificado a seguir:

No tocante aos projetos de melhoria da qualidade de serviços, a determinação dos benefícios econômicos destes projetos é realizada em duas etapas:

- Cálculo dos benefícios para os atuais usuários dos serviços;
- Avaliação do aumento de absorção do serviço.

Metodologia similar pode ser aplicada, também, a projetos que não estão relacionados com a implantação de tecnologias avançadas para melhorar a qualidade de serviços, porém que influenciem as condições de concorrência no mercado e que resultem em ganhos de produtividade e de melhoria da qualidade dos serviços.

A concorrência também tem a capacidade de resultar em preços mais baixos para o consumidor, e como a demanda é elástica, isto também irá aumentar a absorção do serviço na área. No entanto, no caso de implantação paralela de tecnologia similar, os efeitos ambientais diretos precisam ser avaliados como uma consequência negativa.

ANEXOS

Em relação à última categoria de projetos, modernizações da rede, enquanto que esses projetos podem levar a algumas melhorias de qualidade, normalmente, a fundamentação básica reside na redução dos custos de operação e de manutenção do promotor. Portanto, o retorno econômico está em consonância com o retorno financeiro.

Projeto: Operação de Telecentros

O foco da avaliação deverá ser a Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Economia de tempo e custos de viagens para realizar transações;
- Economia de chamadas telefônicas;
- Maior produtividade;
- Maior acesso à informação educativa;
- Oportunidade de novos negócios;
- Maior integração econômica e cultural;
- Melhoria do acesso aos programas do Estado.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- VPL Financeiro;
- TIR Econômica;
- TIR Financeira.

ANEXOS

Projeto: Operação de Telefonia Rural

A avaliação deverá ser fundamentada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes da economia de custos de tempo e transporte a uma localidade vizinha para receber ou efetuar uma chamada telefônica, bem como, do aumento do número de chamadas da localidade beneficiada e das localidades próximas.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- VPL Financeiro;
- VPL/Investimento.

A.2.7. SETOR: TRANSPORTES

Projeto: Rodovias

Os investimentos em rodovias podem compreender diversos tipos de intervenções, desde a simples melhoria das condições de um trecho existente, até a sua reabilitação e chegando à construção de uma nova ligação na rede viária.

As decisões devem ser fundamentadas na análise custo-benefício.

A avaliação geralmente inclui quatro componentes:

- Definição e caracterização do projeto;
- Quantificação dos custos de construção e manutenção;
- Quantificação dos benefícios econômicos;
- Avaliação econômica do projeto.

A definição do projeto compreende a explicitação dos objetivos a alcançar e o estabelecimento de alternativas de intervenção, por exemplo, apenas manter o trecho existente (cenário base), reabilitar, mudar a classe (características técnicas) do trecho, ou duplicar. A escolha da melhor alternativa dependerá da análise custo-benefício.

Os custos econômicos de cada alternativa devem ser orçados, a partir dos correspondentes projetos, com grau de precisão adequado. Estes custos podem ser estimados a partir dos custos financeiros (de mercado) dos diferentes itens de serviço, ajustados para excluir os impostos.

Como os benefícios dependem do tráfego no trecho e na rede onde o trecho em estudo se insere, o seu cálculo pressupõe um estudo de rede, a fim de permitir conhecer o tráfego existente, o tráfego desviado e o tráfego gerado. Assim, atenção especial deve ser dada ao estudo de tráfego, inclusive com a realização de contagens volumétricas específicas e pesquisas de origem-destino.

Para fins de análise, os benefícios devem ser calculados e projetados por tipo de tráfego (existente, desviado e gerado) e por tipo de veículo (carro, ônibus e caminhão). Estes benefícios

ANEXOS

são: redução dos custos de operação de veículos, redução do custo do tempo de viagem, redução do custo de acidentes.

Deverão, ainda, ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Aumento da atividade produtiva da região;
- Desenvolvimento de novas atividades produtivas;
- Acréscimo de atividades turísticas;
- Diminuição de custos de transporte para os habitantes da região;
- Integração regional.

O horizonte de análise corresponde à vida útil da intervenção a ser realizada.

A avaliação econômica e a escolha da melhor alternativa baseiam-se no critério do maior VPL Econômico. Adicionalmente, deverão ser calculadas a relação benefício/custo (B/C) e a TIR Econômica.

Dependendo dos objetivos do estudo e da precisão com que os dados foram estimados, a alternativa escolhida poderá ser submetida a uma análise de sensibilidade e a uma análise de riscos.

Projeto: Ferrovias

O investimento em ferrovias envolve diferentes questões:

- Contexto em que o projeto se insere, os objetivos do projeto e sua aderência aos planos de governo;
- Abrangência do projeto, que precisa ser autossuficiente e incluir todos os componentes necessários à operação da ferrovia, entre os quais, estações, material rodante, instalações e equipamentos de manutenção;
- Definição e especificação das alternativas de projeto: traçado, características técnicas, etc;

ANEXOS

- Previsão da demanda, em termos de passageiros e de carga, considerando o tráfego existente, desviado e gerado;
- Análise econômica.

Na definição das alternativas, o cenário base é “fazer o mínimo” ou, no caso de uma ferrovia nova, “não fazer nada”.

As demais alternativas deverão ser definidas visando o atendimento da demanda, que pode ser feito total ou parcialmente. A escolha da melhor alternativa será baseada na análise custo-benefício do projeto.

Os custos compreendem investimentos em desapropriações, infraestrutura da via, superestrutura, edificações de manutenção e administrativas, material rodante, bem como os custos operacionais, custos de manutenção da via e do material rodante, custos administrativos, etc. Estes custos devem ser custos econômicos, orçados sem impostos.

Os benefícios diretos usualmente considerados na comparação das alternativas são redução dos custos totais de transporte (custos operacionais, custos do tempo, custos de manutenção e outros), redução dos custos de acidentes, redução dos custos de emissão de poluentes (CO₂). Pode-se, ainda, considerar benefícios indiretos decorrentes da valorização de terras na área influência do trecho ferroviário, renda adicional gerada durante o período de construção do trecho e tributos gerados pelo investimento.

A análise econômica, pelo método custo-benefício, produzirá os indicadores de resultado VPL Econômico, relação benefício/custo (B/C) e TIR Econômica. Uma vez escolhida a melhor alternativa, o estudo deve ser complementado com a análise de sensibilidade das principais variáveis consideradas e a análise de riscos.

Caso esteja em consideração a concessão/PPP do trecho à iniciativa privada, deverá ser feita uma análise financeira, na qual os custos (financeiros) são confrontados com as receitas auferidas pelo operador da ferrovia, o que possibilitará determinar se haverá necessidade da participação do Estado para equilibrar o fluxo de caixa do empreendimento.

No modelo horizontal ou “open access” há que considerar separadamente os fluxos de caixa do Gestor da Infraestrutura e do Operador Ferroviário Independente. No primeiro caso, são

ANEXOS

considerados os custos do investimento na infraestrutura, a manutenção e os custos operacionais da superestrutura. As receitas são provenientes das taxas de direito de passagem, uso das estações e outros serviços.

No caso do Operador Ferroviário, os custos são o investimento no material rodante e em oficinas de manutenção, os custos de manutenção do material rodante, os custos operacionais do material rodante e os custos administrativos, inclusive o pagamento das taxas de direito de passagem; as receitas são provenientes das tarifas cobradas no transporte de carga e passageiros.

No modelo vertical, por sua vez, o concessionário da ferrovia é responsável pela infraestrutura e pelo transporte. Neste caso, os custos e receitas são englobados num único fluxo de caixa.

Projeto: Aeroportos

A infraestrutura aeroportuária pode ser dividida em duas partes, correspondentes ao lado terrestre e ao lado aéreo.

O lado terrestre abrange a infraestrutura para processamento de passageiros ou de cargas.

Os projetos relacionados com ao lado terrestre podem estar relacionados com o aumento da capacidade dos terminais de carga ou de passageiros; com a melhoria de acesso aos terminais e com a melhoria das condições de embarque, decorrente da maior utilização de pontes móveis (fingers) para acessar a aeronave.

O lado aéreo envolve a infraestrutura para a operação das aeronaves. Os projetos, referentes ao lado aéreo, podem envolver a construção de novas pistas de pouso e decolagem, o alargamento ou o alongamento das pistas existentes; a melhoria das pistas de taxiamento, a ampliação das áreas de estacionamento das aeronaves, e melhoramentos das instalações de controle de tráfego no aeroporto. Os projetos podem envolver qualquer combinação desses itens ou a construção de aeroportos inteiramente novos.

Os benefícios referentes a investimentos para a melhoria das condições das instalações no lado terrestre são de três tipos. Primeiro, os benefícios para evitar o desvio de tráfego, que pode ocorrer de duas maneiras: no tempo e no modo. Os passageiros são desviados no tempo quando eles são forçados a fazer viagens em momentos diferentes do que o desejado.

ANEXOS

O custo para o usuário corresponde à diferença de tempo entre o horário de viagem desejado e o horário real, considerando-se o valor do tempo do viajante. Os desvios no modo consistem em forçar os viajantes a usar a segunda melhor alternativa de transporte ou aeroportos alternativos. Isso envolve maior custo geral para o viajante, pois implica em maiores tempos de acesso e de egresso, bem como a possibilidade da utilização de modos de transporte menos eficientes.

O segundo tipo de benefício refere-se à redução do congestionamento em terminais, reduzindo o tempo de transferência do usuário. Isto começa a ser computado quando o tráfego alcança o nível de serviço C, até que atinja o nível de serviço E, e é avaliado em 10 minutos de tempo de viagem do usuário.

O terceiro tipo de benefício é o tráfego gerado, que consiste no tráfego que não teria viajado sem o projeto. Isto é valorizado como a diferença de custos globais entre usar o aeroporto e a alternativa para o aeroporto.

Os investimentos no lado aéreo, além de resultarem em economia de custos na operação de aeronaves e em economia no tempo de viagem das pessoas e de deslocamentos de cargas, produzem dois benefícios potenciais. Primeiro, a melhoria das condições de operação permite o aumento da frequência de partidas e maior variedade de rotas a partir do aeroporto. Isto produzirá a vantagem de reduzir os atrasos de frequência, bem como a diminuição da duração da viagem, os quais contribuem para uma redução no custo global de transporte.

Em segundo lugar, os investimentos na infraestrutura do lado aéreo podem acelerar o tempo de processamento das aeronaves, reduzindo os custos operacionais para as companhias aéreas.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- TIR Econômica;
- Razão benefício/custo;
- VPL/Investimentos.

Nos casos de avaliação de projetos de aeroportos de pequeno porte, deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

ANEXOS

- Economia de custos de operação e conservação de aeroportos;
- Economia de custos gerais de viagens;
- Diminuição dos efeitos de isolamento.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação destes tipos de projeto são:

- VPL Econômico;
- TIR Econômica;
- VAC (Valor Atual de Custos) Econômico.

Projeto: Portos

Os projetos de portos geralmente envolvem o aumento da capacidade dos terminais de passageiros e de cargas e podem ser divididos em investimentos na infraestrutura e na superestrutura. A infraestrutura inclui obras marítimas – molhes, cais e obras de dragagens – visando o fornecimento das condições necessárias de atracação e, no lado terrestre envolve – recuperação e outras obras civis – com o objetivo de proporcionar o espaço de movimentação necessário. A superestrutura inclui a pavimentação, os edifícios e os equipamentos necessários para a operação com cargas e passageiros.

Os benefícios de investir no aumento da capacidade de portos são de dois tipos. Em primeiro lugar para evitar o desvio de tráfego, já que os passageiros e as cargas seriam forçados a usar portos alternativos menos convenientes, uma vez que as instalações existentes atingiriam elevados níveis de congestionamento. Isso envolveria maior custo global para os viajantes e para os transportadores de carga, pois implicaria em maiores tempos de acesso e de egresso, bem como, possivelmente, a utilização de uma cadeia de suprimento menos eficiente.

Esse benefício seria medido, portanto, através da redução dos custos de transporte de terra – incluindo custos externos ambientais – como resultado da disponibilidade de infraestrutura adequada para acomodar a determinadas categorias de navios que seriam forçados a utilizar nos portos menos convenientes.

Um segundo benefício seria a redução do congestionamento no porto, que possibilitaria a redução do tempo de espera no ancoradouro e cais. No entanto, este tipo de benefício pode ser considerado limitado, considerando-se que, uma vez atingida a capacidade teórica de um porto, os usuários procurariam instalações alternativas na região.

Para fins de avaliação dos benefícios de um projeto, vale a pena distinguir duas categorias principais de projetos de portos: centros de transbordo e portos de passagem. Benefícios de projetos em portos de passagem são normalmente avaliados através da quantificação da primeira categoria de benefícios e ignorando-se os benefícios da redução do nível de congestionamento.

Isto permite uma metodologia relativamente simples, uma vez que apenas os parâmetros básicos a serem considerados são as distâncias dos principais centros de origem e destino ao porto alternativo com capacidade disponível – ou infraestrutura adequada –, bem como os custos unitários de transporte terrestre. Os benefícios seriam estimados multiplicando-se estas distâncias pelos os custos unitários de transporte terrestre.

Quanto aos centros portuários de transbordo, os benefícios econômicos são de difícil quantificação, uma vez que eles são associados às estratégias da rede de linhas de transporte que acessam o porto. Normalmente supõe-se que na ausência do projeto, instalações similares seriam construídas em outros lugares na região a um custo global semelhante. Nestas circunstâncias, presume-se que a taxa de rentabilidade financeira do projeto é bem próxima da taxa de retorno econômico, e, portanto, o excedente do produtor antes de investimentos será usado como uma indicação dos benefícios do projeto. Isso será medido pelo lucro do porto antes de amortizações, incluindo receitas e custos da autoridade portuária e do operador portuário.

Projeto: Transporte Interurbano

A avaliação deverá ser desenvolvida com base na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes da implantação do projeto relacionados com a redução do tempo de viagem e com a redução dos custos de operação dos veículos (combustível, lubrificantes, pneus e outro).

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

ANEXOS

- VPL Econômico;
- TIR Econômica;
- Custo de Adiar o Investimento.

A.2.8. SETOR: TURISMO

Projeto: Turismo

As atividades voltadas para o turismo são dependentes de outras atividades econômicas, como por exemplo, nas áreas de transporte e infraestrutura, de água e esgoto, de energia e de construção. A análise apresentada aqui incidirá sobre as atividades abrangidas diretamente pelo turismo, incluindo:

- Hotéis e outras formas de alojamento turístico;
- Serviços em que os turistas são o público alvo, como centros de bem-estar, parques temáticos, parques aquáticos, restaurantes e cafés, etc.;
- Instalações de encontro de pessoas, como estádios, arenas, teatros, salas de concerto, etc.;
- Infraestrutura de turismo, por exemplo, ciclovias, sistemas de informação, sinalização e museus públicos.

Os projetos associados às atividades turísticas podem ser divididos em três categorias:

- **Puramente privados:** envolvem a geração de receitas com o objetivo de maximização do lucro, por exemplo, hotéis, termas privadas, parques temáticos, locais de propriedade privada. Os projetos nesta categoria são o objeto de uma análise de Custo-Benefício;
- **Híbridos:** abrangem a geração de receitas sem o objetivo de maximização do lucro, como por exemplo, publicidade em instalações de encontro de pessoas e museus. Tais projetos são examinados, inicialmente, quanto à viabilidade financeira e, em seguida quanto à viabilidade econômica, mediante uma análise Custo-Benefício. Todavia, nestes casos, a abordagem mais adequada envolve uma análise de impacto, incorporando alguns elementos gerados por meio da análise financeira;

- **Puramente públicos:** referem-se a atividades não geradoras de receitas, como é o caso de postos de turismo e ciclovias. Estes projetos poderão ser examinados apenas através de uma avaliação de impacto.

No caso de **projetos puramente privados**, a análise econômica de projetos de investimento assume a forma de uma análise diferencial de custo-benefício “com” o projeto e “sem” o projeto. No caso do turismo, a alternativa sem o projeto significa ausência de turistas e de suas despesas no destino e no seu caminho para e a partir dele.

Os **projetos híbridos** são, quase sempre, conduzidos pelo setor público, frequentemente, como parte de um programa de renovação urbana mais amplo, ou de preservação de edifícios históricos. A autoridade pública, muitas vezes acredita que eles serão financeiramente rentáveis. Na prática, eles raramente são rentáveis e quanto maior a proporção de atividade pública/social, que eles devem realizar, menos financeiramente viáveis eles são.

Para evitar a ocorrência de tais investimentos, que geram ônus para os contribuintes, pode ser aplicado um teste muito simples. Aceitando-se que o investimento representa um custo afundado para a sua conclusão, um projeto deve ser capaz de cobrir os seus custos correntes: emprego, energia, manutenção de rotina e regular, etc., além de suas receitas comerciais, para que possa ser considerado para financiamento. Como projetos privados puros, a rentabilidade financeira do projeto é usada como ponto de partida para uma análise de impacto.

Nestes casos, a avaliação será calculada na análise das premissas apresentadas pelo promotor do projeto, com especial atenção para os impactos positivos a serem alcançados e a proporção dos custos atribuídos. Em seguida deverá ser realizada uma análise simplificada para confirmar a adequação de projetos para financiamento. Cada projeto é diferente, mas os mesmos efeitos externos podem ser identificados e quantificados, sendo aplicados a muitos deles, incluindo o benefício líquido de:

- Alojamento de espectadores ou visitantes – com números e despesas, dependendo da natureza do evento;
- Alojamento de visitantes ou participantes para o período do evento em questão – números menores, mas muitas vezes gastam mais;
- Gastos com refeições dos visitantes, estacionamento, recordações, etc.

Outros benefícios convencionais também podem ser aplicados ao projeto:

- Benefícios econômicos líquidos, a partir do emprego e entradas físicas durante a construção;
- Impostos não recuperáveis e taxas pessoais pagos durante a fase de construção;
- Impostos pessoais pagos pelo pessoal do evento especial;
- Impostos pessoais pagos por terceiros provedores de serviços para o investimento;
- Impostos corporativos pagos pelos contratantes durante a implantação e operação – pode-se assumir que o investimento, por si, não irá gerar qualquer imposto de renda.

Para completar, as externalidades negativas, durante a fase de operação, também devem ser levadas em consideração, mas estas podem ser mais difíceis de identificar e quantificar. No entanto, elas poderiam incluir: o aumento de congestionamento durante os eventos, os deslocamento das atividades econômicas normais durante os eventos e os custos adicionais de policiamento para os eventos.

Os **projetos puramente públicos**, normalmente não geram receitas, ou geram receitas muito pequenas, e dependem de uma avaliação de impacto para justificar sua existência.

A abordagem adotada está baseada nas considerações de externalidades mencionadas para os projetos híbridos, mas normalmente têm que ser preditivas e marginais, ou seja, o número de ciclistas adicionais que pode chegar a uma área, após a construção de uma ciclovia de longa distância. A quantificação dos benefícios é complicada pela necessidade de investimentos paralelos a serem feitos, geralmente pelo setor privado, em serviços para o projeto, por exemplo, cafés e lojas de reparação bicicletas ao longo da ciclovia.

A.2.9. SETOR: AGROPECUÁRIO

Projeto: Irrigação

A avaliação deverá ser fundamentada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes da implantação do projeto, relacionados com o aumento da produção agrícola, por maior disponibilidade de água e com a liberação de recursos hídricos, por uma nova captação.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- VPL Econômico;
- VPL Financeiro;
- TIR Econômica;
- TIR Financeira;
- Momento ótimo de realizar o investimento;
- Tamanho ótimo do investimento.

A.2.10. SETOR: DEFESA E SEGURANÇA

Projeto: Infraestrutura e Equipamentos para a Polícia

O foco da avaliação deverá ser a Análise Custo-Eficácia.

Os benefícios a serem considerados estão associados à manutenção dos níveis de vigilância requeridos pela população.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são o custo anual equivalente e o custo anual equivalente /unidade de benefício.

Projeto: Vigilância Policial

A avaliação deverá ser procedida em conformidade com a Análise Custo-Eficácia.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes do maior nível de segurança urbana e os benefícios decorrentes da disponibilização de um ambiente mais favorável para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- CAE (custo anual equivalente);
- ICDP (índice de cobertura de demanda policial);
- ND (nível de delito);
- NV (nível de vigilância).

A.2.11. SETOR: ESPORTES

Projeto: Infraestrutura Esportiva

A avaliação deverá ser baseada na Análise Custo-Eficácia.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Desenvolvimento potencial da atividade física e da prática esportiva;
- Promoção do desenvolvimento comunitário;
- Melhorar utilização dos espaços disponíveis;
- Melhor utilização do tempo livre das pessoas.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são o CAE (custo anual equivalente) e o índice CAE / usuários beneficiários.

A.2.12. SETOR: HABITAÇÃO

Projeto: Melhoria de Bairros

A avaliação deverá ser feita a partir da Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Maior consumo de água potável;
- Maior consumo de energia elétrica;
- Aumento do valor agregado de habitação por cobertura sanitária e pavimentação;
- Disponibilidade de água encanada;
- Melhorias sanitárias resultantes do tratamento de água encanada.

O indicador a ser utilizado na avaliação do projeto é o VPL Econômico.

A.2.13. SETOR: JUSTIÇA

Projeto: Construção de Estabelecimento para Menores

A avaliação deverá ser realizada com base na Análise Custo-Eficácia.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes da implantação do projeto, relacionados com a proteção de menores em risco e com a reabilitação de jovens delinquentes.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são o VAC (valor atual de custos) e o CAE (custo anual equivalente).

Projeto: Construção de Penitenciárias

A avaliação deverá ser desenvolvida por intermédio da Análise Custo-Eficácia.

Deverão ser considerados os benefícios resultantes da implantação do projeto, relacionados com a reabilitação de adultos delinquentes e com o fornecimento de serviços aos presidiários como: educação, saúde, cultura, recreação e trabalho.

Analogamente ao projeto de Construção de Estabelecimento para Menores, os indicadores a serem utilizados na avaliação deste projeto são o VAC (valor atual de custos) e o CAE (custo anual equivalente).

A.2.14. SETOR: MEIO AMBIENTE

Projeto: Sistema de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares e Semelhantes

O foco da avaliação deverá ser a Análise Custo-Eficácia.

Deverão ser computados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Preservação da saúde da população;
- Redução de danos ambientais;
- Melhora da estética da cidade.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são:

- CTT: Custo por Tonelada Tratada (VPC/Número de toneladas);
- VPC: Valor Presente dos Custos.

A.2.15. SETOR: PESCA

Projeto: Enseadas Pesqueiras

A avaliação deverá ser fundamentada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser computados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Maior produção em função da liberação de tempo dos pescadores e pela diminuição das perdas;
- Economia nos custos operacionais das embarcações;
- Menor dano às embarcações;
- Menor deterioração das ferramentas de trabalho;
- Maior valor agregado aos produtos

O indicador a ser adotado na avaliação do projeto é o VPL Econômico.

A.2.16. SETOR: MULTISETORIAL

Projeto: Edifícios Públicos

Edifícios públicos são aqueles disponibilizados pela administração pública para prover os recursos necessários à prestação de serviços para os cidadãos. Os serviços fornecidos são muito abrangentes, estendendo-se desde o fornecimento de licenças de funcionamento até o recolhimento de impostos.

Dois tipos de edifício público podem ser distinguidos, de acordo com os serviços que eles fornecem, ou seja, edifícios públicos com serviços que não geram receitas ou que geram receitas.

Como exemplo do primeiro tipo, podem ser mencionados os prédios onde funcionam os organismos governamentais e, em relação ao último tipo podem ser citados os museus municipais.

Na avaliação econômica, o primeiro passo, é justificar o investimento no edifício público em questão. O objetivo é, geralmente, satisfazer uma necessidade identificável que não pode ser atendida pelo mercado, e a justificativa para empreender a construção de novas instalações, frequentemente, é orientada por políticas e por planos de desenvolvimento existentes.

Os planos de ação resultantes são derivados dos objetivos estabelecidos nos contextos nacionais, regionais ou urbanos, ou seja, em todos os aspectos, eles são resultantes de uma decisão política. A decisão política implica, tanto em priorizar a seleção e o nível de eficiência, e como melhorar a operação e a manutenção dos serviços públicos.

Outros aspectos que devem ser considerados são a adequação dos projetos escolhidos e a capacidade da instituição responsável, para assegurar a implementação e a sustentabilidade do projeto.

Deverão ser consideradas três dimensões na avaliação de um projeto:

- A análise do contexto estratégico e o quadro político em que o projeto é definido e as condições de integração com outros objetivos de desenvolvimento;

ANEXOS

- A avaliação quantitativa e/ou qualitativa do projeto em comparação com outras alternativas viáveis;
- A avaliação das capacidades do promotor em relação à implementação sustentável e à operação do projeto.

O contexto estratégico compreende: uma revisão do quadro geral em que a política deverá ser desenvolvida, incluindo o diagnóstico da situação atual, a visão de longo prazo e as linhas estratégicas de programas e planos de ação que estão sendo preparados para alcançar a visão de longo prazo. Os projetos de edifícios públicos também podem ser destinados ao atendimento de exigências estabelecidas por reformas administrativas, com o objetivo de racionalizar a prestação dos serviços públicos. Em todos os casos, as iniciativas têm que atender aos objetivos públicos identificados.

O projeto também deve ser compatível com os regulamentos urbanos, ambientais e técnicos estabelecidos. Em particular, deve respeitar os planos urbanos e de outros setores que afetam sua localização, que podem impactar as especificações técnicas do projeto.

Além disso, a solução identificada deve ser avaliada em comparação com outras alternativas possíveis. No caso de edifícios públicos com serviços que não geram receitas, os benefícios referentes aos serviços prestados à população e às empresas são de difícil mensuração.

Finalmente, juntamente com os aspectos qualitativos e quantitativos do projeto selecionado e as opções alternativas, é necessário avaliar a capacidade do promotor para realizar o projeto no tempo estabelecido, a um custo adequado, de forma a garantir valor para o dinheiro dos contribuintes e serviços de maior qualidade para usuários diretos.

Embora a sustentabilidade financeira de um projeto possa ser verificada por uma análise financeira convencional, os impactos econômicos, muitas vezes, não são mensuráveis, impossibilitando a realização de uma análise Custo-Benefício na maioria dos casos.

As alterações em valores imobiliários podem ser usadas como uma aproximação para todos estes benefícios e custos, no entanto, raramente são disponíveis estatísticas adequadas para comparações representativas. Apesar deste cenário, outras ferramentas podem ser úteis na avaliação de projetos de edifícios públicos, como a análise multicritério.

ANEXOS

A análise multicritério é uma alternativa a ser analisada. A seleção das variáveis e a implantação dos respectivos critérios de ponderação dependerão da natureza do projeto e dos cenários preferidos. A análise quantitativa e qualitativa proposta, leva em consideração os seguintes critérios:

- Custos totais para o ciclo de vida: derivado da análise financeira normal;
- Qualidade de serviço: melhorias em tempos de espera e número de usuários atendidos;
- Sinergias entre serviços: derivadas da concentração em localidade única;
- Acessibilidade aos serviços: melhoria da mobilidade;
- Tempo e facilidade de implementação: capacidade do promotor para a implementação de cada opção alternativa, no tempo previsto e no orçamento estabelecido;
- Melhorias urbanas: modernização de áreas abandonadas, descongestionamento de outras áreas, a reutilização de propriedades vagas, catalisador para a regeneração de áreas;
- Melhorias socioeconômicas e ambientais, como a redução das emissões de gases de efeito estufa, aumentam da eficiência energética, o reforço da coesão social, diminuição de crimes e melhorias na segurança.

A análise pressupõe que o conjunto de prioridades são politicamente orientadas e, portanto, não são sujeitas a avaliação. O objetivo da avaliação é examinar a viabilidade e sustentabilidade do projeto dentro de uma estrutura política estabelecida.

A avaliação, se possível, pode ser fundamentada na análise Custo-Benefício e na análise Custo-Eficácia. Para tanto, deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Economia em custos de operação, manutenção, consertos e remodelagem dos edifícios;
- Melhora da Eficácia de pessoal;
- Economia de tempo para os usuários (caso a instituição atenda ao público);

ANEXOS

- Liberação de ativos e economia por locação de imóveis;
- Melhora da imagem institucional;
- Melhora das condições de trabalho.

No caso de projetos referentes à construção, ampliação ou aquisição, o indicador a ser empregado é o VPL. Para projetos relativos à reposição, remodelagem ou consertos, o indicador a ser utilizado é o CAE (Custo Anual Equivalente).

Projeto: Defesa de Rios

A avaliação deverá ser baseada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Economia de recursos gastos em consertos, reposição, manutenção e limpeza de pontes, estradas, áreas verdes e áreas públicas;
- Economia de recursos gastos com evacuação e manutenção de desabrigados;
- Dano evitado em solo agrícola;
- Redução de perdas na propriedade;
- Evitar perdas humanas;
- Melhora das condições sanitárias e de segurança.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são o VPL e TIR Econômicos.

Projeto: Informática

A avaliação deverá ser feita com base na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Economia de homens-hora;

ANEXOS

- Aumento da Produtividade;
- Economia com aluguéis de escritório;
- Economia em custos de operação;
- Melhorias na gestão e tomada de decisão.

O indicador a ser utilizados na avaliação do projeto é o VPL Econômico.

Projeto: Substituição de Equipamentos

A avaliação deverá ser focada na Análise Custo-Benefício.

Deverão ser considerados os seguintes benefícios resultantes da implantação do projeto:

- Economias de custos de operação e manutenção de equipamentos;
- Maior produtividade de equipamentos novos;
- Melhoria na qualidade de serviço ou produto.

Os indicadores a serem utilizados na avaliação do projeto são o VPL Econômico e o Momento ótimo de substituição.

Anexo 3 – Estudo de Caso: O Plano Diretor Rodoviário (PDR) e o Arco Metropolitano (CE 155)

A.3.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Ao longo dos últimos anos o DER-CE vem desenvolvendo esforços no sentido de prover o órgão com ferramentas que possibilitem a elaboração de um planejamento de longo prazo das intervenções a serem efetuadas na rede rodoviária do Estado do Ceará.

Com recursos do financiamento do BID, foi iniciada, em outubro de 2011, a elaboração de um Plano Diretor Rodoviário para o Estado do Ceará, que pudesse orientar os investimentos para os próximos 25 anos.

Sua elaboração demandou a realização de diversos estudos e levantamentos específicos, com objetivo de:

- Determinar as projeções dos principais indicadores socioeconômicos do estado, até 2035, com o objetivo de verificar as tendências de crescimento do tráfego por tipo de veículo
- Caracterizar a situação em que se encontrava a rede rodoviária (configuração da rede, segmentação, tipo de revestimento e sua estrutura, características técnicas em planta e perfil, estado de conservação, indicadores principais de sua seção transversal e obras de arte especiais).
- Verificar o nível de utilização de seus diversos segmentos, em termos de tráfego médio diário, sua composição e a distribuição das viagens
- Determinar as velocidades operacionais nos segmentos rodoviários.

Os estudos socioeconômicos foram realizados no nível de municípios, tendo sido agregados nas 8 Macrorregiões de Planejamento em que o Estado do Ceará foi dividido.

Além do levantamento das estatísticas de todos os indicadores da produção agrícola, industrial e de serviços, foram projetados os principais indicadores socioeconômicos intimamente relacionados com o crescimento do tráfego que são: PIB e sua estrutura, frota por tipo de veículo, estrutura populacional e renda per capita. As Macrorregiões de Planejamento estão representadas na Figura 29.

ANEXOS

O levantamento das características da rede rodoviária foi iniciado com o seu georreferenciamento, com uma precisão de um metro, através da implantação de apoios geodésicos nos 10 distritos do DER-CE.

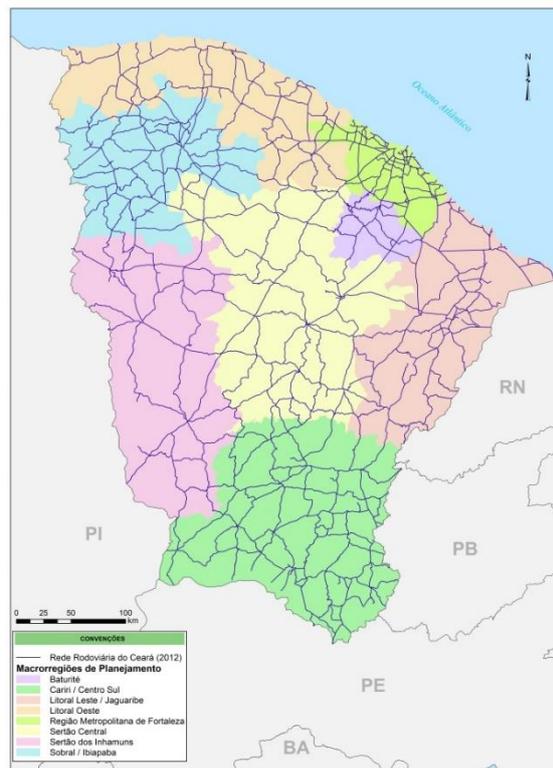
Este levantamento abrangeu também as rodovias federais do estado. A maioria das informações sobre as características técnicas da rede rodoviária estadual estavam disponíveis no SIGMA, que se constitui no sistema de gerenciamento da manutenção do DER-CE, cujas informações são atualizadas anualmente. As informações sobre a rede rodoviária do estado foram complementadas com levantamentos efetuados na rede rodoviária federal.

A rede rodoviária do estado, apresentada na Figura 30, foi segmentada em 1.236 trechos, que foram objetos de análise sobre suas intervenções futuras.

Figura 24. Macrorregiões de Planejamento



Figura 25. Rede Rodoviária do Estado do Ceará



ANEXOS

O nível de utilização da rede rodoviária foi determinado com base nos dados registrados nas lombadas eletrônicas existentes, que cobriram informações sobre 162 segmentos, principalmente urbanos, e com 202 contagens adicionais de tráfego, realizadas durante 7 dias consecutivos.

A estrutura de distribuição das viagens foi determinada através de pesquisa de origem e destino realizada em 40 postos, durante 3 dias úteis, que foram expandidas através das contagens de tráfego realizadas nos seus respectivos segmentos. Os postos de pesquisas de origem e destino foram posicionados de forma a detectar todos os intercâmbios entre as macrorregiões de planejamento do estado. O posicionamento dos postos de contagem e de origem e destino, na rede rodoviária, está indicado nas Figuras 3 e 4.

Foram realizadas 34.000 entrevistas. As matrizes de origem e destino entre os municípios das macrorregiões foram obtidas por tipo de veículos e representam o tráfego de média e de longa distância.

As velocidades operacionais foram obtidas percorrendo-se seus diversos segmentos com um veículo teste, registrando-se a velocidade do fluxo de tráfego. Esta metodologia requer que o número de ultrapassagens efetuadas pelo veículo teste e o número de veículos que ultrapassaram o veículo teste sejam iguais.

Figura 26. Posicionamento Postos de Contagem

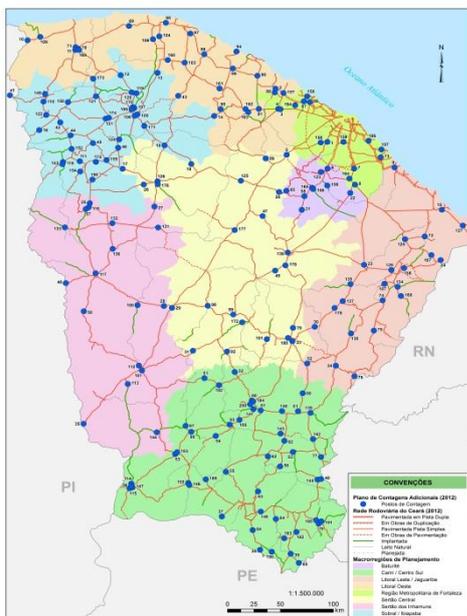
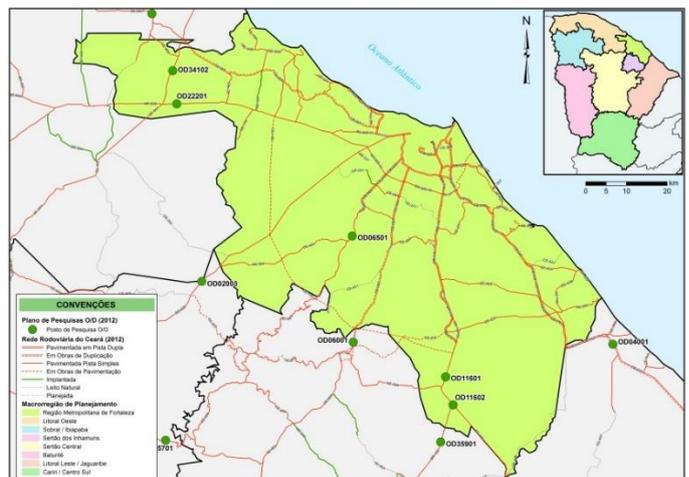


Figura 27. Posicionamento dos Postos de O/D da RMF



Com base nos resultados das pesquisas de origem e destino foi possível quantificar, por tipo de veículo, a geração de tráfego por macrorregião e, por meio de regressões, definir qual a variável que melhor explica sua variação, possibilitando, desta forma, efetuar sua projeção relacionando-a com suas variáveis explicativas. Estas correlações foram efetuadas por tipo de veículo.

Todas essas informações foram tratadas através de três sistemas sendo que um deles foi desenvolvido especificamente para elaboração de planos diretores rodoviários. Estes sistemas são: CUBE, HDM4 e Gerenciador das Informações de Planejamento (GIP).

- O CUBE é um aplicativo desenvolvido pela CITILAB e é utilizado para simular o comportamento do tráfego numa rede rodoviária, quando são alterados os parâmetros de seus segmentos (velocidade operacional ou tempo de viagem, custos operacionais, tipo de pavimento, novas ligações, perfil vertical e horizontal, etc.) e efetuar suas projeções. O CUBE é o modelador do sistema rodoviário.
- O HDM4 é um aplicativo utilizado pelos organismos de financiamento internacionais para avaliar a viabilidade econômica e financeira de segmentos rodoviários.
- O GIP é um sistema desenvolvido para elaboração de planos rodoviários com duas funções básicas. A primeira está relacionada com o gerenciamento das informações de tráfego coletadas, gerando diversos relatórios sobre os dados das lombadas eletrônica, das contagens de tráfego e das pesquisas de origem e destino. A segunda é possibilitar a troca de informações entre CUBE, SIGMA e HDM4 evitando, desta forma, a necessidade de se digitalizar uma quantidade imensa de informações, uma vez que cada sistema possui uma formatação própria de dados.

Desta forma, para cada segmento da rede rodoviária georreferenciada, foram obtidas todas as informações técnicas que o caracterizam, inclusive seu nível de utilização, expresso pelo tráfego médio diário por tipo de veículo.

O ponto de partida para a elaboração de um plano diretor é a calibração do modelo que representa a rede rodoviária através do CUBE. Calibrar um modelo significa fazer com que ele reproduza as estimativas do tráfego médio diário obtido nos diversos segmentos, por tipo de veículo.

Assim, as matrizes de tráfego de média e de longa distância são alocadas na rede rodoviária em função da rota de menor custo ou de menor tempo. A soma destes valores com o tráfego médio local representa o tráfego médio diário (total) em cada segmento. Estas alocações são efetuadas por tipo de veículo.

O tráfego médio diário de cada segmento é caracterizado pelo tráfego local (cativo ao trecho e de curta distância) e pelos tráfegos de média e longa distância, oriundos das alocações das

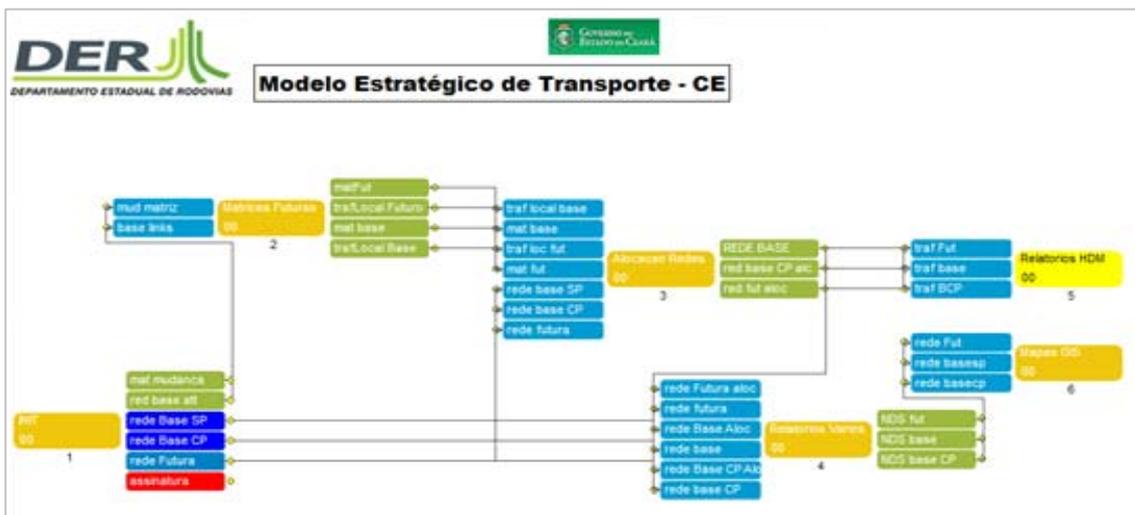
matrizes de origem e destino. Os tráfegos de média e de longa distância podem ser desviados para outros segmentos, em função de modificações nas características da rede rodoviária.

Através do CUBE, são simulados diversos melhoramentos na rede rodoviária, que serão objeto de avaliação. Esta simulação permite determinar o tráfego em cada segmento da rede. Os valores obtidos são transferidos para o HDM4, que analisa a viabilidade econômica de realizar os investimentos previstos.

O CUBE possibilita analisar projetos específicos, como a implantação de um segmento novo, e verificar seu impacto nos demais segmentos da rede rodoviária, determinando os desvios de tráfego que o mesmo irá provocar e que são os responsáveis pelos benefícios gerados por sua implantação.

O modelo de simulação do comportamento da rede rodoviária está representado na Figura 33.

Figura 28. Modelo de Simulação do comportamento da Rede Rodoviária

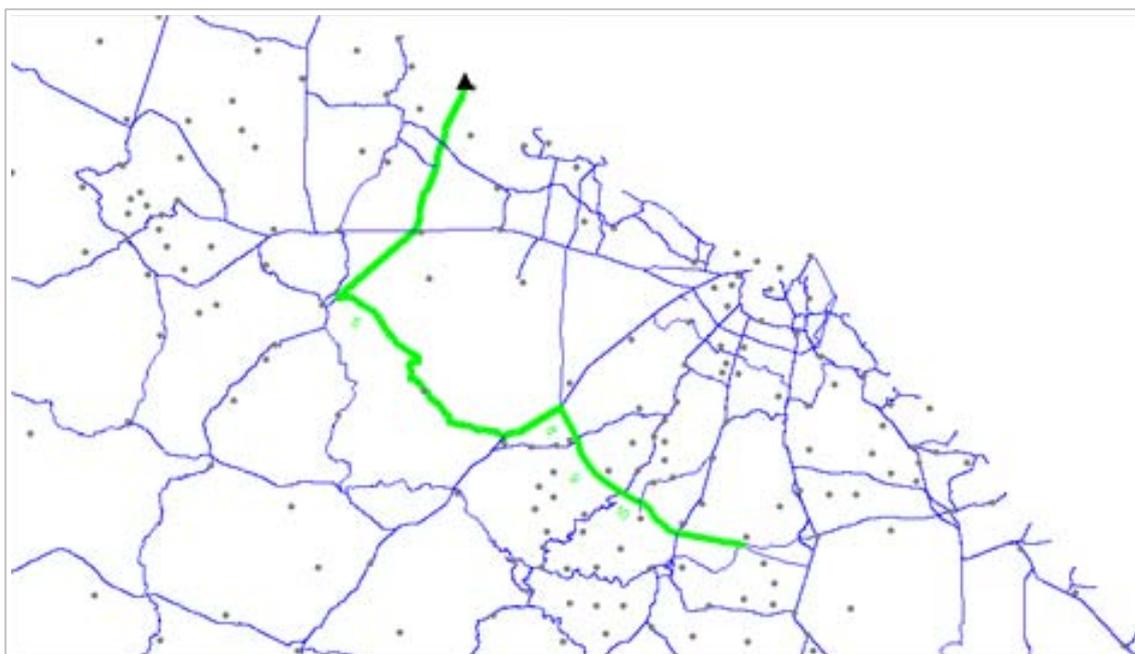


A.3.2. O ARCO METROPOLITANO

O estudo do Arco Metropolitano, ligando a BR116 até BR222, foi efetuado em outubro de 2013, com base nos dados coletados para a elaboração do Plano Diretor Rodoviário e envolveu as seguintes hipóteses para a sua avaliação econômica:

- a) A rede rodoviária do estado foi simulada sem e com o Arco Metropolitano, com o objetivo de se determinar qual seria a sua influência na alocação do tráfego de média e de longa distância (Figura 34).

Figura 29. Rede Rodoviária Simulada

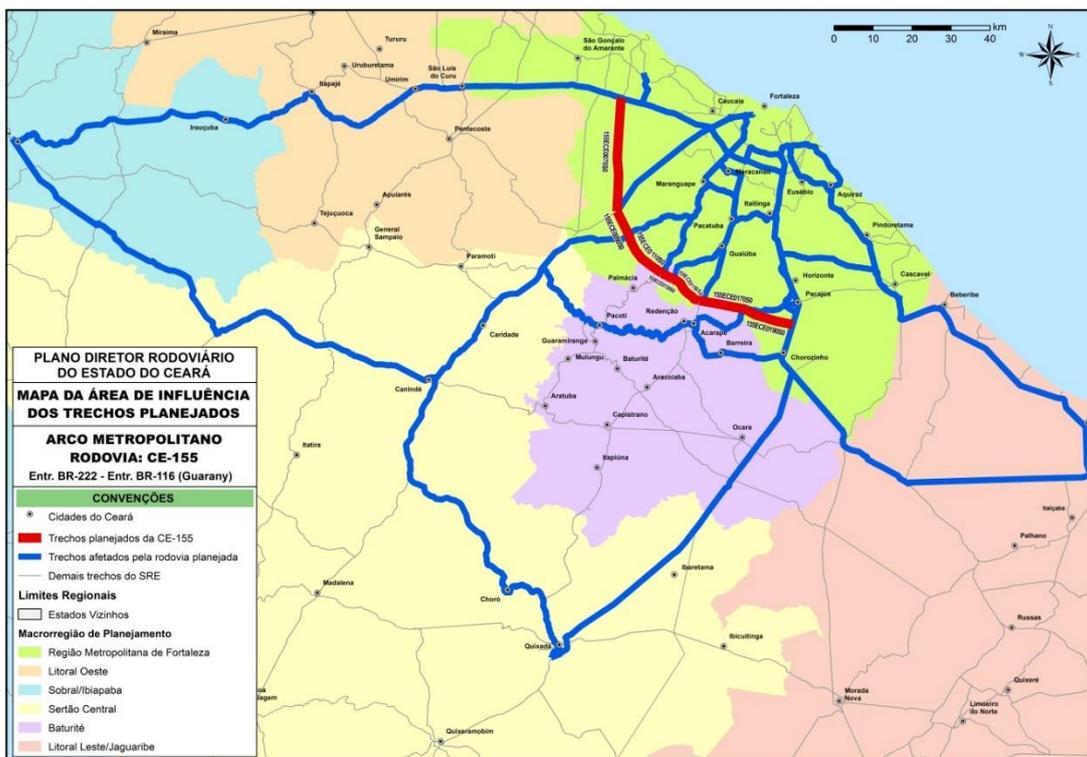


- b) Foram considerados no estudo somente os tráfegos de média e de longa distância (entre as macrorregiões de planejamento do estado e os intercâmbios externos do Estado do Ceará com outros estados do país), não tendo sido levado em consideração o tráfego local que certamente utilizaria o Arco Metropolitano. O tráfego local não foi considerado por ter sido utilizada a matriz de origem e destino produzida pelas pesquisas realizadas, que considerou a Região Metropolitana de Fortaleza como uma zona de tráfego. O tráfego entre municípios dentro de uma mesma Macrorregião de Planejamento foi considerado tráfego local.
- c) Os benefícios obtidos com os investimentos a serem realizados foram considerados em termos econômicos, ou seja, foram subtraídos os diferentes impostos e taxas incidentes nos custos unitários que compõem cada uma destes componentes.

- d) Os benefícios econômicos foram calculados considerando os efeitos produzidos na rede rodoviária do estado, ou seja, comparando-se a situação sem e com o projeto e verificando-se a redução de custos econômicos totais produzidos com a introdução do Arco Metropolitano. A redução dos custos econômicos totais foi obtida pela diferença dos custos econômicos de operação e dos custos econômicos do tempo de deslocamento entre as duas alternativas consideradas.
- e) Os benefícios obtidos a cada ano necessitam ser trazidos para o mesmo ano em que os investimentos serão realizados, ou seja, para o ano base de análise. Para trazer estes valores anuais para o ano base foi utilizada uma taxa de desconto, que representa o retorno mínimo desejado para o investimento que será realizado. A taxa normalmente adotada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o BID, é de 12% ao ano.
- f) Se o valor dos benefícios econômicos, atualizado para o ano base, for maior do que o investimento a ser realizado, em termos econômicos, o projeto possui viabilidade econômica e seu retorno será maior do que 12 % ao ano.
- g) Para se calcular o retorno efetivo é necessário determinar qual é a taxa de desconto que iguala os benefícios econômicos ao valor dos investimentos em termos econômicos.
- h) Os investimentos, estimados em termos econômicos, devem ser comparados com os benefícios também em termos econômicos. Estudos efetuados para a elaboração do Plano Direto Rodoviário do Estado do Ceará indicam que os investimentos estimados, em termos financeiros, devem ser multiplicados por 0,76 para ser obtido seu valor em termos econômicos, ou seja, os impostos e taxas incidentes sobre os investimentos rodoviários são da ordem de 24%. Assim, o valor econômico do investimento foi obtido, multiplicando-se por 0,76 o orçamento estimado para o projeto, equivalente a R\$ 355 milhões, obtendo-se o valor de R\$ 260,8 milhões.
- i) Foram simuladas e avaliadas duas hipóteses:
 - 1. Construção do Arco Metropolitano em pista dupla.
 - 2. Construção do Arco Metropolitano em pista simples e determinação do ano em que deveria ser duplicada.
- j) Estimou-se que o montante do investimento da primeira etapa, na simulação 2, seria equivalente a 60% do valor total do investimento para implantação do Arco Metropolitano em da pista dupla, sendo os restantes 40% transferido para o ano em que seria necessária sua duplicação.

A Figura 35 apresenta os segmentos rodoviários que serão afetados com a construção do Arco Metropolitano. A extensão total da rede rodoviária do Estado sob a influência do Arco Metropolitano é de 1.498,7 km.

Figura 30. Segmentos Afetados com a Construção do Arco Metropolitano



O Quadro 1, apresentado a seguir, resume os montantes envolvidos e os resultados obtidos com a duplicação imediata do Arco Metropolitano, indicando que o projeto possui benefícios totais econômicos maiores do que os investimentos necessários à sua implantação, também em termos econômicos.

O valor dos benefícios totais econômicos líquidos é de R\$ 3.293,0 milhões e o investimento em termos econômicos é de R\$ 269,8 milhões.

O valor presente líquido (VPL) é de R\$ 404,6 milhões. O fato do valor dos benefícios atualizados ser maior do que o investimento a ser realizado indica que seu retorno é maior que 12%. A taxa de retorno obtida foi de 20% ao ano.

O Quadro 2 apresenta os montantes envolvidos e os resultados considerando-se a implantação inicial do Arco Metropolitano em pista simples.

O valor dos benefícios totais econômicos líquidos é de R\$ 3.397,1 milhões e o investimento em termos econômicos é de R\$ 161,9 milhões. O valor presente líquido (VPL) é de R\$ 512,1 milhões. O fato do valor dos benefícios atualizados ser maior do que o investimento a ser realizado indica que seu retorno é maior que 12%. A taxa de retorno obtida nesta hipótese é de 25% ao ano.

O Quadro 3 mostra o ano em que o Arco Metropolitano, em pista simples, deveria ser duplicado. Este ano é definido como o ano em que os investimentos adicionais atingem uma taxa de retorno de 12 % ao ano.

A análise dos resultados obtidos permite a formulação das seguintes conclusões:

- a) A implantação do Arco Metropolitano é um dos investimentos de construção de novos segmentos rodoviários de maior retorno no Estado do Ceará e seu impacto na sua rede rodoviária é expressivo.
- b) A implantação do Arco Metropolitano em pista simples, pelo fato de reduzir o investimento inicial, produz um benefício líquido e uma taxa de retorno mais elevada do que a correspondente à alternativa de iniciar imediatamente a sua implantação em pista dupla. Um investimento econômico de R\$ 269,8 milhões, para a construção imediata do Arco Metropolitano, em pista dupla, produz um benefício líquido atualizado de R\$ 404,6 milhões, enquanto que a sua implantação em pista simples requer investimento menor, de R\$ 161,9 milhões, e produz um benefício líquido de R\$ 512,1 milhões, 27% superior à sua implantação em pistas dupla.
- c) Os resultados indicam que construir inicialmente o Arco Metropolitano em pista simples é a melhor opção. Isto ocorre em função do tráfego desviado inicialmente que, por não ser elevado, não produzirá congestionamento se o Arco Metropolitano for implantado em pista simples.
- d) A complementação da duplicação do Arco Metropolitano se dará em 2025, cerca de 10 anos depois de sua implantação em pista simples, o que corresponde ao ano em que os investimentos adicionais necessários a sua duplicação apresentariam uma taxa de retorno de 12% ao ano.

Verifica-se, também, que em menos de 7 anos o total dos benefícios anuais supera os investimentos econômicos na construção do Arco Metropolitanos em pista simples, indicando o prazo em que o investimento retorna em termos econômicos.

Quadro 1

CE-155 - Arco Metropolitano (Implantação e Pavimentação - Pista Dupla)							
Ano	Incremento no Custo da Adm. Pública (R\$ x 10⁶)			Redução dos Custos dos Usuários (R\$ x 10⁶)			Benefícios Totais Líquidos
	Custos de Capital	Custos Recorrentes	Total	Custo Operacional	Custo do Tempo de Viagem	Total	
2013	269,800	0,000	269,800	0,000	0,000	0,000	-269,800
2014	0,000	0,466	0,466	-12,232	-1,934	-14,166	-14,631
2015	0,000	0,466	0,466	-3,726	-0,708	-4,434	-4,899
2016	0,000	0,466	0,466	5,944	0,651	6,595	6,130
2017	0,000	0,466	0,466	16,825	-0,534	16,291	15,825
2018	0,000	0,467	0,467	27,377	-0,243	27,134	26,667
2019	0,000	0,467	0,467	41,318	-0,921	40,397	39,930
2020	0,000	0,471	0,471	55,306	-0,018	55,288	54,818
2021	0,000	0,460	0,460	76,773	2,390	79,163	78,703
2022	0,000	0,450	0,450	98,533	3,732	102,265	101,815
2023	-0,404	0,410	0,006	122,341	5,635	127,976	127,970
2024	-2,975	-0,133	-3,108	152,851	16,498	169,349	172,457
2025	0,121	0,433	0,554	181,703	30,860	212,563	212,010
2026	-2,946	0,070	-2,876	191,936	14,928	206,863	209,739
2027	6,323	1,577	7,900	223,542	20,495	244,037	236,137
2028	-2,528	0,509	-2,019	258,383	7,052	265,435	267,453
2029	1,936	0,526	2,462	273,693	1,810	275,503	273,041
2030	-0,980	-0,056	-1,036	327,084	8,767	335,851	336,887
2031	-6,139	1,299	-4,841	389,806	21,109	410,915	415,755
2032	1,113	0,767	1,879	444,916	20,647	465,563	463,684
2033	4,698	-0,438	4,259	528,508	19,096	547,605	543,345
Total	268,017	9,139	277,157	3400,881	169,311	3570,192	3293,036
						TIR	20,0%
						VPL	404,590
						B/C	2,485

Quadro 2

CE-155 - Arco Metropolitano / Etapa 1 (Implantação e Pavimentação - Pista Simples)							
Ano	Incremento no Custo da Adm. Pública (R\$ x 10⁶)			Redução dos Custos dos Usuários (R\$ x 10⁶)			Benefícios Totais Líquidos
	Custos de Capital	Custos Recorrentes	Total	Custo Operacional	Custo do Tempo de Viagem	Total	
2013	161,88	0,000	161,880	0,000	0,000	0,000	-161,880
2014	0,000	0,466	0,466	-12,232	-1,935	-14,167	-14,633
2015	0,000	0,466	0,466	-3,727	-0,705	-4,432	-4,897
2016	0,000	0,466	0,466	5,943	0,651	6,593	6,128
2017	0,000	0,466	0,466	16,823	-0,535	16,288	15,822
2018	0,000	0,467	0,467	27,373	-0,242	27,132	26,665
2019	0,000	0,467	0,467	41,313	-0,925	40,387	39,921
2020	0,000	0,471	0,471	55,299	-0,019	55,280	54,809
2021	0,000	0,460	0,460	76,760	2,390	79,150	78,690
2022	0,000	0,450	0,450	98,513	3,731	102,244	101,794
2023	-1,410	0,410	-1,000	122,306	5,634	127,941	128,941
2024	-2,975	-0,133	-3,108	152,788	16,497	169,285	172,393
2025	0,121	0,433	0,554	181,580	30,858	212,438	211,884
2026	-2,946	0,070	-2,876	191,668	14,925	206,593	209,469
2027	6,313	1,577	7,890	223,137	20,491	243,628	235,738
2028	-2,528	0,509	-2,020	257,911	7,047	264,958	266,977
2029	1,616	0,526	2,142	273,157	1,800	274,957	272,815
2030	-0,982	-0,057	-1,039	326,470	8,748	335,219	336,257
2031	-6,139	1,297	-4,842	389,104	21,071	410,175	415,017
2032	1,103	0,765	1,868	444,131	20,581	464,712	462,844
2033	4,689	-0,441	4,248	527,633	18,991	546,624	542,376
Total	158,740	9,131	167,872	3395,950	169,054	3565,004	3397,132
						TIR	25,0%
						VPL	512,093
						B/C	4,121

Quadro 3

CE-155 - Arco Metropolitano / Etapa 2 (Duplicação)							
Ano	Incremento no Custo da Adm. Pública (R\$ x 10 ⁶)			Redução dos Custos dos Usuários (R\$ x 10 ⁶)			Benefícios Totais Líquidos
	Custos de Capital	Custos Recorrentes	Total	Custo Operacional	Custo do Tempo de Viagem	Total	
2025	107,920	0,000	107,920	0,000	0,000	0,000	-107,920
2026	0,000	0,000	0,000	1,905	1,992	3,897	3,897
2027	0,000	0,000	0,000	2,071	2,210	4,281	4,281
2028	0,000	0,000	0,000	2,281	2,456	4,737	4,737
2029	0,000	0,000	0,000	2,525	2,735	5,260	5,260
2030	0,000	-0,005	-0,005	2,821	3,051	5,872	5,878
2031	0,000	-0,016	-0,016	3,198	3,417	6,615	6,631
2032	0,000	-0,023	-0,023	3,727	3,836	7,563	7,586
2033	0,000	-0,031	-0,031	4,532	4,324	8,856	8,887
2034	0,000	-0,039	-0,039	5,765	4,889	10,654	10,693
2035	0,000	-0,048	-0,048	7,475	5,543	13,018	13,066
2036	0,000	-0,053	-0,053	9,439	6,307	15,747	15,800
2037	0,000	-0,058	-0,058	12,220	7,222	19,442	19,500
2038	0,000	-0,058	-0,058	15,665	8,331	23,996	24,054
2039	-4,169	-0,915	-5,084	19,190	9,732	28,922	34,006
2040	0,000	-0,018	-0,018	13,281	11,126	24,406	24,424
2041	0,000	-0,009	-0,009	16,400	16,310	32,710	32,719
2042	0,000	-0,003	-0,003	26,663	29,845	56,507	56,510
2043	6,809	-0,312	6,497	37,173	46,821	83,995	77,497
2044	-4,864	-1,015	-5,878	59,486	61,916	121,402	127,280
2045	-0,695	-0,135	-0,830	63,411	73,137	136,548	137,378
Total	105,002	-2,739	102,263	309,226	305,201	614,427	512,165
						TIR	12,5%
						VPL	6,610
						B/C	1,062

Anexo 4 – Modelos de documentos

Este anexo apresenta o layout dos modelos de documento que apoiarão determinadas etapas do modelo de GIP.

A.4.1. MODELO DE FICHA DE PROJETO DE VIA RÁPIDA: DOMÍNIO DE ESCOPO

 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ		FICHA DE PROJETO PROJETO DE VIA RÁPIDA		 	
PROJETO DE VIA RÁPIDA: DOMÍNIO DE ESCOPO				CÓDIGO DO PROJETO	
IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE FINALÍSTICA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO RESUMIDA DATA DE INÍCIO: ___/___/___ DATA PREVISTA DE TÉRMINO: ___/___/___			
	UNIDADES ENVOLVIDAS				
	GERENTE DO PROJETO				
	NOME DO PROJETO				
JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS				
	RELAÇÃO COM OS PLANOS DO GOVERNO	RESULTADOS ESPERADOS			
IMPACTOS NO ORÇAMENTO ANUAL E PLURIANUAL	CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO				
	+ INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO N
	PREVISTO			
	REALIZADO			
	CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO				
	+ DESPESAS	ANO 1	ANO 2	ANO N
PREVISTAS				
REALIZADAS				
COMENTÁRIOS					

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.2. MODELO DE FICHA DE PROJETO ESTRATÉGICO / COMPLEMENTAR

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ		FICHA DE PROJETO		PROJETO ESTRATÉGICO/COMPLEMENTAR		CÓDIGO DO PROJETO	
IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE FINALÍSTICA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO RESUMIDA					
	UNIDADES ENVOLVIDAS						
	GERENTE DO PROJETO						
	NOME DO PROJETO	DATA DE INÍCIO	DATA PREVISTA DE TÉRMINO				
JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS						
	RELAÇÃO COM OS PLANOS DO GOVERNO	RESULTADOS ESPERADOS					
IMPACTOS NO ORÇAMENTO ANUAL E PLURIANUAL	CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO						
	+	INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO N	
RESULTADO DO ESTUDO DE MERCADO	CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO						
	+	DESPESAS	ANO 1	ANO 2	ANO N	
DEMANDA PELO SERVIÇO OU PRODUTO*							
SERVIÇO/PRODUTO A	PREVISTA	ANO 1	ANO 2	ANO N		
	REAL					
SERVIÇO/PRODUTO B	PREVISTA					
	REAL					
SERVIÇO/PRODUTO C	PREVISTA					
	REAL					

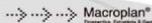
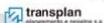
* A demanda é estabelecida em termos quantitativo do produto ou serviço ofertado

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

FICHA DE PROJETO
PROJETO ESTRATÉGICO/COMPLEMENTAR

PROJETO ESTRATÉGICO/COMPLEMENTAR

CÓDIGO DO PROJETO

ENGENHARIA DO PROJETO

ALTERNATIVAS TÉCNICAS: SELEÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS ENVOLVIDOS

ANEXO



ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS E DE MONTAGEM

EQUIPAMENTOS	ESPECIFICAÇÃO

TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

CONSTRUÇÃO CIVIL E EDIFÍCIOS

ANEXO



LAYOUT DOS EQUIPAMENTOS NAS ÁREAS OPERACIONAIS

ANEXO



PRODUTIVIDADE ESPERADA NO USO DOS RECURSOS E DO PESSOAL NECESSÁRIO

POSSIBILIDADE DE ADAPTAÇÃO DO CAPACIDADE DE FUNCIONAMENTO

	SERVIÇO 1	SERVIÇO X
PRODUÇÃO MÁXIMA		
PRODUÇÃO MÍNIMA		

PROGRAMA DE TRABALHO

ANEXO



TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS ENVOLVIDOS

ASPECTOS RELATIVOS À LOCALIZAÇÃO

POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO DO PROJETO

DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA

ASPECTOS RELACIONADOS À DESCENTRALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ		FICHA DE PROJETO PROJETO ESTRATÉGICO/COMPLEMENTAR		Macroplan® Planejamento, Gestão e Monitoramento		transplan Sistema Integrado de Planejamento e Gestão	
PROJETO ESTRATÉGICO/COMPLEMENTAR				CÓDIGO DO PROJETO			
INVESTIMENTOS	RECURSOS PARA INSTALAÇÃO DO PROJETO			RECURSOS PARA OPERAÇÃO/FUNIONAMENTO			
	RECURSOS		R\$	RECURSOS/ANO		R\$	
	INVESTIMENTO TOTAL			ORÇAMENTO TOTAL			
				DESPESA TOTAL			
	ANEXO 			ANEXO 			
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO E GOVERNANÇA	ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO			ESTRUTURA DE GOVERNANÇA			
	DEFINIÇÃO DA FONTE:			NATUREZA: <input type="checkbox"/> EMPRESA <input type="checkbox"/> COMITÊ			
JUSTIFICATIVA:			<input type="checkbox"/> O.S. <input type="checkbox"/> OSCIP				
			<input type="checkbox"/> SPE <input type="checkbox"/> OUTROS				
			ANEXO: DECRETO 		ANEXO: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 		
COMENTÁRIOS							

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.3. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA – ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ		AVALIAÇÃO PRÉVIA – ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA			
RELATÓRIO N° - ATUALIZADO EM ___ DE ___ DE 201__		Macroplan® Projetos, Estudos & Gestão		transplan planejamento e projetos s.a.	
PROJETO COM DOMÍNIO DO ESCOPO					ID
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO					VIDA ÚTIL DO PROJETO
ASPECTO TÉCNICO	CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO				
	+ ETAPA 1	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4
	- ATIVIDADE X				
	+ ETAPA 2				
- ATIVIDADE Y					
CRONOGRAMA FÍSICO DA OPERAÇÃO					
	ANO 201x	ANO 201x	ANO 201x	ANO 201x	
SERVIÇO 1					
SERVIÇO X					
IMPACTOS FINANCEIROS	CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO				
	+ ETAPA 1	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4
	- ATIVIDADE X				
	+ ETAPA 2				
- ATIVIDADE Y					
CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO					
	ANO 201x	ANO 201x	ANO 201x	ANO 201x	
DESPESA 1					
DESPESA X					
ASPECTO AMBIENTAL	NECESSITA DE LICENÇA AMBIENTAL?		CRONOGRAMA DE SOLICITAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL		
	<input type="checkbox"/> SIM		SOLICITAÇÃO	OBTENÇÃO	
	<input type="checkbox"/> NÃO		LICENÇA PRÉVIA	___/___/___	___/___/___
			LICENÇA DE INSTALAÇÃO	___/___/___	___/___/___
		LICENÇA DE OPERAÇÃO	___/___/___	___/___/___	

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.4. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA – ANÁLISE DE PRÉ-VIABILIDADE

NOME DO PROJETO		ID		
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO ANEXO 		VIDA ÚTIL DO PROJETO		
ASPECTO TÉCNICO	CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO			
	+ ETAPA 1 - ATIVIDADE X	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3
	+ ETAPA 2 - ATIVIDADE Y			
CRONOGRAMA FÍSICO DA OPERAÇÃO				
	ANO 201X	ANO 201X	ANO 201X	ANO 201X
SERVIÇO 1				
SERVIÇO X				
ASPECTOS ECONÔMICOS	BENEFÍCIOS ECONÔMICOS ANEXO 		CUSTOS ECONÔMICOS ANEXO 	
	FLUXO DE CAIXA ECONÔMICO ANEXO 		VPL TIR	
ASPECTO AMBIENTAL	NECESSITA DE LICENÇA AMBIENTAL? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		CRONOGRAMA DE SOLICITAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL	
			SOLICITAÇÃO	OBTENÇÃO
	LICENÇA PRÉVIA		___/___/___	___/___/___
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO		___/___/___	___/___/___
LICENÇA DE OPERAÇÃO		___/___/___	___/___/___	

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.



NOME DO PROJETO

ID

IMPACTOS FINANCEIROS

CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO

+	ETAPA 1	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4
-	ATIVIDADE X				
+	ETAPA 2				
-	ATIVIDADE Y				

CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO

	ANO 201X	ANO 201X	ANO 201X	ANO 201X
DESPESA 1				
DESPESA X				

COMENTÁRIOS

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.5. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA – ANÁLISE SIMPLIFICADA DE DE VIABILIDADE

NOME DO PROJETO		ID																							
ASPECTO TÉCNICO	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO ANTEPROJETO ANEXO 		VIDA ÚTIL DO PROJETO																						
	CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO																								
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>ETAPA 1</th> <th>PERÍODO 1</th> <th>PERÍODO 2</th> <th>PERÍODO 3</th> <th>PERÍODO 4</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>- ATIVIDADE X</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ETAPA 2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>- ATIVIDADE Y</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	ETAPA 1	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4	- ATIVIDADE X					ETAPA 2					- ATIVIDADE Y								
	ETAPA 1	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4																				
- ATIVIDADE X																									
ETAPA 2																									
- ATIVIDADE Y																									
CRONOGRAMA FÍSICO DA OPERAÇÃO																									
	ANO 201X	ANO 201X	ANO 201X	ANO 201X																					
SERVIÇO 1																									
SERVIÇO X																									
ASPECTOS ECONÔMICOS	BENEFÍCIOS ECONÔMICOS ANEXO 		CUSTOS ECONÔMICOS ANEXO 																						
	FLUXO DE CAIXA ECONÔMICO ANEXO 		VPL																						
			TIR																						
ASPECTO AMBIENTAL	NECESSITA DE LICENÇA AMBIENTAL? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		CRONOGRAMA DE SOLICITAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL																						
			<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>SOLICITAÇÃO</th> <th>OBTENÇÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>LICENÇA PRÉVIA</td> <td>__/__/__</td> <td>__/__/__</td> </tr> <tr> <td>LICENÇA DE INSTALAÇÃO</td> <td>__/__/__</td> <td>__/__/__</td> </tr> <tr> <td>LICENÇA DE OPERAÇÃO</td> <td>__/__/__</td> <td>__/__/__</td> </tr> </tbody> </table>		SOLICITAÇÃO	OBTENÇÃO	LICENÇA PRÉVIA	__/__/__	__/__/__	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	__/__/__	__/__/__	LICENÇA DE OPERAÇÃO	__/__/__	__/__/__										
	SOLICITAÇÃO	OBTENÇÃO																							
LICENÇA PRÉVIA	__/__/__	__/__/__																							
LICENÇA DE INSTALAÇÃO	__/__/__	__/__/__																							
LICENÇA DE OPERAÇÃO	__/__/__	__/__/__																							

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.5. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO PRÉVIA – ANÁLISE DE VIABILIDADE



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

AVALIAÇÃO PRÉVIA – ANÁLISE DE VIABILIDADE

RELATÓRIO N° - ATUALIZADO EM ____ DE ____ DE 201__




NOME DO PROJETO

ID

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PROJETO BÁSICO

ANEXO



VIDA ÚTIL DO PROJETO

CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO

	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4
+ ETAPA 1				
- ATIVIDADE X				
+ ETAPA 2				
- ATIVIDADE Y				

CRONOGRAMA FÍSICO DA OPERAÇÃO

	ANO 201x	ANO 201x	ANO 201x	ANO 201x
SERVIÇO 1				
SERVIÇO X				

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

ANEXO



CUSTOS ECONÔMICOS

ANEXO



FLUXO DE CAIXA ECONÔMICO

ANEXO



VPL

TIR

ANÁLISE DE RISCO

ANEXO



ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

ANEXO



ASPECTO TÉCNICO

ASPECTOS ECONÔMICOS

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.8. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO Ex-Post SIMPLIFICADA



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

AVALIAÇÃO Ex Post SIMPLIFICADA

RELATÓRIO N° ____ - ATUALIZADO EM ____ DE ____ DE 201__




PROJETO:

CÓDIGO DO PROJETO

IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE FINALÍSTICA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO RESUMIDA	
GERENTE DO PROJETO		
NOME DO PROJETO	DATA DE INÍCIO _/_/___	DATA PREVISTA DE TÉRMINO _/_/___

CRONOGRAMA FINANCEIRO

CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO				
+ INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2	ANO N
PREVISTO			
REALIZADO			

CRONOGRAMA FINANCEIRO

CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO				
+ DESPESAS	ANO 1	ANO 2	ANO N
PREVISTAS			
REALIZADAS			

LIÇÕES APRENDIDAS:

CRONOGRAMA FÍSICO

CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO				
+ ENTREGAS	ANO 1	ANO 2	ANO N
ENTREGAS PREVISTAS			
ENTREGAS REALIZADAS			

LIÇÕES APRENDIDAS:

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

PROJETO: _____

CÓDIGO DO PROJETO _____

RESULTADOS OPERACIONAIS

CRONOGRAMA DA OPERAÇÃO				
+ RESULTADOS	ANO 1	ANO 2	ANO N
RESULTADOS PREVISTOS			
RESULTADOS ALCANÇADOS			
LIÇÕES APRENDIDAS:				

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

A.4.9. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO Ex-POST APROFUNDADA

PROJETO:		CÓDIGO DO PROJETO		
IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE FINALÍSTICA RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO RESUMIDA		
	GERENTE DO PROJETO			
	NOME DO PROJETO	DATA DE INÍCIO _/_/	DATA PREVISTA DE TÉRMINO _/_/	
CRONOGRAMA FINANCEIRO	CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO			
	+ INVESTIMENTO	ANO 1	ANO 2 ANO N
	PREVISTO		
	REALIZADO		
	CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO			
	+ DESPESAS	ANO 1	ANO 2 ANO N
PREVISTAS			
REALIZADAS			
LIÇÕES APRENDIDAS:				
CRONOGRAMA FÍSICO	CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO			
	+ ENTREGAS	ANO 1	ANO 2 ANO N
	ENTREGAS PREVISTAS		
	ENTREGAS REALIZADAS		
	LIÇÕES APRENDIDAS:			

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

PROJETO: _____

CÓDIGO DO PROJETO _____

RESULTADOS OPERACIONAIS

CRONOGRAMA DA OPERAÇÃO

+ RESULTADOS	ANO 1	ANO 2	ANO N
RESULTADOS PREVISTOS			
RESULTADOS ALCANÇADOS			

LIÇÕES APRENDIDAS:

IMPACTOS NOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

IMPACTOS

+ IMPACTOS	ANO 1	ANO 2	ANO N
IMPACTOS PREVISTOS			
IMPACTO GERADO			

LIÇÕES APRENDIDAS:

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Anexo 5 – Especificação Funcional do Banco de Projetos do Estado

Este anexo descreve funcionalmente o Banco de Projetos do Estado, apresenta os requisitos para sua implementação, detalha os casos de uso e a faz uma análise de pontos de função das interfaces envolvidas no processo.

INTRODUÇÃO

O Banco de Projetos do Estado foi pensado a partir das existências de diversos sistemas já em uso pelas secretarias de governo, e a proposta a seguir, leva em consideração a utilização de algumas informações e interfaces já existentes e habitualmente utilizadas pelos colaboradores das Secretarias Setoriais e da SEPLAG.

Como principal ferramenta para o lançamento, acompanhamento e execução dos projetos administrados hoje pelo Governo do Estado, o SIAP possui papel de destaque pois já possui inúmeros vínculos com os sistemas que controlam a execução financeira, além de já ser de uso habitual nas Secretarias Setoriais.

Baseado na estrutura atual do SIAP, esta proposta, considera que o Banco de Projetos de Investimento, seja criado completamente integrado ao ambiente do sistema SIAP.

Considerando-se esta integração, ao realizar um cadastro de um novo projeto, a proposta é que o usuário responsável por esse cadastro possa realizar essa tarefa, sem necessariamente vincular ao orçamento previamente aprovado para o ano vigente (essa vinculação hoje é obrigatória para o cadastro de um projeto).

Com a introdução dessa possibilidade, o SIAP, saberá que novos projetos sem essa vinculação, deverão ser considerados como "Propostas de Projetos de Investimento", e adicionalmente às informações disponíveis para preenchimento no SIAP, será disponibilizada uma área para o preenchimento de informações complementares quanto aos estudos de pré-viabilidade e que deverão ser preenchidos a qualquer tempo, para que essa proposta de projeto possa ser apreciada e priorizada pela Secretaria Setorial correspondente.

Ao preencher os campos básicos da proposta, e explicitamente (marcado como projeto de investimento), ou implicitamente (ao não vincular um programa), essa proposta será priorizada pela Secretaria Setorial e segundo essa priorização, serão demandados para preenchimento, novos campos relativos à viabilidade do projeto.

ANEXOS

A quantidade e os detalhes exigidos para esses novos campos dependerão do tipo de projeto selecionado, com isso, projetos menos complexos irão requerer menos campos e campos de preenchimento mais simples do que projetos maiores e mais complexos.

Ao final desse preenchimento, será realizada a análise desse material produzido para o projeto e uma vez considerado viável, será submetido ao Governador que continuará utilizando o WEBMAPP para essa análise e aprovação e ao COGERF.

Caso a proposta de projeto seja aprovada por ambos, o projeto passará para a fase de execução, já contemplada integralmente no SIAP. Após a conclusão do projeto serão disponibilizados novos campos para preenchimento, para que fiquem registradas informações relevantes e que possam servir de orientação para projetos que venham a surgir e que tenham características semelhantes a este já executado. São informações como: boas práticas, lições aprendidas, desafios, etc.

Para facilitar o acompanhamento dessa evolução, bem como a busca por um determinado projeto, entre as informações disponíveis no cadastro de uma nova proposta, estarão vínculos com áreas de atuação, municípios, segmentos da sociedade etc., como uma forma de agregar à proposta, algumas "etiquetas" classificando-o e a partir dessas classificações quanto à sua tipologia, abrangência, volume financeiro, prazo etc. Será possível combinar filtros na área de busca para quando for o caso de se buscar um projeto com determinadas características para ser executado por exemplo na hipótese de um financiamento "carimbado" para determinada finalidade estiver disponível, atingindo com isso, o auge da proposta de ter a mão um Banco de Projetos de Investimento.

Objetivo Geral

Criar e administrar um banco de projetos que unifique todas as iniciativas de projetos do Governo do Estado do Ceará.

Objetivos Específicos

São relacionados a seguir os principais objetivos específicos a serem atingidos pelo Novo Banco de Projetos do Governo do Estado do Ceará.

- Sistematizar as informações das iniciativas de investimento do Estado;
- Registro unificado de todas as iniciativas;
- A análise, avaliação, formulação e implantação de uma ferramenta que catalogue todos os projetos desde a concepção até a operação;

ANEXOS

- Dotar o Estado de um banco de projetos unificado e amplamente disponível
- Permitirá às setoriais dispor de referências para criação de novos projetos e
- Promoção ativa de sua “prateleira de projetos” visando captar recursos para financiar a execução e a operação.

Banco de Projetos

O banco de projetos integra as informações das etapas de concepção, de avaliação de pré-viabilidade, de viabilidade, seleção, priorização do projeto e avaliação *ex post*.

Prevê tipos de acesso para diferentes perfis, dentre os quais estão o público em geral, técnicos responsáveis pelas iniciativas de investimento, e gestores das Secretarias e do Governo, além do próprio Governador.

Os projetos devem estar disponíveis para consulta por todas as instâncias do governo e para a sociedade, viabilizando acesso, respectivamente, via intranet e internet, resguardadas as informações de teor confidencial conforme previsto na legislação.

Com o registro dos projetos, o Estado terá à disposição uma ferramenta que catalogará todos os programas e projetos desde a concepção até a operação, banco cria e administra um acervo de projetos e permitirá às setoriais dispor de boas práticas e referências para criação de novos projetos e promoção ativa de sua “prateleira de projetos” visando captar recursos para financiar a execução e a operação.

Os projetos podem surgir de Políticas de Governo, do Plano Plurianual, Programa Global de Desenvolvimento Socioeconômico, Estudos Setoriais, Estudos de Demanda, Aproveitamento de Potencialidades ou Demandas Emergenciais.

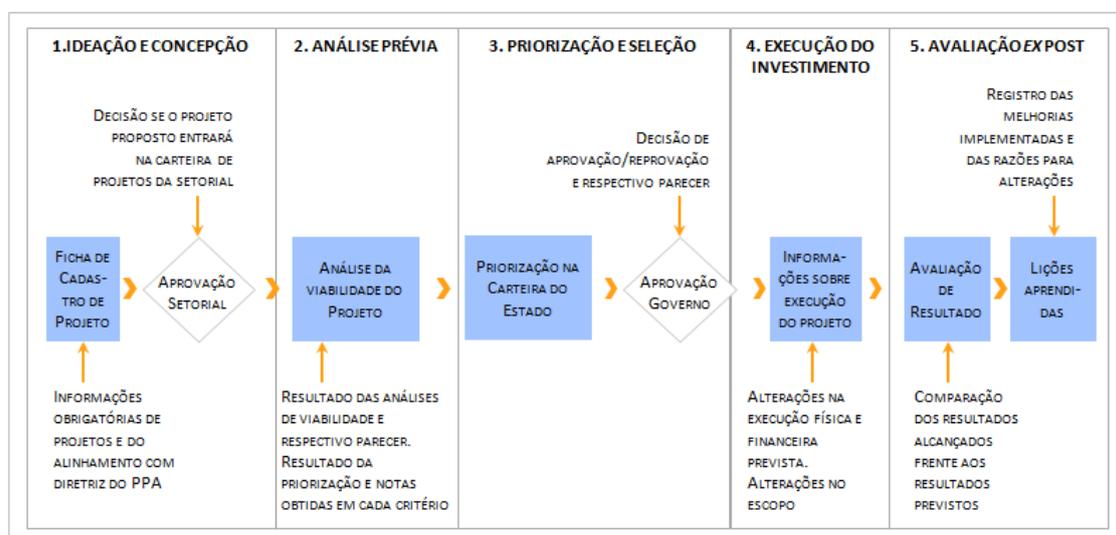
O banco de projetos por conter informações da fase de concepção até a operação do empreendimento, serve também aos propósitos de manter atualizada uma prateleira de projetos passíveis de execução, também atende aos propósitos de manter um histórico de informações de projetos que servirão para aprimoramento de novas propostas de projetos.

Fluxograma da GIP e o Banco de Projetos

As etapas que serão atendidas pelo Banco de Projetos do Governo do Estado do Ceará estão alinhadas com o fluxograma do modelo de GIP apresentado na figura 5 deste documento.

O fluxograma apresentado a seguir relaciona os estados que serão contemplados por um projeto durante sua existência.

Figura 31: Fluxograma com os estados contemplados por um projeto



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

ARQUITETURA

A arquitetura proposta deverá ter como base as seguintes características:

Componente: Ambiente de Implementação Web

- Ambiente de desenvolvimento deverá ser o adotado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará que está baseado em tecnologia Microsoft;
- Desenvolvimento em camadas com processamento centralizado nos servidores e os navegadores dos usuários processam apenas a camada de apresentação;
- Ambiente web disponibilizado na Intranet do Governo, assim como na Internet possibilitando acessos de qualquer local;

ANEXOS

- Utilização dos protocolos de segurança adequados e respeito as normas definidas pela SEPLAG
- Utilização de criptografia quando se julgar necessário para permitir que dados possam transitar de forma segura.

Componente: Linguagem de Programação

- Deverá ser adotada a tecnologia .NET da Microsoft.

Componente: Banco de Dados

- Deverá ser adotado um Gerenciador de Banco de Dados Oracle 11g ou compatível.

REQUISITOS TÉCNICOS

O desenvolvimento da solução deverá fazer uso de tecnologias consolidadas e obedecer aos requisitos relacionados a seguir:

- Interface Web compatível com as versões mais recentes de pelos menos os seguintes navegadores: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Chrome;
- Tecnologia HTML, em sua versão mais atual, com a padronização visual baseada em folhas de estilos (CSS), na construção da camada responsável pela interface com o usuário;
- Conformidade com o Projeto MVC 2 (*ModelViewController*) de desenvolvimento em 3 camadas;
- Permitir extração de informação da base de dados SQL para aplicações gerenciais, com facilidades de adequação dos dados, cruzamento de informações;
- Permitir aos usuários autorizados exportação de dados em formato texto, planilha, PDF ou XML;
- Conter uma interface com o usuário totalmente em português;
- Apresentar um painel de controle com resumo gerencial que forneça uma visão consolidada;

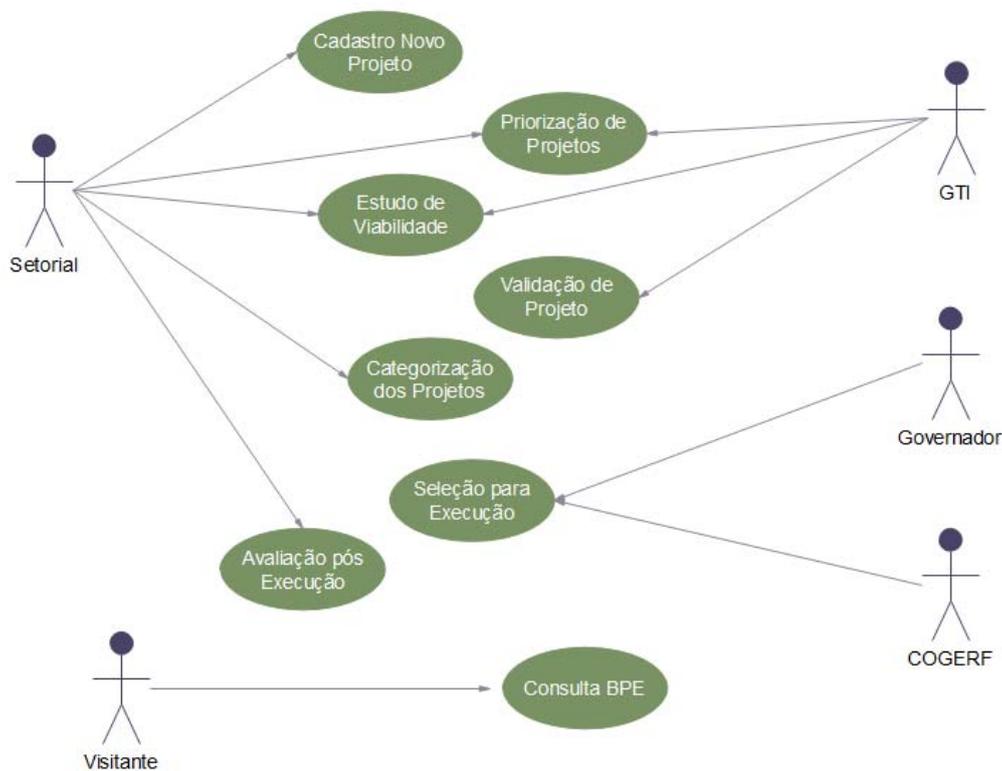
ANEXOS

- Apresentando os principais resultados e indicadores em uma interface que permita que exiba tabelas e gráficos em uma mesma tela;
- Prever quantidade ilimitada de acessos e de usuários às consultas;
- Emitir alertas automáticos para usuários selecionados, por e-mail, ou celular, sobre situações que extrapolem os limites de normalidade estabelecidos e que demandem a atenção iminente do usuário;
- Permitir aos usuários autorizados a montagem de consultas personalizadas, através de filtros que atendam às suas necessidades de análise;
- Possuir agentes sinalizadores para chamar a atenção do usuário para os fenômenos que ultrapassem o limite de normalidade segundo critérios de destaques, positivo e/ou negativo, de forma a permitir a fácil localização dos valores que demandem a imediata intervenção do gestor;
- Prever integração a estrutura atual à qual o SIAP está organizado;
- Prever integração ao WEBMAPP.

Casos de Uso

Os casos de usos, serão utilizados para demonstrar como cada um dos diferentes perfis de usuários interage com o sistema, de forma a complementar e agregar informações aos projetos, quais são essas informações e determinar se este usuário poderá manipular ou apenas consultar além de mostrar sua interligação com as demais etapas do fluxo pelo qual os projetos armazenados podem percorrer segundo a proposta.

Figura 32: Ilustração de Casos de Usos



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Descrição Sucinta

Conjunto de casos de uso que descreve as funcionalidades do BPE

ANEXOS

Casos de Uso

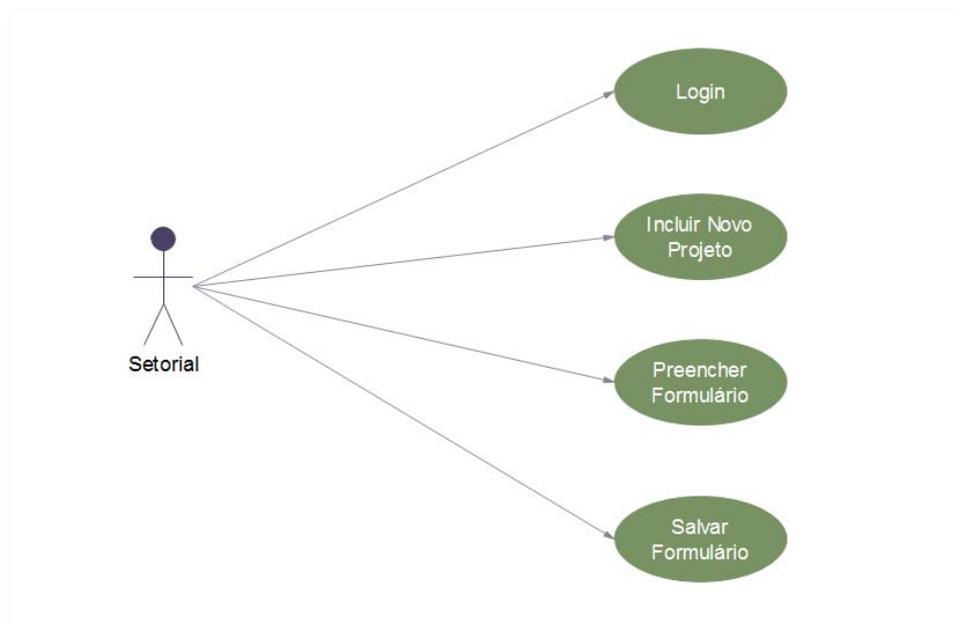
- Cadastro de Novo Projeto
- Categorização de Projetos
- Estudo de Viabilidade
- Priorização de Projetos
- Validação do dossiê do Projeto
- Seleção para Execução
- Avaliação pós-execução
- Consulta BPE

Atores Identificados

- Governador
Representa a figura do governador do Estado
- GTI
Grupo Técnico de Gestão de Investimentos
- COGERF
Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal
- Setorial
Representa os diversos órgãos setoriais do estado que podem propor ou gerenciar a implementação de novos projetos
- Visitante
Representa a população em geral que deseja consultar o BPE

CASO DE USO: CADASTRO DE NOVO PROJETO

Figura 33: Ilustração do caso de uso: cadastro de novo projeto



Atores

1. Setorial

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos.

Fluxo Básico

1. O Setorial realizar o Login no sistema.
2. O Setorial seleciona a opção “Incluir novo Projeto”
3. O Sistema exibe formulário para ser preenchido
4. O Setorial preenche o formulário.
5. O Setorial salva o formulário.

ANEXOS

Pós-Condições

O novo projeto deve ser cadastrado no sistema.

Fluxos Alternativos

Não existem fluxos alternativos

Dados Envolvidos no Processo

Projetos

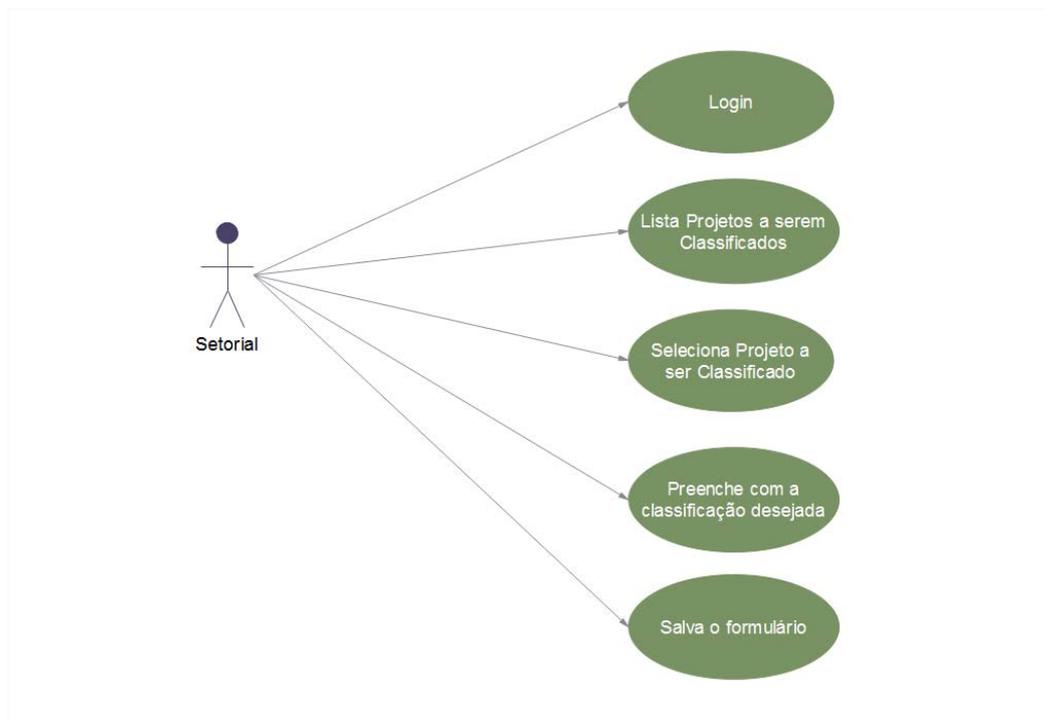
1. Id Projeto
2. Nome do Projeto
3. Gerente do Projeto
4. Unidade Responsável
5. Unidades Envolvidas
6. Descrição Resumida
7. Data de Inicio
8. Data Prevista para Término
9. Objetivos
10. Relação Planos de Governo
11. Resultados Esperados
12. Cronograma Financeiro
13. Cronograma do Custeio
14. Comentários
15. Demanda pelo Serviço ou Produto
16. Construção Civil e Edifícios

ANEXOS

17. Layout dos Equipamentos nas Áreas operacionais
18. Produtividade esperada no uso dos recursos e do pessoal necessário
19. Produção Máxima
20. Produção Mínima
21. Programa de Trabalho
22. Montante dos investimentos Envolvidos
23. Aspectos relativos a Localização
24. Possibilidade de Financiamento do Projeto
25. Disponibilidade de Mão-de-obra
26. Aspectos relacionados à descentralização e diversificação geográfica
27. Recursos para instalação do Projeto
28. Recursos para operação e funcionamento
29. Estrutura de Financiamento
30. Estrutura de Governança

CASO DE USO: CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS

Figura 34: Ilustração do caso de uso: classificação de projetos



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. Setorial

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos. O Projeto já deve estar cadastrado e priorizado.

Fluxo Básico

1. O Setorial realiza o “login” no sistema.
2. O Setorial seleciona a opção de Classificação de Projetos

ANEXOS

3. O Sistema a lista de Projetos a serem classificados.
4. O Setorial clica sobre o projeto desejado e preenche com a classificação desejada em uma das categorias disponíveis.
5. Salva a classificação do projeto.

Fluxos Alternativos

- 3.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.

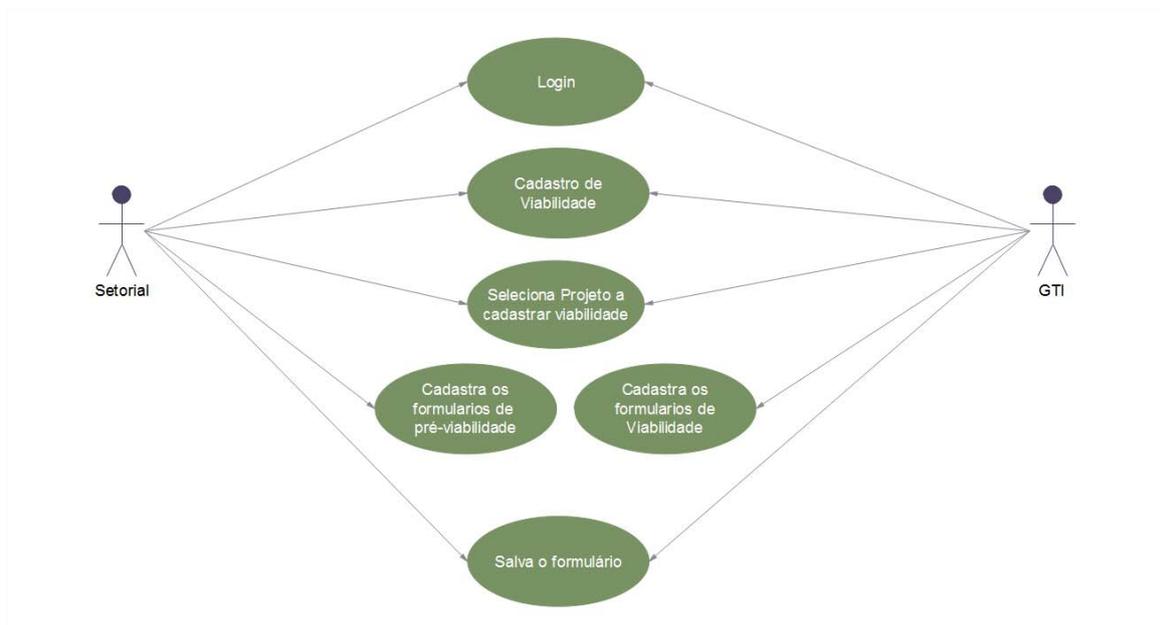
Dados Envolvidos no Projeto

(ED1) – Projetos

1. Id Projeto
2. Nome do Projeto
3. Categoria do Projeto

CASO DE USO: ESTUDO DE VIABILIDADE

Figura 35: Ilustração do caso de uso: estudo de viabilidade



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. Setorial
2. GTI

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos. O Projeto já deve estar cadastrado.

Fluxo Básico

1. O Setorial realiza o “login” no sistema.
2. O Setorial seleciona a opção de Cadastro de Estudo de Viabilidade
3. O Sistema a lista de Projetos priorizados para estudo de Viabilidade.

ANEXOS

4. O Setorial clica sobre o projeto desejado e preenche o formulário de pré-viabilidade.
5. O Setorial salva a inclusão/alteração do estudo de viabilidade do Projeto.
6. O GTI realiza o “login” no sistema.
7. O GTI seleciona a opção de Cadastro de Estudo de Viabilidade
8. O GTI clica sobre o projeto desejado e preenche o formulário de Viabilidade, viabilidade simplificada ou de consistência.
9. O GTI salva a inclusão/alteração do estudo de viabilidade do Projeto.

Fluxos Alternativos

- 3.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.
- 4.a. Conforme tipo de Viabilidade escolhido, o usuário do sistema será encaminhado para um diferente formulário, a ser preenchido.
- 8.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.
- 9.a. Conforme tipo de Viabilidade escolhido, o usuário do sistema será encaminhado para um diferente formulário, a ser preenchido.

Dados Envolvidos no Processo

Projeto com domínio de Escopo

1. Id Projeto
2. Nome do Projeto
3. Características Técnicas do Projeto
4. Vida Útil do Projeto
5. Cronograma Físico da Implantação
6. Cronograma Físico da Operação
7. Cronograma Financeiro do Investimento
8. Cronograma de Custo da Operação

ANEXOS

9. Necessita de Licença Ambiental
10. Data Solicitação Licença Previa
11. Data Solicitação Licença de Instalação
12. Data Solicitação Licença de Operação
13. Data Obtenção Licença Previa
14. Data Obtenção Licença de Instalação
15. Data Obtenção Licença de Operação

Análise Pré-viabilidade

16. Benefícios Econômicos
17. Custos Econômicos
18. Fluxo de Caixa Econômico
19. VPL
20. TIR

Análise de Viabilidade

21. Características técnicas do projeto básico
22. Análise de Risco
23. Análise de Sensibilidade

CASO DE USO: PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS

Figura 36: Ilustração de caso de uso: priorização de projetos



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. GTI

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos. O Projeto já deve estar cadastrado.

Fluxo Básico

1. O GTI realiza o Login no sistema.
2. O GTI consulta os projetos.

ANEXOS

3. O GTI lista os Projetos a serem priorizados.
4. O GTI seleciona a Projeto a ser priorizado.
5. O GTI preenche as notas de priorização dos critérios.
6. Sistema calcula a nota de prioridade do projeto e classifica como alta, média, ou baixa.
7. O GTI salva a alteração da prioridade.

Fluxos Alternativos

3.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.

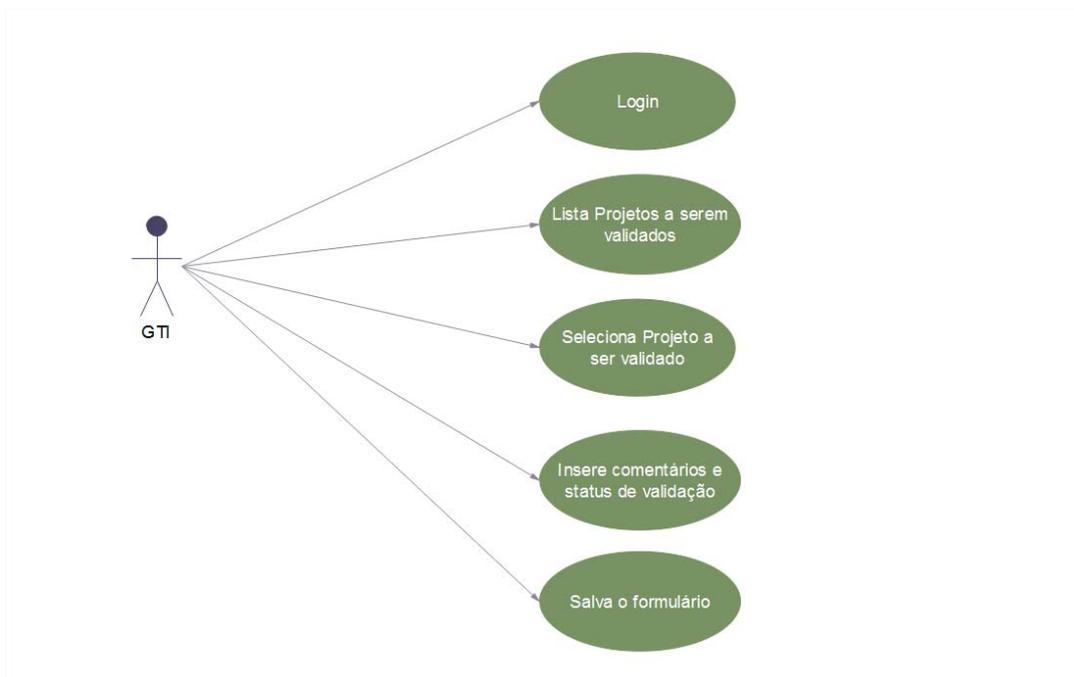
Dados Envolvidos no Processo

Projetos

1. Id Projeto
2. Nome do Projeto
3. Prioridade

CASO DE USO: VALIDAÇÃO DO DOSSIÊ DO PROJETO

Figura 37: Ilustração do caso de uso: validação do dossiê do projeto



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. GTI

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos. O Projeto já deve estar cadastrado, priorizado e com a viabilidade técnica executada, conforme o tipo de projeto.

Fluxo Básico

1. O GTI realiza o Login no sistema.
2. O GTI Seleciona a opção de Validação de Projetos

ANEXOS

3. O Sistema a lista de Projetos a serem validados.
4. O GTI clica sobre o projeto desejado, visualiza o mesmo.
5. O GTI insere comentários, observações e/ou novas demandas.
6. Altera o status do Projeto para: “Aprovado”, “Em Analise GTI”, “Retorno Setorial”
7. Salva a alteração da prioridade.

Fluxos Alternativos

3.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.

Dados Envolvidos no Processo

Projetos

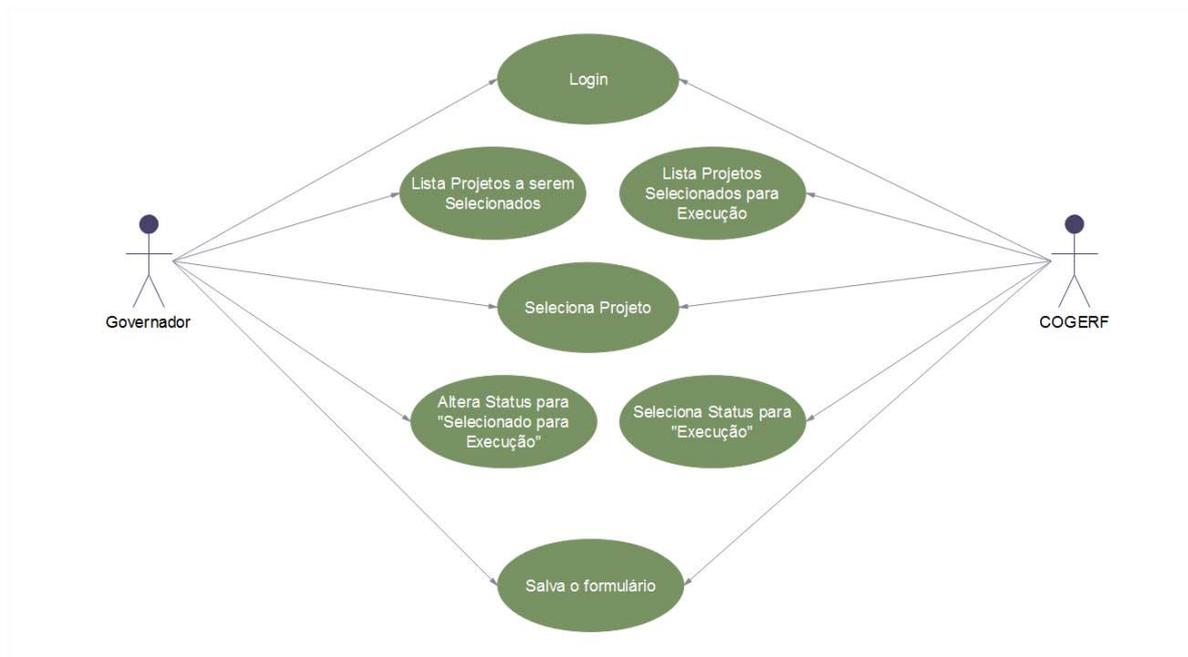
1. Id Projeto
2. Nome do Projeto
3. Prioridade
4. Status

Notas de Processo

5. Assunto
6. Texto
7. Status da Nota de Processo

CASO DE USO: SELEÇÃO DE PROJETOS PARA EXECUÇÃO

Figura 38: Ilustração do caso de uso: seleção de projetos para execução



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. Governador
2. COGERF

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos. O Projeto já deve estar cadastrado, priorizado, com a viabilidade técnica mínima definida conforme o tipo de projeto e com o dossiê aprovado pelo GTI.

Fluxo Básico

1. O Governador realiza o Login no sistema.
2. O Governador seleciona a opção de Seleção de Projetos para Execução

ANEXOS

3. O Sistema lista os Projetos a serem selecionados.
4. O Governador clica sobre o projeto desejado e seleciona para execução.
5. O Governador salva o novo status do projeto.

Fluxos Alternativos

- 3.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.
- 7.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.

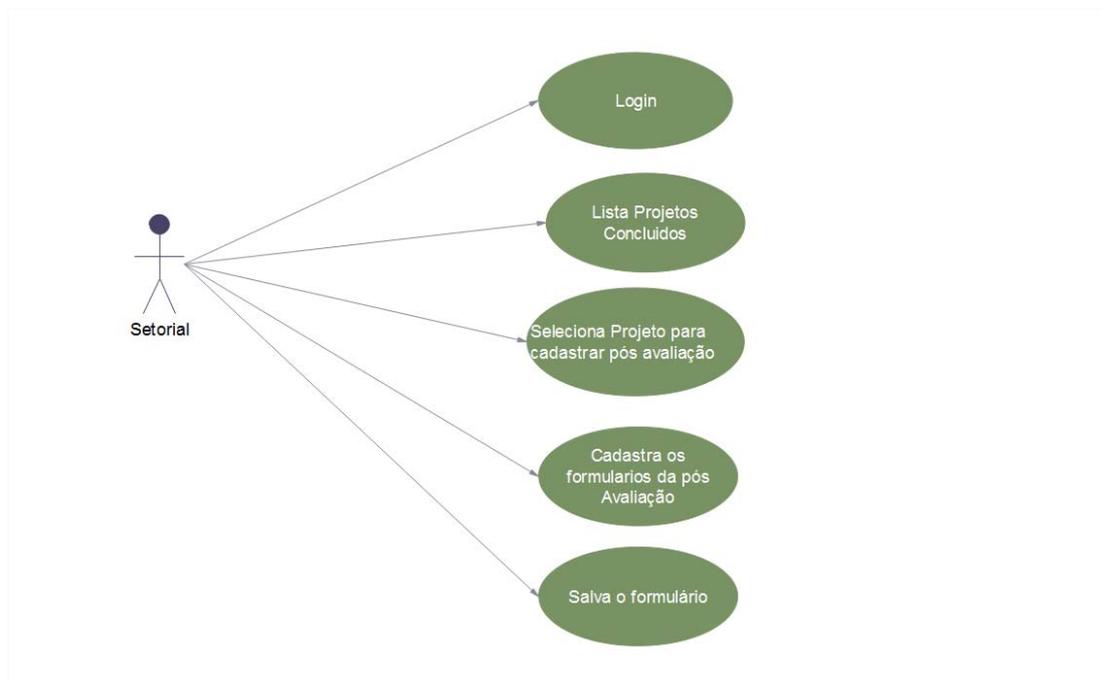
Dados Envolvidos no Projeto

Projetos

1. Id Projeto
2. Nome do Status
3. Status

CASO DE USO: AVALIAÇÃO PÓS-EXECUÇÃO

Figura 39: Ilustração do caso de uso: avaliação pós-execução



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. Setorial

Pré-condições

O usuário deve ter acesso ao sistema e ter direito a utilizar a interface de cadastro de Projetos. O Projeto deve estar com o Status de Executado.

Fluxo Básico

1. O Setorial realiza o Login no sistema.
2. O Setorial seleciona a opção de Avaliação pós execução de Projetos
3. O Sistema lista de Projetos a serem avaliados.

ANEXOS

4. O Setorial clica sobre o projeto desejado e preenche com as informações de pós-execução.
5. Salva as informações do projeto.

Fluxos Alternativos

- 3.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.

Dados Envolvidos no Projeto

Avaliação ex post Simplificada

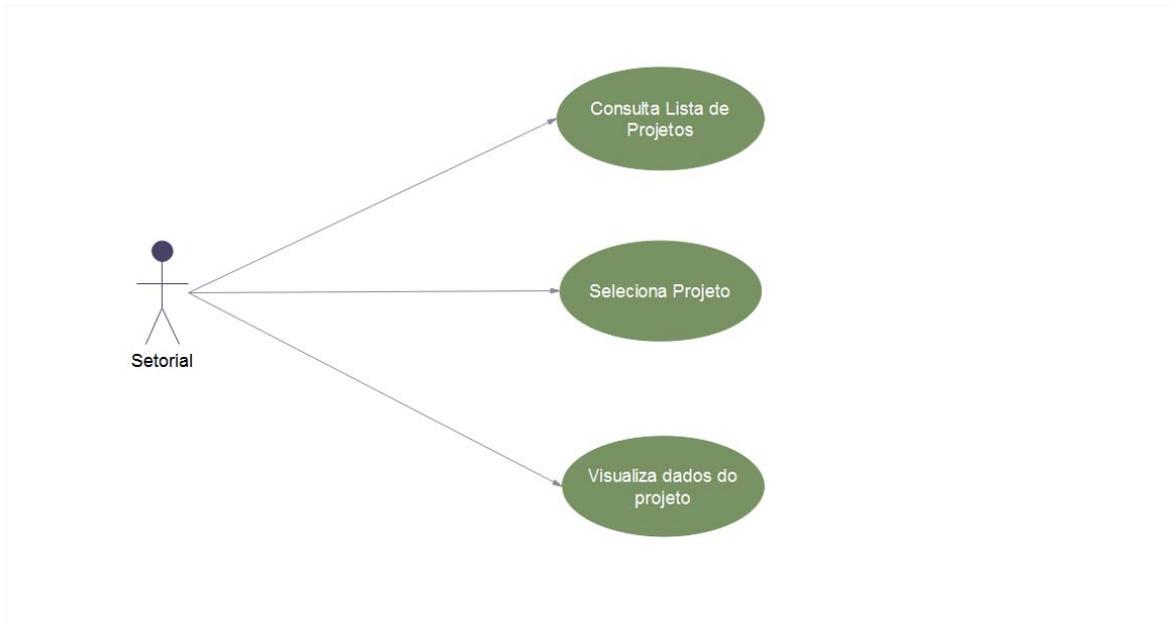
1. Unidade Finalista Responsável
2. Descrição Resumida
3. Gerente do Projeto
4. Nome do Projeto
5. Data de Início
6. Data Prevista para Término
7. Cronograma Financeiro
8. Cronograma de Custeio de Operação
9. Lições aprendidas "Cronograma Financeiro"
10. Cronograma Físico da Implantação
11. Lições aprendidas "Cronograma Físico"
12. Cronograma da Operação
13. Lições aprendidas "Cronograma da Operação"

Avaliação ex post Aprofundada

14. Cronograma de Impacto Indicadores Socioeconômicos
15. Lições Aprendidas (Cronograma de Impacto)

CASO DE USO: CONSULTA BPE

Figura 40: Ilustração de caso de uso: consulta BPE



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Atores

1. Visitante

Pré-condições

Não existem pré-condições.

Fluxo Básico

1. O Sistema lista todos os projetos do Banco de Projetos
2. O Visitante seleciona os projetos do Banco de Projetos.
3. O Visitante clica sobre o projeto desejado visualiza todos os dados sobre o projeto.

ANEXOS

Fluxos Alternativos

1.a. O sistema oferece opções de ordenação e busca de projetos por código e descrição.

Dados Envolvidos no Processo

Projetos

1. Id Projeto
2. Nome do Projeto
3. Gerente do Projeto
4. Unidade Responsável
5. Descrição Resumida
6. Data de Inicio
7. Data Prevista para Término
8. Objetivos
9. Relação Planos de Governo
10. Resultados Esperados
11. Cronograma Financeiro
12. Cronograma do Custeio
13. Comentários
14. Demanda pelo Serviço ou Produto
15. Estrutura de Financiamento
16. Estrutura de Governança

Projeto com Domínio de Escopo

17. Id Projeto

ANEXOS

18. Nome Projeto
19. Características Técnicas do Projeto
20. Vida Útil do Projeto
21. Cronograma Físico da Implantação
22. Cronograma Físico da Operação
23. Cronograma Financeiro do Investimento
24. Cronograma de Custo da Operação
25. Necessita de Licença Ambiental
26. Data Solicitação Licença Previa
27. Data Solicitação Licença de Instalação
28. Data Solicitação Licença de Operação
29. Data Obtenção Licença Previa
30. Data Obtenção Licença de Instalação
31. Data Obtenção Licença de Operação

Análise Pré-viabilidade

32. Benefícios Econômicos
33. Custos Econômicos
34. Fluxo de Caixa Econômico
35. VPL
36. TIR

Análise de Viabilidade

37. Características técnicas do projeto básico
38. Análise de Risco
39. Análise de Sensibilidade

Avaliação ex post Simplificada

16. Unidade Finalista Responsável
17. Descrição Resumida
18. Gerente do Projeto
19. Nome do Projeto
20. Data Inicio
21. Data Prevista Terminio
22. Cronograma Financeiro
23. Cronograma de Custeio de Operação
24. Lições aprendidas "Cronograma Financeiro"
25. Cronograma Físico da Implantação
26. Lições aprendidas "Cronograma Físico"
27. Cronograma da Operação
28. Lições aprendidas "Cronograma da Operação"

Avaliação ex post Aprofundada

29. Cronograma de Impacto Indicadores Socioeconômicos
30. Lições Aprendidas (Cronograma de Impacto)

ANALISE PONTO DE FUNÇÃO

“Análise de Pontos de Função (APF) é uma técnica para a medição de projetos de desenvolvimento de software, visando a estabelecer uma medida de tamanho, em Pontos de Função (PF), considerando a funcionalidade implementada, sob o ponto de vista do usuário. A medida é independente da linguagem de programação ou da tecnologia que será usada para implementação.”

Tabela 22: Detalhamento por Caso de Uso

CASO DE USO	ALI	AIE	EE	SE	CE
Cadastro de Novo Projeto	1	0	1	0	0
Priorização de Projetos	1	0	1	0	0
Estudo de Viabilidade	2	0	1	0	0
Validação de Projetos	2	0	1	0	0
Categorização de Projetos	1	0	1	0	0
Seleção para Execução	1	0	1	0	0
Avaliação pós-execução	2	0	1	0	0
Consulta BPE	3	0	0	0	1
TOTAL	13	0	7	0	1

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Tabela 23: Resumo por Tipo

TIPO	QTD	FATOR	TOTAL PF
ALI (Arquivos Lógicos Internos)	13	7	91
AIE (Arquivos de Interface Externa)	0	5	0
EE (Entradas Externas)	7	4	28
SE (Saídas Externas)	0	5	0
CE (Consultas Externas)	1	4	4
Total PFs (NESMA (*)Estimada)			123

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

(*) A NESMA – Netherlands Software Metrics Association (Associação de Métricas de Software da Holanda) é uma organização similar ao IFPUG, fundada em 1989, também composta por voluntários, que mantém seu próprio Manual de Práticas de Contagens.

A NESMA reconhece três tipos de contagem de pontos de função:

- Contagem de pontos de função detalhada;
- Contagem de pontos de função estimativa;
- Contagem de pontos de função indicativa.

ORÇAMENTO E CONSIDERAÇÕES

O orçamento aqui apresentado tem como base valores médios praticados em órgãos governamentais nos anos de 2015 e 2016.

Em documento emitido pelo “TCU – preço de aceitabilidade e critérios para pontos de função”

TCU – preço de aceitabilidade e critérios para pontos de função

Publicado em 14/02/2013 por Editor

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 05.02.2013, S. 1, p. 116. Ementa: determinação à DGI/MinC para que, em contratações de serviços de TI: a) em harmonia com o art. 3º da Lei 8.666/1993 e a fim de selecionar proposta mais vantajosa do ponto de vista econômico, calcule o preço de aceitabilidade com base na média dos preços vencedores de certames, e não com base na média dos preços estimados; b) inclua em editais cujo objeto seja mensurado pela métrica pontos de função o tamanho dos sistemas que receberão manutenção; a estimativa de pontos de função para cada um deles; a proporção de cada plataforma tecnológica a ser utilizada no total da quantidade de pontos de função necessários; a linguagem utilizada para desenvolver cada sistema e a memória de cálculo que fundamente o quantitativo previsto de ponto de função para cada sistema. Além disso, o Controle Externo recomendou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP) que considere a conveniência e oportunidade de definir índice específico de reajuste, ou cesta de índices, que reflita a variação efetiva dos custos de TI, de forma a orientar a administração pública federal

(itens 9.5.1, 9.5.2 e 9.6, TC028.305/20116, Acórdão nº 114/2013Plenário).

ANEXOS

Em nossa pesquisa podemos identificar valores diferenciados tais como os apresentados abaixo.

Tabela 24: Valores para Pontos de Função

FONTE	Qtd. PFs	Preço Unit.(R\$)
Ministério das Comunicações – Sec Executiva de Planejamento, Orçamento pregão Eletrônico Nº 019/2015-MC	15.000	1.128,33
DNPM – Pregão Eletrônico Nº 14/2015 Ata de Registro de Preço	5.000	647,62
Anatel Nº 01/2015 Ata de Registro de Preço	8.500	499,00

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Utilizando-se de metodologia para cálculo baseado em valores de salários de uma equipe necessária para este desenvolvimento e considerando-se a participação percentual de cada profissional para o desenvolvimento de um Ponto de Função, chegamos aos seguintes valores.

Tabela 25: Cálculo dos salários mensais

Categoria Profissional	Empresa Pequena Salário mês (R\$)	Empresa Média Salário mês (R\$)	Empresa Grande Salário mês (R\$)	Participação % na Composição no Ponto de Função
Analista de Sistema	7.000,00	10.000,00	12.000,00	15%
Analista Programador	4.500,00	7.000,00	8.000,00	50%
Analista de Banco de Dados	4.100,00	7.000,00	8.500,00	10%
Analista de Negócios	7.100,00	12.000,00	14.000,00	10%
Gerente de Sistemas	12.000,00	26.000,00	30.000,00	10%
Analista de Teste	3.600,00	6.000,00	6.500,00	5%

Fonte: SalaryGuide 2016 (roberthalf.com.br)

Valor PF	561,98
Encargos e Tributos	70,0%
Preço final PF	955,36

ANEXOS

Desta forma apresentamos uma tabela considerando estas variáveis que servirão como parâmetro para orientar o valor limite a ser considerado. Observa-se também que este orçamento trata de uma pequena quantidade de PFs o que contribui para elevar o seu valor unitário final.

Tabela 26: Cálculo do valor do PF por quatro metodologias

FORTE	R\$ PF Unitário	Qtd	Preço Final
Ministério das Comunicações – Sec Executiva de Planejamento, Orçamento pregão Eletrônico Nº 019/2015-MC	1.128,33	123	138.784,59
DNPM – Pregão Eletrônico Nº 14/2015 Ata de Registro de Preço	647,62	123	79.657,26
Anatel Nº 01/2015 Ata de Registro de Preço	499,00	123	61.377,00
Cálculo metodologia salários x participação	955,36	123	117.509,84

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Anexo 6 – Proposição de minuta de regulamentação do arranjo institucional

Decreto nº xx.xx, de xx de xxxxxxxx de 201x

Altera o Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011, que dispôs sobre o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, para criar segundo Secretário Executivo responsável por Gestão por Resultados e de Investimentos e o Grupo Técnico de Gestão de Investimentos – GTI e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, Considerando a necessidade de aperfeiçoar a gestão por resultados e a gestão de investimentos da Administração Pública Estadual; DECRETA:

Capítulo I

DO COLEGIADO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Art. 1º Ficam alterados os seguintes dispositivos do Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011:

“Art. 1º ...

...

VI. elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão de investimentos da administração estadual.” (NR)

“Art. 2º ...

...

VI. definir diretrizes, acompanhar e estabelecer medidas relacionadas à gestão de investimentos da administração estadual.” (NR)

“Art. 3º ...

...

§ 5º. As reuniões mensais do COGERF que tratem de Gestão por Resultados e Gestão de Investimentos serão coordenadas pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

§ 6º. Nas reuniões que tratem de Gestão por Resultados e Gestão de Investimentos, o COGERF contará com a participação de:

I - Diretor Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE)

II - Outros Secretários de Estado, na qualidade de convidados, conforme relação dos temas tratados na pauta.” (NR)

“Art. 4º ...

§ 1º Mensalmente, o Comitê deverá, em sessões distintas e com pauta exclusiva, deliberar sobre a Gestão por Resultados e Gestão de Investimentos, baseando-se em relatórios técnicos específicos apresentados pelos Grupos Técnicos, de que trata o Art.6º.” (NR)

§ 2º. Nas demais semanas do mês, o Comitê se reunirá para deliberar sobre a Gestão Fiscal e a Gestão de Contas do Estado, baseando-se em relatórios técnicos específicos apresentados pelos Grupos Técnicos, de que trata o Art.6º.

“Art. 5º O COGERF contará com duas Secretarias Executivas que funcionarão na Secretaria do Planejamento e Gestão, compreendendo cada em:

I - Secretaria Executiva de Orçamentária, Financeira e Fiscal; e

II - Secretaria Executiva de Gestão por Resultados e de Investimentos.

§ 1º. São atribuições conjuntas das duas Secretarias Executivas:

I - Elaborar calendário anual de reuniões;

II - Receber e providenciar análises técnicas dos assuntos a serem submetidos ao COGERF;

III - Preparar e encaminhar aos membros a pauta das reuniões e material de apoio referente aos assuntos a serem apreciados;

IV - Deliberar sobre aspectos operacionais;

V - Assessorar o COGERF sobre deliberações estratégicas;

VI - Providenciar os devidos encaminhamentos das deliberações e demais definições estabelecidas pelo COGERF;

VII - Providenciar publicação dos atos do COGERF que necessitem de publicidade;

VIII - Manter o arquivo e controle das resoluções, deliberações, instruções normativas e demais atos do COGERF;

IX - Elaborar as atas das reuniões do COGERF e submetê-las a aprovação do Comitê;

X - Tomar outras providências determinadas pelo COGERF ou necessárias ao seu funcionamento.

§ 2º. A Secretaria Executiva de Orçamentária, Financeira e Fiscal tem as seguintes atribuições específicas:

I - Apresentar ao Comitê a composição dos grupos técnicos GTC e GTF, a partir da indicação dos respectivos representantes pelos titulares dos órgãos participantes;

II - Acompanhar o trabalho dos grupos técnicos GTC e GTF;

III - Manter controle dos limites financeiros deliberados pelo COGERF em conjunto com a SEFAZ.

§ 3º. A Secretaria Executiva de Gestão por Resultados e de Investimentos tem as seguintes atribuições específicas:

I - Apresentar ao Comitê a composição dos grupos técnicos GTR e GTI, a partir da indicação dos respectivos representantes pelos titulares dos órgãos participantes;

II - Acompanhar o trabalho dos grupos técnicos GTR e GTI.

§ 4º. As atividades de cada Secretaria do COGERF serão exercidas por um Secretário Executivo e 2 (dois) servidores designados mediante portaria do Secretário do Planejamento e Gestão, sendo-lhes assegurado, quando cedidos, a mesma lotação existente quando da cessão e todos os direitos e vantagens que lhe são ou que vierem a ser concedidos, como se estivessem em efetivo exercício no órgão de origem, observados os dispositivos legais.” (NR)

“Art. 6º Ficam constituídos o Grupo Técnico de Gestão por Resultados - GTR, o Grupo Técnico de Gestão de Investimentos – GTI, o Grupo Técnico de Gestão Fiscal - GTF e o Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC, com funcionamento no âmbito, respectivamente, da Secretaria de Planejamento e Gestão, no caso dos dois primeiros, da Secretaria da Fazenda e da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, com o propósito de prestar assessoramento técnico ao Comitê de Gestão por Resultados e de Gestão Fiscal - COGERF.

§ 1º Cada um dos Grupos Técnicos será composto por representantes da Secretaria do Planejamento e Gestão, da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda. O GTF terá também um representante do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, o GTC um Procuradoria Geral do Estado e o GTI, um representante da Casa Civil e representantes das secretarias finalísticas, convocados

conforme assuntos relacionados na pauta da reunião, indicados pelos respectivos titulares.

§ 2º Os Grupos Técnicos de Gestão por Resultados, de Gestão de Investimentos, de Gestão Fiscal e de Gestão de Contas terão seus coordenadores indicados, respectivamente, pelos titulares da Secretaria do Planejamento e Gestão, no caso dos dois primeiros, da Secretaria da Fazenda e da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado.

...

§ 6º A Caberá ao GTI assessorar o COGERF em assuntos relacionados à seleção e avaliações de consistência, viabilidade, resultados alcançados e impacto dos investimentos, bem como:

I - Garantir a operacionalização do modelo de GIP em todas as secretarias do Estado;

II - Analisar e validar a classificação dos projetos de investimento;

III - Assessorar o COGERF em assuntos relacionados à viabilidade, priorização, seleção, avaliação de resultados alcançados e impacto dos projetos de investimento;

IV - Avaliar e validar a análise de consistência realizada pelas setoriais;

V - Conduzir ou contratar análise de viabilidade ou análise de viabilidade simplificada;

VI - Garantir a correta realização das análises, de forma a reduzir o viés de otimismo;

VII – Definir e validar junto ao COGERF as listas de projetos de alta, média e baixa prioridade para o Estado;

VIII - Avaliar e validar a análise dos aspectos técnicos operacionais do projeto implementado e eventuais desvios ou dificuldades na sua implementação e operação, realizada pelas setoriais;

IX – Conduzir ou contratar a análise dos resultados alcançados e do impacto dos projetos.

§ 7º As reuniões dos Grupos Técnicos ocorrerão com periodicidade mínima mensal, devendo os Secretários membros do Comitê priorizar a participação de seus representantes nos dias fixados pelos Coordenadores dos Grupos.

§ 8º o GTI contará, ainda, com:

I – Equipe permanente de servidores dimensionada conforme a demanda de suas atribuições;

II – Equipe expandida interna, composta por especialistas setoriais do Estado, conhecedores dos objetos a serem analisados; e

ANEXOS

III - Rede externa, composta por especialistas externos, profissionais, técnicos ou especialistas, em suas áreas de conhecimento, em aspectos envolvidos na avaliação de viabilidade de projetos.

§ 9º Os especialistas externos de que trata o inciso II do § 8º serão oriundos de entidades parceiras ou contratados na forma da Lei.” (NR).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos xx de xxxxxx de 201x.

Anexo 7 – Proposição de minuta de regulamentação do modelo de GIP

Decreto nº xx.xx, de xx de xxxxxxxxx de 201x

Institui o processo de Gestão de Projetos de Investimentos Públicos do Governo do Estado do Ceará, altera o art. 6º do Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, considerando a necessidade de aperfeiçoar a gestão de investimentos públicos da Administração Pública Estadual; DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o processo de Gestão de Projetos de Investimentos Públicos do Governo do Estado do Ceará na forma deste Decreto.

Art. 2º A Gestão de Investimentos Públicos compreende as seguintes etapas:

I - Ideação e concepção de projetos;

II - Avaliação prévia

III - Priorização e seleção;

IV - Execução do investimento; e

V - Avaliação *ex post*.

§ 1º A Ideação e concepção de projetos tem por objetivo elaborar as propostas de projetos de investimento.

§ 2º A avaliação prévia objetiva analisar e avaliar a viabilidade técnica, econômica e ambiental dos projetos.

ANEXOS

§ 3º A priorização e seleção objetiva hierarquizar os projetos de investimentos em níveis de prioridade – alta, média ou baixa –, para consequente submissão à aprovação pelo governo.

§ 4º A execução do investimento visa implementar o projeto de investimento conforme aprovado pelo governo.

§ 5º A avaliação *ex post* tem por objetivo comparar os resultados obtidos pelo projeto com os resultados previstos, para proporcionar aprendizado e aprimoramento dos projetos futuros.

§ 6º As propostas e os projetos de investimentos somente passarão de uma etapa para outra se cumpridos todos os requisitos da etapa precedente.

§ 7º O modelo e fluxo de gestão de investimentos público é o apresentado no Anexo Único a este Decreto⁶².

§ 8º As atividades obrigatórias de cada etapa do modelo de gestão serão definidas em ato normativo do COGERF.

Art. 3º Não se submetem ao processo de avaliação prévia de que trata este Decreto projetos oriundos ou vinculados a:

I – Programa de Cooperação Federativa – PCF;

II – Convênio com Prefeitura; ou

III – Emenda parlamentar.

Art. 4º Cria-se categorização de Projetos, que serão classificados em:

I - Projetos Estratégicos; ou

II - Projetos Complementares.

§ 1º Projetos Estratégicos são os que possuem como principal característica a alta contribuição e aderência para estratégia do Governo e para o desenvolvimento do Estado.

§ 2º Projetos Complementares são de natureza tático-operacional, focam em empreendimentos públicos que possuem impacto localizado e demandam baixo envolvimento do alto escalão do Governo.

⁶² O modelo deve ser anexado por ocasião de submissão do decreto.

ANEXOS

§ 3º A classificação dos projetos em Estratégico ou Complementar será feita pelo órgão proponente do projeto e validada pelo Grupo Técnico de Gestão de Investimento, conforme critérios estabelecidos em ato normativo do COGERF.

§ 4º O detalhamento para a caracterização do projeto como estratégico ou complementar constará do “Manual de Gestão de Projetos de Investimentos Públicos do Governo do Estado do Ceará”, de que trata o art. 13 deste Decreto.

Art. 5º Os Projetos Estratégicos ou Complementares, extraordinariamente, poderão ser submetidos a uma via rápida (*fast track*) de análise e aprovação, desde que atendam uma das condições a seguir:

I – Projetos em que o Estado já domina plenamente o escopo; ou

II – Projetos emergenciais (com urgência de entrega do resultado), conforme especificado na Lei nº 8.666/93.

Art. 6º São elementos obrigatórios para apresentação de proposta de Projeto:

I – Identificação;

II – Justificativa;

III – Resultado do estudo do mercado ou do dimensionamento do público a ser atendido;

IV – Engenharia do projeto;

V – Tamanho e localização do empreendimento;

VI – Montante de investimentos;

VII – Custos, despesas, receitas, quando existirem, anuais, até o fim da vida útil, indicadores de resultado e os benefícios esperados;

VIII – Impactos no orçamento anual e plurianual;

IX – Estrutura de financiamento e governança;

X – Avaliações de viabilidade.

Parágrafo único. Não serão aceitas ou analisadas propostas de Projetos que não contenham todos os elementos obrigatórios previstos nos incisos I a IX deste artigo, acrescida da respectiva análise sob responsabilidade da unidade setorial finalísticas, conforme previsto no art. 7º deste Decreto.

ANEXOS

Art. 7º A análise de viabilidade dos Projetos de Investimentos observará as seguintes tipologias, cujo detalhamento metodológico se dará por ato normativo do COGERF:

I - Análise de pré-viabilidade;

II - Análise de consistência;

III - Análise de viabilidade; e

IV - Análise simplificada de viabilidade.

§ 1º As análises, excetuadas as de consistência e de pré-viabilidade, serão elaboradas pelo Grupo Técnico de Gestão de Investimentos – GTI, na forma de ato normativo específico do COGERF.

§ 2º As unidades setoriais finalísticas realizarão as seguintes análises:

I – Análise de pré-viabilidade – pré-análise técnica, econômica e ambiental –, que compreenderá o exame, de forma preliminar, se uma intervenção é viável, envolvendo estimativa de demanda, disponibilidade de tecnologia, identificação das alternativas de projeto, benefícios e custos de investimento e de operação de cada alternativa e a verificação do enquadramento ambiental.

II - Análise de consistência, que compreenderá a verificação da consistência técnica do projeto, a partir dos elementos disponíveis nos projetos similares já realizados, bem como, do seu impacto financeiro, e do seu enquadramento ambiental, aplicada aos projetos com domínio de escopo, ou projetos extremamente simples, que o Estado tem capacidade para realizar devido ao conhecimento detido.

§ 3º O Grupo Técnico de Gestão de Investimentos – GTI será responsável por validar, ou solicitar ajustes, alterações ou nova elaboração, das análises de consistência realizadas pela unidade setorial finalística.

§ 4º A validação das análises de consistência deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do respectivo recebimento.

Art. 8º Os Projetos deverão ser priorizados dentro da Carteira de Projetos do Estado, para concorrer aos recursos disponíveis ao Estado.

§ 1º Os projetos serão classificados como de alta, média ou baixa prioridade.

§ 2º O enquadramento de cada projeto na classe de prioridade correspondente dependerá de avaliação a ser feita pelo GTI, segundo critérios que levam em conta o impacto estratégico e os riscos envolvidos.

§ 3º A priorização de que trata o *caput* deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da proposta de projeto pelo GTI.

ANEXOS

Art. 9º - A inclusão de propostas de projeto na Carteira de Projetos do Estado fica condicionada a autorização do Governador do Estado.

Art. 10. Os Projetos de Investimentos deverão ser submetidos à avaliação *ex post*, após a sua conclusão.

§ 1º A análise *ex post* de projeto deverá ser realizada no prazo de até 3 (três) anos após a conclusão de sua implementação.

§ 2º Os tipos de avaliação *ex post* são:

I - Avaliação *ex post* simplificada; e

II - Avaliação *ex post* aprofundada.

§ 3º Avaliação *ex post* simplificada deve ser realizada pelas unidades setoriais finalísticas, para todos os projetos, a fim de verificar aspectos técnico-operacionais dos investimentos, sejam estes urgentes, de escopo conhecido, complementares ou estratégicos.

§ 4º Avaliação *ex post* aprofundada deve ser aplicada, pelo GTI, a todos os projetos estratégicos de investimento, e, mediante amostra, em 5% (cinco por cento) dos projetos complementares e em 0,5% (meio por cento) dos demais projetos.

§ 5º Avaliação *ex post* simplificada visa comparar orçamento, especificações técnicas e cronograma planejados com os efetivamente realizados, sem tecer considerações sobre as razões que motivaram eventuais desvios.

§ 6º Avaliação *ex post* aprofundada deve considerar, além do previsto no § 5º, os resultados e impactos previstos no planejamento do empreendimento com os resultados e impactos que estão sendo alcançados por meio da operacionalização do equipamento público, bem como, verificar a capacidade instalada, nível de utilização, benefícios para a população assistida e contribuição para indicadores socioeconômicos.

§ 7º A validação da análise prevista no inciso I do § 2º deverá ser realizada pelo GTI no prazo de até 90 (noventa) dias após a sua conclusão.

Art. 11. Fica instituído o Banco de Projetos do Estado com a finalidade de armazenar informações de projetos concebidos e pendentes de aprovação – “prateleira de projetos” – e de projetos executados com lições aprendidas.

Art. 12. A Secretaria de Planejamento e Gestão disponibilizará em seu sítio na rede mundial de computadores a lista de Projetos de Investimentos realizados e em execução contendo informações dos referidos projetos do Governo do Ceará.

Parágrafo único. As informações disponibilizadas serão: título do projeto, escopo, cronograma previsto e realizado, orçamento previsto e realizado, e outras informações que forem consideradas relevantes para cada projeto.

Art. 13. Fica o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF autorizado a baixar os atos normativos que se fizerem necessários à plena execução do presente Decreto.

Parágrafo único. O COGERF aprovará e dará publicidade, na rede mundial de computadores, ao “Manual de Gestão de Projetos de Investimentos Públicos do Governo do Estado do Ceará”, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 14. Fica alterado o art. 6º do Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011:

“Art. 6º Ficam constituídos o Grupo Técnico de Gestão por Resultados - GTR, o Grupo Técnico de Gestão de Investimentos Prioritários – GTI, o Grupo Técnico de Gestão Fiscal - GTF e o Grupo Técnico de Gestão de Contas - GTC, com funcionamento no âmbito, respectivamente, da Secretaria de Planejamento e Gestão, no caso dos dois primeiros, da Secretaria da Fazenda e da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, com o propósito de prestar assessoramento técnico ao Comitê de Gestão por Resultados e de Gestão Fiscal - COGERF.

§ 1º Cada um dos Grupos Técnicos será composto por representantes da Secretaria do Planejamento e Gestão, da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda. O GTF terá também um representante do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, o GTC um Procuradoria Geral do Estado e o GTI, um representante da Casa Civil e representantes das secretarias finalísticas, convocados conforme assuntos relacionados na pauta da reunião, indicados pelos respectivos titulares.

§ 2º Os Grupos Técnicos de Gestão por Resultados, de Gestão de Investimentos Prioritários, de Gestão Fiscal e de Gestão de Contas terão seus coordenadores indicados, respectivamente, pelos titulares da Secretaria do Planejamento e Gestão, no caso dos dois primeiros, da Secretaria da Fazenda e da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado.

...

§ 6º A Caberá ao GTI assessorar o COGERF em assuntos relacionados à seleção e avaliações de consistência, viabilidade, resultados alcançados e impacto dos investimentos, bem como:

I - Garantir a operacionalização do modelo de GIP em todas as secretarias do Estado;

II - Analisar e validar a classificação dos projetos de investimento;

ANEXOS

III - Assessorar o COGERF em assuntos relacionados à viabilidade, priorização, seleção, avaliação de resultados alcançados e impacto dos projetos de investimento.

IV - Avaliar e validar a análise de consistência realizada pelas setoriais;

V - Conduzir ou contratar análise de viabilidade ou análise de viabilidade simplificada;

VI - Garantir a correta realização das análises, de forma a reduzir o viés de otimismo;

VII – Definir e validar junto ao COGERF as listas de projetos de alta, média e baixa prioridade para o Estado;

VIII - Avaliar e validar a análise dos aspectos técnicos operacionais do projeto implementado e eventuais desvios ou dificuldades na sua implementação e operação, realizada pelas setoriais;

IX – Conduzir ou contratar a análise dos resultados alcançados e do impacto dos projetos.

...

§ 8º o GTI contará, ainda, com:

I – Equipe permanente de servidores dimensionada conforme a demanda de suas atribuições;

II – Equipe expandida interna, composta por especialistas setoriais do Estado, conhecedores dos objetos a serem analisados; e

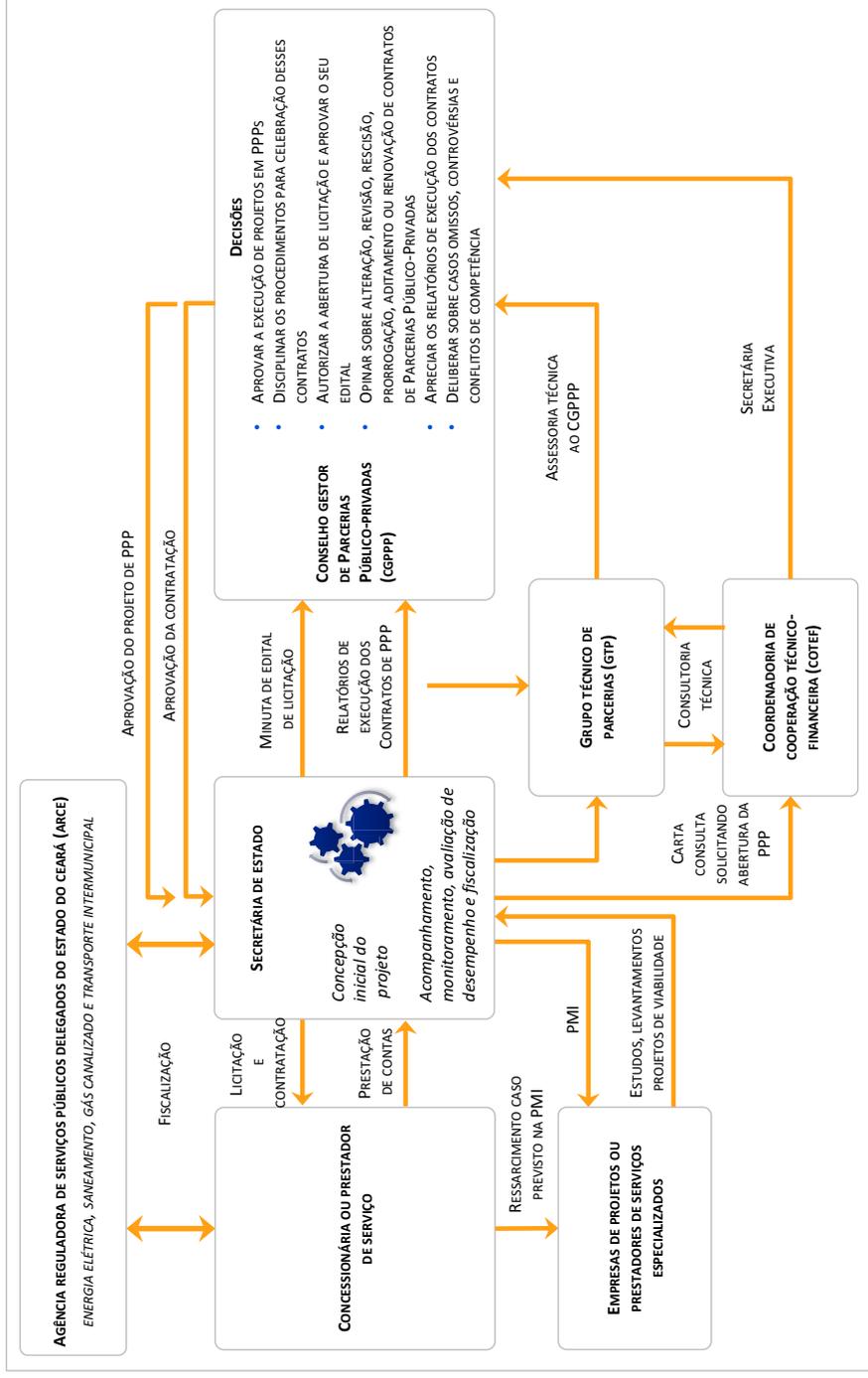
III - Rede externa, composta por especialistas externos, profissionais, técnicos ou especialistas, em suas áreas de conhecimento, em aspectos envolvidos na avaliação de viabilidade de projetos.

§ 9º Os especialistas externos de que trata o inciso II do § 8º serão oriundos de entidades parceiras ou contratados na forma da Lei.” (NR).

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos xx de xxxxxx de 201x.

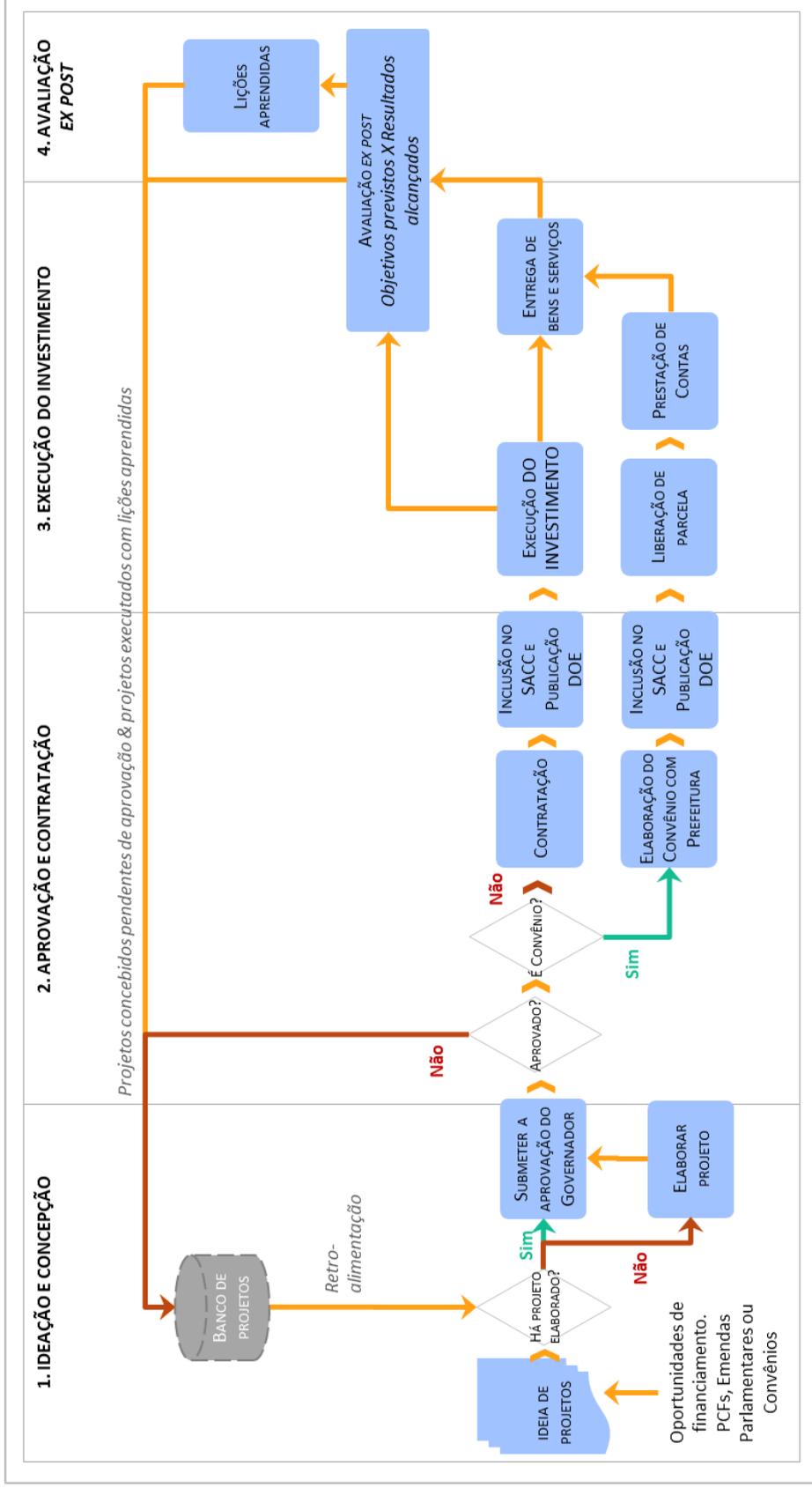
Anexo 8 – Fluxo normativo de PPPs e Concessões



Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Para mais detalhes sobre as normas e regulamentações Federais e Estaduais sobre PPPs e Concessões, consultar o produto 2 deste projeto.

Anexo 9 - Fluxo específico para Convênios, PCFs e Emendas Parlamentares



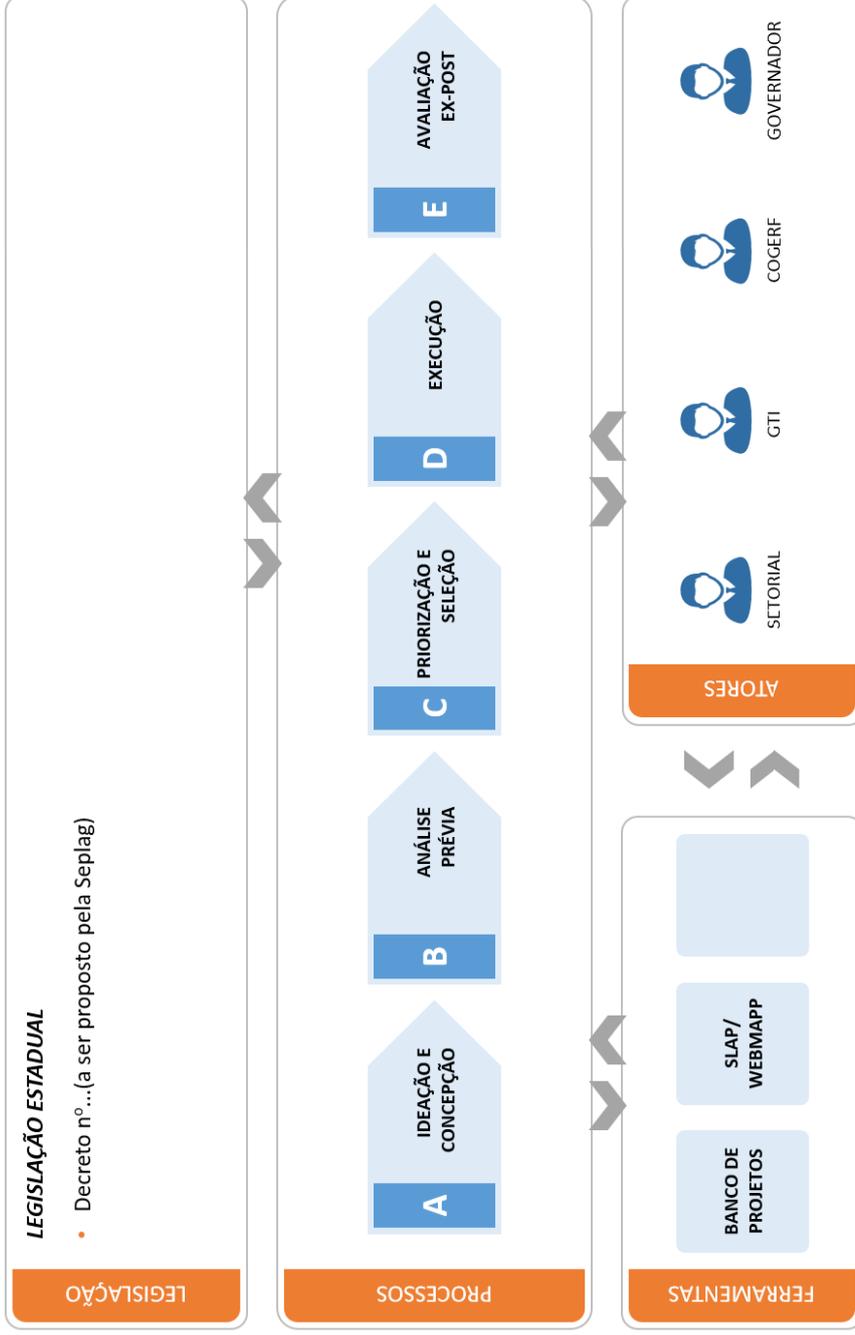
Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan.

Anexo 10 - Guia Prático do Modelo de GIP

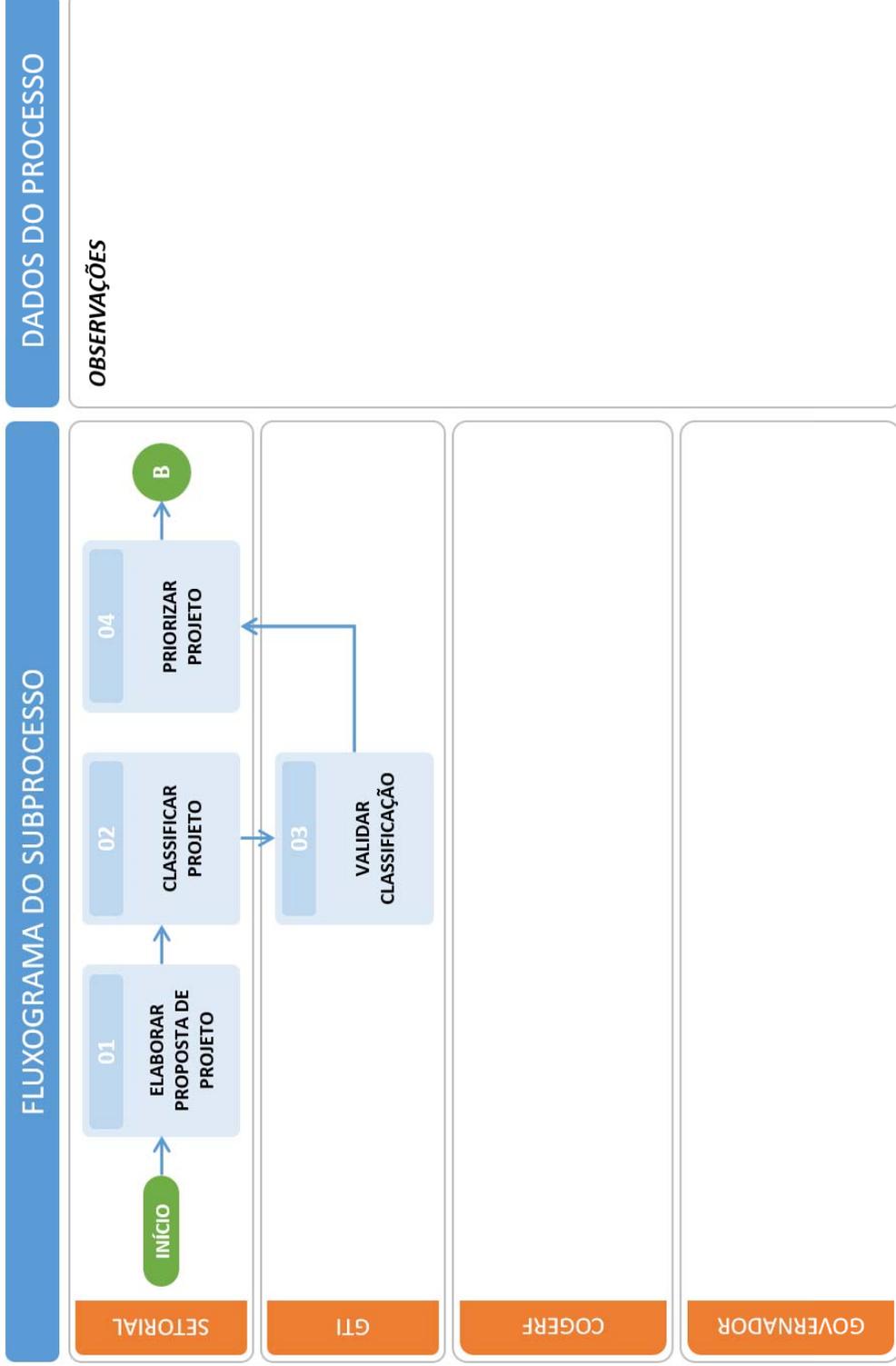
Este guia prático tem por objetivo orientar os usuários do modelo de GIP quanto ao que deve ser realizado em cada etapa do modelo e como deve ser feito, indicado os principais pontos do relatório que precisam ser consultados para a execução adequada do modelo proposto.

	1. IDEIAÇÃO E CONCEPÇÃO	2. AVALIAÇÃO PRÉVIA	3. PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO	4. EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO	5. AVALIAÇÃO EX POST	NOTAS
SETORIAL						<p>(1) Caso o projeto seja de interesse privado, deverá seguir o fluxo normativo de PPP e Concessões previsto pelo Estado do Ceará. Caso o projeto tenha necessidade de resultados urgentes, deverá seguir as regras estabelecidas no Edital de 2004/20 que trata de especificações sobre projetos emergenciais.</p> <p>(2) A análise de pré-viabilidade não será requerida para projetos que contemham características de domínio de escopo, bastando que seja elaborada apenas uma análise de consistência, pela própria setorial, que deve submeter a validação do GTI. Em seguida o projeto deve seguir para a priorização na carteira do Estado.</p> <p>(3) A análise de viabilidade financeira é que quando a análise de pré-viabilidade resultar em alternativas de projetos inviáveis. Neste caso, a proposta de projeto deve ser revista pela setorial para que se possa obter um projeto viável. Caso não seja possível encontrar alternativas viáveis, as informações do projeto ressaltando a sua inviabilidade devem ser mantida no Banco de Projetos. Este procedimento vale para análise de consistência, análise simplificada de viabilidade e análise de viabilidade. Neste momento, caso seja verificado viabilidade financeira, o GTI pode autorizar o projeto para ser executado em conjunto com iniciativas privadas, por meio de PPP ou Concessão.</p> <p>(4) Quando se tratar de um projeto complementar, deve-se considerar a elaboração da análise simplificada de viabilidade, que deve ser realizada pelo próprio GTI.</p> <p>Neste momento, caso seja verificado viabilidade financeira, o GTI pode averiguar se o Estado deve realizar o projeto em conjunto com iniciativas privadas, por meio de PPP ou Concessão.</p> <p>(5) O COGERF deve sinalizar ao GTI quais projetos de projetos serão apresentados para o Governador, dado o conhecimento que o Comitê possui sobre orçamento e prioridades estratégicas do governo, juntamente com a viabilidade das propostas de projeto.</p> <p>(6) Há casos em que o projeto é entregue por fases ou trechos [Ex.: Cinturão das Águas]. Nesse sentido, dado o início da operação de determinada fase, é possível realizar a avaliação ex-post.</p> <p>(7) Para projetos com características de domínio de escopo deve-se elaborar apenas uma avaliação ex-post simplificada, que considera apenas os aspectos técnicos operacionais do projeto. Após isso a própria setorial deve registrar as lições aprendidas com a realização do projeto. Para os projetos estratégicos e complementares, a setorial realiza a avaliação ex-post dos aspectos técnicos operacionais e encaminha para que o GTI faça a avaliação ex-post dos resultados e impactos.</p> <p>(8) Todos os projetos estratégicos devem passar pela avaliação ex-post aprofundada e apenas 5% dos projetos complementares devem passar por tal avaliação. O GTI realiza a avaliação ex-post aprofundada, a qual utiliza os aspectos técnicos operacionais avaliados pela setorial e complementa com a avaliação dos resultados e impactos do projeto.</p>
GTI						<p>(3) Quando se tratar de um projeto complementar, deve-se considerar a elaboração da análise simplificada de viabilidade, que deve ser realizada pelo próprio GTI.</p> <p>Neste momento, caso seja verificado viabilidade financeira, o GTI pode averiguar se o Estado deve realizar o projeto em conjunto com iniciativas privadas, por meio de PPP ou Concessão.</p> <p>(4) Na etapa de priorização deve ser considerado também os projetos de PPP e Concessões.</p> <p>Após a priorização da carteira de projetos do Estado, o GTI deve consolidar as informações em um parecer técnico que deverá ser apresentado ao COGERF.</p> <p>(5) O COGERF deve sinalizar ao GTI quais projetos de projetos serão apresentados para o Governador, dado o conhecimento que o Comitê possui sobre orçamento e prioridades estratégicas do governo, juntamente com a viabilidade das propostas de projeto.</p> <p>(6) Há casos em que o projeto é entregue por fases ou trechos [Ex.: Cinturão das Águas]. Nesse sentido, dado o início da operação de determinada fase, é possível realizar a avaliação ex-post.</p> <p>(7) Para projetos com características de domínio de escopo deve-se elaborar apenas uma avaliação ex-post simplificada, que considera apenas os aspectos técnicos operacionais do projeto. Após isso a própria setorial deve registrar as lições aprendidas com a realização do projeto. Para os projetos estratégicos e complementares, a setorial realiza a avaliação ex-post dos aspectos técnicos operacionais e encaminha para que o GTI faça a avaliação ex-post dos resultados e impactos.</p> <p>(8) Todos os projetos estratégicos devem passar pela avaliação ex-post aprofundada e apenas 5% dos projetos complementares devem passar por tal avaliação. O GTI realiza a avaliação ex-post aprofundada, a qual utiliza os aspectos técnicos operacionais avaliados pela setorial e complementa com a avaliação dos resultados e impactos do projeto.</p>
COGERF						
GOVERNADOR						

MODELO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS MAPA DE RELACIONAMENTOS

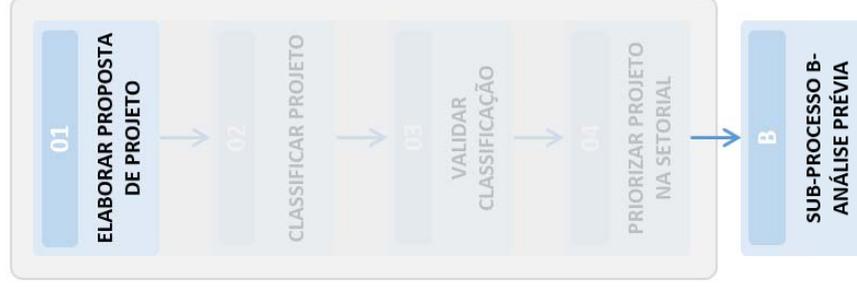


PROCESSO | PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
 SUB-PROCESSO A | IDEACÃO E CONCEPÇÃO



DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO A | IDEACÃO E CONCEPÇÃO

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 1. ELABORAR PROPOSTA DE PROJETO

QUEM EXECUTA

- Setorial

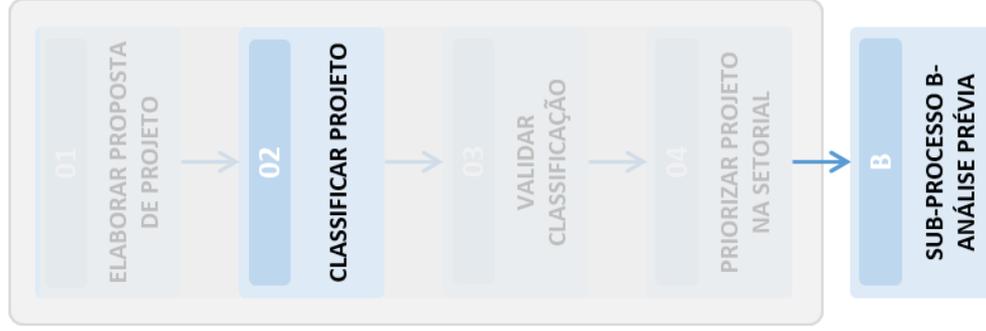
COMO FAZER

1. Identificar a oportunidade/necessidade de elaborar uma proposta de projeto, visando solucionar determinado problema ou atender demandas emergenciais;
2. Consultar PPA para identificar a previsão do projeto no Plano;
3. Consultar a existência de previsão do projeto no Plano do Governo ;
4. Consultar o Banco de Projeto com o objetivo de verificar a existência de projeto similar ou informações que possam subsidiar a elaboração da proposta do projeto ;
5. Consultar a **Tabela 08: Elementos Obrigatórios das propostas de projetos** para identificar os dados que devem ser inseridos na Proposta de Projeto, conforme a natureza e área finalística do projeto.
Ex.: infraestrutura, social, segurança etc;
6. Caso o projeto seja de "domínio do escopo", verificar a **Tabela 11** para identificar as informações mínimas requeridas para a proposta de projeto;
7. Após elaborada a Proposta efetuar a classificação do projeto conforme **Atividade 2 – Classificar Projeto**.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 2. CLASSIFICAR PROJETO

QUEM EXECUTA

- Setorial

COMO FAZER

1. Após a inclusão de todas as informações obrigatórias na Proposta de Projeto, identificar em que categoria o projeto se enquadra: **Estratégico** ou **Complementar**;
2. Utilizar a **Tabela 4: Escala de pontuação dos critérios** para atribuir a pontuação ao projeto considerando suas características;
3. Utilizar a **Tabela 5: Limites financeiros** para atribuir nota ao projeto;
4. Caso o projeto obtenha média de pontuação acima de 7,0 o projeto é considerado Estratégico. Média abaixo de 7,0 o projeto é considerado Complementar.

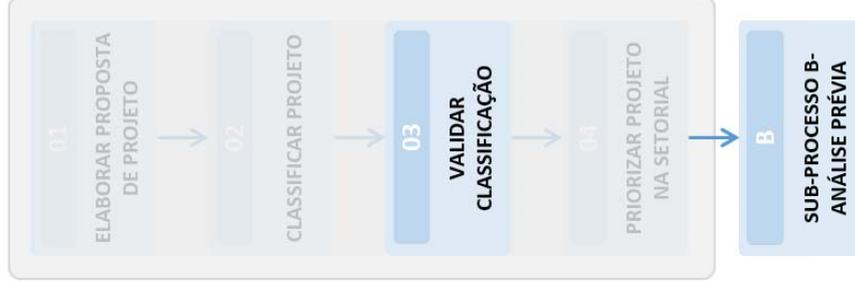
Nota: Projeto Estratégico e Projeto Complementar podem adquirir as características “**Emergenciais**” ou “**Domínio de Escopo**” possuindo fluxo diferente dos demais.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO A | IDEACÃO E CONCEPCÃO

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 3. VALIDAR CLASSIFICAÇÃO

QUEM EXECUTA

- GTI

COMO FAZER

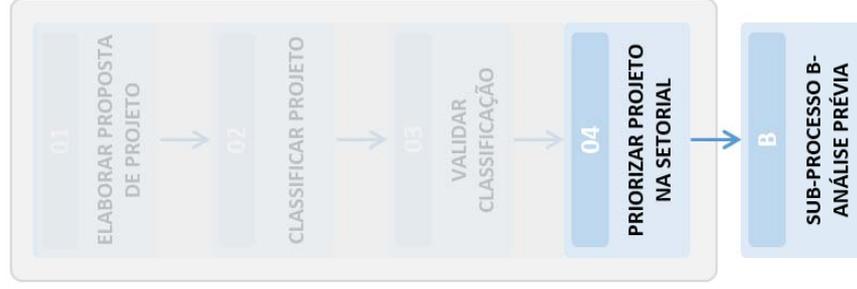
1. Analisar Proposta de Projeto identificando suas características, porte financeiro, necessidade de urgência etc.
2. Conferir o cálculo da pontuação dos critérios;
3. Validar a Classificação em Estratégico ou Complementar;
4. Validar a característica de emergencial ou domínio de escopo, caso necessário;
5. Solicitar ajustes na classificação, caso necessário.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO A | IDEACÃO E CONCEPÇÃO

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 4. PRIORIZAR PROJETO NA SETORIAL

QUEM EXECUTA

- Setorial

COMO FAZER

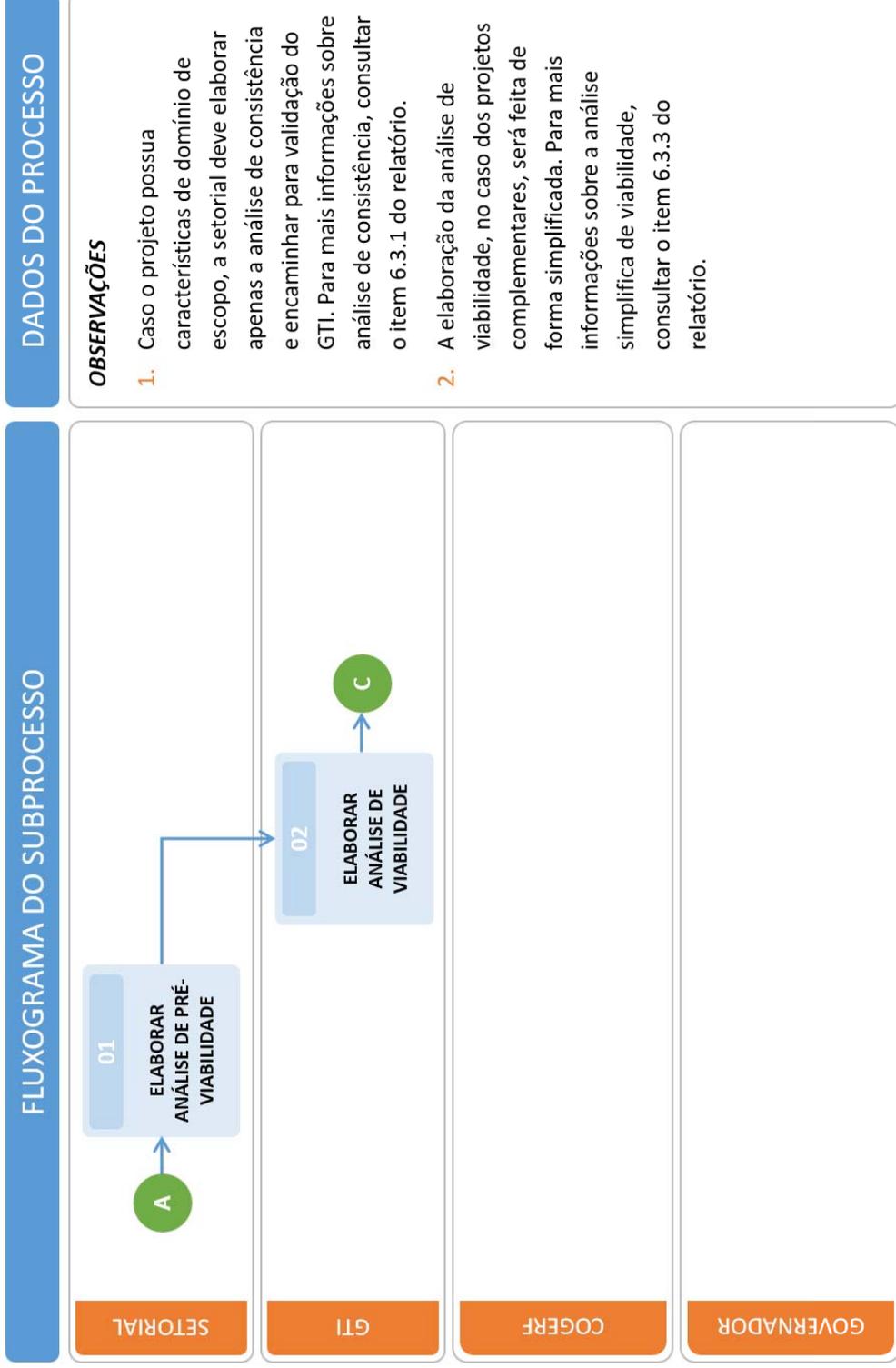
Nota: A atividade de Priorizar Projeto será executada apenas quando a setorial estiver trabalhando com mais de um projeto e nesse caso, será necessário aplicar a técnica de priorização;

1. A partir das informações disponíveis na Proposta de Projeto, acessar a ferramenta disponível para priorização de projetos (Excel ou outra);
2. Utilizar a **Tabela 12: Critérios e níveis para avaliação de projetos** para atribuir pontuação aos critérios com o objetivo de identificar o impacto estratégico de cada projeto;
3. Revisar a pontuação de cada projeto objetivando identificar inconsistências e corrigi-las;
4. A partir da pontuação obtida por cada projeto, finalizar a priorização definindo a carteira de projetos da setorial.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

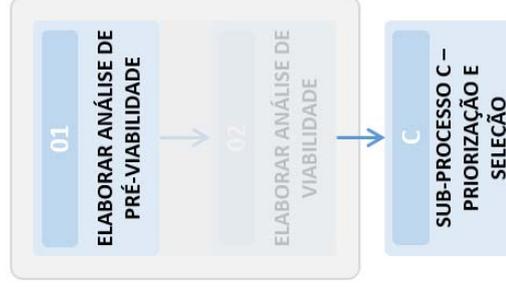
- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

PROCESSO | PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
 SUB-PROCESSO B | ANÁLISE PRÉVIA



DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO B | AVALIAÇÃO PRÉVIA

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 1. ELABORAR ANÁLISE DE PRÉ-VIABILIDADE

QUEM EXECUTA

- Setorial

COMO FAZER

1. Elaborar pré-análise técnica, conforme item 6.3.2 – Elaboração da análise de pré-viabilidade para projetos estratégicos e complementares.
2. Elaborar pré-análise econômica, conforme item 6.3.2 – Elaboração da análise de pré-viabilidade para projetos estratégicos e complementares.
3. Verificar o enquadramento ambiental das alternativas de projeto, conforme item 6.3.2 – Elaboração da análise de pré-viabilidade para projetos estratégicos e complementares.
4. Caso não haja alternativas viáveis, a proposta de projeto deve ser reformulada pela setorial para buscar uma alternativa de projeto viável. Caso não seja possível, deve-se informar no sistema que a proposta é inviável.
5. Dada a demonstração da pré-viabilidade da proposta de projeto, deve-se encaminhar as análises para que o GTI possa fazer a análise de viabilidade.

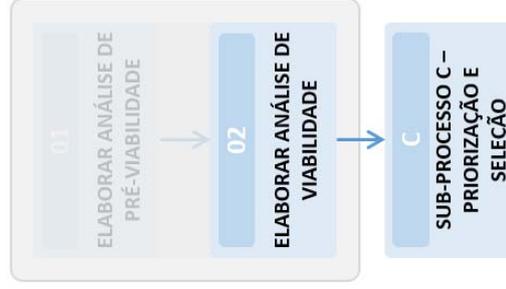
OBS: Para casos de projetos com características de domínio de escopo, deve-se elaborar apenas a análise de consistência, que pode ser verificada no item 6.3.1 – Elaboração da análise de consistência para projetos com características de domínio de escopo.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO B | ANÁLISE PRÉVIA

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 2. ELABORAR ANÁLISE DE VIABILIDADE

QUEM EXECUTA

- GTI

COMO FAZER

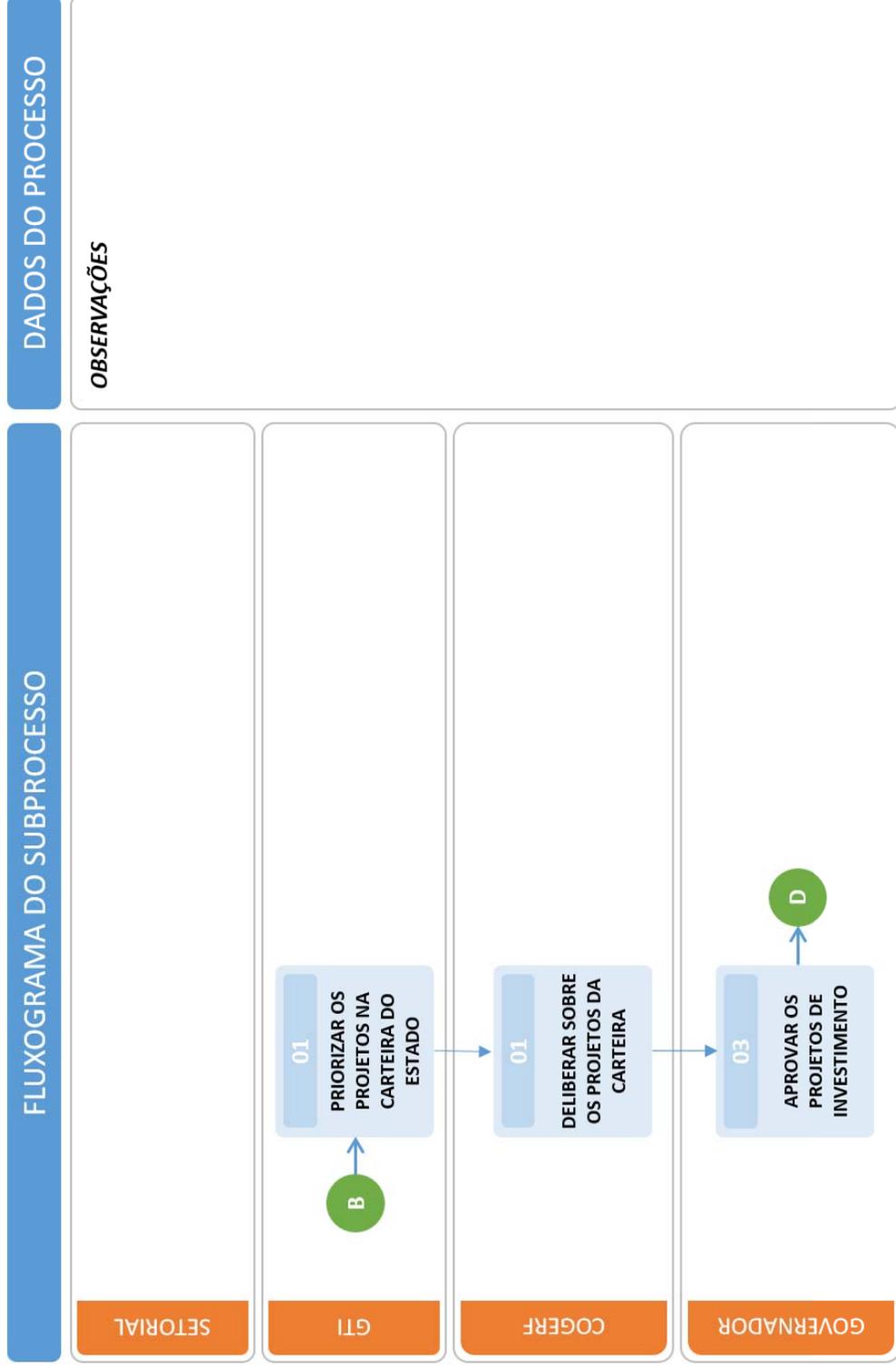
1. Elaborar análise técnica, conforme item 6.3.4 – Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos.
2. Elaborar análise econômica, conforme item 6.3.4 – Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos.
3. Elaborar análise ambiental, conforme item 6.3.4 – Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos.
4. Caso a proposta de projeto não seja viável, sob qualquer umas das análises realizadas, o GTI deve informar a setorial para que a mesma possa reformular a proposta, buscando uma alternativa de projeto viável. Caso não seja possível, deve-se informar no sistema que a proposta é inviável e caso haja documentos físicos, estes devem ser devolvidos à setorial.

OBS: No caso dos projetos complementares, deve-se realizar apenas a análise simplificada de viabilidade, que deve ser feita com base na análise técnica, análise econômica e análise ambiental, conforme descrito no item 6.3.3 – Elaboração da análise simplificada de viabilidade para projetos complementares.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

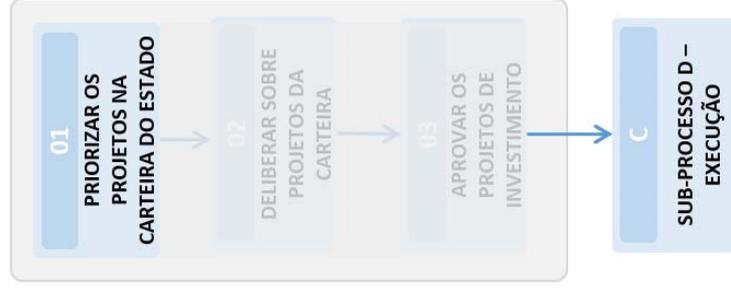
- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

PROCESSO | PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
SUB-PROCESSO C | PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO



DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO C | PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 1. PRIORIZAR OS PROJETOS NA CARTEIRA DO ESTADO

QUEM EXECUTA

- GTI

COMO FAZER

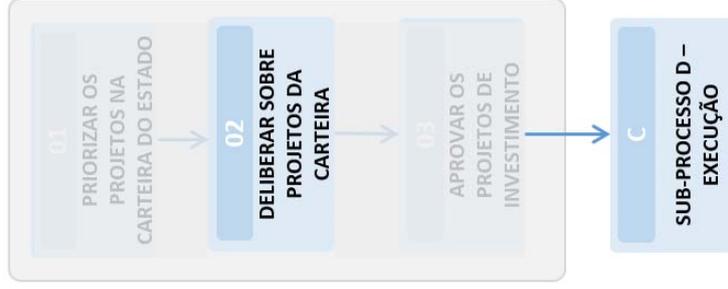
1. Elaborar a árvore hierárquica que ilustra a relação entre os critérios de níveis 1 e 2, com os respectivos pesos atribuídos, conforme ilustrado na **figura 16**;
2. Avaliar os projetos, atribuindo notas de 1 a 9 a cada um dos critérios de nível 2 da árvore, sendo 1 para avaliações favoráveis e 9 para avaliações menos favoráveis. A **tabela 14** ilustra os níveis de avaliação dos critérios;
3. Atribuir uma nota a cada critério de nível 1, através da média ponderada dos critérios de nível 2 avaliados;
4. Atribuir uma nota final ao projeto, através da média ponderada dos critérios de nível 1 determinadas;
5. Hierarquizar os projetos em três cestas ou classes de prioridade:
 - prioridade alta: avaliação final maior que 6,
 - prioridade média: avaliação entre 6 e 3; ou
 - Prioridade baixa: avaliação menor que 3.
6. Submeter dossiê dos projetos, mediante Parecer ao COGERF com: (1) Nível de prioridade do projeto para o Estado; (2) Estruturação dos elementos obrigatórios do projeto (incluindo avaliação viabilidade); e (3) Disponibilidade (ou necessidade) orçamentária para execução do projeto e operação do equipamento.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO C | PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 2.DELIBERAR SOBRE OS PROJETOS DA CARTEIRA

QUEM EXECUTA

- GTI & COGERF

COMO FAZER

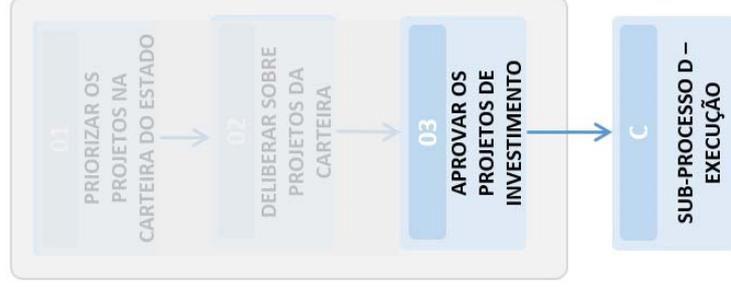
1. GTI: Verificar se o dossiê do projeto está completo, com os três itens que o compõe:
 - Estruturação do projeto com seus elementos obrigatórios (incluindo a avaliação de viabilidade);
 - Nível de prioridade do projeto para o Estado;
 - Disponibilidade, ou necessidade, orçamentária para execução do projeto e operação do equipamento;
2. GTI: encaminhar dossiê completo, incluindo Parecer, para o COGERF;
3. COGERF: deliberar, com base no conhecimento sobre orçamento, fontes de financiamento e prioridades do governo, quais os dossiês de projetos que devem ser submetidos à aprovação pelo Governador. O COGERF pode avaliar o dossiê e solicitar esclarecimentos ou complementação de informações ao GTI, antes de encaminhar para aprovação do Governador.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO C | PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 3.APROVAR OS PROJETOS DE INVESTIMENTO

QUEM EXECUTA

- Governador

COMO FAZER

1. Verificar a deliberação do COGERF sobre o dossiê da proposta de projeto;
2. Verificar as prioridades e instrumentos de gestão estratégica do Estado (PPA e Plano de Governo);
3. Verificar a avaliação de viabilidade da proposta de projeto;
4. Verificar a disponibilidade (ou necessidade) orçamentária para realização do investimento e operação o equipamento;
5. Aprovar os projetos de investimento que serão realizados.
6. As propostas de projetos que não forem aprovadas devem permanecer no banco de projeto para futura execução ou para que suas informações sejam utilizadas para elaboração de outros projetos.

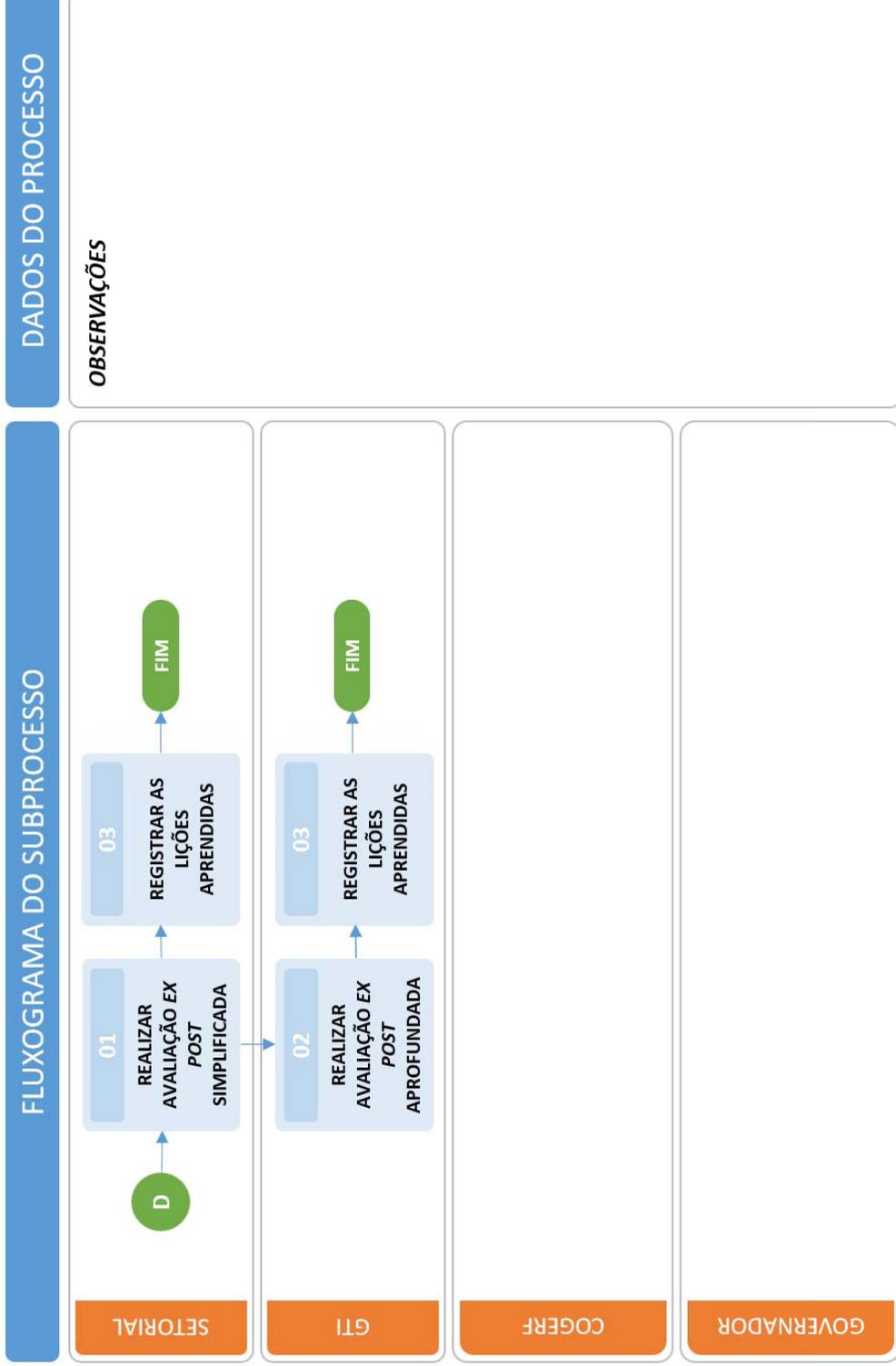
RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

PROCESSO | PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
 SUB-PROCESSO D | EXECUÇÃO

FLUXOGRAMA DO SUBPROCESSO	DADOS DO PROCESSO
 <p>01 EXECUTAR O PROJETO</p>	<p>OBSERVAÇÕES</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Está etapa não faz parte do escopo do projeto contratado para elaborar o modelo de GIP. 2. Cabe que ressaltar que está etapa considera a Avaliação Ex Post (Sub-processo E) quando o empreendimento é previsto entregas do projeto por fases ou trechos (Ex.: Trecho 1 do Cinturão das Águas)
SETORIAL	
GTI	
COGERF	
GOVERNADOR	

PROCESSO | PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
 SUB-PROCESSO E | AVALIAÇÃO EX POST



DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO E | AVALIAÇÃO EX POST

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 1. REALIZAR AVALIAÇÃO EX POST SIMPLIFICADA

QUEM EXECUTA

- Setorial

COMO FAZER

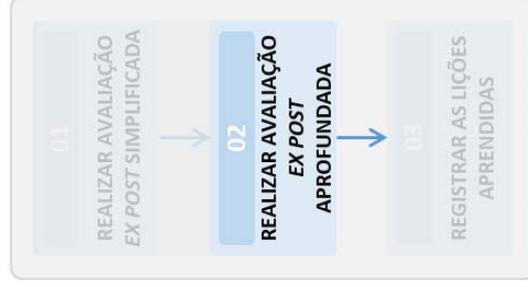
1. Avaliar, até um ano depois de finalizada a execução, os aspectos técnicos operacionais do projeto listados no tópico 6.3.1 e apresentado a seguir;
 - Verificar as diferenças entre o cronograma físico planejado e o efetivamente realizado;
 - Verificar as diferenças entre o escopo planejado e o efetivamente realizado;
 - Verificar as diferenças entre o cronograma orçamentário do investimento planejado e o efetivamente realizado;
 - Verificar as diferenças entre o orçamento para custeio da operação planejado e o efetivamente realizado.
 - Verificar a diferença entre os serviços planejados e os efetivamente realizados.
 - Registrar os problemas que causaram as distorções que geraram prejuízos para o Estado e os casos de sucesso onde há baixa distorção ou distorções positivas, onde as mudanças geram ganhos para o Estado.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO E | AVALIAÇÃO EX POST

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 2. REALIZAR AVALIAÇÃO EX POST APROFUNDADA

QUEM EXECUTA

- GTI

COMO FAZER

1. Selecionar todos os projetos estratégicos e 5% dos projetos complementares para fazer a avaliação *ex post* aprofundada. Só devem ser avaliados os equipamentos que estão no terceiro ano de operação (item 9.3.1).
2. Verificar se a análise *ex post* simplificada foi feita pela setorial. O GTI precisará conhecer os dados técnicos-operacionais para fazer a avaliação *ex post* aprofundada.
3. Avaliar se os resultados finalísticos planejados foram alcançados como previstos;
4. Avaliar se os impactos previstos em termos de benefícios e custos econômicos foram atingidos;
5. Relatar os problemas que causaram as distorções positivas ou negativas sobre os resultados finalísticos e impactos decorrentes do projeto de investimento.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

DETALHAMENTO DE PROCESSO SUB-PROCESSO E | AVALIAÇÃO EX POST

FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE



ATIVIDADE 3. REGISTRAR AS LIÇÕES APRENDIDAS

QUEM EXECUTA

- Setorial/GTI

COMO FAZER (SETORIAL)

1. Consolidar o registro das lições aprendidas com a realização do projeto, listando todas as restrições e desvios que ocorreram durante a elaboração, execução e início da operação do projeto e apontar as soluções aplicadas (tópico 9.3.2.);
2. Verificar as diferenças entre planejado e realizado verificadas com o levantamento das informações sobre os aspectos técnicos operacionais.

COMO FAZER (GTI)

1. Consolidar as distorções entre o que os resultados finalísticos e impactos almejados pelo projeto com o que efetivamente foi verificado com o primeiro ano de operação do empreendimento, sinalizando pontos de atenção que deveriam ter sido observado para alcançar os resultados e impactos previstos.

RECURSOS (SISTEMAS, FORMULÁRIOS, LEGISLAÇÃO E OUTROS)

- Sistema informatizado
- Ficha de Projeto

Anexo 11 - Matriz de responsabilidade

A matriz de responsabilidade apresenta, com base no fluxograma do modelo de GIP ilustrado no capítulo 3, as atividades requeridas para implementação do modelo, assim como as instâncias respectivamente responsáveis.

Tabela 27: Matriz de responsabilidades do modelo

	SETORIAL	GTI	COGERF	GOVERNADOR
Elaboração da proposta de projeto	✓			
Classificação da proposta de projeto	✓			
Validação da classificação		✓		
Priorização dos projetos na setorial	✓			
Elaboração da análise de consistência ou análise de pré-viabilidade	✓			
Validação da análise de consistência		✓		
Elaboração da análise de viabilidade ou análise simplificada de viabilidade		✓		
Priorização dos projetos na carteira do estado		✓		
Deliberação dos projetos da carteira			✓	
Aprovação dos projetos				✓
Acompanhamento da execução dos projetos	✓			
Realização da avaliação <i>ex post</i> simplificada	✓			
Realização da avaliação <i>ex post</i> aprofundada		✓		
Registro das lições aprendidas	✓	✓		

Fonte: elaborado pelo consórcio Macroplan/Transplan





Governo do Estado do Ceará

Secretaria do Planejamento e Gestão- Seplag

Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR)

CONTRATO No. 017/2015 FIRMADO ENTRE A SEPLAG E O CONSÓRCIO MACROPLAN - TRANSPLAN PARA DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO PODER EXECUTIVO

PRODUTO III – ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DO ESTADO, TERMO DE REFERÊNCIA, PROPOSTA DE MODELO DE BANCO DE DADOS E INDICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE SUPORTE À AVALIAÇÃO DE PROJETOS

PARECER TÉCNICO

A Comissão de Avaliação formada pelos membros abaixo, após análise da versão final do documento “Proposta de Metodologia de Planejamento e Avaliação de Projetos de Investimentos” elaborado pelo Consórcio Macroplan/Transplan, conforme estabelecido no Contrato No. 017/2015, conclui o que se segue:

1. O documento apresenta a proposta de Metodologia conforme estabelecido no Termo de Referência, incluindo o Fluxo do Processo e síntese dos procedimentos, além da descrição de todas as etapas da Metodologia.
2. Conforme solicitado na Atividade 3 do Termo de Referência o documento apresenta uma sugestão de ferramentas para dar suporte à avaliação de projetos e uma proposta de Banco de Projetos, incluindo os requisitos técnicos a serem considerados para posterior desenvolvimento de sistema específico pelo Estado.
3. O documento contempla ainda uma proposta de governança para a Gestão do Investimento Público do Estado do Ceará, incluindo proposta de alteração da estrutura do COGERF e criação do Grupo Técnico de Investimentos – GTI.
4. O documento contempla uma minuta de Decreto institucionalizando a Metodologia de Planejamento e Avaliação de Investimentos do Estado.
5. Referidas propostas foram discutidas com técnicos da Seplag e outras setoriais, e feita apresentação para os membros do COGERF no dia 22/06/16.



Governo do Estado do Ceará

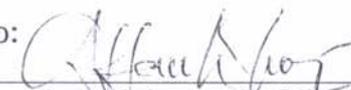
Secretaria do Planejamento e Gestão- Seplag

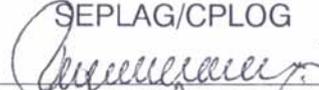
6. Ressalte-se que, conforme o item "d" da Atividade 4 do Termo de Referência (Apêndice A do Contrato), a consultoria deverá ainda realizar ajustes no documento da metodologia, após a aplicação do Teste de Aplicação (Produto 4) e ainda durante a vigência do aditivo ao contrato para implantação em 05 projetos selecionados.

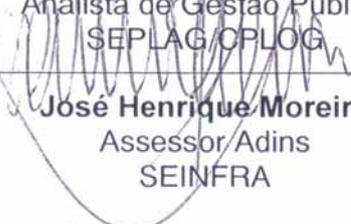
7. Diante do exposto, a Comissão considera que o documento recebido atende ao solicitado nos termos do Contrato, estando o Consórcio apto a requisitar o pagamento da parcela referente ao 3º. Produto – Metodologia de Planejamento e Avaliação de Projetos de Investimentos.

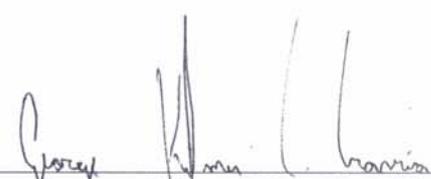
Fortaleza, 23 de junho de 2016

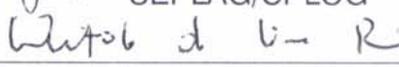
Comissão:


Francisco Adauto de Oliveira
Analista de Gestão Pública
SEPLAG/CPLOG


Francisco José Freire Rodrigues Junior
Analista de Gestão Pública
SEPLAG/CPLOG


José Henrique Moreira
Assessor Adins
SEINFRA


George Kilmer Craveiro Chaves
Analista de Planejamento e Orçamento
SEPLAG/CPLOG


Witalo de Lima Paiva
Analista de Políticas Públicas
IPECE

ANEXO XV

**Evidência do atendimento do Indicador DLI 12 (SEPLAG)
2016.1 e 2016.2** - Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

CI No. 037/2016

Fortaleza, 22 de Julho de 2016

À Exma. Sra.
Cristina Medeiros
Coordenadora do Projeto PforR
NESTA

Cumprimentando-a cordialmente, fazemos referência ao Indicador DLI 12: "Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada" o qual estabelece para o primeiro semestre de 2016.1 a meta de 5% (cinco por cento) dos investimentos estratégicos utilizando a metodologia e até o segundo semestre de 2016 a meta de 10% (dez por cento).

Nesse sentido, estamos encaminhando o documento "**Aplicação da Metodologia de Gestão do Investimento Público (GIP)**" o qual evidencia a aplicação da metodologia ao projeto **Cinturão das Águas do Ceará (CAC)** o qual comprova o atendimento das referidas metas estabelecidas para o ano de 2016.

Conforme a **Nota Técnica No. 02/2016** encaminhada ao Banco Mundial em Maio/16 os projetos estratégicos identificados no orçamento 2016 do Estado totalizam R\$ **2.506.496.373,00 (dois bilhões, quinhentos e seis milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e trezentos e setenta e três reais)** e o projeto Cinturão das Águas possui dotação orçamentária de R\$ **503.527.040,00 (quinhentos e três milhões, quinhentos e vinte e sete mil e quarenta reais)**, representando **20% (vinte por cento)** dos investimentos estratégicos da LOA 2016.

Estamos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Francisco Adauto de Oliveira
Responsável pelo Indicador



APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE GESTÃO DE INVESTIMENTO PÚBLICO (GIP)

Aplicação no projeto Cinturão das Águas do Ceará (CAC)

Realização nos dias 05, 06 e 07 de julho de 2016.

Apresentação

Com o objetivo de testar a aplicabilidade prática da metodologia de Gestão de Investimento Público (GIP) foi realizado um teste piloto em um projeto público em execução no Estado do Ceará: o projeto do Trecho 1 do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). O intuito foi aplicar as etapas e atividades conforme definidas no modelo e avaliar a eventual necessidade de realizar ajustes na descrição das atividades, ou mesmo na relação de etapas e atividades previstas. Além disto, foram identificados os pontos positivos da metodologia face à prática vigente no Estado.

Para realizar esta aplicação, foi constituído um comitê – formado por membros do comitê do presente projeto e servidores da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) – com a finalidade específica de realizar essa avaliação da metodologia em conjunto com a consultoria contratada. O teste foi realizado ao longo de três dias, utilizando como insumos as informações do projeto CAC, generosamente fornecidas pela SRH, e a metodologia constante no produto 3 deste projeto.

INTRODUÇÃO

Lista de Figuras

Figura 1: Cinturão das Águas do Ceará - CAC	11
Figura 2: Planilha de priorização dos projetos	34

Lista de Tabelas

Tabela 1: Pontuação atribuída pelo grupo ao projeto Cinturão das Águas.....	23
Tabela 2: Análise de Sensibilidade Econômica do Projeto do CAC.....	31

Sumário

1. Breve Caracterização do Projeto do Cinturão das Águas do Ceará	6
2. Resumo dos Principais Aspectos da Metodologia de GIP	13
3. Aplicação Teste da Metodologia ao Projeto do CAC.....	20

CAPÍTULO 1

BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ



1. Breve Caracterização do Projeto do Cinturão das Águas do Ceará

1.1. HISTÓRICO DO PROJETO

A ideia, concepção e traçado muito preliminar do atualmente denominado CAC –Cinturão de Águas do Ceará tiveram origem, no final dos anos 90, quando o Ministério de Integração Nacional estava desenvolvendo os estudos de Inserção Regional do PTRSF - Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional.

Na ambiência propositiva gerada pela elaboração dos estudos, em um exercício natural, buscou-se identificar alternativas que otimizassem o aproveitamento das águas transpostas para o estado do Ceará. Neste contexto, surgiu, pela primeira vez, a ideia de propor um canal que aproveitasse a elevada cota na qual chegariam ao Ceará, em Jati, as águas transpostas e as aduzisse às regiões menos favorecidas do Estado em termos de recursos hídricos.

Sobre um mapa hipsométrico simplificado, produzido pelo IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará, foi traçado um canal que praticamente circundaria o limite oeste do Estado, o qual, através de um tramo oeste-leste no extremo norte, poderia ser unido ao Eixo de Integração Castanhão/RMF/Pecém – o Eixão – (àquela altura apenas um projeto em elaboração). À época, rotulou-se essa ideia de “cordão de água”.

Com a decisão do Governo Federal em implantar as obras do Projeto de Transposição.

Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional – PTRSF, o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, consolidou a ideia de adução das águas transpostas para as principais bacias do Ceará, através de um extenso sistema de adução que passou a ser denominado de CAC.

Na versão licitada pelo Estado do Ceará para realização dos estudos correspondentes, o traçado do CAC foi deveras aprimorado, não só por utilizar cartas plani-altimétricas mais precisas, mas, principalmente, por buscar outros dois objetivos fundamentais, a saber:

Incrementar de forma significativa a área a ser beneficiada;

Conferir, no limite, o caráter gravitário ao sistema, o que por si só representa um ganho extraordinário em viabilidade e qualidade para o Projeto.

1.2. DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA ADUTOR

O Projeto do CAC foi concebido com a finalidade de transferir vazões, advindas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), através do Eixo Norte e destinadas ao Ceará, com o objetivo de distribuí-las nas principais bacias hidrográficas do Estado, alargando as áreas beneficiadas e potencializando os benefícios.

O PISF, tal como foi projetado, entregaria as vazões para o Ceará em Jati, para transferência para as bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, com as águas sendo armazenadas na barragem do Castanhão.

Na configuração atual, a integração do PISF com o CAC permitirá que as vazões captadas em Jati possam ser aduzidas em canais gravitatórios para as principais bacias do Estado: Salgado, Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiu, Curu, Acaraú e Coreaú. Apenas no seu último trecho, no Ramal do Litoral, o sistema exigirá bombeamento para a transferência de vazões.

Em todas estas bacias, serão utilizados os açudes com capacidade de acumulação superior a 50 hm³, para armazenamento da água e regularização de vazões. A partir do sistema de canais e dos reservatórios, será garantido o abastecimento de água para as populações, a indústria, o turismo, a dessedentação animal e agricultura irrigada, nesta ordem de prioridade.

Algumas diretrizes básicas orientaram a concepção do projeto do CAC:

1.2.1. *Abrangência Geral do Sistema Adutor*

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) tinha, em sua forma original, entre seus grandes méritos, o atendimento de parcela significativa da demanda d'água do Ceará, com plena garantia.

No entanto, uma crítica consistente que poderia ser feita ao PISF estaria ligada à concentração direta deste benefício nas sub-bacias atualmente já menos vulneráveis do Salgado, Médio e Baixo Jaguaribe. Ainda que transposições forçadas complementares entre sub-bacias internas do estado pudessem levar vazões para outras regiões, certamente, porém, teriam altos custos de energia gasta em elevados bombeamentos e adutoras.

O CAC ensejará a melhor distribuição das águas transpostas, possibilitando o crescimento mais harmônico das economias locais em todas as bacias do estado, pela possibilidade do abastecimento humano e da implantação de vários polos de desenvolvimento.

Tornar a distribuição das vazões transpostas a mais abrangente possível, para atender às bacias e sub-bacias do todo o estado, de forma equilibrada, foi uma macro diretriz que orientou todo o trabalho de formulação e consolidação das alternativas.

CAPÍTULO 1: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

1.2.2. Condição Gravitária do Sistema

O Projeto do Cinturão de Águas do Ceará foi concebido seguindo a macro diretriz de distribuição das vazões transpostas do Rio São Francisco às principais bacias hidrográficas do Ceará de forma gravitária. As alternativas foram formuladas e consolidadas perseguindo-se o objetivo de transporte da água sem a necessidade de bombeamentos.

Na alternativa escolhida está previsto apenas o bombeamento para o Ramal do Litoral na tomada d'água do Projeto de Irrigação Baixo Acaraú, na barragem Santa Rosa, já construída e em operação.

1.2.3. Faseamento da Implantação do Projeto

Foi seguida a macro diretriz estabelecida de nortear a formulação final das alternativas de traçado, considerando os cenários de projeto concebidos e os demais fatores, com características específicas de cada tipo de obra do sistema adutor, com o obrigatório faseamento de sua implantação, em função de sua magnitude, das possibilidades de se auferir maiores benefícios nas proposições de construção do sistema adutor em etapas, quando possível associadas à modulação de obras, bem como à minimização dos riscos e custos construtivos e operacionais.

1.2.4. Estudos de Otimização do Sistema Adutor

A fim de consubstanciar tecnicamente as soluções adotadas foram empregadas, em todos os casos, processos de otimização, tanto para a concepção otimizada das seções e obras tipo componentes, como para a definição dos traçados em planta, em função das condições de utilização otimizada de cada componente linear em perfil. A seleção final das macro alternativas foi desenvolvida por análise de multiobjetivos.

1.2.5. Definição das Vazões de cada Trecho

Na concepção e utilização dos componentes, a otimização foi iniciada a partir das vazões a serem aduzidas, determinadas pela análise prospectiva das demandas d'água nas bacias de interesse, pela avaliação das potencialidades e disponibilidades hídricas e pela elaboração do balanço hídrico, planejamento e pré-estudo otimizado de estimativas possíveis das vazões máximas transpostas e distribuídas em cada trecho.

As vazões a serem aduzidas em cada trecho do CAC foram definidas com base em dois condicionantes: os déficits hídricos possivelmente atendidos por cada trecho e as vazões máximas transpostas desde o Rio São Francisco para o Ceará.

CAPÍTULO 1: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

Os déficits hídricos na área a ser beneficiada pelo CAC foram determinados mediante a simulação de balanço hídrico, que foi realizado contrapondo-se as demandas hídricas para o horizonte de 2040 com a oferta hídrica local.

Tal procedimento permitiu identificar as regiões com maiores déficits e que devem ser priorizadas com vazões transpostas pelo CAC.

Por outro lado, a vazão máxima do PISF representa uma limitação à vazão de dimensionamento do CAC, visto que essa será a fonte hídrica do projeto. Apesar do referido limite, os trechos finais do CAC (Ramais 1, 2, Oeste e Leste) foram dimensionados para vazões cuja soma seja preferencialmente superior à vazão máxima do PISF para o Ceará.

Esse critério proporcionará uma maior flexibilidade de operação do sistema, permitindo que durante os períodos de bombeamento máximo as águas transpostas sejam destinadas a uma ou outra bacia de acordo com a situação hídrica no momento.

Portanto, os critérios de definição das vazões em cada trecho do CAC foram baseados não somente em um balanço estático entre ofertas locais e demandas hídricas, mas principalmente levando-se em consideração a possibilidade de operação do sistema levando-se em conta a sazonalidade dos déficits hídricos na área atendida pelo CAC.

1.3. PROJETOS INTEGRÁVEIS NO ÂMBITO DO TRAÇADO DO CAC

Há três projetos de abastecimento de água que estão ligados ao CAC e podem afetar, tanto a oferta e conseqüentemente a demanda pela água do CAC em sua área de abrangência:

Transposição do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional – PISF;

Irrigação Baixo Acaraú;

Eixo de Integração Castanhão / Região Metropolitana de Fortaleza – Eixão e CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

1.4. FASEAMENTO DA OBRA

O Cinturão das Águas do Ceará – CAC é um sistema adutor extenso, com cerca de 1300 km, totalmente gravitatório, com previsão de canais em corte e aterro, com passagens em talwegues e travessias de divisores de água, contemplando obras especiais como túneis e sifões. Da forma como está concebido, está subdividido da seguinte forma:

CAPÍTULO 1: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

Trecho 1, que começa na barragem Jati e termina na bacia do rio Cariús, com 149,06 km de extensão, com vazão máxima de $30\text{m}^3/\text{s}$;

Trecho 2, que começa no rio Cariús e termina na passagem do divisor de águas das bacias dos rios Jaguaribe e Poti, com 271,0 km com vazão máxima de $30\text{m}^3/\text{s}$;

Ramal 1, que começa no final do Trecho 2 e deriva vazões para a bacia do Banabuiú, com 53,0 km, com vazão máxima de $5\text{m}^3/\text{s}$;

Trecho 3, com 137,0 km, começa no divisor de águas das bacias dos rios Jaguaribe e Poti e termina no ponto de derivação dos Ramais Leste e Oeste, com vazão máxima de $25\text{m}^3/\text{s}$;

Ramal 2, que deriva vazões para a bacia do Banabuiú, através do rio Quixeramobim, com 20,0 km de extensão, com vazão máxima de $10\text{m}^3/\text{s}$;

Ramal Oeste, com 180,5 km de extensão para transferir vazões para as bacias do Acaraú e do Coreaú, com vazão máxima de $15\text{m}^3/\text{s}$;

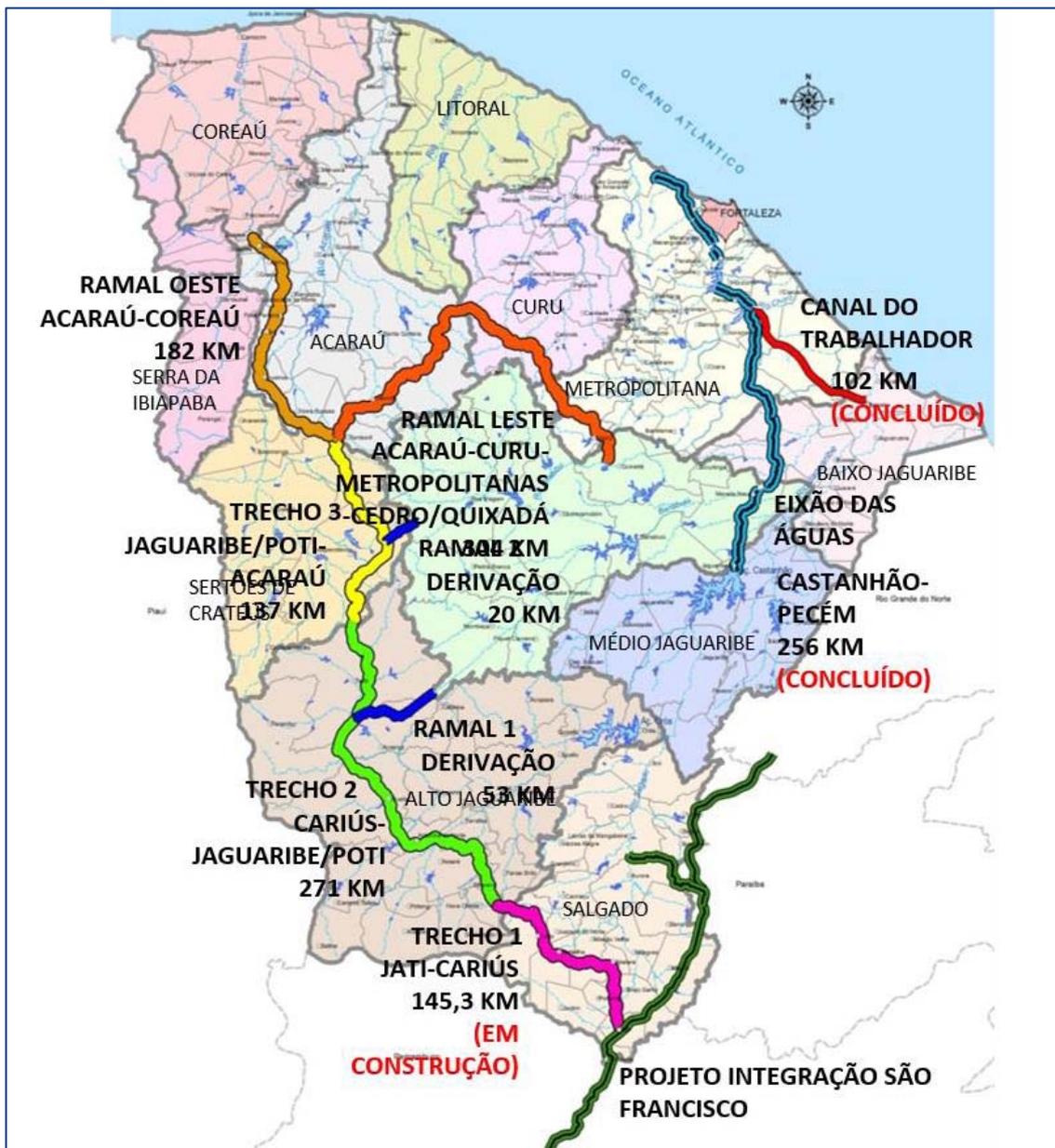
Ramal Leste, com 210,2 km, para derivar vazões para as bacias do Acaraú, Litoral e do Curu, com vazão máxima de $8\text{m}^3/\text{s}$;

Ramal do Litoral, com início na barragem Santa Rosa no rio Acaraú e término no Complexo do Pecém, com dois subtrechos, com vazão máxima de $6\text{m}^3/\text{s}$.

Esta divisão do CAC em trechos e ramais está sendo utilizada para o faseamento da elaboração do projeto e para a implantação das obras, sem prejuízo para a concepção geral do empreendimento. O Governo do Estado está implantando o Trecho 1.

CAPÍTULO 1: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

Figura 1: Cinturão das Águas do Ceará - CAC



Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do Estado do Ceará.

CAPÍTULO 2

RESUMO DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DA METODOLOGIA DE GIP



2. Resumo dos Principais Aspectos da Metodologia de GIP

O modelo de Gestão de Investimento Público (GIP) proposto para o Estado do Ceará tem como principal objetivo fortalecer práticas para a proposição consistente de projetos de investimentos que visem alcançar os resultados propostos para a sociedade e a aumentar a eficiência do gasto público.

Sendo assim, o intuito é prover ferramentas para aprimorar a qualidade da decisão sobre quais projetos deverão ser executados pelo Estado, assim como institucionalizar o emprego da avaliação *ex post*, como o intuito de conhecer os principais erros e acertos e aferir os resultados alcançados pelos projetos.

A seguir estão apresentadas, de forma resumida, as etapas da metodologia proposta.

2.1. ETAPA 1: IDEIAÇÃO E CONCEPÇÃO

A primeira etapa do processo de GIP, ideação e concepção, tem como objetivo elaborar as propostas de projetos de investimento. Compõem esta etapa os seguintes elementos:

2.1.1. *Elaboração da Proposta de Projeto*

As propostas de projeto se originam de uma necessidade ou demanda, que podem provir de diversas fontes. Para sua elaboração, a unidade setorial deve consultar também o banco de projetos e estruturar documento que contenha os principais dados do projeto, dentre os quais: objetivo do projeto, justificativa, responsáveis, cronograma de execução e orçamento considerando a vida útil do empreendimento.

2.1.2. *Classificação dos Projetos*

Os projetos que estão sendo propostos pela setorial podem ser classificados como estratégicos ou complementares.

Ressalta-se também que alguns casos especiais podem ocorrer e devem seguir por outro fluxo de GIP. O projeto pode surgir por meio do contato e apresentação da oportunidade de investimento pelo setor privado. Nesse caso, dada a concepção do projeto e a articulação com grupos privados, a setorial seguirá o fluxo normativo de PPPs e Concessões já previstos na legislação vigente.

CAPÍTULO 2: RESUMO DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DA METODOLOGIA GIP

O projeto estratégico, ou complementar, pode ter caráter emergencial, conforme especificado na lei 8.666/93. A proposta deverá ser classificada como tal e enviada para aprovação do Governo.

Outro caso especial ocorre quando o Estado já domina o escopo do projeto e, portanto, possui expertise necessária à realização, porque já realizou projeto com especificações semelhantes.

2.1.3. Validação da Classificação

O Grupo Técnico de Investimento (GTI), que deverá ser criado para apoiar a Gestão de Investimentos Públicos no Estado irá validar a classificação do projeto feita pela setorial para reduzir o risco da proposta de projeto avançar para a etapa 2 (Avaliação Prévia) sem as informações à execução da etapa.

2.1.4. Priorização dentro da setorial

A priorização dentro da setorial deve ser realizada com base em análises multicritério do impacto estratégico do projeto, para que o órgão possa selecionar quais iniciativas de investimentos devem ter prioridade de realização dentro da carteira de projetos da setorial.

2.1.5. Banco de projetos

Banco de dados contendo informações de projetos concebidos e pendentes de aprovação (“prateleira de projetos”) e de projetos executados com lições aprendidas. Estas informações devem alimentar novas propostas de projeto, visando seu aperfeiçoamento.

2.2. ETAPA 2: AVALIAÇÃO PRÉVIA

A segunda etapa do processo, avaliação prévia, objetiva analisar os projetos de investimentos, para definir se o projeto é viável e se deve ser incluído na carteira do Estado. Ela se inicia após o projeto ter sido concebido e ter sido definido que é prioritário para setorial. Compõem esta etapa os seguintes elementos:

2.2.1. *Análise de Pré-Viabilidade*

Esta análise deve ser realizada pela setorial no caso dos projetos estratégicos ou complementares: ambos os tipos são projetos nos quais o Estado não detém conhecimento prévio.

A análise avalia aspectos técnicos, econômicos e ambientais de cada alternativa de projeto e visa avaliar de forma sumária se o projeto é de execução viável, antes que o ocorra maior comprometimento de recursos com a proposta.

As principais técnicas empregadas devem ser a análise custo-benefício e a análise custo eficácia. Seu nível de precisão é baixo, quando comparável à análise de viabilidade, porém, deve ser suficiente para permitir a avaliação de alternativas de projeto entre opções concorrentes.

Ressalta-se, que em diversos casos o Estado detém experiência sobre execução do escopo do projeto, ou são projetos muito simples que podem ser realizados a partir do conhecimento pré-existente. Por esta razão, estes projetos não são submetidos à análise de pré-viabilidade. Eles são submetidos apenas a uma análise de consistência para verificar se o projeto contém todos os elementos obrigatórios concebidos com base em parâmetros conhecidos, e segue diretamente para a atividade de priorização na carteira do Estado.

Os projetos de caráter emergencial também não são submetidos à análise de pré-viabilidade.

2.2.2. *Análise de Viabilidade*

Aplicada pelo GTI no caso dos projetos estratégicos, a análise verifica aspectos técnicos, ambientais, sociais e econômicos, com destaque para análise de sensibilidade e análise de risco. As análises de benefícios e de custos são calculadas a partir do projeto básico e, por isto, tem nível de precisão superior ao da análise de pré-viabilidade.

Já no caso dos projetos complementares, deve ser realizada a análise simplificada de viabilidade, que verifica aspectos técnicos, sociais, ambientais e econômicos, com destaque para a elaboração do fluxo de caixa e cálculo do valor presente líquido. As análises de benefícios e de

CAPÍTULO 2: RESUMO DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DA METODOLOGIA GIP

custos são calculadas a partir do anteprojeto e têm nível de precisão superior ao da análise de pré-viabilidade e inferior ao da análise de viabilidade.

Caso os estudos de viabilidade não tenham sido desenvolvidos adequadamente, deve-se informar a setorial para que realize ajustes ou elabore novos estudos. Pode ocorrer também dos projetos serem considerados inviáveis. Neste caso, as propostas retornam para a setorial que irá decidir se cabe alterar as especificações do projeto para torná-lo viável, ou arquivá-lo.

Nem os projetos de caráter emergencial, nem os projetos de domínio de escopo são submetidos à análise de viabilidade.

2.3. ETAPA 3: PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

A terceira etapa do processo de GIP, priorização e seleção, objetiva priorizar e selecionar os projetos de investimentos que serão executados pelo Estado. Ela se inicia após a análise de viabilidade do projeto ter sido validada. Compõem esta etapa os seguintes elementos:

2.3.1. Priorização na carteira do Estado

Para priorizar os projetos dentro da carteira do Estado, será empregada análise multicritérios (AHP), definindo níveis de prioridade dos projetos dentro de cestas de prioridade (alta, média e baixa). Esse método visa elencar os projetos que devem ser elaborados prioritariamente, sem que haja necessidade de ranquear os projetos individualmente.

2.3.2. Deliberar sobre os projetos da carteira

O COGERF irá avaliar os dossiês de projeto e sinalizar ao GTI quais dossiês de projetos serão apresentados para o Governador visando a aprovação. Este dossiê conterá as informações da proposta de projeto estruturada (incluindo a análise de viabilidade, ou de consistência), o nível de prioridade do projeto dentro da carteira do Estado e a disponibilidade orçamentária para sua execução.

2.3.3. Aprovação da proposta de projeto

Os projetos deverão ser aprovados (ou rejeitados) pelo Governo com base: (i) parecer sobre a disponibilidade orçamentária; (ii) nota técnica de viabilidade do empreendimento; e (iii) análise de sua prioridade dentro da carteira do Estado. Caso o projeto não seja aprovado naquele momento, ele permanece arquivado no Banco de Projetos.

2.4. ETAPA 4: EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO

Já a etapa 4 do modelo de GIP, execução do investimento, visa implementar o projeto de investimento aprovado pelo Governo. Fazem parte desta etapa os seguintes elementos:

2.4.1. Execução do Projeto

Após a elaboração do projeto executivo a licitação é realizada, a contratação é publicada no Diário Oficial do Estado e o contrato é inserido no sistema SACC (Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios). Em seguida a setorial inicia a execução da obra por meio da emissão da Ordem de Serviço. O detalhamento desta atividade não faz parte do escopo deste projeto.

Durante a execução do investimento devem ser registradas todas as informações do acompanhamento físico e financeiro, além de mudanças no escopo, cronograma, orçamento e nas especificações do projeto. O objetivo é gerar informações para avaliar as lições aprendidas durante a execução do projeto.

O detalhamento do monitoramento e do gerenciamento da execução não está previsto no escopo deste projeto.

2.5. ETAPA 5: AVALIAÇÃO *EX POST*

A quinta etapa, avaliação *ex post*, tem como objetivo comparar os resultados obtidos pelo projeto com os resultados previstos para proporcionar aprendizado e aprimoramento dos projetos futuros. Os seguintes elementos compõem esta etapa:

2.5.1. Realizar Avaliação *Ex Post* Simplificada

Para projetos com característica de domínio de escopo deve-se elaborar apenas uma avaliação *ex post* simplificada, que considera apenas os aspectos técnicos operacionais do projeto. Após isso a própria setorial deve registrar as lições aprendidas com a realização do projeto.

Para os projetos estratégicos e complementares, a setorial realiza a avaliação *ex post* dos aspectos técnicos operacionais e encaminhar para que o GTI faça a avaliação *ex post* aprofundada.

CAPÍTULO 2: RESUMO DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DA METODOLOGIA GIP

2.5.2. *Realizar Avaliação Ex Post Aprofundada*

Todos os projetos estratégicos devem passar pela avaliação *ex post* aprofundada e apenas 5% dos projetos complementares devem passar por tal avaliação.

O GTI realizará a avaliação *ex post* aprofundada, a qual deve utilizar os aspectos técnicos operacionais avaliados pela setorial e complementar com a avaliação dos resultados e impactos do projeto.

2.5.3. *Registro de Lições Aprendidas*

Deve contemplar o registro de aprendizado sobre pontos positivos e negativos gerados durante a execução da iniciativa de investimento. O objetivo desta etapa é registrar o conhecimento adquirido a partir das informações sobre o projeto proposto e realizado.

Este conhecimento deve ser utilizado para a elaboração de novos projetos com mesmo escopo e para aprendizado dos servidores envolvidos na concepção de projetos. Via de regra, as lições aprendidas devem ser registradas desde a etapa de avaliação prévia até a entrega e operação do empreendimento.

CAPÍTULO 3

APLICAÇÃO TESTE DA METODOLOGIA AO PROJETO DO CAC



3. Aplicação Teste da Metodologia ao Projeto do CAC

Para execução do teste da metodologia com o projeto piloto CAC considerou-se como roteiro para as atividades a serem testadas o Guia Prático do Modelo de GIP, documento anexo ao Produto 3 - Metodologia de Planejamento e Avaliação de Projetos de Investimento.

A aplicação foi realizada na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, nos dias 5, 6 e 7 de julho de 2016. Abaixo apresenta-se os participantes da aplicação do teste da metodologia, assim como os órgãos ou empresas as quais estão vinculados.

- Ângelo Guerra: Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)
- Francisco José Freire Rodrigues: Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)
- George Kilmer Chaves Craveiro: Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)
- Karine Machado Campos Fontenele: Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)
- Sérgio Câmara: Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)
- Witalo: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE)
- Gilberto Figueira: Consórcio Macroplan/Transplan
- Letícia Souza: Consórcio Macroplan/Transplan
- Luiz Renato Latgé: Consórcio Macroplan/Transplan
- Renato Peixoto: Consórcio Macroplan/Transplan

3.1. TESTE DA ETAPA 1: IDEÇÃO E CONCEPÇÃO

A seguir está apresentado o teste das atividades que compõem a Etapa 1.

3.1.1. Atividade 1. Elaborar proposta de projeto (Setorial)

1. Identificar a oportunidade/necessidade de elaborar uma proposta de projeto, visando solucionar determinado problema ou atender demandas emergenciais.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Conforme descrito no histórico do projeto, a oportunidade de se propor o projeto foi identificada em razão da implantação do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional (PTRSF).

2. Consultar a existência de previsão do projeto no Plano do Governo.

A consulta ao documento “7 Cearás” encontrou que o projeto do CAC está incluído como ação prioritária do eixo Ceará Sustentável.

3. Consultar PPA para identificar a previsão do projeto no Plano.

A consulta PPA identificou que o projeto do CAC já está previsto no documento.

4. Consultar o Banco de Projeto com o objetivo de verificar a existência de projeto similar ou informações que possam subsidiar a elaboração da proposta do projeto.

O Banco de Projetos do Estado ainda não foi implementado, portanto não há informações disponíveis para verificar com segurança se há projeto similar. Por outro lado, a documentação consultada indica que o CAC é um projeto com características singulares para o Governo do Estado, devido à geografia do terreno e a sua extensão.

5. Verificar se o projeto é: emergencial, ou de “domínio de escopo”.

Devido a suas características, o projeto não pode ser classificado nem como emergencial, nem como de “domínio de escopo”.

6. Preencher os **elementos Obrigatórios das propostas de projetos** para identificar os dados que devem ser inseridos na Proposta de Projeto, conforme a natureza e área finalística do projeto (Ex.: infraestrutura, social, segurança etc.). Este preenchimento vai sendo refinado/detalhado ao longo das etapas 1 e 2, conforme se obtém mais informações sobre o projeto

Nesta atividade do teste piloto, foi preenchida a ficha de projeto (consultar item 3.6.3) com elementos obrigatórios.

Para o preenchimento da ficha de projeto foram consultados os Relatórios do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica do CAC indicados na sequência, apresentados no âmbito do Contrato nº 05/2009 firmado entre a SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará e a VBA – Tecnologia e Engenharia S/A para a elaboração do “Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica, Estudo Ambiental e Anteprojeto do Trecho Jati-Cariús do Cinturão de Águas do Ceará – CAC”, contém os referidos Elementos Obrigatórios exceto os Itens referentes aos Impactos no Orçamento Anual e Plurianual e Análise de Pré-Viabilidade.

Relatório de Programação Detalhada

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Relatório de Cartografia e Modelo Digital do Terreno

Relatório Geológico e Programação dos Serviços de Campo

Relatório Demandas Humana e Animal Georreferenciadas

Relatório Demandas Industriais, Turismo e Irrigação Georreferenciadas

Relatório das Ofertas Hídricas Georreferenciadas

Relatório do Sistema de Informações Geográficas

Relatório de Balanço Hídrico

Relatório Setorial de Avaliação Ambiental

Relatório dos Critérios de Formulação e Estudos Básicos de Alternativas

Relatório do Estudo Topográfico e Geotécnico

Relatório de Estudos Hidrológicos

Relatório Setorial de Formulação das Alternativas

Relatório Dimensionamento e Orçamento das Alternativas

Relatório de Zoneamento e Identificação das Áreas Beneficiáveis

Relatório da Alternativa Selecionada

Relatório Estudos Geotécnicos - 2º Trecho ao Final

Relatório Anteprojeto do Trecho 1

Relatório Avaliação Alternativas

Relatório EIA-RIMA

Relatório Socioeconômico

Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica

Adendo EIA-EIMA CAC

7. Caso o projeto seja de “domínio do escopo”, verificar a tabela para identificar as informações mínimas requeridas para a proposta de projeto.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Esta ação não se aplica ao projeto CAC, pois não se trata de projeto de “domínio de escopo”.

3.1.2. Atividade 2. Classificar projeto (Setorial)

1. Após a inclusão de todas as informações obrigatórias na Proposta de Projeto, identificar em que categoria o projeto se enquadra: Estratégico ou Complementar. Utilizar a Tabela limites financeiros para atribuir nota ao projeto e a tabela com a escala de pontuação dos critérios para atribuir a pontuação ao projeto considerando suas características

O comitê de avaliação do projeto, em conjunto com a consultoria, simulou como seria feita a classificação do projeto pela setorial e avaliou o projeto do CAC frente às escalas de pontuação de cada critério utilizado para classificar um projeto, atribuindo as notas na tabela a seguir.

Tabela 1: Pontuação atribuída pelo grupo ao projeto Cinturão das Águas

Características do Projeto	Nota
1 Contribuição para estratégia do Governo	9
2 Contribuição para o desenvolvimento do Estado	9
3 Portador de futuro	9
4 Impacto transformador regional	9
5 Porte financeiro do projeto	9
MÉDIA	9

2. Calcular as médias de notas em todos os critérios

A média calculada ficou igual à 9,0.

3. Classificar o projeto:

- i. Projetos com média igual ou maior que 7,0 são considerados **Estratégicos**
- ii. Projetos com média abaixo de 7,0 são considerados **Complementares**

Pontuação obtida ficou acima de 7,0, então o projeto é considerado Estratégico.

4. Casos especiais: projeto Estratégico e projeto Complementar podem adquirir as características de “Emergenciais” ou “Domínio de Escopo”, possuindo fluxo diferente dos demais.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Este projeto não pode ser considerado emergencial, conforme a lei 8.666/93, nem se caracteriza como sendo de “domínio de escopo”, devido à sua complexidade e singularidade.

3.1.3. Atividade 3. Validar classificação (GTI)

1. Analisar Proposta de Projeto identificando suas características, porte financeiro, necessidade de urgência etc.

O GTI ainda não está formalmente definido, então, o comitê de avaliação do projeto revisou e confirmou as características do projeto, constantes nos Relatórios do Estudo de Viabilidade.

2. Conferir o cálculo da pontuação dos critérios;

Como o GTI ainda não está formalmente definido, a pontuação atribuída na Tabela 1 foi verificada pelo comitê de avaliação (representado por SEPLAG e IPECE) e pela setorial (SRH), e considerada correta.

3. Validar a Classificação em Estratégico ou Complementar;

Como o GTI ainda não está formalmente definido, a classificação atribuída ao projeto de acordo com a pontuação verificada na Tabela 1 foi considerada validada pelo grupo (comitê de avaliação e setorial, os quais desempenharam o papel do GTI) que executou o teste.

4. Validar a característica de emergencial ou domínio de escopo, caso necessário;

Como o GTI não ainda não está formalmente definido, o grupo (comitê de avaliação e setorial, os quais desempenharam o papel do GTI) revisou os critérios que definem um projeto como sendo emergencial, ou de domínio de escopo e confirmou que não se aplica.

5. Solicitar ajustes na classificação, caso necessário.

O grupo (comitê de avaliação e setorial, os quais desempenharam o papel do COGERF) não identificou necessidade de ajustes na classificação do projeto. O GTI estaria, portanto, de acordo com a classificação, preenchendo o parecer técnico, assinalando o campo “sim”, onde concorda com a classificação.

Para fins de simulação do *template* (tela do sistema) do Banco de Projetos foi elaborada a ficha de classificação do projeto e parecer do GTI, que pode ser vista no item 3.6.3 – Etapa 1: ficha de classificação do projeto e parecer do GTI.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

3.1.4. Atividade 4. Priorizar Projeto na Setorial (Setorial)

1. A partir das informações disponíveis na Proposta de Projeto, acessar a ferramenta disponível para priorização de projetos (Excel ou outra).

No caso da SRH a ferramenta disponível para priorização de Projetos é o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PLANERH). Nesse plano, o CAC se enquadra como projeto prioritário.

A título ilustrativo, a seguir apresentam-se os documentos que compõem o PLANERH:

PLANERH DIAGNÓSTICO Capítulo 1 Introdução
PLANERH DIAGNÓSTICO capítulo 2 Base Física
PLANERH DIAGNÓSTICO capítulo 3 Marcos Conceituais
PLANERH DIAGNÓSTICO capítulo 4 Aspectos Legais e Institucionais
PLANERH DIAGNÓSTICO Capítulo 5 Gerenciamento Recursos Hídricos
PLANERH DIAGNÓSTICO Capítulo 6 Balanço Hídrico Concentrado
PLANERH DIAGNÓSTICO Capítulo 7 Infra Estrutura Hídrica
PLANERH DIAGNÓSTICO Capítulo 8 socioeconômicos e ambientais
PLANERH DIAGNÓSTICO Capítulo 9 Inovação Tecnológica Rec. Hídricos
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 1 Formulação de Programas
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 2 Programa Consolidação Sistema
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 3 Programa Monitoramento
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 4 Programação de Obras
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 5 Programa de Conservação Ambiental
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 6 Programa de Gestão dos Rec. Hídricos
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 7 Programa de Capacitação
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 8 Programação de Desenvolvimento
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 9 Programa de Monitoramento Avaliação
PLANERH FORMULAÇÃO capítulo 10 Programa de Monitoramento Controle
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 1 Introdução
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 2 Diretrizes Gerais
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 3 Ações de planejamento
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 4 Ações não estruturais
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 5 Ações estruturais
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 6 Projeção e Cenários
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 7 Hierarquização das ações
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 8 Formulação do modelo
PLANERH PLANEJAMENTO capítulo 9 Referências Bibliográficas

Porém, foi decidido que o projeto deveria ser submetido aos critérios de priorização na carteira da setorial, sugerido de acordo com a metodologia de GIP presente no Produto 3.

2. Utilizar a tabela “Critérios e níveis para avaliação de projetos” para atribuir pontuação aos critérios com o objetivo de identificar o impacto estratégico de cada projeto.

Foram atribuídas notas iguais à nove (9,0) para o projeto do CAC, tanto no critério capacidade de transformação, quanto no critério desenvolvimento regional.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

3. Calcular a média simples entre as pontuações dos critérios para encontrar a nota de priorização do projeto na setorial.

A média simples calculada é igual à nove (9,0).

4. Revisar a pontuação de cada projeto objetivando identificar inconsistências e corrigi-las.

Por se tratar de teste piloto, foi verificada apenas a pontuação do projeto CAC e identificou-se que não há inconsistências na pontuação.

5. A partir da pontuação obtida por cada projeto, finalizar a priorização definindo a carteira de projetos da setorial.

Por se tratar de teste piloto foi realizada apenas a classificação do projeto CAC. Identificou-se que ele possui uma nota alta de prioridade: nota igual à nove.

3.2. TESTE DA ETAPA 2: ANÁLISE PRÉVIA

A seguir está apresentado o teste das atividades que compõem a Etapa 2.

3.2.1. Atividade 1. Elaborar Análise de Pré-Viabilidade (Setorial)

1. Elaborar pré-análise técnica, conforme descrito na metodologia no item “Elaboração da Análise de Pré-Viabilidade para projetos estratégicos e complementares”.

Não se tem conhecimento da realização de uma pré-análise técnica formal. Entretanto, o estudo se iniciou com uma análise das alternativas técnicas possíveis, conforme pôde ser verificado na consulta aos relatórios indicados abaixo:

- Relatório Setorial de Formulação das Alternativas;
- Relatório Dimensionamento e Orçamento das Alternativas;
- Relatório de Zoneamento e Identificação das Áreas Beneficiáveis;
- Relatório da Alternativa Selecionada.

2. Elaborar pré-análise econômica, conforme descrito na metodologia no item “Elaboração da análise de pré-viabilidade para projetos estratégicos e complementares”.

Não se tem conhecimento da realização de uma pré-análise econômica formal. Entretanto, o estudo se iniciou com uma análise das alternativas técnicas possíveis, conforme se verifica nos Relatórios acima indicados, incluindo o dimensionamento e orçamento preliminar de alternativas.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

3. Verificar o enquadramento ambiental das alternativas de projeto, conforme descrito na metodologia no item “Elaboração da análise de pré-viabilidade para projetos estratégicos e complementares”.

Não se tem conhecimento da realização de uma análise de pré-viabilidade formal. Entretanto, o estudo realizou uma Avaliação Ambiental das Alternativas de Traçado do Trecho Jati-Cariús (trecho 1), e posterior elaboração do EIA-RIMA do mesmo trecho.

Relatório Setorial de Avaliação Ambiental

Relatório EIA-RIMA

Relatório Socioeconômico

Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica

Relatório Socioeconômico

Adendo EIA-EIMA CAC

Não se tem conhecimento de estudos ambientais relativos ao restante do projeto.

A realização efetiva de uma pré-análise do projeto, conforme descrito na metodologia, implicaria na execução das seguintes atividades:

Pré-Análise Técnica

- Descrição das características técnicas das alternativas de projeto consideradas e de sua adequabilidade para atender aos objetivos do projeto.
- Indicação da vida útil do projeto.
- Quantificação dos principais itens de bens e serviços de cada alternativa e sua distribuição ao longo da vida útil.
- Apresentação do cronograma físico de cada alternativa.

Pré-Análise Econômica

- Indicação dos benefícios econômicos de cada alternativa.
- Indicação dos custos econômicos de investimento e dos custos operacionais de cada alternativa, com sua distribuição ao longo da vida útil do projeto.
- Apresentação do fluxo de caixa de cada alternativa.
- Apresentação do valor presente líquido de cada alternativa, indicando a taxa de desconto aplicada.
- Seleção da melhor alternativa de projeto.
- Apresentação do cronograma financeiro da alternativa escolhida.

Enquadramento Ambiental

- Verificação do enquadramento do projeto na lista de atividades da Resolução COEMA nº 08/04 e indicação da necessidade de licenciamento ambiental.

4. Caso não haja alternativas viáveis, a proposta de projeto deve ser reformulada pela setorial para buscar uma alternativa de projeto viável. Caso não seja possível, deve-se informar no sistema que a proposta é inviável.

Não se aplica, pois foram identificadas cinco propostas de projeto viáveis.

5. Dada a demonstração da pré-viabilidade da proposta de projeto, deve-se encaminhar as análises para que o GTI possa fazer a análise de viabilidade.

O GTI ainda não está formalmente definido, então a avaliação da análise de viabilidade (verificar o item seguinte, 3.2.2) foi realizada pelo grupo (comitê de avaliação e setorial, os quais desempenharam o papel do GTI) que estava realizando o teste piloto.

6. Para casos de projetos com características de domínio de escopo, deve-se elaborar apenas a análise de consistência, conforme descrito na metodologia no item: “Elaboração da análise de consistência para projetos com características de domínio de escopo”.

Não se aplica, pois não é projeto com “domínio de escopo”.

3.2.2. Atividade 2. Elaborar análise de viabilidade

1. Elaborar análise técnica, conforme descrito na metodologia no item “Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos”.

A Análise técnica do projeto foi realizada, conforme demonstram os relatórios indicados a seguir:

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

- Relatório de Cartografia e Modelo Digital do Terreno
- Relatório Geológico e Programação dos Serviços de Campo
- Relatório Demandas Humana e Animal Georreferenciadas
- Relatório Demandas Industriais, Turismo e Irrigação Georreferenciadas
- Relatório das Ofertas Hídricas Georreferenciadas
- Relatório do Sistema de Informações Geográficas
- Relatório de Balanço Hídrico
- Relatório dos Critérios de Formulação e Estudos Básicos de Alternativas
- Relatório do Estudo Topográfico e Geotécnico
- Relatório de Estudos Hidrológicos
- Relatório Setorial de Formulação das Alternativas
- Relatório Dimensionamento e Orçamento das Alternativas
- Relatório de Zoneamento e Identificação das Áreas Beneficiáveis
- Relatório da Alternativa Selecionada
- Relatório Estudos Geotécnicos - 2º Trecho ao Final
- Relatório Anteprojeto do Trecho 1
- Relatório Avaliação Alternativas

Estes relatórios, dentre outras informações, contêm os elementos relacionados aos aspectos topográficos, hidrográficos, geológicos, hidrológicos, hidrográficos, de localização, de engenharia, orçamentos de investimento e de custo operacional, tarifas de água, de demanda e de governança, que devem ser contemplados em estudos de construção de sistemas de abastecimento hídrico.

2. Elaborar análise econômica, conforme descrito na metodologia no item “Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos”.

A análise econômica foi realizada, conforme demonstram o Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica. Essa análise econômica elaborada apresenta o seguinte conteúdo:

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

- Custos do cinturão de águas do Ceará
 - Investimentos em infraestrutura de abastecimento
 - Investimentos em redes de distribuição e ligações
 - Investimentos totais do projeto
 - Custos de operação, administração e manutenção
- Abastecimento humano, industrial e de turismo
 - Base conceitual
 - População atendida nas bacias beneficiárias
 - Demandas hídricas brutas e líquidas
 - Parâmetros utilizados nas simulações com o modelo SIMOP
 - Grupos de usuários
 - Elasticidade-preço da demanda por água
 - Demandas e taxas de crescimento
 - Tarifas básicas
 - Custo alternativo da água
 - Rentabilidade econômica do projeto – humano, indústria e turismo
 - Análise considerando apenas os benefícios diretos
 - Análise considerando os benefícios diretos e os complementares
- Benefícios e custos econômicos associados à irrigação
 - Área irrigada incremental
 - Módulos típicos de exploração
 - Fluxos de custos e benefícios econômicos – irrigação

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Fluxos de benefícios diretos – irrigação

Fluxos de benefícios indiretos – irrigação

- Rentabilidade econômica do projeto

Fluxos de custos e benefícios do projeto – agregados

Indicadores econômicos e análise de sensibilidade

A título ilustrativo apresenta-se, na sequência, o resultado final e a análise de sensibilidade apurados na avaliação econômica, quando considerados os benefícios diretos, os benefícios complementares e aqueles decorrentes da irrigação.

Tabela 2: Análise de Sensibilidade Econômica do Projeto do CAC

VARIAÇÃO		INDICADORES		
CUSTOS	BENEFÍCIOS	VPL	B/C	TIR
0%	0	1.893.705.728	1,4543	19,08%
	(-) 5%	1.590.622.742	1,3816	17,99%
	(-) 10%	1.287.539.755	1,3089	16,88%
	(-) 15%	984.456.768	1,2362	15,76%
5%	0	1.685.308.028	1,3851	18,04%
	(-) 5%	1.382.225.041	1,3158	16,99%
	(-) 10%	1.079.142.054	1,2466	15,92%
	(-) 15%	776.059.068	1,1773	14,85%
10%	0	1.476.910.328	1,3221	17,08%
	(-) 5%	1.173.827.341	1,2560	16,07%
	(-) 10%	870.744.354	1,1899	15,04%
	(-) 15%	567.661.367	1,1238	14,00%
15%	0	1.268.512.627	1,2647	16,20%
	(-) 5%	965.429.640	1,2014	15,22%
	(-) 10%	662.346.654	1,1382	14,23%
	(-) 15%	359.263.667	1,0750	13,22%

Assim, evidencia-se que o estudo de viabilidade econômica relacionou e calculou investimentos, custos e benefícios econômicos do projeto, a fim de calcular VPL, TIR e a relação B/C segundo o Modelo Base. Este estudo também avaliou a sensibilidade destes valores para três níveis de variação percentual de custos e de benefícios totais.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

3. Elaborar análise ambiental, conforme descrito na metodologia no item “Elaboração da análise de viabilidade para projetos estratégicos”.

O estudo realizou uma Avaliação Ambiental das Alternativas de Traçado para o Trecho Jati-Cariús (trecho 1) e elaborou EIA-RIMA para o mesmo trecho. Os documentos disponíveis com a avaliação são os seguintes:

Relatório Setorial de Avaliação Ambiental

Relatório EIA-RIMA

Relatório Socioeconômico

Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica

Relatório Socioeconômico

Adendo EIA-EIMA CAC

Não se tem conhecimento de estudos ambientais realizados para os demais trechos do projeto do CAC. Quando o Estado decidir levar a diante a proposta de construção dos demais trechos, torna-se necessário realizar a análise ambiental dos mesmos.

4. Caso a proposta de projeto não seja viável, sob quaisquer umas das análises realizadas, o GTI deve informar a setorial para que a mesma possa reformular a proposta, buscando uma alternativa de projeto viável. Caso não seja possível, deve-se informar no sistema que a proposta é inviável e caso haja documentos físicos, estes devem ser devolvidos à setorial.

Não se aplica para o Trecho 1, pois os estudos indicam que a proposta é viável.

5. No caso dos projetos complementares, deve-se realizar apenas a análise simplificada de viabilidade, que deve ser feita com base na análise técnica, análise econômica e análise ambiental, conforme descrito na metodologia no item: Elaboração da análise simplificada de viabilidade para projetos complementares.

Não se aplica a este projeto, pois não é complementar.

3.3. TESTE DA ETAPA 3: PRIORIZAÇÃO E SELEÇÃO

A seguir está apresentado o teste das atividades que compõem a Etapa 3.

3.3.1. Atividade 1. Priorizar os projetos na carteira do estado (GTI)

1. Elaborar a árvore hierárquica que ilustra a relação entre os critérios de níveis 1 e 2, com os respectivos pesos atribuídos.

Os critérios foram avaliados pelo grupo que elaborou o teste e pesos foram definidos para cada critério de nível de nível 1 e nível 2. Estes pesos foram definidos em função de seu significado e sua importância para priorizar os projetos do Estado do Ceará.

NÍVEL 1	PESOS	NÍVEL 2	PESOS	PESOS TOTAIS
Impacto Estratégico	0,600	Desenvolvimento Regional	0,400	0,240
		Capacidade de Transformação	0,600	0,360
Riscos	0,400	Impacto no Orçamento de Investimento	0,125	0,050
		Impacto no Orçamento de Custeio	0,125	0,050
		Factibilidade Operacional	0,250	0,100
		Domínio da Tecnologia do Projeto	0,250	0,100
		Incertezas Político-Institucionais	0,250	0,100

2. Avaliar os projetos, atribuindo notas de 1 a 9 a cada um dos critérios de nível 2.

O comitê e a consultoria avaliaram o projeto perante os critérios e atribuíram as seguintes notas.

CRITÉRIOS	AValiação	NOTA
Desenvolvimento Regional	Potencialidade muito alta	9
Capacidade de Transformação	Capacidade muito alta	9
Impacto no Orçamento de Investimento	Investimento maior que R\$ 50 milhões	1
Impacto no Orçamento de Custeio	Custo anual maior que R\$ 10 milhões	1
Factibilidade Operacional	Alta	7
Domínio da Tecnologia do Projeto	Razoável domínio	7
Incertezas Político-Institucionais	Grau de incerteza alto	3

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

3. Atribuir uma nota a cada critério de nível 1, através da média ponderada dos critérios de nível 2 avaliados e atribuir uma nota final ao projeto, através da média ponderada dos critérios de nível 1 determinadas.

Foi construída uma planilha em Excel para realizar o cálculo da nota ponderada do projeto.

Figura 2: Planilha de priorização dos projetos

Identificação do Projeto		Priorização										
Id	Ações	1. Impacto Estratégico			NOTA CRITÉRIO 1	2. Risco de Não Execução					NOTA CRITÉRIO 2	NOTA FINAL
		1.1 Capacidade de transformação	1.2 Contribuição para o desenvolvimento regional	2.1 Impacto no orçamento de investimento		2.2 Impacto no orçamento de custeio	2.3 Facilidade operacional	2.4 Domínio da tecnologia	2.5 Incertezas político-institucionais			
	Cinturão das Águas do Ceará	Capacidade muito alta	Potencialidade muito alta	9,00	Investimento maior que R\$ 30 milhões	Custo anual maior que R\$ 10 milhões	Alta	Razoável diminuir	Grau de Incerteza muito alto	4,00	7,00	

A planilha utiliza os pesos dos critérios de nível 1 e nível 2 e as notas do projeto para calcular a nota final ponderada do projeto. O projeto do CAC teve nota final igual à 7,0.

4. Hierarquizar os projetos em três cestas ou classes de prioridade:

Prioridade alta: avaliação final maior que 6,

Prioridade média: avaliação entre 6 e 3; ou

Prioridade baixa: avaliação menor que 3.

A nota final calculada indica que a prioridade do Projeto CAC é ALTA.

3.3.2. Atividade 2. Deliberar sobre os projetos da carteira

1. GTI: Solicitar, para GTF, a análise da sustentabilidade orçamentária ao longo do ciclo de vida do projeto (disponibilidade e/ou necessidade de recursos financeiros)

A solicitação será feita com a utilização do Banco de Projetos, onde o GTI, por meio de um clique em um ícone “Solicitar parecer da sustentabilidade orçamentária do projeto ao GTF” fará a solicitação.

Foi simulado o resultado do parecer técnico do GTF sobre a sustentabilidade orçamentária, que pode ser visualizado no item 3.6.3 – Etapa 3: parecer técnico/sustentabilidade financeira.

2. GTI: Verificar se o dossiê do projeto está completo, com os três itens que o compõe:

(1) Estruturação do projeto com seus elementos obrigatórios (incluindo a avaliação de viabilidade):

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

O projeto teve sua estruturação completa. Cabe, entretanto, a observação de que a Análise Ambiental foi feita apenas para o Trecho 1, pois foi considerado que o projeto teria uma estrutura modular de implantação, a ser feita em etapas. Esta premissa pode ser considerada excepcionalmente válida dada a dimensão extraordinária do empreendimento, com consequente prazo bastante extenso de implantação, programada para se dar em etapas.

(2) Nível de prioridade do projeto para o Estado.

O cálculo indicou que o projeto tem Alta prioridade para o Estado.

(3) Disponibilidade, ou necessidade, orçamentária para execução do projeto e operação do equipamento;

Foi definida a necessidade orçamentária para a implantação do projeto, mas não foi verificada a disponibilidade orçamentária existente junto ao COGERF, pois o projeto, no momento, está contando com recursos do Governo Federal para sua conclusão.

3. GTI: Submeter dossiê dos projetos, mediante parecer ao COGERF.

Esta atividade não foi simulada junto ao COGERF por se tratar de um projeto já aprovado e que já passou pelo COGERF. Porém, avaliou-se que o dossiê estaria completo para ser submetido, caso necessário com: nível de prioridade definido, os elementos obrigatórios presentes e avaliação da necessidade orçamentária para a execução do projeto. Neste momento, o Estado aguarda transferência de recursos da União para dar continuidade à execução do Trecho 1. Entretanto, não há previsão de recursos para a operação, que deve ser custeada pelas receitas do empreendimento.

4. COGERF: deliberar, com base no conhecimento sobre orçamento, fontes de financiamento e prioridades do governo, quais os dossiês de projetos que devem ser submetidos à aprovação pelo Governador. O COGERF pode avaliar o dossiê e solicitar esclarecimentos ou complementação de informações ao GTI, antes de encaminhar para aprovação do Governador.

Seguindo a mesma lógica da ação anterior, esta atividade não foi realizada na fase de Teste Piloto, porque o projeto já foi aprovado pelo Governador.

3.3.3. Atividade 3. Aprovar os projetos de investimento (Governador)

1. Verificar a deliberação do COGERF sobre o dossiê da proposta de projeto.

O Governador já aprovou este projeto, por isto esta atividade não se aplica a este teste piloto.

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

2. Verificar as prioridades e instrumentos de gestão estratégica do Estado (PPA e Plano de Governo).

O Governador já aprovou este projeto, por isto esta atividade não se aplica a este teste piloto.

3. Verificar a avaliação de viabilidade da proposta de projeto.

O Governador já aprovou este projeto, por isto esta atividade não se aplica a este teste piloto.

4. Verificar a disponibilidade (ou necessidade) orçamentária para realização do investimento e operação o equipamento.

O Governador já aprovou este projeto, por isto esta atividade não se aplica a este teste piloto.

5. Aprovar os projetos de investimento que serão realizados. As propostas de projetos que não forem aprovadas devem permanecer no banco de projeto para futura execução ou para que suas informações sejam utilizadas para elaboração de outros projetos.

O Governador já aprovou este projeto, por isto esta atividade não se aplica a este teste piloto.

3.4. TESTE DA ETAPA 4: EXECUÇÃO

A seguir está apresentado o teste das atividades que compõem a Etapa 4.

3.4.1. *Atividades da Etapa 4: Licitação e Contratação, Execução do investimento e Entrega do equipamento*

Esta etapa não é aplicável no Teste Piloto, pois não faz parte do escopo do projeto contratado para elaborar o modelo de GIP. Há outro projeto em andamento na Seplag cujo enfoque é o monitoramento e o gerenciamento de projetos.

3.5. TESTE DA ETAPA 5: AVALIAÇÃO *Ex Post*

Por ser um projeto que ainda não teve nenhuma etapa concluída, não é possível realizar Teste Piloto das atividades que compõem a Etapa 5. Portanto, o que se fez foi relatar as atividades que deverão ser realizadas na avaliação *ex post* quando o projeto tiver sido concluído.

3.5.1. Atividade 1. Realizar avaliação *ex post* simplificada (Setorial)

1. Avaliar, até um ano depois de finalizada a execução, os aspectos técnicos e operacionais do projeto apresentados a seguir:

Verificar as diferenças entre o cronograma físico planejado e o efetivamente realizado.

Verificar as diferenças entre o escopo planejado e o efetivamente realizado.

Verificar as diferenças entre o cronograma orçamentário do investimento planejado e o efetivamente realizado.

Verificar as diferenças entre o orçamento para custeio da operação planejado e o efetivamente realizado.

Verificar a diferença entre os serviços planejados e os efetivamente realizados.

A setorial deverá consultar os relatórios de supervisão da obra do Trecho 1 do CAC e comparar com o que estava previsto no Projeto Executivo e na Análise de Viabilidade.

2. Registrar os problemas que causaram as distorções que geraram prejuízos para o Estado e os casos de sucesso onde há baixa distorção ou distorções positivas, onde as mudanças geram ganhos para o Estado.

A setorial deverá consultar os relatórios de supervisão da obra do Trecho 1 do CAC para verificar as informações relatadas.

3.5.2. Atividade 2. Realizar avaliação *ex post* aprofundada (GTI)

1. Selecionar todos os projetos estratégicos e 5% dos projetos complementares para fazer a avaliação *ex post* aprofundada. Só devem ser avaliados os equipamentos que estão no terceiro ano de operação.

Por ser um projeto estratégico, o CAC será selecionado para a realização de análise aprofundada, juntamente com os demais projetos estratégicos do Estado. Para que seja realizada a seleção de 5% dos projetos complementares, primeiramente é necessário que o Estado tenha classificado todos os projetos como estratégicos, ou complementares. Uma

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

vez realizada esta classificação, o GTI selecionará, aleatoriamente, 5% dos projetos complementares que estiverem no terceiro ano de operação.

2. Verificar se a análise *ex post* simplificada foi feita pela setorial, pois o GTI precisará conhecer os dados técnico-operacionais para fazer a avaliação *ex post* aprofundada.

(1) Avaliar se os resultados finalísticos planejados foram alcançados como previstos;

(2) Avaliar se os impactos previstos em termos de benefícios e custos econômicos foram atingidos;

(3) Relatar os problemas que causaram as distorções positivas ou negativas sobre os resultados finalísticos e impactos decorrentes do projeto de investimento.

Para realizar esta atividade, o GTI deverá consultar a ficha de projeto, consultar os resultados, benefícios e custos planejados e avaliar os resultados alcançados.

3.5.3. Atividade 3. Registrar as lições aprendidas (Setorial/GTI)

1. Consolidar o registro das lições aprendidas relacionadas à realização do projeto, listando todas as restrições e desvios que ocorreram durante a elaboração, execução e início da operação do projeto e apontar as soluções aplicadas.

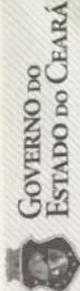
Para realizar esta atividade, deverá ser consultado o registro das informações da elaboração do projeto na setorial e o relatório de supervisão do projeto, o qual deve contar o registro dos desvios e das soluções aplicadas.

2. Consolidar o registro dos fatos que se consideram serem a razão para ocorrência de distorções entre os resultados e impactos previstos e os efetivamente verificados, sinalizando pontos de atenção que deveriam ter sido observados durante a concepção e execução do projeto.

Para realizar esta atividade, o GTI deverá consultar o registro de informações da elaboração do projeto na setorial e o relatório de supervisão do projeto, o qual deve contar o registro dos desvios e das soluções aplicadas.

3.6. EVIDÊNCIAS DA REALIZAÇÃO DO TESTE PILOTO

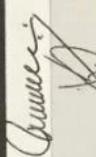
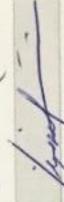
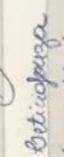
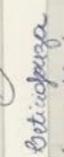
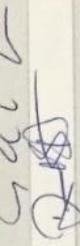
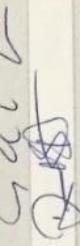
3.6.1. Lista de presença


GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 TESTE PILOTO DO MODELO DE GIP
 PROJETO A SER TESTADO: CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

METODOLOGIA PARA PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
 DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE INVESTIMENTOS


Lista de Presença

1º DIA – 05/07/2016

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO	E-MAIL	ASSINATURA
Francisco José Freire Rodrigues	Analista de Gestão Pública	SEPLAG	Freire.junior@seplag.ce.gov.br	
George Klimer Chaves Craveiro	Analista de Planejamento e Orçamento	SEPLAG	George.klimer@seplag.ce.gov.br	
Karine Machado Campos Fontenele	Coordenadora da ADINS	SRH	Karine.machado@srh.ce.gov.br	
Sergio Camara		SRH	Sergio.camara@srh.ce.gov.br	
Witalo Paiva	Analista de Políticas Públicas	IPECE	Witalo.paiva@ipece.ce.gov.br	
Gilberto Figueira	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Gilberto.figueira@macroplan.com.br	
Leticia Souza	Consultora	Consórcio Macroplan/Transplan	Leticia.souza@macroplan.com.br	
Luiz Renato Latgé	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Latge@transplan.com.br	
Renato Peixoto	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Renato.peixoto@macroplan.com.br	

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

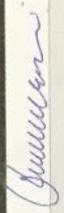
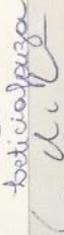
TESTE PILOTO DO MODELO DE GIP
PROJETO A SER TESTADO: CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ

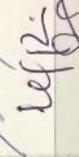
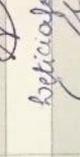
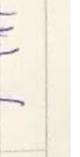
METODOLOGIA PARA PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE INVESTIMENTOS

Macroplan
transplan

Lista de Presença

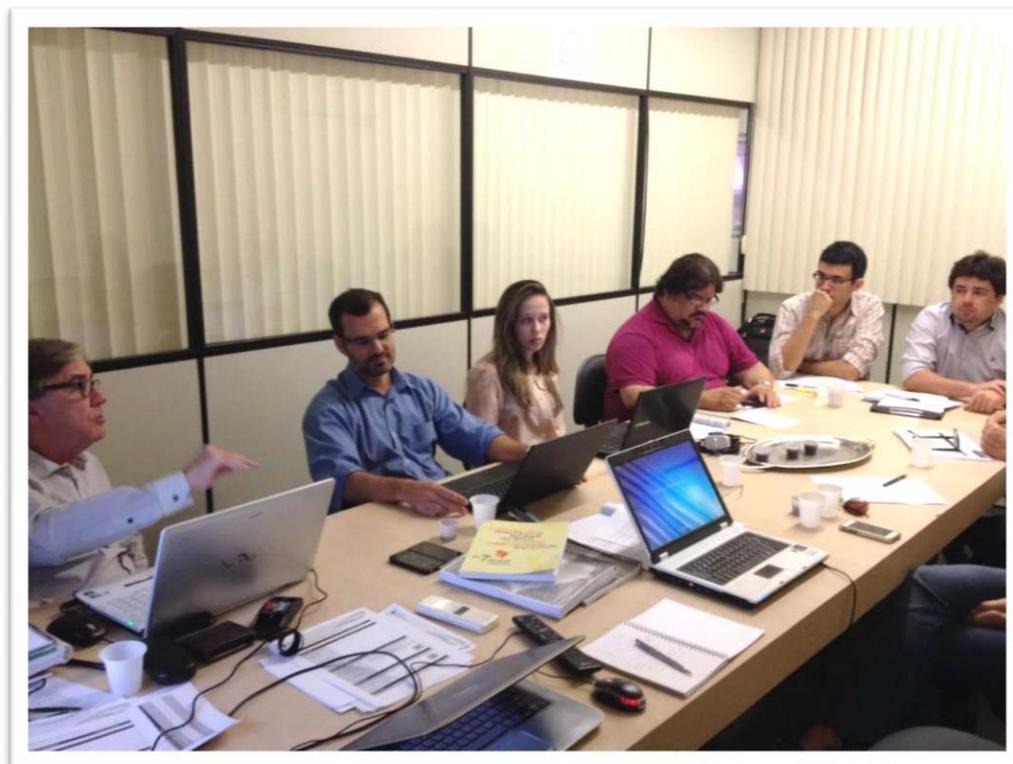
2º DIA – 06/07/2016

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO	E-MAIL	ASSINATURAL
Francisco José Freire Rodrigues	Analista de Gestão Pública	SEPLAG	Freire.junior@seplag.ce.gov.br	
George Kilmer Chaves Craveiro	Analista de Planejamento e Orçamento	SEPLAG	George.kilmer@seplag.ce.gov.br	
Karine Machado Campos Fontenele	Coordenadora da ADINS	SRH	Karine.machado@srh.ce.gov.br	
Sergio Camara	ANALISTA - ADINS	SRH	Sergio.camara@srh.ce.gov.br	
Witalo Paiva	Analista de Políticas Públicas	IPECE	Witalo.paiva@ipece.ce.gov.br	
Gilberto Figueira	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Gilberto.figueira@macroplan.com.br	
Leticia Souza	Consultora	Consórcio Macroplan/Transplan	Leticia.souza@macroplan.com.br	
Luiz Renato Latgé	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Latge@transplan.com.br	
Renato Peixoto	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Renato.peixoto@macroplan.com.br	
ANGÉLO GUEZINA	TÉCNICO CONT/ SRH	SRH	ANGELO.GUEZINA@SRH.CE.GOV.BR	

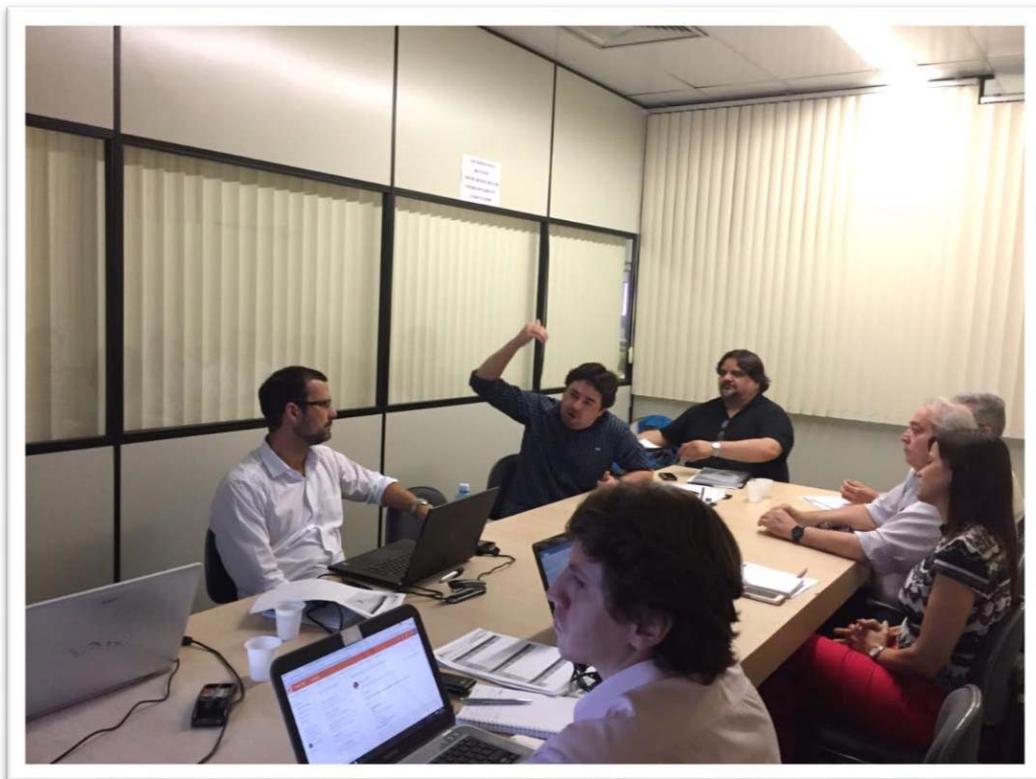
 GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ		TESTE PILOTO DO MODELO DE GIP PROJETO A SER TESTADO: CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ		METODOLOGIA PARA PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS DE INVESTIMENTOS <small>Macroplan</small>	
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO	E-MAIL	ASSINATURAL	
Francisco José Freire Rodrigues	Analista de Gestão Pública	SEPLAG	Freire.junior@seplag.ce.gov.br		
George Kilmer Chaves Craveiro	Analista de Planejamento e Orçamento	SEPLAG	George.kilmer@seplag.ce.gov.br <small>Kilmer.C.EDMUNDO</small>		
Karine Machado Campos Fontenele	Coordenadora da ADINS	SRH	Karine.machado@srh.ce.gov.br		
Sergio Camara		SRH	Sergio.camara@srh.ce.gov.br		
Witalo Paiva	Analista de Políticas Públicas	IPECE	Witalo.paiva@ipece.ce.gov.br		
Gilberto Figueira	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Gilberto.figueira@macroplan.com.br		
Leticia Souza	Consultora	Consórcio Macroplan/Transplan	Leticia.souza@macroplan.com.br		
Luiz Renato Latgé	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Latge@transplan.com.br		
Renato Peixoto	Consultor	Consórcio Macroplan/Transplan	Renato.peixoto@macroplan.com.br		
ANGELO GUEIRA	TÉCNICO CDILF/SRH	SRH	ANGELO.GUEIRA@SRH.CE.GOV.BR		

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

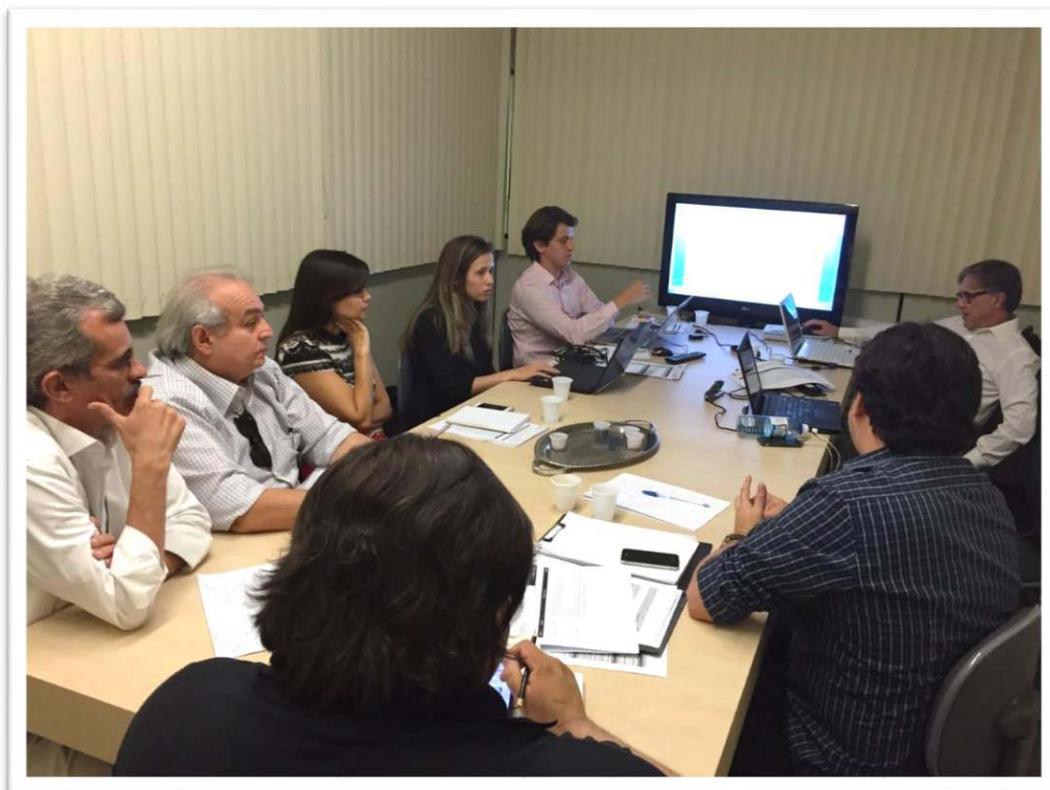
3.6.2. Relatório fotográfico dos trabalhos realizados



ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA



ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA



ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

3.6.3. Documentos preenchidos ao longo da aplicação piloto

Esta seção apresenta os modelos (*templates* das telas dos sistemas que deverão constar no Banco de Projetos, as quais foram idealizadas e estão presentes nos anexos do Produto 3) preenchidos, de acordo com a realização do teste piloto.

Tem como intuito simular como serão apresentadas as informações que deverão ser apresentadas no Banco de Projetos.

ETAPA 1: FICHA DE PROJETO | PROJETO ESTRATÉGICO/COMPLEMENTAR

NOME DO PROJETO:		CÓDIGO DO PROJETO:
Cinturão das Águas do Ceará		
IDENTIFICAÇÃO		
Unidade finalística responsável:	Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará -SRH	
Unidades envolvidas:	SOHIDRA, COGERH, FUNCEME, SEFAZ, SEPLAG, SEMACE, PGE, CIDADES, SETUR, SDE, CGE, SDA.	
Gerente do Projeto:	Mércia Cristina Mangueira	
Descrição resumida:	<p>O Projeto do CAC foi concebido com a finalidade de transferir vazões, advindas da transposição do rio São Francisco (PISF), através do Eixo Norte e destinadas ao Ceará, com o objetivo de distribuí-las nas principais bacias hidrográficas do estado, alargando as áreas beneficiadas e potencializando os benefícios.</p> <p>O PISF tal como está projetado, entregaria as vazões para o Ceará em Jati, para transferência para as bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, com as águas sendo armazenadas na barragem do Castanhão.</p> <p>A integração do PISF com o CAC permitirá que as vazões captadas em Jati possam ser aduzidas em canais gravitatórios para as principais bacias do Estado: Salgado, Alto, Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiu, Curu, Acaraú e Coreaú. Apenas no seu último trecho, no Ramal do Litoral, o sistema exigirá bombeamento para a transferência de vazões.</p> <p>De acordo com os estudos desenvolvidos, o CAC está subdividido em trechos da seguinte forma:</p> <p>Trecho 1 – totalmente gravitatório, com início do lado ombreira esquerda da Barragem Jati, onde haverá a captação das vazões transpostas pelo Projeto de Integração São Francisco - PISF. Esse Trecho tem extensão total de 149,055km, terminando na travessia com o Riacho Umburana, afluente do Rio Cariús, com vazão máxima de 30,00 m³/s</p> <p>Trecho 2 – totalmente gravitatório, com início no final do Trecho 1 e término na passagem do divisor de águas das bacias do Jaguaribe e do Poti; tem 271,00 km de comprimento com vazão máxima de 30,00 m³/s;</p> <p>Ramal 1 – ramal totalmente gravitatório, que consiste em uma derivação do Trecho 2 para o Rio Banabuiu, na bacia homônima, com 53,00 km de extensão e capacidade de 5,00 m³/s;</p> <p>Trecho 3 – totalmente gravitatório, se estendendo desde o final do Trecho 2 até o ponto de derivação dos Ramais Leste e Oeste, nas cabeceiras da bacia do Acaraú. Esse trecho tem 137,00 km de comprimento e capacidade para aduzir 20,00 m³/s;</p>	

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

	<p>Ramal 2 – totalmente gravitário, o Ramal 2 também deriva vazões para a bacia do Banabuiú, através do rio Quixeramobim. Esse ramal, que se inicia no Trecho 3, tem comprimento total de 20,00 km e capacidade de 10 m³/s;</p> <p>Ramal Oeste – com 181,80 km de extensão, esse trecho que é totalmente gravitário, transfere vazões para as bacias do Acaraú e do Coreaú. O Ramal Oeste tem capacidade para transpor 15,00 m³/s em seu subTrecho 1 inicial e 5,00 m³/s na sua porção final;</p> <p>Ramal Leste – totalmente gravitário, esse trecho tem por finalidade derivar vazões para as bacias do Acaraú, Litoral, Curu e Metropolitanas. Em seu trecho final esse ramal poderia ainda abastecer a bacia do Banabuiú através do Açude Cedro. O Ramal Leste tem 304,00 km e capacidade de 8,00 m³/s;</p> <p>Ramal do Litoral – o único que tem bombeamento, e de menor porte, inicia-se na Barragem Santa Rosa, no rio Acaraú, se prolongando até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém; é dividido em dois subtrechos, com vazão máxima de 6,00 m³/s e extensão total de 184 km.</p>			
Data de início:	2010			
Data prevista de término:	2040			
JUSTIFICATIVA				
Objetivos:	<p>Com objetivo de proporcionar uma distribuição espacial mais homogênea da disponibilidade hídrica no Ceará e contribuir de maneira significativa para o aumento da garantia de suprimento de água, evitando a escassez hídrica, foi projetada a implantação do Cinturão de Águas do Ceará (CAC), um Sistema Adutor extenso, com cerca de 1.300,00 km de comprimento, quase, integralmente, gravitário, que aduzirá as vazões transpostas do Rio São Francisco para todas as macrobacias hidrográficas do Ceará.</p> <p>Com o CAC, 80 % do território do Estado será beneficiado pelo Projeto de Integração do São Francisco - PISF e não somente as bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, como previsto inicialmente no referido Projeto. No que diz respeito ao atendimento das demandas hídricas no horizonte de 2040, a implantação do CAC gerará um cenário favorável de suprimento hídrico, atingindo níveis elevados e equivalentes em todas as macrobacias. Com esse sistema adutor, será possível atender quase universalmente (95% de atendimento) as demandas de abastecimento humano, industrial e turística, além de permitir, através dos reservatórios locais, aumentar a garantia de suprimento de água para a irrigação.</p>			
Relação com os planos do Governo:	<p>A consulta ao documento “7 Cearás” encontrou que o projeto do CAC está incluído como ação prioritária do eixo Ceará Sustentável.</p> <p>A consulta PPA identificou que o projeto do CAC já está previsto no documento.</p>			
Resultados esperados	<p>Ampliar a capacidade de transferência hídrica em 30m³/s</p> <p>Beneficiar a população de XX habitantes</p>			
IMPACTOS NO ORÇAMENTO ANUAL E PLURIANUAL				
CRONOGRAMA FINANCEIRO DO INVESTIMENTO				
Investimento	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Previsto:	R\$ 120.949.264,00	R\$ 252.103.792,00	R\$ 776.536.256,00	R\$ 522.590.794,00
Realizado:				

CRONOGRAMA DE CUSTEIO DA OPERAÇÃO

Despesas	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Previstas:	0	0	0	R\$ 8.262.042,00
Realizadas:				

O cronograma financeiro do investimento e o cronograma de custeio da operação, são apresentados de maneira mais detalhada no relatório de sustentabilidade econômica em anexo.

Considera-se o ano 1 como o período de início do projeto, sendo assim equivalente a 2012.

ANEXO



RESULTADO DO ESTUDO DE MERCADO

DEMANDA PELO SERVIÇO OU PRODUTO*

		2010	2020	2040	Ano N
Oferta de água	Prevista:	36,85 m ³ /s	58,33 m ³ /s	74,09 m ³ /s	
	Real:				

* A demanda é estabelecida em termos quantitativo do produto ou serviço ofertado

ANEXO



ENGENHARIA DO PROJETO

Estudos de engenharia das alternativas técnicas	<p>Foram estudadas 5 alternativas de traçado. A seleção da alternativa viável teve como base a análise dos seguintes critérios de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hídricos: maximização dos benefícios no atendimento das demandas hídricas nas diversas bacias. • Técnicos: garantia da condição gravitária do sistema, condicionantes do relevo, condicionantes geológico - geotécnicas do terreno, concepção otimizada das seções e obras-tipo componentes do sistema adutor e faseamento da implantação do projeto • Econômico-financeiros: minimização dos custos de implantação das obras e de operação e manutenção do sistema adutor e maximização dos benefícios esperados. • Ambientais: danos a flora e a fauna, riscos de degradação dos patrimônios arqueológico e paleontológico, interferências com áreas de unidades de conservação e interferências com áreas urbanizadas. 	<p>ANEXO</p>
--	---	--------------

TAMANHO E LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO		
Estudos de localização e tamanho das alternativas técnicas	<p>O Cinturão das Águas do Ceará – CAC é um sistema adutor extenso, com cerca de 1300 km, totalmente gravitatório, com previsão de canais em corte e aterro, com passagens em talvegues e travessias de divisores de água, contemplando obras especiais como túneis e sifões.</p> <p>Trecho 1, que começa na barragem Jati e termina na bacia do rio Cariús, com 149,06 km de extensão, com vazão máxima de 30m³/s;</p> <p>Trecho 2, que começa no rio Cariús e termina na passagem do divisor de águas das bacias dos rios Jaguaribe e Poti, com 271,0 km com vazão máxima de 30m³/s;</p> <p>Ramal 1, que começa no final do Trecho 2 e deriva vazões para a bacia do Banabuiú, com 53,0 km, com vazão máxima de 5m³/s;</p> <p>Trecho 3, com 137,0 km, começa no divisor de águas das bacias dos rios Jaguaribe e Poti e termina no ponto de derivação dos Ramais Leste e Oeste, com vazão máxima de 25m³/s;</p> <p>Ramal 2, que deriva vazões para a bacia do Banabuiú, através do rio Quixeramobim, com 20,0 km de extensão, com vazão máxima de 10m³/s;</p> <p>Ramal Oeste, com 180,5 km de extensão para transferir vazões para as bacias do Acaraú e do Coreaú, com vazão máxima de 15m³/s;</p> <p>Ramal Leste, com 210,2 km, para derivar vazões para as bacias do Acaraú, Litoral e do Curu, com vazão máxima de 8m³/s;</p> <p>Ramal do Litoral, com início na barragem Santa Rosa no rio Acaraú e término no Complexo do Pecém, com dois subtrechos, com vazão máxima de 6m³/s.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;">  </div>	
RECURSOS PARA INSTALAÇÃO DO PROJETO		
	Investimento total (R\$):	6 bilhões (CAC:5 bilhões/ Infraestrutura: 808.977.359/ Distribuição: 141.105.902)
RECURSOS PARA OPERAÇÃO/FUNIONAMENTO		
	Orçamento total (R\$):	201.691.219,00
	Despesa média anual total (R\$):	6.723.041,00
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO E GOVERNANÇA		

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO			
Definição da fonte:	Trecho 1: Ministério da Integração Nacional - R\$ 1.689.998.327,22 (81%) Contrapartida Estadual – R\$ 393.565.215,27 (19%) Informa-se que os valores apresentados se referem ao montante já realizado e/ou assegurado pelas fontes de financiamento.		
Justificativa:	Não foi informado a estrutura de financiamento referente aos trechos 2, 3 e 4.		
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA			
Natureza:	<input type="checkbox"/> Empresa	<input type="checkbox"/> Comitê	<input type="checkbox"/> O.S.
	<input type="checkbox"/> OSCIP	<input type="checkbox"/> SPE	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
	A secretaria de recursos hídricos (SRH) é a responsável pelo empreendimento, para isso utiliza-se da superintendência de obras hidráulicas (SOHIDRA) para a realização das obras de investimento e da companhia de gestão dos recursos hídricos (COGERH) para operação do empreendimento.		
ANEXO: DECRETO 		ANEXO: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 	
Comentários:			
<p>Para o preenchimento desta ficha, fez-se uso dos seguintes documentos, que serão encontrados em anexo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Relatório de Programação Detalhada Relatório de Cartografia e Modelo Digital do Terreno Relatório Geológico e Programação dos Serviços de Campo Relatório Demandas Humana e Animal Georreferenciadas Relatório Demandas Industriais, Turismo e Irrigação Georreferenciadas Relatório das Ofertas Hídricas Georreferenciadas Relatório do Sistema de Informações Geográficas Relatório de Balanço Hídrico Relatório Setorial de Avaliação Ambiental Relatório dos Critérios de Formulação e Estudos Básicos de Alternativas Relatório do Estudo Topográfico e Geotécnico Relatório de Estudos Hidrológicos Relatório Setorial de Formulação das Alternativas Relatório Dimensionamento e Orçamento das Alternativas Relatório de Zoneamento e Identificação das Áreas Beneficiáveis Relatório da Alternativa Selecionada Relatório Estudos Geotécnicos - 2º Trecho ao Final Relatório Anteprojeto do Trecho 1 Relatório Avaliação Alternativas Relatório EIA-RIMA Relatório Socioeconômico Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica 			

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Adendo EIA-EIMA CAC

ETAPA 1: FICHA DE CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO E PARECER DO GTI

NOME DO PROJETO:		CÓDIGO DO PROJETO:			
Cinturão das Águas do Ceará					
CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO					
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO (PONTUAÇÃO DE 1 A 9):		RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO			
Grau de contribuição para a estratégia do Governo?	9	Média da pontuação: 9			
Grau de contribuição para o desenvolvimento do Estado?	9				
O projeto é portador de futuro?	9	O projeto é classificado como:			
		Estratégico	<input checked="" type="checkbox"/>	Complementar	
Grau de impacto transformador do projeto sobre sua região?	9	COMENTÁRIOS:			
Porte financeiro do projeto?	9	Pontuação obtida ficou acima de 7,0, então o projeto é considerado estratégico.			
CASOS ESPECIAIS					
O PROJETO É UM CASO ESPECIAL (VIA RÁPIDA)?					
Domínio de escopo	Sim	Não (X)	COMENTÁRIOS:		
Emergencial	Sim	Não (X)			
PARECER DO GTI					
De acordo com a classificação do projeto?		COMENTÁRIOS DO GTI:			
Sim (X)	Não	No teste de aplicação, o comitê de avaliação e a setorial desempenhou o papel do GTI. Não houve nenhum comentário sobre a classificação do projeto.			

ETAPA 2: AVALIAÇÃO PRÉVIA | ANÁLISE DE VIABILIDADE

NOME DO PROJETO:		ID:
Cinturão das Águas do Ceará		
ASPECTO TÉCNICO		
<p>Características técnicas do projeto básico:</p>	<p>A Análise técnica foi realizada, conforme demonstram os Relatórios em anexo:</p>	
	Relatório de Cartografia e Modelo Digital do Terreno 	
	Relatório Geológico e Programação dos Serviços de Campo 	
	Relatório Demandas Humana e Animal Georreferenciadas 	
	Relatório Demandas Industriais, Turismo e Irrigação Georreferenciadas 	
	Relatório das Ofertas Hídricas Georreferenciadas 	
	Relatório de Balanço Hídrico 	
	Relatório do Sistema de Informações Geográficas 	
	Relatório dos Critérios de Formulação e Estudos Básicos de Alternativas 	
	Relatório do Estudo Topográfico e Geotécnico 	
	Relatório de Estudos Hidrológicos 	
	Relatório de Zoneamento e Identificação das Áreas Beneficiáveis 	
	Relatório Setorial de Formulação das Alternativas 	
	Relatório Estudos Geotécnicos - 2º Trecho ao Final 	
	Relatório da Alternativa Selecionada 	
	Relatório Dimensionamento e Orçamento das Alternativas 	
	Relatório Anteprojeto do Trecho 1 	
Relatório Avaliação Alternativas 		

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

	Os relatórios, dentre outras informações, contêm os elementos relacionados aos aspectos topográficos, hidrográficos, geológicos, hidrológicos, hidrográficos, de localização, de engenharia, orçamentos de investimento e de custo operacional, tarifas de água, de demanda e de governança, que devem ser contemplados em estudos de construção de sistemas de abastecimento hídrico.			
Vida útil do projeto:	Todos os estudos de viabilidade do projeto CAC foram realizados considerando o horizonte temporal para a vida útil de 30 anos, ou seja, 2010 – 2040, conforme consta no documento: Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica.			
CRONOGRAMA FÍSICO DA IMPLANTAÇÃO				
Trecho 1	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4
Lote 1:				
Etapa 2				
Atividade Y:				
CRONOGRAMA FÍSICO DA OPERAÇÃO				
	Ano 201X	Ano 201X	Ano 201X	Ano 201X
Serviço 1:				
Serviço X:				
Comentário sobre CRONOGRAMA FÍSICO: Não há cronograma físico da implantação e operação. Todo o planejamento e acompanhamento da execução do projeto é realizado tendo como base valores monetários.				
ASPECTOS ECONÔMICOS				
Quantificação dos custos, benefícios e fluxo de caixa econômico:	<p>A análise econômica, que pode ser encontrada nos relatórios em anexo, foi elaborada com o seguinte conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos do cinturão de águas do Ceará • Abastecimento humano, industrial e de turismo • Benefícios e custos econômicos associados à irrigação • Rentabilidade econômica do projeto 			
VLP:	R\$ 1.900.000.000,00			
TIR:	19,08%			
Relação B/C (Benefício/Custo)	1,45			



ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

<p>Análise de risco:</p>	<p>No estudo de viabilidade técnico-econômica realizado para o trecho 1 do projeto CAC não foi identificada a análise de risco, sendo contemplado apenas com a análise de sensibilidade.</p>				<p>ANEXO </p>																																																																															
<p>Análise de sensibilidade:</p>	<p style="text-align: center;">ANÁLISE DE SENSIBILIDADE ECONÔMICA DO PROJETO CAC</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">VARIAÇÃO</th> <th colspan="3" style="text-align: center;">INDICADORES</th> </tr> <tr> <th style="text-align: center;">CUSTOS</th> <th style="text-align: center;">BENEFÍCIOS</th> <th style="text-align: center;">VPL</th> <th style="text-align: center;">B/C</th> <th style="text-align: center;">TIR</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="4" style="text-align: center; vertical-align: middle;">0%</td> <td style="text-align: center;">0</td> <td style="text-align: right;">1.893.705.728</td> <td style="text-align: right;">1,4543</td> <td style="text-align: right;">19,08%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 5%</td> <td style="text-align: right;">1.590.622.742</td> <td style="text-align: right;">1,3816</td> <td style="text-align: right;">17,99%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 10%</td> <td style="text-align: right;">1.287.539.755</td> <td style="text-align: right;">1,3089</td> <td style="text-align: right;">16,88%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 15%</td> <td style="text-align: right;">984.456.768</td> <td style="text-align: right;">1,2362</td> <td style="text-align: right;">15,76%</td> </tr> <tr> <td rowspan="4" style="text-align: center; vertical-align: middle;">5%</td> <td style="text-align: center;">0</td> <td style="text-align: right;">1.685.308.028</td> <td style="text-align: right;">1,3851</td> <td style="text-align: right;">18,04%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 5%</td> <td style="text-align: right;">1.382.225.041</td> <td style="text-align: right;">1,3158</td> <td style="text-align: right;">16,99%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 10%</td> <td style="text-align: right;">1.079.142.054</td> <td style="text-align: right;">1,2466</td> <td style="text-align: right;">15,92%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 15%</td> <td style="text-align: right;">776.059.068</td> <td style="text-align: right;">1,1773</td> <td style="text-align: right;">14,85%</td> </tr> <tr> <td rowspan="4" style="text-align: center; vertical-align: middle;">10%</td> <td style="text-align: center;">0</td> <td style="text-align: right;">1.476.910.328</td> <td style="text-align: right;">1,3221</td> <td style="text-align: right;">17,08%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 5%</td> <td style="text-align: right;">1.173.827.341</td> <td style="text-align: right;">1,2560</td> <td style="text-align: right;">16,07%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 10%</td> <td style="text-align: right;">870.744.354</td> <td style="text-align: right;">1,1899</td> <td style="text-align: right;">15,04%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 15%</td> <td style="text-align: right;">567.661.367</td> <td style="text-align: right;">1,1238</td> <td style="text-align: right;">14,00%</td> </tr> <tr> <td rowspan="4" style="text-align: center; vertical-align: middle;">15%</td> <td style="text-align: center;">0</td> <td style="text-align: right;">1.268.512.627</td> <td style="text-align: right;">1,2647</td> <td style="text-align: right;">16,20%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 5%</td> <td style="text-align: right;">965.429.640</td> <td style="text-align: right;">1,2014</td> <td style="text-align: right;">15,22%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 10%</td> <td style="text-align: right;">662.346.654</td> <td style="text-align: right;">1,1382</td> <td style="text-align: right;">14,23%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">(-) 15%</td> <td style="text-align: right;">359.263.667</td> <td style="text-align: right;">1,0750</td> <td style="text-align: right;">13,22%</td> </tr> </tbody> </table>					VARIAÇÃO		INDICADORES			CUSTOS	BENEFÍCIOS	VPL	B/C	TIR	0%	0	1.893.705.728	1,4543	19,08%	(-) 5%	1.590.622.742	1,3816	17,99%	(-) 10%	1.287.539.755	1,3089	16,88%	(-) 15%	984.456.768	1,2362	15,76%	5%	0	1.685.308.028	1,3851	18,04%	(-) 5%	1.382.225.041	1,3158	16,99%	(-) 10%	1.079.142.054	1,2466	15,92%	(-) 15%	776.059.068	1,1773	14,85%	10%	0	1.476.910.328	1,3221	17,08%	(-) 5%	1.173.827.341	1,2560	16,07%	(-) 10%	870.744.354	1,1899	15,04%	(-) 15%	567.661.367	1,1238	14,00%	15%	0	1.268.512.627	1,2647	16,20%	(-) 5%	965.429.640	1,2014	15,22%	(-) 10%	662.346.654	1,1382	14,23%	(-) 15%	359.263.667	1,0750	13,22%	<p>ANEXO </p>
VARIAÇÃO		INDICADORES																																																																																		
CUSTOS	BENEFÍCIOS	VPL	B/C	TIR																																																																																
0%	0	1.893.705.728	1,4543	19,08%																																																																																
	(-) 5%	1.590.622.742	1,3816	17,99%																																																																																
	(-) 10%	1.287.539.755	1,3089	16,88%																																																																																
	(-) 15%	984.456.768	1,2362	15,76%																																																																																
5%	0	1.685.308.028	1,3851	18,04%																																																																																
	(-) 5%	1.382.225.041	1,3158	16,99%																																																																																
	(-) 10%	1.079.142.054	1,2466	15,92%																																																																																
	(-) 15%	776.059.068	1,1773	14,85%																																																																																
10%	0	1.476.910.328	1,3221	17,08%																																																																																
	(-) 5%	1.173.827.341	1,2560	16,07%																																																																																
	(-) 10%	870.744.354	1,1899	15,04%																																																																																
	(-) 15%	567.661.367	1,1238	14,00%																																																																																
15%	0	1.268.512.627	1,2647	16,20%																																																																																
	(-) 5%	965.429.640	1,2014	15,22%																																																																																
	(-) 10%	662.346.654	1,1382	14,23%																																																																																
	(-) 15%	359.263.667	1,0750	13,22%																																																																																
<p>ASPECTO AMBIENTAL</p>																																																																																				
<p>Necessita de licença ambiental?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>																																																																																			
<p>CRONOGRAMA DE SOLICITAÇÃO E OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL</p>																																																																																				
	<p>Solicitação</p>		<p>Obtenção</p>																																																																																	
<p>Licença prévia</p>	<p>06 / 07 / 2010</p>		<p>27 / 08 / 2012</p>																																																																																	
<p>Licença de Instalação</p>	<p>27 / 05 / 2013</p>		<p>10 / 10 / 2013</p>																																																																																	
<p>Licença de Operação*</p>	<p>__ / __ / __</p>		<p>__ / __ / __</p>																																																																																	

ANEXO 3: RELATÓRIO-MEMÓRIA DO REPASSE DA METODOLOGIA

Comentários:

A princípio, o estudo realizou uma Avaliação Ambiental das Alternativas de Traçado do Trecho Jati-Cariús (trecho 1), e posterior elaboração do EIA-RIMA do mesmo trecho.

Relatório Setorial de Avaliação Ambiental

Relatório EIA-RIMA

Relatório Socioeconômico

Relatório Final do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica

Relatório Socioeconômico

Adendo EIA-EIMA CAC

Informa-se que a Licença de Instalação foi renovada, sendo a mesma solicitada no dia 30/09/2015 e obtida no dia 21/10/2015

*A Licença de Operação só será requerida, quando as obras de implementação do trecho 1 estiverem perto de ser concluídas e empreendimento possa iniciar sua operação.

Obs: não se tem conhecimento da data de solicitação das licenças ambientais.

ETAPA 3: PARECER TÉCNICO | SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

NOME DO PROJETO:		CÓDIGO DO PROJETO:
Cinturão das Águas do Ceará		
SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO INVESTIMENTO		
SELECIONE A OPÇÃO SOBRE A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO:		
Há plena disponibilidade orçamentária		COMENTÁRIOS: Foi definida a necessidade orçamentária para a implantação do projeto, o que não necessariamente corresponde a disponibilidade orçamentária existente. Contudo para fins de simulação do teste de aplicação da metodologia, foi considerado disponibilidade orçamentária parcial, devido à dependência dos recursos do Governo Federal.
Há disponibilidade orçamentária parcial	X	
Não há disponibilidade orçamentária		
		
SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA OPERAÇÃO		
SELECIONE A OPÇÃO SOBRE A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO/SERVIÇO:		
Há plena disponibilidade orçamentária	X	COMENTÁRIOS: Foi definida a necessidade orçamentária para a operação do projeto, o que não necessariamente corresponde a disponibilidade orçamentária. Contudo para fins de simulação do teste de aplicação da metodologia, foi considerada disponibilidade orçamentária plena, devido a natureza jurídica da COGERH.
Há disponibilidade orçamentária parcial		
Não há disponibilidade orçamentária		
		
MEMÓRIA DE CÁLCULO		
DETALHAMENTO DO CÁLCULO SOBRE A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:		
		

ETAPA 3: DOSSIÊ DO PROJETO DE INVESTIMENTO |

NOME DO PROJETO:	ID:
Cinturão das Águas do Ceará	

COMPONENTES DO DOSSIÊ**SELECIONE OS ELEMENTOS QUE COMPÕE O DOSSIÊ DO PROJETO DE INVESTIMENTO:**

Análise de viabilidade	X	COMENTÁRIOS GTI:	
Parecer do GTF sobre sustentabilidade financeira	X		
Estabelecimento do nível de priorização do projeto	X		

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO**CARACTERÍSTICAS DOS ELEMENTOS QUE COMPÕE O DOSSIÊ DO PROJETO DE INVESTIMENTO:**

O projeto possui viabilidade técnica?	Sim (X)	Não	COMENTÁRIOS GTI: Cabe a observação de que a Análise Ambiental foi feita apenas para o Trecho 1, pois foi considerado que o projeto teria uma estrutura modular de implantação, a ser feita em etapas. Esta premissa pode ser considerada excepcionalmente válida dada a dimensão extraordinária do empreendimento, com conseqüente prazo bastante extenso de implantação.	
O projeto possui viabilidade econômica?	Sim (X)	Não		
O projeto possui viabilidade ambiental?	Sim (X)	Não		
Há sustentabilidade financeira para investimento?	Sim (X)	Parcial		Não
Há sustentabilidade financeira para operação?	Sim (X)	Parcial		Não
Qual o nível de prioridade do projeto para o Estado?	Alta (X)	Média		Baixa

COMENTÁRIOS DO COGERF

<p>Este espaço é destinado à comentário do Comitê, para que possa fazer ressalvas ao projeto, assim como justificar que o mesmo não deve ser submetido a análise junto ao governador para que seja aprovado.</p>	
--	---

ETAPA 3: CARTEIRA DE PROPOSTA DE PROJETO DO ESTADO

CESTA DO PROJETO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS					
	ID	NOME DO PROJETO	NOTA DA AVALIAÇÃO FINAL	SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO INVESTIMENTO	SUSTENTABILIDADE E ORÇAMENTÁRIA DA OPERAÇÃO	FONTE DE RECURSOS
CESTA DE PRIORIDADE ALTA (NOTAS MAIORES DO QUE 6)		CAC	7,2	SIM	SIM	Ministério da Integração Nacional: 81% Contrapartida Estadual: 19%
CESTA DO PROJETO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS					
	ID	NOME DO PROJETO	NOTA DA AVALIAÇÃO FINAL	SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO INVESTIMENTO	SUSTENTABILIDADE E ORÇAMENTÁRIA DA OPERAÇÃO	FONTE DE RECURSOS
CESTA DE PRIORIDADE MÉDIA (NOTAS ENTRE 6 E 3)						
CESTA DO PROJETO	IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS					
	ID	NOME DO PROJETO	NOTA DA AVALIAÇÃO FINAL	SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO INVESTIMENTO	SUSTENTABILIDADE E ORÇAMENTÁRIA DA OPERAÇÃO	FONTE DE RECURSOS
CESTA DE PRIORIDADE BAIXA (NOTAS MENORES DO QUE 3)						

ANEXO XV

Justificativa de não cumprimento do DLI 12 (SEPLAG) -
Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito
do Programa preparada com metodologia aprovada.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

CI No. 029/2016

Fortaleza, 29 de Junho de 2016

À Exma. Sra.
Cristina Medeiros
Coordenadora do Projeto PforR
NESTA

Cumprimentando-a cordialmente, fazemos referência ao Indicador DLI 12: "Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada" o qual estabelece para o 1o. Semestre de 2016 a meta de **5% dos investimentos utilizando a metodologia.**

Informamos que referida meta será alcançada após o finalização do Produto 4 do Contrato No. 017/2015 firmado entre a Seplag e o consórcio Macroplan/Transplan, o que deverá ocorrer em meados do mês de **Julho de 2016** conforme cronograma de trabalho em anexo, elaborado pela consultoria.

O não cumprimento da meta ainda no primeiro semestre desse ano decorre do fato do projeto Cinturão das Águas, selecionado para implantação da metodologia, demandar maior tempo de análise do que o previsto inicialmente, pelo seu porte e complexidade envolvidos.

Ressaltamos ainda que o volume de recursos do projeto escolhido resultará na antecipação do cumprimento da meta do segundo semestre de 2016 prevista para o indicador.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Raimundo Avilton Meneses Júnior

Coordenador da GPLOG

Avilton Júnior

Coordenador de Planejamento

SEPLAG

1.7. CRONOGRAMA PROPOSTO

Tabela 1: Cronograma Proposto

C = responsabilidade do curso; S = responsabilidade de SEPLAG

Atividades	Mês							JULHO							AGOSTO													
	30	31	1	2	3	4	5	30	31	1	2	3	4	5	30	31	1	2	3	4	5	30	31	1	2	3	4	5
Teste da Metodologia																												
Lista de informações a serem coletadas	C																											
Selecionar projeto	S																											
Coletar material	C																											
Definir cronograma	S																											
Preparar aplicação teste	C																											
Aplicar metodologia ao projeto	S																											
Discutir os itens a serem aplicados	C																											
Aprovar metodologia (SAC & CASERH)	S																											
Elaborar relatório	C																											
Repasso da Metodologia*																												
(CORS: apresentação para COSERH)	C																											
Preparar conteúdos	C																											
Convidar participantes e reservar sala	S																											
Realizar treinamento de repasse (1 dia)	C																											
Elaborar relatório - memória	C																											
Diretrizes para implementação																												
Elaborar documento de diretrizes	C																											
Capacitação*																												
Definir composição do GT e dos participantes	S																											
Preparar material a ser enviado	C																											
Convidar participantes e reservar sala	S																											
Realizar capacitação (4 dias)	C																											
Elaborar relatório - memória	C																											
Aplicação em Cinco projetos																												
Lista informações necessárias	C																											
Definir os cinco projetos	S																											
Coletar informações	C																											
Preparar aplicação	C																											
Reservar sala	S																											
Realizar aplicação	C																											
Preparação do relatório - memória	C																											
Fechamento do Documento																												
Produzir documento final	C																											